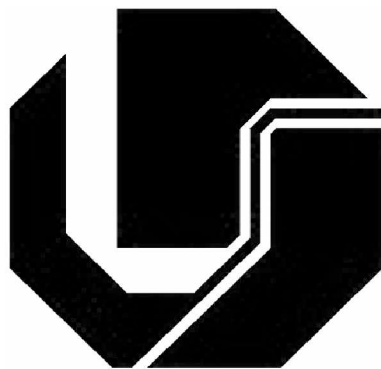


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**Ney Lobo: trajetória intelectual e  
filosofia espírita da educação  
(1963-1989)**

**ROGÉRIO RIBEIRO CARDOSO**

**Uberlândia – Minas Gerais – Brasil**

**Mai de 2017**

**ROGÉRIO RIBEIRO CARDOSO**

**NEY LOBO: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E  
FILOSOFIA ESPÍRITA DA EDUCAÇÃO (1963-1989)**

Texto da Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FACED-UFU, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza

**Uberlândia-MG  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C268n  
2017      Cardoso, Rogério Ribeiro, 1980-  
Ney Lobo : trajetória intelectual e filosofia espírita da educação  
(1963-1989) / Rogério Ribeiro Cardoso. - 2017.  
394 f. : il.

Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Educação.  
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Lobo, Ney, 1919-2012 - Teses. 3. Educação -  
História - Teses. 4. Colégio Lins de Vasconcellos (PR) - Teses. I. Souza,  
Sauloéber Tarsio de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa  
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

**NEY LOBO: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E  
FILOSOFIA ESPÍRITA DA EDUCAÇÃO (1963-1989)**

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor  
no Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Faculdade de Educação da Universidade Federal de  
Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

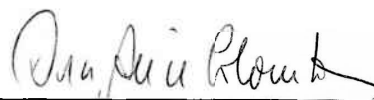
Uberlândia, 2 de maio de 2017

**BANCA EXAMINADORA**



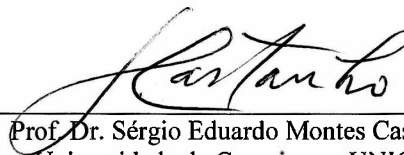
---

Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



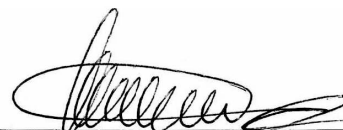
---

Profa. Dra. Dora Alice Colombo  
Universidade Santa Cecília – UNISANTA



---

Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho  
Universidade de Campinas – UNICAMP



---

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



---

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



*“Ficamos bastante surpresos, deslumbrados mesmo, com a riqueza que a Doutrina Espírita estadeia num estendal de ideias, princípios, temas, teses etc., oferecendo alicerces doutrinários indiretos para graves e relevantes questões no campo educacional. Aliás, é um apanágio da Doutrina o fluir e vascularizar-se por todo e qualquer organismo do conhecimento humano, irrigando os seus tecidos com a seiva de seu logos cósmico.”*

*Ney Lobo – Filosofia Espírita da Educação, v. 1, p. 33*

*À minha família e a meus companheiros e companheiras de ideal.*

## Agradecimentos

Agradeço a **Deus** pelas oportunidades de aperfeiçoamento, pelos desafios, e sustentação moral; esta pesquisa foi, de certo modo, uma dádiva. Aos meus **amigos e amigas**, pelos momentos de descontração e pelas ideias insufladas, particularmente à amiga **Mallu**, seu esposo **Martinez** e seu sobrinho **Gui**, por todo apoio logístico, cama quentinha e comida gostosa em Curitiba. A toda minha **família**, em especial minha esposa, **Luciana**, pelo apoio e carinho, e por ter ouvido minhas confabulações, suportado minhas inquietações epistemológicas, e me reerguido todas as vezes em que prostrei diante dos desafios desta tese, e ao meu filho **Pietro Bernardo**, por me ensinar o significado do esquecimento de si mesmo, o valor do tempo e a maravilha de ser pai. Ao professor **Ney Lobo**, pela organização de seu próprio acervo, facultando uma abundância de fontes para esta pesquisa, e possibilitando futuros trabalhos sobre o seu pensamento educacional, social e político. À **Federação Espírita do Paraná**, pelo material disponibilizado. Ao **Colégio Opet**, por ter me recebido de portas abertas. A **Renato De Luca** e **Fernando Munhoz**, pela entrevista por e-mail. A **Marcos Silva**, **Alberto Rau**, **Aristéia Rau** e **Eustáquio Mendonça**, pelas preciosíssimas narrativas concedidas e pela calorosa e fraternal acolhida na cidade de Curitiba, sem deixar de mencionar ainda o valioso encontro com **Dona Vitória**, que me abriu as portas de sua residência com toda a atenção, dedicando mais de uma hora de palestra a respeito da vida pessoal e profissional de seu marido. A **Dora** por ter me apresentado os amigos e a esposa de Ney Lobo, e ter me emprestado importante (e emocionalmente cara) bibliografia. Ao meu orientador, professor **Sauloéber**, por ter escolhido este projeto, pelas discussões, esclarecimentos e sugestões, sem as quais não haveria tese nenhuma. E, por fim, à **FACED-UFU**, seus **funcionários** e **professores** por contribuírem com a minha formação e com a manutenção de um ambiente propício à pesquisa em educação.

## Resumo

Este trabalho, realizado dentro da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, objetiva a historicização da trajetória intelectual e do pensamento pedagógico do militar, filósofo e professor curitibano Ney Correia de Souza Lobo (1919-2012), por meio da análise de seus itinerários, do contexto histórico em que estes se deram e de parte de sua obra. Sua experiência mais marcante no magistério se deu no extinto Colégio Lins de Vasconcellos, como professor entre 1963 e 1967 e como diretor daí até 1974. O período coincide com uma época de intensos debates sobre a educação nacional, como também da ascensão e do recrudescimento do Regime Civil-militar brasileiro. Como diretor, Ney Lobo modificou as práticas escolares, deu ênfase na atividade dos alunos e na cooperação discente, instituiu uma direção colegiada e uma assembleia de alunos, e construiu a Cidade Mirim. Tal colégio era privado e mantido pela Federação Espírita do Paraná. Após esta experiência e a partir dela, Ney Lobo sistematizou uma filosofia espírita da educação, e engajou-se até o fim da vida na sua divulgação. Sua obra básica sobre o assunto, *Filosofia Espírita da Educação*, teve a primeira edição publicada em 1989 e possui fundamentos e princípios inspirados no civismo militar, no espiritismo e no escolanovismo. Portanto, para a análise de sua trajetória, bem como de sua filosofia, partiu-se de um enfoque na história cultural (BURKE, 2008; PESEZ, 1990), e utilizou-se como categorias de análise: a cultura material escolar (MENESES, 1998; JULIA, 2001; ABREU, 2005; SOUZA, 2007); *habitus*, campo e práticas (BOURDIEU, 1983; 2004); intelectual, geração e sociabilidade (SIRINELLI, 2003); e representação e apropriação (CHARTIER, 1991). As fontes analisadas incluíram entrevistas e documentos materiais como correspondências, jornais, revistas, livros, fotografias e vídeos.

**Palavras-chave:** Ney Correia de Souza Lobo, Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos, trajetória intelectual, história e historiografia da educação, filosofia espírita da educação.

## Abstract

This work was developed at the Educational History and Historiography research field of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Uberlândia. The author aimed to historicize the intellectual trajectory and pedagogical thinking of a military, philosopher and teacher from Curitiba-PR, Brazil, Ney Correia de Souza Lobo (1919-2012), by the analysis of his itinerary, the context in which it occurred and part of his work. His most outstanding teaching experience happened at the extinct Colégio Lins de Vasconcellos, where he worked as teacher between 1963 and 1967 and as its principal from then until 1974. This period coincides with a time of high debate about national education, even as the rise and escalation of Brazilian Civil-Military Dictatorship. As school principal, Ney Lobo had modified school practices, emphasized student activity and cooperation, instituted a collegiate direction and a student assembly, and built the Cidade Mirim (a miniaturized city). This school was supported by the Spiritist Federation of Paraná. After this experience and based on it, Ney Lobo systematized a spiritist philosophy of education, and engaged until the end of his life in its dissemination. His basic book about this subject, *Spiritist Philosophy of Education*, was firstly published in 1989, which principles were inspired on military civism, spiritism and progressive education. Therefore, in order to analyse his intellectual trajectory and philosophy, the author has based on cultural history (BURKE, 2008, PESEZ, 1990), using as categories of analysis: school material culture (MENESES, 1998, JULIA, 2001, ABREU, 2005, SOUZA, 2007); *habitus*, field and practices (BOURDIEU, 1983; 2004); intellectual, generation and sociability (SIRINELLI, 2003); representation and appropriation (CHARTIER, 1991). The analyzed sources included interviews and documents, such as correspondences, newspapers, magazines, books, photographs and videos.

**Keywords:** Ney Correia de Souza Lobo, Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos, intellectual trajectory, history and historiography of education, spiritist philosophy of education.

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 - Itinerário de Formação Inicial.....</b>	<b>22</b>
1.1 O caçula e sua confortável infância .....	22
1.2 Preâmbulo da construção de um <i>habitus</i> .....	28
1.3 O pensamento elaborado no Gymnasio Paranaense, na Escola Militar do Realengo e em estudos autônomos.....	33
1.4 A carreira militar .....	60
<b>Capítulo 2 - Trajetória no Campo Intelectual.....</b>	<b>68</b>
2.1 Os primeiros passos rumo ao magistério.....	68
2.2 No campo educacional.....	73
2.3 No campo literário.....	77
2.4 Outros campos de atuação .....	110
2.5 A militância do intelectual.....	112
2.5.1 <i>Palestras, simpósios, conferências etc.</i> .....	112
2.5.2 <i>Articulista da Gazeta do Povo</i> .....	117
2.5.3 <i>Contra o fechamento do Colégio Lins de Vasconcellos</i> .....	119



<b>Capítulo 3 - O Professor Provocador .....</b>	<b>125</b>
3.1 Breve panorama educacional da década de 1960 .....	126
3.2 O movimento espírita e a defesa da escola pública .....	130
3.3 A iniciativa da Federação Espírita do Paraná: o Instituto de Educação Lins de Vasconcellos .....	143
3.4 Os embates na construção de um projeto pedagógico .....	154
3.4.1 <i>Um primeiro experimento: a Sala-Ambiente de EMC</i> .....	162
3.4.2 <i>A primeira demissão</i> .....	167
3.4.3 <i>A escalada de professor a diretor</i> .....	171
<b>Capítulo 4 - O Diretor Democrático .....</b>	<b>180</b>
4.1 Um projeto pedagógico de <i>escola ativa</i> .....	187
4.1.1 <i>Tempo, espaço, currículo e valorização do professor</i> .....	195
4.1.2 <i>Ensino, avaliação e disciplina</i> .....	203
4.1.3 <i>A Cidade Mirim</i> .....	214
4.1.4 <i>A Assembleia de Representantes de Alunos</i> .....	229
4.2 O núcleo era a educação moral e cívica .....	230
4.3 A saída do Instituto Lins de Vasconcellos .....	239
<b>Capítulo 5 - A Filosofia Espírita da Educação .....</b>	<b>247</b>
5.1 Relações históricas entre espiritismo e educação .....	247
5.2 O pensamento educacional de Ney Lobo .....	258
5.2.1 <i>Os Fatores do Fato Educativo</i> .....	264
5.2.2 <i>Algumas práticas da educação espírita por Ney Lobo</i> .....	281
5.3 O núcleo é a educação da espiritualidade .....	287
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>299</b>

<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>309</b>
1. Fontes manuscritas .....	309
2. Fontes datilografadas.....	310
3. Fontes impressas.....	315
4. Fontes orais e por correspondência eletrônica.....	316
5. Periódicos.....	317
6. Livros e artigos.....	319
7. Teses, dissertações e monografias acadêmicas.....	328
8. Decretos e Leis .....	330
9. Vídeos .....	332
<b>Anexo 1 - Significado do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos .....</b>	<b>333</b>
<b>Anexo 2 - Materiais de Divulgação .....</b>	<b>339</b>
<b>Anexo 3 - Quadros de Horário e de Currículo .....</b>	<b>346</b>
<b>Anexo 4 - Croquis das Salas-Ambientes.....</b>	<b>349</b>
<b>Anexo 5 - Fotos do ILV e da Cidade Mirim .....</b>	<b>351</b>
<b>Anexo 6 - Questionário para Vinculação Partidária e Carteira de Cidadão.....</b>	<b>362</b>
<b>Anexo 7 - Documentos do Banco Mirim .....</b>	<b>365</b>
<b>Anexo 8 - Organogramas da Direção Colegiada .....</b>	<b>370</b>

## Lista de Figuras

- Figura 1** Ney Lobo, quando diretor do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **21**
- Figura 2** Fotografia de Infância: Ney Lobo aos 8 meses (29/03/1920). Fonte: acervo de Ney Lobo. **23**
- Figura 3** Fotografia de Infância (sem data). Fonte: acervo de Ney Lobo. **23**
- Figura 4** Fotografia de Infância: Ney Lobo com duas de suas irmãs em um jardim (sem data). Fonte: acervo de Ney Lobo. **23**
- Figura 5** Verso da fotografia da Figura 2. Fonte: acervo de Ney Lobo. **25**
- Figura 6** Destaques de “O Semanário”, semana de 6 a 12 de agosto de 1960. Fonte: I CONVENÇÃO..., 1960, p. 10. **134**
- Figura 7** Declaração Espírita de Princípios Educacionais. Destaque do Jornal “O Semanário”, semana de 6 a 12 de agosto de 1960. Fonte: I CONVENÇÃO..., 1960, p. 10. **135**
- Figura 8** Fotografia da construção do Instituto Lins de Vasconcelos. Fonte: LOBO, 1997, p. 309. **152**
- Figura 9** Diagrama representando a progressão do fato educativo, espontâneo, ao ato educativo, intencional. Fonte: LOBO, 2002d, v. 1, p. 86. **262**
- Figura 10** A Cruz Curricular. Fonte: LOBO, 2002e, v. 3, p. 155. **291**
- Figura 11** Símbolo utilizado nas capas da obra *Filosofia Espírita da Educação*. Fonte: LOBO, 2002e, p. 247. **333**

- Figura 12** Logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 2002e, p. 251. **333**
- Figura 13** Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4a. **334**
- Figura 14** Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4b. **335**
- Figura 15** Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4c. **336**
- Figura 16** Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4d. **337**
- Figura 17** Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4e. **338**
- Figura 18** Panfletos e folders de divulgação. Fonte: acervo de Ney Lobo. **339**
- Figura 19** Frente de folder de divulgação do início da década de 1970. Fonte: acervo de Ney Lobo. **340**
- Figura 20** Verso de folder de divulgação do início da década de 1970. Fonte: acervo de Ney Lobo. **341**
- Figura 21** Frente de folder de divulgação do final da década de 1960. Fonte: acervo de Ney Lobo. **342**
- Figura 22** Verso de folder de divulgação do final da década de 1960. Fonte: acervo de Ney Lobo. **343**
- Figura 23** Capa de cartilha de explicação do regime de tempo integral. Fonte: acervo de Ney Lobo. **344**
- Figura 24** Primeira página de cartilha de explicação do regime de tempo integral. Fonte: acervo de Ney Lobo. **344**
- Figura 25** Segunda página de cartilha de explicação do regime de tempo integral. Fonte: acervo de Ney Lobo. **345**
- Figura 26** Quadro de Distribuição de tempos durante uma Sessão de Trabalho. Fonte: LOBO, 1972b, p. 35. **346**

- Figura 27** Cálculo dos tempos de Sessão de Trabalho para cada dia da semana e quadro de distribuição de disciplinas por área e de carga horária semanal para a 5ª série. Fonte: LOBO, 1972b, p. 54. **347**
- Figura 28** Quadro de distribuição de cargas horárias semanais para cada disciplina da 2ª à 4ª série ginásial. Fonte: LOBO, 1972b, p. 55. **348**
- Figura 29** Croqui das Salas-Ambientes. Fonte: LOBO, 1972b, p. 50. **349**
- Figura 30** Croqui da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica. Fonte: acervo de Ney Lobo. **350**
- Figura 31** Fachada do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **351**
- Figura 32** Entrada do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **352**
- Figura 33** Vista da Cidade Mirim em dezembro de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **352**
- Figura 34** Vista da Cidade Mirim em setembro de 1973. Da esquerda para a direita: a segunda construção é a Prefeitura Mirim; a última, em azul claro, é a Câmara de Vereadores Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **353**
- Figura 35** Vista da Cidade Mirim em setembro de 1973. À esquerda, alinios à frente da Prefeitura Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **353**
- Figura 36** Ney Lobo e alunos do ILV na Cidade Mirim em agosto de 1971. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **354**
- Figura 37** Agência do Banco Mirim em maio de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **354**
- Figura 38** Hora Cívica em frente ao lago da Cidade Mirim em setembro de 1971. Ao fundo se vê duas casas comerciais. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **355**

- Figura 39** Alunos e professores em frente ao lago da Cidade Mirim em novembro de 1971. Ao fundo, a Câmara de Vereadores Mirim entre duas casas comerciais. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **355**
- Figura 40** Interior da Câmara de Vereadores Mirim em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **356**
- Figura 41** Interior da Casa da Oração Mirim em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **356**
- Figura 42** Eleições na Cidade Mirim em agosto de 1971. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **357**
- Figura 43** Vista do Prefeito e Secretários Mirins ao Prefeito de Curitiba em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **357**
- Figura 44** Parque infantil do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **358**
- Figura 45** Parque infantil do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **358**
- Figura 46** Refeitório do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **359**
- Figura 47** Assembleia de Representante de Alunos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **359**
- Figura 48** Sala-Ambiente da Cidebras em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **360**
- Figura 49** Sala-Ambiente em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **360**
- Figura 50** Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **361**
- Figura 51** Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **361**
- Figura 52** Questionário para filiação partidária na Cidade Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **363**

- Figura 53** Cédula eleitoral e Carteira de Cidadão da Cidade Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **364**
- Figura 54** Ficha de depósito do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **365**
- Figura 55** Extrato de Conta Corrente. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **366**
- Figura 56** Ficha para envio da mesada. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **367**
- Figura 57** Frente do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **368**
- Figura 58** Verso da primeira página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **368**
- Figura 59** Segunda folha do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **368**
- Figura 60** Folha de cheque do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **369**
- Figura 61** Última página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **369**
- Figura 62** Verso da última página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet. **369**
- Figura 63** Organograma da Direção Colegiada. Fonte: LOBO, 1972b, p. 93. **370**
- Figura 64** Organograma da Coordenação Pedagógica. Fonte: LOBO, 1972b, p. 96. **371**
- Figura 65** Organograma da Coordenação Educacional. Fonte: LOBO, 1972b, p. 95. **371**
- Figura 66** Organograma da Coordenação de Moral e Cívica. Fonte: LOBO, 1972b, p. 94. **372**
- Figura 67** Organograma da Coordenação Administrativa. Fonte: LOBO, 1972b, p. 97. **372**

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1</b> Obras de autoria de Ney Lobo.....	<b>88</b>
<b>Quadro 2</b> Calendário Eleitoral da Cidade Mirim (ILV, s/a b, p. 3).....	<b>222</b>
<b>Quadro 3</b> Quadro sintético de problemas, soluções, conclusões e consequências levantados por Ney Lobo para cada fator do fato educativo (LOBO, 1991e, p. 33).....	<b>265</b>
<b>Quadro 4</b> Quadro das Qualidades do Educador (LOBO, 2002e, v. 2, p. 83).....	<b>284</b>



## Lista de Acrônimos

<b>ABPE</b>	Associação Brasileira de Pedagogia Espírita
<b>AAEPR</b>	Associação de Educadores Espíritas do Paraná
<b>AI</b>	Ato Institucional
<b>AIB</b>	Ação Integralista Brasileira
<b>AMAN</b>	Academia Militar das Agulhas Negras
<b>ANL</b>	Aliança Nacional Libertadora
<b>APM</b>	Associação de Pais e Mestres
<b>CA</b>	Comissão Administrativa
<b>CAK</b>	Colégio Allan Kardec
<b>CDE</b>	Conselho Diretor e de Ensino
<b>CFE</b>	Conselho Federal de Educação
<b>Cidebras</b>	Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil
<b>CLV</b>	Colégio Lins de Vasconcellos
<b>CMC</b>	Colégio Militar de Curitiba
<b>CMRJ</b>	Colégio Militar do Rio de Janeiro
<b>CNMC</b>	Comissão Nacional de Moral e Civismo
<b>CPC</b>	Centro Popular de Cultura
<b>CPOR</b>	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

<b>DFMC</b>	Departamento de Formação Moral e Cívica
<b>DIRE</b>	Dinâmica de Recuperação Educacional
<b>DNE</b>	Departamento Nacional do Ensino
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>ECEME</b>	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
<b>EEM</b>	Escola do Estado-Maior
<b>EMC</b>	Educação Moral e Cívica
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>EMR</b>	Escola Militar do Realengo
<b>EN</b>	Entrevista Narrativa
<b>EPMRJ</b>	Escola Profissional Maria Ruth Junqueira
<b>ESAP</b>	Escola Superior de Administração Postal
<b>FACED</b>	Faculdade de Educação
<b>FEB</b>	Força Expedicionária Brasileira
<b>FEB</b>	Federação Espírita Brasileira
<b>FEE</b>	Filosofia Espírita da Educação
<b>FEESP</b>	Federação Espírita do Estado de São Paulo
<b>FEP</b>	Federação Espírita do Paraná
<b>FIES</b>	Faculdades Integradas “Espírita”
<b>GOF</b>	Gabinete de Orientação Filosófica
<b>GT</b>	Grau do Trabalho
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>ILV</b>	Instituto Lins de Vasconcellos
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade Social
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

<b>MCP</b>	Movimento de Cultura Popular
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MESP</b>	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
<b>MMF</b>	Missão Militar Francesa
<b>NP</b>	Nota Parcial
<b>NPOR</b>	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
<b>OSPB</b>	Organização Social e Política do Brasil
<b>QO</b>	Quadro de Oficiais
<b>QSG</b>	Quadro Suplementar Geral
<b>RETI</b>	Regime Escolar de Tempo Integral
<b>RETM</b>	Regime Escolar de Tempo Médio
<b>RI</b>	Regimento de Infantaria
<b>TC</b>	Trabalho Coletivo
<b>TERE</b>	Trabalho Escrito de Recuperação Educacional
<b>TES</b>	Trabalho Especial
<b>TEX</b>	Trabalho Externo
<b>TI</b>	Trabalho Individual
<b>TP</b>	Trabalho Permanente
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>USAID</b>	<i>United States Agency for International Development</i>
<b>USE</b>	União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo
<b>VE</b>	Verificação Escrita
<b>VS</b>	Verificação Surpresa

# Introdução

*“É evidente que as dimensões da educação decorrem das dimensões do homem”  
José Herculano Pires (2004, p. 39)*

Em junho de 2004, realizou-se na cidade de Santos-SP, o *1º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita*, uma realização da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita e da Universidade Santa Cecília. Dentre os conferencistas, estava o filósofo, professor e militar reformado Ney Correia de Souza Lobo, um senhor grisalho e meio calvo de 85 anos, o primeiro a discursar naquela noite de quinta-feira, feriado de *Corpus Christi*.

Versava o professor, de maneira eloquente, porém pausada, sobre o histórico da Pedagogia Espírita<sup>1</sup>, e em meio à sua fala, não poderia deixar de citar a sua própria iniciativa pedagógica, ocorrida quase quatro décadas antes daquela data.

Essa experiência pedagógica arquitetada e concretizada por Ney Lobo possui características bastante peculiares. Ao longo dos onze anos, entre as décadas de 1960 e 1970, em que esteve no Instituto (depois Colégio) Lins de Vasconcellos, uma instituição privada mantida pela Federação Espírita do Paraná na cidade de Curitiba, o professor implantou um projeto pedagógico de educação ativa, com a finalidade de preparar cidadãos autônomos e autênticos, para uma sociedade democrática, através da vivência diária da cidadania, em que o ponto alto foi a chamada Cidade Mirim.

Munido de suas convicções filosóficas a respeito da finalidade da educação, Ney Lobo fez da escola um laboratório pedagógico, com centro de estudos e aplicações práticas.

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma proposta pedagógica calcada em fundamentos e princípios da doutrina espírita.

A concretização da Cidade Mirim, por exemplo, ápice do projeto pedagógico que vinha sendo amadurecido e colocado em prática desde que o professor assumira a direção do colégio, ocorreu durante o período mais repressivo do poder físico e simbólico do Regime Civil-militar<sup>2</sup> brasileiro, mais especificamente entre 1970 e 1974. A título de esclarecimento, utilizamos o conceito de *poder simbólico* no sentido a que o sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu o atribui: um poder capaz de construir uma visão de mundo, impondo uma concepção mais ou menos homogênea da realidade, por meio de uma produção ideológica legitimada (2011, p. 6); “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 4).

Era sobre este projeto pedagógico que explanava aquele senhor curitibano nascido em 1919 e que veio a falecer em 2012. Formado em Letras em 1936 e em Filosofia em 1964, iniciou como docente do Instituto Educacional Lins de Vasconcellos em 1963, assumindo sua direção em 1967 e deixando a instituição em 1974.

Naquele seu discurso na cidade santista, evocava a memória do extinto Colégio Lins de Vasconcellos com a finalidade de ilustrar algo mais amplo, uma filosofia educacional: a *filosofia espírita da educação*. As bases dessa filosofia educacional, ele dizia, estavam na experiência desenvolvida naquela escola. Então, como ele a sistematizou? Que caminhos tomou ao longo de sua trajetória para propor aquele projeto pedagógico e aquela filosofia de educação? Ademais, possuía, ele mesmo, uma trajetória histórica e intelectual que, percebíamos ali, bem deveria merecer mais profundo estudo.

Para aprofundar nesse estudo a respeito de sua trajetória, evocamos uma definição de *intelectual* baseada nos escritos do historiador francês Jean-François Sirinelli, que vincula o termo tanto a uma definição sociológica e cultural, englobando jornalistas, escritores, professores e sábios, quanto a uma definição política, ligada ao engajamento

---

<sup>2</sup> De acordo com o professor e pesquisador marxista José Paulo Netto, “o regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-la tão somente como uma ditadura militar – se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um de seus traços peculiares, é inegavelmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como ditadura do grande capital (conforme a análise de Octávio Ianni). (...) foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, conferiu a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (...).”

do pensador nas causas da vida pública (2003, p. 242); e servimo-nos, outrossim, do enfoque dado à história dos intelectuais pela Escola dos *Annales*.

De fato, a trajetória intelectual de Ney Lobo foi eivada de acertos e desacertos, coerências e contradições. Distante das academias, realizou seus estudos, elaborou suas teorias e planejou suas práticas, na maior parte do tempo, em sua própria residência, rodeado por seus livros, revistas, jornais, fichamentos e anotações pessoais. E apesar de contar com uma rede de sociabilidade composta por amigos e intelectuais (como apreendemos de suas correspondências) com os quais cooperou e obteve cooperação, com uma malha de admiradores que se aprofundou em sua obra, e com parte do movimento espírita brasileiro que o promoveu a congressos e palestras sobre educação espírita, o velho professor produziu a sua obra de maneira solitária.

O filósofo e militar reformado dedicou os últimos 50 anos de sua vida à elaboração e divulgação de uma educação espiritualista, apropriando-se do viés educacional que julgava implícito na doutrina espírita. Mais que isso, procurou fundamentar sociológica e politicamente a sua proposta. Seu ponto de partida, no entanto, fora aquele colégio: seu campo de experimentação, sua pedra angular. E embora tenha iniciado alguns ensaios teóricos ainda no Instituto Lins de Vasconcellos (ILV), e tenha publicado três obras sobre Educação Moral e Cívica, somente começou a publicar livros a respeito de educação espírita após seu desligamento do instituto, já nos fins da década de 1980. Entretanto, aquela experiência ele narraria em praticamente todas as suas obras e conferências, dela extraindo exemplos, sugerindo melhorias e elucidando em quais princípios e fundamentos pedagógicos e doutrinários estava alicerçada.

Após ter assumido a direção do colégio, foram relegadas as aulas tradicionais, assim como abolidas as carteiras estudantis. Passou-se a se utilizar lousa móvel, mesas amplas e cadeiras, viabilizando trabalhos individuais e em grupos, avaliações processuais individuais e coletivas, orientações docentes, despertamento do senso de responsabilidade, entreajuda, solidariedade e cooperação, esta última, “o ponto culminante do método” (LOBO *apud* INCONTRI, 2001b, p. 248)<sup>3</sup> que o professor chamava de *educação mútua*.

---

<sup>3</sup> O trecho citado (assim como outros nesta tese) faz parte de entrevistas concedidas por Ney Lobo à jornalista e educadora Dora Incontri, analisadas em sua tese de doutorado. Não dispusemos de todo o material original.

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que seus ideais pedagógicos estavam alicerçados não apenas no espiritismo, mas ainda no escolanovismo. No ILV, de acordo com Ney Lobo, “foram removidas das atividades docentes as formas e imagens do que se costuma chamar de ‘aula’, com as figuras da classe-auditório e do aluno-ouvinte e do professor-orador. Ou seja, foi substituída a verbalização docente pelo trabalho discente” (*apud* INCONTRI, 2001b, p. 247). Dentre os princípios aplicados no Instituto, a educação ativa era o primeiro, o que procurava ser garantido pela gestão da Cidade Mirim, nas mãos das crianças de 1ª a 4ª série, pelas Sessões de Trabalho (que substituíram as aulas) em todas as turmas, pela administração da Assembleia de Representantes de Alunos, uma instância legislativa gerenciada por alunos de 5ª a 8ª série, além das atividades esportivas e artísticas, e visitas fora da escola.

Na Cidade Mirim, por exemplo, havia, na área política, a prefeitura e a câmara de vereadores; na área comercial, miniaturas de casas comerciais da própria cidade de Curitiba; na área financeira havia o banco mirim; além disso, havia ainda uma mini casa de oração, um local ecumênico de meditação espiritual. Tudo no sentido de propiciar vivências lúdicas do mundo adulto. Mas não somente: tais atividades visavam também a materialização da Educação Moral e Cívica, uma disciplina cara àquele professor militar.

De certa forma, Ney Lobo entregava nas mãos das crianças e adolescentes parte da responsabilidade de manutenção do próprio projeto pedagógico da instituição. E com vistas a aumentar a participação dos professores nas tomadas de decisão e elaboração de propostas para a escola, estabeleceu a Direção Colegiada.

Embora seus princípios se apoiassem em noções militaristas de civilidade, como se depreende de suas obras e dos documentos regimentais do colégio, e como discutiremos ao longo dos capítulos, eram também fortemente espiritualistas e promovedores da liberdade e da autonomia discente, e ainda com inspiração em princípios escolanovistas, o que contrastava com o período histórico nacional em que se inseria o colégio, um regime ditatorial, repressivo e tolhedor da liberdade individual<sup>4</sup>; além disso, sua prática se mostrava de acordo com uma orientação pedagógica distante do que preconizava o Ministério da Educação, mormente após os acordos entre o MEC e a Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (USAID – *United States Agency for*

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que foi ao longo dos governos de Castelo Branco e de Médici que se concretizou o projeto pedagógico de Ney Lobo, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, promulgado em 1968.

*International Development*), inclinados à educação tecnicista, como também discutiremos mais adiante.

E foi a partir dessas práticas escolares experimentadas no ILV que Ney Lobo sistematizou uma filosofia educacional. Aliás, como pudemos deduzir em nossa pesquisa, ele formulou hipóteses, as pôs em prática, testou, verificou, avaliou, e formulou novas teorizações, sintetizando fundamentos e princípios pedagógicos e propondo uma metodologia.

Nessa sistematização, reconhece-se claramente a essência da Pedagogia Espírita, mas também aparece o contexto sociopolítico em que foi inserida e a própria subjetividade do autor. Personalidade pragmática, embebida nos valores cívicos da mentalidade militar, sua experiência teve aspectos sui-generis. (INCONTRI, 2001, p. 245)

Mas como salienta Roger Chartier, é importante estar ciente de “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (1991). Ao longo dos capítulos procuramos evidenciar as contradições entre as facetas do militar, do filósofo, do educador e do religioso que foi Ney Lobo. Além disso, o enfoque nas representações se fundamenta também em um “retorno a uma filosofia do sujeito que recusa a força das determinações coletivas e dos condicionamentos sociais” (CHARTIER, 1991), isto é, Ney Lobo agiu de acordo com convicções próprias, forjadas por meio da apropriação que fez do militarismo, da filosofia espírita e do escolanovismo. Apropriação aqui como produção de sentido a partir de representações, e estas como percepções do mundo social.

Além disso, e estendendo à obra literária de Ney Lobo, é preciso estar ciente de que

(...) as produções intelectuais e estéticas, as representações mentais, as práticas sociais, são sempre governadas por mecanismos e dependências desconhecidos dos sujeitos, mas que podem ser pensadas pela historiografia a partir da noção tripla de representação, designativa: 1. das representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; 2. das formas de exibição do ser social ou do poder político, tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito e da “estetificação da vida” (Max Weber); e ainda, 3. da “presentificação” em um representante (individual ou coletivo,



concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado de continuidade e estabilidade. (ZANOTTO, 2008, p. 43)

A educação militar pela qual passou Ney Lobo não deixou de cravar marcas profundas em suas convicções pessoais, no projeto pedagógico que geriu, e na filosofia que propôs; mas além disso, há também a influência de suas aspirações espirituais e suas interpretações dos textos kardecianos, representações que cimentaram toda a sua trajetória. No entanto, a despeito da influência marcante do militarismo em sua obra, o professor a transcendeu, resultando no projeto pedagógico do ILV e na sistematização de uma filosofia de educação.

Dessa forma, procuramos analisar a formação dessa percepção militar do fato educacional em Ney Lobo, bem como a sua formação religiosa e filosófica, tendo o espiritismo e o escolanovismo como pano de fundo, influenciando sua concepção de educação. Para isso, demos enfoque, ao longo do trabalho, à categoria de *habitus* de Pierre Bourdieu, que se trata de:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p. 65)

E ainda:

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações (...). (BOURDIEU, 2004, p. 158)

Ademais, nesta pesquisa utilizamos outros pressupostos e categorias propostos por Bourdieu, como os conceitos de *campo* e *práticas*, que sintetizaremos no percorrer do texto. Diz o sociólogo que “há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos” (2004, p. 149).

Enfim, o projeto pedagógico do Colégio Lins de Vasconcellos permaneceu ativo como havia sido idealizado até 1974, quando Ney Lobo deixou a instituição. Até 1998, a escola foi mantida pela Federação Espírita do Paraná, mas a partir daquele ano, foi

arrendada para outra entidade administradora privada, mudando de nome e de orientação pedagógica. O colégio e a Cidade Mirim existem ainda hoje, mas com características bastante diversas daquele tempo.

É certo, no entanto, que a idealização de uma pedagogia ou de uma escola nem sempre se materializa sem contradições ou desvios. Investigamos, portanto, como se planejaram as práticas escolares propostas por Ney Lobo naquele colégio, e de que maneira essas práticas estariam ou não de acordo com sua filosofia educacional publicada em livros e periódicos posteriormente.

Dentre esses livros (14 publicados, no total), frutos tanto de suas experiências docentes, quanto de suas pesquisas e elucubrações, destacamos os seguintes: *Filosofia Espírita da Educação e suas conseqüências pedagógicas e administrativas* (1989); *Estudos de Filosofia Social Espírita* (1992); *O Plano Social de Deus e as Classe Sociais Segundo a Doutrina Espírita* (1994); *Prática da Escola Espírita: a escola que educa* (2003); e a obra não publicada *Filosofia Política Espírita*.

Dessa forma, investigamos as fontes de onde hauriu o professor as suas convicções educacionais, sobre quais princípios e fundamentos ergueu sua filosofia educacional, materializada na cultura desenvolvida na escola que dirigiu e nos conceitos pedagógicos expressos em suas publicações, e como se deu a sua trajetória intelectual, partindo da análise de seus itinerários.

Em seus livros, Ney Lobo se contrapõe enfaticamente a uma determinada cultura escolar, que considerava como mantenedora de uma educação passiva, propondo outra, mais ativa e com bases espiritualistas. Entretanto estabelecer o que seja uma cultura não é tarefa fácil. Salienta o historiador inglês Peter Burke, que o termo cultura é bastante problemático, mas explicita e sintetiza este autor uma definição do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, que em 1871 conceituou o termo como “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (BURKE, 2008, p. 42-42). Mais à frente, também de maneira sintética, contrapõe àquela a visão de outro antropólogo, o estadunidense Clifford James Geertz, para quem cultura é

um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e

desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.  
(BURKE, 2008, p. 52)

A conceituação do que seja cultura é importante para compreendermos ainda este termo também delicado: *cultura escolar*, um tema “apaixonante, mas infinitamente difícil de tratar” (JULIA, 2001, p. 10).

De acordo com Roger Chartier, o foco dos historiadores culturais, na perspectiva da nova história cultural, são as *representações* e as *práticas* (BURKE, 2008, p. 78). Ao investigarmos uma determinada cultura escolar, nossa bússola também apontou para essa direção. Assim, além das representações do que seja a escola, também as práticas escolares não são homogêneas, de modo que concorrem igualmente para a formulação, transmissão ou desenvolvimento não de uma, mas de culturas escolares. O historiador francês Dominique Julia assim define o termo:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).  
(2001, p. 10)

Desse modo, podemos sintetizar que uma determinada cultura escolar pode se expressar como representações e práticas, entre outros meios, na materialização do espaço escolar, no projeto arquitetônico da escola, no uso do tempo, na disposição dos móveis, na escolha e formas de utilização dos materiais escolares, na seleção dos conteúdos, na lida com os alunos, no recrutamento dos profissionais, etc. Essa materialização é o que se denomina *cultura material escolar*<sup>5</sup>, analisada aqui na perspectiva da *cultura material*, que, como explica o historiador e arqueólogo francês Jean-Marie Pesez, está ligada tanto à história como à arqueologia (1990, p. 179 e 202-211), mormente no que concerne ao escrutínio e à auscultação dos artefatos, sem desvincilhá-los, claro, do aspecto humano, uma vez que “é nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais”

---

<sup>5</sup> A professora Rosa Fátima de Souza esclarece que “as décadas de 1980 e 1990 viram florescer, consideravelmente, os estudos em história da cultura material motivados, em parte, pelos desdobramentos da Nova História, especialmente pela história serial praticada pela terceira geração dos Annales e, mais recentemente, pelo impacto da Nova História Cultural” (2007, p. 166).

(p. 189), assim, “seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos” (MENESES, 1998, p. 91).

Foi também neste sentido que investigamos a trajetória percorrida pelo professor Ney Lobo na elaboração teórica de sua filosofia educacional e das práticas escolares correspondentes.

Ademais, Ney Lobo se coloca alinhado a uma plêiade de professores, jornalistas, filósofos e profissionais de outros campos, que, professando a crença no espiritismo, voltaram seus olhares para a educação. Uma fração desta plêiade constituiu a rede de relações intelectuais de Ney Lobo, parte de suas estruturas de sociabilidade; diz Jean-François Sirinelli que “o meio intelectual constitui, ao menos para o seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (2003, p. 248), este pequeno mundo foi a sua rede de sociabilidade.

Parafraseando Peter Burke<sup>6</sup>, podemos dizer que o espiritismo tem muitos aspectos, e alguns estudiosos do assunto enfatizam este ou aquele aspecto que mais lhe convêm ou com o qual mais se afina. Alguns enfatizaram os aspectos pedagógicos da doutrina publicada por Allan Kardec. Assim, embora vários pensadores tenham dissertado sobre as relações entre espiritismo e educação, e ainda que não consideremos Ney Lobo como um fundador de movimento, ele acendeu um holofote sobre este aspecto, esmiuçando o tema de forma pragmática, e expressando-se de maneira objetiva e categórica.

Neste sentido, julgamos importante a pesquisa histórica dessa experiência pedagógica e dessa trajetória intelectual, enfocando os *campos* de atuação do professor, seja militar, docente, literário ou religioso. Junto com esta pesquisa, todavia, foi preciso não se deixar levar por um encantamento que poderia embotar o senso crítico do pesquisador. Foi preciso situar Ney Lobo, sua experiência no Colégio Lins de Vasconcellos e suas obras no contexto histórico em que se expressaram.

Compreendemos, assim, que estudar e esmiuçar a obra de Ney Lobo, buscar suas fontes de influência e historicizar sua trajetória intelectual, tem grande relevância acadêmica e social; explicitá-lo é contribuir para a história da educação no Brasil, bem

---

<sup>6</sup> “A mensagem do fundador bem-sucedido de um movimento, filosofia ou religião raramente é simples. Ela atrai muitas pessoas porque tem muitos aspectos. Alguns seguidores enfatizam um aspecto, alguns enfatizam outro, segundo seus próprios interesses ou a situação em que se encontram.” (BURKE, 2008, p. 40)

como para a exemplificação de pedagogias inovadoras oriundas do trabalho e da sistematização de pensadores brasileiros.

É certo, há de convir, que Ney Lobo não teve uma projeção nacional impactante. Nem mesmo dentro do próprio movimento espírita brasileiro em sua generalidade. O que não invalidaria sua obra. Ele se caracteriza possivelmente como um “intelectual despertador”, nos dizeres de Sirinelli (2003, p. 246), ou seja, um intelectual que exerceu alguma influência cultural em seu círculo e nas gerações seguintes de pensadores<sup>7</sup>. As cartas analisadas nos permitiram identificar essa influência; foram vários convites para explicar suas teorias em congressos, trocas de impressões sobre suas obras, escolas abertas por professores que se interessaram pela filosofia espírita da educação, como a Escola Espírita Amália Domingo Soler em Campo Grande-MS, em 1993, a Escola Espírita Eurípedes Barsanulfo em Sobradinho-DF, fundada pela Campanha Auta de Souza, e uma, inclusive, que leva o seu nome: a Escola Professor Ney Lobo, inaugurada em 2005 em Manaus, com recursos do governo do estado, e que oferece ensino gratuito da educação infantil às séries iniciais do ensino fundamental. Também foram criados grupos de estudos de suas obras, como em Recife e em Sobradinho.

No entanto, cabe aqui uma observação: Ney Lobo era espírita e militante. E ocorre que a noção que se tem comumente do espiritismo no Brasil está geralmente atrelada ao seu viés religioso, mesmo entre os próprios espíritas, como se pode depreender dos trabalhos de Sinuê Miguel (2012), Fábio Luiz da Silva (2005), Sandra Stoll (2003); Marion Aubrée e François Laplantine (1990); Carlos Eduardo Lewgoy (2006); e Paulo Fernandes (2008). Em uma pesquisa realizada para o nosso trabalho monográfico (CARDOSO, 2006), por exemplo, percebemos que, ao menos na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, nos anos de 2005 e 2006, o espiritismo era visto, entre os professores, predominantemente como religião ou seita. Acreditamos, por indução, que esse pensamento não seja exclusivo dos professores da referida faculdade, e essa ideia parece se refletir, em consequência, no desconhecimento acadêmico em relação a ensaios pedagógicos relacionando doutrina espírita e educação, às escolas

---

<sup>7</sup> Esse tipo de intelectual não seria necessariamente e amplamente conhecido, mas teria uma produção capaz de fermentar ideias correlatas nas gerações seguintes de intelectuais, ainda que num meio restrito de influência. Este parece ser exatamente o caso de Ney Lobo, pouco conhecido mesmo no movimento espírita brasileiro, mas cuja produção influenciou outros teóricos da pedagogia espírita da geração posterior à sua, que esboçaram seus pensamentos a respeito da educação escolar.

existentes no país que tomam para si o qualitativo de espíritas, e mais particularmente, ao trabalho de Ney Lobo e sua filosofia educacional.

Não obstante, desde há muitas décadas tem existido um movimento educacional espírita em nosso país já digno de nota, do que se depreende que a causa dos poucos estudos a esse respeito não poderia ser a sua inexpressividade ou irrelevância. Temos ciência até o momento de 63 dissertações de mestrado e 25 teses de doutorado que têm o espiritismo como tema central, defendidas entre 2000 e 2017.

Desses trabalhos, seis dissertações relacionam educação e espiritismo (sendo duas sobre Eurípedes Barsanulfo e duas sobre Anália Franco): *Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na primeira república*, por Alessandro Cesar Bigheto (Universidade Estadual de Campinas, 2006); *Eurípedes Barsanulfo e o Collégio Allan Kardec*, por Anderson Claytom Ferreira Brettas (Universidade Federal de Uberlândia, 2006); *Práticas educativas no movimento espírita: um estudo sobre a Casa da Vovozinha*, por Creusa Ribeiro da Silva (Universidade Federal da Paraíba, 2006); *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920)*, por Eliane de Chisto Oliveira (Universidade São Francisco, 2007); *A noção de ciência e educação no espiritismo*, por Celma Laurinda Freitas Costa (Universidade Católica de Goiás, 2009); e *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do império para República (1868-1919)*, por Samantha Lodi-Corrêa (Universidade Estadual de Campinas, 2009). Além desses trabalhos, quatro teses<sup>8</sup> fazem esta relação (uma delas sobre Allan Kardec – professor Hippolyte Léon Denizard Rivail): *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*, por Dora Incontri (Universidade de São Paulo, 2001); *Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)*, por Cleusa Maria Fuckner (Universidade Federal do Paraná, 2009); *Educação de pais gestantes: uma pedagogia possível segundo o espiritismo como saber emergente e educação integral do ser humano*, por Cícero Marcos Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009); e *Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec: um*

---

<sup>8</sup> INCONTRI, Dora. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. Universidade de São Paulo, 2001; FUCKNER, Cleusa Maria. *Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)*. Universidade Federal do Paraná, 2009; TEIXEIRA, Cícero Marcos. *Educação de pais gestantes: uma pedagogia possível segundo o espiritismo como saber emergente e educação integral do ser humano*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009; BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. *Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec: um professor pestalozziano na França do tempo das Revoluções*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

*professor pestalozziano na França do tempo das Revoluções*, por Anderson Claytom Ferreira Brettas (Universidade Federal de Uberlândia, 2012).

O nome de Ney Lobo aparece em quatro dissertações e em duas teses; em duas dessas dissertações apenas como referência bibliográfica, nas outras duas e nas teses, é dada alguma ênfase em sua filosofia educacional. Mas nenhum trabalho centralizado na figura de Ney Lobo, em sua trajetória, ou que esmiuçasse sua filosofia com mais detalhes, ou menos ainda que se aprofundasse em sua visão social e política, o que torna inédito o esforço de pesquisa para esta tese.

Desconhece-se, portanto, e em geral, a existência de uma filosofia educacional, uma pedagogia e um movimento social e educacional espíritas. E podemos daí sugerir que esse desconhecimento se dá por dois motivos: primeiro porque, na história da pedagogia, trata-se de um movimento relativamente recente (ao que pudemos pesquisar, o primeiro congresso espírita com relação à educação data de 1949; trata-se do *1º Congresso Educacional Espírita Paulista*, mas os trabalhos mais sistematizados datam da década de 1970, retomados com mais vigor na virada do milênio); e segundo por boa parte dos pesquisadores não-espíritas (ou até mesmo espíritas) terem apenas a visão religiosa do espiritismo, e daí um certo receio epistemológico.

Mas desde que a filosofia espírita da educação, elaborada e sistematizada por Ney Lobo, se mostra como sólida proposta educacional, baseada numa concepção original de ser humano e de mundo, há razões para que sejam estudados os seus trabalhos, uma vez já existirem escolas espíritas em todo o país (algumas delas por influência direta de Ney Lobo, como citamos – ainda que divergentes em relação às características ideais traçadas por ele), diversos congressos já realizados de norte a sul (alguns com sua presença e contribuição), trabalhos acadêmicos já publicados a respeito de educação e espiritismo, cursos de pós-graduação (num dos quais Ney Lobo lecionou), e associações pedagógicas espíritas constituídas em vários estados.

Além disso,

A historicização do Espiritismo passa necessariamente pela Educação, já que Kardec, assinando-se ainda como Rivail, havia sido durante 30 anos emérito educador na França. Aliás, a própria compreensão da doutrina espírita passa por uma compreensão pedagógica. Apesar de, no Brasil, no caldo cultural católico-jesuítico, o espiritismo ter assumido muito mais o aspecto apenas religioso, Kardec vinha de uma tradição filosófico-pedagógica e não compreendia a doutrina como

mais uma religião, no sentido tradicional da palavra. Como nova forma de religiosidade, sim. Mas acima de tudo, seu ideário era o da educação. (INCONTRI e GRZYBOWSKI, 2005, p. 9.)

Em suma, nos munimos de elementos suficientes para empregarmos esforços na historicização da trajetória intelectual de um professor, filósofo e militar que sistematizou uma filosofia espírita de educação – embora ele se colocasse como um “simples porteiro” (LOBO, 2002d, p. 285), no sentido de simples colaborador dentro deste tema, não fechando o assunto –, elaborou ainda uma filosofia social espírita e uma filosofia política espírita, e engajou-se, mesmo com sacrifícios pessoais, na divulgação de sua proposta pedagógica.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é historicizar a trajetória e o pensamento pedagógico do professor Ney Correia de Souza Lobo.

Investigamos, desse modo, o passado, buscando pistas para, por meio de entrevistas narrativas e pesquisa bibliográfica, hipertextual e documental, analisando documentos diversos, fotografias, correspondências, jornais, revistas, livros, vídeos etc., estudar a trajetória e parte da produção intelectual desse professor.

Dessa forma, levantamos junto à Federação Espírita do Paraná (FEP), em contatos por e-mail, o *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”*, com 94 páginas redigidas por Ney Lobo para o ano letivo de 1972; mais o *Regimento Interno* do colégio, constante de 28 páginas (incluindo uma separata e um extrato do regimento); um documento intitulado *Posicionamento Filosófico-Religioso do Colégio “Lins de Vasconcellos” e seus Fins Educacionais* para o ano letivo de 1972, com 3 páginas; as *Instruções Reguladoras do Exercício das Funções das Assistentes do Diretor*, com 18 páginas; as *Instruções Particulares para o Exercício das Funções de Sub-Coordenador Pedagógico*, com 7 páginas; a *Organização do Ano Letivo – Avaliação da Aprendizagem – Sistema de Recuperação*, com 8 páginas; o *Calendário Letivo de 1974*, com 2 páginas; as *Instruções para a Utilização da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica* de 1966, com 3 páginas; um documento intitulado *Aditamento ao Projeto Sobre Conselho de Ensino do I.L.V.*, com 2 páginas; um documento intitulado *Ao Regimento Interno do Instituto Lins de Vasconcellos*, com 2 páginas; um documento com o título cortado, mas cujas últimas palavras são *de Revitalização das Classes Integrais*, com 1 página; um *Questionário Referente à [sic] Refeições Servidas no Colégio*, com 2 páginas; a *Instrução Número 1* para a “Semana da Higiene Escolar”, com 3 páginas; um documento intitulado *Semana*



da Pátria de 1966, com 3 páginas; as *Instruções Reguladoras do Exercício da Função de Coordenador do Corpo de Alunos*, com 13 páginas; as *Instruções Particulares para o Exercício da Função de Assessor de Planejamento, Avaliação e Recuperação – (APLANAR)*, com 7 páginas; as *Diretrizes Provisórias para o Funcionamento do Serviço de Orientação Pedagógica do Curso Primário do Instituto “Lins de Vasconcellos”*, com 2 páginas; um documento do *Departamento de Relações Públicas* de 1966, com 2 páginas; um documento aos monitores de turmas (alunos designados para tal função) a respeito da “Manutenção da disciplina e higiene das salas de aulas” de 1966, com 1 página; outro semelhante aos professores, a respeito do mesmo assunto e do mesmo ano, com 2 páginas; um *Termo de Responsabilidade do Aluno*, com 3 páginas; e um *Anteprojeto de Resolução* da Assembleia de Representantes de Alunos, com 1 página.

A respeito de outros documentos da escola, fomos informados pela FEP de que boa parte do arquivo documental se encontraria em poder do próprio colégio. No colégio, fomos informados de que esses documentos estariam com Ney Lobo ou com a FEP. Encontramos alguns poucos documentos no acervo de Ney Lobo (mas várias correspondências que nos foram muito úteis), outro tanto na prefeitura da Cidade Mirim, mais alguns na Secretaria Estadual de Educação (como detalharemos mais adiante), e a federação já nos havia enviado por e-mail os importantes documentos citados no parágrafo acima.

Com a pesquisadora Silvete Aparecida Crippa de Araujo<sup>9</sup>, conseguimos um exemplar do jornal *O Escolar* de 1972, editado pela FEP, com notícias sobre o Instituto Lins de Vasconcellos.

Além disso, tivemos, como dito, acesso ao acervo pessoal do professor Ney Lobo (uma pequena parte dele estava na Cidade Mirim do Colégio Opet, pois havia sido doado pela esposa; a maior parte de seu acervo estava sob os cuidados dos amigos Aristéia Moraes Rau, Alberto Rau e Eustáquio Reis Mendonça, e outra pequena parte estava em sua residência, mormente as fotografias de família), do qual selecionamos 1 ato (1 página), 4 ofícios (8 páginas ao total) e 1 portaria (1 página) referentes ao Colégio Lins de Vasconcellos, 228 correspondências (pessoais e profissionais, totalizando 523 páginas, entre manuscritas, datilografadas e digitadas) e 179 fotografias (entre registros

---

<sup>9</sup> Então doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com pesquisa a respeito da mulher e as propostas de formação para o trabalho nos periódicos da Federação Espírita do Paraná, na primeira metade do século XX.

profissionais, familiares e do colégio). Relativo especificamente ao Instituto Lins de Vasconcellos, encontramos outros 28 documentos (totalizando 148 páginas) que versam sobre a organização da Cidade Mirim e outros departamentos da escola, incluindo alguns panfletos de divulgação, croquis da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica e um exemplar do “Jornal Cidade Mirim”. Dos documentos pessoais, encontramos diversos ensaios escritos e pesquisas realizadas pelo professor, *curricula vitae* e certificados, trabalhos acadêmicos realizados em cursos, projetos e relatórios de suas experimentações pedagógicas, e originais de algumas de suas obras (algumas cópias eram manuscritas, outras digitadas), incluindo a *Filosofia Política Espírita*, inédita até a finalização desta tese.

Foram analisados ainda jornais e revistas que referenciavam Ney Lobo, o Instituto Lins de Vasconcellos, ou elementos importantes para contextualizar sua trajetória. Assim, foram objetos de análise: 2 edições do *Diário do Congresso Nacional*; 12 edições do *Diário Oficial da União*; 13 edições do *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro); 9 edições do *Correio do Paraná* (de Curitiba); 1 edição de *O Semanário* (de São Paulo); 1 edição do *Jornal do Brasil* (do Rio de Janeiro); 1 edição do *Jornal Auta de Souza* (de Sobradinho-DF); e 4 edições do *Jornal Mundo Espírita* (de Curitiba). Também foram feitas análises de leis e decretos que puderam contribuir para a compreensão dos contextos vivenciados por Ney Lobo.

Buscamos outrossim, pessoalmente, informações na Secretaria de Educação do Estado do Paraná, de onde obtivemos 27 páginas de atas de avaliações finais de aprendizagem e exames de admissão para o 1º ciclo do ensino médio do Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos, entre 1962 e 1973, e 12 páginas para o 2º ciclo, entre 1965 e 1973 (todas impressas a partir de microfimes).

No Arquivo Público do Paraná, onde também estivemos pessoalmente, não logramos êxito em encontrar informações relevantes, tanto sobre Ney Lobo quanto sobre o Instituto Lins de Vasconcellos.

Ademais, seguindo o direcionamento das orientações de Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2010, p. 90-113), selecionamos possíveis narradores, dentre aqueles que conviveram com o professor, e organizamos entrevistas narrativas para a coleta de depoimentos, na perspectiva de “um método de geração de dados” (p. 90). Os narradores compreenderam a esposa e outros quatro amigos pessoais, além de dois ex-alunos (estes últimos por e-mail, em resposta a questionamentos, não

sendo exatamente entrevistas narrativas). Além disso, visitamos o próprio Colégio (hoje Colégio Opet de Curitiba, com modificações em suas instalações, inclusive na Cidade Mirim) e a Federação Espírita do Paraná.

A opção pelas entrevistas narrativas (EN) se justifica porque estas podem “reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível” (p. 93), minimizando bastante a influência do pesquisador na construção da história narrada, uma vez que “as regras de execução da EN restringem o entrevistador” (p. 95). Após as entrevistas, fizemos as transcrições detalhadas e as análises. Ao final, como orientam Bosi (2003, p. 66), Gaskel e Bauer (BAUER; GASKELL, 2010, p. 486-487), submetemos tanto as transcrições quanto as análises à apreciação e julgamento dos próprios narradores.

Ao lado das narrativas, fez-se necessária também a investigação do mais concreto, como o próprio Colégio Lins de Vasconcellos, a Cidade Mirim (mais por fotografias que por sua versão atual, modificada), sua organização e arquitetura, bem como os documentos escolares já citados (fotografias, materiais de divulgação, programas de ensino, projeto pedagógico e outros registros documentais diversos – além de um livro de autoria do próprio Ney Lobo, *Educação Moral e Cívica, 5ª série*, utilizado como manual no colégio). Outros objetos materiais como quadros, mesas e carteiras, assim como a organização espacial das salas de aula, só puderam ser analisados por fotografias.

Levamos em consideração ainda o que comenta Dominique Julia a respeito das lacunas em sua explanação sobre *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*, apontando-as na conclusão do texto. Essas lacunas nos pareceram sobremaneira importantes para o nosso estudo:

1º) Não falei sobre a inculcação do *habitus* tal como ela foi operada no espaço escolar: *habitus* cristãos, *habitus* cívicos, ou simplesmente civilidade pueril e discreta. (...) como através de uma história oral, questionando as antigas gerações, tudo o que de uma cultura tradicional, ou de uma cultura específica de determinado grupo social, pôde resistir à tentativa de aculturação da escola, tudo que também pôde acolhê-la e sustenta-la. (...) existe uma cultura dos jovens que resiste ao que se pretende inculcar: espaços de jogos e de astúcias infantis desafiam o esforço de disciplinamento. Essa cultura infantil, no sentido antropológico do termo, é tão importante de ser estudada como o trabalho de inculcação.

2º) Seria conveniente analisar atentamente as transferências culturais que foram operadas da escola em direção a outros setores da sociedade em termos de formas e de conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola. (...)

3º) Última pergunta, mas não a menos desprovida de sentido: o que sobra após a escola? Quais marcas ela realmente imprimiu nos indivíduos de uma sociedade onde há efetivamente sempre mais escola (...)? Quais são hoje os poderes reais da escola nas sociedades onde não só não existe uma religião majoritária, mas onde desmoronaram também as esperanças de uma regulação comum dos costumes por uma crença comum, uma religião “civil”, quer se trate da fé na nação, no progresso ou no triunfo do proletariado? (JULIA, 2001, p. 36-37)

Para a primeira questão, fizemos o estudo da cultura escolar impressa no ILV sob a perspectiva dos documentos analisados, durante o período em que Ney Lobo lá esteve; para a segunda questão, analisamos o quanto do ILV aparece na sistematização filosófica de Ney Lobo; quanto à terceira questão, não foi nosso objeto específico de estudo a escola, a ponto de investigarmos as marcas deixadas por ela, a não ser alguns pontos tocados pelos narradores que selecionamos.

Por fim, a especificidade desse filósofo consiste não apenas na sua experimentação pedagógica particular, conectada a uma trajetória coletiva e influenciada pelo militarismo, mas sobretudo na relação metódica que conseguiu estabelecer entre espiritismo e educação, transcendendo seu próprio *habitus* militar.

Ao intentarmos explorar essa trajetória intelectual, no entanto, poderíamos ter caído na tentação de arriscar um ensaio biográfico ou produzir uma história de vida cronologicamente estruturada: “ilusão retórica” ou “noções do senso comum”, de acordo com Pierre Bourdieu. Diz ele:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Eis porque é lógico pedir auxílio àqueles que tiveram que romper com essa tradição no próprio terreno de sua realização exemplar. (1996, p. 185)

De fato, a vida humana é descontínua, permeada de contradições e incoerências, guinadas imprevistas e acontecimentos aparentemente sem sentido em cada curva da

existência, não sendo possível traçar um caminho linear e orientado, “que tem um começo” e “um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade” (p. 183). Bourdieu evoca o filósofo americano Paul Ziff para salientar que o nome próprio é o único “ponto fixo” frente à mutabilidade de situações de uma trajetória de vida; pelo nome próprio “institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (BOURDIEU, 1996, p. 186 – grifo do autor). Alerta ainda para a perigosa ideia de se tentar compreender uma vida como uma sucessão de acontecimentos vinculados unicamente a um sujeito “cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio” (p. 189). Ao final do artigo, Bourdieu enuncia a imperiosa necessidade de se definir os acontecimentos biográficos como “*colocações e deslocamentos no espaço social*” (p. 190); salienta que

não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (p. 190)

Ou seja, não é plausível abordar uma trajetória intelectual, como a que intentamos, sem que se compreenda os contextos no qual ela se deu. “Quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma idéia da paisagem na qual ela se realiza?” (p. 190). Assim, não nos furtamos à análise do contexto, e poder-se-á perceber ao longo dessa pesquisa que, de fato, a vida de Ney Lobo sofreu reviravoltas variadas, deixando constante quase que unicamente o seu próprio nome, ainda que tenha mantido também várias características de seu *habitus*, construído ao longo das primeiras décadas de sua vida.

No entanto a ideia de Bourdieu a respeito da biografia como uma “ilusão” poderia levantar suspeitas sobre as fontes orais utilizadas neste trabalho. Essas suspeitas, entretanto, não se justificariam mais. Ocorre que este artigo de Bourdieu, intitulado *A Ilusão Biográfica*, é originalmente de 1986, e, de acordo com Maria da Conceição Passeggi (2014) se trata de um contraponto a um artigo do sociólogo italiano Franco Ferrarotti, publicado na França em 1983 e intitulado *Histoire et histoires de vie* (História e histórias de vida), em que este se envereda pela ideia de “autonomia do método biográfico”. Pois bem, Passeggi assevera que

as mudanças sociais, ao longo dos últimos trinta anos, esmaeceram, no entanto, os argumentos utilizados por Bourdieu para denunciar a ilusão biográfica. Por isso, reduzir seu pensamento a esse artigo não faz justiça ao seu modo de entender a permanente revolução da ciência. (2014, p. 227)

E advoga a tese de que, surpreendentemente, foi o próprio Bourdieu quem acabou validando o método “(auto)biográfico”, por meio da história oral. No livro de 1993 sob sua coordenação, intitulado *A Miséria do Mundo*, Bourdieu, ao escrever o capítulo *Compreender*, se harmoniza, de acordo com Passeggi (p. 228), “com os grandes princípios do método biográfico” defendidos por Ferrarotti. “Contra a ‘ilusão biográfica’, as abordagens de Ferrarotti e de Bourdieu priorizavam a qualidade do material, a sua riqueza, e não uma representatividade estatística” (p. 229). Diz Bourdieu:

o desejo de descobrir a verdade, que é constitutivo da intenção científica, fica totalmente desprovido de eficácia prática se ele não é atualizado sob a forma de uma “profissão”, produto incorporado de todas as pesquisas anteriores que não tem nada de um saber abstrato e puramente intelectual: essa profissão é uma verdadeira “disposição a perseguir a verdade” (...), que leva a improvisar na hora, na urgência da situação de entrevista, as estratégias de apresentação de si e as respostas adaptadas, as aprovações e as perguntas oportunas, etc., de maneira *a ajudar o pesquisado a dar a sua verdade* ou, melhor, a se livrar da sua verdade. (2008, p. 709 – grifo nosso)

Por fim, Passeggi (2014, p. 232) analisa a obra *Esboço de auto-análise*, de Bourdieu, concluindo que há uma evolução do pensamento de Pierre Bourdieu no que concerne ao (auto)biográfico, de modo que, no fim, o sociólogo francês “aderiu ao biográfico”.

Esta explanação se justifica, porque, como explicitado anteriormente, parte das fontes para a elaboração desta tese são provenientes de entrevistas narrativas. Do mesmo modo, foram analisados trechos autobiográficos do próprio professor em suas missivas, currículos e anotações pessoais. Nesse sentido, precisamos concordar com Passeggi que,

não se busca uma “verdade ontológica”, mas compreender como as pessoas, enquanto sujeitos da experiência, percebem o que as afetou no seu processo de formação intelectual, profissional e humana, e como a narrativa aguça sua reflexividade para compreender o *habitus* e o *habitar*. (p. 233)

Portanto, não temos a pretensão de abranger a totalidade da vida desse intelectual, que, além de escapar a uma inexistente linearidade histórica (embora tenhamos dado um enfoque cronológico nos dois primeiros capítulos), demanda o conhecimento de pormenores ausentes nas fontes, ainda que estas tenham sido abundantes. Assumimos, no entanto, a tarefa de montar um quebra-cabeças e dar a ele algum sentido. Essa “montagem” é, acima de tudo, uma tarefa de interpretação. Frente às fontes, foi necessário garimpar, observar, selecionar, analisar e interpretar, além de descrever e explicar.

Cabe explicitar que estamos também cientes de que

Há algo do livre arbítrio do sujeito que fatalmente se perde nessas categorias que aprisionam a experiência. O historiador é aquele que trabalha diferentes chaves de interpretação. Nas trajetórias de Sartre e Aron, por exemplo, há coisas como o acaso, a necessidade, o livre arbítrio, que Bourdieu e outros esquematismos não são capazes de explicar. Os intelectuais têm questões mais complicadas do que sugerem os parâmetros sociológicos. (SIRINELLI, 2013, p. 52)

Assim, a trajetória intelectual de Ney Lobo nesta tese, é, de tal sorte, um trabalho descritivo, analítico e interpretativo, uma análise de itinerários contextualizados com o seu tempo, seu ambiente social, político e cultural, suas redes de relações, todos mutáveis ao longo do percurso. Situamo-lo historicamente a fim de entender o meio em que ele se inseria, e compreender as origens e o esboço de seu pensamento pedagógico, e a relação entre seus itinerários e seus ideais, com o intuito ainda de verificar a relevância histórica de sua produção.

Dessa forma, nos capítulos 1 e 2 temos um recorte temporal que vai de 1919 a 2012, salientando os itinerários do professor Ney Lobo de maneira geral, a carreira militar, seus percursos acadêmicos, os primeiros passos como docente, sua militância pela educação espírita, alguns trâmites para a publicação de suas principais obras e suas experimentações pedagógicas, evidenciando a construção do seu *habitus* em diferentes campos sociais. Nos capítulos 3 e 4 analisamos o Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos no período de sua idealização pela FEP (décadas de 1950 e 1960) até 1974, recortando o período em que Ney Lobo esteve presente na escola, coincidindo ainda com a primeira metade do Regime Civil-militar brasileiro, e enfocando as suas ações e teorizações dentro da escola. Optamos, nesses quatro capítulos, por citar longos trechos das correspondências de Ney Lobo pela sua importância para nossas análises, bem como por talvez não serem de fácil

acesso, uma vez que fazem parte de um acervo único. No capítulo 5 damos ênfase à sua produção teórica, focalizando para análise sua filosofia de educação. Por fim, encerramos o texto dessa tese com as Considerações Finais.



*Figura 1 – Ney Lobo, quando diretor do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



# Capítulo 1

## Itinerário de Formação Inicial

### 1.1 O caçula e sua confortável infância

Ney Correia de Souza Lobo nasceu na Praça General Ozório, centro da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, no dia 24 de julho de 1919. Era o sétimo e último filho do senhor Heitor de Souza Lobo (gerente do Banco Nacional do Comércio, agência de Curitiba) e da senhora Clotilde Correia Lobo. Tinha três irmãs e dois irmãos mais velhos, além de uma irmã falecida aos 18 anos de tifo. Eram eles Órion Correia Lobo, Lélia Correia Lobo (depois Lélia Lobo Câmara), Zilda Correia Lobo (depois Zilda Correia Melo), Nice Correia Lobo e Nelson Correia Lobo.<sup>10</sup>

O caçula, segundo sua viúva, dona Vitória Andolfatto Albuquerque Lobo, *foi criado com todo o denigo*, principalmente por suas irmãs. Quando criança, Ney Lobo morou na Rua Comendador Araújo (à época Avenida Commendador Araujo), no Centro de Curitiba.

---

<sup>10</sup> Essas informações foram obtidas por meio da análise de correspondências de Ney Lobo e das entrevistas que realizamos com dona Vitória Lobo, sua segunda esposa, e os amigos da família, Alberto Rau e Aristéia Moraes Rau. Dona Vitória nos concedeu entrevista em 23 de agosto de 2014, e veio a falecer no dia 23 de dezembro de 2015. Durante este período, nos dispensou mais algumas informações através de Alberto e Aristéia, por e-mail e redes sociais.



**Figura 2** – Fotografia de Infância: Ney Lobo aos 8 meses (29/03/1920). Fonte: acervo de Ney Lobo.

**Figura 3** – Fotografia de Infância (sem data). Fonte: acervo de Ney Lobo.



**Figura 4** – Fotografia de Infância: Ney Lobo com duas de suas irmãs em um jardim (sem data). Fonte: acervo de Ney Lobo.

As imagens acima (Figuras 2, 3 e 4) são do acervo fotográfico particular de Ney Lobo. Em seu escritório, dentro da própria casa, pudemos encontrar diversas fotografias de família. Notório é que em plena década de 1920, no Brasil, fotografias não eram de fácil acesso, eram um privilégio de alguns poucos que podiam se dar ao luxo de registrar, para a posteridade, um momento em família.

Fotografias são registros, fontes historiográficas não objetivas, mas interpretativas; registros que “representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico” (KOSSOY, 2001, p. 48). Não se trata de uma representação exata do passado, mas ao ser contextualizada, permite ser correlacionada com outras fontes documentais. Além disso, é preciso ter um olhar atento para não se deixar enganar pelas fotografias. É perceptível nas três fotografias acima, que as cenas foram arranjadas, as poses foram pensadas e montadas, os ângulos foram criteriosamente escolhidos. Ou seja, “precisamos – assim como no caso dos textos – prestar atenção à mensagem e ao remetente, perguntando quem está tentando nos dizer o quê e por que motivos” (BURKE, 2001).

Pierre e Marie-Claire Bourdieu salientam que:

De fato, a fotografia surge, desde o início, como o acompanhamento necessário das grandes cerimônias da vida familiar e coletiva. Se se aceitar, com Durkheim (1995), que as cerimônias têm por função reanimar o grupo, percebe-se por que a fotografia deve estar associada a elas, já que provê os meios para eternizar e solenizar estes momentos intensos da vida social, em que o grupo reafirma a sua unidade. (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 32)

Fato importante no que diz respeito à primeira fotografia (Figura 2): por ser o registro de um bebê, pensamos inicialmente se tratar do filho mais velho de Ney Lobo, também chamado Ney, nascido em 1957. Entretanto, no verso da imagem (Figura 5 adiante) encontramos três pistas que atestavam ser realmente uma fotografia do próprio Ney Lobo: a grafia “Curityba”; a data assinalada, “29 de Março”; e a frase “Ney com 8 meses”. Até 1919, o nome da cidade era grafado como “Curityba”. O decreto-lei de 1919, assinado pelo presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, estabeleceu oficialmente a grafia “Curitiba” (FERREIRA, 2006, p. 99). Quanto ao mês, sabendo que Ney Lobo nascera em 24 julho de 1919, é plausível supor que a fotografia seja realmente

de 29 de março de 1920, oito meses, portanto, após seu nascimento. E se tratava de um presente à sua “Vovó Therezinha” (ver Figura 2).



*Figura 5 – Verso da fotografia da Figura 2. Fonte: acervo de Ney Lobo.*

Foto rara, devemos dizer, já que “é só por volta de 1930 que fotografias da primeira comunhão começam a surgir, enquanto que as fotografias de batizados são ainda mais recentes e raras” (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 33 – isso no contexto francês, que dirá no Brasil?). Por raras, entendemos inicialmente como também “caras”, o que nos levou à suposição de que a família de Ney Lobo pertencesse à elite econômica de Curitiba. O estilo de vida dessas famílias “era divulgado através das fotografias e coluna social. As representações eram das pessoas jogando tênis no clube, veraneando no litoral, as famílias nas suas mansões, as festas de batizado, casamentos e noivados” (RENK, 2009b). No entanto, o sobrenome “Lobo” não figura entre aqueles mais briosos da década de 1920, como “Leão, Caillet, Munhoz da Rocha, Gomm, Hauer” (RENK, 2009b). Além disso,

as fotografias de família começaram a ser tiradas quase imediatamente após a criação das câmeras e por famílias de quase todas as camadas sociais. Elas obedecem a um modelo estabelecido pela nobreza, quando somente os poderosos e abastados tinham a possibilidade de se fazer pintar pelos grandes artistas. As sessões de pose para o pintor continuaram, durante algum tempo, dada a necessidade de longa exposição para as primeiras fotografias e, de certa forma, o cenário, a indumentária, as atitudes, a ordem dos retratados continuou a ser obedecida em retratos de família de origens geográficas diferentes e de condições econômicas díspares. Esse estereótipo que, com grande qualidade, é encontrado entre os ricos e poderosos, pendurado em

paredes de mansões ou encerrado em pesados álbuns de madeira trabalhada com fechos dourados, encontra-se também em volta de espelhos de acampamentos, em gavetas ou caixas de sapato, amarrado com elástico, em caixas de costura, em casas de cômodos ou nos velhos sobrados da cidade. (LEITE, 1994, p. 131)

Talvez aquela fotografia não fosse realmente um privilégio. De qualquer forma, no entanto, os pais de Ney Lobo vinham de uma família tradicional de ervateiros<sup>11</sup>, e ao que nos informa a senhora Aristéia Moraes Rau, amiga de Ney Lobo, a família da mãe dele era uma família de posses de terra.

O cultivo de erva-mate era de fundamental importância econômica para a região Sul do Brasil no final do século XIX e início do século XX. E “em parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina a produção da erva-mate foi organizada, ainda no final do século XIX, na forma industrial” (GERHARDT, 2013, p. 88). Inicialmente, o beneficiamento da erva era feito em engenhos hidráulicos, posteriormente foram introduzidos os motores a vapor, uma mudança “iniciada nas empresas de Ildefonso Pereira Correia (o Barão do Serro Azul), situadas em Antonina e Curitiba” (p. 89).

De acordo com Ricardo da Costa de Oliveira, o sobrenome “Correia”, do Barão Ildefonso, está representado entre as “Famílias Históricas do Paraná”:

Correia (do litoral), Beira-Portugal / fins do século XVIII. Esta família teve importância central na Província. Iniciou-se com o tenente-coronel Manoel Francisco Correia, o Velho. Esta é a família do senador imperial e ministro Manoel Francisco Correia, do deputado Euphrásio Correia, do presidente de Santa Catarina, Francisco Ferreira Correia (...), do Barão do Serro Azul – Ildefonso Pereira Correia, (...). *Família ligada à economia ervateira*. (2000, p. 388 – grifo nosso)

Essa anotação reforça a informação a respeito da ascendência de Ney Lobo e de que a família de sua mãe, de quem ele herda o sobrenome “Correia”, se tratava de uma família tradicional de ervateiros. Questionamos, então, os amigos da família, a senhora Aristéia Rau e o senhor Alberto Rau, seu esposo, a respeito do possível parentesco entre Ney Lobo e Ildefonso Correia. Segundo os amigos, dona Vitória informou, embora não confirmasse o parentesco, que as famílias de Ney Lobo e de Ildefonso<sup>12</sup> se visitavam.

<sup>11</sup> Plantadores e comercializadores de erva-mate.

<sup>12</sup> Há na cidade de Curitiba um Centro Espírita chamado Ildefonso Correia. No site da instituição, encontramos uma extensa biografia do barão que diz que “os Correia possuíam uma nobreza própria, uma

Em todo caso, a exportação de erva-mate crescera substancialmente entre 1860 e 1930 (GERHARDT, 2013, p. 253-254), tornando-se o principal motor da economia paranaense; ela esteve, assim, “na origem da riqueza das principais famílias do Paraná” (p. 90). Geraldo Camargo afirma que, no final da década de 1920, “a economia baseada na industrialização da erva mate [*sic*] havia possibilitado o desenvolvimento de Curitiba praticamente no mesmo ritmo das outras capitais do país” (2007, p. 155).

Vivendo, pois, numa região central da cidade, com acesso a fotografias de infância, proveniente de uma família de produtores de erva-mate, é de se supor que a família Correia Lobo pertencesse à classe média ou alta de Curitiba entre os anos 1920 e 1930.

A produção e exportação de mate, porém, entrou em decadência a partir da década de 1930. Marcos Gerhardt afirma que embora existissem “extensos ervais nativos na América Meridional durante o século XIX”, nos fins da década de 1930 “a maioria deles estava drasticamente alterada ou havia desaparecido” (2013, p. 17). A extração intensa da erva e o desmatamento acabaram prejudicando a conservação dos ervais nativos.

Os amigos (citados) de Ney Lobo informaram que sua família havia sido prejudicada financeiramente com a crise da erva-mate: *a família dele, quando o professor Ney Lobo ficou mocinho, tinha perdido totalmente o status, e o jovem Ney foi para a escola militar realmente como uma solução para a vida dele.*

---

fidalgua peculiar, independente mesmo dos títulos nobiliárquicos”. Logo no início, o artigo informa que “Ildefonso Pereira Correia nasceu aos seis de agosto de 1845, em Paranaguá”. Mais adiante, sobre o biografado, conta: “Ele podia se dar ao capricho do luxo e da opulência, sem perder, contudo, o traço de humildade e humanismo que o mantinha aproximado dos pobres. Honesto e progressista, como comerciante e como homem público. Grande alma. Coração bondoso. Caráter nobre e puro. Homem laborioso e probo. Espírito empreendedor e de iniciativa. Foi o maior e mais abastado industrial, no seu tempo. Todas as iniciativas progressistas e caridosas buscavam o seu apoio, que não recusava, sempre que se tratasse do bem da província ou da sementeira do bem a favor do próximo. Tinha satisfação em ser útil: a sua bondade fez com que se lhe desse o título póstumo de *Pai dos Pobres*. Foi fundador, mentor e 1º Presidente do Clube Curitibano e da Associação Comercial do Paraná, do Banco Mercantil e Industrial do Paraná”. Por fim, esclarece que Ildefonso morreu fuzilado em 20 de maio de 1884 (CEIC, s/a). No site da Federação Espírita do Paraná há também uma biografia de Ildefonso Correia, com teor bastante semelhante ao texto do CEIC, na qual constam algumas fontes de pesquisa sobre o biografado; ver FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. *Ildefonso Perreira Correia*. 2008. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=558](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=558). Acesso em 9 set. 2016.

## 1.2 Preâmbulo da construção de um *habitus*

Posto isso, vale aqui analisar alguns outros pontos importantes na construção histórica, social e política do contexto ao longo do qual Ney Lobo iniciou o ensino secundário por volta de 1931 até formar-se militar em 1943.

Aquela década de seu nascimento e as duas seguintes foram marcadas por várias manifestações sociais e trabalhistas, além de rebeliões militares e divisões políticas. A partir da década de 1920, momento em que se consolidavam na Rússia as estruturas políticas e sociais iniciadas com a Revolução de 1917, crescia o movimento operário brasileiro, liderado principalmente por imigrantes europeus, que traziam do Velho Mundo as ideologias políticas do comunismo e do anarquismo.

Nessa década, mormente durante os governos dos presidentes da República Epitácio Pessoa (1919 a 1922) e Artur Bernardes (1922 a 1926) uma série de rebeliões armadas lideradas por tenentes definiu o Movimento Tenentista (cujo marco inicial fora o levante do Forte de Copacabana em 6 de julho de 1922), que reivindicava o “voto secreto”, a “diminuição da descentralização federativa” e a “obrigatoriedade do ensino primário e profissional” (RODRIGUES, M., 2010, p. 52). Esses tenentes rebelados eram minoria no Exército, de acordo com o historiador Moacir José dos Santos (2005), mas o movimento provocou uma cisão na instituição entre legalistas e rebelados, bem como novas crises políticas, e contribuiu posteriormente para o desmantelamento da República Oligárquica do “Café-com-Leite” e para uma maior influência dos militares na política nacional, não sem conflitos dentro da própria instituição do Exército.

O sociólogo Sérgio Miceli informa que

Os tenentes sobre os quais existem informações biográficas bastante detalhadas, (...) têm em comum com os letrados a origem oligárquica e a trajetória em declínio de suas famílias. (...) [Mas] o que mais distingue os tenentes dos letrados é a distância muito maior entre as famílias de origem dos primeiros e o pólo intelectual da classe dirigente. (...)

Frequentemente integrantes de proles numerosas e muitas vezes marcados pela condição de filhos de um segundo casamento do pai, os tenentes acumulam os *handicaps* ligados à sua posição de caçulas em famílias numerosas com os que resultam da decadência da família tanto do ponto de vista da posição ocupada pelo pai como da perda do capital econômico. (2001, p. 39-40)

Embora num contexto posterior, Ney Lobo tem em comum com os tenentes revolucionários três pontos importantes: 1) a origem, senão “oligárquica”, ao menos de classe média, em uma família que teve um declínio financeiro; 2) a distância em relação ao pólo intelectual da classe dirigente, já que sua família parece não ter relações com carreiras políticas; e 3) era o caçula, o sétimo filho de uma família numerosa. Distingue-se no entanto, por ter concluído o ensino secundário e galgado postos mais avançados no oficialato, como também ter dado continuidade aos estudos no ensino superior, já no final da carreira militar.

Ainda sobre aqueles tenentes:

Formados na Escola de Realengo com grande rigor técnico, sentindo-se profissionais a serviço da sociedade e não dos governos, os tenentes comporiam um movimento, no interior do qual conviviam visões diferenciadas de intervenção na sociedade. (RODRIGUES, M., 2010, p. 51)

Havia, assim, no movimento tenentista duas vertentes ideológicas: uma radical e nacionalista, liderada pelo capitão portoalegrense Luís Carlos Prestes, militar de forte inclinação comunista, que defendia profundas reformas sociais e econômicas, assim como o fim da República Oligárquica; e outra moderada e conservadora, representada pelo tenente cearense Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que defendia reformas políticas mais liberais. Esta última vertente conseguiu aliar-se politicamente às oligarquias que discordavam da classe dirigente, concorrendo juntas para a efetização da chamada “Revolução de 1930”, que pôs fim à Primeira República e elevou à presidência o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas.

O estado do Paraná teve papel estratégico na Revolução/Golpe de Estado de 1930. Militares federais ali sediados, a Polícia Estadual do Paraná e grande parte da população deram apoio ao movimento revolucionário (OLIVEIRA, R. C., 1997). O assassinato de João Pessoa em Recife, o vice de Getúlio, em 26 de julho, havia transformado o que era uma conspiração em um movimento armado a partir de 3 de outubro; movimento esse que partiu do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro, passando pelo Paraná e por São Paulo, e que contou também com o apoio popular em virtude da crise econômica nacional. Assim, a 5ª Região Militar e a Força Estadual Paranaense foram a principal frente do ataque de outubro a São Paulo, estado que havia apoiado Júlio Prestes como sucessor do presidente Washington Luis contra Getúlio Vargas nas eleições de março.



Dessa forma, do Paraná, que já havia tido o presidente deposto desde o início de outubro e estava sob o governo revolucionário do general Mário Alves Monteiro Tourinho, os militares e civis gaúchos dirigiram as operações, de modo que no dia 20 de outubro, “desembarcava apoteoticamente em Curitiba” (OLIVEIRA, R. C., 1997, p. 48) Getúlio Vargas, fardado como militar. Cabe aqui uma conjectura: teria o infante netinho de dona Therezinha avistado o político gaúcho? Morando no centro da capital paranaense, que à época contava com cerca de 100 mil habitantes, é presumível que tenha presenciado o evento; além disso, alunos de várias escolas desfilarão para Getúlio – estaria o pequeno Ney entre eles? Existe possibilidade, mas não encontramos fontes a esse respeito. Em todo caso, dali os revolucionários seguiram por São Paulo à sede do governo federal no Rio de Janeiro, e no dia 24 de outubro, Washington Luis foi deposto pelos militares do Movimento Pacificador, sob pretexto de manutenção da paz, assumindo o governo uma junta militar<sup>13</sup>, a Junta Revolucionária Governativa, que, “diante das dificuldades militares” (SANTOS, 2005, p. 105), entregou o Executivo à coalizão sob a liderança de Getúlio Vargas em 1º de novembro, pondo fim à Primeira República.

(...) o Paraná pela sua situação geográfica, pelo civismo de seu povo, não poderia ficar indiferente a essa ação coletiva de reivindicação dos direitos nacionais. A conspiração revolucionária espalhava-se por todos os recantos do país. Urgia acelerar a reação o quanto antes para impedir a posse do novo governo. No dia 14 de junho de 1930, por intermédio do Capitão Djalma Dutra, recebi as credenciais verbais do meu antigo companheiro de Escola Militar dr. Getúlio Vargas, para organizar no Paraná um movimento de apoio ao que ia se realizar no Sul, Minas e Norte do país. Embora se tratasse de uma missão árdua e de alta responsabilidade, e já decepcionado com os fracassos sucessivos de tantas reações, aceitei essa pesada incumbência, conseguindo o apoio de alguns oficiais da guarnição (...). (TOURINHO, 1980, p.80)

Como se pode observar, Curitiba não estava distante da ebulição política da capital da República, havia ali reflexos da crise política. Mas não somente. Com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, o consumo de bens e serviços despencou no mundo ocidental, diminuindo com isso as exportações brasileiras, de modo que da mesma forma que a queda na exportação de café abateu o poder político e econômico dos paulistas, a redução significativa na exportação de erva-mate atingiu igualmente a

---

<sup>13</sup> Nos dizeres do historiador Edgard Carone, a Primeira República havia se iniciado com um golpe militar e acabado com outro golpe militar (1976a, p. 64).

indústria do Paraná<sup>14</sup>. Esse, um dos motivos do apoio popular paranaense ao movimento que levou à Revolução de 1930.

Após essa reviravolta política e o estabelecimento do que se convencionou chamar de Era Vargas, o cenário político-social se modificou completamente. A constituição de 1891 foi revogada, e até a constituinte de 1934, Getúlio Vargas governou por decretos com amplos poderes; o Congresso Nacional, os Congressos Estaduais e as Câmaras Municipais foram fechados provisoriamente, e vários tenentes foram nomeados como interventores para os governos estaduais. O Paraná figurou entre os estados mais estáveis politicamente durante a Era Vargas, sob o governo do general Mário Tourinho até dezembro 1931, e de Manuel Ribas, de janeiro 1932 a novembro 1945<sup>15</sup>.

A aproximação entre os militares e o presidente da República culminou na implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, quando os militares encetaram um Golpe de Estado, outorgando uma nova Constituição Federal e tomando Vargas efetivamente ditador até a sua deposição e renúncia em 29 de outubro 1945. Durante este período, Vargas comprometeu-se em incentivar a indústria bélica brasileira, enquanto o Exército garantiria a paz e a segurança nacional, apoiando-o na eliminação dos regionalismos em favor do nacionalismo e de uma política federal forte, sustentada por um governo nacionalista, autoritário, centralizador e populista, contando com a anulação do Congresso Federal, das assembleias estaduais e dos conselhos municipais.

Outro motivo para o golpe de 1937, além da insatisfação com a Constituição de 1934, foi o medo de uma iminente revolução comunista com a divulgação de um falso relatório a respeito do Plano Cohen<sup>16</sup>, cuja análise escapa aos objetivos deste trabalho<sup>17</sup>. Mas um dos pontos que precisa ficar claro neste período é a existência de um anticomunismo sustentado pela Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, vigente desde 4

---

<sup>14</sup> Esta não foi a única causa da queda das exportações da erva-mate. Marcos Gerhardt aponta que as causas “decorreram de uma combinação complexa de motivos” (2013, p. 257); Marisa Correia de Oliveira (1974) e Antonio Dias Mafra (2008) afirmam que as exportações brasileiras de erva-mate diminuíram na década de 1930, porque a Argentina, principal importador do produto, havia aumentado a sua produção interna e diminuído as importações.

<sup>15</sup> Durante a vacância entre dezembro de 1931 e janeiro de 1932, assumiu provisoriamente como interventor federal, João David Pernetá.

<sup>16</sup> Para maiores detalhes sobre o Plano Cohen, indicamos o estudo de CARONE (1974, p. 68-72).

<sup>17</sup> “Seguiu-se, a partir daí, um processo que acabaria por desaguar em outro golpe de Estado, o de 1964, que apresentaria certas especificidades com relação a 1937” (GERMANO, 1990, p. 48).

abril de 1935 – BRASIL, 1935), que criminalizava com rigor qualquer tipo de insurgência, abrindo brechas para a criminalização também dos movimentos de esquerda.

Antes da lei entrar em vigor, oficiais do Exército e da Armada haviam publicado um *Manifesto à Nação*, colocando-se contrários ao projeto de Lei o qual consideravam como mordada da consciência nacional (CARONE, 1974, p. 64). Além disso, as propostas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), as relações de Luís Carlos Prestes com a Internacional Comunista e a sua tentativa frustrada de golpe de estado em novembro 1935, conhecida como a “Intentona Comunista”, em que participaram quatro oficiais militares e vários suboficiais e praças<sup>18</sup>, parecem estar entre os motivos que levaram a alta cúpula do Exército Brasileiro (representada no Estado-Maior), embora tendo parte dos seus oficiais contrários à Lei de Segurança Nacional, a aumentar esforços para minar as influências de esquerda entre os oficiais, bem como evitar a sublevação dos praças, de modo que tais inclinações políticas, a partir dali, seriam encaradas como insubordinação, e o Exército se tornaria “a maior barreira do avanço do Comunismo Internacional no Brasil”, nos dizeres apoloéticos de Cláudio Moreira Bento (2004, p. 19).

Esses episódios tornaram-se pretextos para a decretação do Estado Novo, e contribuíram para a elaboração de procedimentos que levaram ao afastamento de militares afeitos aos ideais de esquerda, de modo que, a partir de 1937, os militares remanescentes se uniram contra um inimigo comum na figura do comunismo, e o inimigo externo é um item básico para a elaboração de uma doutrina militar (BELLINTANI, 2009, P. 93).

Assim, enquanto se dá a ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo na Itália, por aqui “parte da cúpula militar brasileira vai alimentar grande simpatia pelo ideário direitista e autoritário expresso pela Ação Integralista Brasileira (AIB)” (GERMANO, 1990, p. 46), partido político fundado pelo modernista Plínio Salgado em 7 de outubro de 1932, com forte inclinação fascista, nacionalista e anticomunista.

Os integralistas se tornaram os “guardiões da ordem’ e delatores da oposição” (CARONE, 1974, p. 66), erigiram símbolos, uniformes (eram conhecidos por isso como

---

<sup>18</sup> Com relação à hierarquia do Exército Brasileiro, tal assim se organiza, da mais alta patente à mais baixa graduação: *Oficiais Gerais* – Marechal, General de Exército, General de Divisão, General de Brigada; *Oficiais Superiores* – Coronel, Tenente-Coronel, Major; *Oficial Intermediário* – Capitão; *Oficiais Subalternos* – 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante a Oficial; *Graduados (ou Praças)* – Subtenente; 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Taifeiro-Mor, Cabo, Taifeiro de 1ª Classe, Taifeiro de 2ª Classe, Soldado.

“camisas-verdes”) e rituais, no sentido de prescrever uma identidade. Bourdieu nos esclarece que

os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”. (2011, p. 6.)

Não era outra a intenção da AIB. E sabemos que o próprio Vargas lançou mão de uma propaganda altamente personalista e carregada de simbologia durante seu governo. Em todo caso, apesar de contar com o apoio de Getúlio no início e de tê-lo apoiado, a AIB foi dissolvida juntamente com todos os demais partidos no Estado Novo.

Antes e durante este período conturbado da política brasileira, houve reformas na organização do ensino nacional, que passaremos a analisar adiante no sentido de perceber melhor o contexto educacional no qual estava imerso Ney Lobo antes de entrar para a Escola Militar do Realengo e também durante seu estágio lá dentro; por isso, precisaremos entender ainda como os episódios descritos até aqui determinaram a organização militar e instrucional nessa escola especificamente, e sua influência no tempo. Assim poderemos compreender a formação do *habitus* militar em Ney Lobo.

### **1.3 O pensamento elaborado no Gymnasio Paranaense, na Escola Militar do Realengo e em estudos autônomos**

É envolto nesta atmosfera político-social e econômica instável que cresce e é educado Ney Lobo.

Voltando um pouco no tempo, vale dizer que durante a década de 1920, havia tomado corpo a ideologia de que as raízes dos problemas nacionais estavam na saúde e na educação públicas<sup>19</sup>, julgadas precárias. No que concerne à educação moral, por

---

<sup>19</sup> As relações entre educação e saúde permeou toda a década, tanto que em 14 de novembro de 1930 foi criado, pelo decreto nº 19.402, já no Governo Provisório de Getúlio Vargas, 11 dias apenas após a sua posse, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, transformado em Ministério da Educação e Saúde pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, e finalmente desmembrado em Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura em 1953, sob o segundo governo de Vargas, pela lei nº 1.920 de 25 de

exemplo, recomendava-se o serviço militar obrigatório como solução. Essa era a proposta de intelectuais como Monteiro Lobato, Afrânio Peixoto, Belisário Penna e Olavo Bilac (RENK, 2009a, 109)

Houve ainda o empreendimento de esforços de intelectuais e de políticos no sentido de se construir uma identidade nacional<sup>20</sup> e erigir um Brasil moderno, estratégias num campo de lutas simbólicas “a respeito da identidade étnica ou regional” (BOURDIEU, 2011, p. 113-114), para impor uma simbologia nacional, uma história coletiva comum e um “sentido de *pertencimento*” (OLIVEIRA, L. L., 1997, p. 186). Esses intelectuais, “desiludidos com a República e convencidos de que na educação residia a solução dos problemas do país” (CARVALHO, 1997, p.115), entre eles Monteiro Lobato, Alberto Torres, Olavo Bilac, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Manoel Bonfim, dentre outros escritores, advogados, médicos, professores e engenheiros, movimentaram grande discussão acerca de temas como educação, saúde, patriotismo e nacionalismo, denunciando “o Brasil como arcaico, atrasado, comandado por uma política incompetente” (OLIVEIRA, L. L., 1997, p. 139). Em resumo, pretendiam um projeto de saúde e educação públicas como instrumentos de nacionalização.

O fato é que com o fim da Primeira Grande Guerra, a ideia de nacionalismo tornou-se tendência mundial nas décadas de 1920 e 1930, no sentido de se opor os liberais ao espírito de revolução inspirado pela Rússia, e se materializou de maneira mais abrangente na Itália e na Alemanha. No Brasil havia conflitos entre diferentes pontos de vista em relação ao nacionalismo (OLIVEIRA, L. L., 1997; RODRIGUES, M., 2010), mas sobrepôs-se uma tendência ufanista que “permeou o imaginário brasileiro” como “uma das matrizes que até hoje alicerçam interpretações sobre o Brasil” (RODRIGUES, M., 2010, p. 56).

Era necessário, portanto, buscar as raízes da identidade nacional ao mesmo tempo em que se deveria “curar os males da nação” (RENK, 2009b) e “regenerar” o país. Para boa parte dos intelectuais, a falta de patriotismo, as doenças e o analfabetismo figuravam

---

julho. Com o decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985, sob a vice-presidência de José Sarney, passou a ser apenas Ministério da Educação, sendo criado o Ministério da Cultura em separado. Permanece até hoje, porém, a sigla: MEC.

<sup>20</sup> “Paralelamente, a ausência de uma identidade paranaense também era sentida. Os intelectuais criaram o Movimento Paranista que visava a união dos que amavam o Paraná e criar uma identidade. A ação do Movimento Paranista envolveu artistas, escritores, professores, literatos e outros que conclamavam o amor pelo Paraná e a criação de elementos simbólicos para a construção de uma identidade paranista.” (RENK, 2009b)

entre os grandes males que assolavam o Brasil. Para Olavo Bilac, por exemplo (mas não apenas ele, e num contexto diferente do vivenciado pelo militar Ney Lobo, obviamente), a solução para a falta de patriotismo estava na formação militar e na formação moral; um nacionalismo “fortemente civilista e militarista, buscando na ordem, na disciplina e na coesão a ampliação da democracia” (RODRIGUES, M., 2010, p. 57). Importante ressaltar as semelhanças entre este pensamento e o do professor Ney Lobo, como será analisado nos capítulos 4 e 5 deste trabalho. Enfim, ao longo da década de 1920, esses intelectuais lideraram várias reformas educacionais, “como Anísio Teixeira, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, com identidades teóricas e políticas diferentes, apesar de serem todos considerados ‘escolanovistas’.” (RENK, 2009b).

Foi na escola que o Estado, exercendo o seu poder simbólico, pretendeu difundir o discurso nacionalista e os ideais cívicos para a construção da identidade nacional, “como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”<sup>21</sup> (BOURDIEU, 2011, p. 14), e as reformas educacionais foram os instrumentos oficiais de materialização do discurso. Dessa forma, foram realizadas diversas reformas estaduais: São Paulo em 1920, com Sampaio Dória; Ceará entre 1922 e 1923, com Lourenço Filho; Paraná em 1923, com Lysimaco Ferreira da Costa; Bahia entre 1924 e 1925, com Anísio Teixeira; Rio Grande do Norte entre 1925 e 1928, com José Augusto Bezerra de Meneses; Minas Gerais entre 1927 e 1928, com Francisco Campos; Rio de Janeiro entre 1927 e 1930, com Fernando de Azevedo; Pernambuco em 1928, com Carneiro Leão.

Com o Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecido como a “Reforma João Alves/Rocha Vaz”, o ensino secundário passou a ter seis anos de duração, de modo que

O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias: - portuguez, francez e latim, obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no paragrapho seguinte, *instrucção moral e civica*, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia, literatura da

---

<sup>21</sup> Isso foi ainda mais proeminente no Estado Novo (1937-1945) (GOMES, 2003) e no Regime Civil-militar (1964-1985) (GERMANO, 1991).

lingua brasileira e das linguas latinas, e sociologia. (BRASIL, 1925, Art. 48 – grifo nosso)

A lei estabelecia ainda que

O programma de ensino da instrução moral e civica, no curso secundario, constará de ampliação do ensino ministrado ao curso primario (art. 55, § 2º), accrescido de noções positivas dos deveres do cidadão na familia, na escola, na patria, e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, commemorações das grandes datas nacionaes, dos grandes factos da historia patria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas phases historicas e dos que influiram decisivamente no progresso humano. (BRASIL, 1925, Art. 48, § 4º)

No caso específico do Paraná, “a educação deveria formar o aluno ativo, com bons hábitos de higiene e disciplinado<sup>22</sup> (...) cabia ainda nacionalizar as escolas étnicas, homogeneizando língua e tempos escolares” (RENK, 2009a, p. 99). Os fundamentos da reforma foram entregues ao presidente do Estado do Paraná pelo inspetor geral do ensino Lysimaco da Costa em 1923 sob o título “Bases Educativas para Organização da Nova Escola Normal Secundária”, incorporando princípios da Escola Nova para o Ensino Primário e a reforma da Escola Normal.

O texto da Lei 2.196, de 24 de março de 1923 estabelecia o escotismo como “instituição afeita ao ensino da moral e do civismo” (PARANÁ, 1923). O espírito patriótico e o civismo eram, pois, alimentados nas escolas públicas por rituais e solenidades, como a entoação do Hino Nacional e a reverência à Bandeira Nacional, de forma a construir “uma memória nacional capaz de organizar e de disciplinar os indivíduos” (OLIVEIRA, L. L., 1997, p. 186), e por comemorações festivas de datas cívicas, como a Independência e a Proclamação da República. Assim, essas “comemorações cívicas e patrióticas tiveram importante papel na formação moral do povo do Paraná” (RENK, 2009b).

Não conseguimos identificar a escola na qual Ney Lobo cursou o ensino primário, entretanto as fontes pesquisadas (cartas, *curricula vitae* e diplomas) sugerem que ele cursou o ensino secundário no Ginásio Paranaense (ou Gymnasio Estadual do Paraná), instituição que teve como professor e depois diretor o mesmo Lysimaco da Costa nos

---

<sup>22</sup> Princípios que Ney Lobo incorporou.

princípios dos anos 1920 (em seguida, ele assumiu a Direção Geral do Ensino do Estado do Paraná). Mas é possível afirmar que no contexto educacional das décadas de 1920 e 1930 estão as origens do *habitus* cívico e patriótico de Ney Lobo, que se consolidou com a Doutrina Militar<sup>23</sup> durante o seu estágio na Escola Militar do Realengo, como consideraremos mais adiante.

O estudo secundário de Ney Lobo deu-se já durante a Era Vargas, mas embora não tenha sido possível identificar se e como ele viveu na escola os efeitos das reformas citadas acima, é possível sugerir que o seu currículo escolar secundarista não se deu sob os efeitos das reformas que vieram posteriormente, como a “Reforma Francisco Campos”.

Ocorre que, uma vez no poder, Getúlio Vargas tratou de organizar o Executivo, e “um grupo ‘seleto’ de intelectuais foi convocado para assumir cargos de cúpula do Executivo ou, então, para ocupar as principais trincheiras do poder central” (MICELI, 2001, p. 209). Um dos primeiros atos do Governo Provisório, em 14 de novembro de 1930, foi a criação de um ministério que assumisse as questões educacionais do país: o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP). Assumiu como ministro, em 6 de dezembro de 1930, o advogado e professor Francisco Luís da Silva Campos, o mesmo que assumiu mais tarde o Ministério da Justiça e veio a elaborar a Constituição de 1937, desincumbindo o Estado da educação pública e dando àquele “apenas um papel subsidiário” (GUIRALDELLI Jr., 2001, p. 81), mas que enquanto no MESP<sup>24</sup> deu prosseguimento ao ideal de Estado educador.

---

<sup>23</sup> A Doutrina Militar é um conjunto de regras e práticas que trata da organização, dos objetivos e do funcionamento cotidiano das Forças Armadas, bem como das estratégias, táticas e operações de guerra (embora não seja propriamente a Doutrina de Guerra, mas está a ela relacionada, assim como à Doutrina de Segurança Nacional), e os métodos de comando e de ensino nas Escolas Militares, visando prioritariamente a defesa; “ela reflete o pensamento da época, as preocupações, os interesses, a organização administrativa do exército, a mobilização, a disponibilização dos meios, a compra de material, a instrução, as conferências, os cursos, enfim, todo envolvimento diário da força” (BELLINTANI, 2009, p. 88), mas é a política nacional, com relação ao desenvolvimento social, econômico e científico, “quem fornece as regras para a formulação da doutrina militar” (p. 91).

<sup>24</sup> Durante o intervalo entre 16 de setembro e 1º de dezembro de 1931, assumiu interinamente o médico Belisário Augusto de Oliveira Penna; após esse período, retornou Francisco Campos; em 16 de setembro de 1932, a pasta foi passada para o também médico Washington Ferreira Pires; e por fim, em 25 de julho de 1934, assumiu o advogado e professor Gustavo Capanema Filho. Todos os quatro ministros da educação na era Vargas eram mineiros, consequência da aliança política entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul para a subida de Getúlio ao poder.



Dessa forma, em 1931, iniciou-se a primeira reforma educacional com abrangência nacional, encabeçada pelo ministro Francisco Campos<sup>25</sup> e com visível inspiração escolanovista. Interessa-nos principalmente a reforma do ensino secundário, no qual Ney Lobo estava ingressando.

Ela [a “Reforma Francisco Campos”] imprimiu organicidade ao ensino secundário por meio de várias estratégias escolares (...) a cultura escolar definida pela reforma de 1931 procurava produzir um *habitus* burguês nos estudantes secundaristas, a partir da educação integral e de práticas de disciplinamento e de autogoverno. (DALLABRIDA, 2009, p. 185)

O ensino secundário estava compreendido entre o ensino primário e o ensino superior, servindo de átrio a este, de modo que, a partir da “Reforma Francisco Campos”, passou a ter sete anos de duração dividido em dois ciclos, o primeiro de cinco anos (fundamental – 1ª a 5ª série) e o segundo de dois anos (complementar – 1ª e 2ª série). Assim, as principais medidas empreendidas pela reforma de 1931 consistiram no estabelecimento definitivo do currículo seriado, a frequência obrigatória<sup>26</sup>, o detalhamento do sistema de avaliação dos alunos, e a equiparação de todos os colégios secundários, públicos e privados, ao Colégio Pedro II<sup>27</sup> do Rio de Janeiro por meio da reestruturação do sistema de inspeção federal, “a ser feito por uma rede de inspetores regionais” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 190), homogeneizando a cultura escolar do ensino secundário em todo o país.

Comparando alguns pontos das reformas de 1925 e de 1931, temos o seguinte: o Art. 54 do Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, estabelecia que a aprovação no 5º ano era condição para a admissão ao exame vestibular e matrícula em curso superior em caso de aprovação, enquanto que o parágrafo único estabelecia o grau de “bacharel

<sup>25</sup> A “Reforma Francisco Campos” reorganizou o ensino secundário (Decreto nº 19.890, de 18 de abril 1931 e Decreto nº 21.241, de 14 de abril 1932) e superior (Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931) no país, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) (Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931), organizou a Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852, de 11 de abril 1931) e o ensino comercial (Decreto nº 20.158, de 30 de junho 1931). Destaque para a instituição do ensino religioso facultativo nas escolas públicas brasileiras (Decreto nº 19.941, de 30 de abril 1931).

<sup>26</sup> Até então, os alunos não eram obrigados a frequentar a escola, que promovia cursos preparatórios aos exames parcelados para a obtenção da conclusão do ensino secundário. Otaíza Romanelli lembra que “a Reforma Rocha Vaz, de 1925, tentou eliminar os preparatórios, mas, ao que parece, em vão, já que a própria Reforma Francisco Campos faz menção à existências deles ainda em 1929” (2003, p. 135).

<sup>27</sup> Na realidade, o sistema de equiparação das escolas secundárias com o Colégio Pedro II foi iniciado por Benjamin Constant em 1890. Mas antes da reforma promovida por Francisco Campos, não havia um sistema de ensino nacional; cada estado tinha a sua própria legislação a respeito. Com a reforma, passa a haver uma obrigatoriedade de homogeneização.

em ciencias e letras” ao estudante que cursasse e fosse aprovado no 6º ano; já o Decreto nº 19.890, de 18 de abril 1931 preconiza a idade mínima de 11 anos (Art. 19) para o ingresso no ensino secundário por meio de exame de admissão (Art. 18) e o ingresso em curso superior dependente do cumprimento dos dois últimos anos do ensino secundário (Art. 4º), sendo que as disciplinas propedêuticas deste segundo ciclo seriam distintas para os candidatos ao curso jurídico (Art. 5º), de medicina, farmácia e odontologia (Art. 6º) e de engenharia ou arquitetura (Art. 7º); para a “Faculdade de Educação, Ciências e Letras”, a lei não discriminava as disciplinas. O decreto não mais conferia o grau de bacharel em ciências e letras ao aluno formando, mas uma “formação geral” (DALLABRIDA, 2009, p. 186), e não mais preconizava a disciplina de Educação Moral e Cívica, considerada “inútil” pelo ministro; “o conteúdo desta disciplina (...) foi transferido para a disciplina de Educação Religiosa (...), como parte integrante do pacto que Francisco Campos costurou entre o Governo Provisório e a Igreja Católica” (p. 189).

O aumento nos anos de escolaridade, somado ao caráter enciclopédico das disciplinas, embutiu no ensino secundário uma natureza elitista, como analisam Dallabrida (2009, p. 187) e Romanelli (2003, p. 136-137), por se caracterizar como um período muito longo de estudos teóricos, gerais e propedêuticos, bem diferente do período mais curto de estudos práticos e específicos do ensino técnico-profissional e do ensino normal. Além disso, o sistema de avaliação tornava-se exageradamente rígido, extenso e centralizado. Apenas uma classe privilegiada poderia dispor de cinco longos anos numa formação cultural geral e mais dois anos de preparação para o ensino superior.

É possível, no entanto, como sugerimos anteriormente, que Ney Lobo não tenha sido diretamente atingido por essa reforma. Em suas anotações pessoais, ele afirma ter cursado o *antigo Curso Secundário de 5 anos* no Ginásio Paranaense, formando-se bacharel<sup>28</sup> em ciências e letras no ano de 1936. Uma vez que a lei tivesse entrado em vigor, este grau não mais poderia existir em 1936. O Art. 81 estabelece:

A presente reforma *se aplicará imediatamente* aos alumnos da primeira e segunda séries do ensino secundario, proseguindo os das demais séries o curso na fôrma da legislação anterior a este decreto e ficando, para se matricularem nos cursos superiores, sujeitos a exame vestibular. (BRASIL, 1931a, Art. 81 – grifo nosso)

---

<sup>28</sup> Antes da “Reforma Francisco Campos”, o grau de bacharel era conferido ao concluinte do 6º ano do ensino secundário, de acordo com a lei de 1925.

Ou seja, a lei deveria ser aplicada imediatamente para os ingressantes em 1930 e 1931, já que estariam cursando, respectivamente, a segunda e a primeira série do ensino secundário. Ora, supondo que Ney Lobo tenha recebido o grau de bacharel no final de 1936, ele teria ingressado na primeira série do ensino secundário no início 1931, antes de completar 12 anos, e cursado na realidade seis anos (para obter a graduação, e não cinco como anotou), contrariando os artigos da lei acima mencionados, o que nos leva a concluir que a lei não fora aplicada *imediatamente*. De fato, ao que indica o quadro de matrícula inicial e conclusão de curso no ensino secundário constante no trabalho de Romanelli (2003, p. 137), as matrículas no novo sistema de ensino devem ter se iniciado efetivamente em 1933. Isso explica o uso do qualitativo *antigo* feito por Ney Lobo.

Em carta ao amigo e jornalista Jorge Rizzini, datada de 18 de setembro de 2002, na qual discorre, ao longo de seis páginas, o seu desencanto com as anotações do amigo a seu respeito, em livro de autoria de Rizzini sobre o professor e jornalista José Herculano Pires<sup>29</sup>, Ney Lobo, então com 83 anos, afirmava que fora aluno de Dario Vellozo quando estudava no Ginásio Paranaense, e relatava um episódio em que fora posto pelo professor para fora da sala de aula por estar rindo sem controle.

nos meus 14 anos há 70 anos atrás, então como adolescente, padecera do mesmo descontrole incontrolado de riso ostensivo e desabrido em plena sala de aula do meu admirável mestre Dario Veloso [*sic*], emérito filósofo helenista do Paraná, que, naquele momento, discorria com grande entusiasmo e arroubos poéticos sobre o voto de Minerva da tradição da Grécia Clássica. Sendo ele um ardoroso cultor da civilização helênica e Criador do Templo Pitagórico, onde se representavam tertúlias, encenando episódios da história da Hélade. O Prof. Dario, surpreso com o meu destempero involuntário, retira o seu “pince-nez”, e passa a fitar-me com aqueles seus olhos cristalinos, azuis e afogueados de revolta e decepção. Eu abaixava a cabeça, sempre a rir, e a levantava e encontrava o mesmo olhar abraseado e faiscante na minha direção. Nem sabia mais do que estava rindo. Aliás, não estava mais rindo, mas apenas convulsionado, sem razão, sem objetivo... rindo de nada. Após 10 ou 15 minutos desse vexame, o admirável filósofo, a quem eu tanto prezava, repõe o “pince-nez”, e convida-me a sair da sala. O que fiz cabisbaixo e humilhadíssimo, e quase em prantos. Após o término daquela aula tão brilhante, retornei à sala para me desculpar, e afirmar que não estava de modo algum rindo dele, e nem de sua admirável aula, e sim da piada de um colega vizinho, do qual até hoje me lembro do nome, decorridos 70 anos. Chamava-se Samuel Fugman.

---

<sup>29</sup> Trata-se do livro *Herculano Pires: o apóstolo de Kardec* de 2001.

Note você como a gente guarda essas memórias. E esclareci ao mestre, que me sentia arrasado, porque nunca fora retirado de uma sala de aula, e quanto o apreciava como magnífico mestre. E aí veio a sua resposta, ainda mais contundente para mim: ele também, em 20 anos de magistério, nunca tinha retirado um aluno de sala... Naquele recuado tempo, ainda era pouco conhecida a psicologia instável dos adolescentes. (LOBO, 2002b, p. 2-3)

Talvez Ney Lobo tenha se confundido com a cronologia: sendo a carta de 2002, ele teria 12 ou 13 anos 70 anos antes, e não 14. Além disso, o professor Vellozo havia se afastado do magistério em 1932, falecendo em 1937, próximo a completar 68 anos, portanto Ney Lobo também não poderia ter sido seu aluno entre 1933 e 1934, quando então teria 14 anos de idade. O episódio possivelmente se deu entre 1931 e 1932, e demonstra, pelo incômodo que ainda provocava sete décadas após, a admiração de Ney Lobo por Dario Vellozo, bem como a importância que dava aos próprios estudos e ao desenvolvimento do seu capital cultural.

Vale destacar aqui algumas pinceladas sobre este intelectual. Dario Persiano de Castro Vellozo era natural do Rio de Janeiro, mas vivia em Curitiba desde os 16 anos de idade. Filho do segundo prefeito de Curitiba, o político baiano Cyro Persiano de Almeida Vellozo, Dario foi também poeta e escritor, além de professor de história universal e do Brasil<sup>30</sup> no Ginásio Paranense e na Escola Normal de Curitiba desde 1899. Suas primeiras publicações, entre 1889 e 1890, se caracterizam, de acordo com Marcos Cordioli, pelo romantismo e por poemas que evocam a moral cristã (2006, p. 26). “A sua principal expressão se manifesta no movimento anti-clerical e de livre-pensamento”, movimento este “que em Curitiba chegou a ser considerado o mais importante do país, depois de São Paulo, tendo em Dario um de seus principais líderes” (p. 26). Seus escritos posteriores, a partir de 1910, têm cunho mais simbolista, além de influência do Hermetismo.

Em 1892, lê Urania da Camille Flammarion<sup>31</sup>; em 1895, entra em contato com Verlaine, mas com o lado místico de sua obra. Em 1896 começa a estudar o ocultismo e em 1900 a teosofia. Em 1896, também

<sup>30</sup> Esta disciplina consta na “Reforma João Alves/Rocha Vaz”, mas não mais na “Reforma Francisco Campos”. Tendo sido Ney Lobo aluno de Dario Vellozo, e provavelmente não tendo estudado nos moldes da reforma, deduzimos que o episódio narrado anteriormente se deu numa aula dessa disciplina.

<sup>31</sup> Nicolas Camille Flammarion foi um astrônomo francês do século XIX, colaborador de Allan Kardec no desenvolvimento e na divulgação da doutrina espírita na França, contribuiu também para a divulgação da astronomia para leigos.

inicia a popularização das doutrinas esotéricas através da Revista do Club Coritibano. (p. 28)

Vellozo fundou o Instituto Neo-Pitagórico onde construiu o “Templo das Musas” e divulgou valores helenísticos. Também publicou no campo da educação. Entre seus livros está o *Lições de História* (1902), que foi utilizado nas escolas paranaenses, e o *Compêndio de Pedagogia* (1907), utilizado pela Escola Normal de Curitiba (SCHAFFRATH; MIGUEL, 2012).

Ainda muito jovem, em cartas datadas entre 1942 e 1946 (com 22 a 27 anos de idade, presumimos), cujos conteúdos analisaremos mais adiante, Ney Lobo demonstra bastante erudição (tanto em relação à literatura, quanto à música) que, além dos conteúdos gerais e propedêuticos aos quais fora exposto durante o ensino secundário, ele deve ter buscado ir mais fundo por si só. Mas levando em consideração a lembrança e a admiração guardadas por sete décadas a respeito de seu professor, aventamos a possibilidade de que Dario Vellozo tenha tido uma forte influência em sua vida, no campo intelectual.

Ney Lobo teve, portanto, uma educação cívica, nacionalista e humanista no ensino secundário, formando-se em 1936 como bacharel em ciências e letras. As reformas educacionais posteriores já não influenciariam em sua formação escolar. Em todo caso, a “Reforma Capanema”, com a Lei Orgânica<sup>32</sup> do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), em pleno Estado Novo, quando o debate educacional “saiu da sociedade civil e foi encampado e controlado pela sociedade política” (GUIRALDELLI Jr, 2001, p. 47), propôs como uma de suas finalidades, “acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística” (Art. 1º), e manteve o ensino secundário de sete anos em dois ciclos, mas estabeleceu um curso ginásial de quatro anos (Art. 3º), e um curso de três anos finais, que poderia ser o clássico ou o científico (Art. 4º). “Ao fim de cada ciclo haveria um ‘exame de licença’, nos moldes, pelo menos em intenção do *baccalauréat*<sup>33</sup> francês, que garantiria o padrão nacional de todos os aprovados” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 191). Essa estrutura permaneceu basicamente a mesma até da década

<sup>32</sup> As Leis Orgânicas, que constituem a “Reforma Capanema” foram, ao todo, seis decretos-leis publicados entre 1942 e 1946.

<sup>33</sup> Em nota de tradução a um texto de Pierre Bourdieu, Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani salientam, em relação ao termo *bachelier*, que este se refere a, “no sistema francês, pessoa que concluiu com sucesso seus estudos secundários e tornou-se, portanto, portadora do ‘baccalauréat’ (ou, na forma abreviada, ‘bac’), cuja tradução literal, em português, seria ‘bacharelado’, mas que, em francês, designa, ao mesmo tempo, os exames e o diploma conferido ao final do 2º ciclo do ensino de 2º grau” (BOURDIEU, 2011, p. 42).

de 1970, quando foi criado o 1º grau, pela junção dos quatro anos primários com os quatro anos do curso ginásial, e o 2º grau, compreendendo os últimos três anos de escolaridade (DALLABRIDA, 2009, p. 187). Assim, o currículo dos colégios nos quais Ney Lobo trabalhou decênios mais tarde terão estrutura semelhante, porém com modificações impostas pela LDB de 1961 e sua reforma de 1971.

Após sair do Ginásio Paranaense, Ney Lobo continuou sua formação educacional na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro<sup>34</sup>.

Levantamos anteriormente a proposição de que existiu alguma relação entre a crise da erva-mate no Paraná e a crise financeira pela qual passou a família de Ney Lobo, levando-o a buscar, no serviço militar, um meio de minimizar a penúria. Dona Vitória, sua segunda esposa, acreditava que sua escolha tivesse também relação com o *status* (ou capital social nos dizeres bourdieusianos<sup>35</sup>) promovido pela carreira militar.

---

<sup>34</sup> Nesse meio tempo, Ney Lobo, entre 17 e 19 anos de idade, foi jogador amador de pingue-pongue! Durante nossa entrevista com seus amigos Alberto e Aristeia, estes contavam que Ney Lobo tinha pressa em terminar suas obras e parecia se arrependar de ter perdido tempo no passado, motivo pelo qual aconselhava também os filhos do casal a aproveitarem as oportunidades. Dizia Alberto: *É, e eu vou dizer, a gente se considerou privilegiado, a convivência nossa com ele. Mesmo com nossos filhos, foi uma coisa muito importante.* Sobre um diálogo de Ney Lobo com um de seus filhos, Aristeia contou: *É isso! Sabe, é essa capacidade que a pessoa tem de valorizar o outro. “Meu filho...”, ele falou pro Mateus, “... nunca se deixe vencer pela preguiça. Nunca se deixe, meu filho, vencer. A preguiça nunca! Jamais! Porque a vida é uma coisa preciosa. Se eu pudesse voltar no tempo daquela época que eu jogava pingue-pongue, jamais eu teria jogado pingue-pongue! Hoje, eu não acabei meu livro, porque...”* Não tínhamos naquele momento compreendido que Ney Lobo havia realmente sido jogador amador e disputado torneios. Mas encontramos na página 4 do jornal *Correio do Paraná*, edição de 17 de junho de 1937, uma coluna sobre o “Torneio Pingue-pongueístico «Correio do Paraná»” revelando os jogadores de cada time com os dizeres: “O mais decidido apoio temos recebido de todas as casas comerciais para a disputa do torneio que no próximo dia 20 terá início na sede do Coritiba F. C. Ney Lobo é uma das grandes raquetes que manejam com perícia a bolinha de celuloide e que hontem foi inscripto pela casa que toda Corityba conhece, a CASA S. PAULO. Ney é um dos fervorosos defensores do pavilhão alvi-negro, pelo qual por diversas vezes tem se sagrado campeão e estamos certos de que, dado o seu ótimo preparo, será um dos mais perigosos concorrentes ao título de campeão dos bambas” (TORNEIO..., 1937, p. 4). O torneio era patrocinado pelo jornal, como se depreende da edição de 23 de junho do mesmo ano, em que se afirma também que Ney Lobo disputaria pela casa Prosdócimo e não pela Casa S. Paulo: “Inscreveu hontem o amador Ney Lobo, elemento de destaque em nossas mezas actual defensor do Coritiba F. C. no seu quinteto principal e em ótima forma, em condições, portanto, de levantar a linda Taça Humberto Ciccarino, instituída para o vencedor desse importante e original cotejo individual de craks” (MAIS AMADORES..., 1937, p. 4). Edições seguintes deram mais notícias do torneio: Ney Lobo não venceu aquele torneio de 1937, mas ficou em terceiro lugar. (GONDIM..., 1937, p. 4). No ano seguinte, participou de novo do torneio, defendendo o Coritiba F. C. (PINGUE-PONGUE, 1938a, p. 4), sendo caracterizado como um “raquetista calmo e técnico” (1938b, p. 5) e encerrando o campeonato em segundo lugar, “medalha de prata” (1938d, p. 8). Foi “também um dos grande propugnadores das causas esportivas” (1938c, p. 5).

<sup>35</sup> “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. (...). O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do

De fato, o historiador Fernando da Silva Rodrigues, numa densa pesquisa a respeito da seleção de candidatos a oficiais nas Escolas Militares de 1937 a 1946, afirma existir “um interesse da sociedade pela carreira de oficial do Exército, talvez pela mudança de função do Exército dentro do Estado e pela aproximação do poder instituído ou, talvez, pelo desemprego fruto da crise econômica vivida pelo mundo durante os anos 1930” (2008, p. 470). Portanto, é bastante plausível que a opção de Ney Lobo pelo serviço militar tenha relação tanto com a educação escolar que teve e os valores cívicos que lhe foram inculcados desde o primário, quanto com os valores morais e sociais de sua família, que não pudemos perscrutar diretamente, mas supor, levando em consideração que as representações do serviço militar como educação moral já haviam sido assentadas no imaginário popular naquelas últimas duas décadas, de modo que durante os anos 1920 e 1930, o Exército passou a ser autoencarado como a “reserva moral” da pátria (SANTOS, 2005, p. 104; SVARTMAN, 2012, p. 289), e divulgava esta autoimagem.

Assim ocorreu que, em 1939, Ney Lobo conquistou por concurso, matrícula na Escola Militar do Realengo, segundo informa ele mesmo em um de seus *curricula vitae*, e formou-se Aspirante a Oficial em 1943. Foi, portanto, integrante de uma das últimas turmas daquela escola, cujo efetivo funcionamento se deu entre 1911 e 1944. *Dai seguiu carreira até o posto de coronel, após o que, passou para a reserva e foi reformado nesse posto* (LOBO, s/a k, p. 2), como afirma. No entanto, com o atestado de invalidez definitiva para os serviços ativos no Exército, em 2002, foi promovido ao posto de General de Brigada<sup>36</sup>.

Germano destaca que:

Constitui fato notório, em nossa história, que a participação das Forças Armadas, notadamente do Exército, na vida política do país começa a tornar-se significativa, a partir da segunda metade do século XIX com a Guerra do Paraguai (1865-1870), projeta-se na abolição da escravatura (1888), na proclamação da República (1889) e culmina com o golpe de Estado de 1964. Na verdade, desde então, o Exército esteve

---

volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.” (BOURDIEU, 2001a, p. 67)

<sup>36</sup> Em 1º de outubro de 2002, foi concedido ao coronel reformado Ney Lobo, a remuneração de general de brigada (benefício previsto no § 1º do Art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, concedido ao militar da ativa ou da reserva remunerada considerado incapaz), e o auxílio invalidez (previsto no inciso XV do Art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001), “por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército. Inválido. Necessita de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização”, de acordo com o Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2003 (BRASIL, 2003, s. 2, p. 7).

presente em todas as reviravoltas na história do Brasil, exercendo, sempre, um papel decisivo nos momentos de crise. (...) Contudo, devemos esclarecer que não se trata, em todo o período (1888-89/1964), da mesma instituição. (...) podemos encontrar mais identidade: a) entre o Exército de 1888-89 e o de 1930; [e] b) entre o Exército de 1937 e o de 1964. (...) podemos dizer que o Exército teve uma atuação progressista, no primeiro período, assumindo posições conservadoras e anti-democráticas, no segundo período. (1990, p. 39-40)

O Exército no qual Ney Lobo ingressou tinha, portanto, as características conservadoras e antidemocráticas daquele que executou os golpes de 1937 e 1964, não tanto do que levou Getúlio ao poder em 1930, e que permaneceu crivado de conflitos internos até a decretação do Estado Novo. E mais ainda, durante todo o período em que Ney Lobo esteve ativo como militar, “as Forças Armadas<sup>37</sup> clamaram por um Estado forte e ditatorial” (p. 48). Ademais, as agitações nas casernas, bem como o desassossego da cúpula do Exército, não tinham motivação puramente militar; elas eram também sociais e políticas, e seus desdobramentos se refletiram na sociedade e na política por todo o período de 1930 a 1985.

Não nos cabe, porém, detalhar os tumultos vividos pelo Exército Brasileiro nessa época; lembramos apenas que os processos de reestruturação e institucionalização pelos quais passou tal instituição no período foram rápidos e extensos, como nunca havia acontecido antes. No entanto, daremos enfoque ao que nos possa auxiliar na compreensão do contexto político, cultural e social em que se inseria Ney Lobo, e que nos ajuda a explicar o seu *habitus*, este que se refletiu na experiência pedagógica que geriu e na filosofia que elaborou.

De um modo geral, os conflitos militares giravam em torno de questionamentos à hierarquia, à disciplina e ao comando do Exército. Ainda assim,

no início da década de 1930, o combate às denominadas ideologias subversivas unia os oficiais, cuja concepção de hierarquia e disciplina considerava o comunismo a antítese das Forças Armadas, particularmente o Exército. O internacionalismo da ideologia comunista afrontava o Exército quanto à valorização da hierarquia e do patriotismo, pilares da existência da corporação. Mesmo sem uma campanha coordenada de oposição ao comunismo, seus preceitos

---

<sup>37</sup> As Forças Armadas do Brasil compreendem hoje a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Quando Getúlio assumiu, existiam apenas a Marinha e o Exército. A Força Aérea foi criada em 1941, como esforço de guerra, pela união de setores de aviação do Exército e da Marinha.



fundamentais geravam um traço de união entre as facções militares.  
(SANTOS, 2005, p. 116)

Os conflitos foram bastante expressivos até 1934, mas o traço de união citado acima se tornou mais forte após os episódios da Intentona Comunista de 1935, já que o “elemento subversivo” havia se mostrado de maneira mais concreta, e foi mantido pela institucionalização do anticomunismo nas Forças Armadas, no sentido tanto de se preservar a disciplina e a hierarquia, como de estabelecer o “monopólio da produção cultural legítima” (BOURDIEU, 2011, p. 13).

Com esta carga ideológica e simbólica, foram formadas gerações de militares avessos ao comunismo, entre estes, Ney Lobo<sup>38</sup>. Como exemplo de simbolismo, anualmente, a partir de 1936, os militares passaram a se reunir no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, para homenagear os oficiais e praças legalistas mortos (“vitimados”, “sacrificados”, “martirizados”) durante a Intentona e ali enterrados. Em 1938, Getúlio mandou reunir os restos mortais daqueles militares em um mausoléu, simbolizando ali um alerta permanente à ameaça comunista<sup>39</sup>.

Durante o Estado Novo, os militares foram proibidos de votar e de concorrer a cargos públicos, de modo que a política não fosse uma preocupação dos oficiais e praças, embora o continuasse sendo da alta cúpula; em todo caso, a força política estava atrelada à força militar.

Nessa concepção de política forte, exército forte, o militar passa a ser visto como tal dentro e fora dos quartéis: a opinião pública deve ser-lhe favorável, admirá-lo, pois é daí que advém o seu prestígio. Somente

---

<sup>38</sup> Em carta a um interlocutor de Recife, datada de 8 de fevereiro de 1995, o velho militar deixou clara a sua repulsa aos estudos marxistas em cursos de Pedagogia (mesmo após a publicação de sua obra *Estudos de Filosofia Social Espírita*, de 1992, em que traça convergências e divergências entre o socialismo e o espiritismo); diz: “Magnífico, em princípio, o propósito de muitos jovens daí em ingressarem no curso de pedagogia. Mas será necessária muita cautela com esses cursos superiores. As nossas universidades federais foram invadidas por professores marxistas que submetem os seus alunos ao constrangimento de estudarem livros e textos de autores materialistas marxistas: MARX, ENGELS, GRAMSCI, etc. totalmente sem qualquer conexão com os currículos de pedagogia. Tal conjuntura danosa acontece na Universidade Federal do Paraná [quando cursou Filosofia, entre 1960 e 1964, Ney Lobo já era espírita] e, aí em Pernambuco, talvez seja pior, por circunstâncias já bem conhecidas [referia-se talvez a Paulo Freire, a quem encontramos críticas num manuscrito]. São raros, hoje, os reitores eleitos pelas comunidades acadêmicas que não estejam ideológica e partidariamente bem caracterizados [segundo os amigos e a viúva, Ney Lobo era contrário aos partidos políticos de esquerda]. Enfim, convém verificar as condições ideológicas do corpo docente desses cursos universitários. Caso positivo, os pretendentes espíritas devem estar muito bem vacinados contra essa infestação” (LOBO, 1995b, p. 2-3).

<sup>39</sup> Em 1990 foi a primeira vez em que um presidente da República não compareceu à cerimônia, que se mantém até hoje.

assim se pode obter um maior número de jovens para recrutamento. (BELLINTANI, 2009, p. 422)

Tornar-se um oficial deveria se converter no anseio de jovens como Ney Lobo. A historiadora Adriana Iop Bellintani afirma que o efetivo da força militar havia aumentado de 30 mil homens em 1920 para quase 50 mil em 1930; mas até 1940, esse efetivo aumentara para 93 mil homens (2009, p. 426). Esse aumento se deu por conta da profissionalização dos militares e do ensino militar mais técnico, promovidos pela Missão Militar Francesa (MMF) no Brasil de abril 1919 a 31 de dezembro de 1939. Isso angariou prestígio à instituição. No final da década seguinte, o Exército Brasileiro aproximou-se do governo dos Estados Unidos, migrando da doutrina militar francesa para a doutrina militar norte-americana. Assim deu-se que em 1949 foi criada a Escola Superior de Guerra, inspirada na última.

Ney Lobo se matriculou na Escola Militar do Realengo (EMR) em 1939, último ano de operações da MMF no Brasil e ano da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Bellintani assevera que a “influência cultural francesa é sentida intensamente nas aulas e nas palestras das escolas militares” (p. 488), e no caso específico da escola de Realengo, afirma que em 1935, esta já se constituía em uma “verdadeira academia militar” (p. 491), como a francesa.

A EMR havia sido instalada em 1911, no bairro do Realengo, região mais afastada na cidade do Rio de Janeiro. Tinha como função a formação de oficiais do Exército de maneira exclusiva, e embora a filosofia de ensino da MMF se prestasse à formação de militares não engajados politicamente (daí também a necessidade de a Escola estar afastada dos grandes centros urbanos), “ali foram iniciados na vida militar muitos dos chamados tenentes de 1922 e 1924, bem como dos mais jovens que se engajaram na Revolução de 1930 ou na insurreição de 1935” (SVARTMAN, 2012, p. 282).

Ocorre que durante a década de 1920, os debates políticos foram mais intensos naquela escola, se arrefecendo nas décadas seguintes. O motivo foi o desencorajamento quanto ao engajamento político por parte dos oficiais instrutores, em favor de um ensino mais técnico e menos “bacharelesco”. Várias reformas, por meio de decretos, se seguiram no afã deste propósito após as insurreições. Os objetivos de todos esses decretos se pautaram exatamente na despoltização dos oficiais e profissionalização do exército.

Contrariando, porém, o que fora idealizado, e inspirados no positivismo de Auguste Comte, difundido no exército por Benjamin Constant, vários oficiais formados em Realengo seguiram carreira política, como o general Eurico Gaspar Dutra, que foi ministro da Guerra (1936 a 1945) e presidente da República (1946 a 1951), além dos cinco ex-presidentes do período denominado Regime Civil-militar (1964 a 1985): os marechais Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967) e Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), e os generais Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974 a 1979), e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 a 1985). Desses cinco, os quatro primeiros participaram ativamente do movimento tenentista, sendo que Castelo Branco, Médici e Geisel estavam diretamente relacionados à Revolução de 1930, assim como vários ministros do mandato de Castelo Branco.

O historiador e cientista político Eduardo Munhoz Svartman afirma que “se sedimentava ali [na Escola Militar do Realengo] uma visão de que os cadetes e futuros oficiais do Exército deveriam desempenhar uma missão transformadora do país” (2012, p. 283). Essa visão de “missão transformadora”, Ney Lobo incorporou em sua vida, tanto no campo militar, quanto no campo educacional mais tarde, como poderemos analisar de seus escritos (cartas e obras) mais adiante, neste e nos próximos capítulos.

Entretanto, a localização geográfica da escola (separada do espaço da tropa e distante do centro da cidade), o regime de internato, as aulas, os exames, as sabatinas, os exercícios e as manobras extenuantes que ocupavam praticamente todas as horas do dia, além de um disciplinamento intransigente e a impressão firme da doutrina militar na formação do pensamento e dos sentimentos dos cadetes, era de desencorajar qualquer um a buscar leituras e estudos mais profundos ou eruditos nos curtos períodos de folga ou mesmo fora da escola. Ainda assim, essa experiência coletiva vivenciada pelos cadetes, “marcada simbolicamente por ritos de passagem como o ‘trote’ dos calouros, os exames, a escolha da Arma, as manobras e, por fim, a formatura, inscrevia nos alunos um forte senso de pertencimento à instituição armada e à turma” (p. 286). A inserção desses ritos no cotidiano militar teve ainda por finalidade, “facilitar o desenvolvimento do *habitus* próprio, algo indispensável para a existência dentro do campo militar” (ATÁSSIO, 2015, p. 31).

A despeito desse projeto de despolitização, todavia, a socialização entre os cadetes era natural. O compartilhamento de ideias e valores (um *currículo oculto?*), bem como o emprego da farda e a obediência à hierarquia, deveria aguçar o companheirismo e o

sentimento de pertença, capazes de representar o militar distinto do civil, por vezes “moralmente superior” (SVARTMAN, 2012, p. 294). Mas esse sentimento de pertença tinha relação também com a tradição criada pelo diretor José Pessoa, entre 1931 e 1934 na EMR, posteriormente transferida para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição por ele idealizada naquele período e fundada após o fechamento da primeira, em 1944<sup>40</sup>.

Faz-se importante uma breve análise das transformações promovidas por este diretor na EMR.

Durante sua direção, José Pessoa<sup>41</sup> empenhou-se em recompor um Exército dividido e afastá-lo dos conflitos ideológicos da política, pois dali sairiam novos oficiais que concorreriam para a “regeneração” da Nação, após a “remissão” da República promovida pela Revolução. Assim, procurou primeiramente melhorar as condições materiais da escola, “a rede de esgotos foi canalizada, terrenos pantanosos foram drenados, modificou-se o sistema de coleta de lixo, cozinha e dormitórios foram pintados, o mobiliário substituído e construídos ‘cassinos’ (salas de lazer) para cadetes e oficiais” (CASTRO, 1994, p. 233).

Em seguida, comprometeu-se em renovar as mentalidades pela produção de todo um sistema simbólico, com a finalidade de torná-las homogêneas e de conformidade com uma disciplina militar apolítica. Para isso criou em 25 de agosto de 1931 (aniversário do Duque de Caxias) o “Corpo de Cadetes”, uma instituição dentro da instituição, que reunia todos os cadetes, conferindo-lhe identidade própria. Esta criação não prescindiu de uma solenidade com a participação do próprio Getúlio Vargas. Dessa forma, ao ser matriculado na EMR, o aluno “passava a ser considerado parte de uma entidade coletiva e adquiria, além da condição de aluno, a situação militar de ‘praça especial’” (p. 234).

Detalhou ainda todo o “Regulamento do Corpo de Cadetes”, estabelecendo rotinas e padrões, de modo a que todas as horas fossem ocupadas e que todas as atividades ali

---

<sup>40</sup> A tradição é mantida até os dias atuais.

<sup>41</sup> José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nascido em Cabeceiras, Paraíba, irmão de João Pessoa e sobrinho de Epitácio Pessoa, formou-se Aspirante a Oficial na Escola Militar de Porto Alegre em 1913, fez estágio na Escola Militar de Saint-Cyr, na França, e por lá combateu no último ano da Primeira Guerra Mundial, tornando-se por isso capitão em 1919. Em 1923, foi promovido ao posto de major, e assumiu o subcomando da Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi promovido a coronel em 1929, e com esta patente é que foi nomeado, no dia 19 de novembro, diretor da EMR, cargo que exerceu de 15 de janeiro de 1931 a 28 de abril de 1934. Durante a Revolução de 1930, fez parte do cerco e da ocupação do palácio da Guanabara, quando da deposição de Washington Luís. Em 1933, foi promovido a general de brigada, depois a general de divisão em 1940, a general de exército em 1949, e enfim a marechal em 1953.

tivessem respaldo, desde o repouso ao funcionamento do portão, da correspondência ao funcionamento do refeitório. Interessante será notar, na obra de Ney Lobo, o detalhismo de sua proposta pedagógica e à menção que faz, com fundamentos doutrinários diferentes, à consciência do aluno em relação às suas responsabilidades, assim como ocorria na EMR: lá,

o principal controle deveria ser a consciência *dos próprios cadetes*, através da criação do que José Pessoa chamava de “um novo estado psicológico”, que tornaria cada um “escravo de sua dignidade pessoal. (...) Cada cadete era prisioneiro de si mesmo. E, podemos afirmar, não havia prisão mais sólida.” (CASTRO, 1994, p. 235)

José Pessoa estabeleceu toda uma simbologia e uma tradição a ser venerada, como os novos uniformes, o estandarte e o brasão do Corpo de Cadetes, bem como o culto à imagem do marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército, “como Napoleão entre os de Saint-Cyr e Washington entre os de West Point” (p. 236), e a reverência ao “espadim”, uma miniatura da “espada invicta” utilizada pelo duque durante a campanha contra o Paraguai. O espadim era entregue ao cadete quando adentrava a instituição e devolvido por ele quando se formava<sup>42</sup>. Assim, o sentimento de distinção em relação aos civis foi reforçado, os cadetes deveriam se sentir como pertencentes a uma “elite social”, uma aristocracia “física, moral e profissional”.

A fim de formar uma tal aristocracia, o diretor modificou o sistema de admissão, de maneira a garantir o mérito. Os candidatos, além de terem que realizar o concurso, deveriam passar por inspeção médica e portar uma espécie de carta de recomendação, tanto para os provenientes de colégios militares, quanto para os oriundos do ensino secundário. Importante levar em consideração que os alunos procedentes dos colégios militares pertenciam normalmente às classes mais pobres da sociedade, daí a necessidade, para João Pessoa, de se abrir o leque de possibilidades, facultando também o ingresso de civis formados nos colégios secundaristas, detentores, presumivelmente, de maior capital cultural, social e econômico.

A este respeito, Moacyr Santos afirma que “ficou mais evidente na gestão de Pessoa a seleção dos candidatos a oficial em função da aparência física e da origem familiar e

---

<sup>42</sup> Tal cerimônia ocorre ainda nos dias atuais na AMAN. De maneira geral, a tradição “inventada” por Pessoa permaneceu na EMR até o seu fechamento em 1944, quando foi criada em Rezende a Academia Militar das Agulhas Negras, para onde José Pessoa levou e concretizou seu ideal.

social” (2005, p. 102), e Fernando Rodrigues salienta que foram implantados na EMR “instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada, num primeiro momento (1931 a 1937), de candidatos indiferentes ao novo modelo exigido após a Revolução de 1930 para ser oficial do Exército Brasileiro” (2008, p. 455-456); enfim, não eram permitidos estrangeiros, filhos de estrangeiros ou comunistas, e a matrícula era sujeita a “condições de honorabilidade”.

A partir de 1937, não foram permitidos também “negros, judeus e islâmicos, grupos considerados subversivos ou inferiores racialmente para a formação de uma nova elite militar” (RODRIGUES, 2008, p. 456). A questão é que,

para José Pessoa, a “missão” da Escola Militar era “aprimorar qualidades, e não corrigir defeitos” (...). Foram tomadas várias providências para dar projeção social ao cadete, como contatos com os clubes de maior projeção da época, o Fluminense e o Tijuca Tênis Clube, para que cadetes fossem convidados para todas as festas, ao mesmo tempo que se desestimulava seu comparecimento aos festejos suburbanos do Méier e de Bangu. (CASTRO, 1994, p. 237)

Notamos no acervo pessoal do professor Ney Lobo, que ele guardava organizadamente as carteirinhas do Clube Curitibano, do Círculo Militar do Paraná e da Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi). Em um de seus *curricula vitae* dizia ainda ser sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Pertencer a esses círculos dava notoriedade, incrementava o seu capital social, e foi possivelmente durante seu estágio na EMR que Ney Lobo pôde cultivar (não necessariamente originar) o gosto (ou a necessidade) por esse tipo de associações. Pierre Bourdieu propõe que

a reprodução do capital social é tributária, por um lado, de todas as instituições que visam a favorecer as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, produzindo ocasiões (*rallies*, cruzeiros, caçadas, saraus, recepções, etc.), lugares (bairros chiques, escolas seletas, clubes, etc.) ou práticas (esportes chiques, jogos de sociedade, cerimônias culturais, etc.) que reúnem, de maneira aparentemente fortuita, indivíduos tão homogêneos quanto possível, sob todos os aspectos pertinentes do ponto de vista da existência e da persistência do grupo. (2001a, p. 68)

Ainda quanto à organização da EMR, algumas alterações foram efetuadas quanto ao ingresso na instituição, mas mantendo as ideias de José Pessoa (de certa forma, radicalizando-as), assim como quanto ao ensino militar em geral. As instruções para a

matrícula na Escola Militar a partir de 1938, aprovadas pelo Decreto nº 1.729, de 22 de junho de 1937 e regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 307, de 26 de fevereiro de 1938, dispunham o seguinte logo no seu Art. 1º:

Para inscrição no concurso de admissão é necessário que o candidato satisfaça as seguintes condições.

- a) ser brasileiro, nato, solteiro, e ter idade compreendida entre 16 anos feitos e 22 anos incompletos, referidos êsses limites ao dia 1 de abril do ano de matrícula (para os sargentos diplomados de aviação, pelo menos com quatro anos de praça e no mínimo 2 anos de serviço de aviação, o limite máximo é de 25 anos);
- b) ter *antecedentes e predicados pessoais que o recommendem* à Escola e ao còrpo de oficiais de que irá fazer parte;
- c) apresentar consentimento dos pais ou tutores, si [*sic*] fôr menor;
- d) para os civis: apresentar *atestado, de que possui as condições de honorabilidade indispensáveis à situação de futuro oficial*; tal atestado poderá ser passado por dois oficiais e do Exército ativo ou por uma autoridade judiciária do local onde residir o candidato;
- e) para as praças: juízo favorável do comandante do corpo ou chefe do estabelecimento onde servir;
- f) ter o curso secundario fundamental ou dos Colégios Militares;
- g) apresentar declaração dos pais ou tutores, responsabilizando-se pelas exigências regulamentares quanto aos objetos e roupas de uso pessoal;
- h) pagar a taxa de inscrição (30\$), de que são dispensadas somente as praças. (BRASIL, 1937a, Art. 1º – grifos nossos)

Dos itens acima citados, nos parece que os *antecedentes e predicados pessoais que o recomendem* poderia facilitar o apadrinhamento, enquanto que o *atestado de que possui as condições de honorabilidade indispensáveis à situação de futuro oficial* é bastante arbitrário, dando margem a uma seleção discriminatória, no que concordamos com Rodrigues (2008, 2010) e Santos (2005).

Conforme a legislação, o processo deveria se iniciar com a apresentação do requerimento ao comandante da Escola em outubro e os demais documentos em janeiro (BRASIL, 1937a, Art. 2º). O concurso em seguida constaria de (Art. 5º) classificação psicológica (que não influenciaria na admissão – Art. 6º), seleção médica (eliminatória – Art. 8º), exame físico (eliminatório – Art. 10) e exame intelectual (aferição de conhecimentos nas disciplinas de Português, Aritmética, Álgebra, Geometria,

Trigonometria Retilínea e Desenho – Art. 12), esse último dispensável aos alunos oriundos de colégios militares com média final igual ou superior a seis nas matérias do exame (Art. 21). Metade das vagas, fixadas anualmente pelo Ministério da Guerra, eram destinadas aos provenientes de colégios militares e a outra metade aos aprovados no concurso de admissão (Art. 24), constando de duas relações de aprovados. Caso não fossem preenchidas as vagas de uma das relações, as vagas remanescentes seriam destinadas à outra relação (Art. 27).

De acordo com o levantamento realizado por Fernando Rodrigues (2008, p. 469-471), de 6.725 processos individuais (não foi averiguada a totalidade dos processos por provavelmente ter havido perda de documentação do período) para ingresso na EMR entre 1938 e 1942 (para cerca de 400 vagas anuais em média), podemos explicitar a seguinte síntese para o ano de 1939:

1. dos 2.129 processos analisados para aquele ano, 1.929 (90,6%) candidatos foram considerados aptos, contra 200 (9,4%) inaptos;
2. dentre os candidatos aptos, 65% eram civis, 5% eram praças, 30% oriundos de Colégios Militares, e nenhum candidato egresso das Escolas Preparatórias de Cadetes;
3. dentre os candidatos considerados inaptos, 85,5% eram civis, 3,5% eram praças, 11% formados em Colégios Militares, e nenhum das Escolas Preparatórias de Cadetes;
4. como motivos para a inaptidão, entre os 200 candidatos, 96 o foram por terem pai ou mãe estrangeiro(a), 52 por serem negros, 15 por terem pais separados ou serem filhos de mães solteiras, 7 por não passarem na seleção médica, outros 7 sem nenhum motivo aparente, 6 por terem mais de 22 anos, outros 6 por falta de documentação, 5 por má conduta militar, 3 por terem pais judeus, e outros 3 por terem pais islâmicos;
5. 70% dos pais dos candidatos (entre aptos e inaptos) eram profissionais de classe média e alta, “profissionais liberais, funcionários públicos (civis e militares) e proprietários” (p. 470); ainda 70% dos pais (não necessariamente os mesmos) eram casados, em segundo lugar vinham viúvas e viúvos;
6. predominou a religião católica entre os candidatos.



Portanto, para se matricular na Escola Militar do Realengo, o jovem Ney Lobo, civil, católico (supomos que assim ele tenha se declarado<sup>43</sup>), com seus 19 anos completos, branco, filho da classe média curitibana, formado no ensino secundário como bacharel em ciências e letras, teve presumivelmente que apresentar, entre outros documentos: atestado de honorabilidade e de antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem; recibo da taxa de inscrição paga na Tesouraria da EMR; carteira de identidade; atestado de conduta no Gymnasio Paranaense; e atestado de vacina (RODRIGUES, 2008, p. 460); num processo documental que deve ter se iniciado em outubro de 1938 e finalizado em 13 janeiro de 1939 (ACADEMIAS..., 1939, p. 13), quando se apresentou na Escola Militar; deve ter sido também aprovado na seleção médica e no exame intelectual. Apenas para os oriundos de colégios militares, a seleção médica e o exame físico seriam em fevereiro (para os demais, antes), mas o jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro<sup>44</sup> de 5 de fevereiro de 1939 exibia notícia de convocação a Ney Lobo para o exame físico a ser realizado às 8 horas, para o qual deveria comparecer munido de “camiseta, calção e sapatos de tennis” (ESCOLA..., 1939, p. 7). Ou seja, possivelmente nem tudo ocorria dentro dos prazos estipulados em lei.

Sobre a nossa suposição de Ney Lobo ter se declarado católico, precisamos asseverar que ele não era espírita ainda àquela época. O professor afirma ter tido *formação religiosa iniciada na Igreja Católica, na qual chegou a congregado mariano, mais tarde abandonou a confissão religiosa católica, tornando-se agnóstico e descrente* (LOBO, s/a k, p. 2). Segundo informa numa carta-resposta datada de 31 de outubro de 1993, Ney Lobo diz ter se convertido ao espiritismo quando tinha cerca de 29 anos (em 1948 ou 1949, portanto já fora da EMR – 1993a), embora informe em um de seus *curricula vitae* ter aderido ao espiritismo na década de 1950, *na busca de uma cosmovisão mais racional e aceitável do Universo, da vida e da sociedade* (2000c, p. 1). Porém o que importa é que seu pensamento era outro quando ainda era um cadete e no início do oficialato.

Uma vez dentro da Escola, conjecturamos que tenha passado pelos ritos de iniciação, como a recepção do espadim que devolveria ao formar-se, simbolizando o heroísmo do Duque de Caxias, bem como pelos trotes efetuados por cadetes veteranos.

---

<sup>43</sup> Ser católico era a norma, e afastar-se dessa norma era colocar-se sujeito a desconfianças dentro do Exército (especificamente, e na sociedade, em geral), que exigia do candidato que não fosse judeu, islâmico ou ateu, assim como seus pais.

<sup>44</sup> O jornal *Correio da Manhã* foi um jornal carioca de circulação nacional bastante influente e crítico aos governos. Existiu de 1901 a 1974, quando foi fechado por discordâncias com o governo militar. Mais informações podem ser encontradas em Atala (2011) e Leal (s/a).

Sofreu uma rotina extenuante de atividades diárias e lhe foi inculcada a Doutrina Militar, como deveria pensar e agir, tal qual os símbolos a que deveria venerar. Deduzimos que a aversão de Ney Lobo às ideias marxistas se originou nesse período. Também cogitamos que tenha tido tempo de manter o gosto pela música clássica e pela leitura de clássicos da filosofia, como Nietzsche, por exemplo (como se pode depreender de suas correspondências dessa época). Não seria prudente concluir categoricamente que este gosto tenha se principiado na EMR, (é possível que haja se iniciado no tempo das aulas do professor Dario Vellozo no Ginásio Paranaense), ou mesmo que tenha se aprimorado lá, mas é justo suspeitar que ele não houvera se privado de tais audições e leituras, educando-se de maneira a contrastar com as estratégias (a rotina) estabelecidas para dificultá-las e impedir o engajamento político dos cadetes.

De qualquer modo, os fundamentos da instrução e da educação na EMR eram a moral e a disciplina, de maneira a inculcar eficazmente a Doutrina Militar, bem como promover a formação do *habitus* militar. A esse respeito, explica a cientista social Aline Prado Atássio:

O estilo de vida imposto aos agentes quando ingressam na carreira militar não é incorporado facilmente. É necessário um complexo trabalho que irá formar o *habitus* e o *ethos* militar, que possui características específicas da instituição FFAA [Forças Armadas] e foge aos padrões usuais da sociedade civil. Há também uma distinção na formação do *habitus* e do *ethos* de oficiais e praças, algo que será refletido na interação destes com a instituição e com o mundo que os rodeia, ou seja, os “de fora”.

Ao ingressarem nas fileiras do Exército, os agentes sofrem um choque cultural e passam por um processo de socialização que resultará na incorporação do *habitus* da classe militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta classe. (ATÁSSIO, 2015, p. 28)

Em carta datada de 5 de fevereiro de 1942 ao amigo Maurício<sup>45</sup>, militar pernambucano, Ney Lobo, então de férias com a família em Curitiba e a pouco mais de um ano de se formar, fala da felicidade como mediocridade, e confessa que não gostava de calma, mas de guerra! *Somos filhos espirituais de Nietzsche*, diz. Afirma ainda que *essa guerra* (a Segunda Guerra Mundial) seria de grande bem à humanidade. Nesta carta, é possível divisar um estudioso incomodado com a ignorância do povo. Ney Lobo

---

<sup>45</sup> Cujo sobrenome não aparece nessa missiva datilografada, e em outras, manuscritas, está ilegível.

considera a humildade e a religiosidade como resquícios da animalidade humana, e acredita que com o fim da guerra, o *materialismo agnóstico* triunfaria.

Quanto ao desejo de estar em guerra, Adriana Bellintani esclarece que “a finalidade primeira das forças armadas é a guerra” (2009, p. 91). Portanto, não é de se estranhar que após treinamentos fatigantes e inculcação da Doutrina Militar, assim como da Doutrina da Guerra, o aluno quisesse colocar em prática o que aprendera. Mais ainda: o Brasil havia se mantido neutro em relação à guerra na Europa, entretanto acabou cedendo às pressões dos Estados Unidos no início de 1942, disponibilizando parte da costa do Nordeste como base militar àquele país. A partir daquele momento, o Brasil havia se decidido por um lado, o dos Aliados, e após ter navios mercantes afundados por um submarino do Eixo (propriamente alemão) em agosto, declarou guerra à Alemanha e à Itália, apesar da simpatia do governo brasileiro pelo fascismo. Dois anos depois, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em março e oficializada em agosto de 1943, desembarcava na Itália, permanecendo na ofensiva até o fim da guerra em 1945, quando foi então desmobilizada, dissolvida e extinta<sup>46</sup>.

Mas aquela carta singular de Ney Lobo, em verdade, tem tom de desabafo. Afinal, como dizer à família que preferiria estar no calor da guerra a estar gozando da calma junto aos seus? Como dizer-se agnóstico, ou ateu, ou filho espiritual de Nietzsche, sem contrariar tanto a família quanto seus superiores no Exército? Mas o amigo poderia receber-lhe os incômodos morais, aquilo que lhe angustiava. Assim ele inicia a missiva:

Meu excelente amigo

Dando cumprimento ao dever assumido, com a maior lisura possível, junto a ti, com esta me prontifico a executar o devido. Comungo assim o dever ao prazer de entabular uma palestra epistolar com esta tua autoridade de “ulemá<sup>47</sup>” da cultura.

Excuso-me, Maurício, de indagar pela tua saúde ou felicidade pessoal, como aconselham as boas regras da epistolografia, certo como estou que estás muito acima destas ridicularias. Cada vez mais me convenço, caro amigo, de que a felicidade é a mediocridade mesma. Imagine-se

---

<sup>46</sup> É importante ressaltar que “sua dissolução, articulada pelo general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e pelo general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, concretizava um esforço simbólico para a manutenção da ordem política e militar” (RIBEIRO, 2013, p. 111): não poderia haver heróis maiores que o presidente da República e a cúpula do Exército. Consequência disso é que os combatentes da FEB, ao voltarem para o Brasil, passaram do heroísmo ao esquecimento muito rapidamente (da ativa para a reserva), tendo dificuldades futuras de reintegração social.

<sup>47</sup> Indivíduo sábio, erudito. O termo é utilizado entre muçulmanos para designar os que conhecem a fundo as leis islâmicas.

você, morando numa pacata cidade do interior, habitando em casa própria, destas favorecidas por um socego verdadeiramente bucólico, com a cara metade ao lado, rodeado pelos filhos e dando ensanchas ao teu sentimentalismo grerário. Com os pés achinelados e conchegando o agasalho ao corpo tú te refugias no bafo quente de uma destas virtuosas estufas domésticas, examinando com um burguesíssimo cuidado as contas dos quitandeiros, padeiros, açougueiros e quejandos, enquanto a tua supra citada cara metade se engalfinha num “crochet” ou no remendo de tuas mêias esburacadas no vae-e-vem da rotina. É de fato muito santinho, muito riquinho mesmo este espetáculo. É de muita virtude, como diria ironicamente o Eça. Quanta sensaboria!

E creia-me amigo, é a isto que os médiocres batisaram [*sic*] com o nome de felicidade. E o é de fato. Todos os atos dessa gente, volições e convicções são aconchavados a este futil ideal de burgueses inexpressivos. (LOBO, 1942, p. 1)

A linguagem polida e rebuscada por toda a carta (e em outras missivas) e o uso de imagens complexas por um cadete de 22 anos e meio denotam um leitor atento, detalhista e profuso, refletindo em sua escrita o seu próprio desenvolvimento intelectual, suas referências e como as vinha interpretando.

Continua explicando que a felicidade consiste em egoisticamente acomodar no espírito o turbilhão de ideias antagônicas que existe em si mesmo, mas que isso seria mediocridade, pois que é pelo choque das ideias que o homem conhece “a Verdade”:

A propósito, visitando outro dia o Jardim Zoológico local, por enquanto apenas bosquejado, muito me prendeu a atenção o trabalho dos guardas encarregados do parque: consistia este, em determinadas horas do dia, em jogar o alimento às feras enjauladas e muito isoladas umas das outras. Durante o resto do dia limitavam-se estes bemaventurados guardiões em passear pelos jardins do parque fazendo festas às fulvas cabecitas da meninada sempre tão curiosa dos espécimes da fauna. Então observando estes zelosos funcionários, lembrei-me destes médiocres de que vinha falando. Os médiocres agem como estes guardiões, e vivem e pensam como eles. As suas feras são as suas idéias e as suas ambições; as suas jaulas são os compartimentos do seu espírito; e os seus proventos são o socego e a felicidade pessoal. Neste afã essa gente separa uma idéia de outra, enjaula esta, se desfaz daquela e acomoda as demais ao clima social em que vive. Todo este “maelstrom” mental que se chama espiritualidade é seccionado muitas vezes e as suas partes são separadas e enjauladas. Que é a paz e o socego não resta a menor dúvida, mas também não resta a menor dúvida que tudo isto é mediocridade. Felicidade, este ideal egoístico, é a

acomodação das idéias antagônicas no nosso espírito. Os grandes cérebros amam e produzem o choque das idéias: é o movimento, é a ação, é a coragem. Jogam a Verdade contra a Justiça, Deus contra os homens, os homens contra a Natureza, e desta gigantomaquia concluem o que são, de onde vem e para onde vão. É desta batalha tumumtuária [*sic*] que emergem a Verdade e a harmonia do homem com a fixa e imutável ordem da Natureza, como do choque das consonâncias e dissonâncias resultam [*sic*] as magestosas sinfonias wagnerianas.

Isto tudo parece que não vem à propósito, mas é engano Maurício, pois quero te dar conta da grande avatara que sofreu o meu modo de pensar neste meu mergulho nos recessos da felicidade: os lares. (LOBO, 1942, p. 1-2)

O choque de ideias nunca foi o propósito da educação militar. Esta prezava pela homogeneidade. O que nos leva a aventar a possibilidade de que Ney Lobo vivia uma crise de identidade provocada pelo conflito ideológico entre a criticidade que aprendera do professor Dario Vellozo e a obediência que lhe era imposta pelos oficiais instrutores. Era o embate entre a educação recebida no Ginásio Paranaense, a recebida na Escola Militar e seus estudos autônomos, o que ele parecia tentar conciliar, sem necessariamente acomodar.

Mas o jovem cadete não almejava “felicidade” e calmaria naquele momento. Queria lutar na guerra europeia, sentia-se *sobrando* por não estar no campo de batalhas, nos *campos da honra*, ou melhor, desprestigiado pelo não uso de sua função. Após enaltecer a Alemanha, diz ser grande honra tê-la como inimiga, e que o Brasil seria no futuro o grande *fanal da humanidade* a apontar-lhe o caminho a seguir, numa clara demonstração de aceitação da Doutrina Militar, carregada da ideologia nacionalista. Por outro lado, se mostra avesso ao moralismo religioso (até certo ponto caro ao Exército), que considera hipócrita (lembrando a crítica anticlerical do professor Vellozo), e louva o ateísmo<sup>48</sup> como próximo passo de evolução da humanidade após a guerra (afastando-se neste ponto do seu antigo professor).

(...) nestas minhas férias muito tenho me conhecido; respirei uma atmosfera de felicidade e socego [*sic*] e me envenenei com ele. A minha estrutura mental não se harmoniza com isto (...) E isto tudo por aqui, rodeado de socego e felicidade que me faculta o convívio de minha venturosa família, contrasta com estas minhas disposições. Tenho uma grande ansiedade dentro de mim: quero barlaventejar com o ciclópico

---

<sup>48</sup> Em sua produção intelectual a partir de meados da década de 1970, o combate ao ateísmo se tornou uma constante.

furacão que avassala o mundo. A fina flor da mocidade do mundo inteiro está se dizimando gloriosamente nos campos da honra. E nós, Maurício?... nós estamos sobrando. E é isso que venho me sentindo: uma sobra. Pertencemos ao século da Força e da Audácia. Somos filhos espirituais de Nietzsche. Não podemos faltar aos nossos compromissos com o Século dos Super-homens. (...)

Esta guerra homérica, meu amigo, será de grandes benefícios para a humanidade. (...) Destruído será o princípio da imortalidade. Por terra ruirá a credence da existência de Deus. Alijado ficará das cogitações humanas todo o humanismo medieval e todo o convencional moralismo. Desvirtuadas ficarão as auréolas pundonorosas dos catônicos Budas, Christos e Mahomets.

E após isto tudo que teremos? Teremos os homens agindo pela impulsão singular da sua própria índole, praticando o bem ou o mal. Quem o sabe? Porém como compensação de tanto sofrimento, teremos o pouco bem que ainda se praticar acarretando-se por si próprio e não pela hipócrita e interesseira esperança num paraíso e na proteção de um bom homem entronisado lá nas estrelas. (LOBO, 1942, p. 2)

Crítico de preceitos religiosos que considerou como hipocrisia, Ney Lobo tinha a esperança de que o bem que viesse a ser praticado não o seria com vistas a uma recompensa fora deste mundo, mas voluntário, decidido e em liberdade.

Ele segue narrando que resolvera viajar pelo interior do Paraná durante as férias, e se anima ao falar do *progresso material* que viu, mas se desencanta com o *aspecto físico e mental dessa gente que habita o interior do Estado*, critica a miscigenação e a falta de vivacidade do povo, preocupado com a possibilidade de que em breve deveria mobilizar aqueles sertanejos para a *defesa da Pátria*. Exalta, por fim, a cidade de Curitiba, onde os alemães que a habitavam *conservam uma grande pureza de sangue*, uma cidade limpa, de clima agradável e *um aspecto de cidade europeia*; fala das universidades como feição do progresso e finaliza a carta.

Pode-se dizer que ela [a cidade de Curitiba] é uma cidade universitária devido ao grande número de academias superiores relativamente e sua população que não deve passar dos 150.000. Coroando todo o nosso edifício educacional temos a Universidade do Paraná construída com capitais paranaenses e por iniciativa particular de apenas dois cidadãos [*sic*] paranaenses (...). Temos ainda o Liceu Industrial onde se formam artífices e técnicos de indústrias. (LOBO, 1942, p. 3)

O conteúdo desta carta é importante por dois motivos principais: 1) demonstra que desde muito jovem Ney Lobo vinha se apropriando de uma cultura erudita, pela leitura de clássicos da filosofia, mesclando o que aprendera no ensino secundário com o que aprendia no ensino militar, acrescido de uma busca autônoma pelo conhecimento, embora não sem crises; e 2) as estratégias implementadas na EMR para afastar os oficiais de ideologias contrastantes com o nacionalismo varguista não foram completamente exitosas; fixou-se em Ney Lobo o anticomunismo, o nacionalismo e o respeito à hierarquia, mas também ele desenvolveu (ou manteve acesa) a crítica às verdades estabelecidas apenas por uma “autoridade moral”, como aquela à qual o Exército se arrogava. Contradições e conflitos que Ney Lobo procurou resolver décadas mais tarde, já convertido ao espiritismo.

## 1.4 A carreira militar

Ney Lobo formou-se Aspirante a Oficial do Exército, na Escola Militar do Realengo, em 1º de março de 1943, turma “Tenente Alípio Serpa”<sup>49</sup>. Em seguida, realizou o Curso A1 da Escola de Comunicação do Exército (Escola de Transmissões), em 1946, quando ainda era primeiro-tenente. Nesse período servia em Curitiba, no 20º Regimento de Infantaria.

Numa outra missiva a Maurício, datada de Recife em 6 de junho de 1944 (portanto já formado na EMR), em resposta a uma carta do amigo de 15 de maio daquele mesmo ano, Ney Lobo agradecia a epístola que lhe servira de alento para a *transposição do mais nebuloso e traiçoeiro abismo cultural* pelo qual passara. Expunha novamente e de forma catártica os seus conflitos íntimos em busca da “verdade”, onde a imaginação assume papel preponderante, falava da arte em geral e dizia ter tido *um vislumbre estranho, demasiadamente estranho*:

---

<sup>49</sup> Na residência de Ney Lobo, encontramos, pendurado numa das paredes da sala de estar, um pequeno brasão da Escola Militar comemorativo do cinquentenário da turma “Tenente Alípio Serpa”, datado: 1943-1993. O primeiro-tenente Alípio Napoleão de Andrada Serpa foi um entre dezenas de militares mortos no ataque aos navios brasileiros “Itagiba” e “Arará”, atingidos por torpedos lançados pelo submarino alemão “U-507” em 17 de agosto de 1942. Os ataques alemães a cinco navios mercantes brasileiros na costa da Bahia entre 15 e 17 de agosto foram o estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Alípio Serpa tinha 24 anos e havia se formado no Colégio Militar do Realengo; foi considerado herói ao salvar companheiros durante o ataque alemão, mas não sobreviveu.

Imaginei a Arte esplendidamente livre de todos os cânones, sem regras, sem formas, sem escolas, sem sistemas, sem doutrinas; livre! Integralmente livre de tudo que a limita e restringe. Uma liberdade total alçando as ráias do nihilismo e da anarquia, uma inefável anarquia. (LOBO, 1944, p. 2)

Descreveu então o que via: poetas, músicos e pintores criando livremente, e sentia-se um deles, *pintor ou arquiteto, músico ou escultor*; sentia que não havia necessidade de habilidades manuais, sentia-se um artista capaz de produzir uma obra de arte somente pelo pensamento elevado. *E produzi, produzi em todas as artes; esculpi, tracei, vercejei e compuz*. Seis décadas e meia depois, aos 89 anos de idade, Ney Lobo palestrava no 3º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espirita sobre a função pedagógica da imaginação! Mas também se tornou crítico do niilismo e do anarquismo, como se pode depreender de suas obras literárias.

Sujeito ao disciplinamento militar (além daquele que lhe deve ter sido imposto nos colégios em que estudou e pela Congregação Mariana), dir-se-ia que o jovem oficial sonhava com uma liberdade irrestrita. Quase finalizando a missiva, ele sentenciou:

A tendência geral do mundo moderno é a liberdade, e eu cá ao meu modo... já compreendi isto; é uma avalanche, é o zeitgeist hegeliano, é a “fixa e imutável ordem” de Spinoza. A humanidade, à procura de emoções libertárias pelo contraste com o passado da ordem e da submissão. E esta tendência empolga todas as expressões humanas: Arte, Economia, Política, Religião.

Eu transijo com esta liberdade projetando-a ao infinito. De fato o meu temperamento extremista não podia encarar esta tendência de outra maneira; ou o extremo da ordem e da disciplina ou o extremo libertário, e aqui fico. (LOBO, 1944)

Ney Lobo aqui se diz um libertário extremista. E essa ideia de liberdade se refletiu posteriormente em sua visão pedagógica, social e política. Mas há um evidente contraste em relação à carta de dois anos antes, na qual almejava estar na guerra e condenava a religião. Nesta, no entanto, afirma que a tendência futura da humanidade é a liberdade, incluindo a religião. Como conciliar este pensamento com a postura profissional de um oficial do Exército? Parece-nos que ao longo da década de 1940, Ney Lobo passava por profundos conflitos existenciais em relação à sua própria concepção de mundo.



Em outra carta a Maurício, sem data, também de Recife onde estava havia 20 dias, percebemos isso: ele conta suas desventuras e decepções em uma viagem oficial à capital de Pernambuco, cita a miséria do povo sertanejo, as estradas *que nem merecem o nome de picada*, o chão estéril e seco; contrasta a capital pernambucana com a sua terra natal, se diz nostálgico, e afirma que após percorrer três mil quilômetros de terras nacionais, o Paraná era para ele *o mais lindo rincão do Brasil*<sup>50</sup>; mas contrasta principalmente a sua mentalidade com a da gente daquela terra, com a qual não se adaptava, e diz:

Imagine que a minha mais alta vontade e preocupação, a leitura, sempre tão cara para mim, tem sido quebrada por esta trama maldita de circunstâncias de que te falei. Procuro ler mas quedo-me incapaz de coordenar as idéias; sinto um embaralhamento mental bastante intenso. Em suma, nada tenho lido, *sinto-me vulgar e rotineiro*.

Apenas a música, este maravilhoso veículo da arte e do sublime, tem conseguido escalar as ruínas do meu cérebro. Um dos meus grandes sonhos, de que te falei algumas vezes, o de possuir uma discoteca, tem se realizado [*sic*] magnificamente. Adquiri um rádio, um pic-up e uma pequena discoteca; e assim tenho conseguido conduzir alguma luz ao *meu espírito ressequido de cultura*. (LOBO, s/a a, p. 4 – grifos nossos)

E então, descreve as obras musicais que adquiriu, cerca de uma centena, de diversos compositores clássicos, e diz estar escrevendo a carta ao som de Wagner<sup>51</sup>. Vale notar a importância que dava às suas leituras, ou deveríamos dizer, aos seus estudos autônomos. Por esses trechos da carta, percebemos que, embora estivesse numa viagem a serviço do Exército, prezava pelo culto às ideias, e preferiria dedicar seu tempo a tal ensejo.

Mais adiante, diz:

Também não esqueci de adquirir a “Sonata ao Luar” e sempre que a ouço lembro-me de quando a executavas na Escola; é de justiça comunicar-te que davas a ela uma interpretação bem consentânea com o nosso temperamento exaltado, interpretação esta que não mais encontro em outros pianistas românticos e langorosos. (LOBO, s/a a, p. 5)

---

<sup>50</sup> Possivelmente reflexos do Movimento Paranaense, citado em nota anteriormente.

<sup>51</sup> Em sua residência, encontramos um acervo de discos de vinil de vários compositores de música erudita. Dona Vitória nos narrou que o marido gostava de ouvir suas músicas em alto volume, enquanto lia ou escrevia em sua biblioteca, durante longas horas do dia.

A que “escola” se referia Ney Lobo com “E” maiúsculo? É bem possível que seja a EMR, o que nos sugere que havia ali a cultura de ouvir clássicos da música erudita, e executá-los; no caso em questão, ao piano. Ou seja, apesar de toda a rigidez do quartel, havia momentos de descontração e mesmo de erudição. De fato, a gestão de José Pessoa havia deixado na EMR a tradição de afastar os cadetes das manifestações de cultura popular, ou dos festejos suburbanos.

Em seguida, Ney Lobo diz ter sentido um certo *frisson* ao comandar exercícios e manobras de combate com o Regimento de Infantaria e outras armas no Monte Guararapes. Por fim, ao falar da sua angústia intelectual, questiona ao amigo se suas concepções, dele e de Maurício, não seriam *mais rápidas que o desenrolar da História*, ou se não estariam *fixadas em alguma época pretérita*; acaba opinando pela segunda alternativa, dizendo-se *dignos do Século dos Bórgias*.

Não agimos, pensamos; não praticamos, imaginamos. Mas, não será o pensamento uma forma evoluída da ação? Em mim pelo menos é tão intenso que com ele me satisfaço da minha angústia heroica. Dou rédeas à imaginação e galopo ardigamente as quatro bestas do Apocalipse.  
(LOBO, s/a a, p. 6)

Novamente, faz menção ao poder do pensamento, antecipando sua Pedagogia da Imaginação, e encerra a epístola.

Essas cartas são pinceladas autobiográficas, em que Ney Lobo fazia uma espécie de autoanálise e a expunha à apreciação (e talvez crítica) do amigo, construindo uma ideia de si mesmo, uma autoimagem individual – e não social, como pretende Pierre Bourdieu (2008) –, mas por comparação com a imagem por si construída do social; uma autoanálise profundamente inspirada em suas leituras, sobre as quais, nos parece, Ney Lobo mergulhava como que absorto da realidade circundante. As cartas com este teor são apenas deste período, da década de 1940 (pelo menos entre as que ele guardou e que tivemos acesso); nas correspondências posteriores, não encontramos mais reflexões tão íntimas e conflituosas, estas passam a ser menos introspectivas (embora algumas vezes ainda o sejam). Esses registros de memórias autobiográficas são muito importantes, porque, neste caso específico, não foram construídos *a posteriori*, como fragmentos de lembranças de um passado longínquo, como é o caso da carta a Jorge Rizzini, mas no momento exato (julgamos) da autoanálise, com o lápis em punho sobre o papel.

Na carta de 24 de março de 1945, um manuscrito<sup>52</sup> muito envelhecido e de difícil leitura, Ney Lobo informa ao amigo Maurício que estava de volta a Curitiba, servindo no 20º Regimento de Infantaria (RI). Havia tentado o ingresso na Força Expedicionária Brasileira em novembro do ano anterior, mas conseguira do Diretor das Armas apenas *um lacônico “siga seu destino”*, não obtendo resultado satisfatório ao pleito. Como anteriormente aludido, o governo brasileiro havia enviado à Itália a FEB como esforço de guerra em aliança com os EUA, e o primeiro-tenente Ney Lobo vira ali uma chance de realizar um grande sonho. O seu requerimento em específico havia sido negado, mas o Museu do Expedicionário, em Curitiba, registra que 1.569 paranaenses serviram à FEB, dentre estes: 1 tenente-coronel, 3 majores, 10 capitães, 24 primeiros-tenentes, 18 segundos-tenentes, 1 subtenente, 9 primeiros-sargentos, 27 segundos-sargentos, 48 terceiros-sargentos, 113 cabos, 1.307 soldados e 8 enfermeiras (NASS, 2005, p. 112), muitos desses saídos do 20º RI.

Ney Lobo continua a missiva dizendo que tentaria no ano seguinte o ingresso na Escola do Estado-Maior (EEM), pois estava preocupado com a *ignorância e incompetência profissional* do corpo de oficiais a que servia, e por ter assumido consigo mesmo o compromisso de *não se enfileirar nunca com os ignorantes*.

Fica claro que Ney Lobo apropriou-se de um discurso salvacionista que foi cultivado no Exército (instituição que se classificava como superior e portadora de missão saneadora da sociedade), e tais valores vieram a se manifestar posteriormente em outro momento da sua vida, no campo religioso e no campo educacional<sup>53</sup>. Ademais, cursar a EEM era pré-requisito para ingressar no Estado-Maior do Exército (EME), que era o órgão consultivo na elaboração das políticas do Exército Brasileiro, subordinado à época ao Ministério da Guerra, e a matrícula só poderia realizar-se por concurso (BELLINTANI, 2009, p. 495). Vale dizer, ainda, que era comum o analfabetismo entre os soldados, motivo pelo qual o Decreto nº 1.735, de 3 de novembro de 1939, preconizava que a instrução primária deveria ser ministrada aos soldados analfabetos (Art. 36), sendo que “essa instrução será ainda proporcionada às praças que não se acharem em estado de ler e escrever corretamente o idioma nacional e de executar as quatro operações

---

<sup>52</sup> Acreditamos que as cartas manuscritas arquivadas por Ney Lobo sejam rascunhos posteriormente datilografados para o envio, com a correção inclusive dos possíveis erros ortográficos, como a carta de 1942, a qual o professor manteve uma cópia carbono.

<sup>53</sup> Lembramos que Ney Lobo fez parte de uma Congregação Mariana (como afirma na carta de 31 de outubro de 1993), instituição que também mantém um discurso salvacionista e de santificação dos congregados.

fundamentais sobre números inteiros” (§ 1º); mas o que Ney Lobo admitia menos era a “ignorância” entre os oficiais.

Afirma então que

o Exército tem grandes e profundas falhas; algumas originam do caótico mundo civil onde são recrutados as praças e oficiais, e outros por deficiência do nosso organismo de seleção e formação. A nossa oficialidade deixa muito a desejar no tocante a caráter e cultura profissional. (LOBO, 1945)

Podemos afirmar que Ney Lobo desenvolveu ao longo dos anos uma personalidade forte, que prezava pela competência e pela eficiência, e uma erudição patente, características que manteve até o fim da vida.

Em outra carta manuscrita, dessa vez ao amigo Ferreira, sem data (mas provavelmente de 1945, talvez anterior à carta a Maurício, pelo seu teor), Ney Lobo agradece ao telegrama de felicitações por sua recente promoção (que não identificamos a que exatamente). Informa que o 20º RI, unidade em que servia, não era uma unidade de elite, como o amigo havia interpretado, mas o “*patinho feio da região*”, gozando de *péssimo conceito*<sup>54</sup>. Com a entrada de um novo comandante, Ney Lobo assumiu o comando efetivo de uma companhia dentro do Regimento. Afirma que com muita luta e esforço pessoal conseguira reviver uma companhia *morta e podre* e colocá-la entre as melhores do Regimento. Novamente menciona o plano de ingressar na EEM em 1946, o que chama de *grande plano para o futuro*, e justifica a sua decisão, tomada *há poucos dias como o corolário de cogitações sobre a ignorância do nosso corpo de oficiais*. Várias frases são exatamente as mesmas da carta analisada anteriormente, faz várias críticas ao Exército, à incultura dos praças e oficiais, à falta de caráter de outros oficiais, à desorganização, às traições, às ingerências, às arbitrariedades, aos roubos etc.; estava num *estado de desilusão total*. Ao final, cita que o amigo Maurício havia passado por Curitiba

---

<sup>54</sup> O 20º Regimento de Infantaria ao qual Ney Lobo servia havia sido criado pelo Decreto-Lei nº 4.794, de 6 de outubro de 1942, embora já existisse com outras denominações desde 1922. Passando por endereços provisórios, fixou-se o quartel no bairro Bacacheri, em Curitiba. Inicialmente era distribuído em três batalhões, o primeiro e o segundo sediados na capital do Paraná, e o terceiro sediado em Joinville, Santa Catarina. Posteriormente, o 2º Batalhão foi deslocado para Paranaguá, Paraná, e o 3º Batalhão, para Itajaí, Santa Catarina, no intuito de manter a segurança do litoral durante a guerra. Em 1946, ambos foram extintos, permanecendo apenas o 1º Batalhão, em Curitiba. Em 1971, durante o Regime Civil-militar, o nome do regimento foi alterado para 20º Batalhão de Infantaria Blindado.

há alguns dias, mas ele mesmo, Ney Lobo, estava acampado e ficara pesaroso por não poder ter se encontrado com o *bom amigo de Pernambuco*.

A promoção de Ney Lobo a capitão foi publicada no *Correio da Manhã* na edição de 25 e 26 de dezembro de 1948 e no Diário Oficial da União (DOU) no dia 28, sessão 1, página 5, em que se especifica a promoção por antiguidade (que difere da promoção por merecimento). Ao que se pode concluir pela falta de indicação nas fontes (cartas, currículos e certificados), Ney Lobo não logrou ingressar na EEM, como havia planejado para 1946.

Nesse meio tempo, a Era Vargas havia findado em 1945 com a deposição do presidente da República em mais um golpe de estado engendrado pelos militares, e o Brasil vivia um hiato democrático que duraria 19 anos. Durante os nove primeiros anos, no entanto, o poder oscilou ainda entre o general Dutra (presidente entre 1946 e 1951) e Getúlio (presidente novamente entre 1951 e 1954).

Em 1949, o capitão Ney Lobo serviu ao 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa (onde, no ano de 1964, veio a ser subcomandante), a cerca de 100 km de Curitiba. Em 1953, cursou de janeiro a agosto, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no Rio de Janeiro, e segundo o próprio, havia recebido a menção *Muito Bem*. Em julho de 1954, foi promovido por antiguidade a major, e classificado por necessidade do serviço, de volta ao 20º RI, sendo incluído no Quadro Ordinário. Na edição de 18 de janeiro de 1963 do *Correio da Manhã*, Ney Lobo foi citado já como tenente-coronel (CORREIO MILITAR, 1963, p. 10), quando foi noticiada a sua inclusão no Quadro Suplementar Geral (QSG – formado por oficiais que exercem funções comuns aos oficiais das várias armas). Em 1964 retornou ao 13º RI, onde assumiu como subcomandante, saindo do QSG para o Quadro de Oficiais (QO).

Contou-nos dona Vitória que Ney Lobo fazia muitos exercícios de campo com os soldados, marchas, manobras, acampamentos etc. Houve em 1963 ou 1964 um inverno muito rigoroso e ele tinha uma jaqueta de lã do Exército que *estava feia*, motivo pelo qual relutava em usá-la, pois era *muito vaidoso*, nos dizeres de sua esposa (que apesar de narrar este episódio, ainda não o tinha conhecido nessa época). Entretanto, ele não poderia se desfazer da jaqueta, uma vez que, embora houvesse pago por ela, deveria devolvê-la ao Exército. Poderia pegar outra (e pagar por ela), mas não queria fazê-lo, já que estava próxima a sua passagem à reserva. Sem a jaqueta, no inverno, provavelmente em atividade de campo, Ney Lobo desenvolveu uma forte faringite e perdeu a voz. Um

subcomandante sem voz?! *Não podia!* Era a época da “Revolução”, nos lembrou dona Vitória, referindo-se ao golpe de estado de 1964, e os quartéis fervilhavam tentando descobrir *como se defender dos comunistas!*

Após muitas licenças em função do prejuízo vocal, acabou de fato passando para a reserva remunerada do Exército. Dona Vitória afirmou que ao aposentar-se, entrou para a reserva como coronel e, mais tarde passou a general de brigada. De fato, na época em que Ney Lobo tomou-se reservista, o militar passava à reserva remunerada com uma graduação acima da que tinha quando na ativa, percebendo a remuneração respectiva, ou seja, o professor era tenente-coronel antes de passar à reserva remunerada<sup>55</sup>. O coronel Ney Lobo foi definitivamente reformado em 24 de julho de 1984 (ao completar 65 anos), por haver atingido a idade limite para permanecer na reserva remunerada (BRASIL, 1984, s. 2, p. 4), em 2002 passou a receber como general de brigada, assumindo esta patente.

Temos aí a formação inicial do *habitus* de Ney Correia de Souza Lobo (forjado no Ginásio Paranaense, na Escola Militar do Realengo<sup>56</sup> e em estudos autônomos), sua visão de mundo, ora militarista e disciplinar, ora libertária, que se manteve em vários aspectos ao longo de sua vida; modificado esse *habitus*, no entanto, em função de sua aderência ao espiritismo ao final da década de 1940 e início da década de 1950. Esse *habitus* acabou funcionando como aporte dos processos pedagógicos implementados no Instituto Lins de Vasconcellos, sob sua direção (entre 1967 e 1974), e de suas filosofias educacional, social e política (ao final da década de 1980 e início dos anos 1990).

Houve, pois, um momento em sua vida, que não pudemos precisar ao certo, em que Ney Lobo interessou-se pelo magistério. Este período de sua trajetória será analisado no próximo capítulo.

---

<sup>55</sup> Durante o governo Castelo Branco, no entanto, deixou de existir aquela promoção, e o militar passaria à reserva com a última graduação que teve na ativa.

<sup>56</sup> A respeito da incorporação do *habitus* militar, nos esclarece Aline Prado Atássio: “Pensar as Forças Armadas (FFAA) sob a ótica da teoria de Pierre Bourdieu implica em admitir que tal instituição é uma estrutura organizacional, bem como uma instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus agentes, uma ação formadora de disposições duráveis. Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, ‘estruturas cognitivas e avaliativas idênticas’ (BOURDIEU, 2001, p. 210)” (ATÁSSIO, 2015, p. 26). A autora cita BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalina*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

# Capítulo 2

## Trajetória no Campo Intelectual

### 2.1 Os primeiros passos rumo ao magistério

Em 1956, o major Ney Lobo era o Instrutor Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Curitiba. Esse centro, assim como o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), foi uma das estratégias de Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo, para aproximar “a elite do país das fileiras militares” (BLLINTANI, 2009, P. 424).

Naquele ano já haviam se iniciado as negociações para a instalação de um colégio militar em Curitiba. O jornal *Correio da Manhã* de 14 de dezembro de 1956 publicou a notícia de que o governo do estado do Paraná, em parceria com o Ministério da Guerra, nomeava uma comissão encarregada de acertar “as providencias necessárias visando a criação, instalação e funcionamento do futuro colégio militar em Curitiba” (COLÉGIO..., 1956a, p. 4). Já a edição de 9 de dezembro noticiava encontrar-se no Rio de Janeiro a comissão integrada pelo tenente coronel Júlio Moreira Oliveira e o major Osmar de Macedo Mazza, com a finalidade de estudar o problema (1956b, p. 11), e a edição de 8 de janeiro de 1957 anunciava que haviam se reunido com o governador Moysés Lupion no Palácio Iguaçú, sede do governo do Paraná, várias autoridades no sentido de debaterem a respeito da instalação do futuro colégio militar naquela capital (CORREIO..., 1957, p. 11).

A intenção do ministro Teixeira Lott era a de colocar o colégio em pleno funcionamento ainda naquele ano, o que fazia parte do programa de ampliação da rede de colégios militares pelo país, desde que assumiu o cargo em 1955; mas os trabalhos da comissão designada para tratar do assunto duraram cerca de três anos.

A criação dos novos colégios militares, outrossim, fazia parte de um plano mais abrangente de educação nacional (patriótica e nacionalista), que vinha desde a “Reforma Capanema” no âmbito civil e a Lei do Ensino Militar, ambas de 1942, mas principalmente após a postura tomada pelo Exército em relação à política nacional a partir da deposição de Getúlio em 1945. O historiador e militar Gilberto de Souza Vianna salienta que

na década 1940, o Exército preocupa-se em modificar sua prática disciplinar substituindo punições físicas e castigos por um tipo de treinamento formalizado em “disciplinas” a serem ensinadas: a educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação sanitária. Assim fazendo, o Exército elabora, ao longo do tempo, uma pedagogia que irá inspirar em seguida a educação fora dos quartéis. Obviamente, pela história recente do Brasil, esta tendência é mais forte na década de 60. O conteúdo dessa pedagogia era a admissão de princípios de disciplina, obediência, organização e respeito à ordem. (2001, p. 17)

O general Lott, contando com o apoio do ministro da Educação, Clóvis Salgado, e do governador do Paraná, Moysés Lupion, se aproveitava naquele momento dos recursos que poderiam advir do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek no que dizia respeito à educação, bem como do “interesse do governo e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir nos seus futuros alunos uma ‘mentalidade adequada’ ao Estado que se queria construir” (p. 20). Obviamente, o Exército tinha a intenção de precaver desde cedo as crianças e os jovens em relação a doutrinas que pudessem ameaçar de alguma forma a segurança nacional.

Provavelmente ciente da futura criação de tal colégio é que o major Ney Lobo, então contando com 37 anos de idade, pleiteou o cargo de professor, “solicitando tolerância de idade para inscrever-se ao concurso para o Magistério do Exército (professor em caráter provisório)” (BRASIL, 1956, s. 1, p. 14). Entretanto seu pedido fora indeferido por estar em desacordo com o Art. 3º do Decreto-Lei nº 103 de 23 de dezembro de 1937, que estabelecia a idade máxima de 35 anos para que um oficial do Exército, com patente mínima de capitão, pudesse se inscrever em concurso para catedrático ou adjunto de



catedrático; e ainda por estar em desacordo com o Art. 1º, § 1º, letra “b” do Decreto nº 37.999 de 4 de outubro de 1955, que estabelecia que para as disciplinas não essencialmente militares, o candidato poderia ser temporariamente admitido como professor adjunto de catedrático em caráter provisório ou como professor extranumerário contratado, desde que tivesse menos de 36 anos de idade.

Em algum período que não pudemos sondar, entre o “grande plano” de ser membro do Estado-Maior do Exército e o pedido de ingresso no magistério, Ney Lobo atentou para a possibilidade de uma carreira docente. Temos notícia apenas de que nesse meio trajeto ele tornou-se espírita; diz em um de seus currículos que ao espiritismo *aderiu convicto, como única resposta coerente e racional às suas indagações existenciais e cosmológicas*<sup>57</sup>. Além disso, por esta época, o major havia se casado; seu primeiro filho, Ney Júnior, nascera em 1957, ano em que foi Instrutor Chefe da Turma de Aspirantes Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, cuja formatura naquele ano fora publicada na Revista do CPOR de Curitiba. E em 1958, foi Fiscal Administrativo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), localizada no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, uma experiência que pode ter lhe servido de balizamento para as funções que assumiria mais tarde em Curitiba, como veremos.

---

<sup>57</sup> A época em que Ney Lobo aderiu ao espiritismo coincide com a época de consolidação do chamado “Pacto Áureo da Confraternização Geral dos Espíritas do Brasil”, ou simplesmente Pacto Áureo. Essa expressão foi cunhada por Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, que participou ativamente para essa consolidação, inclusive percorrendo o país para divulgar o pacto e provocar a adesão de mais congregações espíritas à causa da unificação, e diz respeito à unificação dos espíritas em torno das entidades federativas e das ligas e uniões regionais. Em meio ao clima de desavenças e separatismos até a década de 1940, o Pacto Áureo, lavrado em 5 de outubro de 1949, possibilitou a organização do movimento como um todo, e uma participação mais democrática das entidades regionais em torno do tema da unificação, pela criação do Conselho Federativo Nacional (CNF), constituído por representantes dessas entidades. Por outro lado, essa estabilidade acabou sendo mantida pelo poder simbólico da Federação Espírita Brasileira (FEB), já que o CFN é um órgão interno, e a FEB passou a ocupar um posto acima das demais instituições unificadoras, limitando o intuito democrático. O jornalista e escritor espírita, José Herculano Pires, por exemplo, considerava o CFN como um Vaticano a baixar “bulas papalinas” (RIZZINI, 2001, p. 134). A polêmica persiste ainda hoje. Quanto a Ney Lobo, em relação à sua adesão ao espiritismo nesta época, se por influência de algum familiar, ou pela proeminência da figura de Lins de Vasconcellos no movimento espírita de Curitiba, ou ainda por proximidade com militares espíritas, ou mesmo por outros caminhos, não encontramos qualquer evidência que nos pudesse dar uma pista, além das razões que ele mesmo expressou: uma busca por respostas existenciais. Sabemos, porém, que um ano após a saída de Ney Lobo da Escola Militar do Realengo, foi fundada a Cruzada dos Militares Espíritas (CME), em 10 de dezembro de 1944. O objetivo dessa sociedade civil, de acordo com o site da organização ([www.cme.org.br](http://www.cme.org.br)), é “atuar nas Forças Armadas e nas Forças Auxiliares, procurando congregar, sob sua bandeira, os militares que professam o Espiritismo”. Há a possibilidade de que Ney Lobo tenha tido contato com a CME quando estava na ativa, mas também não encontramos evidências desse contato, muito menos de que tenha se tornado um “cruzado”; temos ciência apenas de que mais tarde, após sair do Colégio Lins de Vasconcellos em 1974, em função de sua rede de sociabilidade, ele trabalhou na Capemi, como será descrito adiante, um instituto fundado pelo coronel Jaime Rolemberg de Lima, que estava associado à CME desde os primeiros anos. Por sua vez, a CME é filiada à FEB desde 6 de novembro de 1987.

Ainda a respeito da construção do colégio militar, o *Diário Oficial da União* de 9 de outubro de 1958 anunciou que o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, designava o tenente coronel Alípio Ayres de Carvalho, o tenente coronel e médico Aristides Athayde Júnior, o major Omar de Macedo Mazza e o major Romeu Martins, a receberem, em comissão, “o terreno e suas benfeitorias, situado no Tarumã, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná”, cedido ao Ministério da Guerra pelo estado do Paraná, “a título precário<sup>58</sup>” (BRASIL, 1958b, s. 1, p. 6), para que fosse instalado imediatamente o Colégio Militar de Curitiba.

As futuras instalações do colégio deveriam seguir o exemplo do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), que por sua vez, embora originado no último ano do Segundo Reinado, herdou o modelo da extinta Escola Militar do Realengo, esta que já tinha tido influência anterior da antiga Escola Militar da Praia Vermelha e que influenciou ainda, na sequência, a Academia Militar das Agulhas Negras; todas com forte inspiração remanescente da Missão Militar Francesa.

E então, pelo Decreto nº 45.052, de 15 de dezembro de 1958, o presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o ministro, e então general, Henrique Teixeira Lott, criaram efetivamente o Colégio Militar de Curitiba (CMC), que entrou em funcionamento no ano seguinte, obedecendo ao regulamento do CMRJ. Era mais um colégio secundarista para a formação de oficiais. O *Correio da Manhã* de 7 de abril de 1957 já criticava a possibilidade de existência de três colégios militares contra apenas um civil (o Colégio Dom Pedro II, na capital), mantidos pela União: “É essa a derrota do espírito civil: 3 x 1, num país que entrou duas vezes [*sic*] em guerra para derrotar o militarismo prussiano” (TRÊS..., 1957, p. 6).

Ocorre que, embora se vivesse um período democrático, a influência do Exército na política ainda era demasiadamente grande. Sabe-se que o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, por gerar comoção nacional, acabou adiando os planos militares de (re)tomada do poder em 10 anos, ou seja, as Forças Armadas não abriram mão de sua posição no cenário político até 1985. Porém, o mesmo jornal que fez a crítica dois anos antes, divulgou na edição de 8 de janeiro de 1959, uma vez já criado o colégio, a notícia: “Publicou a imprensa de ontem instruções para a matrícula no Colégio Militar de Curitiba. Êste fato encheu de júbilo os moradores de Curitiba, pois, vem concretizar velhas

---

<sup>58</sup> O que significa que poderia ser reavido sem indenização caso não fosse utilizado exclusivamente para a construção do colégio.

aspirações da população deste Estado” (CORREIO..., 1959, p. 4). Parece que o espírito militar ainda pairava decidido sobre a capital paranaense.

O tenente coronel Alípio Ayres de Carvalho<sup>59</sup> foi nomeado primeiro comandante do CMC (BRASIL, 1958a, s. 1, p. 18), e em 19 de fevereiro de 1959, 536 candidatos<sup>60</sup> prestaram o exame de admissão àquele estabelecimento de ensino médio. Com relação aos candidatos a professores, o *Correio da Manhã* de 7 de março anunciou que a Diretoria Geral do Ensino do Exército comunicava a realização “no menor prazo possível [de] outro concurso para admissão de professores no Magistério do Exército, em caráter provisório, (...) exclusivamente para o Colégio Militar de Curitiba” (NOVO CONCURSO..., 1959, p. 4) para as disciplinas de Português, Francês, Latim, Matemática, Geografia, História e Desenho. O anúncio foi repetido no dia 20, três dias antes do início premeditado das aulas.

Até meados de maio, as provas dos candidatos a adjunto de catedráticos ainda estavam sendo realizadas para as mesmas disciplinas, o que nos leva a refletir que as aulas não teriam se iniciado nas condições idealizadas, talvez nem mesmo no prazo previsto, e que tiveram dificuldades para compor o quadro de professores. É possível até mesmo que por implicações meramente burocráticas, como foi o caso de Ney Lobo: impedido de iniciar uma carreira docente no Exército por ser dois anos mais velho que o permitido.

Por fim, o mesmo jornal publicou em 27 de maio que o colégio, “velha ambição do povo da Cidade Sorriso”, acabava de ser inaugurado.

O ato revestiu-se da maior solenidade, vendo-se presentes além das autoridades locais, inúmeras famílias e personalidades do comércio, da indústria e de outras atividades profissionais. Viam-se presentes ao ato inaugural o governador do Estado e senhora, o general Nilo Sucupira, diretor do Ensino e representante do ministro da Guerra: o arcebispo metropolitano d. Manuel da Silveira d’Elboux, os generais Nelson Rebelo de Queiroz, Eduardo de Carvalho Chaves, Augusto Magessi, Oromar Osório, brigadeiro Orlando Menescal, o prefeito da cidade, secretários, deputados e representantes do corpo consular. (INAUGURADO..., 1959, p. 4)

<sup>59</sup> Em vários de seus *curricula vitae*, Ney Lobo cita como “referência”, entre outros nomes, o Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, como fiador de sua idoneidade.

<sup>60</sup> A Portaria nº 2.203 de 17 de dezembro de 1958 (BRASIL, 1958a, s. 1, p. 18), havia fixado o início das aulas para 23 de março de 1959, com 250 vagas na 1ª série do ginásio em regime de externato; as inscrições para admissão deveriam ser feitas até 31 de janeiro daquele ano, e os exames deveriam realizar-se entre 16 e 28 de fevereiro; o recrutamento de professores deveria ser feito pelo Estado-Maior do Exército de acordo com o Decreto nº 37.999 de 1955, já citado.

Gilberto Vianna informa que a aula inaugural fora proferida em 21 de abril, apesar da notícia anterior ter se dado no fim de maio: “Naquele dia foi proferida a aula inaugural, na presença de representantes das Escolas Militares existentes no Brasil” (2001, p. 31).

Não temos fontes que confirmem se Ney Lobo estava presente à solenidade, mas podemos presumir que sim, pois ainda que não tenha sido liberado para o magistério no Exército, o mesmo *Correio da Manhã* de 18 de fevereiro de 1959 noticiava a classificação no Colégio Militar de Curitiba, por interesse próprio, do major da Arma de Infantaria Ney Lobo (BOLETIM..., 1959, p. 4). Em um de seus currículos, ele diz ter assumido como subcomandante do CMC naquele ano, cargo que ocupou até 1964 (ano em que entrou para a reserva remunerada). Não havia conseguido o cargo de professor, mas estava enfim dentro da escola, cuja organização física, pedagógica e disciplinar, bem como o controle do espaço e do tempo escolares, influenciou bastante aquele que seria o futuro diretor do Instituto Lins de Vasconcellos, como compreenderemos melhor no capítulo 4 desta tese. Enfim, se era subcomandante, presumimos que estivesse presente àquela solenidade.

Durante este período, nasceram o seu segundo filho, Marco Aurélio, em 1960, e o terceiro filho, Heitor Neto, em 1963. A carreira docente também se iniciou por essa época.

## 2.2 No campo educacional

Nos anos de 1962 e 1963, Ney Lobo assumiu finalmente um cargo de professor, no caso, de filosofia no Colégio Rio Branco<sup>61</sup>, uma escola privada. Nesta época, ainda trabalhava no CMC, mas já havia também iniciado um curso de licenciatura: em 1960, ingressou, por meio de exame vestibular, no Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná<sup>62</sup>. Era a forma encontrada para que

---

<sup>61</sup> Não confundir com o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, criado pelo Decreto Estadual nº 7.457 de 29 de março de 1962.

<sup>62</sup> A faculdade na qual ingressou foi fundada em 1938, em pleno Estado Novo, como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, contando com três departamentos (um de Filosofia, um de Ciências e um de Letras), e passou por diversas reestruturações ao longo dos anos, até a data em que Ney Lobo se formou. Na carta de 1942 (capítulo 1), Ney Lobo citava a Universidade do Paraná, existente desde 1913, então como instituição privada. Ocorre que naquele momento da carta, essa universidade estava desmembrada. Desde o advento da Primeira Guerra Mundial, o Governo Federal empenhou esforços para encerrar o funcionamento de universidades privadas, no sentido de centralizar o ensino superior; para que a Universidade do Paraná não fosse completamente fechada, os cursos se tornaram faculdades autônomas separadamente reconhecidas pelo governo. Somente em 1946, as faculdades foram novamente reunidas numa universidade, dessa vez contando também com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se unia às demais. Em 1950, a universidade foi federalizada, passando a se chamar Universidade Federal do Paraná (UFPR), constituída finalmente pelas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Ciências

a porta do magistério lhe fosse aberta, já que lhe fora fechada pela legislação própria à docência no Exército. Assim, Ney Lobo informa em vários de seus *curricula vitae*, que se formou em Licenciatura Plena em Filosofia, em 1º lugar, com média igual a 9,4, em 1964.

Por correspondência do então reitor, o senhor Flávio Suplicy de Lacerda, datada de 17 de janeiro de 1964 (Ofício nº 24/64), Ney Lobo foi convidado a ministrar *aulas sobre assuntos de sua especialidade* na área de Educação durante o Curso de Verão. As aulas de Ney Lobo estavam previstas para o dia 31 às 10h, no anfiteatro da Faculdade de Filosofia. O jornal *Correio do Paraná* de 26 de janeiro daquele ano anunciou os temas a serem ministrados, dentre eles: “A Educação Moral e Cívica na Área das Práticas Educativas, dia 31 às 10 horas, pelo prof. Ney Lobo” (CURSOS..., 1964, p. 5). Os cursos teriam início no dia 27 de janeiro e iriam até o dia 28 de fevereiro, num total de 14 e gratuitos, com estimativa de cerca de 100 alunos.

No ano seguinte, foi o Diretor do Departamento de Educação, o senhor Durval Pacheco de Carvalho, quem o convidou, em carta de 17 de fevereiro de 1965 (Ofício nº 80/65), a ministrar uma palestra no dia 22 às 10h, naquele mesmo anfiteatro, como parte do Seminário de Ensino Médio, *constante dos Cursos de Verão 1965 – “Temas de Educação”*.

Ney Lobo cita em seus currículos que, durante o ano de 1965, foi Instrutor de Filosofia na mesma faculdade onde se formou; entretanto, o documento oficial que o designou para este cargo, a Portaria nº 26/64, data de 7 de fevereiro de 1964, com o seguinte teor e assinado pelo diretor Homero Batista de Barros:

O Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, tendo em vista interesse do ensino, resolve designar ad-referendum do Conselho Técnico Administrativo, o Licenciado em Filosofia NEY LÔBO, para Funções de Instrutor Voluntário junto ao Departamento de Filosofia do respectivo curso. Notifique-se e publique-se. (BARROS, 1964)

---

Econômicas e Filosofia, Ciências e Letras. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei 4.024, de 20 de dezembro), no início do governo de João Goulart, a UFPR ainda manteria o mesmo estatuto até o fim da década, quando seria reformulado. Portanto, quando Ney Lobo cursou Filosofia naquela universidade, vigorava ainda o estatuto da década de 1950, e o diretor da faculdade em questão era Homero Batista de Barros (de 1959 a 1965).

Em 28 de abril de 1965, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Estado do Paraná o convidou, na pessoa de Maria Carolina Delay, Chefe da Divisão do Ensino Médio e Superior, do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, a participar do *Encontro de Professores*, que seria realizado na cidade de Paranaguá em 11 de maio. A correspondência sugeria que Ney Lobo proferisse uma palestra pela manhã, cujo tema ele poderia escolher numa lista anexa, em sintonia com o tema geral: *Problemas Educacionais da Atualidade*, justificando que *qualquer pronunciamento seu a respeito dêste assunto ficar-lhe-íamos imensamente gratos* (DELAY, 1965).

Nesta época, Ney Lobo não mais estava na ativa do Exército, mas, já como professor, do Instituto Lins de Vasconcellos desde 1963, bem como fundador<sup>63</sup> dessa instituição, havia tido algum reconhecimento público no campo da educação.

Seu quarto e último filho, André Luiz, veio a nascer no final de 1965. Tempos depois, sua então esposa, dona Maria de Lourdes da Silva Lobo, o deixou com as crianças. Sozinho com os quatro meninos, o militar da reserva e diretor de escola conheceu a jovem Vitória Andolfatto Albuquerque, 23 anos mais nova, e a ela uniu-se por volta de 1968, quando com seus quatro filhos, Ney Lobo Júnior (11 anos), Marco Aurélio da Silva Lobo (7), Heitor de Souza Lobo Neto (4) e André Luiz de Souza Lobo (2 e meio), mais o filho pequeno da segunda esposa, Renato César Albuquerque (nascido em 1961), mudaram-se para o Condomínio Edifício Ana Léia, no Centro de Curitiba, onde moraram por mais de quatro anos.

Em todo caso, em 1963 havia sido fundado o Instituto Lins de Vasconcellos, um estabelecimento de ensino mantido pela Federação Espírita do Paraná (FEP) e situado à rua Nilo Peçanha s/n, bairro Bom Retiro, Curitiba, cujo primeiro diretor foi o professor Walter do Amaral, na época também membro do Conselho Deliberativo da FEP. Nesse ano, Ney Lobo assumiu, a convite do senhor João Ghignone, presidente da federação<sup>64</sup>, a cadeira de professor de Educação Moral e Cívica (EMC), cargo que ocupou até o final de 1966. A experiência de Ney Lobo no Instituto Lins de Vasconcellos (ILV) será melhor analisada nos capítulos 3 e 4; por ora, faremos apenas uma explanação geral desse período de sua vida.

---

<sup>63</sup> “Fomos um dos fundadores daquele Colégio, assim considerados todos os integrantes do corpo docente inicial, no ato da abertura das suas atividades em 1963” (LOBO, 1998c, p. 1).

<sup>64</sup> Seu mandato foi o mais logo dentre os presidentes da FEP: de 1932 a 1977.

Durante o tempo em que foi professor no ILV, Ney Lobo se empenhou pela estruturação e manutenção da Sala-Ambiente de EMC, sua “menina dos olhos”, coordenou o Gabinete de Orientação Filosófica (órgão consultivo de orientação doutrinária, onde empreendeu pesquisas com o fim de sistematizar uma filosofia espírita da educação) e tentou a instalação de um laboratório de pesquisas em Parapsicologia no colégio, enquanto gestava a ideia da Cidade Mirim. Em 1967, após quase ter sido demitido da escola, Ney Lobo assumiu a sua direção e, de imediato, implementou mudanças nas práticas pedagógicas: reestruturou as salas de aula, trocando as carteiras individuais por mesas e cadeiras para estudos em grupos, e a lousa centralizada por pequenas lousas móveis; modificou o sistema de avaliações, dando ênfase aos trabalhos coletivos; e substituiu parte das aulas expositivas por orientações docentes. Ainda como diretor, instituiu a direção colegiada e implementou a Cidade Mirim, um projeto pedagógico com o objetivo de promover aos alunos a vivência de uma sociedade democrática, nos moldes escolanovistas, ainda que vivessem sob um regime autoritário. Em 1972, a Cidade Mirim foi reportada em vários jornais e revistas do país, como relata o próprio Ney Lobo:

A CIDADE-MIRIM tem sido objeto de periódica divulgação, inclusive ilustrada com fotografias, nos jornais de Curitiba. O que tem acontecido principalmente por ocasião da festa anual de transmissão do cargo do governo da cidade aos novos prefeitos e vereadores [mirins] eleitos. Contando sempre com a presença do Sr. Prefeito de Curitiba e de outras autoridades, inclusive já tendo contado com a participação da Banda da Polícia Militar do Estado, cabendo ao Prefeito de Curitiba a entrega da chave simbólica da CIDADE-MIRIM ao novo prefeito.

Conta o crédito histórico da cidade com a divulgação, como notícia, de matéria de página inteira e ilustrada do jornal “Gazeta Esportiva” de São Paulo (edição de 14.04.72) (...).

Foi motivo de notícia no jornal “Correio Braziliense” de Brasília (edição de 11.08.72); “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro/RJ (15.08.72). “Diário Popular” de São Paulo/SP (15.08.72), “Diário do Povo” de Campinas/SP (15.08.72), “O Popular” de Goiânia/GO (15.08.72), “Folha do Norte” de Belém/PA (15.08.72).

A CIDADE-MIRIM foi ainda alvo de ampla reportagem ilustrada na revista “ESCOLA”, edição nº 6, de agosto de 1972, da Editora Abril Cultural de São Paulo. (LOBO, 2003, p. 475-476)

No ano de 1974, quando estava prestes a efetivar um sistema disciplinar baseado na reparação das faltas, extinguindo o esquema de punições e recompensas, Ney Lobo saiu do ILV, por desacordos ideológicos com colegas e com a Federação Espírita do Paraná. Daí em diante, dedicou-se mais ativamente ao campo literário e à participação em congressos, como veremos mais à frente, mas ainda manteve alguma atividade docente.

Durante os anos de 1986 a 1988, Ney Lobo foi professor de Teologia Espírita e de Filosofia na Unibem, uma faculdade privada fundada por Octávio Melchiades Ulysséa. O professor Ulysséa era também militar e amigo de Ney Lobo, e havia sido professor de Sociologia Brasileira na UFPR, além de ter lecionado também no CMC, na Faculdade de Artes do Paraná e na PUC-PR. Fundou, em 1975, a Unibem (ou Campus Universitário Doutor Bezerra de Menezes), próxima ao Parque Barigui, em Curitiba, que em 1997 passou a ser chamada Faculdades Integradas “Espírita” (FIES).

O último trabalho de Ney Lobo enquanto docente, foi como professor de História da Educação Espírita no Curso de Pós-Graduação em Pedagogia Espírita (com ênfase no ensino inter-religioso e filosofia para crianças e adolescentes), promovido desde 2004 pela Associação Brasileira de Pedagogia Espírita (ABPE), sediada até o início de 2014 em São Paulo (e posteriormente em Bragança Paulista-SP), em parceria com a Universidade Santa Cecília, de Santos-SP<sup>65</sup>.

## 2.3 No campo literário

Foi a partir de 1966 que Ney Lobo começou a publicar os seus primeiros estudos sobre educação espírita no jornal *Mundo Espírita*, órgão de divulgação editado pela FEP, e continuou publicando no ano seguinte, o que resultou em convites para participar de encontros, simpósios e congressos sobre a temática, que se mantiveram por toda a sua vida. Embora iremos falar dos congressos e palestras mais adiante, citaremos neste tópico dois episódios em específico, um em 1968, por ter ali ocorrido um encontro importante na trajetória intelectual de Ney Lobo, e outro em 1970, como consequência daquele.

Dito isso, em 1968 o professor participou do *1º Encontro de Educadores Espíritas centro-sulino*, ocorrido no mês de abril em Curitiba. O sociólogo reverendo Jarrett Parke

---

<sup>65</sup> O curso hoje não conta mais com a chancela da Universidade Santa Cecília, uma vez que passou a compor, a partir de 2015, o quadro de cursos da Universidade Livre Pampédia, em Bragança Paulista-SP.



Renshaw, em sua tese de doutorado, intitulada *A Sociological Analysis of Spiritism in Brazil* (Uma Análise Sociológica do Espiritismo no Brasil – livre tradução<sup>66</sup>), diz que

os Espíritas, com o seu moralismo conservador, percebem nos modernos métodos educacionais e de assistência à infância uma ênfase sobre o amor e o respeito pela personalidade e liberdade de desenvolvimento que parecem estar em consonância com suas crenças e perspectivas. O principal acontecimento no Espiritismo brasileiro, nos últimos anos, foi o 1º Encontro de Educadores Espíritas da Região Centro-Sul, em Curitiba, Paraná, em abril de 1968. Nesta reunião, um audacioso plano foi apresentado para o desenvolvimento de um sistema de ensino Espírita, com uma psicologia educacional Espírita, uma pedagogia Espírita, e uma filosofia Espírita da educação<sup>67</sup>. (RENSHAW, 1969, p. 141)

O evento foi patrocinado pela FEP e pela União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo (USE), dirigido por Walter do Amaral e ocorrido nas dependências do ILV<sup>68</sup>. Ao que pudemos deduzir pelas fontes pesquisadas, foi neste encontro que Ney Lobo conheceu pessoalmente o jornalista e professor paulista José Herculano Pires<sup>69</sup>, que havia sido diretor do Instituto Espírita de Educação em São Paulo, e a quem trataria de referendar em suas obras e render tributos como o precursor da Pedagogia Espírita, mas não sem contrapor-lhe, muitas vezes, as ideias. Sobre aquele encontro, Ney Lobo diz:

Tivemos oportunidade de apresentar ao plenário proposição de uma metodologia para a dedução de algumas conclusões sobre a Filosofia Espírita da Educação. O estudo foi questionado pelo eminente Prof. HERCULANO PIRES do que resultou recomendação conciliatória da

<sup>66</sup> As traduções livres nessa tese foram todas de nossa autoria.

<sup>67</sup> Livre tradução do original: “*Spiritists, with their conservative moralism, perceive in modern child-care and educational methods an emphasis upon love and respect for personality and freedom of development which appear to be consonant with their beliefs and outlook. A major occurrence in Brazilian Spiritism, in recent years, was the 1º Encontro de Educadores Espíritas da Região Centro-Sul (1 Meeting of Spiritist Educators of the South-Central Region) in Curitiba, Parana in April, 1968. At this meeting, a bold plan was presented for the development of a Spiritist educational system, with a Spiritist educational psychology, a Spiritist pedagogy, and a Spiritist philosophy of education.*” A fonte pesquisada pelo sociólogo foi o Anuário Espírita de 1969.

<sup>68</sup> Mais detalhes sobre este evento em LOBO, 2002e, v. 5, p. 255-269.

<sup>69</sup> De acordo com Dora Incontri: “personalidade de múltiplas facetas, suas atividades e contribuições se estendem por diversas áreas, dificilmente resumíveis num rápido estudo. Jornalista profissional, filósofo por formação e vocação (licenciou-se em Filosofia pela USP em 1957), professor universitário (ensinou Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara), conferencista, poeta, romancista premiado e autor de um novo gênero literário, ‘ficção científica paranormal’ – suas obras somam mais de 80 títulos, alguns ainda inéditos” (2001, p. 262-263).

comissão nomeada por proposta daquele mesmo professor. (LOBO, 1986b, p. 4)

Sucedeu que no *Ano Internacional da Educação* (proclamado pela Unesco) e *Ano Nacional da Educação* (no Brasil), portanto em 1970, Ney Lobo recebeu uma carta, datada de 28 de outubro, da Editora Cultural Espírita Ltda. (Edicel), uma editora e livraria espírita fundada em 1964 em São Paulo, convidando-o a colaborar com a inédita revista *Educação Espírita* a ser lançada em novembro, a *primeira publicação mundial do gênero* que seria dirigida por Herculano Pires. A carta tem tom impessoal, entretanto há um *post scriptum* assinado pelo próprio Herculano com os dizeres:

Meu caro Professor: Tudo foi feito muito às pressas, mas não esquecemos Curitiba e o seu trabalho. Até a Cidade Mirim já figura no primeiro número. Ajude-nos com sua colaboração para o próximo.

Um abraço de sincera amizade e admiração:

Herculano. (EDICEL, 1970)

Herculano havia proposto a Frederico Giannini Júnior, então proprietário da Edicel, que se publicasse a revista *Educação Espírita* como um elo entre as várias iniciativas espíritas de educação e também um espaço de debate sobre a temática. Em seu diário pessoal, cujos trechos foram publicados pelo escritor Jorge Rizzini, Herculano desabafa que havia trabalhado até pela madrugada entre os dias 13 e 30 de outubro de 1970, preparando o material para a publicação da revista, mas que não havia obtido colaboração com os artigos, exceção feita ao filósofo argentino Humberto Mariotti, que, de Buenos Aires, lhe enviara um texto em espanhol. Sem outros articulistas, Herculano usou de pseudônimos, bem como traduziu o texto de Mariotti, de modo que 87% do conteúdo do primeiro número da revista publicada em dezembro era, na verdade, de sua autoria.

E então, no dia 28 de dezembro, em plena segunda-feira após o Natal e véspera de *réveillon*, Ney Lobo proferiu, atendendo ao convite telefônico de Herculano Pires, a palestra comemorativa do lançamento da revista *Educação Espírita*, no auditório do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo. Ney Lobo era esperado com ansiedade por Herculano Pires naquele dia, mas logo este se decepcionou, tanto com a “independência” daquele, quanto com a palestra proferida mais à noite. Anotou Herculano em seu diário publicado por Rizzini:

É hoje o grande dia. Às cinco horas acordo, levanto-me e resolvo ir à Rodoviária. Bi (a esposa) me acompanha com sacrifício (...). Encontramos com Giannini e temos um trabalho imenso para descobrir onde chegam os ônibus do Paraná. Por fim temos de ir até o Largo do Coração de Jesus (...) agora transformado em apêndice da Rodoviária. Chegam ônibus de Curitiba aos punhados. Temos de correr de um lado para outro (eu manquitolando [era a dor ciática que o incomodava]) até que, de repente, do ônibus que para à minha frente salta o esperado. Vamos com ele até a Rodoviária: quer comprar passagem de volta para a meia-noite! Queremos leva-lo a descansar, tomar café, etc. Recusa-se a tudo e proclama sua independência. Só me promete ir jantar em casa. Decepção-me um pouco: o homem não fez, como eu pensara, um sacrifício pela revista, pela causa<sup>70</sup>. Diz-me: “Aproveito para matar dois coelhos numa cajadada.” (2001, p. 240)

Mais à frente, lamenta a não colaboração de vários “confrades” espíritas: “a turma da USE e da Federação recusa-se a suspender suas reuniões de rotina” (p. 240), muitos aproveitaram a data para viajar ao litoral ou resolver “problemas de fim de ano”. Mas Herculano estava decidido a que o lançamento ainda ocorresse naquele ano, e a palestra de Ney Lobo estava marcada para as 20h.

Às 20:30 o auditório ainda estava vazio (...). Mas quinze minutos depois já está regularmente lotado. Giannini me pergunta pela “composição da mesa”. Tenho horror a isso. Digo-lhe que a deixe por minha conta. Subo com Ney Lobo, apresento-o em duas palavras, chamo dna. Iracema [Sapucaia, escritora e esposa de Jorge Rizzini] para ler o soneto psicografado pelo Rizzini a propósito do ato e os largo à mesa. Ney Lobo fala sozinho, sem o habitual cerco de representantes de instituições. Dna. Iracema, como eu, volta para o auditório. (RIZZINI, 2001, p. 241)

E então confessa algo que, publicado no livro de Jorge Rizzini já em 2001, teria ferido a suscetibilidade do professor Ney Lobo, dando ensejo à carta citada anteriormente (no capítulo 1), em que este lamenta tal publicação. O trecho que causou mágoa ao professor diz o seguinte: “A palestra foi um malogro. Ney Lobo parece ter-se impressionado com São Paulo e com o auditório, formado na sua maioria de professores. Fez uma palestra abstrata, num tom erudito e cansativo” (p. 241). São palavras de

---

<sup>70</sup> Já Ney Lobo guardava uma lembrança do momento com componentes emocionais díspares. Dizia a Dora Incontri por carta: *Fui recebido gentilmente na Estação Rodoviária pelo Prof. Herculano e alguns jornalistas espíritas. Jantei na sua residência junto com sua família. Essas são minhas fagueiras lembranças pessoais daquele mestre, o qual considero como o Pai da Educação Espírita quando sentenciou: “O educando é um reencarnado”* (LOBO, 2001a, p. 9)

Herculano Pires, contidas em seu diário. Na carta ao amigo Rizzini, Ney Lobo se justifica, não sem antes elogiar enfaticamente a obra:

Desde a leitura inicial e fagueira da obra delíciei-me com o primor, correção e limpidez da sua redação, que tanto me encantava... Até chegar no capítulo 18 (“O Pioneiro da Pedagogia Espírita”), no qual, de permeio com alguma referência à F.E.E. [sua obra “Filosofia Espírita da Educação”], prepara e adverte piedosamente o meu combalido espírito, já decepcionado e desgostoso, para a estocada de misericórdia a cargo do meu destino ou expiação: a minha pífia e ridicularizada participação no lançamento da novel revista “Educação Espírita”, aí em São Paulo, no fatítico [sic] dia 28 de dezembro de 1970. Data com tanta infelicidade escolhida, entre as festas de Natal e de fim de ano, quando as atenções e preocupações estavam voltadas para aquelas comemorações.

Naquela época, dirigia eu, com grandes dificuldades, o complexo do então chamado “Colégio Lins de Vasconcellos”, pertencente à Federação Espírita do Paraná, com cerca de 800 alunos. E no qual exercia eu, além da função de diretor, mais 17 funções. Levantado esse dado por uma pedagoga, funcionária do Colégio, parece-me que para instruir uma pesquisa. Tantos e ingentes eram esses encargos, que não me sobraria tempo e disposição para palestras, tanto que não as fazia, e nem tinha experiência para aceitar convites. Em resumo, eu não era palestrante e muito menos conferencista. Quanto a dispor da capacidade de orador nem passava pela minha cabeça. Tenho sido, até hoje, um modesto professor de escassos dotes verbais. E só sei, muito precariamente dar “aulas” cansativas, aliás como você torna público no livro em questão, *de um julgamento de alguém que você transcreve* [esse grifo é nosso].

(...)

A formação dessa frustração começa, como você tornou público, desde a minha chegada na estação rodoviária de São Paulo às primeira horas daquele dia. Na redação desse episódio na rodoviária, salientam-se os reais sacrifícios de Herculano, desde às 5 horas da manhã, sua atroz ciática, o sacrifício de sua esposa que o acompanha, interrompendo seu sono matinal. Mas nada sobre os percalços e cansaças do convidado; e ainda me brindam com esta pérola: “*o homem não fez, como eu pensara, um sacrifício pela revista, pela causa*”. No entanto, esse *homem* tinha e tem um nome.

Mais adiante, me trata como “*o esperado*”, ainda inominado, como se a *espera* fosse a minha personalidade mais marcante naquela circunstância em que a qualificação se transfere para outros, *os que esperam*. E outras expressões estranhas espirituosas mas desconcertantes. E, logo após, o aliciamento atropelado de um auditório

para a palestra, na mesma manhã do evento, o que caracterizava improvisação de última hora. Mas fiquei com a sobrecarga gravosa do evento: “*A palestra foi um malogro*”, qualificativo pouco cortez. E menos caridoso ainda, foi a palestra qualificada como “*abstrata, num tom erudito e cansativo*”. (...).

(...) eu me arrego – mesmo não sendo historiador – ao aproveitamento desta oportunidade para expor uma variável interpretativa do que ocorreu durante a malograda palestra. E para a qual solicito a sua generosa compreensão. (...).

Assim que iniciei a exposição do meu tema, observei que duas mocinhas, talvez adolescentes, sentadas junto, na ponta da segunda fileira da platéia, do lado direito do expositor, riam juntas num gargalhar mordaz, de modo indiscreto e bem visível, e, de quando em quando, olhando para mim, o que me levou a interpretar como sendo o alvo daquela irrisão tão inoportuna e desrespeitosa. Aguardei pacientemente que aquele acesso intempestivo cessasse; o que não aconteceu, acredite você, Rizzini, até o fim da exposição. Estive na iminência de interromper a palestra, e pedir ao dirigente do evento que convidasse as duas mocinhas para se retirarem do recinto. Só não assim procedi, porque, naquele momento, ocorreu-me a lembrança oportuna de que também eu, nos meus 14 anos há 70 anos atrás, então como adolescente, padecera do mesmo descontrole incontido de riso ostensivo e desabrido em plena sala de aula do meu admirável mestre Dario Veloso [*sic*] (...). (LOBO, 2002b, p. 1-2 – grifos do autor)

E então conta o episódio em que Dario Vellozo, o professor a quem tanto admirava, o havia posto para fora da sala de aula no Ginásio Paranaense, exatamente por não ter conseguido conter o riso. E continua:

Conto tudo isso para você, meu amigo, em todos esses detalhes, que não esqueço nem omito, para consultar a sua comprovada e reconhecida sabedoria espírita. O cruel desconforto a que fui submetido aí pela derrisão ostensiva das duas adolescentes *durante toda a exposição* naquele evento, não teria sido uma expiação daquele meu comportamento anterior, também como adolescente, e, como tal, também sujeito a esses descontroles emocionais? Naquela infausta palestra, pareceu-me que sim: estava purgando, remindo arduamente, um débito anterior? Por isso, suportei até o fim. Suportei, porém desestabilizei-me, perturbado profundamente, prejudicando e malogrando a exposição e “cansando” os assistentes. E agora, meu caríssimo Rizzini, se você não sabia, vai passar a saber, decorridos 32 anos. Uma das mocinhas que tanto ria convulsamente aos olhos de todos, era filha de um dos mais notáveis e merecidamente festejado intelectual espírita do Brasil. Cujo nome aureolado fica “*in petto*” ou

sepultado no túmulo dos Capuletos. E que estava presente, podendo, como pai da adolescente, contê-la naquela manifestação, involuntária sim, é claro, mas profundamente aflitiva e atribulativa para o palestrante.

Julgo, portanto, que, a rigor, não fui *cansativo*, julgamento tão desprimoroso, e sim, *perturbado*, tumultuado mesmo durante toda a palestra, por quem tinha o dever de respeitar, já que se presume compareceu espontaneamente (?) ao evento, e pela inacreditável omissão continuada dos dirigentes, mantendo-me naquela situação tão vexatória, durante tanto tempo, e que me desequilibrava, neófito que era como palestrante. (LOBO, 2002b, p. 3 – grifos do autor)

Ney Lobo, apesar de professor, se dizia um novato enquanto palestrante. Preocupado em versar sobre um tema à altura da importância que atribuía à revista, organizou sua palestra naquele dia com recursos audiovisuais e cartazes contendo diagramas geométricos<sup>71</sup> representando a composição da Educação Espírita. Fixou, então, no quadro-negro, os apetrechos didáticos e esmerou-se em fazer-se entendido. Mas diz a Rizzini que talvez a plateia, embora composta por professores e jornalistas, não dispusesse ainda dos *pré-requisitos mínimos da Educação Espírita, tão distinta de uma educação comum e tradicional a que estamos familiarizados*. Mais à frente, salienta que a palestra proferida não teria, como aludido, *nada de erudito, malogro ou cansativo, a não ser para os que já vieram à noite para a palestra cansados da labuta diária, ou malogrados pela obrigação meramente social*; e reclama pelo tema da palestra, de mesmo título que a revista, nunca ter sido publicado na própria revista, uma vez que ele, que a proferira, havia viajado de Curitiba a São Paulo com este único intuito, *na qualidade de diretor do maior colégio espírita do país*, e questiona se não se trataria de discriminação regional em relação a ele mesmo, visto como *provinciano, talvez caipira, que chega na rodoviária da Paulicéia, e se desestabiliza, se apequena, ante tão luzidia recepção*. Protesta quanto à utilidade de tornar públicas *chagas já cicatrizadas*, e diz:

Trazer a público esse episódio tão excêntrico não concorre para favorecer a causa da Educação Espírita, pela qual tanto lutou intimoratamente Herculano, e eu mesmo, procurando seguir-lhe as luminosas pegadas. Quem leu ou ler, o capítulo 18 de sua obra, não vai confiar no pregão que tenho levantado da Educação e da Escola

<sup>71</sup> Parece-nos que o espírito hierárquico de organizar o pensamento em forma de diagramas, herdados possivelmente de um viés positivista dos manuais do Exército, nunca deixou de fato o pensamento do professor; esse estilo didático ele manteve até suas últimas conferências e publicações, já em torno dos 90 anos de idade.

Espíritas em mais de 40 cansativas viagens por todo o Brasil, como caixeiro-viajante de tão nobre causa, da qual Herculano foi o pioneiro. E não digo isso por mim mesmo, subjetivamente, mas objetivamente pelo conteúdo impessoal das minhas palestras que ficam desacreditadas, como fruto de um *malogrado, cansativo e erudito (no mau sentido)*, pregoeiro de causas perdidas. E dentro do movimento espírita, que de três décadas para cá só tem fechado desastrosamente escolas espíritas, inclusive aí em São Paulo e aqui em Curitiba. E pensar-se que o pedagogo e professor Rivail foi um criador de escolas...

(...) Posso considerar que foi um lapso de sua atenção (aos quais todos nós estamos sujeitos a sofrer), no afã precipitado de ser fiel ao histórico do lançamento da revista em questão, todavia, pouco fiel a outras exigências sociais e cavalheirescas.

(...)

Esclareço, porém, que mantenho sem nenhum favor, comigo, no meu coração, aquela imagem de Herculano Pires tão fagueira, exemplar e inspiradora de acendrados ideais filosóficos e pedagógicos. E do qual sempre me considerei seu discípulo menor, apresentando-me, assim, nas palestras e eventos espíritas por todo o Brasil. E mais: tenho proclamado e proclamarei sempre Herculano como “*o pai da Educação Espírita*”. Por que razão? Porque foi ele que sentenciou peremptório: “*O educando é um reencarnado!*” Desse ditado decisivo, imperativo e irrecusável, derivam, por consequência lógica, todos os princípios fundamentais da Educação Espírita, como tenho demonstrado em meus livros: o educador, o educando, o currículo, a disciplina, o método, os fins e a instituição escolar espíritas decorrem daquele ditado. (LOBO, 2002b, p. 4-6 – grifos do autor)

Finaliza a carta, elogiando a pessoa e a obra de Rizzini, e desejando votos de paz. Faz-se interessante notar neste episódio que, nas representações do intelectual, as nuances de sua psicologia não podem deixar de ser compreendidas. Não faz parte do escopo desse estudo, é certo, analisar minuciosamente tais nuances, mas é possível afirmar que Ney Lobo talvez não tenha sido um intelectual de trato fácil. Absorto nas próprias ideias, metodicamente e pacientemente elaboradas, era muitas vezes difícil demovê-lo de um juízo já estabelecido, como nos narrou em entrevista um seu amigo e colaborador tardio, Marcos Silva, que com Ney Lobo cooperou em experimentos pedagógicos no início dos anos 2000 e fundou, juntamente com amigos, em 11 de junho de 2004, a Associação de Educadores Espíritas do Paraná (AEEPR): *uma pessoa difícil de conviver, porque você tinha que medir palavras, tinha uma série de coisas assim, não era muito fácil de se conversar com ele. Mas também dizia: ele era muito querido, ele só tinha a aparência de*

*durão*. Sua relação com a educação não era simples formalidade profissional, é possível perceber em suas cartas e livros a importância capital que dava ao tema. Dizia sua amiga Aristéia: *ele tinha paixão pela educação, e tinha paixão pela pessoa que é voltada à educação*, afirmava que *ele era severo, mas era admirável; eu acho que o entusiasmo que ele tinha pelo conhecimento, só isso, já seria algo de se admirar, de se copiar*.

Também se pode depreender de suas cartas mais recentes, o esforço pessoal que fazia (e também confessava fazer) em função de minguar a própria (e reconhecida) vaidade. Entretanto, a publicação de Jorge Rizzini tocava em feridas que provavelmente não estavam assim tão cicatrizadas, dada a sua reação frente ao amor próprio golpeado por aquele a quem defendera uma década antes, em artigo publicado no jornal *Gazeta do Povo*<sup>72</sup> de Curitiba, datado de 23 de abril de 1992, no qual protegia Rizzini contra um articulista que o caluniava.

Em todo caso, as edições da revista *Educação Espírita*, encadernadas como um pequeno livro de cerca de noventa páginas cada, apesar de ter impressionado bem no lançamento, nos dizeres de Herculano em seu diário, durou apenas quatro anos e teve somente seis números, uma vez que as vendas ao longo do tempo não corresponderam ao empenho<sup>73</sup>.

No dia da palestra de lançamento, Ney Lobo levou consigo 15 exemplares a Curitiba. Não sabemos se os adquiriu para distribuir gratuitamente ou se os pegou para vender, mas num canto do auditório apenas 20 revistas foram vendidas. Em 3 de janeiro de 1971, a revista foi lançada no meio espírita, no auditório da Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP), com palestra proferida pelo médico Thomaz Novelino, diretor do Educandário Pestalozzi de Franca-SP (também um colégio espírita). Mais 88 exemplares foram vendidos na ocasião. E apesar da promessa de edições trimestrais, o segundo número só foi lançado no segundo semestre de 1972, mas dessa vez com a colaboração de vários outros autores (incluindo pedagogos não espíritas), entre eles Ney Lobo, com o artigo intitulado *Filosofia da Direção Colegiada*, no qual reporta como estavam sendo tomadas as decisões no Instituto Lins de Vasconcellos<sup>74</sup>. E este seria seu

<sup>72</sup> A *Gazeta do Povo* é um jornal curitibano diário com suplementos semanais, de circulação em todo o estado do Paraná e fundado em 1919. Mais informações no site do próprio jornal ([www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br)) e em Fernandes (2013).

<sup>73</sup> Ano I, dezembro de 1970 (nº 1); ano II, julho-setembro (nº 2) e outubro-dezembro de 1972 (nº 3); ano III, janeiro-junho (nº 4) e julho-dezembro de 1973 (nº 5); e ano IV, janeiro-dezembro de 1974 (nº 6).

<sup>74</sup> Segundo a pesquisadora Silvete Aparecida Crippa de Araujo, em 21 de setembro de 1966, o Instituto passou a se chamar juridicamente de Colégio Lins de Vasconcellos (ARAUJO, 2014, p. 1). Entretanto,



único artigo à revista. Em carta à Edicel, datada de 20 de março de 1986, quando pleiteava a edição de sua obra *Filosofia Espírita da Educação*, Ney Lobo comenta que a revista *foi uma luz que se apagou, mas que deixou em todos que a leram as marcas indelévels do estímulo e da inspiração superiores* (1986b, p. 4).

A redação de uma revista faz parte das estruturas de sociabilidade do campo intelectual, como salienta o historiador francês Jean-François Sirinelli, “onde os laços se atam” (2003, p. 248) ou também onde se afrouxam. Sirinelli aponta que duas forças antagônicas coexistem, a de adesão e a de exclusão; a primeira se dá por conta das amizades entre os envolvidos, da influência que a revista exerce e da fidelidade à causa, poderíamos dizer; a segunda se dá pelos debates e pelas cisões devido às posições tomadas por cada qual. Ney Lobo e Herculano Pires, em que pese a dedicação de ambos à “causa” da Educação Espírita, não concordavam em todos os pontos, mas não podemos afirmar que tais discordâncias tenham cooperado para a não contribuição mais ostensiva do primeiro à revista. Quanto a este ponto, não encontramos fontes que pudessem afiançar tal afirmativa. Talvez o fato era que Ney Lobo não dispusesse de tempo para o desiderato. O que podemos perceber, no entanto, é que, a despeito das diferenças, o pensamento pedagógico de Herculano Pires se manteve como baliza às conjecturas filosóficas de Ney Lobo, como analisaremos mais detidamente no capítulo 5.

Mas a revista *Educação Espírita*, se estudada mais a fundo, tomando aqui as palavras de Sirinelli, como “um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais” (2003, p. 249), neste caso o de educadores e pensadores espíritas na década de 1970, como “um lugar precioso para a análise do movimento das idéias” (p. 249), ou ainda “de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (p. 249), pode revelar mais sobre como esses intelectuais vinham gestando tal proposta pedagógica. Neste trabalho, entretanto, temos nos detido mais especificamente em Ney Lobo, aguardando trabalhos futuros sobre os

---

optamos pela utilização do termo “Instituto” com maior frequência ao longo da tese, independentemente do ano de referência, para não confundir o leitor, uma vez que Ney Lobo o utilizou em suas obras com mais constância; além disso, nos documentos oficiais da escola os termos “Instituto” e “Colégio” aparecem comum e alternadamente, sem que pudéssemos diferenciá-los. Ao que nos parece, a designação de “Instituto” continuou sendo utilizada para as séries primárias, enquanto que as séries ginasiais e colegiais ficaram sob a designação de “Colégio”, no entanto, não encontramos documento que nos confirmasse a hipótese. O “Contrato de Cessão Onerosa e Transferência de Exploração Comercial com Assunção de Passivos, Transação e outras Disposições”, documento contratual que registra o arrendamento da instituição para um grupo privado em junho/julho de 1998 (chamado por Ney Lobo de “Atestado de Óbito do Colégio ‘Lins de Vasconcellos’”, em anotação a lápis no mesmo documento), cita apenas o termo “Colégio”.

demais pensadores do tema, como por exemplo, o próprio professor Herculano Pires ou o filósofo Humberto Mariotti.

Dando continuidade à análise da atuação de Ney Lobo no campo literário, em 1973 o professor publicou o livro *Técnicas Modernas de Educação Moral e Cívica* pela Editora Formar de São Paulo. Entretanto, esta obra já era utilizada como manual para professores da 2ª série ginásial desde 1967 no ILV, com o subtítulo “Um Sistema Educacional Orientado para a Cidadania” (TENÓRIO, 2009, p. 97).

Nesse ano, possivelmente, se mudou com a família para a Rua Albino Silva, nº 688, bairro Bom Retiro: uma casa com seis quartos, sendo um deles transformado em sua biblioteca particular, e um quartinho no fundo para o filho mais velho. Moraram ali por quase cinco anos, de acordo com dona Vitória, o casal, seus cinco filhos e uma empregada. Alegava dona Vitória: *ele nunca abdicou da biblioteca, tinha que ter a biblioteca*. Vê-se a importância que este intelectual dava ao seu acervo bibliográfico.

Em 1974 publicou as obras *Curso Integral de Educação Moral e Cívica e Educação Moral e Cívica – 5ª série* pela mesma editora do livro anterior. A última obra foi citada no *Diário Oficial da União* de 11 de fevereiro de 1976, em nota do Ministério da Educação e Cultura, sobre a cessão de direitos autorais:

De ordem da Diretora da Biblioteca Nacional e de conformidade com as leis vigentes, faço público que, durante o mês de agosto de 1975, foram registradas nesta Seção, as seguintes publicações: (...) N.º 21.533 – “Educação Moral e Cívica”, obra didática, por Ney lobo, autor cedente dos direitos autorais à Editora e Encadernadora Formar Limitada, 1974. (BRASIL, 1976, s. 1, p. 88-89)

Vale ressaltar que várias obras de Ney Lobo (senão todas<sup>75</sup>) tiveram os direitos autorais cedidos pelo autor, seja para a própria editora ou para alguma instituição espírita com intenções de construir escolas, como se pode depreender de suas correspondências trocadas com as editoras.

Em todo caso, Ney Lobo não foi um escritor profuso, publicou 14 obras, e deixou escritas por completo, ou parcialmente, cerca de uma dezena (algumas somente em forma

---

<sup>75</sup> Não podemos afirmar categoricamente por não termos conhecimento dos trâmites de todas as suas obras, mas das que temos, os direitos autorais foram cedidos.

esquemática, como projeto). Abaixo uma listagem (Quadro 1) constando seus títulos publicados e o ano de publicação, assim como alguns não publicadas:

<b><i>Publicadas</i></b>	
<b>1973</b>	Técnicas Modernas de Educação Moral e Cívica
<b>1974</b>	Curso Integral de Educação Moral e Cívica
<b>1974</b>	Educação Moral e Cívica – 5ª série
<b>1989</b>	Filosofia Espírita da Educação e Suas Consequências Pedagógicas e Administrativas
<b>1992</b>	Estudos de Filosofia Social Espírita
<b>1994</b>	O Plano Social de Deus e as Classes Sociais Segundo a Doutrina Espírita
<b>1995</b>	Espiritismo e Educação
<b>1997</b>	Lins de Vasconcellos, o Diplomata da Unificação e o Paladino do Estado Leigo
<b>2003</b>	Prática da Escola Espírita: a escola que educa
<b>2008</b>	A Espiritualidade da Inteligência Humana
<b>2009</b>	Coleção Perfeições Espirituais: A Conquista da Esperança
<b>2010</b>	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Indulgência
<b>2011</b>	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Veracidade
<b>2012</b>	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Caridade
<b><i>Não Publicadas</i></b>	
-	Filosofia Política Espírita
-	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Humildade
-	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Honestidade
-	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Justiça
-	Coleção Perfeições Espirituais: A Pedagogia da Conquista da Lealdade

***Quadro 1 – Obras de autoria de Ney Lobo.***

Sua carreira como escritor começou de fato em 1973, com a publicação do livro *Técnicas Modernas de Educação Moral e Cívica*. No entanto, as obras que versam sobre as relações entre educação e espiritismo tiveram início apenas com a publicação da obra *Filosofia Espírita da Educação e suas consequências pedagógicas e administrativas* (FEE), de 1989, quando já contava com 70 anos de idade. Sua última publicação é de 2012: *A Pedagogia da Conquista da Caridade*, o quarto volume (de oito previstos) de uma coletânea que vinha desenvolvendo, intitulada *Coleção Perfeições Espirituais*, mas que não teve tempo de finalizar.

A sua obra basilar, contudo, é a FEE, cujo texto foi iniciado em 22 de junho de 1981 e finalizado em dezembro de 1984, embora viesse sendo gestada desde o Gabinete de Orientação Filosófica dentro do ILV e os encontros de educadores espíritas, nas décadas de 1960 e 1970. Foi de suas experimentações e práticas pedagógicas, somadas a uma interpretação particular das obras de Allan Kardec e de outras obras subsidiárias espíritas, que Ney Lobo compilou sua filosofia educacional.

Embora analisaremos seu conteúdo mais pormenorizadamente no capítulo 5, faremos aqui um breve histórico dessa obra e de outras seguintes.

Em 1983, durante o *Encontro Nacional para o Desenvolvimento da Educação Espírita*, em Curitiba, Ney Lobo conversou com o então presidente da Edicel, a respeito da possibilidade daquela editora vir a publicar o seu trabalho. Não dispomos do teor desse diálogo, mas em carta de 20 de março de 1986 ao diretor da citada editora, Ney Lobo afirmou: *Após muitas lutas e canseiras, em trabalho árduo e individual, desassistido de qualquer colaboração intelectual e financeira terrena, dou, com a ajuda de Deus e dos Espíritos amigos, por concluído o livro*. Tratava-se de mais de 1200 páginas datilografadas em tamanho ofício com espaço 1,5, e cerca de 160 gráficos e diagramas, nos quais o professor já havia investido aproximadamente 13 mil Cruzados *em datilografia, desenhos, papel e xerografia*. Nesta carta, afirmava ainda que já havia iniciado outras duas obras com os títulos provisórios de *Kardec e Marx* e *Antropologia Filosófica Espírita*. Nenhuma dessas duas obras, no entanto, foram publicadas com esses títulos (possivelmente seus conteúdos – em parte ou integralmente, modificados ou não – se encontram em outras obras do autor, como em *Estudos de Filosofia Social Espírita* e *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais*). Em anexo, encaminhava o histórico da obra FEE, uma orientação geral, o sumário e o posfácio do livro, além de um breve currículo seu.

Ney Lobo considerava que seu trabalho nesta obra havia sido o de “simples porteiro” (LOBO, 2002e, v. 5, p. 285), e que esta não deveria ser concluída com um ponto final, como se encerrasse a discussão sobre o assunto, mas com uma interrogação ou uma reticência: “Interrogação, porque deixa mais problemas levantados do que solucionados (...). Reticências, pela suspensão do juízo que se não consumou, que requer muita reflexão, muitas pesquisas no campo da Pedagogia Experimental Espírita” (LOBO, 2002e, v. 5, p. 284).

A Edicel lhe respondeu a missiva com a correspondência de 10 de abril de 1986, solicitando cópia integral do livro, para exame. Em 13 de março do ano seguinte, porém, a editora lhe enviou nova carta, devolvendo os originais da obra, em atendimento à solicitação de Ney Lobo (que não sabemos se se dera por carta, telegrama ou telefone), pedindo escusas por não poder publicar um livro tão volumoso, alegando falta de papel.

Fato importante de se registrar, é que o país vivia um período de alta inflação, em boa parte resultante das políticas econômicas dos governos militares das décadas anteriores<sup>76</sup>, de modo que naquele março de 1987, a Edicel sentia duramente a falta de controle governamental sobre a inflação, desculpando-se com o professor em vista do custo do papel, e reiterando que não seria justo manter consigo os originais da obra, quando o autor poderia encontrar outra editora para publicar-lhe tão extenso trabalho.

Mas a Edicel não havia sido a única editora contatada por Ney Lobo para a publicação da FEE. Em carta de mesma data da anterior, 20 de março de 1986 (que não pudemos encontrar, mas possivelmente deveria ter o mesmo teor), Ney Lobo pleiteou a publicação de sua obra pela Livraria Allan Kardec Editora (Lake). A carta resposta do Departamento Editorial da Lake, de 2 de junho, enfatizava a importância de uma obra como aquela, mas destacava que o número de páginas era excessivo, e o livro seria um empreendimento dificultoso para a editora, que trabalhava apenas com originais que não passassem de 200 páginas e fossem aprovados pela Comissão Doutrinária. Demonstrava ainda interesse nas outras duas obras em preparo citadas por Ney Lobo (*Kardec e Marx e Antropologia Filosófica Espirita*), caso também não passassem de 200 páginas.

Nesse meio tempo, Ney Lobo enviara uma carta, em 26 de novembro, ao fundador e presidente, na época, da Editora Cultrix, por indicação do professor Ulysséa, que o considerava como *em condições de encontrar uma solução para a publicação da obra*, talvez pela sua própria editora. Na carta, Ney Lobo informava que desde 20 de março havia estabelecido contato com a Edicel, e que desde 16 de maio, havia enviado as 1200 páginas da obra, *devidamente datilografada e encadernada para ser apreciada pelo Conselho de Leitura e Edição*, mas que passados mais de seis meses ainda não havia

---

<sup>76</sup> Em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, do ministro da Fazenda Dilson Funaro, durante o governo do então Presidente da República José Sarney, tentava conter a inflação determinando o congelamento de preços e salários. A inflação fora contida por breve período, e o poder de compra do consumidor havia aumentado, no entanto o plano gerou escassez de vários produtos, de modo que os preços estavam sendo sustentados de maneira completamente artificial. Assim, em 21 de novembro, o governo lançou o segundo Plano Cruzado, liberando os preços, o que desencadeou uma avalanche de aumento de tarifas de produtos e serviços (CERQUEIRA, 2007).

obtido resposta, motivo pelo qual se considerava liberado para procurar outras opções, uma vez que o prazo havia sido estipulado pela própria Edicel. Não encontramos a resposta a essa epístola, e até então a obra já havia sido rejeitada pela Lake, e a seria também pela Edicel em março do ano seguinte.

Não obstante, em de 1º de junho de 1987 a Lake enviou outra missiva, relatando que no mês anterior, a funcionária responsável pelo Departamento Editorial havia apresentado sérios problemas de saúde, vindo a afastar-se definitivamente do cargo, sem ter tido tempo de ensinar o serviço a outra pessoa. Isso fez com que o pessoal tivesse que *remexer toda a sua papelada*, vindo a encontrar aquela carta enviada a Ney Lobo no dia 2 de junho de 1986, recusando os originais da obra. No entanto, a autora da nova carta havia sido autorizada a entrar novamente em contato com o professor para verificar se ainda existia interesse em submeter o trabalho ao Conselho Editorial, salientando que o texto ainda era muito volumoso, tomando-se um “peso financeiro”, mas que poderia ser dividido em quatro ou cinco livros (não menos), como uma espécie de coleção, o que baratearia o custo e daria condições de edição em menor prazo. Destaca ainda:

É preciso que se diga que temos muito interesse na sua obra pois um trabalho bem fundamentado em termos de Educação Espírita já era um sonho do nosso saudoso amigo J. Herculano Pires. E o movimento espírita ressentia-se muito da falta de livros nesse assunto.

Da mesma forma, obras como o seu “Antropologia Espírita” e “Kardec e Marx”, na época em preparo, são de muito interesse para nossa editora. Podemos viabilizar suas edições, procurando um caminho que satisfaça a ambos. (PINTO, 1987a)

Todavia, em carta datada de 23 de junho, em resposta a outra que Ney Lobo havia enviado (a qual não encontramos), a Lake propunha que seria preferível que Ney Lobo aguardasse a resolução da Federação Espírita Brasileira (FEB) antes de enviar os originais para análise, informando que, *diante das dificuldades próprias da instabilidade econômica que ora impera no país* (PINTO, 1987b), a editora estava com muitos problemas para a edição de obras, um deles se referia ao pessoal especializado. Assim, caso a FEB decidisse editar o livro de Ney Lobo, teria sido perda de tempo e dinheiro para a Lake a análise do material, mas que se a *Casa Mãter* [sic] decidisse em contrário, a Lake o analisaria, reiterando seu interesse no original e salientando que sua linha editorial era um tanto diversa da linha da FEB.

De fato, Ney Lobo já havia entrado em contato com a FEB anteriormente, ante as negativas da Edicel e da Lake, por meio de telefonemas e correspondências para selar o acordo de publicação. Em carta de 19 de junho de 1987, Francisco Thiesen, então presidente da federação, respondeu à carta anterior de Ney Lobo, de 4 de maio (a qual não encontramos) e fez alusão ao telefonema do dia 29 do mesmo mês, salientando o interesse da FEB e o fato do professor estar de acordo com as condições exigidas pela editora, reafirmando ainda o empenho em analisar e bem avaliar o trabalho.

O livro, enfim, fora editado e publicado pela Federação Espírita Brasileira, em cinco volumes. O primeiro volume teve sua primeira edição publicada em 1989, enquanto os demais volumes foram publicados no ano seguinte. A segunda edição do primeiro volume é de 1993, e em 2002 veio a público a sua terceira edição, assim como a segunda edição dos outros quatro volumes. Os direitos autorais foram cedidos à FEB, como se pode verificar em um documento assinado por Ney Lobo em 28 de março de 1990:

Pelo presente documento, eu, DR. NEY LOBO<sup>77</sup>, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, à rua Papa João XXIII nº 190, Centro Cívico, Estado do Paraná, carteira de identidade nº RG. 65.966-5, expedida pelo IIPR, CIC nº 000.229.939/91 cedo e transfiro à Federação Espírita Brasileira, com sede seccional na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Passos, nº 30, em caráter definitivo e irrevogável, sem nenhuma retribuição, a título gratuito, todos os direitos patrimoniais sobre a obra “FILOSOFIA ESPÍRITA DA EDUCAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS”, de minha autoria, podendo a Federação, ou seus sucessores, fazer dessa obra quantas edições lhe aprouver. (LOBO, 1990)

Ao que nos indicam as correspondências trocadas com as editoras, Ney Lobo parece ter tido sempre empecilhos para publicar suas obras, praticamente todas elas. Lentidão das editoras? Impaciência do autor? Conjuntura econômica do país? Descompasso entre o estilo literário do autor e da editora? Prioridades do mercado editorial? Assemelha-se que um pouco de tudo isso. E não apenas com as editoras, mas também com as livrarias o professor encontrou barreiras. Em carta à FEB, datada de 17 de setembro de 1991, Ney Lobo lamentava:

---

<sup>77</sup> Ney Lobo não era doutor.

Malogradas foram, até agora, as minhas tentativas de colocar a obra “Filosofia Espírita da Educação” disponível na rede das livrarias Ghigone, nesta capital, pertencente, aliás, a uma família espírita. Há 7 meses, venho motivando-os para que façam o pedido junto ao Departamento Editorial da FEB. (LOBO, 1991a)

Mas diz que outras livrarias mostraram interesse, esclarecendo, todavia, que como não poderiam vender os livros com preços acima dos valores constantes nos catálogos, sugeriam que estes preços fossem reduzidos para que houvesse alguma margem de lucro. Ney Lobo se colocava, então, à disposição da FEB para intermediar, salientando que seu único interesse era o da divulgação da obra.

Pierre Bourdieu considera que “a exemplo do campo político ou de qualquer outro campo, o campo literário é o lugar de lutas” (2004, p. 172). Não vemos de outra forma. As lutas no campo literário estão relacionadas a

questão de poder – o poder de publicar ou de recusar a publicação, por exemplo –, de capital – o do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor ainda desconhecido, por meio de um comentário elogioso ou de um prefácio; – aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc. (p. 170)

Ney Lobo não era um desconhecido, nem um jovem escritor, ainda que fosse sua primeira obra completa sobre educação e espiritismo; mas o prefácio do livro é de Francisco Thiesen (datado de 29 de agosto de 1989), autor de uma famosa biografia de Allan Kardec em parceria com Zeus Wantuil, e presidente da FEB de 1975 a 1990. Seu aval, entretanto, não parecia suficiente ao movimento espírita paranaense.

De fato, por várias vezes, Ney Lobo e a Federação Espírita do Paraná não se convergiam, a depender de quem presidia a entidade: houveram desentendimentos entre ele e a FEP desde quando ainda estava no ILV (como veremos nos capítulos 3 e 4). Conta-nos Marcos Silva, amigo já citado de Ney Lobo, que desde o início, a federativa estadual era contra os empreendimentos educacionais do professor Ulysséa, divulgando na mídia, inclusive, que tais nada tinham a ver com espiritismo; da mesma forma, se mostrava avessa à Faculdade de Teologia Espírita, fundada pelo professor Mauri Rodrigues da Cruz, em Curitiba; assim também, de acordo com Marcos Silva, por volta de 2004, a FEP



orientou às casas espíritas a ela vinculadas<sup>78</sup> que se afastassem da Associação de Educadores Espíritas do Paraná. Marcos conta, então, que a postura da FEP em relação à educação espírita, desde a década de 1970, foi um dos motivos que levou Ney Lobo a sair do colégio por ela mantido.

Embora, como pudemos apreender pelas correspondências, as relações entre Ney Lobo e a FEP se mantivessem dentro de alguma cordialidade (inclusive, a direção da FEP, entre maio e junho de 2000, o defendera em relação às restrições impostas às suas obras – bem como de outros autores que versaram sobre educação e espiritismo – pela então diretora do Departamento de Infância e Juventude da FEB, enviando correspondências diretamente ao presidente da instituição), as ideias pedagógicas de Ney Lobo encontravam na federativa estadual, frequentemente, barreiras para a sua divulgação. Esse talvez um dos motivos pelos quais o professor encontrava dificuldades para que suas obras fossem vendidas na rede de livrarias da família Ghignone, ligada à federação paranaense.

Ocorre que o campo literário se mostra como um local de relações de forças, e essas relações acabam pesando mais sobre os escritores iniciantes. Trata-se de uma luta de concorrência pelo capital simbólico, “como capital de reconhecimento ou consagração (...), que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores” (BOURDIEU, 2004, p. 170). Nos parece que o que estava em jogo era quem poderia deter (localmente?) a autoridade legitimada<sup>79</sup> de falar em nome de uma educação espírita, uma vez que ora a federação paranaense abria as portas para Ney Lobo, ora as fechava, quando suas ideias não coadunavam com o pensamento institucionalizado, e a depender de quem presidia a instituição.

Em 1992, Ney Lobo publicou, também pela FEB, a obra *Estudos de Filosofia Social Espírita*, cuja segunda edição veio a público em 1996. Não encontramos correspondências a respeito dos trâmites dessa obra.

Em todo caso, em junho de 1992, Ney Lobo enviou à federação nacional os originais do livro *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais*. Após a troca de algumas correspondências, em 7 de dezembro, a FEB informou por carta (que não encontramos)

---

<sup>78</sup> A vantagem para as casas espíritas de permanecerem vinculadas à FEP se daria por duas vias, de acordo com Marcos Silva: ajuda de custos vinda da federação paranaense, e o aval de uma “autoridade” para o seu funcionamento. Não consentir com a FEP seria correr o risco de perda de capital econômico e simbólico.

<sup>79</sup> A respeito do processo de legitimação da FEB no movimento espírita brasileiro, ver SILVA, 2005.

a decisão da editora em não publicar a obra, no que Ney Lobo solicitou a devolução dos textos originais, em correspondência de tom respeitoso e fraternal datada do dia 28 do mesmo mês. Os originais foram devolvidos via postal em 1º de fevereiro do ano seguinte.

Ney Lobo, então, enviou carta para a Edicel<sup>80</sup> em 8 de fevereiro de 1993 a respeito de dois trabalhos (não encontramos a carta, mas encontramos detalhes sobre ela em outra missiva); a editora o respondeu em 17 de março, com promessa de publicação de um dos livros no fim do primeiro semestre e do outro até o fim do ano. Não citava quais seriam as obras, entretanto, na carta seguinte de Ney Lobo, de 5 de abril, este remeteu em anexo os livros *Filosofia Política Espírita* e *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais*, acrescidos de *quadros desenhados a nanquim, em papel vegetal, acondicionados em envelopes separados*.

Na carta de 25 de maio, a editora mantinha a promessa de em breve preparar a 1ª edição de um dos trabalhos. Não encontramos outras correspondências ou telegramas subsequentes no curto prazo. Passados mais de seis meses, a Edicel enviou nova correspondência em 10 de dezembro a Ney Lobo, cujas primeiras linhas diziam o seguinte: *Em primeiro lugar pedimos escusas pela resposta intempestiva de sua correspondência de 01.11.93. Ocorre que os assuntos editoriais estão sob nossa condução e estávamos viajando na divulgação dos nossos quatro últimos lançamentos* (RIBEIRO, 1993a); e explica que houve um atraso na programação, mas que o *Plano Social de Deus* se encontrava em fase final de composição. O livro foi publicado em 1994.

Por volta dessa época, Ney Lobo teve de se submeter a uma cirurgia para instalar uma ponte de safena. Talvez por este motivo tenha requerido adicional de invalidez ao então Ministério do Exército. Pedido indeferido ao coronel reformado, de acordo com o *Diário Oficial da União* de 13 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994, s. 2, p. 189).

Na correspondência de 10 de janeiro de 1996 à Edicel, Ney Lobo informava ter concluído toda a revisão da obra *Filosofia Política Espírita*, complementando-a. Dizia ainda que, a critério do diretor da editora, a obra poderia ser fracionada em dois volumes, caso ficasse muito extensa. A carta revela o detalhismo do autor. Mas sua decepção com a editora é revelada na carta de 21 de agosto, na qual ele recordava cronologicamente os eventos do *dramático percurso da edição da obra*, salientando que:

---

<sup>80</sup> Não mais para São Paulo, mas para Sobradinho-DF.

4. Em fins de 1994, foi lançado o livro “O Plano Social de Deus” eivado de erros, cerca de uma centena, comprometendo a minha pessoa como autor e principalmente a maior responsável por eles: a EDICEL, o que muito me desgostou.

(...)

6. Daí para cá, em vários contactos [*sic*] com o diretor, só me foram apresentadas justificativas das sucessivas protelações da edição da “Filosofia Política Espirita”, até o início de 1996, decorridos 3 anos de permanência dos originais aí em Sobradinho.

(...)

9. Em vários contactos telefônicos, sempre de minha iniciativa, V.S. reconheceu que adiou a edição para lançar outras várias obras, passando assim para trás a de minha autoria a qual jazia aí inaproveitada desde 1993...

(...)

17. Também estranhei que até hoje não me fosse enviada minuta de contrato para a edição do “Plano Social de Deus”, regulando a questão dos direitos autorais. Esses, lembro a V.S., foram cedidos à “Escola Normal Espirita” (...).

18. Dada essa omissão, indispensável [talvez quisesse dizer “dispensável”] para qualquer editora, requeiro, também oficialmente e mediante AR, dito contrato, e no qual conste a cessão de direitos e a cláusula que invalide o contrato se a EDICEL não publicar novas edições num período de dois anos (...). (LOBO, 1996d)

Até onde temos conhecimento, não foram publicadas novas edições da obra *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais*. Em carta de 6 de fevereiro de 1997, Ney Lobo reiterava o que havia afirmado na carta anterior; também não havia conseguido contato por telefone com o diretor da editora, nem havia logrado receber de volta os originais solicitados. A única resposta que informava ter recebido por uma secretária era a de que ainda não se havia iniciado a impressão da *Filosofia Política Espirita*. Dizia sentir-se prejudicado e lamentava ter que tomar a decisão, que não queria, de requerer judicialmente *o respeito ao meu direito, como autor, de dispor do que é trabalho meu*, e afirmava que aguardaria por mais uma semana. Finalmente, então, recebeu uma resposta, uma carta manuscrita assinada pelos diretores e datada de 25 de fevereiro, com teor bastante polido, devolvendo os originais da obra, pedindo desculpas pela não publicação e rogando compreensão por parte do autor.

Parecia um conto findado, mas a novela foi reiniciada quando um dos diretores e Ney Lobo se encontraram em outubro de 1998, no estande da editora durante o *Congresso Nacional sobre Divulgação Espírita*, em Brasília. Nesse encontro, acabaram sendo renovadas as intenções de publicação do livro, e Ney Lobo se esmerou por cerca de oito meses na revisão da obra. Em correspondência de 18 de junho de 1999, o professor enviou esclarecimentos detalhados sobre a publicação da obra, inclusive insistindo quanto ao seu estilo didático, dando orientações quanto às orelhas, capas e contracapa, e advertindo quanto aos erros de digitação e impressão, anexando um disquete contendo o texto, mais 284 páginas impressas (essas últimas contendo já algumas correções). A respeito dos direitos autorais, dessa vez dizia aguardar a proposta da editora.

Não encontramos outras correspondências até a carta de 8 de agosto de 2000, quando a direção remeteu o livro para conferência de Ney Lobo. Curioso é que na carta, a obra é chamada de “Política Social Espírita”; não encontramos outras referências a esse título, o que nos leva a crer tratar-se de um lapso. Há um trecho na correspondência, entretanto, que nos chama a atenção:

Professor Ney, conforme conversamos, estamos enfrentando sérias dificuldades de obras de cunho científico, já que a escassez de recursos financeiros em nosso país faz com que *os leitores espíritas optem por livros mais baratos e de menor esforço intelectual*. Visto isso, sentimos muito mas não poderemos publicar sua obra neste restante de ano [essa última oração está grifada em vermelho, possivelmente pelo próprio Ney Lobo, denotando atenção àquelas palavras]. *As dificuldades econômicas obrigam-nos a dar ao público leitor, por intermédio das Distribuidoras, os livros de assimilação mais rápida*. (RIBEIRO, M. A., 2000 – grifos nossos)

A *escassez de recursos financeiros* a que a carta faz menção talvez seja uma alusão à crise financeira pela qual passou o Brasil nos anos 1998 e 1999 (LOUREIRO, 2007; AVERBUG e GIAMBIAGI, 2000), durante o final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e início do segundo, quando o Real sofreu desvalorização, ocasionando alta no valor das importações. A missiva ainda complementa que a editora lutava *muito para manter um estoque mais ou menos compatível com a procura do mercado espírita*.

O que é digno de nota, no entanto, é a motivação para a não publicação de obras de cunho científico, relacionando a crise financeira nacional com o gosto por obras de menor

esforço intelectual por parte dos leitores espíritas, ou seja, em vista das *dificuldades econômicas*, dever-se-ia *dar ao público leitor, livros de assimilação mais rápida*. Ney Lobo era verdadeiramente crítico a essa postura das editoras, assim como dos autores de livros espíritas de “fácil assimilação”. Em correspondência endereçada a uma professora de Uberlândia-MG, datada de 5 de novembro de 1997 (antes, portanto, da carta da Edicel), Ney Lobo já deixava clara a sua convicção em relação a este assunto, mormente no que tange aos romances mediúnicos:

Julgo que os livros a serem editados têm que possuir um fim em si próprios, e não publicados como mero e subalterno meio de angariar recursos para qualquer obra, social ou não (...).

Esse procedimento de edições sem uma razão de ser própria, como os chamados romances mediúnicos, produz vários efeitos deploráveis: 1) desviam os leitores espíritas das obras fundamentais da Doutrina e dos livros com ricos conteúdos científicos, filosóficos e, principalmente, dos *livros sobre educação, que é a base mais profunda da Doutrina e do movimento espíritas*; 2) viciam os leitores em textos piegas e xaroposos que não dinamizam o pensamento indagador, crítico e criador. 3) não conduzem, enfim, à reflexão; 4) sua única finalidade é vender para auferir rendas destinadas a obras sociais, por mais legítimas e necessárias que sejam. A sustentação financeira dessas obras deve ser outra, e não livros inócuos, embora produtos da reconhecida abnegação de notáveis e prestimosos medianeiros.

Os lançamentos pletóricos, abundantes, dessas obras literárias têm tido um efeito devastador para a *visível insipiência cultural de nossos confrades*. Há mesmo uma editora espírita de São Paulo que se nega a editar qualquer obra que não seja romance mediúnico de larga e fácil vendagem e lucro. Enfim, um mercenarismo editorial espírita (...). (LOBO, 1997a – grifos nossos)

Já em 2001, em entrevista concedida por carta de 19 de fevereiro à jornalista e professora Dora Incontri, o professor assevera:

Os romances mediúnicos atravancam e obliteram [*sic*] os canais de comunicação pensamento-leitura/estudo. Isto a par de uma literatura pedagógica vazia, piegas, desprovida de idéias práticas. Com raras e honrosas exceções bastante valiosas, como são as de sua lavra. A sua tradução dos “Textos Pedagógicos” do Prof. Rivail<sup>81</sup> e a “Pedagogia

---

<sup>81</sup> Trata-se da obra: INCONTRI, Dora; GRZYBOWSKI, Przemyslaw. *Kardec Educador, textos pedagógicos de Hippolyte Léon Denizard Rivail*. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2005.

Espírita” de Herculano Pires<sup>82</sup> foram por nós classificadas entre as dez mais importantes obras espíritas publicadas no século XX. Atendendo eu a uma consulta da Candeia Distribuidora de Livros Espíritas de Catanduva [São Paulo]. Infelizmente, os outros 49 escritores consultados consagraram 7 obras mediúnicas entre as 10 escolhidas. O que bem demonstra a falta de discernimento da atual “intelligentsia” espírita, a nossa elite pensante, ainda na dependência literária servil do “FMI extraterreno”, numa globalização de mão única: só de cima para baixo.... (LOBO, 2001a, p. 9)

Em 7 de novembro de 2000, a Edicel enviou uma prova da capa do livro a Ney Lobo. O livro parecia estar quase pronto, mas o texto ainda seria novamente revisado pelo autor. Na correspondência de 4 de julho de 2001, Ney Lobo reenviou a obra revisada e fez sugestões quanto à sua diagramação e aos detalhes da capa. Por fim, pediu que o destinatário relevasse *a exposição de tantos cuidados*. Finalizava a carta com *um forte, fraternal, e até doutrinário abraço* (LOBO, 2001d), com votos de paz. Esta foi a última correspondência que encontramos entre ele e a editora. E a obra, por fim, nunca fora publicada até o momento da redação desta pesquisa.

Outras obras, porém, estavam sendo preparadas nesse intervalo. Pelo menos duas: uma sobre Lins de Vasconcellos e outra sobre práticas pedagógicas na escola espírita.

Em 4 de fevereiro de 1994, Ney Lobo havia recebido da FEP, por carta, um convite para escrever uma biografia de Arthur Lins de Vasconcellos Lopes (um dos maiores beneficiadores da FEP, falecido no início da década de 1950, e que deu nome ao colégio mantido pela federação), que figuraria num livro de coletânea de artigos deste, ainda a ser editado. O remetente estabelecia um prazo de sessenta dias, tempo coincidente com o que a editora levaria para o preparo de toda a obra. Em 19 de fevereiro, Ney Lobo respondeu por carta que não poderia escrever tal biografia, e elencava os motivos:

Já em artigo nosso, publicado no jornal “Gazeta do Povo” desta Capital, edição de 1º de abril do ano passado, (de uma série de três artigos sobre Lins de Vasconcellos), sugerimos à Federação uma possível biografia desse preclaro confrade nosso, o qual, pela sua ação doutrinária e vida exemplar tanto se fazia merecedor. No mesmo artigo, colocamos à disposição dessa entidade federativa alguns poucos documentos originais relativos a ele. Mas, infelizmente, não logramos um retorno da proposição.

---

<sup>82</sup> PIRES, José Herculano. *Pedagogia Espírita*. 10ª ed., São Paulo: Editora Paidéia, 2004.

Posteriormente, seis meses após aquelas publicações, e em razão delas mesmas, recebemos a visita do nosso confrade Sr. [X<sup>83</sup>], o qual, até então, nos era desconhecido.

Nessa ocasião, adiantou-nos ele que já há algum tempo vinha pesquisando a vida e obra de LINS (...).

Considerando o adiantado das pesquisas daquele companheiro, e, no sentido de indescartável dever doutrinário de cooperação, entregamos a ele os documentos dos quais éramos possuidor (...).

Por isso tudo, assim que recebemos o ofício dessa Federação, já citado, telefonamos para o Sr. [X], informando do convite que recebêramos.

Em longo contacto telefônico, sugeri a nossa colaboração mútua com o propósito da FEP. Poderia ele participar com suas pesquisas, dados e documentos, e nós com a redação da biografia pretendida, mas fundamentada naquela pesquisa.

Dois dias após, precisamente dia 13 último [em fevereiro de 1994], o Sr. [X], informava-nos que, depois de longa reflexão, optara pela publicação individual de seus trabalhos em uma biografia exclusivamente pessoal dele.

Ficara assim prejudicada a sugestão de cooperação nossa, e mútua com a iniciativa da FEP e à qual seria submetida. Após refletirmos sobre essa conjuntura, julgamos impraticável uma biografia em abstrato, isto é, não fundamentada em dados, documentos e informações concretas. Obteríamos no muito uma peça de valor unicamente literário, minguada de valor histórico.

(...)

Finalmente, sugerimos a V.S. um contacto pessoal com o Sr. [X] para um ainda possível entendimento sobre esse trabalho biográfico. (LOBO, 1994a)

A federativa, então, entrou em contato com o senhor aludido e informou a Ney Lobo, por carta de 8 de março, que a pesquisa daquele senhor estava ainda incompleta e não permitia uma publicação de imediato, mas manifestara ao contatado o desejo de examinar a possibilidade de edição do material dele no futuro, que prometia apresentar-se com bom conteúdo. Da mesma forma, como a FEP ainda pretendia editar a coletânea de artigos, reforçou o convite a Ney Lobo para redigir uma breve biografia, abrindo o acervo da instituição para que este pudesse pesquisar em atas e documentos da época de Lins de Vasconcellos. Foi então que Ney Lobo aceitou *muito honrado* o convite (em carta

---

<sup>83</sup> Julgamos conveniente manter o anonimato.

de 20 de março) e pediu que o material para a pesquisa fosse reunido para que ele a iniciasse a partir da segunda quinzena de maio.

O que era para ser um breve apontamento biográfico como abertura de uma coletânea de artigos veio a público como um livro de 423 páginas, editado pela FEP, em 1997: *Lins de Vasconcellos, o Diplomata da Unificação e o Paladino do Estado Leigo*. Ney Lobo abre a obra com um poema autoral em louvor ao biografado, e logo na apresentação, faz um histórico resumido, contando com bastante brevidade alguns dos episódios que citamos acima, e agradece àqueles que contribuíram com a pesquisa, principalmente ao presidente da Federação Espírita do Paraná. Desconhecemos o sucedido com a outra proposta de biografia.

Ainda naquele ano de 1994, em carta de 7 de novembro<sup>84</sup>, a FEP informou a Ney Lobo o seu interesse em publicar três obras suas: *Sociologia Espírita*; *Coletânea de artigos publicados na Gazeta do Povo*; e *Desobsessão – ato perfeito de educação*. Não temos conhecimento de que alguma dessas obras tenha sido publicada ou mesmo analisada pela FEP ou por qualquer outra editora. Sabemos apenas que o conteúdo (em parte ou integral) desses trabalhos foi impresso e encadernado pela gráfica Times New Roman Digitação e Editoração, em 2002, sob o título *Cadernos Temáticos de Estudos Espíritas do Professor Ney Lobo*, uma coletânea de 12 cadernos contendo os artigos publicados por Ney Lobo tanto na *Gazeta do Povo* como em outros periódicos<sup>85</sup>.

Em 1995, veio a lume a obra *Espiritismo e Educação*, um livreto de 142 páginas publicado pela Fundação Espírito-Santense de Pesquisa Espírita, resultante de uma conferência e um curso ministrados por Ney Lobo no 2º Congresso Espírita do Estado do Espírito Santo, ocorrido em abril daquele ano<sup>86</sup>. Trata-se de um resumo, ou mesmo uma introdução à complexidade do livro *Filosofia Espírita da Educação* publicado seis anos antes pela FEB. Em carta de 21 de fevereiro de 1996, Ney Lobo chamou a atenção

---

<sup>84</sup> Não havia nome de remetente na carta, mas a rubrica é a mesma de cartas anteriores da FEP.

<sup>85</sup> Os cadernos estão organizados da seguinte forma: *Caderno 1 – Apologias – Em defesa da Doutrina Espírita*; *Caderno 2 – Apologias – Em defesa de Allan Kardec e de Francisco Cândido Xavier*; *Caderno 3 – Doutrina Espírita – Fundamentos, Divulgação – Sub-temas*; *Caderno 4 – Educação Espírita: a Escola Espírita, a Cidade Mirim – Testamento Pedagógico*; *Caderno 5 - Sociologia Espírita: Estudos Sociais; o Trabalho e o Capital*; *Caderno 6 – Personalidades Espíritas notáveis, Movimento Espírita*; *Caderno 7 – Desobsessão: ato educativo perfeito*; *Caderno 8 – Lendas e Apólogos, temas variados*; *Caderno 9 – Pedagogia do Sentimento da Espiritualidade*; *Caderno 10 – Karl Marx e Allan Kardec: confrontos*; *Caderno 11 – Ações Político-Sociais Espíritas*; *Caderno 12 – A Responsabilidade Espiritual no Exercício da Política*.

<sup>86</sup> Há várias cartas trocadas entre Ney Lobo e a editora.



para a necessidade de suspensão da distribuição do livro para que se lhe anexasse uma errata; em outra carta, à Editora Auta de Souza, datada de 4 de agosto de 1999, Ney Lobo revelava que aquela obra continha *clamorosos erros de digitação por não ter sido revista. O sentido original do autor foi assim invertido em alguns casos* (LOBO, 1999c, p. 3).

A respeito de uma obra que vinha sendo preparada sobre práticas pedagógicas na escola espírita, Ney Lobo enviou uma correspondência ao presidente da editora Auta de Souza, de Sobradinho-DF, em 15 de abril de 1998, informando que haviam sido concluídos os trabalhos de digitação, revisão e impressão da obra *Prática da Escola Espírita: a escola que educa*, e detalhava suas sugestões para a capa, tamanho e numeração das páginas, bem como dos quadros e imagens. Houve a partir daí vários contatos, seja por telefone, por carta, ou inclusive por encontros pessoais com representantes da editora, mas as negociações passaram a ser feitas diretamente entre Ney Lobo e o editor. Nos contatos que se seguiram, o editor fez várias sugestões de alterações na obra, inclusive a inserção *de um capítulo que falasse da Escola de Pais*, constante na missiva de 23 de setembro. Em carta de 15 de janeiro de 1999, dirigida aos *Srs. Diretores da Editora "Auta de Souza"*, Taguatinga-DF, Ney Lobo sentenciou:

Acusamos o recebimento da correspondência datada de 23 de setembro de 1998. Acompanhava-a a relação de 33 providências de alterações solicitadas, subscritas pelo nosso prezado companheiro (...). E para serem introduzidas nos textos da obra de referência.

Procedemos à meticulosa análise do conteúdo delas, uma por uma, focalizando-as sob os enfoques *doutrinário, filosófico, pedagógico e didático*.

Debruçamo-nos exaustivamente sobre esse trabalho até ontem, dia 14 de janeiro, consumindo nesse mister 4 meses (127 dias) de ingente esforço mental. (...) das 33 proposições, acatamos integralmente 20 delas<sup>87</sup> (...). Guardamos a crédito de nossa flexibilidade, a eliminação de todas as referências à Escola/Espírita/Espiritualista constantes de sete providências. Temos, assim a consciência de termos sido cordato e não rigorista ou auto-suficiente, ou mesmo intransigente. Todavia, não pudemos apresentar a mesma leniência nos temas que envolveram princípios doutrinários ou arraigadas convicções filosóficas e pedagógicas invencíveis. (...). Esses quatro pontos são:

1. Liberdade de consciência;
2. Primado da educação;

---

<sup>87</sup> Há um documento encadernado por Ney Lobo intitulado "Ponderações e Esclarecimentos Prestados pelo Autor às 33 Providências Solicitadas pelos Editores".

3. Abolição de castigos e recompensas;

4. Disciplina pela reparação. (LOBO, 1999a – grifos do autor)

De certo modo, as sugestões da editora feriam as convicções pedagógicas do professor (que analisaremos mais pormenorizadamente nos capítulos 4 e 5), porém ele estava disposto a ceder em alguns pontos (não em todos) para que a obra fosse publicada. Ney Lobo considerava aquele livro uma continuação necessária à obra *Filosofia Espírita da Educação*, como um aporte de orientações práticas à obra teórica anterior.

Nesta última carta, o professor pedia uma solução dentro de vinte dias, mas o editor lhe enviou nova carta em 1º de fevereiro, salientando que em vista de compromissos editoriais já assumidos, mais a realização de um encontro espírita nacional, só poderiam apresentar solução no dia 30 de março. Houve mais alguns contatos, mesmo pessoalmente, um deles no mês de abril, em Brasília (existiram reuniões em Curitiba também), quando foram combinadas mais algumas alterações na obra. Em carta de 4 de agosto, Ney Lobo reencaminhou os novos originais, e dissertou sobre vários detalhes. Nesse meio tempo, seu estado de saúde se agravou, tendo sido internado por três vezes, para a realização de um cateterismo e duas angioplastias. Ainda assim, debruçou-se em *alguns meses de labuta diária e diuturna* (LOBO, 1999c, p. 1).

Conta-nos seus amigos Aristéia e Alberto, que o professor dedicava de dez a doze horas diárias nos trabalhos de pesquisa, leitura e escrita, mesmo com a saúde debilitada e a idade avançada. Nesta época, já havia completado os seus 80 anos de idade. Das tarefas que realizou de modificações sugeridas pela editora, Ney Lobo elencou o seguinte: *alijamento de toda e qualquer referência à Escola Espírita/Espiritualista; retirada dos textos referentes ao sectarismo pedagógico-confessional; revisão para mitigar a oposição instrução e educação; retiradas as censuras aos possíveis constrangimentos de natureza confessional face ao destaque, no ato da matrícula, do pleno esclarecimento aos pais sobre a filosofia e pedagogia espíritas adotadas na escola; e omissão da questão da liberdade de consciência* (p. 1-2).

Ao que pudemos depreender, Ney Lobo cedia até mesmo em algumas de suas convicções: não iria discutir naquela obra a questão da liberdade de credo dos alunos; não iria censurar as práticas pedagógicas possivelmente sectárias; não oporia os conceitos de educação e instrução; e aceitava que, uma vez esclarecidos os pais a respeito da orientação

pedagógica da escola (como havia presenciado na escola espírita de Taguatinga), as práticas possivelmente sectárias não poderiam ser encaradas como constrangedoras.

Acontece que Ney Lobo considerava anteriormente que, embora a orientação pedagógica da escola espírita fosse fundamentada na filosofia espírita da educação, suas práticas deveriam ser espiritualistas, ou seja, abrangentes do ponto de vista religioso, mas não com conteúdo especificamente espírita. Ao fim da carta, que continha mais outros tantos detalhes sobre a obra, Ney Lobo se colocava à disposição para esclarecimentos e se dizia admirado com a *valiosa obra educativa* que a Sociedade Auta de Souza vinha realizando no Distrito Federal e em todo o Brasil.

O que podemos deduzir é que o professor depositava muita confiança e grande esperança nos trabalhos que a Auta de Souza vinha concretizando em termos de educação escolar. Via ali uma disposição que não reconhecia em sua própria terra, onde o colégio por ele um dia dirigido havia sido arrendado. Mas também parecia se preocupar com as orientações doutrinárias seguidas por essas mesmas escolas, e se via constrangido a ceder alguns princípios à editora, na expectativa de ter o seu trabalho publicado.

A publicação de sua obra, no entanto, deveria aguardar mais um tempo: autor e editor não chegavam a um acordo. Foram fax, cartas e telefonemas, quase sempre de iniciativa de Ney Lobo em razão do silêncio da editora, além de idas e vindas dos textos originais. Por que razão, então, Ney Lobo insistia com a Auta de Souza? A impressão que temos é que, em propecta idade, o professor já não dispunha de tanto de ânimo em procurar por quem lhe publicasse os escritos; por outro lado, parece-nos que de algum modo a Sociedade Auta de Souza havia acolhido bem suas ideias, e precisava de seu aporte filosófico para as obras educacionais que vinha realizando, da mesma forma, o professor se apoiava naquelas obras como possíveis concretizações de suas longas conjecturas.

Numa carta de Ney Lobo ao editor, datada de 5 de dezembro de 2002, o professor deu por concluída a revisão final da obra (mais uma!) e fez sugestões para a capa (que não foram de todo acatadas). O autor demandou ainda que ficasse claro no texto da obra que os direitos autorais haviam sido cedidos à Sociedade Auta de Souza, e enfatizou:

Dentro deste mesmo assunto, proponho que o produto da obra seja canalizado para as *obras educativas da Sociedade "Auta de Souza"*, principalmente à futura Faculdade Espírita de Pedagogia. Não ficaria eu confortável em ver esses recursos transformados em sopa e comida.

Sou radicalmente contra o modo como se faz caridade no movimento espírita<sup>88</sup>. A forma mais alta de caridade, a mais decente, superior, construtiva, permanente e dignificante [forma] de caridade é a EDUCAÇÃO. (...). Aguardo aprovação deste meu pleito, aliás muito justo, mesmo por telefone. (LOBO, 2002a, p. 2 – grifos do autor)

O livro foi enfim publicado em 2003. Entretanto, logo abaixo da ficha catalográfica, encontramos: “Todo o produto desta obra é destinado à *manutenção dos serviços assistenciais e de divulgação da Sociedade de Divulgação Espírita ‘Auta de Souza’*, pela cessão dos direitos autorais do autor” (LOBO, 2003 – grifo nosso). Ao que se pode depreender, o pleito constante na carta de 5 de dezembro de 2002 não fora contemplado.

Na mesma carta, Ney Lobo fez referência a outro trabalho, a *Pedagogia da Espiritualidade*, que, por ser citado várias vezes no livro *Prática da Escola Espírita*, o professor enviava um breve resumo dessa futura obra a ser anexado ao final daquele livro. Antes da publicação desta “futura obra”, no entanto, Ney Lobo publicou em 2008, pela mesma editora, o livro *A Espiritualidade da Inteligência Humana*, cujos trâmites desconhecemos, e no qual realizou um estudo a respeito de como a inteligência veio sendo examinada ao logo dos séculos, acrescentando os fatores espirituais ausentes na maior parte desses estudos.

A história da obra *Pedagogia da Espiritualidade*, por sua vez, acaba repetindo os mesmos episódios de desencontros e desentendimentos entre autor e editor. Inicialmente deveria se chamar *Pedagogia da Espiritualidade – Educação das Almas* e seria editada em oito volumes, cada um versando sobre as práticas pedagógicas necessárias ao

---

<sup>88</sup> Celma Costa explica em sua dissertação de mestrado esse *modo como se faz caridade no movimento espírita*, e que inspira a crítica feita por Ney Lobo: “Verdade que existe uma máxima dentro do movimento espírita brasileiro: ‘Fora da caridade não há salvação’. Por isso o espírita se preocupa tanto em realizar a caridade, em vários tipos de atividades: arrecadando roupas e alimentos para os mais necessitados (em uma campanha que existe em todo o país, chamada de Auta de Sousa, e que leva principalmente a juventude espírita às ruas, geralmente nos domingos pela manhã, pedindo de casa em casa a fim de ajudar pessoas carentes [trata-se de um dentre inúmeros exemplos desse tipo de campanha]); abrindo e mantendo creches, asilos e entidades semelhantes; produzindo e distribuindo enxovais para recém-nascidos; dando assistência a gestantes e a maternidades; fazendo e distribuindo refeições (geralmente sopas); fazendo visitas a enfermos em hospitais, casas de saúde, asilos, albergues, etc.; efetuando o que se chama de ‘cura’ e ‘tratamento’ nas casas espíritas; e mais uma diversidade de procedimentos. Com esse tipo de trabalho, aliado às reuniões regulares semanais, que são muito semelhantes em todas as casas espíritas do país (com palestras, aplicação de passes magnéticos, sessões de desobsessão, fluidificação de águas, preces, etc.), os espíritas compreendem que estão cumprindo muito bem sua tarefa e se sentem seguros perante a Divindade, merecendo, sim, galgar níveis superiores na escala evolutiva propalada pela literatura espírita e pelas entidades que se manifestam explicando toda uma dinâmica do universo e da espiritualidade superior, de acordo com os desígnios de Deus. Em outras palavras, cumprindo esse programa, o espírita se sente um homem de bem – ou pelo menos um candidato a esse estágio” (2009, p. 129-130).

desenvolvimento de determinada perfeição espiritual, quais sejam: a caridade, a indulgência, a humildade, a esperança, a honestidade, a justiça, a veracidade e a lealdade. O título publicado, entretanto, sofreu uma modificação: passou a chamar-se *Coleção Perfeições Espirituais*, com um subtítulo para cada volume. Foram a público apenas quatro dos oito previstos: *A Conquista da Esperança* em 2009, *A Pedagogia da Conquista da Indulgência* em 2010, *A Pedagogia da Conquista da Veracidade* em 2011 e *A Pedagogia da Conquista da Caridade* em 2012.

Essa obra vinha sendo gestada há muitos anos, pelo menos desde a segunda metade da década de 1990. Em carta de 9 de maio de 1995, endereçada a um amigo de Vitória-ES, Ney Lobo já revelava a intenção de escrever algo sobre a educação da espiritualidade e o desenvolvimento das perfeições. Já na carta de 29 de agosto de 1998, ao professor Marcus Alberto de Mario<sup>89</sup>, Ney Lobo afirmava que estava elaborando a obra *Desenvolvimento Pedagógico da Espiritualidade*, a qual pretendia *deslocar para o endereço não-espírita* (LOBO, 1998b), uma vez que se achava descontente com o movimento espírita brasileiro em relação à educação.

Como pragmático que era, Ney Lobo intentou algumas experimentações a fim de melhor fundamentar o texto. Por volta de 2004, encetou um trabalho experimental no centro espírita Casa do Caminho, em Almirante Tamandaré, cidade da região metropolitana de Curitiba, dando continuidade por cerca de dois anos. O senhor Eustáquio Reis Mendonça, presidente da instituição à época, contou-nos que o professor o havia procurado, através da amiga Aristéia, porque necessitava elaborar melhor a Pedagogia da Espiritualidade, e sabia que na Casa do Caminho havia uma creche e eram feitos atendimentos de reforço escolar a crianças da região, algumas com problemas familiares, algumas revoltadas, muitas em situação de risco social etc. De acordo com o senhor Eustáquio, a cidade é considerada *um município dormitório*, uma vez que *os pais passam o dia inteiro trabalhando em Curitiba, enquanto as crianças ficam largadas, expostas à criminalidade*; assim, a Casa do Caminho fora criada justamente com o intuito de tirar essas crianças das ruas.

Iniciados os trabalhos, a princípio foi bastante difícil, mas com o tempo o professor foi conquistando o grupo de crianças que havia selecionado para pôr a prova suas teorias (era um grupo de cerca de 10 a 15 alunos entre 12 e 16 anos de idade). As atividades eram

---

<sup>89</sup> Ney Lobo escreveu a introdução de uma das obras de Marcus Alberto de Mario, intitulada *Visão Espírita da Educação*, cuja primeira edição foi publicada pela Casa Editora “O Clarim” em julho de 1999.

bastante dinâmicas e práticas, constando também de diálogos e questionários por escrito, e ocorriam duas vezes por semana, com o auxílio de um jovem sargento da Aeronáutica que o assessorava. Informou-nos o senhor Eustáquio: *Ao término dos dois anos que ele ficou conosco, ele conseguiu um bom resultado com aquelas crianças!*

Entre 2007 e 2008, Ney Lobo fez um trabalho semelhante na cidade de Piraquara, também região metropolitana de Curitiba.

O professor anotava observações, elaborava projetos, aplicava-os, avaliava os resultados e compilava dossiês (muitos deles guardados em pastas catalogadas no seu acervo). Depois os analisava, teorizava, revia as práticas e formulava novas hipóteses, que resultavam em novos projetos e avaliações, e novos dossiês. Motivo pelo qual deduzimos que Ney Lobo teorizava sobre a própria prática, e praticava a própria teoria a fim de pô-la a prova, vindo a reformulá-la quando necessário.

Preocupado ainda em dar um caráter mais pedagógico que filosófico tanto às experimentações quanto à obra, Ney Lobo iniciou em 4 de abril de 2005, prestes a completar 86 anos, um Curso de Especialização (a distância) em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por convênio com o Exército Brasileiro. Formou-se em 21 de maio de 2007, como Especialista em Coordenação Pedagógica. A sua monografia foi intitulada *Pedagogia da Espiritualidade (pela educação dos valores humanos)*<sup>90</sup>, sob orientação da professora Ana Maria Crepaldi Chiquieri. O diploma foi outorgado em 29 de julho de 2008.

E assim, procedeu nos últimos anos de sua vida na redação meticulosa da *Coleção Perfeições Espirituais*, assumindo com o editor, o compromisso de completar os oito volumes previstos. Entretanto, não houve tempo para tal. Em uma de suas últimas cartas (não sabemos se foi remetida), manuscrita às 3h40 da manhã, em plena madrugada de algum dia de abril de 2011, que não pudemos precisar, Ney Lobo revelou a sua angústia para finalizar a coletânea:

---

<sup>90</sup> Os oito volumes da *Pedagogia da Espiritualidade*, a *Coleção Perfeições Espirituais*, é um desdobramento da monografia de Ney Lobo, e esta, por sua vez, foi desenvolvida em paralelo aos trabalhos realizados nas cidades de Almirante Tamandaré e Piraquara. Esses trabalhos estavam, pois, delineados em sua composição monográfica, como procedimentos metodológicos para atingir o objetivo delineado, o desenvolvimento da espiritualidade de educandos. Entretanto, esses procedimentos eram bem mais ambiciosos em sua monografia, uma vez que ele pretendia atuar em escolas municipais, estaduais e particulares, não exatamente em centros espíritas. E antes ainda, Ney Lobo havia, na segunda metade da década de 1990, ensaiado alguns experimentos nesse sentido, dentro do ILV, a convite da então diretoria da escola.

Prezado amigo (...)

Acabo de me assentar à minha mesa de trabalho, no meu escritório, vindo do quarto de dormir, e iniciando a redação desta indispensável missiva, que, há dias pretendia remeter a você.

Consulto o relógio. São exatamente três horas e quarenta minutos. Tinha acordado às 2 horas e trinta minutos e permaneci acordado na cama até agora, por 40 minutos sem conseguir conciliar o sono. Obstáculo esse que já aconteceu 3 vezes desde que vocês aqui chegaram. E a razão dessa insônia já frequente eu atribuo à preocupação que está se tornando invencível, do documento que assinei junto com você (...).

Acredito que cometi uma temeridade, porque não tenho poder absoluto de dispor como quiser do meu corpo, dos meus órgãos vitais e da minha mente já combalidos pela proecta idade de quase 92 anos, agravada pelo comprometimento da memória, mas ainda sustentada por medicamentos para o cérebro, mas que, pelo parecer de dois neurologistas, não cura a mente; apenas retardam o mal de Alzheimer. Quanto ao físico, o andamento claudicante e com alguma tontura. Acrescente-se a essa deficiência, o comprometimento do meu trato urinário sem possibilidade de cirurgia com anestesia geral... de altíssima possibilidade letal.

Quanto ao coração, graças a Deus, estou sendo poupado de agravamento até agora; e venho me sentindo bem: “Louvado seja Deus”.

De um modo geral, estou me sentindo bem e animado em poder cumprir o compromisso assumido.

No entanto, num impulso necessariamente realista, que me faltou na ocasião, devo considerar que estou sujeito, em qualquer momento, a imprevistos, apesar da disposição que até agora Deus, em sua infinita bondade, me agraciou.

Não obstante esse otimismo que mantenho, devo confessar, com muito constrangimento, que sinto esse compromisso escrito como a espada de Dâmocles, suspensa acima da cabeça dele, sustentada apenas por um tênue fio de cabelo... Essa espada assemelha-se à minha saúde física e mental.

Mas vamos ao fato principal e decisivo. Venho acordando de madrugada assustado pela lembrança do compromisso tão grave que assumi. E só retomo o sono na hora de acordar e trabalhar entre 6 e 7 horas. O que leva a um sono invencível durante o dia inteiro prejudicando muito a minha disposição mental e o respectivo esforço.

Verifica-se então que o objetivo visado pelo compromisso escrito, que era o de acelerar e vencer dificuldades pela acentuação do dever, foi

frustrado por inversão provocando em mim uma indesejável indisposição para a eficácia do trabalho necessário pelo sono invencível que me acomete reduzindo muito a produção. Ou seja, à noite insônia, provocada pelo compromisso; de dia, o sono perturbador.

Mesmo assim, para patentear a minha predisponência a cumprir o compromisso, já estou ultimando o fechamento do manual da perfeição espiritual da caridade que logo remeterei para você via postal.

Mas veja bem. Se consegui completar esse manual em 7 dias, poderia tê-lo feito em apenas a metade desse tempo, se o compromisso não me perturbasse, invertendo o período da vigília pelo tempo natural do sono, comprometendo o rendimento do grande esforço desse trabalho.

Se vocês me liberassem desse estorvo (documento escrito), assumirei outro mais realista, o de minha palavra que vocês parece que não se lembraram... numa estada tão rápida e apressada em Curitiba.

Pretendo trabalhar sem ansiedade, aflição ou angústia, e principalmente sem depressão.

E assim julgo, no momento, que terei forças para terminar as duas tarefas: as restantes perfeições espirituais e a Pedagogia da Espiritualidade, às quais dedicarei os meus cada vez mais exíguos tempos disponíveis pela minha imprevisível saúde. Só não alcançarei esse objetivo se as minhas forças me faltarem.

(...)

Devo ainda destacar um ponto do compromisso que não expressou o que eu tinha proposto: a criação aí em sobradinho de um “Centro de Estudos de Educação Espírita” anexo à futura Faculdade de Pedagogia Espírita para orientação das escolas espíritas, se solicitada por elas essa orientação (...). (LOBO, 2011)

A carta demonstra a necessidade e a angústia de um intelectual para levar a público o trabalho de uma vida. Ney Lobo tinha pressa, mas também não queria se sentir apressado. No entanto, durante esse empenho aparentemente unilateral em publicar a obra, Ney Lobo fez um exame médico, já em 2012, que acusou a possibilidade de entupimento de artérias. Aristéia nos informou que algumas artérias coronárias já estavam com cerca de 80% a 90% de obstrução. O médico, no entanto, o alertou que ele ainda poderia viver mais algum tempo, até porque não acusava dores. Com um misto de esperança e ansiedade em relação à finalização de sua última obra (ansiedade que se pode depreender da carta acima), o professor resolveu submeter-se a um procedimento cirúrgico cardíaco, que na realidade era tão desnecessário, quanto desaconselhável a um senhor de 92 anos de idade. Colocaria *stents* para desobstruir as artérias. Contou-nos dona



Vitória, Aristéia e Alberto, que o velho professor estava tranquilo no dia da cirurgia. Não tinha medo de morrer, preocupava-se, na verdade, com os filhos, e ao mesmo tempo imaginava (e desejava) sair dali, recuperar-se logo, e meter-se no trabalho ativo como fazia antes. Mas assim não o foi.

Houve uma complicação no momento da cirurgia, no dia 28 de agosto de 2012, e o corpo já combalido do velho coronel não resistiu. Partia o professor Ney Lobo... ficava a obra a ser estudada.

Seu acervo foi mantido por um tempo pelos amigos, Aristéia, Alberto e Eustáquio, em Curitiba, onde ao qual tivemos acesso. Depois foi encaminhado em grande parte à sede da Associação Brasileira de Pedagogia Espírita, em Bragança Paulista-SP.

## 2.4 Outros campos de atuação

Quando saiu do ILV, em 1974, Ney Lobo contava com o soldo de reservista, mas sem os direitos autorais de suas obras e sem o salário que recebia do colégio, do qual havia se demitido, o professor precisava encontrar outras fontes de receita para a sua extensa família.

Em busca de um emprego para o marido, Dona Vitória conversou com um amigo do professor, o coronel veterinário Nivaldo Nogueira, para que conseguisse uma ocupação para o esposo. Ela conta que *Nivaldo falou com o Coronel Pitombo, com o Coronel Almeida... eles tinham um jantarzinho uma vez por mês, os coronéis naquela época, e eles se reuniam*. Conseguiram um emprego na Caixa de Pecúlios dos Militares (Capemi), onde o professor deveria assumir como Gerente Geral da agência de Curitiba.

A Capemi, hoje Capemisa Instituto de Ação Social, era uma empresa filantrópica de seguros (planos de previdência privada), criada em 24 de julho de 1960 pelo coronel Jaime Rolemberg de Lima, com a finalidade de servir como suporte financeiro ao Lar Fabiano de Cristo, uma entidade beneficente espírita fundada também por Jaime Rolemberg, juntamente com Carlos Juliano Torres Pastorino e outros parceiros, em 8 de janeiro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de atender crianças em situação de risco social<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> No ato da fundação do Lar Fabiano de Cristo participaram o médium mineiro Francisco Cândido Xavier, o orador e médium baiano Divaldo Pereira Franco e o psiquiatra e escritor também baiano Jorge Andréa

Para assumir o cargo, Ney Lobo precisou realizar um curso de três meses no Rio de Janeiro. Nesta época, dona Vitória viajava quinzenalmente (mas sem os filhos) para vê-lo. Ela relatou que *ele não podia perder aquele emprego, porque o que ele ganhava no exército era contadinho das despesas*. Dona Vitória afirmou que, por conta de negociações internas, Ney Lobo não havia assumido propriamente o cargo de Gerente Geral, apesar do professor afirmar isso em seus currículos. Em todo caso, trabalhou na instituição até 1977. Nesse meio tempo, a dona da casa em que moravam a pediu de volta, então a família Lobo se mudou para nova residência no Edifício Mikare Thá, esquina da avenida General Carneiro com a avenida Conselheiro Araújo (nº 300), centro de Curitiba. Mas em 1979, ainda de acordo com dona Vitória, mudaram-se de novo, dessa vez para a avenida General Carneiro, nº 441, bairro Alto da Glória; na verdade a cerca de um quarteirão de distância da residência anterior.

Novamente contando apenas com o soldo do Exército, pois havia deixado a Capemi, Ney Lobo se via mais uma vez desempregado. Dona Vitória, por meio de uma amiga, contatou amigos do marido, e o coronel André Luiz conseguiu para o professor uma vaga de chefe de seção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Curitiba. Assim foi que entre os dias 23 e 27 de abril de 1979, Ney Lobo participou do Curso Técnico-Gerencial para Chefes de Seção de Treinamento, promovido pelo Departamento de Recursos Humanos dos Correios, e realizado na Escola Superior de Administração Postal (ESAP) em Brasília. O curso teve duração de 40 horas, e a avaliação final de Ney Lobo foi conceituada como “satisfatória”.

Uma vez contando com um salário melhor, Ney Lobo e a família adquiriram enfim uma residência própria, e para lá se mudaram no dia 1º de maio de 1982, à rua Papa João XXIII, nº 190, Centro Cívico. Por volta dessa época, o professor precisou fazer uma cirurgia cardíaca para colocar uma ponte de safena.

Quando completou 65 anos de idade, em 1984, Ney Lobo foi definitivamente reformado pelo Exército, e poderia se aposentar dos Correios. Já havia requerido a aposentadoria, quando o coronel André Luiz pediu que ele ficasse mais um tempo, pois seria realizada uma auditoria na empresa, e ele era a pessoa mais “entendida” no assunto. Relatou-nos dona Vitória que *os Correios fizeram seguros com tudo que ele* [Ney Lobo]

---

dos Santos, dentre outros. Hoje, o Lar Fabiano de Cristo é reconhecido como órgão consultor da UNESCO para educação e assistência social.

*aprendeu na Capemi. Então, ele criou as normas, baseado nos estudos que ele tinha, para os seguros dos Correios. Esse trabalho, afirmou, não foi remunerado.*

Fora do ILV, reformado pelo Exército e por fim aposentado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), foi que Ney Lobo passou a dedicar-se exclusivamente à elaboração de suas obras relacionadas à educação espírita e à divulgação dos princípios filosóficos que as sustentavam, como detalhadamente analisado no item anterior. Mas nunca deixou de auxiliar financeiramente os filhos, mesmo após não mais viverem com ele na mesma casa, privando-se muitas vezes de uma situação financeira mais folgada.

## **2.5 A militância do intelectual**

Os últimos trinta anos de sua existência, Ney Lobo os dedicou quase que exclusivamente ao projeto da Educação Espírita, participando de conferências e publicando suas pesquisas, como passaremos a analisar a seguir.

### **2.5.1 Palestras, simpósios, conferências etc.**

Em 1980, Ney Lobo, convidado pelo professor Octávio Ulysséa, da Unibem, apresentou naquele ano e no ano seguinte, em duas jornadas de estudo, uma visão geral da obra *Filosofia Espírita da Educação*, que ainda não havia sido publicada (nem mesmo havia sido escrita), e também dos objetivos educacionais de uma escola espírita.

Em 1983, Ney Lobo participou, ministrando curso, do *Encontro Nacional para o Desenvolvimento da Educação Espírita*, no Instituto de Cultura Espírita do Paraná/Santa Catarina (mantenedor da FIES na época), e teve a oportunidade de apresentar ao plenário as linhas diretrizes de sua futura obra *Filosofia Espírita da Educação*<sup>92</sup>.

Em 1988, proferiu conferência na *Reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira*, em Brasília. E em outubro de 1989 participou do *Congresso Internacional de Espiritismo* também em Brasília, promovido pela FEB, a convite do então presidente da instituição. Neste congresso, apresentou ao plenário a tese que resultou mais tarde na obra *O Plano Social de Deus*. No ano seguinte, participou de pelo menos mais três conferências: em abril, ministrou curso no *VII Congresso Espírita*

---

<sup>92</sup> Neste encontro foram textualizados pelo professor Ulysséa os princípios éticos e filosóficos norteadores das atividades da Unibem (ROLÃO, 2001, p. 106).

*da Bahia*, em Salvador, promovido pela Federação Espírita do Estado da Bahia; em outubro, ministrou curso no *IV Fórum de Debates Espíritas* em Pernambuco, na cidade de Recife, promovido pelo Instituto Espírita Allan Kardec e Lar Ceci Costa; e em novembro ministrou palestra no *II Congresso Espírita Catarinense*, em Florianópolis, promovido pela Federação Espírita Catarinense.

Em 1991, aos 72 anos de idade, foram mais uma porção de encontros: em junho, ministrou curso no *IX Seminário Espírita sobre Educação*, no Rio de Janeiro, promovido pela União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro; em julho, ministrou palestras no *II Ciclo Pedagógico de Cachoeiro de Itapemirim*, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo; no mesmo mês ministrou curso no *Seminário de Educação Espírita*, em Salvador, no Teatro Espírita Leopoldo Machado; em setembro, ministrou palestra sobre temas diversos em Porto Alegre, Pelotas e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; em outubro, ministrou curso no *Seminário de Educação Espírita*, em Vitória, promovido pela Federação Espírita do Estado do Espírito Santo; Nos dias 1º e 2 de novembro, ministrou palestra no *Encontro sobre Educação Espírita*, em Sobradinho, Distrito Federal, no Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho (durante o *31º Encontro Fraternal Auta de Souza*); e no dia 3 do mesmo mês, ministrou curso no *I Simpósio de Espiritismo e Educação*, em Campinas, promovido pela União Intermunicipal Espírita de Campinas.

Em 1992, participou de mais alguns encontros: em março, ministrou curso no *IV Encontro de Mocidades Espíritas do Estado do Espírito Santo*, em Vitória, promovido pela FEEES; em agosto, proferiu palestra no *32º Encontro Fraternal Auta de Souza*, em Sobradinho-DF; em outubro, ministrou curso no *I Encontro Estadual Espírita do Rio Grande do Sul*, em Porto Alegre, promovido pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS).

Nem sempre Ney Lobo atendia positivamente aos convites. Em carta ao então presidente do Conselho Deliberativo da Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP), datada de 30 de junho de 1991, Ney Lobo declinou o convite que lhe fora enviado no dia 14 do mesmo mês, para participar do *Congresso Internacional de Espiritismo*, a realizar-se em São Paulo entre 18 e 20 de outubro daquele ano, proferindo uma conferência sobre a filosofia espírita da educação. A duração da conferência seria de 40 minutos mais 15 destinados a arguições, e havia pelo menos duas páginas de orientações quanto ao trabalho (texto) que deveria ser enviado e quanto ao que a FEESP

lhe ofereceria (como, por exemplo, pernoite num alojamento coletivo na Casa Transitória Fabiano de Cristo). Na sua carta resposta, Ney Lobo se confessava honrando e agradecido, mas dizia que *as condições estabelecidas no convite* não o possibilitariam da participação no evento. Formulou votos de *pleno êxito do Congresso* (LOBO, 1991c) e finalizou a carta. Possivelmente não concordava com o tempo exíguo para explanar sobre sua obra de cinco volumes, ou mesmo com a possibilidade de ficar num alojamento coletivo, ele, um senhor contando já quase 72 primaveras.

Da mesma forma, em correspondência de 21 de setembro de 1992 ao então presidente da FEP, Ney Lobo questionou os temas do *I Simpósio Paranaense de Espiritismo*, e a pouca relevância dada à Educação Espírita, declinando do convite de participar como conferencista no evento. O convite da FEP havia sido feito por carta de 22 de junho, e o Simpósio, a ser realizado nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, seria comemorativo dos 90 anos da instituição, com mais de 500 participantes esperados. O tema da conferência a ser proferida por Ney Lobo seria: “As Ocorrências no Leste Europeu na Visão Espírita” (possivelmente em alusão ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, decretado em 25 de dezembro do ano anterior, e as consequências desse episódio). Inicialmente, Ney Lobo havia aceitado o convite. No entanto, em carta de 2 de setembro, assinada pelo coordenador do evento e pelo presidente da Federação, a FEP informava a Ney Lobo os temas a serem tratados; dentre os mais diversos assuntos, estava reservando para o professor uma hora de conferência no dia 31 de outubro sobre “A Educação Espírita” e mais uma hora no dia seguinte sobre “A Filosofia Social Espírita”. Foi então que Ney Lobo escreveu na missiva que enviou no dia 21 de setembro:

Procurando mergulhar no âmago de tema tão desafiante e inusitado [aquele sugerido na carta de 22 de junho], entendi que a FEP, ao escolhê-lo unilateralmente, teria em vista alguns objetivos. (...)

(...) Passei a reunir subsídios e a meditar sobre o tema que se me apresentava como bastante fértil de ensinamentos histórico-doutrinários, ainda que desprovido da orientação que solicitara.

Estava já trabalhando aquela matéria quando, com surpresa, recebi o seu segundo expediente, datado de 2 do corrente mês, decorridos já dois meses e meio da primeira correspondência. E a última fixava dois temas novos, mas sem se referir ao que anteriormente fora fixado.

Acresce que este último expediente foi acompanhado do Programa Oficial do Evento, aliás, de requintado gosto artístico e de esmerada

apresentação gráfica. No entanto, nele não encontrei os novos temas que me foram adjudicados. (...)

Sobreleva, ainda, Sr. Presidente, que os tempos reservados aos temas *educação e filosofia social* são simultâneos com mais dois outros tempos bastante amplos concedidos a outros assuntos. E mais: esses tempos, já exíguos para uma razoável abordagem da educação e da doutrina social, estão situados como enclaves desajeitados e até estranhos, intercalados nos horários reservados a outros cursos.

Caracteriza-se assim um “capitis deminutio” para o valor da Educação Espírita e Filosofia Social tão importantes e urgentes quanto os outros temas tão merecidamente prestigiados.

(...)

(...) Guardo comigo serena convicção de que não partiu de sua autoridade e esmerada educação pessoal a iniciativa da já apontada discriminação contida no Programa Oficial. Essa análise leva-me a declinar do convite, o que faço bastante entristecido. (...). Educação e Filosofia Social são temas muito caros para este modestíssimo serviço da Doutrina já no final de seu atual percurso reencarnatório (...) (LOBO, 1992a – grifo do autor)

Por fim, formulou *votos de pleno êxito* ao Simpósio e colocou à disposição da FEP a sua coluna no jornal *Gazeta do Povo* para a divulgação do evento, despedindo-se com um abraço fraternal e de apreço ao amigo e “confrade”. Fica clara nesta carta a importância vital que Ney Lobo dava ao tema da filosofia espírita da educação, assim como da filosofia social espírita.

No dia 12 de agosto de 1994, coordenou a abertura da *1ª Conferência Estadual Espírita*, no ginásio do Colégio Lins de Vasconcellos, em Curitiba, juntamente com Divaldo Pereira Franco, Raul Teixeira, Alberto Almeida e José Jorge, personalidades famosas no movimento espírita brasileiro, com o tema “A visão espírita do mundo contemporâneo”.

Em abril de 1995, Ney Lobo participou do *2º Congresso Espírita do Estado do Espírito Santo*. O presidente da Comissão Executiva do congresso e então Diretor Executivo da Fundação Espírito-Santense de Pesquisa Espírita (FESPE), diz que ao convidar o professor para o evento,

naturalmente enviamos-lhe a relação de suas tarefas, bem definidas e próprias para a sua especialidade, que foram: uma conferência pública, cujo tema era o mesmo do Congresso – Espiritismo e Educação e um

curso, cujo tema era: Filosofia Espírita da Educação. Não esperávamos tamanho empenho de sua parte e ficamos surpresos quando nos disse que havia escrito 80 laudas sobre a temática proposta no programa do Congresso: Educação espírita para a infância, para o jovem e para o adulto. De posse dessas laudas, verificamos que, com elas, poderíamos abranger, quase que a totalidade dos assuntos abordados nas atividades do evento. (LOBO, 1995, p. 8)

As laudas deram origem à obra *Espiritismo e Educação*, publicada no mesmo ano pela FESPE, a quem os direitos autorais foram cedidos. Entre setembro e outubro, Ney Lobo colaborou na realização do *1º Congresso Espírita Mundial* realizado em Brasília. E em 1996, retornou a Vitória para ministrar o curso “Espiritismo e Educação” entre os dias 26 e 28 de abril, cujo pré-requisito era levar o livro de mesmo título para um melhor acompanhamento das aulas.

No dia 25 de agosto de 1995, coordenou, juntamente com Divaldo Pereira Franco, Raul Teixeira, Altivo Ferreira e Jorge Andréa, a abertura do *2º Simpósio Paranaense de Espiritismo*, no ginásio do ILV, com o tema “A justiça divina segundo o espiritismo – 130 anos do livro *O Céu e o Inferno*”. Do mesmo modo, em 23 de agosto do ano seguinte, abriu a *2ª Conferência Estadual Espírita*, no mesmo local, junto a Altivo Ferreira e Raul Teixeira. E em 8 de agosto de 1997, foi a vez de abrir o *3º Simpósio Paranaense de Espiritismo*, igualmente ocorrido nas dependências do ILV, com o tema “O livro dos espíritos – Há 140 anos iluminando corações e mentes”, com coordenação também de Divaldo Franco e Raul Teixeira.

Até novembro de 1998, Ney Lobo já havia contabilizado 54 viagens pelo Brasil, abrangendo 32 cidades em 13 estados, de Belém no Pará a Bagé no Rio Grande do Sul. Essas viagens consistiram tanto em participação em eventos, como visitas a comunidades e casas espíritas.

Em 10 de abril de 2005, Ney Lobo participou como conferencista do *1º Seminário de Pedagogia Espírita na Educação* realizado pelo Centro Espírita Léon Denis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na capital.

Nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010, Ney Lobo participou respectivamente do *1º, 2º, 3º e 4º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita*, este último concomitante com o *1º Congresso Internacional de Educação e Espiritualidade*, no qual já estava bastante

debilitado. No primeiro congresso, ocorrido entre 10 e 12 de junho de 2004<sup>93</sup> na Universidade Santa Cecília em Santos-SP, proferiu a palestra de abertura, delineando o histórico da Pedagogia Espírita no Brasil; no segundo, de 7 a 10 de setembro de 2006, novamente na Universidade Santa Cecília, realizou um *workshop* intitulado “Escola Espírita”, proferiu a palestra “Pedagogia da Espiritualidade” e fez uma breve comunicação sobre o Instituto Lins de Vasconcellos e a Cidade Mirim; no terceiro congresso, ocorrido entre 7 e 9 de novembro de 2008, na Uniíatalo, São Paulo, proferiu a primeira palestra de encerramento (antes da palestra do professor José Pacheco, da Escola da Ponte, Portugal), com o tema: “A Dinâmica da Imaginação Educadora na Pedagogia da Espiritualidade”; o quarto congresso, de 4 a 6 de setembro de 2010, ocorreu no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo.

Entre 21 e 24 de fevereiro de 2009, Ney Lobo havia participado da 53<sup>a</sup> *Confraternização das Campanhas de Fraternidade Auta de Souza Promoção Social Espírita* (Concafras-PSE), na qual ministrou palestra intitulada “As perfeições espirituais e sua aquisição prática-pedagógica”. Na oportunidade, lançou uma de suas últimas obras: *A Pedagogia da Conquista da Indulgência*, segundo volume da *Coleção Perfeições Espirituais*, publicado pela editora Auta de Souza (embora oficialmente a publicação seja de 2010). O evento ocorreu nas cidades de Cristalina e de Catalão, estado de Goiás.

## 2.5.2 Articulista da Gazeta do Povo

Enquanto escrevia suas obras filosóficas e participava de congressos espíritas, Ney Lobo foi articulista da *Gazeta do Povo* em Curitiba.

Em 1991, juntamente com o professor Ulysséa, o professor havia requerido ao diretor do referido jornal uma coluna semanal para divulgação da doutrina espírita. Ocorre que havia cerca de dois anos, um articulista vinha publicando textos com críticas ao espiritismo e a escritores destacados do movimento espírita brasileiro, e Ney Lobo considerava que a comunidade espírita do Paraná, principalmente na figura da FEP, estava sendo omissa quanto ao caso. Esse articulista era o parapsicólogo Geraldo Ezídio Dallegrave, orientado pelo padre jesuíta Óscar González-Quevedo, cujo espaço no periódico havia sido aberto com a intercessão de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto,

---

<sup>93</sup> Foi quando o vimos pela primeira vez, já conhecendo anteriormente parte de seu trabalho, e adquirimos as obras *Filosofia Espírita da Educação* em 5 volumes e *Prática da Escola Espírita*.



então Arcebispo Metropolitano de Curitiba; segundo Ney Lobo, “para ‘*fazer explicações sobre o Espiritismo*’ (SIC)” (2002c, p. IX – grifo e *sic* do autor). Salienta o professor que,

mais tarde, o desabrido e desequilibrado articulista, instituído pelo Arcebispo, na ânsia de projetar-se em exposição social ilegítima, passou a atacar até alguns dogmas da própria Igreja, como o da realidade do demônio. E a contestar como retrógradas figuras eminentes do catolicismo, como os teólogos de grande nomeada, Dom Frei Boaventura Kloppenburg (já muito conhecido...) e Dom Estevão Bittencourt.

Só então, o Sr. Arcebispo de Curitiba abalançou-se em intervir, desautorizando-o publicamente pelas páginas do mesmo jornal “*Gazeta do Povo*”, edição de 27.12.92 (disponho do recorte), e subscrito pelo mesmo Arcebispo. (LOBO, 2002c, p. X)

Em carta datada de 21 outubro de 1991, Ney Lobo solicitou ao editor-chefe da *Gazeta do Povo* regularidade na publicação de seus próprios artigos

Agradeço sensibilizado o tratamento obsequioso e consequente dado aos artigos sobre Filosofia Espirita da Educação. Sem o intuito de dilatar a sua paciência e gentileza, ousou encaminhar mais um pedido: a regularidade da publicação dos artigos sempre, no mesmo dia da semana, semelhantemente ao tratamento dispensado a outros articulistas. (LOBO, 1991b)

Para escrever seus artigos no periódico, Ney Lobo contou com a colaboração de sua rede de sociabilidade. Em carta de dezembro de 1991 endereçada à FEB, solicitou bibliografia a Zêus Wantuil, para rebater os argumentos do senhor Geraldo Dallegrave. A resposta veio em 3 de janeiro de 1992, com um conselho de Wantuil:

Seu trabalho de esclarecimento é interessante, mas deve, como o próprio Amigo diz, ser feito “sem nenhuma forma de polêmica e sem endereço pessoal”. Todavia, é bom que não se prenda em demasia ao sr. Dallegrave e às suas cavalações, pois há trabalho mais importante a fazer. (WANTUIL, 1992)

Em carta de 26 de abril, pediu auxílio a Jorge Rizzini para retrucar os argumentos de Dallegrave (não era a primeira epístola neste sentido), salientando que ele mesmo havia defendido o amigo em um artigo. Nesta carta, Ney Lobo comentou que havia sofrido recentemente um infarto, e passara por uma angioplastia. A resposta de Rizzini foi dada em carta de 4 de maio.

Apesar de não termos tido acesso aos artigos de autoria de Dallegrave, mas apenas a alguns de Ney Lobo, vale aqui o registro da atuação deste último como articulista da *Gazeta do Povo*, por fazer parte de sua trajetória intelectual e pela importância que ele deu ao que considerava uma defesa dos princípios doutrinários do espiritismo. Em todo caso, não faz parte do escopo dessa tese a análise de seus artigos no jornal. Sua atividade como articulista da *Gazeta do Povo* se deu por um período breve, entre 1991 e 1993, escrevendo cerca de uma centena de artigos. Escreveu também para a revista *Reencarnação*, da FERGS e para o *Jornal Auta de Souza*, de Brasília. Os artigos para a *Gazeta do Povo*, no entanto, se distinguiram mais como respostas aos artigos publicados no mesmo jornal por Dallegrave, enquanto que nos outros periódicos, se caracterizaram como dissertações a respeito de espiritismo e educação.

### 2.5.3 Contra o fechamento do Colégio Lins de Vasconcellos

No dia 6 fevereiro de 1995, Ney Lobo havia estado no Instituto Lins de Vasconcellos, e apresentado, em palestra, uma proposta de educação espírita<sup>94</sup>. Na época, a diretora empossada, a senhora Elizete Bahls Gomes da Silva, estava decidida a implantar ali a educação espírita, e pretendia contar com a sustentação intelectual do ex-professor, ex-diretor e um dos fundadores daquela instituição de ensino. Assim, no ano seguinte, em carta datada de 31 de julho à Direção Geral do colégio, Ney Lobo atendeu ao convite de auxiliar na elaboração do Regimento Interno da escola. O novo regimento pretendia implantar institucionalmente a educação espírita no ILV. A direção e o professor, apesar de algumas ações pontuais (inclusive as primeiras práticas da Pedagogia da Espiritualidade, que Ney Lobo vinha concebendo, como o desenvolvimento das perfeições espirituais), não lograram êxito completo, uma vez que o colégio fora arrendado pela FEP a um grupo privado antes que se pudessem concretizar plenamente o ensejo.

Há um dossiê composto por Ney Lobo<sup>95</sup>, dividido em dois lotes de documentos (entre cartas de diferentes remetentes, contrato de arrendamento e três textos do filósofo), e ao qual tivemos acesso, de grande importância para uma pesquisa histórica sobre o

<sup>94</sup> Ao que nos relatou os amigos de Ney Lobo, ele era constantemente chamado para cerimônias no colégio, como podemos depreender do Ofício 61/86 de 19 de março de 1986, em que o professor era convidado para a *Posse da Prefeita e dos Edis da Câmara Mirim, eleitos em novembro de 1985, assim como da abertura da Cidade Mirim, em sua nova localização* (DOMINGUES; LEMANSKI; ALBACH, 1986).

<sup>95</sup> Em um manuscrito, Ney Lobo elenca o conteúdo do dossiê e lhe dá um título: “Dossiê dos Inconformados e Indignados com a Extinção do Colégio ‘Lins de Vasconcellos’”.

encerramento da manutenção da FEP ao ILV. Essa apreciação, contudo, não faz parte do escopo desta tese, podendo figurar como um trabalho futuro; no entanto vale analisar o engajamento de Ney Lobo, como intelectual militante, no episódio do arrendamento do colégio.

Elizete Bahls havia assumido a direção do colégio naquele ano de 1995 com o aval do então presidente da FEP, exatamente sob a proposta de se implantar “a *Pedagogia Espírita no Lins*” (SILVA, 1998, p. 3 – grifo no original). A proposta, ademais, era da própria federação. Dessa forma, ao longo de três anos, foram desenvolvidos na escola programas e procedimentos, alguns em parceria com Ney Lobo, no sentido de se atingir o objetivo proposto, tais quais:

Educação para a Paz; Educação do Sentimento; Alfabetização Emocional; Filosofia – Educação para o Pensar; Programa Integração Família/Escola; Sistema Disciplinar centrado na Reparação; Temas Integradores como: discriminação, respeito, honestidade, amizade, cooperação, etc., Programa Cidadão Mirim, Programa Universitário do Ano 2000, incentivo à Arte e ao Esporte e outros, sempre com abordagens fundamentadas na Doutrina Espírita ou outros autores que não entrem em choque com a mesma. (p. 2)

Além de cursos e estudos promovidos por Ney Lobo (INCONTRI, 2001b, p. 253), de modo que gradualmente a comunidade escolar fosse preparada para a proposta, uma vez que o modelo pedagógico implantado pelo professor na década de 1970 já havia declinado ao longo do tempo. Era, em certo sentido, uma retomada de propósitos.

No entanto, durante a gestão de Elizete Bahls, ocorreram posicionamentos divergentes da FEP, principalmente com a mudança de membros da diretoria da entidade federativa em 1997, de modo que a mantenedora decidiu, sem nenhum aviso prévio, por meio do seu Conselho Deliberativo<sup>96</sup>, em reunião realizada no dia 30 de maio de 1998, vender o Instituto Lins de Vasconcellos a um grupo escolar particular paranaense.

A decisão, que ocorreu de forma unilateral e sigilosa, ou seja, sem que fosse consultada a própria comunidade escolar (nem mesmo quem coordenava a escola), provocou a reação daqueles que estavam à frente do projeto de desenvolvimento da educação espírita no ILV. A decisão havia sido apenas comunicada à escola. Desse modo,

---

<sup>96</sup> A análise dos documentos no dossiê nos permite afirmar que nem todos os conselheiros foram a favor dessa decisão, alguns deles, inclusive, procuraram reverter posteriormente a deliberação, mas em vão.

no meio de um ano letivo, a FEP alijou-se do que considerava um peso financeiro que não contribuía com a divulgação do espiritismo (conforme carta circular do presidente da FEP aos centros espíritas do Paraná – ARAÚJO, 1998). Com isso, o colégio, com todo o seu patrimônio material, além de funcionários, corpo docente e corpo discente (cerca de 900 alunos), estava sendo alugado.

Tanto Elizete como Ney Lobo consideraram a decisão como a “extinção” do Colégio Lins de Vasconcellos, e ambos endereçaram à federação argumentos contra o fechamento simbólico<sup>97</sup> da escola. Embora a análise das cartas da ex-diretora (dirigidas ao Conselho Deliberativo, ao presidente da FEP, à comunidade escolar e ao movimento espírita paranaense) seja de interesse a um trabalho historiográfico sobre este período do ILV, importa-nos aqui a participação de Ney Lobo neste episódio.

O professor redigiu três documentos dirigidos tanto ao presidente da federação quanto ao Conselho Deliberativo.

O primeiro é intitulado “As Escolas Fechadas na Terra Serão Reabertas nos Céus”, em que Ney Lobo elenca acontecimentos históricos como as invasões bárbaras ao Império Romano no século V, os incêndios na Biblioteca de Alexandria em 47 a.C. e 642 d.C., o incêndio no Templo de Diana em Éfeso em 356 a.C., a destruição da cidade grega de Crotona em 500 a.C., o fechamento da Academia de Platão em 529 d.C., a pilhagem dos museus franceses pelos nazistas em 1940, e a destruição do Liceu de Aristóteles em 300 a.C.; em todos esses acontecimentos, ele enfatizou a extinção de escolas e a dilapidação de patrimônios culturais, fazendo um paralelo de cada um desses acontecimentos com o que, em seu entendimento, estava acontecendo com o ILV.

O segundo documento intitula-se “O que é uma Escola?”, no qual explica que uma escola possui três estruturas, uma material, uma humana e uma espiritual: caracterizadas pelas edificações e demais materiais, no primeiro caso; pelos professores, funcionários, administradores, alunos e pais, no segundo caso; e pela filosofia de educação adotada, no terceiro caso. Para Ney Lobo, as alterações nas duas primeiras estruturas (consideradas por ele transitórias) não seriam capazes de modificar a identidade de uma escola, se mantida a terceira estrutura (considerada permanente – a sua alma). No entanto, a mudança da filosofia educacional de uma instituição de ensino lhe daria outra identidade,

---

<sup>97</sup> Simbólico, porque não foi de fato fechada, suas atividades não foram paralisadas, apenas mudou de “dono” e denominação.

descaracterizando a escola que costumava ser, ou seja, tem-se outra escola. Estava o filósofo alertando que o arrendamento do ILV para uma mantenedora sem compromissos com a Pedagogia Espírita ocasionaria uma tal mudança de identidade que seria, de fato, a morte do Instituto Lins de Vasconcellos.

O terceiro documento, enfim, chamado de “Justificação”, trata-se de uma autodefesa quanto à sua recente renúncia em aceitar o convite de um centro espírita local para proferir uma palestra sobre a vida de Lins de Vasconcellos. O documento (uma carta, na verdade) era endereçado aos companheiros daquele centro espírita, mas foi também posteriormente direcionado à FEP. Nele, Ney Lobo se desculpa alegando a surpresa ante o arrendamento do colégio mantido pela federação. Na condição de ex-diretor da instituição de ensino que recebia o nome de Lins de Vasconcellos, e ainda na condição de autor de uma biografia deste, encomendada pela própria FEP, não se sentia à vontade para ministrar uma palestra sobre Lins; ainda mais por saber que, a partir de janeiro de 1999, o nome de quem ele considerava como “Paladino do Estado Leigo” e “Diplomata da Unificação (espírita brasileira)” não seria mais lido por quem passasse em frente ao colégio.

Além desses três documentos, Ney Lobo escreveu também uma carta aos membros do Conselho Federativo Estadual da Federação Espírita do Paraná, datada de 29 de novembro de 1998, fazendo inicialmente referências pessoais, e elencando os seus feitos ao longo dos 11 anos em que esteve no ILV, além dos livros que publicou e das viagens que fez pelo Brasil divulgando a filosofia espírita da educação, tendo o Instituto como exemplo concreto de possibilidades pedagógicas de tal filosofia. Percebemos que essas referências a si próprio tinham o intuito de fazer ressaltar o capital simbólico de que era detentor, com o propósito de dar maior peso ou crédito às palavras que se seguiriam. Dizia:

Por essa exposição [suas credenciais], Srs. Conselheiros, podeis avaliar o amargor que invade nossa alma, ao verificarmos que o mesmo colégio onde exercemos o magistério espírita, situado na mesma cidade onde residimos, fecha suas portas para entregar suas magníficas instalações a outro colégio leigo e sem nenhuma visão espiritualista da educação.

(...)

Mais difícil, ainda, de dimensionar, são os excelentes serviços pedagógicos prestados pelo Colégio na constância dessas três décadas e meia às famílias da Capital do Estado, quer espíritas, quer não.

Serviços esses ora relegados ao injusto esquecimento por essa insuficiente e infeliz análise da situação financeira da instituição. (1998c, p. 2)

No sentido de enaltecer o colégio, asseverou:

Na constelação das obras da Federativa brilhava como estrela de primeiríssima grandeza o “Colégio Lins”, como era popular e carinhosamente identificada a escola ora extinta. E nos corações dos nossos confrades de ideal educativo espírita aninharam-se com justo orgulho as referências gratificantes de tantas personalidades de destaque como sejam o Dr. Lauro Rego Barros, secretário de educação do Estado [no início da década de 1960]. Mestres da UNESCO como o Prof. Kermóian, admirado que ficou com as iniciativas pedagógicas de ponta que teve oportunidade de presenciar. Registre-se o gratificante louvor oficial da Comissão Nacional de Moral e Civismo [na década de 1970], publicado na imprensa de Brasília. (p. 3)

Alegando incompreensão acerca do motivo da decisão do Conselho Federativo, Ney Lobo expressou que o arrendamento das edificações do colégio se configurava como um recuo da presidência da FEP em sua missão “especificamente educativa”, optando por ficar “na contramão da evolução histórica do movimento espírita no Brasil” (p. 3). Por fim, enumerou suas últimas ações dentro do ILV, como militante da Pedagogia Espírita:

Anteriormente, já havíamos participado de três iniciativas tendo por objetivo imprimir na filosofia e pedagogia do Colégio Lins de Vasconcellos uma dimensão mais marcadamente espírita:

1ª – Em 1992, a convite do Sr. Napoleão de Araújo, estivemos, junto com esse presidente da Federação, no gabinete da diretora do Colégio Lins de Vasconcellos. O presidente informou a ela a razão de ser de sua presença e da nossa naquela casa de ensino: o estudo da possibilidade da instauração de uma legítima educação escolar espírita. O intento do presidente, e também nosso, frustrou-se diante da tépida receptividade da então diretora.

2ª – Em 1997, a convite da nova diretora do Colégio, Profª Elizete Bahls Gomes da Silva [no cargo desde 1995], ministramos um curso audiovisual de *Educação Escolar Espírita* durante três dias; três horas contínuas por dia, das 14:00 às 17:00 horas, perfazendo um total de 9 horas. Curso esse assistido pela diretora, orientadora pedagógica e orientadora disciplinar.

3ª – No corrente ano de 1998, mais ou menos em maio, sabedor que já éramos do projeto de arrendamento do Colégio, procuramos o Sr.

Napoleão de Araújo. Propusemos ao presidente que nos concedesse uma oportunidade de explanar em reunião, ainda que parcial, do Conselho Federativo, as extraordinárias dimensões, valor e exequibilidade da Educação Espírita quando implantada em escolas.

Passados vários dias, aguardamos em vão que o Sr. presidente nos informasse de alguma solução.

Estando já adiantado o projeto de arrendamento, procuramos novamente o Sr. Napoleão em seu gabinete. Lá com ele nos reunimos a sós durante mais de uma hora. Ocasão em que expusemos para ele como o colégio poderia assumir uma identidade doutrinariamente espírita, seguindo um sistema absolutamente original, sem causar constrangimento de ordem confessional à maioria de alunos pertencentes a outros credos religiosos. Todavia, sem perder esse sistema a sua especificidade espírita. Reiteramos, então, o nosso pedido de exposição ao Conselho Federativo, ainda que limitado aos conselheiros da capital. Não obtivemos resposta. (p. 4)

A decisão, porém, já havia sido tomada, não haveria volta. No dia 30 de maio de 1998, o Conselho Deliberativo decidiu pelo arrendamento, e em menos de dois meses, estava tudo consumado. A intenção de Ney Lobo de provocar reflexões e retomar o problema com aquela carta, já no mês de novembro, não logrou êxito. Estava definitivamente extinto o “Colégio Lins”.

A fim de compreender melhor as palavras de Ney Lobo, citadas nos parágrafos anteriores, a respeito de seus feitos naquele colégio, passaremos a analisar no próximo capítulo a sua trajetória como professor do Instituto Lins de Vasconcellos, bem como o contexto em que se deu a primeira década de funcionamento da escola e os importantes eventos que antecederam a abertura de seus portões. E no capítulo subsequente, analisaremos mais especificamente o trabalho de Ney Lobo como diretor da instituição até a sua saída, sem, do mesmo modo, deixar de analisar também o contexto sociopolítico em que se deu essa sua experiência pedagógica.

# Capítulo 3

## O Professor Provocador

O período em que o professor Ney Lobo esteve no Instituto Lins de Vasconcellos vai desde o início do funcionamento da escola, em 1963, até a sua saída em 1974; período que coincide com a tomada do poder efetuada pelos militares até o início da abertura política brasileira, e cujas políticas educacionais tiveram algum impacto nas práticas escolares naquele colégio. Adicionalmente, coincide também com um período de efervescência de ideias políticas e educacionais no Brasil em geral e no movimento espírita brasileiro em particular.

O Brasil vivia nos anos 1960 uma crise econômica, social e política; desde a queda da República Oligárquica em 1930 e o movimento que empossou Getúlio Vargas, como um meio também de enfrentamento à crise do capitalismo eclodida em 1929, “o Brasil procurava saídas face à ruptura da República agro-exportadora [*sic*], à crescente urbanização e à influência dos militares que desejavam construir as próprias armas” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 8.). Setores das classes dominantes, mais interessados na industrialização do país, tomaram as rédeas da economia e pavimentaram um caminho que levou à hegemonia industrial na década de 1960 e fortalecimento do mercado interno, ferindo interesses latifundiários e do mercado internacional. Mas, para além disso, o início da década de 1960 é particularmente importante no que diz respeito às mobilizações sociais pela educação.

A partir da segunda metade do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, discutia-se com veemência no Congresso Nacional, em instituições educacionais (e



mesmo religiosas), em órgãos sindicais e estudantis, e também na imprensa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), um imperativo da Constituição de 1946.

Desse modo, a preocupação com a educação nessa época rendeu um intenso debate sobre a primeira LDB<sup>98</sup>, bem como iniciativas educacionais em centros populares de cultura. No debate se envolveram também representantes do movimento espírita brasileiro; além disso, a atuação dos espíritas no campo educacional deu origem a um invulgar ensaio pedagógico com o patrocínio da Federação Espírita do Paraná.

### 3.1 Breve panorama educacional da década de 1960

Do embate em torno da LDB, surgiram dois movimentos concorrentes: de um lado, os católicos representados pela Associação de Educação Católica iniciaram a *Campanha de Defesa da Liberdade de Ensino*<sup>99</sup>, apoiando o substitutivo Lacerda<sup>100</sup> e mobilizando

---

<sup>98</sup> A discussão em torno da LDB e, conseqüentemente, da educação nacional foi, de acordo com Moacyr de Góes, a mais longa já ocorrida no país: “Começou em 1948, quando já se discutia o Projeto Mariani; incendiou-se a questão com o Substitutivo Lacerda [a partir do final de 1958]; não se concluiu a polêmica com a promulgação da lei 4.024 em dezembro de 1961 [a primeira LDB]. O debate assumiu um papel questionador até 1964, quando ocorreu, com o golpe de Estado, o verdadeiro ‘cala a boca’ nacional” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 13). Sérgio de Sousa Montalvão aponta: “A tramitação da LDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou treze anos, se contada a partir da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948, que apresentou ao Poder Legislativo o seu anteprojeto, elaborado por uma comissão de educadores presidida por Manoel Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, tendo como relator geral o professor Antônio de Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo (2010, p. 22)”. E o historiador Alexandre Tavares do Nascimento Lira salienta que “não houve outra questão que suscitou maior debate parlamentar no período e certamente este foi um dos debates que mais mobilizou a opinião pública na história do país” (2009, p. 1503).

<sup>99</sup> Sobre as intenções do movimento católico em relação ao campo educacional neste período, ver ROMANELLI, 2003, p. 176-178 e CUNHA; FERNANDES, 2012.

<sup>100</sup> Após a apresentação à Câmara Federal, em novembro de 1948, do anteprojeto redigido pela comissão de educadores instituída pelo ministro da educação e saúde pública Clemente Mariani Bittencourt – que deixou o cargo de deputado federal para assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública (de 6 de dezembro de 1946 a 15 de maio de 1950) durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), quando se pôs a desvincular o sistema educacional nacional da ideologia centralizadora e totalitária do Estado Novo –, iniciou-se “um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação, luta iniciada no final da década de 1920” (ROMANELLI, 2003, p. 171). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deveria se basear nos marcos defendidos pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932. Entretanto, o deputado Carlos Lacerda foi contra o projeto, levantando a crítica de que a lei, ao favorecer o ensino público coordenado pelo Estado, dificultaria a democratização da educação e a liberdade de ensino, o que em seu entendimento só poderia ocorrer por meio da iniciativa privada. Um substitutivo foi então encaminhado à Comissão de Educação e Cultura em 26 de novembro de 1958 e mais outro em 15 de janeiro de 1959, modificando completamente o projeto no que concerne à questão da liberdade de ensino. O substitutivo de Lacerda, de orientação católica, buscava assegurar os direitos das famílias de escolherem a educação que desejassem, assim como “dos particulares de comunicarem a outros os seus conhecimentos” (ROMANELLI, 2003, p. 174), vetando o monopólio do Estado nesta questão, a fim de se extinguir de vez a educação totalitária da ditadura Vargas. A crítica à educação totalitária estava em consonância com o projeto original, mas o substitutivo priorizava a iniciativa privada, instituiu bolsas de estudo pagas pelo Estado aos estudantes que não pudessem pagar a escola particular, e deixava à

colégios católicos, outros estabelecimentos particulares de ensino, as Congregações Marianas, a opinião pública mais conservadora e o próprio Congresso Nacional; e de outro, vários intelectuais com diferentes orientações teóricas, “liderados pelos educadores da velha geração dos ‘pioneiros’” (ROMANELLI, 2003, p. 176), instituíram a *Campanha em Defesa da Escola Pública*, uma grande agitação “predominantemente paulista” (CUNHA; FERNANDES, 2012), defendendo o projeto Mariani<sup>101</sup> e mobilizando educadores, escritores, o operariado, o movimento estudantil e a opinião pública mais progressista<sup>102</sup>. “Contudo o volume de manifestações contrárias ao projeto que partiram dos movimentos populares foi imenso, as manifestações contrárias partiram de todo o país” (LIRA, 2009, p. 1504), de maneira que o movimento, em sua generalidade, “expressou a consciência e o desejo das maiorias para que o projeto fosse rechaçado, como se pode observar pela diversidade das manifestações e o número de instituições representativas que se posicionaram contra o projeto” (p. 1504).

Contudo, de balde lutaram os defensores da qualidade no ensino público; toda a discussão em torno da LDB “poderia ter modificado substancialmente o sistema educacional brasileiro” (ROMANELLI, 2003, p. 179), mas manteve-se a fragilidade do sistema público de ensino e promoveu-se o fortalecimento do sistema privado, assim como a manutenção do ensino religioso facultativo nas escolas oficiais (públicas), embora sem financiamento estatal neste quesito. Em todo caso, a LDB aprovada e publicada foi uma conciliação dos dois projetos, e assim, abriu-se “a porta para o Estado financiar a escola privada (art. 95 [da Lei 4024/61])” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 13)

De passagem, devemos dizer que esta lei foi a garantia jurídica para os auxílios financeiros que o Instituto Lins de Vasconcellos, mantido pela Federação Espírita do Paraná, recebeu do Estado durante o seu funcionamento. Voltaremos a essa questão mais à frente.

---

educação pública uma função suplementar. Dada a proposição de Lacerda, imediatamente diversos intelectuais e setores da sociedade que defendiam um sistema nacional de ensino público e gratuito se colocaram contra o substitutivo, alegando inclusive que a democratização do ensino apenas seria possível pela educação pública financiada pelo Estado, sem prejuízo para a iniciativa privada (uma vez que seus direitos já estavam assegurados pela Constituição), de modo a alcançar a todos e não apenas a uma elite econômica.

<sup>101</sup> Ver nota anterior.

<sup>102</sup> O objetivo da *Campanha em Defesa da Escola Pública* era deixar clara a responsabilidade do Estado, nas esferas municipal, estadual e federal, de investir na educação pública em todos os níveis, da escola primária ao ensino superior. E para se evitar que a lei fosse promulgada como estava no projeto após o substitutivo Lacerda, os “progressistas” organizaram debates em escolas, promoveram conferências públicas e se utilizaram da imprensa (ROMANELLI, 2003, p. 179).

Importa que os debates nacionais sobre educação não ficaram apenas na controvérsia da LDB, houve ainda relevantes iniciativas de educação popular nesse período que valem ser mencionadas, uma vez que constituíram um dos efeitos desse fervor cultural e político das décadas de 1950 e 1960.

No início do governo de João Goulart, vários setores da sociedade “se organizavam e participavam ativamente das mobilizações em favor das Reformas de Base, como estudantes e os militares subalternos” (p. 53), promovendo outras campanhas pela melhoria da educação, mormente nas regiões Norte e Nordeste, e pela valorização e legitimação da cultura popular com finalidades de conscientização política e social. Dessa forma, surgiram o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife em maio de 1960; a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, em Natal em fevereiro de 1961; o Movimento de Educação de Base (MEB<sup>103</sup>), da ala esquerda da Igreja Católica (portanto não aquela que consagrou a LDB) em março de 1961; e o Centro Popular de Cultura (CPC), organizado pela União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro em (oficialmente) março de 1962. Todos esses movimentos de educação popular estimulavam a participação democrática, coletiva e solidária do próprio povo na produção e valorização de seu capital cultural.

Tratava-se de uma estratégia de educação das massas, não tanto quanto à instrumentalização técnica visando o desenvolvimentismo industrial, mas com o intuito de emancipação política das camadas populares, visando também a transformação social. A metodologia, em geral, transgredia o modelo de educação escolar tradicional.

Especificamente no estado natal de Ney Lobo, o Centro Popular de Cultura do Paraná funcionou entre 1959 e 1964, com sede em Curitiba desde 1962, como parte dessa “efervescência ideológica, política e cultural dos anos de 1960 [que] levou os intelectuais de esquerda a se colocarem como responsáveis pela defesa da *nação* e a educação do *povo*, elegendo este como protagonista das mudanças sociais” (CALDAS, 2007, p. 146-147 – grifos da autora). A ênfase nos termos “nação” e “povo”, num mesmo projeto social

---

<sup>103</sup> Com o fim do mandato de Kubitschek, havia assumido em 31 de janeiro de 1961 a presidência da República Jânio da Silva Quadros, que apesar de ficar apenas sete meses no mandato, tendo renunciado em agosto, assinara “um convênio com a Igreja Católica criando o MEB – Movimento de Educação de Base (decreto 50370, de 21 de março de 1961)” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 12). “O MEB foi o único movimento de educação e de cultura popular que sobreviveu ao golpe de Estado de 1964, por força do convênio com a União que fixara as datas-base de 1961/65. Com o recuo da hierarquia da Igreja face às novas condições políticas, em 1966, o MEB ‘perdeu as suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental’, como analisa Carlos Rodrigues Brandão”. (p. 27)

e político, era uma forma de afirmar uma identidade nacional próxima ao *ethos* popular, e não a uma concepção de cultura elitista. Assim, o CPC do Paraná procurou aliar, em sintonia com a política de educação das massas do governo de João Goulart, a arte, a educação e a política.

Naquele princípio da década de 1960, portanto, de acordo com José Willington Germano, temos o seguinte recorte do cenário geral:

Greves, mobilizações, assembleias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do contexto político da época. Até mesmo a Igreja Católica se preocupava com a situação social e política e temendo perder o controle do seu “rebanho”, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com as Ligas Camponesas; criou um sistema de rádio-difusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e se envolveu em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos. (1990, p. 53-54)

É perceptível que, tanto as campanhas em defesa da escola pública, quanto os movimentos de educação e cultura popular, possuíam no geral um viés político de esquerda, enquanto que o movimento que defendeu a escola privada estava mais à direita no espectro político. E nesse contexto, a Igreja Católica parece ter atuado dos dois lados. Não cabe nos propósitos dessa tese uma análise pormenorizada da ação católica na política e na educação brasileira nos anos 1950 e 1960, entretanto podemos dizer que a atuação da Igreja neste período fez com que as fronteiras do campo religioso se redefiniram, uma vez que ela se colocava em concorrência na “luta pela redefinição dos limites da competência” (BOURDIEU, 2004, p. 122), e neste caso, a competência de educar. A “cura das almas” deveria, pois, se dar também no campo educacional. Neste sentido o governo brasileiro acenava, com a LDB, para a possibilidade de promoção às ordens católicas e ao ensino privado maior domínio sobre a educação nacional<sup>104</sup>.

Foi, portanto, crucial a participação da Igreja Católica, que emprestou o seu capital simbólico à legitimação dos anseios da iniciativa privada. Porém, tal acontecimento no campo da educação não deixou de repercutir também no movimento espírita brasileiro.

---

<sup>104</sup> “A dimensão religiosa do processo de gestação da LDB foi destacada por vários autores, que apontaram o papel da Igreja Católica na legitimação dos interesses particularistas, não apenas dos seus próprios, mas de todo o setor privado, que ainda não tinha força suficiente para dispensar a legitimidade que aquela instituição lhe propiciava” (CUNHA; FERNANDES, 2012).

## 3.2 O movimento espírita e a defesa da escola pública

Lembramos que o que estava em maior discussão ao final da tramitação do projeto de lei que daria origem à primeira LDB era a questão da liberdade de ensino, que na realidade contrapunha a educação pública, gratuita e laica (que significava tornar responsabilidade do Estado a expansão e manutenção da rede de ensino sem nenhuma confissão religiosa) à educação privada, paga e não necessariamente laica. Em todo caso, “a defesa da laicidade nas escolas públicas permaneceu relegada a posição secundária no debate político” (CUNHA; FERNANDES, 2012).

Houve, no entanto, diferentes segmentos da sociedade que se posicionaram a favor do ensino laico ao longo do debate sobre a LDB: professores paulistas de nível médio e superior; a Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; maçons; evangélicos<sup>105</sup>; e espíritas.

Em vista da ameaça de precarização da escola pública, bem como do domínio da Igreja Católica no setor privado, vários representantes do movimento espírita brasileiro<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Cunha e Fernandes afirmam que “os protestantes, que foram ativos defensores da laicidade durante a elaboração das Constituições de 1934 e 1946, permaneceram silenciosos durante a tramitação da LDB. Talvez o realismo político explique esse silêncio, já que a Constituição determinava a oferta do ensino religioso nas escolas públicas” (2012). Entretanto, Lira (2009) dá notícia da atuação da Igreja Presbiteriana contra o projeto de lei.

<sup>106</sup> O movimento espírita se caracteriza pelas várias entidades unificadoras, como federações, ligas e uniões, pelas casas e centros espíritas, bem como pelos próprios espíritas, que estudam e divulgam o espiritismo. Temos utilizado ainda o qualitativo “brasileiro” nesta tese em vista da especificidade do movimento espírita em nosso país. Embora os fundamentos e os princípios sejam os mesmos, há diferenças marcantes entre o movimento social espírita francês da segunda metade do século XIX e o movimento social espírita brasileiro dessa época até os dias atuais, por exemplo. Um trabalho bastante estudado e citado sobre este assunto é a obra *La Table, le Livre et les Esprits: naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil*, dos antropólogos Marion Aubrée e François Laplantine (AUBRÉE & LAPLANTINE, 1990), da Universidade de Lyon, que fizeram no final dos anos 1980 um estudo antropológico do espiritismo no Brasil desde sua origem na França, numa perspectiva histórico-sociológico-culturalista. Outro trabalho de igual peso foi realizado pela historiadora e antropóloga Sandra Jacqueline Stoll em sua tese de doutorado intitulada *Entre dois mundos: o espiritismo na França e no Brasil*, defendida na USP em 1999 e publicada como livro em 2003, sob o título *Espiritismo à Brasileira* (STOLL, 2003). Diferentemente dos pesquisadores franceses, que apresentam o espiritismo brasileiro como uma distorção do espiritismo francês, Sandra Stoll o apresenta como uma construção histórica com características próprias, uma reinterpretação, fundamentando sua hipótese na trajetória dos médiuns Francisco Cândido Xavier e Luiz Gasparetto. O historiador Sinuê Neckel Miguel salienta que o *ethos* do espiritismo brasileiro foi “construído com as marcas do catolicismo e dos valores preponderantes nas classes médias urbanas brasileiras” (2012, p. 287), e o também historiador Fábio Luiz da Silva esclarece que o espiritismo não é “somente um conjunto de princípios, mas fonte e resultado de práticas concretas realizadas por seres humanos dotados de representações sobre si mesmos, sobre o grupo a que pertencem e sobre o mundo onde vivem” (2005, p. 83). O espiritismo no Brasil, pois, se apropriou de características inerentes ao contexto em que se inseriu (a partir da segunda metade do século XIX), discrepante do de origem, e aqui encontrou um terreno mais ou menos propício à sua difusão, tornando-se ao longo do processo um movimento multifacetado. Desde o início dessa difusão, vários intelectuais mantiveram

engrossaram as feiras na luta pela educação pública, não tanto no que concerne ao envolvimento no campo político *stricto senso* (partidário, eleitoral), mas *lato senso*, particularmente em relação ao campo educacional propriamente dito. Entre 11 e 16 de julho de 1960, por exemplo, o Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo, presidido pelo professor José Herculano Pires, apoiando a *Campanha em Defesa da Escola Pública* (INCONTRI, s/a, p. 7), mormente quanto à laicidade, à gratuidade e à obrigatoriedade, promoveu na capital do estado, a *I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública*.

Não era a primeira vez em que os espíritas se uniam pela educação pública e laica. Sinuê Miguel descreve que

no período varguista, devemos destacar ainda que a luta pelo estado laico, contra o domínio católico, foi uma constante no movimento espírita. Vale citar, por exemplo, a luta pelo ensino laico opondo-se à investida católica de promoção do ensino religioso, pelo qual a Igreja exerceria amplamente seu poder de doutrinar dentro de todas as escolas do país. Essa batalha política foi coordenada pela Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, criada em 17 de maio de 1931, que “congregava pessoas das mais diferentes orientações intelectuais, na defesa da separação entre Igreja e Estado e na luta pela igualdade de credos na futura constituição” (ISAIA, 1998, p. 103)<sup>107</sup>. O temor que uniu espíritas, maçons, metodistas, luteranos, episcopais, entre outros religiosos, era de que a oficialização do ensino facultativo e a assistência espiritual não obrigatória às Forças Armadas pudessem se transformar “em instrumentos de reafirmação do catolicismo, rumo a

---

contato com a doutrina, e o sociólogo Paulo César da Conceição Fernandes afirma que “ser espírita, maçom e republicano era a tríade que distinguia um homem ‘progressista’ do século XIX” (2008, p. 97). Mas num país de pouca tradição científica e filosófica, foi mesmo pela via religiosa que a doutrina espírita alcançou as classes populares (MIGUEL, 2012; SILVA, 2005; AUBRÉE; LAPLANTINE, 1990; STOLL, 2003; COLOMBO, 2014). Ao longo do tempo, o movimento espírita brasileiro, com toda a sua diversidade e querelas internas, disputou com vários agentes em diversos campos pela sua legitimação social, especificamente nos campos religioso, científico e político. Em todas essas lutas, o movimento espírita refugiou-se ao aspecto religioso da doutrina, fazendo-o prevalecer (LEWGOY, 2006, p. 161-165). Desse modo, “na prática uma série de características das instituições religiosas se farão presentes no movimento espírita” (MIGUEL, 2012, p. 19). Essa estrutura do movimento espírita brasileiro levou Ney Lobo a severas críticas: “lamentavelmente, dois aspectos da Doutrina, o científico e o filosófico, não se encontram, neste segundo século, no mesmo nível de desenvolvimento do fator religioso” (2002e, v. 5, p. 285), e justifica: “É a inapetência dos espíritas do Brasil para os conhecimentos filosóficos e científicos, confinados à dieta mística (ou mistificada) a que se deixaram reduzir” (p. 285). Em todo caso, desde os fins do século XIX, enfrentando obstáculos em vários campos sociais, o espiritismo se desenvolveu e se difundiu bastante em nosso país, se estruturou e se organizou em instituições civis, e suas ideias se popularizaram principalmente pela veia religiosa. Um campo, porém, em que procuraremos destacar sua atuação, será o educacional, e foi logo nos primeiros anos republicanos que se deu “o nascimento de sua proposta pedagógica” (BIGHETO, 2006, p. 51) em solo brasileiro.

<sup>107</sup> Miguel cita ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

uma possível união Igreja-Estado, ou assinatura de uma concordata, capaz de privilegiar a religião católica” (ISAIA, 1998, p. 103). Chegou a ser presidente da Coligação um dos espíritas mais destacados do movimento espírita: o Lins de Vasconcelos [*sic*], que lutara constantemente pela laicidade do Estado (WANTUIL, 1981, p. 493)<sup>108</sup>. Uma pista interessante para a investigação futura do sentido dessa luta pela laicidade do Estado encontra-se no jornal dirigido por Vasconcelos [*sic*], o *Mundo Espírita*, no qual se encontra em destaque a seguinte frase, no topo do jornal: “As Sociedades Espíritas do Brasil são cristãs e apolíticas e sustentam o princípio da laicidade do Estado” (*Mundo Espírita*, 27 de ago. 1949, p. 1). Com isso, a dedução que podemos fazer em princípio é que, na reflexão de muitos espíritas, o discurso de não intervenção das instituições espíritas na política significava não misturar religião com Estado, garantindo sua laicidade, obviamente se tal princípio fosse estendido para as outras religiões. (MIGUEL, 2012, p. 21-22).

Já em janeiro de 1960, os professores espíritas eram convocados a refletir e esclarecer a questão da LDB:

(...) é necessário uma demonstração clara e objetiva do interesse e da discussão pelo Espírita sobre o projeto que está em discussão na Câmara Federal “Bases e Diretrizes da Educação”, oferecendo a nossa opinião em favor da Escola Pública como a mais certa forma de solução para o caso. Apelamos em nossa modesta situação aos espírita que no magistério como professôres e educadores, devem oferecer a sua valiosa contribuição nos esclarecimentos que se fazem necessários. (MITIA, 1960, p. 10)

Desse modo, aquela convenção de julho de 1960

recebeu o apoio integral dos órgãos de máxima representação no movimento espírita estadual, que se fizeram representar na oportunidade. Das entidades que apoiaram o movimento, entre as presentes, destacaram-se a Federação Espírita do Estado de São Paulo, a União das Sociedades Espíritas, Associação Metropolitana de Assistência, Liga Espírita do Estado de São Paulo, Instituto Espírita de Educação, União da Mocidade Espírita de São Paulo, Mocidade Espírita Leopoldo Machado, de Sorocaba, Cruzada dos Militares Espíritas de Itu, Centro Espírita Fé e Caridade, de Jaboticabal e o Instituto de Cultura Espírita do Brasil, do Rio de Janeiro. Além dessas, muitas outras mostraram-se solidárias, hipotecando seu apoio à Convenção. Entidades leigas e políticas também se fizeram representar,

<sup>108</sup> Trata-se da obra WANTUIL, Zêus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: FEB, 1981.

tais como o Partido Socialista Brasileiro, Frente Nacionalista de São Paulo, Movimento Renovador Sindical, União Estadual dos Estudantes, Associação dos Professores do Ensino Normal Oficial do Estado de São Paulo, Apenoesp, Comissão de Defesa da Escola Pública de Apiranga e Comissão de Defesa da Escola Pública da Vila Nossa Senhora das Mercês. (I CONVENÇÃO..., 1960, p. 10)

Dentre outros, estavam presentes e alguns proferiram conferência, além do professor Herculano Pires, da Faculdade de Filosofia de Araraquara; o professor e sociólogo Florestan Fernandes<sup>109</sup>, da Universidade de São Paulo; o professor e escritor Emílio Manso Viera, do Instituto Espírita de Educação; o professor Dante Moreira Leite, da Faculdade de Filosofia de Araraquara; o professor Décio Grisi, diretor efetivo do Departamento de Educação do Estado de São Paulo; a professora Luiza Peçanha Camargo Branco, ex-diretora do Grupo Escolar Erasmo Braga em Tatuapé, distrito do município de São Paulo; o deputado Cid Franco, da Assembleia Paulista; o orador e escritor Deolindo Amorim; Eurico Dutra<sup>110</sup>; o professor Apolo Oliva Filho, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e da Faculdade de Ciências Econômicas; Albino (sem sobrenome); o professor José Nogueira Camargo; Alfredo Cruso, do Clube dos Jornalistas Espíritas do Estado de São Paulo; e Paulo de Toledo Machado, secretário da USE.

A Convenção tinha como objetivo debater durante uma semana os problemas educacionais brasileiros, contando com a visão de professores espíritas bem como de outras orientações ideológicas, com a finalidade de elaborar uma Declaração de Princípios, “que irá inspirar o movimento espírita de Defesa da Escola Pública, e enviar Memorial ao Senado, solicitando rejeição do projeto ‘Diretrizes e Bases da Educação Nacional’” (I CONVENÇÃO..., 1960, p. 10).

Um dos pontos defendidos na Convenção foi o apoio que se deveria dar à escola pública e laica, “sem interferências religiosas, cabendo ao Estado a responsabilidade da educação” (p. 10). Por fim, a Convenção “aprovou, em 16 de julho, uma declaração denominada *Os espíritas e a escola pública*, que foi publicada pela *Revista Brasileira de*

---


<sup>109</sup> A atuação de Florestan Fernandes na defesa da escola pública, tanto em meio ao debate sobre a LDB quanto após, foi veemente desde o final da década de 1950 até o início da década de 1960. Mais à frente, contribuiu na elaboração da LDB de 1996, ainda em vigor (embora com algumas reformas).

<sup>110</sup> Supomos que não se trata do mesmo Marechal Eurico Gaspar Dutra.



*Estudos Pedagógicos*, do INEP<sup>111</sup>” (CUNHA; FERNANDES, 2012) na edição de jul./set. de 1960, nas páginas 162 e 163.

Percebemos, pois, que vários educadores espíritas estavam não somente sintonizados com o contexto sociopolítico nacional, como também protagonizaram um importante embate ideológico no campo político. É o que se pode depreender dos destaques selecionados abaixo, do jornal *O Semanário*<sup>112</sup> de agosto de 1960:



**V**OCÊ já pensou nas escolas do Governo fechadas por falta de verbas? Nos Grupos Escolares vazios, caindo aos pedaços enquanto as crianças vadias aumentam no seu bairro? Em milhares de professores sem classes, num país cada vez mais analfabeto?


Você já imaginou este quadro? Veja só: enquanto faltam recursos para manutenção das escolas do Governo, que são gratuitas, abertas a todos, as escolas particulares, que são pagas e bem pagas, a absorver as verbas do ensino, e seus donos a passear de “raho-de-peixe” no nariz dos pobres sem escolas?

Você já pensou na beleza deste quadro? Imagine só: as crianças pobres sendo dispensadas de ir à escola e aprender a ler, — porque a própria lei as dispensa, por serem pobres! — e as ricas e remediadas sendo pagas por seus pais e pelo Governo, duplamente pagas, para frequentarem escolas grá-finas e cada vez mais ricas?

Você já pensou no futuro de um país em que a educação sustenta e aumenta os privilégios de classe, mantendo os pobres na ignorância e na pobreza? Já pensou num ensino dirigido por interesses desta ou daquela religião, em prejuízo das outras e da liberdade de pensamento?

Pois tudo isso é o que pretende o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara Federal e agora em andamento no Senado. Se você não concorda com esse suicídio educacional da Nação, e quer defender a gloriosa tradição liberal da educação brasileira, então proteste junto ao Senado, por meio de cartas, ofícios, telegramas, e promova reuniões de protesto em seu bairro, em sua rua, em seu clube, contra a ameaça do projeto-suicida, que os senadores podem aprovar de uma hora para outra! Só assim poderemos vencer, para depois, sobre o futuro livre do Brasil, erguermos os dedos como Churchill, formando o signo da vitória:

(CAMPANHA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA)



## Viva a Diferença!

**ESCOLA PÚBLICA**

- É gratuita.
- Mantida pelo Governo, para todos.
- É leiga: respeita a religião de todos.
- É livre: ensina a verdade científica.
- É democrática: pobres e ricos, brancos e negros sentam-se juntos.
- É humana: respeita a todos.
- É progressista: forma o espírito com vistas ao futuro, por um mundo melhor.
- É ampla: constrói o Brasil democrático, em que todos são iguais perante Deus e a Lei, sem distinções.
- É dinâmica: ensina a pensar.

**ESCOLA PARTICULAR**

- É paga. E bem paga!
- Mantida por particulares, para poucos.
- É sectária.
- É condicionada: só ensina o que convém.
- É granfina: pobres não têm vez, negros e mulatos são afastados.
- É restrita: repele os filhos de desquitados.
- É retrógrada: fecha o espírito em crenças e hábitos antigos.
- É estreita: divide as crianças e os jovens, fomentando distinções desumanas.
- É estática: não deixa pensar.

Figura 6 – Destaques de “*O Semanário*”, semana de 6 a 12 de agosto de 1960.

Fonte: *1 CONVENÇÃO...*, 1960, p. 10.

<sup>111</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>112</sup> *O Semanário* foi um jornal nacionalista de esquerda, apartidário e de tiragem nacional (publicado nas quintas-feiras), com sedes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Durante sua existência (de 1956 a 1964), criticou o governo Kubitschek e apoiou as reformas de base de Goulart. Por conta de sua ideologia expressa, foi fechado após o Golpe Militar de 1964. Mais informações sobre o jornal em Brito (2011) e Brasil (2006).

# DECLARAÇÃO ESPÍRITA DE PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

A I Convenção Espírita de Defesa da Escola Pública, reunida em São Paulo, apolada e integrada pelos órgãos de máxima representação do movimento espírita estadual, depois de examinar atentamente, com a colaboração de eminentes educadores de orientações ideológicas diversas, a situação atual do ensino e da política educacional no Brasil, resolve:

a) — Declarar lesivo nos interesses nacionais, altamente atentatório às conquistas democráticas da educação brasileira e ao seu desenvolvimento e anticonstitucional, o Projeto de Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, aprovada pela Câmara Federal e em tramitação no Senado da República.

b) — Manifestar sua esperança de que o Senado rejete essa nefasta propositura, propiciando a necessária oportunidade à Câmara Federal para reexaminar sua posição, atualmente comprometedora, em face do problema básico da educação.

c) — Apelar aos Partidos Políticos, às Instituições representativas de nossas forças econômicas, sociais e culturais, seriamente ameaçadas pela inevitáveis e imprevisíveis consequências do referido projeto, e a sua excelência, o sr. presidente da República, para tomarem medidas urgentes de preservação do nosso patrimônio educacional.

d) — Apelar às Bancadas paulistas na Câmara e no Senado Federal para que tomem posição enérgica na defesa da escola pública, do ensino livre e obrigatório em todo o país, como único meio possível de libertarmos o povo da analfabetismo, da ignorância e da miséria.

e) — Formular a seguinte declaração espírita de princípios educacionais que define a posição dos espíritas paulistas, em consonância com os de todo o país, segundo a orientação doutrinária e as manifestações individuais já efetuadas por todo o território nacional, em face do problema da educação:

## 1.º NO PLANO GERAL:

I — Ensino livre, gratuito e educação leiga, para toda a população através da escola pública mantida pelo Estado, segundo a política educacional e a filosofia democrática da educação consagradas pela Constituição Federal.

II — Liberdade para a iniciativa particular no ensino supletivo, em todos os graus, desde que respeitados os princípios democráticos e o caráter leigo do ensino público, indispensáveis à formação da unidade espiritual da nação, em bases humanistas.

III — Exclusão urgente do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e particulares, por constituir fonte de discriminações e injustiças, prejudicando os superiores objetivos pedagógicos.

IV — Formação moral no ensino leigo, como supletivo da familiar, através de normas ditas de ordem geral e de educação cívica elevada, com vistas à formação humanista.

V — Ensino de religião como matéria filosófica, nos cursos médio e superior, sem qualquer tendência sectária ou particularista.

VI — Instituição de penalidades legais para a prática de qualquer forma de discriminação nas escolas públicas e particulares, inclusive as decorrentes da posição civil dos pais.

VII — Combate à evasão escolar no curso primário, assegurando-se a sua extensão a toda a população em idade escolar.

VIII — Instituição de medidas efetivas de aproveitamento vocacional, a partir do curso primário, superando-se com os recursos do Estado, os prejuízos decorrentes dos desníveis econômico-sociais, no aproveitamento das aptidões especiais.

Jamento adequado e da instalação de escolas primárias, médias e superiores especializadas, em todo o país.

X — Aplicação rigorosa dos diâmetros públicos na manutenção, desenvolvimento e aprimoramento do ensino público, sem qualquer desvio de recursos para a escola particular ou outras finalidades.

## 2.º NO PLANO DOUTRINÁRIO:

XI — Ensino da Doutrina Espírita no lar e nas instituições doutrinárias, através de cursos especiais, como se faz atualmente.

XII — Instituição de cursos de extensão cultural para jovens e adultos, relacionados com a Doutrina Espírita, a exemplo dos que são ministrados pelo Instituto de Cultura Espírita do Brasil, visando à boa formação cultural do meio espírita.

XIII — Manutenção das escolas espíritas existentes e criação de outras, no maior número possível, como meio de propiciar aos pais espíritas a oportunidade de subtrahirem seus filhos às influências e à coação religiosa imperantes na maioria das escolas particulares, e até mesmo na escola pública atual, minada pela excessiva legal do ensino religioso facultativo.

XIV — Apoio e incentivo às instituições de pesquisa científica da fenomenologia espírita, objetivando o desenvolvimento constante das bases científicas da doutrina.

XV — Esclarecimento constante da opinião pública sobre o sentido e a finalidade humanista do Espiritismo, como um momento histórico de transição dos problemas sobrenaturais para o plano do natural, enquadrados na sistemática racional das leis que regem o universo.

Figura 7 – Declaração Espírita de Princípios Educacionais. Destaque do Jornal "O Semanário", semana de 6 a 12 de agosto de 1960. Fonte: I CONVENÇÃO..., 1960, p. 10.

A imagem acima (Figura 7) é uma cópia da página original do jornal *O Semanário*, na qual não constava o item IX (apenas suas duas últimas linhas). Por este motivo, transcrevemos a seguir o trecho extraído da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*: “IX. Incentivo do ensino técnico, agrícola e da pesquisa científica, através do planejamento adequado e da instalação de escolas primárias, médias e superiores especializadas, em todo o País” (INEP, 1960, p. 163).

Luiz Antônio Cunha e Vânia Fernandes analisam que a *Declaração Espírita de Princípios Educacionais*

Era uma plataforma sem dúvida radical, que combinava a defesa do ensino laico (dito leigo) nas escolas públicas e nas privadas. O item VI contém um elemento importante naquela época, que era a defesa de penalidades para a discriminação dos alunos devido à posição civil de seus genitores, com endereço certo: o das escolas católicas, que desligavam aqueles que tinham pais desquitados. (CUNHA; FERNANDES, 2012)

Quanto aos demais itens “no plano geral”, ou seja, direcionados à educação nacional como um todo, a declaração propõe os princípios de liberdade, gratuidade, laicidade e democracia (item I) para a escola pública, deixando o ensino privado também livre, mas com função supletiva (item II), desde que respeitando os princípios do ensino público. De maneira mais radical, se coloca contra o ensino religioso, mesmo que facultativo, tanto nas escolas públicas quanto privadas (item III), exigindo sua exclusão (o que nunca foi um consenso entre os educadores espíritas). O ensino religioso a que alude a declaração é propriamente o ensino confessional, proselitista, aquele que pretende a doutrinação ideológica ou a formação de fiéis. É nesse sentido que propõe a educação moral laica (item IV), uma vez que a educação moral nas escolas possuía (e continuou possuindo) uma conotação evidentemente católica, e alvitra a educação civil humanista.

Mas se a declaração espírita se coloca contra o ensino religioso, não se pode dizer o mesmo quanto ao ensino de religião. Quer dizer, o interdito se dá quanto ao ensino de uma única religião em detrimento de outras (mesmo que de forma facultativa e de acordo com a confissão do aluno, nos dizeres da Carta Magna), mas se indica o ensino de religião como filosofia, apenas nos ensinos médio<sup>113</sup> e superior (item V), e sem conotação sectária.

---

<sup>113</sup> Lembrando que o ensino médio nesta época compreendia o ensino secundário, o que hoje corresponde às séries finais do ensino fundamental mais o ensino médio propriamente dito.

Não pudemos depreender se a proposta seria para o estudo separado de várias religiões, ou se o entendimento dos princípios fundamentais em comum nas diversas religiões, ou ainda se o estudo da religiosidade humana com enfoque filosófico.

O texto propõe ainda a extensão do ensino primário, o efetivo combate à evasão nesse nível (item VII), e o aproveitamento vocacional (item VIII), com vista à superação das desigualdades sociais. Já para os demais níveis, sugere o incentivo ao ensino profissionalizante (item IX) e à pesquisa científica.

Para que isso fosse efetivado, dever-se-ia utilizar o dinheiro público destinado à educação unicamente para a manutenção, o desenvolvimento e o melhoramento da escola pública com exclusividade (item X), sem qualquer forma de investimento para a escola privada.

No que diz respeito ao “plano doutrinário”, ou seja, às proposições ao movimento espírita brasileiro, a despeito da contraposição ao ensino confessional (contraposição essa, podemos perceber, apenas no que diz respeito à educação formal), advoga o incentivo ao ensino de espiritismo no lar e em instituições espíritas (item XI), algo que já ocorria e ainda ocorre, mas também a criação de cursos de extensão cultural no meio espírita (item XII) bem como a manutenção das escolas espíritas já existentes, e sua expansão “no maior número possível” (item XIII). Este item XIII, a exemplo do item VI, é também uma alfinetada nas escolas católicas, uma vez que a recomendação quanto à necessidade da existência de escolas espíritas se dá como um meio de escape dos pais espíritas à influência católica (mais que a protestante) tanto na rede pública (através do ensino religioso facultativo) quanto na rede privada.

Por fim, a declaração apoia o desenvolvimento científico espírita (item XIV) e aconselha o esclarecimento permanente da opinião pública quanto às finalidades humanísticas do espiritismo (item XV).

Essa campanha encabeçada pelo Clube de Jornalistas Espíritas foi também referenciada no *Jornal Cruzeiro do Sul* em 5 de julho de 1960, antes, portanto, da declaração analisada acima, com a notícia: “Espíritas tomam posição pró Escola Pública” (MIGUEL, 2012, p. 24 – nota) e na *Revista Internacional de Espiritismo* em março de 1961 (p. 24-25), já após aquela *I Convenção*.

O *Manifesto em Defesa da Democratização Escolar*, redigido pelo Clube, foi então enviado ao Senado Federal, posteriormente à aprovação do projeto de lei na Câmara

Federal (INCONTRI, 2001b, p. 274-275). O manifesto acusava o projeto de misturar “deveres do Estado, com interesses particulares, em evidente benefício de interesses confessionais” (p. 275).

Mas, enfim, a lei foi promulgada apesar de toda a oposição encetada por professores, intelectuais, estudantes, jornalistas, operários e líderes sindicais em todo o país e mais fortemente no estado de São Paulo. A crítica, como já dito, se fazia mais fervorosa em respeito ao favorecimento do ensino privado em detrimento do ensino público. E foi exatamente isso que se deu nas décadas seguintes.

Além desse manifesto, também outro foi lavrado: o *Manifesto pela escola pública e laica*, redigido pela Associação Espírita de Defesa da Escola Pública (fundada pelo Clube de Jornalistas Espíritas em 1960), publicado em 8 de janeiro de 1962 e dirigido “a todos os associados e à imprensa espírita e não-espírita, conclamando todos à resistência e à vigilância para que a escola pudesse ser um local de liberdade de consciência” (INCONTRI, 2001b, p. 276). Destaca-se desse segundo manifesto:

Luta incessante contra o ensino religioso nas escolas, por constituir instrumento de coação das maiorias religiosas contra as minorias, o elemento de condicionamento das consciências, conseqüentemente, de deformação do ensino e da educação; luta incessante contra as discriminações raciais, de cor, ideológicas e religiosas, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, com denúncia e ação judicial nos casos concretos. (p. 276)

As manifestações dos espíritas na capital paulista refletiram nas agremiações congêneres de várias partes do país. Analisando os anais do Senado Federal entre junho de 1960 e julho de 1961, Alexandre Lira (2009) destaca que a casa legislativa recebeu manifestações de várias instituições espíritas, dentre elas, a Federação Espírita Brasileira, a Federação Espírita do Rio Grande do Norte<sup>114</sup> (em Natal), a Federação Espírita Piauiense (em Teresina), a Federação Espírita do Estado de Alagoas (em Maceió), a Federação Espírita do Estado de Sergipe (em Aracajú), a Federação Espírita do Paraná (em Curitiba), a Federação Espírita do Rio Grande do Sul (em Porto Alegre), a Federação Espírita do Estado do Espírito Santo (em Vitória), a Federação Espírita Amazonense (em

---

<sup>114</sup> No artigo, encontra-se escrito “Federação Espírita de Natal”, embora a instituição não tenha este nome hoje, mas “Federação Espírita do Rio Grande do Norte”. Divergências como esta ocorrem quanto ao nome de outras federações regionais e instituições espíritas ao longo do artigo, mas no nosso texto, retificamos as denominações para os nomes atuais. É possível, embora não tenhamos pesquisado a respeito, que essas instituições tivessem de fato essas denominações na época.

Manaus), a União Espírita Paraense (em Belém), a União das Sociedades Espíritas de São Paulo, a União das Mocidades Espíritas de São João da Boa Vista-SP, a União Municipal Espírita de Pirassununga-SP, a Mocidade Espírita de Bebedouro-SP, e outras instituições listadas. Em seu estudo, o historiador salienta a coesão da campanha, expressando que “os espíritas em bloco rejeitaram o projeto em questão e expressaram através das suas federações a unidade ideológica em torno dos princípios democráticos, estando de acordo com a sua doutrina e as diretrizes gerais do movimento” (LIRA, 2009, p. 1508).

Em todo caso, as manifestações pela laicidade não lograram êxito, “tudo somado, os laicos chegaram tarde e foram ineficazes” (CUNHA; FERNADES, 2012). No máximo, o que se viu no texto da lei (e que não se pode dizer que tenha sido fruto da luta pela educação laica) próximo (mas nem tanto) do que se propunha está no artigo 97 da LDB:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrada sem ônus para os Poderes Públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável. (BRASIL, 1961, Art. 97)

O artigo propõe o que já se encontrava disposto no artigo 168, inciso V da Constituição de 1946, mas com o acréscimo de: “sem ônus para os Poderes Públicos”.

Não encontramos fontes que atestassem a participação de Ney Lobo nas discussões promovidas por Herculano Pires. Acreditamos com isso que ele não tivesse realmente participado do movimento, fosse porque estivesse distante dos núcleos de São Paulo, fosse porque o movimento paulistano tivesse um caráter político mais à esquerda, contrastando com o pensamento de direita do professor curitibano (identificável em suas obras), ou fosse até porque o coronel ainda estivesse na ativa e não quisesse, como militar, engrossar a massa dos manifestantes. No entanto, o próprio Ney Lobo deu uma justificativa mais simples, quando questionado por Dora Incontri se havia participado dos Congressos de Educação promovidos pela USE nas décadas de 1940, 1950 e 1970<sup>115</sup>: *Jamais fui convidado para qualquer evento patrocinado pela USE, mesmo para aqueles relacionados com a educação* (LOBO, 2001a, p. 9). Na realidade, participou do 1º

---

<sup>115</sup> Não foi citada a década de 1960.

*Encontro de Educadores Espíritas centro-sulino*, citado no capítulo anterior, em abril de 1968, patrocinado pela FEP e pela USE. Foi onde se encontrou com Herculano Pires<sup>116</sup>.

Mas o fato é que a sua atuação no campo educacional naquele período foi outra: atuou como subcomandante do Colégio Militar de Curitiba, foi professor de Filosofia no Colégio Rio Branco, foi ainda instrutor da mesma disciplina na Universidade Federal do Paraná, e exerceu o magistério também no Instituto Lins de Vasconcellos, assumindo a cadeira de Educação Moral e Cívica e de Filosofia, e mais tarde a direção da instituição.

Seria talvez um contrassenso Ney Lobo defender a escola pública e gratuita enquanto atuava em escolas particulares e pagas, vindo inclusive a propor em sua filosofia educacional a escola privada, para garantir a liberdade de ensino, porém gratuita<sup>117</sup>, para garantir o direito à educação (LOBO, 2002e, v. 4, p. 151), como veremos no capítulo 5. Apenas o princípio da laicidade pedagógica (compreendido como educação não confessional) fora mantido no ILV, por exemplo. Isso demonstra que a posição ideológica de Herculano Pires e o seu engajamento político naquele momento talvez não houvesse tido tanta ressonância no projeto educacional posto em prática pela Federação Espírita do Paraná (aliás, não encontramos outras fontes – além do artigo de Alexandre Lira – que confirmassem a participação da FEP na campanha pela escola pública), ainda que os espíritas paranaenses também discutissem a necessidade da escola espírita (como veremos brevemente no próximo item), mas figurou como um dos exemplos da participação espírita durante as discussões nacionais em torno da primeira LDB. O que Ney Lobo apreendeu, no entanto, de Herculano Pires foi, sobretudo, a sua proposta pedagógica.

Ainda liderando uma parcela do movimento espírita pelo campo educacional, de 1970 a 1974, Herculano Pires publicou a revista *Educação Espírita* pela Edicel, contando

---

<sup>116</sup> Aliás, Ney Lobo dedicou o segundo apêndice contido no quinto volume de sua obra *Filosofia Espírita da Educação* (intitulado “Congressos de Educação Espírita” – LOBO, 2002e, v. 5, p. 255-269) a exatamente esse simpósio. Ele publica o temário levantado para o encontro (com 85 temas) e a súmula dos trabalhos de uma das comissões. Ney Lobo foi inclusive integrante da Comissão de Redação, juntamente com o professor Wálter do Amaral e o professor José de Araújo Ramos.

<sup>117</sup> Dora Incontri salienta que: “Muitos espíritas adotaram assim a postura de lançar-se às obras educacionais, sem esperar a ajuda do Estado, mas sem abandonar o princípio da gratuidade. Arranjaram soluções alternativas para a sustentação de suas escolas: Anália [Franco] teve o apoio da Maçonaria e fez um grupo de música e teatro ambulante, com os alunos e alunas mais velhos, rodando o interior paulista, em busca de recursos. Eurípedes [Barsanulfo] trabalhou com voluntariado. Tomás Novelino (1901-2000), discípulo de ambos, fundou uma fábrica de sapatos, em Franca, cuja renda era toda destinada à manutenção de três escolas da Fundação Pestalozzi. Conseguiu com isso, relativa estabilidade financeira durante 50 anos, chegando a atender mais de 2000 crianças, com escola e alimentação” (s/a, p. 7).

com a palestra de Ney Lobo no lançamento do periódico em 28 de dezembro de 1970 mais um artigo deste para a edição de julho-setembro de 1972, a segunda de seis edições. Alguns detalhes sobre a revista e a participação de Ney Lobo no processo já foram apresentados no capítulo 2. Em todo caso, Herculano não pôde manter por mais tempo a publicação “pelo desinteresse dos leitores e por problemas financeiros” (INCONTRI, 2001b, p. 278).

Vale citar que, antes da concretização da revista, desde 1955 Herculano publicava no jornal *O Universitário Espírita* seus primeiros trabalhos sobre a Pedagogia Espírita. Já havia apresentado, em 1968, no *IV Congresso de Jornalistas e Escritores Espíritas*, ocorrido em Curitiba, uma proposta a respeito das “Escolas de Espiritismo”, quando sugeriu “um programa de estudos espíritas para as escolas espíritas em quatro anos de estudos, sendo composto pelas disciplinas: Introdução ao Espiritismo, Filosofia Espírita, Introdução à Ciência Espírita, Introdução à Religião Espírita” (FUCKNER, 2009, p. 150); em 1970, ele ministrou um curso de introdução à Pedagogia Espírita no Educandário Pestalozzi, em Franca-SP, a convite do casal Thomaz e Maria Aparecida Novelino, mantenedores da instituição, considerado “o primeiro curso sobre Pedagogia Espírita no mundo” (INCONTRI, 2001b, p. 278); e entre 23 e 26 de julho, após este curso, coordenou o *III Congresso Educacional Espírita Paulista*, tendo organizado o temário e proferido a palestra de abertura no auditório da FEESP, sob o título: *Para uma Pedagogia Espírita*, citando, inclusive, “o grande e belo trabalho desenvolvido pelo Prof. Ney Lobo no Instituto Lins de Vasconcellos, em Curitiba” (RIZZINI, 2001, p. 237).

Assim, as décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas com o selo dos conclaves pedagógicos no movimento espírita, principalmente por conta da militância de Herculano Pires e da experiência prática de Ney Lobo no ILV (que analisaremos com mais detalhes adiante neste capítulo e no capítulo 4), mormente no que tange às pesquisas empreendidas no Gabinete de Orientação Filosófica (um departamento de estudos sobre educação e espiritismo daquela instituição), pela participação espírita no debate da educação nacional, bem como pela tentativa de se sistematizar uma pedagogia espírita e efetivá-la na prática. Com efeito, esse é o título do livro póstumo publicado sob autoria de Herculano Pires em 1985 (*Pedagogia Espírita*) pela editora Paideia, no qual consta uma coletânea de artigos seus anteriormente publicados na revista *Educação Espírita*.

Importante registrar que o discurso de Herculano por uma educação laica não está presente nos artigos publicados na referida revista, dez anos após a campanha que



promoveu em favor da escola pública na década de 1960. Em artigo intitulado *Educação e Religião*, sob o pseudônimo de J. Amaral Simonetti<sup>118</sup>, ele esclarece:

As campanhas pela escola laica abalaram o mundo e conseguiram vitórias parciais muito importantes. Apesar disso, o sectarismo religioso não desistiu e não desistirá jamais das suas pretensões, pois não há nada mais insistente do que o fanatismo, mormente quando aliado a interesses materiais. Não obstante, a situação atual no campo do conhecimento já traz em si mesma a solução para esse velho problema. Basta que homens responsáveis encarem o assunto a sério e procurem resolvê-lo no interesse superior das coletividades, sem prejuízo para os sectarismos religiosos nem para os defensores da independência cultural. (1972, p. 59)

Após estabelecer as causas que levaram à luta pelo “laicismo pedagógico” (p. 57) e sinalizar que a situação atual (década de 1970) seria favorável à solução do estorvo produzido pelo fanatismo religioso, explana:

Científica e filosoficamente já se reconhece que a Religião é uma das províncias principais do conhecimento. As pesquisas antropológicas, sociológicas e etnológicas, apoiadas nos dados arqueológicos e na investigação psicológica e parapsicológica, demonstraram de sobejo que o homem não é apenas o animal político de Aristóteles, mas também e sobretudo o ser religioso de Arnold Toynbee, cujas construções mais grandiosas têm sempre como esteio o seu substrato fideísta. (p. 61)

A contradição se verifica mais especificamente quando sugere que “não podemos ter Educação sem Religião” e que “o sonho da Educação Laica não passou de resposta aos grandes equívocos do passado” (p. 62). Ora, teria Herculano, após levantar a bandeira da escola pública, gratuita e laica, abraçado o ensino confessional e se posto a receitá-lo? A análise mais cuidadosa desse artigo, bem como da sua postura militante anterior nos leva a compreender que esta contradição é apenas aparente. A incoerência se desfaz se entendermos que Herculano combatia a exclusividade da Igreja Católica (ou de qualquer outra instituição religiosa) para o ensino religioso, bem como a prioridade dada à escola privada em detrimento da pública, única em seu entendimento capaz de garantir a

---

<sup>118</sup> O artigo se encontra também publicado na obra *Pedagogia Espirita* (PIRES, 2004, p. 48-56), como todos os outros da revista *Educação Espirita* de autoria de Herculano Pires e seus vários pseudônimos.

gratuidade e a laicidade. Ademais, sua proposta de ensino religioso presente no artigo se caracteriza como ecumênica, filosófica e científica.

Reconhecendo que a Religião corresponde a uma exigência natural da condição humana e a uma exigência da consciência humana, e que pertence de maneira irrevogável ao campo do Conhecimento, devemos reconduzi-la à escola, mas desprovida da roupagem imprópria do sectarismo. Temos de introduzir nos currículos escolares, em todos os graus de ensino, a disciplina Religião ao lado da Ciência e da Filosofia. Sua necessidade é inegável, pois sem atender aos reclamos do transcendente no homem não atingiremos aos objetivos da paidéia grega: a educação completa do ser para o desenvolvimento integral e harmonioso de todas as suas possibilidades. (p. 62)

A incoerência seria certa se, como espírita, ele propusesse uma educação completamente desprovida de religiosidade, num extremo, ou uma educação confessional, no sentido sectário de se formar novos adeptos do espiritismo, no outro extremo. Esse traço do pensamento de Herculano Pires se mostrou bastante importante para a proposta de Ney Lobo, que pretendeu no Instituto Lins de Vasconcellos um estudo comparado das religiões, em que o aluno expunha aos colegas as ideias de sua própria religião a respeito de um determinado tema, assim como sistematizou essa proposta pedagógica em sua filosofia educacional. Entretanto, como veremos no capítulo 5, Ney Lobo dá a entender, em sua obra *Filosofia Espírita da Educação*, que seria partidário do ensino confessional (espírita, evidentemente). O ILV, porém, ainda que configurado como uma iniciativa da Federação Espírita do Paraná, não era uma escola confessional.

### **3.3 A iniciativa da Federação Espírita do Paraná: o Instituto de Educação Lins de Vasconcellos**

Enquanto a cidade de São Paulo se configurava como o reduto para onde convergiam, e de onde partiam, as principais discussões teóricas acerca da educação escolar espírita, e enquanto algumas escolas espíritas eram fundadas pelo país, em Curitiba, “justamente em meio à campanha da igreja católica contra o espiritismo” (FUCKNER, 2009, p. 157) no Paraná, e em meio às discussões sobre ensino público e privado no texto da LDB, a Federação Espírita do Paraná (FEP) abriu as portas, no ano

letivo de 1963, do Instituto de Educação Lins de Vasconcellos (ILV), uma escola espírita privada de ensino primário e médio<sup>119</sup>.

A FEP, fundada em 24 de agosto de 1902<sup>120</sup>, registra ao longo de sua trajetória histórica a inauguração e manutenção de várias instituições, tais como escolas, creches, asilos, albergues, lares e um hospital, com ou sem convênio com o poder público, pagas ou gratuitas. Muitas dessas instituições atuaram no campo educacional, mas, via de regra, com caráter mais assistencial que especificamente escolar. Os destaques na educação

---

<sup>119</sup> De acordo com a LDB de 1961, o ensino primário abrangia as quatro primeiras séries, enquanto o ensino médio correspondia às outras sete divididas em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo (ginásio) composto por quatro séries e o segundo ciclo (colegial) composto por três séries; o ensino médio abrangia os cursos secundário (propedêutico/científico), técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (curso normal).

<sup>120</sup> No início da expansão do espiritismo no Brasil, a partir da década de 1860, a quantidade de grupos de estudos aumentava à medida em que se propagava a doutrina pelo país. A socióloga Cleusa Beraldi Colombo lista alguns: “Em agosto de 1873, é fundada, no Rio de Janeiro a *Sociedade de Estudos Espíritos Confucius*, cuja divisa é ‘Sem caridade, não há salvação’. Em 1876, funda-se a *Sociedade de Estudos Espíritos Deus, Cristo e Caridade*, por ex-participantes [sic] do grupo *Confucius* (que já se havia desfeito), com tendência totalmente evangélica, sob a direção de Bittencourt Sampaio. Em 1880, aparece o chamado Grupo do Sayão e que se integraria mais tarde à FEB, sob o nome de Grupo Ismael. Em 1883, começa a ser publicado o *Reformador*, ‘mensário religioso do Espiritismo cristão’, ainda independente. Nesta época, em meio ao clima dispersivo prevalecente no seio do Espiritismo no Brasil, os dirigentes dos grupos já sentiam a necessidade de uma união, resultando assim na fundação da *Federação Espírita Brasileira*, em janeiro de 1884. E o *Reformador* se torna órgão oficial dessa instituição, que reunia vários grupos” (2014, p. 60). Essa disseminação inicial se deu em vários estados, como no Paraná, por exemplo: “É provável que o conhecimento da Doutrina Espírita tenha chegado ao Paraná através de Paranaguá, devido ao porto e à cidade ter sido um pólo de difusão para o Estado. Por lá chegavam os livros básicos da doutrina e também a revista ‘O Reformador’, publicada pela FEB no Rio de Janeiro desde 1883, por meio de comerciantes e de intelectuais que mantinham contato com a corte e posteriormente com a capital da República. Manoel da Cunha, um comerciante português vindo do Rio de Janeiro, trouxe as primeiras obras espíritas para o Paraná e as divulgou entre seu círculo de amigos, quando chegou a Curitiba, por volta de 1870. O primeiro centro espírita do Paraná, segundo os registros da FEP, fundado ainda no século XIX, em 1897, foi o Centro Espírita de Corityba, seguido pelo Grupo Paz, Amor e Caridade na cidade de Castro, e na sequência o Centro Allan Kardec, fundado em Antonina, em 1902. A Federação Espírita do Paraná também foi fundada naquele ano” (FUCKNER, 2009, p. 147). Manoel José da Costa e Cunha, citado pela historiadora Cleusa Maria Fuckner, é reconhecidamente um pioneiro do movimento espírita paranaense. De acordo com Lins de Vasconcellos, Manoel Cunha “fundou a primeira Assistência aos Necessitados, em terras do Brasil, iniciando e mantendo, durante dezenas de anos, constante distribuição de gêneros, roupas e dinheiro aos pobres de Curitiba” (1951), seguindo, portanto, uma tendência: a assistência social. Além de Curitiba e Paranaguá, o espiritismo se espalhava também por Cambé, Londrina, Jacarezinho, Ponta Grossa, Rebouças e outras cidades, “onde cada qual, na medida de suas forças, se esmera no cumprimento do dever de auxiliar o próximo como é mister” (RAITANI, 1957). Esses grupos que iam surgindo em todo o país eram mais ou menos independentes e distantes uns dos outros, assim como heterogêneos, tanto formados por extratos das classes populares, quanto pelas elites econômicas e intelectuais, o que levou ao surgimento de diferentes interpretações do espiritismo e naturalmente a dissensões. Daí o surgimento da FEB em 1884 (e de outras federações, ligas e uniões, posteriores), fundada pela reunião de vários coordenadores desses grupos, no sentido de dar apoio e direcionamento (inclusive quanto à interpretação da obra kardeciana) às várias agremiações existentes. Já no período republicano, em 24 de agosto de 1902, foi fundada por sete pessoas a Federação Espírita do Paraná, a primeira federativa estadual do país, na sede da revista *A Doutrina*, no intuito de congregar os grupos espíritas espalhados pelo estado. O *1º Congresso Espírita Paranaense* ocorreu em 3 de outubro de 1908, e em 1912 a FEP se filiou à FEB, contando com Lins de Vasconcellos como um dos colaboradores do intento.

formal, no entanto, se fizeram com relação à Escola Profissional Maria Ruth Junqueira (EPMRJ) e o ILV<sup>121</sup>.

A EPMRJ existe desde 1960 até os dias atuais, oferecendo ensino profissionalizante a estudantes a partir de 16 anos de idade. Tendo sido firmado um convênio de assistência técnica com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Paraná em 30 de dezembro de 1960 para o seu efetivo funcionamento<sup>122</sup>, a instituição é na verdade a continuidade de cursos iniciados em 1954 para as meninas do Lar Infantil Icléa, um departamento da FEP inaugurado em 24 de abril de 1949 e substituído em 1980 pela Creche Anália Franco (FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, 2012, p. 5.4 e 8.4). Já o ILV atuou especificamente no que hoje conhecemos como ensino básico, entre 1963 e 1998; entretanto neste trabalho não temos a pretensão de abranger toda a trajetória do referido colégio, portanto enfocaremos apenas alguns eventos que envolveram a sua fundação, à guisa de contextualização, e outros que se relacionaram à atuação do professor Ney Lobo na instituição até 1974.

De fato, as interseções do campo religioso com o campo educacional na história da FEP tiveram início já com um dos seus fundadores: o professor, militar, político e escritor Sebastião Paraná de Sá Sottomaior, primeiro presidente eleito da instituição após a aprovação dos estatutos, e que ficou no cargo de 04 de outubro de 1903 a 13 de janeiro de 1907. Sebastião Paraná foi professor de História Universal (em 1906) e de Geografia e Corografia do Brasil (em 1900) no Ginásio Paranaense, onde chegou a ser diretor (entre 1916 e 1920), e na Escola Normal de Curitiba, assim como exerceu a docência também na Universidade do Paraná e nos colégios Rio Branco, Progresso, Elysio Vianna, e Parthenon; foi ainda superintendente geral de ensino (em 1916) e inspetor público (ISHYIAMA, 2013; MELO, 1979; FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, s/a b). Desenvolveu também vários estudos a respeito da geografia local, fundou o Instituto Histórico-Geográfico do Paraná e o jornal *A Tribuna*, além de dirigir as revistas *A Escola* e *O Club Curitibano* (MARACH, 2015, p. 234 – nota).

---

<sup>121</sup> Não foi apenas a FEP que abriu estabelecimentos espíritas de ensino em Curitiba. Dois exemplos foram as iniciativas do professor Octávio Melchiades Ulysséa e do professor Mauri Rodrigues da Cruz, citados no capítulo anterior.

<sup>122</sup> Nessa época, “o Estado fornecia as professoras e a FEP as instalações, infraestrutura, equipamentos e o material utilizado nas aulas, que eram conseguidos por Maria de Lourdes Sperancetta Pinto e Elvira Marchesini Vaz, através de campanhas de doações entre as suas amigas.” (NEGRÃO, 2013)

Desde Sebastião Paraná, portanto, várias iniciativas educacionais foram empreendidas pela federação. No entanto, não temos conhecimento de quando ou de quem dentro da FEP partiu a ideia de atuar diretamente no campo educacional por meio de uma escola primária e média. Em todo caso, Ney Lobo registrou na biografia que redigiu de Lins de Vasconcellos, que este já havia, desde 1918, sugerido que a educação social e política deveria ocorrer numa escola em formato de república infantil.

Com alegre surpresa, deparamos com um trabalho subscrito por LINS e outros confrades, datado de 17 de fevereiro de 1918, sob o título “Programa de Ação Social”. Documento este aprovado pela Federação Espírita do Paraná em sessão extraordinária da sua comissão Central e dos delegados das sociedades federadas.

O “Programa” tece considerações sobre a Humanidade, o moderno espiritualismo, a confraternização dos povos e a paz universal.

Refere-se, ainda, às formas político-sociais dos Estados, à condução da economia, previdência social e outros temas.

Culmina na educação e propõe:

*“A educação social e política deve ser ministrada nas escolas, mediante o estabelecimento de repúblicas escolares, formando um governo com todos os seus órgãos, e cujos cargos serão exercidos pelos próprios alunos. Com o fim de desenvolver os conhecimentos e a visão político-social das crianças.”* (LOBO, 1997, p. 307-308 – grifo no original)

Durante uma palestra no 2º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita, na cidade de Santos-SP, em setembro de 2006, Ney Lobo afirmou que não tinha conhecimento desse pensamento de Lins de Vasconcellos quando idealizou a Cidade Mirim (2º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA, 2006c), somente tomou ciência do fato após a FEP disponibilizar os arquivos de atas para que pudesse pesquisar para redigir a tal biografia, publicada em 1997. Ele já havia dito o mesmo em entrevista a Dora Incontri em fevereiro de 2001, acrescentando que *a ata foi redigida por Lins de Vasconcellos como secretário geral, e tudo indica que a idéia era dele mesmo* (LOBO, 2001a, p. 5).

Mas o pensamento educacional expresso por Lins de Vasconcellos três décadas depois (e registrado por Ney Lobo) sugere contradições em sua forma de encarar a

atuação dos espíritas no campo educacional. Em artigo de sua autoria de 8 de janeiro de 1949 para o jornal *Mundo Espírita*<sup>123</sup>, Lins propõe:

Reativar com vigor a Campanha de Alfabetização. É mais importante fundar e manter cursos de alfabetização em todos os centros espíritas e até nos lares espíritas, do que criar e manter escolas com curso primário completo. O Distrito Federal e os Estados arrecadam bilhões de cruzeiros de impostos, e são eles que têm a obrigação de criar e manter escolas. A intervenção dos espíritas só se justifica nos lugares abandonados pelos governantes que não sabem ou não possam cumprir com os seus deveres. (VASCONCELLOS *apud* LOBO, 1997, p. 305)

Para Ney Lobo, o texto era “precipitado e polêmico”, mas não sustentaria “um pensamento adverso à escola espírita” (p. 305) propriamente dita. Ele ainda anotou que “LINS não só secundou todas as iniciativas educacionais da Federação, como, ainda, dirigiu escolas como a Escola Dominical, a Escola Noturna e a Caixa Escolar para estudantes pobres” (p. 107), todas pela federação. Em todo caso, o escritor espírita e educador Leopoldo Machado de Souza Barbosa fez algumas críticas ao artigo de Lins de Vasconcellos, que este fez questão de publicar no mesmo jornal na edição de 12 de fevereiro. Vale esclarecer que havia ocorrido, no dia 16 de janeiro daquele ano de 1949, o *1º Congresso Educacional Espírita do Estado de São Paulo*, possivelmente o primeiro congresso espírita sobre educação em todo o Brasil, e é bastante plausível que o tema da educação espírita estivesse na pauta do dia; lembrando ainda que esta época coincide com o início das discussões sobre a LDB, o ensino religioso e o dipolo escola-pública/escola-privada. Eis a crítica de Leopoldo Machado:

A prática e a experiência nos dizem que escolas espíritas devem existir onde eles se fizerem necessárias, haja aí ou não outras escolas do governo. (...) Mormente, agora, que o clero se oficializou, intervindo, diretamente, no ensino. Principalmente no primário. As escolas espíritas devem ensinar, a par do ensino das primeiras letras, o a, b, c das coisas da Doutrina, ao alcance das mentes infantis, essas coisas que nas escolas do governo só se permite à Religião Católica. (MACHADO *apud* LOBO, 1997, p. 305-306)

Lins responde no artigo de 26 de fevereiro:

---

<sup>123</sup> Até 1949, o jornal era de propriedade do próprio Lins, que o transferiu, assim como a gráfica, à FEP naquele ano (FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, 2012, p. 5.4-5.5).

A referência a escolas com curso primário completo, prende-se aos casos de centros espíritas que deixam de incluir o ensino do Espiritismo às crianças. Ahamos úteis as escolas primárias, mas consideramos mais importante a generalização dos cursos de alfabetização para menores e adultos, nos centros e até nos lares espíritas. (...). (VASCONCELLOS *apud* LOBO, 1997, p. 306)

Ao que podemos depreender, Leopoldo Machado era a favor de um ensino espírita privado e confessional, para contrapor à influência católica nas escolas públicas (e possivelmente nas políticas públicas, como vimos no início deste capítulo), enquanto que Lins de Vasconcellos se colocava como a favor desse tipo de escola, mantida por um centro espírita, apenas quando este não incorporava, em suas próprias atividades não escolares, o ensino de espiritismo para crianças; para Lins, era mais importante alfabetizar “menores e adultos”, deixando a cargo do poder público o ensino primário. Era mais uma questão de prioridade que aversão à ideia de se implantar escolas espíritas. Ney Lobo esclarece:

Tanto assim é que no “Esboço de Programa” da Ação Social Espírita de sua lavra [de Lins de Vasconcellos] (“Mundo Espírita” de 12.03.49), estabeleceu como meta, na letra J: “*Estimular a escola espírita*”. E mais, o mesmo artigo de 26.02.49 é encerrado com uma referência a um idealizado Ginásio Espírita do Rio de Janeiro entre outras metas da ASE. (LOBO, 1997, p. 306)

Além do artigo de Leopoldo Machado, o jornal *Mundo Espírita* de 12 de fevereiro de 1949 havia publicado também um artigo do jornalista, sociólogo e escritor Deolindo Amorim, sustentando a necessidade “evidente” da criação de um colégio espírita, argumentando:

De fato, todos nós, principalmente nós, que temos filhos para instruir e educar, somos forçados, pela própria lógica dos fatos, a reconhecer, como realidade, a seguinte situação: NOSSOS FILHOS ESTÃO SUJEITOS A VEXAMES NAS ESCOLAS PÚBLICAS, PORQUE A INFLUÊNCIA CLERICAL, PRESENTEMENTE, DOMINA A ESFERA DO ENSINO.

Em determinadas escolas, por exemplo, as próprias professoras, desvirtuando-se de sua função escolar, procuram criar “casos” com os alunos que não são filhos de pais católicos, colocando esses alunos em posição de inferioridade perante a “maioria” católica.

Onde os nossos filhos irão formar o seu lastro de cultura geral quando chegarem à idade ginásial? Precisamos ter colégios NOSSOS, para que os nossos filhos não sofram coação espiritual. (AMORIM *apud* LOBO, 1997, p. 307)

Dentro da FEP, embora não tenhamos tido acesso a informações ou outras fontes historiográficas que afixassem a assertiva, é presumível que tenha havido discussões e deliberações a esse respeito, uma vez que já no dia 13 de janeiro de 1951, portanto cerca de dois anos após os artigos acima relacionados, foi criado pela federação, ainda como projeto, o Instituto de Educação Allan Kardec, “estabelecimento destinado ao ensino de vários graus” (RAITANI, 1957). Durante as comemorações do cinquentenário da federativa, entre os dias 23 e 31 de agosto de 1952, “lançou-se a pedra fundamental” (FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ, 2012, p. 5.6) do estabelecimento educacional. O projeto de construção foi apresentado pelo vice-presidente da federação, Abibe Isfer (p. 6.5), e o terreno para a construção do Instituto, que não seria “apenas” uma escola de alfabetização, foi doação do próprio Lins de Vasconcellos<sup>124</sup>, mas ele não pôde acompanhar em vida a construção do colégio, uma vez que já havia falecido desde março daquele ano.

Cabe aqui fazer uma breve explanação sobre quem foi este doador.

Arthur Lins de Vasconcellos Lopes nasceu em Vila da Serra do Teixeira, no estado da Paraíba do Norte, em 1881; morou em Recife, em Curitiba por grande parte de sua vida, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde veio a falecer no dia 21 de março de 1952. Foi caixeiro, tropeiro, militar, engenheiro agrônomo e comerciante. Foi ainda presidente da FEP por três vezes (de 9 de janeiro de 1916 a 14 de janeiro de 1917, de 14 de janeiro de 1923 a 16 de janeiro de 1927, e de 13 de janeiro de 1929 a 12 de janeiro de 1930) – instituição na qual havia ingressado em 31 de janeiro de 1912 –, diretor da Revista do Espiritualismo, órgão da Sociedade Publicadora Kardecista do Paraná, diretor da Gráfica Mundo Espírita, presidente da Coligação Nacional pró Estado Leigo, membro da Assembleia Deliberativa da Federação Espírita Brasileira, vice-presidente da Liga Espírita do Estado da Guanabara, entre outros títulos. Cooperou, inclusive com recursos financeiros próprios, e em vários Estados, para a criação de lares infantis, sanatórios, hospitais, ginásios, creches, institutos de ensino, instituições de amparo à velhice e à infância etc. Contribuiu também para a construção da sede da FEP, para a realização de

---

<sup>124</sup> Boa parte do patrimônio material da FEP é advindo das doações de Lins de Vasconcellos.



vários encontros e congressos espíritas, para a campanha de unificação do movimento espírita brasileiro e para divulgação do espiritismo no Brasil.

Em 1925, sofreu processo criminal por parte do Estado do Paraná, por ter protestado e alegado a inconstitucionalidade da iniciativa do presidente do estado, em doar terrenos e dinheiro público à Igreja Católica para a instalação de dois bispados. Foi condenado, mas a sentença foi revogada posteriormente, não tendo sido preso.

Como presidente da Coligação Nacional pró Estado Leigo, enviou várias propostas aos parlamentares que organizavam a Constituição de 1946. Essas propostas visavam resguardar a laicidade do Estado Brasileiro, a liberdade religiosa, o ensino público laico e a separação absoluta entre a Igreja e o Estado.

Lins também

fundou a *Ação Social Espírita*, com o objetivo de divulgar o Espiritismo e estimular obras culturais e sociais, entre elas, a escola espírita. Foi um dos articuladores do Pacto Áureo (1949), ato polêmico com o objetivo de unificar o Espiritismo brasileiro, assinado por algumas das instituições federativas (entre outras, de São Paulo, Paraná e Minas), sob a liderança da FEB. (...). Lins de Vasconcellos foi um dos responsáveis pelo desfecho do Pacto [e um dos principais divulgadores desse acordo em viagens por todo o Brasil]. (INCONTRI, 2001b, p. 244 – nota)

Com relação à Educação, “era extremamente sensível à causa” (LOBO, 1997, p. 107). Como presidente da FEP, em abril de 1916 integrou a instituição à Liga Brasileira contra o Analfabetismo, criou em maio de 1919 a Caixa Escolar anexa à Escola Noturna mantida pela FEP, para que os alunos mais pobres pudessem se manter na escola, e foi professor de Geografia em 1923 no curso comercial da então Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.

Então deu-se que, em homenagem àquele que havia prestado tantos serviços à “causa espírita” e à federação paranaense, e sido tão estimado pelos espíritas do Paraná (mas não somente), o então presidente da FEP, João Ghignone, propôs, durante Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo em 14 de agosto de 1956, a alteração do nome da escola que vinha sendo construída, de Instituto de Educação Allan Kardec para Instituto de Educação Lins de Vasconcellos. Anotou, Ney Lobo, um trecho da ata daquela reunião:

Usa da palavra o confrade OLEGÁRIO que participa que o festival que o C. E. [Centro Espírita] “Teodoro Holmann” irá realizar no próximo dia 11 de setembro, sua renda reverterá em benefício do Instituto “Allan Kardec”.) O confrade GHIGNONE propõe que o Instituto, que está sendo construído, denomine-se “LINS DE VASCONCELLOS”, e que o conjunto de construções da Federação passe a chamar-se “ALLAN KARDEC”. Aprovado. (*apud* LOBO, 1997, p. 109)

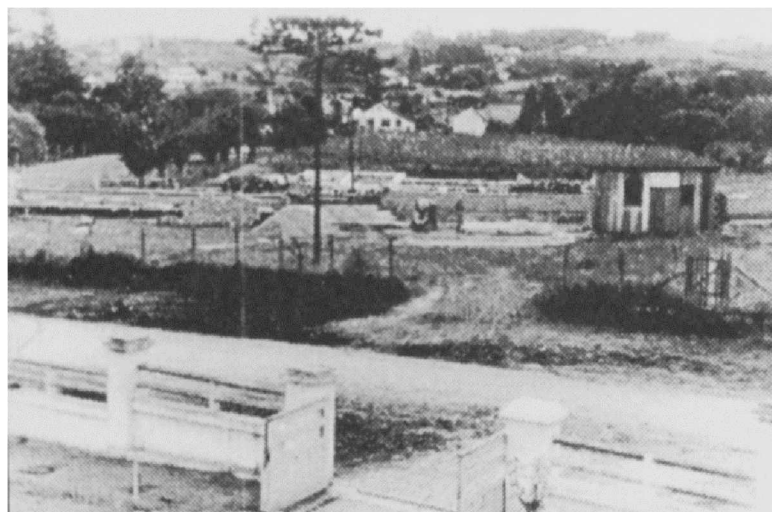
A construção do Instituto, como se pode perceber, contou com um terreno doado por Lins de Vasconcellos, com investimento da própria FEP, possivelmente, e com renda advinda de atividades beneficentes. Mas também contou com auxílio público. O Diário Oficial da União publicou, em 14 de dezembro de 1956, o repasse de verbas do Ministério da Educação e Cultura na forma de “Cooperação financeira com entidades privadas mantenedoras de estabelecimentos de ensino médio, para prosseguimento de obras”<sup>125</sup> (BRASIL, 1956a, p. 239), a doação da quantia de Cr\$ 199.800,00 (cento e noventa e nove mil e oitocentos Cruzeiros) para o Instituto Lins de Vasconcellos (p. 299). Também a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 3.297 de 4 de setembro de 1957, sancionada pelo governador Moysés Wille Lupion de Tróia, autorizava o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil Cruzeiros), cujo montante seria reservado à FEP, “destinado ao término das obras de construção do Instituto de Educação ‘Lins de Vasconcelos’ [*sic*], no arrabalde do Bom Retiro, nesta Capital” (PARANÁ, 1957), à rua Nilo Peçanha. Da mesma forma, por meio da Lei Estadual nº 119 de 15 de setembro de 1961, sancionada pelo governador Ney Aminthas de Barros Braga<sup>126</sup>, o ILV recebeu auxílio do governo estadual na quantia de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Cruzeiros) (PARANÁ, 1961). Por fim, em 27 de dezembro de 1963, o governo federal, novamente por meio do MEC, doou Cr\$

---

<sup>125</sup> Diferentemente do que passou a ocorrer durante o Regime Civil-militar, como se verá no capítulo 4, esse tipo de doação estava condicionado ao estabelecimento de ensino não ter fins lucrativos.

<sup>126</sup> Ney Braga era paranaense, nascido em Lapa, cidade próxima a Curitiba, no dia 25 de julho de 1917. Fez o curso secundário no Ginásio Paranaense, e ingressou na Escola Militar do Realengo em 1935. A partir da década de 1940 serviu como militar em Curitiba, antes de ser Prefeito da Capital (de 15 de novembro de 1954 a 15 de novembro de 1958), Deputado Federal (de 1959 a 1962), Governador do Estado (de 31 de janeiro de 1961 a 17 de novembro de 1965, e de 15 de março de 1979 a 14 de maio de 1982), Ministro (da Agricultura de 18 de novembro de 1965 a 12 de agosto de 1966, e depois da Educação de 15 de março de 1974 a 30 de maio de 1978) e Senador (de 1967 a 1975). Por conta da idade próxima, por terem se formado nos mesmos estabelecimentos de ensino e por serem militares atuando na mesma cidade, é provável que Ney Braga fizesse parte da rede de sociabilidade de Ney Lobo. Aliás, com ele o professor conseguiu recursos financeiros do Estado para o ILV em 1965, quando da concretização da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica.

400.000,00 (quatrocentos mil Cruzeiros) ao ILV, já em funcionamento (BRASIL, 1963, p. 446).



**Figura 8** – Fotografia da construção do Instituto Lins de Vasconcelos. Fonte: LOBO, 1997, p. 309.

Enfim, entre os dias 27 e 30 de dezembro de 1962, foram realizados os Exames de Admissão à 1ª série ginásial (ILV, 1962), ou 1ª série do 1º ciclo do ensino médio à época (equivalente posteriormente à 5ª série do 1º grau – hoje 6º ano do ensino fundamental). Fizeram parte como membros da Comissão Examinadora os professores Geraldo Mattos Gomes dos Santos<sup>127</sup>, Octávio Melchiades Ulysséa, Eduardo Francisco Machado<sup>128</sup>, Milton Marques de Oliveira<sup>129</sup> e Walter do Amaral<sup>130</sup>. Este último veio a ser o primeiro diretor do ILV, nomeado pela direção da FEP. Foram ao total 26 estudantes examinados por meio de provas escritas de Português, Aritmética, Geografia e História, sendo que para a primeira disciplina houve também prova oral.

No ano seguinte, a escola estava em pleno funcionamento. Uma “Ata dos Resultados Finais” (ILV, 1963) já registrava que entre os dias 4 e 8 de março de 1963 havia sido terminado o processo das notas finais e global dos alunos da 1ª série do curso

<sup>127</sup> Foi linguista, professor titular da UFPR e professor da PUCPR; foi ainda presidente da Associação Paranaense de Esperanto e o autor da letra do Hino da PUCPR.

<sup>128</sup> Professor de matemática e autor de livros e artigos na área, tais como *Considerações em torno da Matemática e Ensino Moderno da Matemática*.

<sup>129</sup> Foi diretor do ILV entre 1964 e 1966.

<sup>130</sup> Foi diretor do ILV em 1963 (ano em que passou a fazer parte do Conselho Deliberativo da FEP) e a partir de 1974, com a saída de Ney Lobo.

ginasial, outra ata semelhante registrava que o mesmo processo havia se dado para os alunos da 3ª série ginásial. Ou seja, o primeiro ano letivo começou exatamente no início de 1963, com o primário e o primeiro ciclo do ensino médio (o ginásio). E a análise do material colhido na Secretaria de Estado da Educação nos permite deduzir que o segundo ciclo do ensino médio (o colegial, portanto) provavelmente se iniciou em 1965.

Desse modo, a abertura do ILV se deu exatamente no período de maior efervescência dos embates ideológicos em torno da educação nacional, em que o discurso em torno da qualidade da educação pública e gratuita ganhava força, assim como a necessidade de alfabetização (também política) das classes populares. Pela análise do contexto e da repercussão no movimento espírita dessas discussões, a iniciativa da FEP se nos afigura como uma contraposição à influência da Igreja Católica no ensino público, ao mesmo tempo em que, se aproveitando do dispositivo legal da liberdade de ensino, dava aos adeptos do espiritismo uma opção privada de educação de seus filhos, em princípio laica, mas distante da influência católica, assim como independente da rede pública de ensino.

Mas o fato é que toda aquela esperança acesa nesse início da década de 1960 pela educação pública, gratuita e de qualidade, toda a promessa de educação emancipadora por meio da cultura popular, toda a expectativa a respeito da participação política mais efetiva do povo caíram por terra com o Golpe Civil-militar de 1964<sup>131</sup>: a educação nacional sofreu um duro revés.

E assim, foram anulados, desde a primeira hora, os esforços empreendidos pelos movimentos de educação popular (já que tinham viés socialista), o MCP, a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, o MEB e o CPC, cujos participantes e

---

<sup>131</sup> A intervenção militar em março de 1964 teve dentre suas causas aludidas: a inflação que saltara de 29,2% ao ano em 1960 para 90,3% em 1964, de acordo com Luiz Fernando Cerqueira (2007); a Revolta dos Sargentos em Brasília no dia 12 setembro de 1963, uma rebelião de oficiais descontentes com a decisão do STF de manter o que previa a Constituição de 1946 no que diz respeito a inelegibilidade de sargentos para órgãos do Legislativo – a rebelião foi considerada como quebra de hierarquia e mais de 500 graduados foram presos; o sentimento anticomunista que alimentava a desconfiança em torno do presidente da República, João Goulart, que inclusive apoiava a luta dos sargentos para ocuparem cargos públicos; o descontentamento com as Reformas de Base, entre essas, as reformas agrária, urbana, educacional e constitucional; e ainda a Doutrina da Segurança Nacional e o apelo das classes dirigentes, dos grandes proprietários rurais, dos industriais paulistas, e mesmo da Igreja Católica direcionado aos militares por uma interferência. Esses fatores levaram à intervenção direta do Exército Brasileiro que desferiu um certo golpe na democracia, depondo o presidente da República e instituindo uma junta governativa militar para aquele cargo, agora vago, do Poder Executivo, no dia 1º de abril de 1964. “O golpe foi saudado efusivamente por uma parte das camadas médias urbanas, capitaneadas por setores da Igreja Católica responsáveis pela realização das caudalosas ‘Marchas da Família, com Deus pela Liberdade’, que precederam, inclusive, a deposição de Jango” (GERMANO, 1990, p. 55).

idealizadores, muitos deles, foram presos e cassados pelo regime (GERMANO, 1990, p. 145)<sup>132</sup>.

Além disso, os que tomaram o poder defendiam a educação privada, o encolhimento da rede pública de ensino e o repasse de verbas públicas a escolas particulares, que ocorreu principalmente por meio de bolsas de estudo e de incentivos fiscais, e que deu margens a esquemas de fraudes e desvios, de modo que a responsabilidade de escolarização seria da rede privada em primeiro lugar, e para isso a educação precisava ser um negócio altamente rentável, ficando a rede pública apenas como uma espécie de suplemento, que era a ideia proposta pelo substitutivo Lacerda nos idos de 1958/1959. A ordem agora era expandir o ensino particular (mormente no nível superior) e ao mesmo tempo soffrear o ensino público.

Mas se a educação pública nacional sofria um golpe impiedoso, de outro lado, florescia um importante experimento pedagógico sob a batuta de um militar. Ney Lobo estava no ILV desde o princípio, e até meados de 1964, ainda estava na ativa do Exército. Seu capital cultural, bem como seu capital social foram cruciais para a construção das características específicas daquele colégio e para a manutenção de seu projeto pedagógico, como veremos no próximo item, e principalmente no próximo capítulo.

### **3.4 Os embates na construção de um projeto pedagógico**

Não sabemos se Ney Lobo participou do processo de concepção do Instituto de Educação Lins de Vasconcellos. Também não encontramos registros de como se deu a sua aproximação com a FEP, e como se tornou professor do ILV. Sabemos apenas que o professor fora convidado por João Ghignone, presidente da federação, para lecionar a

---

<sup>132</sup> Diferentemente dos debates que citamos em torno da LDB, durante o período do Regime Civil-militar os espíritas se mantiveram estrategicamente “neutros”, para não dizer omissos, “preferiram ignorar a ilegitimidade de um governo autoritário e violentamente repressor, a fim de evitar qualquer tipo de problema para as instituições espíritas diante de um Estado ameaçador” (MIGUEL, 2012, p. 25). Por outro lado, “também se pode considerar a omissão ou o silêncio como estratégia de resistência. Se pensarmos o movimento espírita como uma minoria sem forças para resistir ao poder do Estado, esta interpretação faz bastante sentido” (p. 25 – nota). Segundo Miguel: “O único contraponto que encontramos a este posicionamento dos espíritas é, de fato, o MUE [Movimento Universitário Espírita], por se caracterizar como um setor [minoritário] dentre os espíritas que se organizou para reclamar das injustiças sociais e propor abertamente, como solução para estas injustiças, um socialismo cristão calcado, doutrinariamente, no Espiritismo” (p. 25), mas que não teve muita repercussão fora do movimento espírita.

disciplina de Educação Moral e Cívica no Instituto. O fato, contudo, é que ele estava lá, desde 1963, considerado fundador juntamente com toda a turma de professores que iniciou suas atividades naquele ano, mas de sua parte, exerceu papel fundamental na construção da identidade daquela escola.

Ney Lobo ocupou a cadeira de EMC, uma disciplina constante em todas as séries do ginásio naquele colégio, mas ainda foi professor de Filosofia na primeira série colegial, e ao que pudemos pesquisar, também no curso normal promovido pela instituição.

Logo em seu primeiro ano, aproveitando seu capital social e cultural, intentou a criação de um laboratório de estudos parapsicológicos nas dependências do Instituto Lins de Vasconcellos, sob sua direção e sob a aquiescência da FEP, trocando correspondências com o Instituto Argentino de Parapsicologia e com o Dr. Joseph Banks Rhine, então diretor do laboratório de parapsicologia da Universidade de Duke, nos Estados Unidos. Inquieto e pragmático, Ney Lobo almejava realizar algo além das funções de um professor comum. Pierre Bourdieu afirma que “o *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas” (2004, p. 98). A essa altura de nossas análises, é perceptível que o professor tinha como conduta regular a preocupação em realizar suas funções com excelência, de fugir da mediocridade e de dar destaque aos papéis que exercia, onde passasse no curso de sua trajetória<sup>133</sup>.

Ademais, a ideia de se construir um laboratório para estudos científicos, assim como de um gabinete de estudos filosóficos, como veremos mais adiante, é coerente com a proposição do espiritismo como ciência, filosofia e religião. Em suas obras, Allan Kardec coloca a doutrina espírita como uma ciência de observação, que evidenciaria a existência real e concreta<sup>134</sup> do espírito, e formula e testa hipóteses sobre as relações entre

---

<sup>133</sup> Da mesma forma que, quando aos vinte e poucos anos de idade, não se sentira confortável em estar “sobrando” no Exército por não cumprir a função do soldado numa guerra em 1942, que planejou ingressar na Força Expedicionária Brasileira em 1944, que estruturou o 20º Regimento de Infantaria em 1945, e que tinha o “grande plano” de fazer parte do Estado-Maior do Exército, ali também o professor/tenente coronel, embora vivendo um período de maior maturidade intelectual, não desejaria ser apenas mais um.

<sup>134</sup> Como na afirmação: “Até o presente, o estudo do princípio espiritual, compreendido na Metafísica, foi puramente especulativo e teórico; no Espiritismo, é todo experimental” (KARDEC, 1996, p. 79). A pesquisa científica experimental em torno do espiritismo iniciada com Kardec teve continuidade na França com François-Marie Gabriel Delanne, Nicolas Camille Frammarion, Gustave Geley e Eugène Auguste Albert de Rochas d'Aiglun, principalmente, mas também em outros países, como na Rússia com Alexander Nikolajewitsch Aksákow, na Itália com Cesare Lombroso e Ernesto Bozzano, na Inglaterra com William Crookes, William Huggins, Oliver Joseph Lodge, Frederic William Henry Myers e William Fletcher Barrett, na Irlanda com William Jackson Crawford, na Alemanha com Max Dessoir e Johann Karl Friedrich Zöllner, na Polônia com Julian Ochorowicz, dentre outros, desde o final do século XIX ao início do século

os homens e os espíritos, bem como sobre os mecanismos dos fenômenos mediúnicos; mas também como uma filosofia que trata da existência de Deus, da imortalidade da consciência humana, da progressividade evolutiva de todos os seres, e das consequências morais resultantes das relações entre os homens e os espíritos. Desse diálogo entre ciência e filosofia derivariam o sentimento moral e os princípios éticos que caracterizam a religião espírita, a qual tem também a sua faceta de revelação, uma vez que as comunicações atribuídas aos espíritos contêm propostas de teorias teológicas, filosóficas e cosmológicas (INCONTRI, 2001b, p. 34). No entanto, “este conteúdo revelado pelos Espíritos passa pelos critérios da racionalidade filosófica e do referendado científico” (p. 34). Assim, o espiritismo seria “uma revelação divina e científica. Divina, porque coube aos Espíritos ajudar os homens a penetrarem no mundo espiritual. E científica, porque a sua elaboração é fruto do trabalho do homem” (COLOMBO, 2014, p. 41). Para Ney Lobo, tal revelação teve de passar por critérios científicos de validação:

Poder-se-ia estranhar que a Doutrina Espírita, tendo por origem uma revelação de Deus, pudesse rejeitar a autoridade divina como critério de verdade. Sem dúvida, a 3ª Revelação é de origem divina, mas a sua elaboração foi humana, “fruto do trabalho do homem”, e, como tal, “participando da revelação científica” (GE – I, 13, § 1)<sup>135</sup>. (LOBO, 2002e, v. 3, p. 189)

Dora Incontri se expressa da seguinte forma:

Na ciência espírita, como aliás nas ciências humanas em geral, o próprio objeto é sujeito do conhecimento. Mas, neste caso, trata-se de um sujeito transcendente e não apenas um sujeito social ou biológico. Os Espíritos desencarnados revelam-se, explicam-se, contribuem para esclarecer a sua participação no fenômeno mediúnico e os Espíritos encarnados – os homens portanto – pesquisam, indagam, formulam hipóteses, controlam as manifestações. (INCONTRI, 2001b, p. 33)

O historiador Fábio Luiz da Silva salienta que a referência à ciência não foi o único motivo da popularidade do espiritismo em sua época de surgimento, ele teria obtido espaço também graças “a uma longa tradição europeia de crença no sobrenatural” (2005,

---

XX. No Brasil se destacaram Hernani Guimarães Andrade, Jorge Andrea dos Santos, Hermínio Corrêa Miranda e José Herculano Pires, já ao longo do século XX. Fora do meio espírita, outros cientistas de vários países também se dedicaram à pesquisa envolvendo os fenômenos estudados pelo espiritismo (principalmente os mecanismos da mediunidade e os indícios de reencarnação), como Joseph Banks Rhine e Ian Pretyman Stevenson, e mais recentemente Jim Tucker e Antonia Mills.

<sup>135</sup> Ney Lobo cita KARDEC, 1996, p. 18.

p. 27). Já o aspecto religioso do espiritismo talvez tenha ganhado notoriedade por ter colocado Jesus como o parâmetro moral da humanidade (KARDEC, 1998b, p. 222), e por se apresentar como a terceira revelação<sup>136</sup>, dando continuidade ao cristianismo (1998a, p. 41-42). Para a socióloga Cleusa Beraldi Colombo, “o espiritismo pretende se apoiar historicamente na linha judaico-greco-cristã juntamente com a herança céltica, tipicamente ocidental” (2014, p. 40). Já o historiador Sinuê Neckel Miguel é mais enfático quanto ao aspecto religioso do espiritismo:

os termos codificador e codificação (que, por sinal, não são encontrados nas obras de Kardec), utilizados para indicar o papel de Kardec com relação ao Espiritismo e a própria Doutrina Espírita, são altamente significativos na demarcação do Espiritismo como religião. Um código legal é um conjunto sistematizado de disposições legais relativamente a um determinado campo do direito e um código religioso é um conjunto sistematizado de dogmas, de artigos de fé. A rigidez, o caráter de sistema fechado, é característica de ambos. Assim, a “codificação kardequiana” é algo altamente sistematizado e fechado, com o adicional de que a ideia de revelação dos Espíritos superiores tende a reforçar ainda o sentido de perfeição do “código”, por ter origem divina. Ainda que os espíritas não queiram chamar de dogmas os elementos constituintes da sua doutrina, o modo como eles são assumidos possui portanto uma enorme força dogmática. (MIGUEL, 2012, p. 27 – nota).

No que concerne à ideia de sistema fechado e ainda tocando o aspecto religioso, o pedagogo e filósofo Alessandro César Bigheto dá outra interpretação:

Ante os sistemas de pensamento muito inchados, próprios do século XIX, Kardec temia que o espiritismo se tornasse um sistema fechado e dogmático. Pretendia fazer de sua doutrina um conhecimento livre e dinâmico, deduzido da evidência da imortalidade da alma, evidenciado pela mediunidade. (...).

(...)

Tendo partido da posição de cético, usando o método das ciências materialistas, afirmava ter chegado à descoberta da dimensão espiritual do ser. Assim Kardec, embora partilhe da confiança na ciência do século XIX, também critica a ciência positivista, que partia de

---

<sup>136</sup> A primeira revelação teria sido dada por Moisés, consistindo na existência de um Deus único e criador; a segunda teria sido dada por Jesus: a vida futura após a morte, a fraternidade universal (sendo todos os seres humanos filhos do mesmo Deus) e o amor aos semelhantes como a única forma de se alcançar a Divindade. Ao espiritismo, não personificado num profeta, mas por meio de diversos médiuns, teria cabido a terceira revelação, qual seja, a pluralidade das existências corpóreas, a evolução ascendente e a comunicabilidade entre os vivos e os mortos.



pressupostos materialistas e negava à filosofia e à religião o status de formas aceitáveis de conhecimento. Questiona a eficácia e a imparcialidade do método das ciências materialistas, pois os seus fundamentos levariam a causas apenas materiais da realidade. (...), portanto não poderiam chegar a outras causas para explicar a vida e a realidade, que não fossem as físicas. (...).

(...)

Portanto, seria preciso aproximar a ciência da filosofia e da religião.

No seu projeto, além dos aspectos científicos e filosóficos, o espiritismo também teria uma dimensão religiosa. (...).

Entretanto, reconhece que a dimensão religiosa é inata no homem. Portanto, a religiosidade humana é natural, a idéia de Deus e de alma imortal são imanentes. Argumentava que a religião deveria ser emancipada de rituais, hierarquias e dogmas, assim como já propunham Rousseau e Pestalozzi, com a idéia de religião natural, mas não poderia ser jogada na lata do lixo da história. Kardec desenvolve uma concepção ecumênica, escapando dos particularismos e sectarismos, pois entende que a verdade se manifesta em toda parte e que o espiritismo seria a chave adequada para entender o que há de comum nas diversas tradições religiosas. (BIGHETO, 2006, p. 29-31)

Dora Incontri sintetiza a questão da seguinte forma:

Vê-se que ciência, filosofia e religião, encaradas numa perspectiva original, complementam-se para a obtenção de um conhecimento integrado, em que cada um desses métodos de acesso à realidade exerce um controle recíproco sobre os resultados obtidos. A doutrina espírita não se pretende portanto uma filosofia fechada, porque a revelação é contínua e democrática – qualquer um pode ser médium – e a ciência pode obter novas facetas dos fenômenos observados. Outros desdobramentos filosóficos podem surgir a partir das bases lançadas por Kardec. (2001, p. 35)

Em resumo, as bases lançadas por Kardec, ou os fundamentos do espiritismo, são:

1) a existência de Deus como inteligência suprema, causa primária, eterno, imutável, imaterial, onipresente, onipotente, justo e bom; 2) a imortalidade e a progressividade evolutiva dos espíritos, criados por Deus simples e ignorantes, e que alcançarão a felicidade plena ao atingirem a perfeição; 3) a reencarnação<sup>137</sup> como mecanismo através

---

<sup>137</sup> A ideia da reencarnação não é originária do espiritismo, remonta mesmo a Pitágoras. Mas Cleusa Colombo assevera que “a divulgação no ocidente até os dias de hoje, da crença das vidas sucessivas deve-se a Kardec. Quando ele se propunha a estudar os fenômenos espíritos, a teoria da reencarnação já era aceita na França, por vários pensadores mas não popularizada: Dupont Nemours, Charles Fourier, Jean Reynaud,

do qual os espíritos evoluem mantendo a individualidade e exercendo o livre-arbítrio, em variadas experiências impossíveis de serem vivenciadas numa única vida corpórea; 4) a comunicabilidade entre os mortos (dito desencarnados) e os vivos (dito encarnados), por meio de inspirações, sonhos, ou da mediunidade, na qual um espírito comunicante se utiliza de capacidades orgânicas de um encarnado (dito médium), para se fazer compreendido; 5) a existência de uma dimensão espiritual, invisível e pré-existente à material, mas circundante a esta, habitada pelos desencarnados e composta por regiões condizentes com a evolução de grupos de espíritos; e 6) a pluralidade dos mundos habitados, que também evoluem com os seus habitantes, não sendo a Terra o único planeta a comportar a humanidade. Como princípios morais dessa doutrina, são principais o amor a todos os seres, a prática da caridade e a fé racional.

Foram esses fundamentos e princípios que embasaram a atuação de Ney Lobo no ILV e a elaboração de sua filosofia educacional, e nesse sentido, ele defende que o espiritismo

se ocupa de toda a realidade em todas as suas dimensões. Da intimidade do átomo penetra em ascensão, todos os reinos naturais, inclusive o dos Espíritos, culminando em Deus. É até mais abrangente do que qualquer outra filosofia, pois inclui em suas reflexões o plano dos Espíritos, objetivamente, como reais, e não como entes abstratos, de razão ou míticos. Admite a filosofia espírita, as íntimas relações dos Espíritos conosco, os encarnados, e suas manifestações no plano físico, com reflexões especulativas sobre isso tudo, sem prejuízo das experiências científicas correspondentes. (2002d, v.1 p. 43-44)

Mas o laboratório que Ney Lobo coordenaria para tais experiências científicas não vingou como idealizado. Três anos depois, no entanto, em 15 de setembro de 1966, o presidente da FEP constituiu um Grupo de Estudos Espíritas, *para pesquisar as verdadeiras dimensões dos fenômenos da “Parapsicologia”, em face da fenomenologia mediúnica, à luz do Espiritismo* (GHIGNONE, 1966b). Ney Lobo foi designado como coordenador deste grupo e deveria apresentar ao Conselho Diretor da Federação, *o Regimento interno, programas de Estudos e as respectivas Comissões*. O grupo teria à disposição as dependências do ILV, em horários compatíveis com as atividades escolares, e mediante entendimento prévio com o diretor da escola.

---

Henry Martin, Pierre Leroux e outros, os chamados precursores do Espiritismo, aceitavam-na” (2014, p. 35).

Contudo, aquele que um dia quis voar mais alto fazendo parte da cúpula das Forças Armadas, não se acomodaria como simples professor de EMC. Faria da sua cadeira a própria cúpula da escola. Nesses primeiros anos, Ney Lobo propôs a criação de um Sistema de Formação Moral e Cívica<sup>138</sup> no ILV, com a finalidade de “especializar disciplinas e atividades ordenadas diretamente ao fim pedagógico da formação moral e cívica” (LOBO, s/a j, p. 1), sendo que para a sua efetivação algumas ações deveriam ser tomadas, dentre elas a criação de um departamento específico:

com chefia e funcionários, reunindo o Gabinete da Chefia, Secretaria e Arquivo, e Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica. O departamento se impõe pela necessidade de COORDENAR disciplinas e atividades, ESTUDAR e CRIAR técnicas didáticas, SUSTENTAR administrativamente as atividades pedagógicas e SUPERVISIONAR os trabalhos dos professores. (p. 9)

O próprio Ney Lobo se empenhou na efetivação desse plano. Criou, mas não sozinho, entre 1964 e 1965, o Gabinete de Orientação Filosófica (GOF) e o Departamento de Formação Moral e Cívica (DFMC), e se esmerou no planejamento e execução da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica. O Gabinete e o Departamento viriam a ser órgãos executivos mantidos pelo Centro de Estudos Pedagógicos Lins de Vasconcellos, da FEP, um núcleo de estudos com “autonomia administrativa, pedagógica disciplinar e funcional”, localizado nas “dependências ocupadas pelo extinto departamento de educação moral e cívica no edifício do INSTITUTO ‘LINS DE VASCONCELLOS’” (ILV, s/a i, p. 1), com a finalidade de

1a. Manter pesquisas e estudos da CODIFICAÇÃO ESPÍRITA com o objetivo de definir e estruturar uma FILOSOFIA ESPÍRITA DE EDUCAÇÃO que possa servir como diretriz aos estabelecimentos escolares e cursos mantidos pela F.E.P..

2a. Manter pesquisas e estudos que resultem em métodos pedagógicos e técnicas didáticas específicas que possam ser adotadas pelas escolas e cursos da F.E.P. e que visem a formação tanto moral como cívica dos educandos. (p. 1)

---

<sup>138</sup> Há um documento datilografado, sem data e intitulado: “Sistema de Formação Moral e Cívica”, que, pelo conteúdo, levantamos a possibilidade de ser anterior à criação do Departamento de Formação Moral e Cívica, bem como da Sala-Ambiente de EMC, ou seja, deve ter sido escrito no início de 1965 ou antes; e pelo estilo literário, deduzimos que tenha sido redigido pelo próprio Ney Lobo, apesar de não estar assinado.

O professor Roberto Fonseca, então responsável pelo GOF, redigiu uma carta ao escritor espírita Silvino Canuto Abreu, em 24 de setembro de 1965, solicitando a obra *Kardec Pedagogo*, que, de acordo com o senhor João Ghignone e o professor José Jorge (também escritor espírita), seria uma obra muito importante para o estudo no Gabinete, já que seus membros intentavam a sistematização de uma filosofia espírita da educação. Nesta carta, o remetente explica sucintamente o que era o GOF:

O INSTITUTO “LINS DE VASCONCELLOS”, Estabelecimento de Ensino primário e médio pertencente à Federação Espírita do Paraná, sentindo a necessidade imperiosa de imprimir em suas atividades docentes e discentes uma filosofia de Educação coerente com os princípios que esposamos, criou um Gabinete de Orientação Filosófica.

Êste Gabinete é um órgão superior de orientação doutrinária de caráter consultivo. Seus pareceres e propostas apresentados constituem subsídios para decisões ulteriores do Diretor do Estabelecimento.

Seus objetivos são os de infundir, na organização escolar, na vida administrativa e nas atividades pedagógicas as conclusões da Filosofia da Educação extraídas [sic] da codificação de ALLAN KARDEC consolidada nas suas obras fundamentais<sup>139</sup>.

Estando o Gabinete em pauta sob nossa responsabilidade, iniciamos um trabalho de pesquisa, dentro das obras de KARDEC, *no sentido de sistematizar uma Filosofia Espírita da Educação*. (FONSECA, 1965 – grifo nosso).

Em entrevista a Dora Incontri, Ney Lobo disse que o projeto do Gabinete, entregue à direção do ILV, era uma iniciativa *pioneiríssima, e, até hoje singularíssima no panorama escolar mundial. Destinava-se a estabelecer a posição pedagógico-filosófica da instituição como espiritualista* (LOBO, 2001a, p. 4 – grifo no original).

---

<sup>139</sup> Allan Kardec fundou a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, editou a *Revue Spirite* (ou *Revista Espírita*) entre 1858 e 1869, um periódico mensal subtítulo *Jornal de Estudos Psicológicos*; nesse periódico Kardec publicava as pesquisas da Sociedade e de outros pesquisadores, e se permitia fazer ensaios teóricos, debater ideias e responder a questionamentos, deixando para publicar nos livros apenas as teses já suficientemente amadurecidas. As obras que publicou foram: *O Livro dos Espíritos* (1857); *O que é o Espiritismo?* (1859); a segunda edição de *O Livro dos Espíritos* (1860), que foi a que se tornou definitiva; *O Livro dos Médiuns* (1861); *O Espiritismo em sua Expressão mais Simples* (1862); *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864); *O Céu e o Inferno* (1865); *Viagem Espírita em 1862* (1867); *A Gênese* (1868); e *Obras Póstumas* (1890). Consideradas suas obras fundamentais são *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*.

Já o Departamento de Formação Moral e Cívica ficou, possivelmente desde o início, sob a chefia de Ney Lobo, que se encarregou de todos os trâmites para a concretização da Sala-Ambiente Educação Moral e Cívica, à qual o professor se dedicou com afinco.

### 3.4.1 Um primeiro experimento: a Sala-Ambiente de EMC

Nesta época, com a carga horária de 12 aulas semanais e a esposa grávida do seu quarto filho, o professor empreendeu “verdadeira maratona” (desabafada numa de suas cartas ao Diretor do ILV): entre os meses de março e abril de 1965, esteve várias vezes na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, na Secretaria do Governo do Estado e no Gabinete Civil do Governador, a fim de conseguir recursos financeiros para concretizar o projeto; foi ainda à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, ao Tribunal de Contas, à Secretaria do Trabalho e ao Gabinete do Secretário do Governo. Com os recursos angariados, percorreu *fábricas, oficinas, atelieres, casas comerciais, escritórios etc. a fim de encomendar, verificar, acompanhar a preparação visando a que o equipamento da Sala seja o melhor possível e que ainda chegue a tempo* (LOBO, 1965b, p. 2).

Nesse meio tempo, acabou deixando de cumprir com pontualidade as suas obrigações docentes, o que levou o diretor do colégio, o professor Milton Marques de Oliveira, a firmar um edital que foi fixado no *Quadro de Avisos da Sala de Professores*, constando os nomes de três professores, incluindo o de Ney Lobo, que não haviam registrado as notas obtidas pelos alunos no mês de setembro. O edital causou-lhe *amarga decepção*, traduzida numa carta ao diretor, datada de 18 de outubro de 1965:

No dia 8 do corrente, entre 17 e 18 horas, procurei-vos no gabinete, estando presente a Secretária do Colégio, para justificar um provável atraso no registro das notas por dois motivos. Primeiro, pelo acúmulo de encargos que me assoberbavam com a montagem da Sala-ambiente de Educação Moral e Cívica. Segundo, pelo processo altamente laborioso de apuração do rendimento escolar pertinente à técnica que tinha sido desenvolvida em setembro. Esclareci-vos, claramente, que tinha de verificar, um a um, cerca de 2.700 recortes de jornais com notícias sobre as eleições de 3 de outubro último<sup>140</sup>, para que pudesse, criteriosamente, ajuizar o mérito e aproveitamento dos meus alunos.

<sup>140</sup> Refere-se às eleições diretas para governador, senador e prefeito. Informações importantes sobre o pleito podem ser encontradas em BATISTELLA, Alessandro. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. In: *História (São Paulo)*, v. 34, n. 1, Franca-SP, jan./jun. 2015. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742015000100274](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000100274). Acesso em 15 set. 2016.

Tentando concretizar o volume do meu trabalho mostrei-vos, naquela ocasião, oito volumosos arquivos que sobraçava levando para a minha casa, onde, em serão a domicílio pretendia adiantar minha exaustiva tarefa (...).

Essa, todavia, e deve o senhor estar lembrado disso, já era a segunda vez que eu o procurava, expondo as dificuldades em que me encontrava (...).

(...) numa terceira ocasião, quando o senhor me chamara a atenção sobre atraso de registro dos assuntos ministrados em aula, tentei fazer-vos compreender que eu também era humano e suscetível de falhas. (...) O Senhor obstina-se em não considerar a minha sobrecarga não me poupando do cumprimento integral de medidas rotineiras e de segunda ordem, como se não estivesse engajado, de corpo e alma, na missão de dotar o Colégio, que o senhor dirige, de uma instalação pedagógica *que o elevará no conceito público*. (LOBO, 1965b, p. 1-2 – grifo nosso)

Vemos que Ney Lobo tinha a intenção de projetar o ILV na opinião pública. Em seguida, relacionou o que vinha realizando e que justificaria, no seu entender, os atrasos:

Agora acho necessário e muito necessário porque em defesa do meu conceito profissional que o senhor tome conhecimento de tôdas as minhas canseiras e correrias de todos os dias e de tôdas as horas (...). Vão aqui alguns exemplos [de locais visitados no afimco de concretizar a Sala-Ambiente]: (...) tudo num total de 124 diligências. Acrescenta-se ainda, o grande número de pessoas que atendo aqui mesmo no Colégio, nas minhas hipotéticas horas de folga. Tudo isso tenho realizado no meu próprio carro, correndo a gasolina por minha conta, o que não é de se desprezar levando-se em conta que realizei, sem nenhum exagêro, pelo menos 800 km. de percurso em serviço dêste colégio.

(...)

Todavia, com toda a sinceridade confesso que esta carta não ia ser escrita. Tôdas essas desconiderações eu já tinha resolvido relevar de acôrdo com os princípios de tolerância e fraternidade que constituem a pedra basilar da nossa doutrina espiritual. Não desejava também que o grandioso ideal de Lins de Vasconcellos e os gigantescos esforços da Federação Espírita do Paraná para dotar o mundo e a família espírita de uma casa de ensino a altura de nossos postulados, tivesse sua solidez abalada por estremecimento em nossas relações funcionais, responsáveis que somos, ambos e solidariamente, pelo cumprimento de nobre missão pedagógica que o Alto nos confiou. (LOBO, 1965b, p. 2-3)

Justificou, então, porque estava escrevendo aquela carta, correndo o risco de não cumprir com os aludidos *princípios de tolerância e fraternidade*:

(...) No dia 11, às 17 horas, depois de trabalhar sábado e domingo, entreguei na Secretaria, tôdas as relações de graus que de mim eram exigidas pelo edital do dia 9. No entanto, para espanto e nôvo desencanto meu, até o final do expediente do dia 14, lá ainda se achava exposto à extranheza [*sic*] dos meus colegas, professores e funcionários o meu nome como devedor daquelas providências das quais já me desincumbira 3 dias antes. (...). A mesma pontualidade que de nós era exigida faltou àqueles mesmos que a exigiam públicamente de nós.

Sòmente agora, com este fato nôvo, decidi preparar a presente carta, porque êste fato representa a continuidade de uma conduta. (LOBO, 1965b, p. 3)

Por fim, Ney Lobo disse algo que poderia ter encerrado ali a sua carreira docente naquela instituição.

Quero, finalmente deixar bem claro que *não estou me demitindo* de minha missão. Não sou homem de abandonar obras e responsabilidades assumidas. Informo-vos no entanto que *aceito com resignação a demissão* postulando apenas que o edital de demissão esclareça suficientemente que não foi a pedido. Sòmente assim posso me afastar com serenidade de consciência, de que não abandonei a missão, de que CUMPRI COM O MEU DEVER. (LOBO, 1965b, p. 3 – grifos nossos)

Difícil dizer se Ney Lobo teria realmente a intenção de deixar a escola, ou se o aceite de uma possível demissão seria um blefe, uma vez que sua pessoa era tida em alta conta pelo presidente da federação, que havia lhe dado carta branca (de certa forma) tanto para a coordenação do Grupo de Estudos Espíritas, quanto para a construção da Sala-Ambiente de EMC, já que esse tipo de decisão deveria passar pelo Conselho Diretor da FEP. Ou seja, existe tanto a possibilidade de ter dito que aceitaria uma demissão, sabendo que provavelmente não seria demitido, quanto de que humildemente aceitaria uma arbitrariedade. Mas Ney Lobo não fora demitido dessa vez.

Os preparativos da Sala-Ambiente continuaram, e a inauguração estava prevista para o final de novembro, com a presença de representantes políticos, do corpo docente e discente e de visitantes. Ney Lobo esboçou um programa para a solenidade, solicitando, em carta de 5 de novembro ao diretor, também providências nesse sentido (LOBO,

1965c), esclarecendo estar sobrecarregado com os preparativos da sala, contando com a ajuda do professor Roberto Fonseca, e que o programa era de responsabilidade da direção.

A execução desse projeto tinha também a intenção de promover o ILV, assim como a FEP, no sentido de *consolidar o prestígio e situação econômica de uma casa de ensino que luta para se firmar na constelação dos colégios do Paraná* (LOBO, 1965c). Isto é, para além dos fins pedagógicos, havia também a intenção de se criar um diferencial que elevasse o ILV à condição de “estrela” no campo educacional.

O conteúdo da disciplina de EMC costumava ser meramente informativo e doutrinante, mas o intuito da Sala-Ambiente era justamente a promoção de práticas e vivências por meio da interação entre os alunos, de modo a escapar do exclusivismo das explicações, e problematizar a moral e o civismo. O professor a isso alude fazendo menção à *escola ativa*: “Se o fim último do Sistema é a mudança do comportamento moral e cívico, serão muito próprios os métodos ativos, pela vivência dos problemas éticos e cívicos, o que implica numa articulação com os processos expositivos” (LOBO, s/a j, p. 2); em seguida, diz que “as contribuições da Psicologia Genética impõem a gradação dos processos e técnicas de acordo com a evolução psíquica dos educandos” (p. 2); e com relação à necessidade de interação, salienta:

Cumpra à Escola multiplicar as oportunidades de convívio para reforçar a sociabilidade como um dos traços distintivos da natureza essencial do homem. Ainda, só pela convivência pode o homem exercitar o seu caráter. Não tem sentido, portanto, uma educação moral que não se concretize através de uma dinamização dos fatores de interação. (p. 3)

Em outro documento, sobre os objetivos, os métodos e outros detalhes funcionais do Departamento de Formação Moral e Cívica, explicita:

A educação Moral e Cívica no Instituto “Lins de Vasconcellos”, orientada através de um Departamento de Educação Moral e Cívica, vem sendo cultivada desde o ano de 1963, ministrada sistemática e assistemáticamente, abolidas por ineficientes as aulas expositivas e verbais sobre moral e civismo antigamente catalogadas sob a epígrafe de “Instrução Moral e Cívica”; mas, sim através dos preceitos da Escola Ativa e pela vivência de problemas éticos. (ILV, s/a c)

Com esses objetivos, a sala foi enfim inaugurada no dia 26 de novembro de 1965. Ney Lobo contou alguns detalhes sobre a montagem, a inauguração e as atividades dessa



sala, enfatizando a sua significância, ao relatar a presença de representantes políticos durante a inauguração, bem como as técnicas educacionais desenvolvidas naquele ambiente e os livros que resultaram dessa experimentação:

Foi montada essa sala, consumindo nessa montagem um ano do nosso tempo. A qual foi visitada pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura [professor Flávio Suplicy de Lacerda] e pelo Secretário de Educação do Estado [professor Véspero Mendes], que presidiu à sua inauguração. Nesse ambiente, foram criadas e desenvolvidas “Vinte Técnicas de Educação Moral e Cívica” para as séries 5ª a 8ª [na época, 1ª a 4ª do ginásio], com duas Sessões de Trabalho semanais. Excluída qualquer verbalização ou lição de moral ou de civismo. Dessa experiência, resultaram três livros de Educação Moral e Cívica de nossa autoria<sup>141</sup>, editados em São Paulo e distribuídos por todo o Brasil. Recursos para a montagem da sala: obtidos pessoalmente com o Governador do Estado [o então coronel Ney Braga<sup>142</sup>]. (LOBO, 2001a, p. 4)

Através da Portaria nº 37, o diretor Dr. Milton Marques de Oliveira agradeceu ao professor Roberto Fonseca pela colaboração, assim como aos demais professores, funcionários e discentes. Mas particularmente louvou e elogiou Ney Lobo, na condição de chefe do Departamento de Formação Moral e Cívica, pelo empenho com que se dedicou ao planejamento e execução do projeto, ensejando que o ILV “se projetasse não só no âmbito da comunidade a que serve, como, também, fora dela” (OLIVEIRA, 1965b).

Parecia que diretor e professor haviam, enfim, se entendido, mas o clima festivo entre ambos não durou muito tempo.

---

<sup>141</sup> Técnicas Modernas de Educação Moral e Cívica, 1973; Curso Integral de Educação Moral e Cívica, 1974; e Educação Moral e Cívica – 5ª série, 1974.

<sup>142</sup> É possível que Ney Lobo tivesse tido contato não apenas com Ney Braga. “Em janeiro de 1962, o coronel Ernesto Geisel, que ocupava os cargos de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, assumiu o comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria, sediada em Curitiba, e o comando interino da 5ª Região Militar, cargos que deixaria em setembro do ano seguinte. Enquanto servia em Curitiba, Geisel estabeleceu laços de amizade e relações políticas com o governador Ney Braga, apesar das posições assumidas por este [legalista constitucional e a favor das reformas de base na época, posteriormente foi também contra o AI-5 quando Senador]” (BRAGA, s/a). Assim como Ney Braga talvez fizesse parte da rede de sociabilidade de Ney Lobo, podemos supor que este também tenha travado contato, ao menos no campo profissional, com Geisel, em vista dos serviços militares no Paraná e da amizade deste com o então Governador do Estado.

### 3.4.2 A primeira demissão

Desentendimentos que já vinham ocorrendo, não apenas com o diretor, mas também com o orientador pedagógico, levaram Ney Lobo a pedir demissão pela segunda vez em dois meses, em 13 de dezembro daquele ano de 1965. Na carta de demissão, dizia Ney Lobo:

1. Tendo em vista o conteúdo de nosso contacto pessoal de hoje sôbre o incidente havido entre mim e o Orientador Pedagógico dêste Colégio, e, principalmente, as palavras por vós transmitidas do Sr. Presidente da Federação Espírita do Paraná, *o qual teria considerado não desejável a minha permanência nêste Colégio*, e ainda mais, as vossas próprias palavras de que *seria necessário “alijar alguns tripulantes para que o barco não viesse a soçobar [sic]” caso se efetivasse a ameaça de uma sindicância a ser aqui instaurada pela Federação*, sirvo-me da presente para apresentar a minha renúncia às funções que exerço nesta Casa. (LOBO, 1965a – grifos nossos)

De acordo com o entendimento de Ney Lobo, João Ghignone não desejaria mais a sua presença na instituição. Palavras do diretor. E haveria ainda a ameaça de uma sindicância, por alguma irresponsabilidade cometida pelo professor. Também palavras do diretor. A resposta deste não se fez esperar: no dia seguinte, a direção do colégio lhe expediu dispensa e aviso prévio (OLIVEIRA, 1965), a iniciar-se no dia 15 de dezembro.

Há um manuscrito sem data intitulado “Traços do Caráter do Prof. Milton Marques de Oliveira”, com a caligrafia de Ney Lobo, em que este relacionava, em forma de tópicos, acusações contra o diretor<sup>143</sup>. O que percebemos é que o professor guardava mágoa pela demissão, que julgava ter ocorrido *por motivo fútil e irrelevante*, a despeito *de tantos serviços prestados* e com a conseqüente paralização de *todo o trabalho realizado no Dep. de EMC e no Gab. de Or. Fil.* (LOBO, s/a f). Apesar do pedido ter partido dele mesmo, dizia fazer isso pelo bem da escola e não por desejo de sair. É possível que a convivência entre professor e diretor tivesse ficado insustentável.

Mesmo cumprindo aviso prévio, os desentendimentos continuaram. Em carta de 13 de janeiro, Ney Lobo reclamava ao diretor que as portas de vidro que lhe davam acesso ao DFMC, permaneciam *fechadas desde acerca de 15 dias impedindo assim o meu acesso*

---

<sup>143</sup> O manuscrito de seis páginas parece não ter sido enviado a ninguém; temos a impressão de que se tratava de notas mentais.

*aos meus locais de trabalho nos horários fora do expediente normal* (LOBO, 1966b). O que nos leva a acreditar que tanto não deveria ser fácil lidar com o temperamento de Ney Lobo, detalhista, convicto de seus ideais, e dificilmente demovível de uma opinião, como ao mesmo tempo parecia haver certa perseguição por parte do diretor, algo que Ney Lobo comentou no manuscrito citado.

Durante o cumprimento do aviso, o senhor Ghignone chamou Ney Lobo à sua residência, onde e quando o convidou a permanecer colaborando no Instituto. O professor, em carta de 22 de janeiro de 1966 àquele, dizia ter concordado em ficar por dever moral:

1º - Com o Alto junto ao qual me sentia compromissado; 2º - Com a sua pessoa [Ghignone], batalhador incansável da Seara do Mestre e pelo respeito que lhe voto; 3º - Com as autoridades públicas junto as quais me empenhei arduamente para granjear os recursos financeiros para montagem do Departamento de Educação Moral e Cívica; 4º - Com o povo do Paraná mais particularmente os contribuintes de impostos como fontes primárias dos recursos obtidos. (LOBO, 1966d, p. 1)

Num outro manuscrito (também sem data) intitulado “Entendimento com o Sr. Ghignone”, igualmente em forma de tópicos<sup>144</sup>, Ney Lobo dizia acreditar que estivesse *faltando alguma providência para resguardar* a sua permanência no ILV; lembrava que o diretor Milton de Oliveira haveria *mentido* sobre o presidente da FEP não mais desejar a sua permanência na escola, pois o próprio presidente havia negado que o teria dito; criticava *o excesso de poder e de autoridade (...) nas mãos de um só homem falível*, que o estava utilizando de maneira autocrática; expunha que o senhor Ghignone haveria dito que se *poderia desenvolver todo aquele grandioso plano de Filosofia Espírita da Educação e de Ed. Moral e Cívica*, ou seja, havia autorizado o desiderato; e por fim propunha como solução aos impasses, a *ampliação das atribuições do Conselho de Ensino*, a *autonomia* do DFMC e do GOF, e a *nomeação de um Diretor Geral do I.L.V.* (LOBO, s/a e). Estaria Ney Lobo se propondo a assumir o cargo sugerido? Ainda que não fosse o objetivo, estavam ali os germens da direção colegiada que viria a implementar.

O tempo previsto pelo aviso prévio, no entanto, se exaurira, e Ney Lobo submeteu ao diretor do ILV uma carta no dia 22 de janeiro, lembrando que o prazo de trinta dias havia se esgotado para o seu afastamento definitivo, solicitando providências quanto à

---

<sup>144</sup> Assim como o manuscrito anteriormente citado, este parecia se tratar de notas mentais para a sua conversa pessoal com o presidente da FEP, ou para a carta que o enviou.

sua dispensa, e declarando que desistia *de qualquer direito ou indenização relativos* (LOBO, 1966e). Na mesma data, como aludido, escreveu ao presidente da federação, explicando porque não mais poderia continuar contribuindo com o colégio, como havia concordado, sem a garantia de que o aviso prévio fosse cancelado. Julgamos importante reproduzir boa parte desta carta, pelos detalhes autobiográficos esclarecedores:

Recordo, que em sua residência e a seu chamado concordei em permanecer colaborando com o Instituto, (...).

Todavia, confesso que supus, como era legítimo supor, que das instruções dadas pelo Sr. ao Diretor do Colégio resultasse a retirada oficial do documento que me demitia e fixava trinta dias improrrogáveis para o meu afastamento definitivo do Colégio.

(...) Hoje, já ultrapassado o prazo [*sic*] de trinta dias, já não me cabe nenhuma liberdade de opção a não ser a de me conformar com aquela humilhante e descaridosa demissão.

Esprei até agora frequentando [*sic*] assiduamente o Colégio, tentando cumprir os meus deveres em torturante situação de constrangimento. Não me passava pela cabeça que o Diretor pudesse contrariar a orientação do Presidente da Instituição mantenedora do Instituto.

(...)

Sabia êle [o diretor] que eu não poderia permanecer no Instituto sem a retirada do Aviso, (...). Como iria encarar os seus alunos um professor que, demitido oficialmente, com papel passado e firmado, teimando em, assim mesmo, permanecer agarrado ao seu cargo?

(...)

(...) Sr. Ghignone, acredito não ter eu mais nenhuma condição moral para permanecer conforme me comprometi na sua residência porque **NÃO ESTOU ME DEMITINDO. FUI DEMITIDO**, pelo professor Milton em flagrante desrespeito ao que fôra acertado com-vosco [*sic*]. Creio assim, que permaneci fiel ao compromisso que assumi com o Sr..

(...)

Ainda agora, estão sendo elaborados e distribuídos como consumados o regimento interno do Colégio Lins de Vasconcellos e projeto do regimento do Instituto<sup>145</sup> e ainda estudado o currículo do Curso Normal, *totalmente à margem do gabinete de Orientação Filosófica que tem como uma de suas funções a de emitir parecer sobre regimentos e currículos. A Educação Moral e Cívica está para ser transformada pelas novas normas, em mera prática educativa. Se isso se efetivar*

---

<sup>145</sup> Não encontramos documentação que explicasse a diferenciação entre Colégio Lins de Vasconcellos e Instituto Lins de Vasconcellos.

*constituirá um rebaixamento da disciplina que mereceu a criação de um Departamento Próprio e que, segundo palavras emitidas em varias ocasiões, junto a autoridades visitantes, seria o eixo de todo o sistema curricular.* Perante êsses fatos em que situação ficamos nós, professor, diretor, Presidente da Federação Espírita. Perante os conselheiros da F.E.P. fizemos uma exposição dos objetivos e métodos do Gabinete de Orientação Filosófica e do Departamento de Educação Moral e Cívica. Perante autoridades fizemos identica exposição no Salão Nobre do Instituto por ocasião da inauguração da sala ambiente. Artigo e reportagem rescentemente [*sic*] publicadas pelo jornal “Mundo Espírita” expõem a sistemática adotada. Mas em que situação ficamos nós quando os fatos não correspondem às palavras?

(...)

(...) *Elaborei como uma modesta contribuição pessoal a ser proposta ao presidente da Federação, novas instruções que regulassem o funcionamento do Conselho de Ensino e que desse autonomia ao Departamento de Formação Moral e Cívica os quais junto em anexo a esta carta [não encontramos os anexos].* Creio que tal proposta depois de aperfeiçoada teria o mérito de garantir um trabalho digno, democrático e em equipe. Possibilitaria também o anseio de muitos de ter uma maior participação nos destinos desta casa.

Finalmente, Sr. Ghignone, ao me despedir quero aqui deixar registrados os meus mais sinceros agradecimentos a sua pessoa pelo muito que recebi em estímulo, tolerância, compreensão e cortezia [*sic*]. (...)

(...)

(...) *Cumpri o meu dever até a exaustão de minhas forças psíquicas e morais. NÃO ME DIMITI, NÃO DESERTEI DE MINHA MISSÃO.* Por isso, as responsabilidades espirituais se transferem da minha para outras consciências. Dai a minha serenidade.

Deus me proporcionou excelentes oportunidades de servir as gerações mais novas e à nossa tão querida Doutrina Espírita. Procurei aproveitar ao máximo essas oportunidades agora arrancadas de minhas mãos. (...)  
(LOBO, 1966d – grifos nossos)

Os trechos grifados acima demonstram a anterioridade das intenções de Ney Lobo quanto a tornar a EMC um centro de gravitação para as outras disciplinas, ao mesmo tempo em que procurava criar um ambiente de maior vivência democrática.

Muito provavelmente houve alguma orientação da FEP à direção da escola no que diz respeito à permanência de Ney Lobo, pois daí a dois dias, escrevia o diretor: *Face ao entendimento verbal havido entre nós, solicito de V.S<sup>a</sup> a devolução do Aviso Prévio, que*

*lhe foi expedido em 14 de dezembro de 1965 (OLIVEIRA, 1966). Não foi dessa vez que Ney Lobo deixaria o ILV. Na verdade, ali começava a sua escalada rumo à Direção.*

### **3.4.3 A escalada de professor a diretor**

De imediato, como chefe do GOF e ainda do DFMC, no dia 2 de fevereiro de 1966, ele escreveu ao diretor do ILV:

1 – Solicito vossas providências no sentido de que seja efetivada em tempo útil o dispositivo do Regimento Interno do Gabinete de Orientação Filosófica já devidamente aprovado, que determina o processo para *infundir em tôdas as disciplinas os fatores de natureza moral, cívica e espiritual*. O processo imposto que visa, em última análise, promover a participação de todos os professôres no objetide [*sic* – talvez fosse “objetivo de”] *educação integral dos alunos*, estabelece reuniões com as diversas sessões de ensino para a busca em comum das técnicas que concretizem êsses objetivos.

2 – Considerando que *a educação moral e cívica dos educandos visa a formação de hábitos sadios* e que êsses só podem ser conseguidos se as práticas forem desenvolvidas num ritmo adequado, isto é, *constante e intenso, proponho a elevação do número de aulas semanais de Organização Social e Política (Educação Moral e Cívica)* para 4 semanais (1a. e 2a. séries ginasiais) e 3 semanais (3a. e 4a. séries) e ainda 2 semanais (Curso Normal)<sup>146</sup>, independentemente das horas destinadas especificamente à Organização Social e Política, parte teórica. Uma das aulas proposta acima inclui a formação moral do adolescente através da disciplina, cuja instalação será proposta em documento à parte, sôbre *estudo comparado das religiões*. (LOBO, 1966c – grifos nossos)

A ideia de Ney Lobo, que já vinha sendo desenvolvida juntamente com outros professores, era de fato tornar a cadeira de EMC uma fonte a irradiar para todas as demais as luzes da moral, do civismo e da espiritualidade, no sentido da *formação de hábitos sadios*, com atividades mais práticas que teóricas. Importante ressaltar que apenas em 21 de março de 1966 foi publicado o Decreto nº 58.023, assinado pelo Presidente Castelo Branco e pelo ministro da educação e cultura Pedro Aleixo, que dispunha sobre a educação cívica no país. O decreto, em seu artigo terceiro preconizava:

---

<sup>146</sup> Ney Lobo cita o recém-criado Curso Normal, de modo que o ILV promoveria os ensinos primário, ginásial, colegial e normal.

Art. 3º - A formação cívica processa-se obrigatoriamente na escola, como prática educativa, mediante atitudes frequentes [*sic*] que lhe assegurem a continuidade e contribuam para a consolidação dos hábitos e ideais que ela colima. Deve ser praticada em todos os graus de ensino e ser preocupação dos professôres em geral e, especialmente, daqueles que, em virtude de suas áreas de ensino, tenham com ela conexão, como linguagem, geografia, história, música, educação física e desportos, artes plásticas, artes industriais, teatro escolar, recreação.

Parágrafo único. O Diretor da escola, ou um coordenador, especialmente designado, responderá pelas iniciativas e oportunidades que assegurem a prática da educação cívica. (BRASIL, 1966 – grifo no original)<sup>147</sup>

Ou seja, a Lei, posterior ao Regimento Interno do GOF, propunha exatamente a formação de hábitos por meio de “prática educativa” em “todos os graus de ensino”, além de a educação cívica fazer parte de todas as disciplinas que “tenham com ela conexão”. E ainda, o diretor ou um coordenador deveria se responsabilizar pelo seu cumprimento. Ney Lobo já havia assumido esse papel, embora não entendesse a educação cívica e moral como *mera prática educativa* (LOBO, 1966d, p. 3), mas como o centro orbital e objetivo final de todo o ensino naquela escola. O texto do Decreto foi protocolado no ILV no dia 14 de abril e encaminhado ao Departamento de Formação Moral e Cívica no dia 25.

Ademais, Ney Lobo propunha também o *estudo comparado das religiões* (LOBO, 1966c), como parte da educação moral e cívica. Os pareceres e projetos sobre o *Conselho de Ensino* e o *Ensino Religioso* foram enviados por meio do GOF à Direção do Instituto e à Presidência da FEP para apreciação no dia 8 de fevereiro (LOBO, 1966f). Não dispusemos desses pareceres e projetos, mas por meio do Ato nº 1/66, de 28 de fevereiro, a entrar em vigor em 1º de março, a Comissão Administrativa do Instituto Lins de Vasconcellos aprovou, *ad referendum* do Conselho Deliberativo da FEP, o Regulamento do ILV, elaborado por comissão designada pelo mesmo Conselho, com os capítulos sobre o Conselho de Ensino e o Ensino Religioso (REIS; MARTINS; KAFKA, 1966).

A comissão, composta por Daniel Borges dos Reis (presidente), Francisco Alceu O. Martins (secretário) e Lúcio Kafka (tesoureiro), também designava Antonio Dias para assumir a Direção Administrativa do ILV (acumulando este cargo com o de tesoureiro). Em uma carta de 11 de junho de 1966 do Conselho Diretor e de Ensino à Comissão

---

<sup>147</sup> Vale dizer que o Decreto não obrigava o ensino da disciplina de EMC.

Administrativa, encontramos a assinatura de Ney Lobo como um dos conselheiros. Ao que pudemos depreender dos documentos analisados (planos, cartas, ofícios, portarias, atos, atas de resultados de exames finais, certificados de conclusão de cursos, etc.), mormente um intitulado “Reestruturação da Direção do Instituto Lins de Vasconcellos” (sem data, mas cujo conteúdo sugere ser desse período), a escola era administrada naquele momento por uma Comissão Administrativa da FEP (CA), submetida ao Conselho Deliberativo da FEP, tendo como um dos membros o Diretor Administrativo, e por um Conselho Diretor e de Ensino do ILV (CDE), composto por um Diretor Geral, dois Subdiretores Executivos, e dois professores espíritas militantes. O CDE seria o órgão supremo de direção do ILV (um colegiado, portanto) para assuntos pedagógicos e disciplinares, mas subordinado à CA da FEP (ILV, s/a f).

Encontramos uma proposta, datada de 6 de abril de 1966, e assinada por Ney Lobo, de oficialização do Departamento de Formação Moral e Cívica. Isso nos leva a crer que, embora funcionando, o aludido departamento talvez não constasse no organograma da instituição, tanto que Ney Lobo não somente pedia a sua nomeação oficial para a direção do departamento, como estabelecia a remuneração, “a mesma atribuída ao Departamento de Orientação Pedagógica” (LOBO, 1966h), e o horário de funcionamento, das 7h30 às 12h, de segunda a sábado; solicitava ainda que suas aulas fossem distribuídas a outros professores, “com excessão [*sic*] das aulas de Filosofia (...)”, e relacionava os encargos do departamento:

1. Estruturar as técnicas pedagógicas de Educação Moral e Cívica.
2. Presidir as reuniões periódicas com outros professôres do Departamento para fins de coordenação e orientação.
3. Planejar tôdas as atividades do ano letivo e acompanhar a sua execução.
4. Emitir parecer sôbre os planos de curso de tôdas as disciplinas, visando orientá-las na direção da formação moral e cívica dos educandos.
5. Organizar, instalar e supervisionar o clube de escotismo.
6. Organizar, instalar e orientar o TRIBUNAL ESCOLAR.
7. Dirigir a técnica de acompanhamento.
8. Administrar a Sala-Ambiente e demais dependências do Departamento. (LOBO, 1966h)



Não sabemos se essa proposta foi de todo acatada. Uma carta de 8 de novembro atesta que ele passou a receber remuneração relativa às funções que exercia no Gabinete e no Departamento, contudo outra carta de 10 de dezembro ao Diretor de Ensino já nos denuncia que Ney Lobo continuou lecionando, possivelmente as aulas de Filosofia, mas também substituiu colegas em outras disciplinas.

Um documento de 3 de maio, assinado por Ney Lobo como Chefe do DFMC, e aprovado pelo professor Roberto Fonseca como Sub-Diretor Executivo, intitulado “Instruções para a Utilização da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica” (ILV, 1966b), relacionava as funções dos alunos “monitores”<sup>148</sup> (“um rapaz e uma moça” nomeados pelos professores), como se daria o acesso à sala pelas turmas (“em silêncio e sob a responsabilidade dos monitores, mantendo-se separadas por sexo”), a verificação de presenças, a retirada das turmas, e as responsabilidades de professores e alunos quanto à utilização da Sala-Ambiente, bem como outras providências e instruções.

O detalhismo do documento sugere a existência de rotinas e rituais quase militares<sup>149</sup>, como por exemplo o item 2.3: “Mediante ordem do professor a turma avança para a Sala-ambiente, primeiro as moças e depois os rapazes” (p. 1); além do item 2.5: “Os alunos ao entrarem dirigem-se às respectivas mesas de trabalho e aí permanecem em pé aguardando o sinal do professor para sentarem, o que deverá ser feito em silêncio e sem arrastar as cadeiras” (p. 1); o item 4.1: “Três minutos antes do toque o professor manda os alunos catarem todos os papéis ou detritos existentes nas imediações das respectivas mesas de trabalho” (p. 2); e o item 6.7: “Os alunos só devem levantar quando se verificar a presença do Diretor Geral, Sub-Diretor Executivo ou visitantes” (p. 3); dentre vários outros. Já o item 6.3 deixa entender que Ney Lobo não era o único professor de EMC na escola: “Cada professor de Ed. Moral e Cívica deverá possuir uma chave da Sala-ambiente” (ILV, 1966b, p. 2).

---

<sup>148</sup> Tivemos posse de um documento datado de 13 de maio de 1966 do Gabinete da Direção aos Monitores de Turmas com determinações a respeito da manutenção da disciplina e higiene das salas de aulas. O documento foi assinado pelo professor Roberto Fonseca como Sub-Diretor Executivo. Ao que pudemos depreender, todas as turmas tinham monitores. Outro documento de mesma data, assinatura e procedência, e a respeito do mesmo assunto, foi dirigido aos professores com outras solicitações.

<sup>149</sup> Ao estudar alguns detalhes a respeito do Colégio Militar de Curitiba, onde Ney Lobo atuou entre 1959 e 1964, podemos perceber que ele incorporou certas práticas ritualísticas antes e durante sua gestão no ILV. Voltaremos a esse assunto. Para maiores detalhes sobre os rituais militares no CMC, indicamos a leitura de VIANNA, 2001.

Na já aludida carta de 10 de dezembro de 1966, o professor dizia-se decepcionado por verificar um desconto em sua folha de pagamento do mês de novembro relativo à falta de uma aula. Justificava que havia faltado contra sua vontade e participado os motivos ao diretor de ensino, que teria acolhido suas razões, mas não tomara providências a respeito. No desenrolar da missiva, dizia ser um professor assíduo e que havia tido uma única falta no semestre, sofrendo sanções por isso (ainda que o valor financeiro, segundo o próprio, fosse ínfimo: Cr\$ 2.240,00), enquanto outros professores conseguiam o abono de até 11 faltas num mês. Destacou que, por conta do afastamento de dois professores, assumiu 45 aulas mensais desde meados de setembro, sem exigir remuneração e mantendo os encargos nos departamentos que dirigia. Por fim, calculou o quanto fez a instituição economizar: Cr\$ 228.480,00.

O interessante não é tanto o quanto Ney Lobo sentiu-se desvalorizado, mas que para fazer o cálculo acima, ele escreveu: *Deduzidas, naturalmente, as aulas de Doutrina Espírita* (LOBO, 1966a, p. 2). Isto é, havia aulas de espiritismo na escola? Não encontramos material que afiançasse se essas aulas se constituíam numa disciplina obrigatória, ou optativa, ou se fazia parte do estudo comparado das religiões (assim como não sabemos se esse estudo comparado era uma disciplina isolada ou atividades da EMC), ou ainda se tais aulas se tratavam de aulas extracurriculares. Um ex-aluno que entrevistamos salientou que *apesar de [o colégio] ser mantido pela fundação espírita não tínhamos aulas de religião* (DE LUCA, 2014), outro ex-aluno dizia não se recordar se teve aulas de religião (MUNHOZ, 2014). Enfim, não consta, em qualquer dos documentos que tivemos em mãos para análise, uma disciplina com este teor, o que nos leva a acreditar que se tratasse de conteúdo extracurricular, não formalizado e possivelmente facultativo, motivo pelo qual Ney Lobo utiliza o termo “naturalmente”; quer dizer, não poderia mesmo ser precificado.

Já quanto ao estudo comparado das religiões, Ney Lobo afirmou, embora talvez estivesse se referindo também ao período em que geriu a escola, que

O corpo discente do Colégio era heterogêneo no ponto de vista confessional, com a maioria maciça de 80% de católicos. Tal circunstância vedava qualquer ensino religioso específico, incluindo a Doutrina Espírita. Havia pequenos percentuais de evangélicos, islâmicos e de espíritas.

Todavia, sentíamos a necessidade de, pelo menos, manter a formação religiosa dos alunos, qualquer que fosse a sua crença. Idealizamos,

então, uma nova disciplina curricular, que denominamos de “*Estudo Paralelo das Religiões*”. Constituindo em desenvolver um programa temático seqüencial. O educador marcava um tema para cada Sessão de Trabalho<sup>150</sup>. Os alunos estudavam a domicílio cada tema no ponto de vista de sua confissão, e elaboravam um relatório. Na Sessão de Trabalho seguinte, o educador convidava de 5 a 8 alunos para lerem o seu relatório; digamos, 3 católicos, 2 evangélicos, 2 espíritas, 1 islâmico. Concluídas as leituras, que eram ouvidas por toda a turma, encerrava-se a sessão, vedada qualquer crítica, comentário, comparação ou debate. Novo tema era estabelecido para a sessão seguinte, e assim por diante.

Resultado: cada educando tomava conhecimento de outros posicionamentos religiosos diferentes do seu. Quanto às comparações, se processavam no íntimo indevassável de cada um, sem exteriorizações. Objetivo geral: 1. Cada um conhecer melhor e mais racionalmente sua própria fé; 2. Motivar o respeito às religiões dos outros pela extirpação dos preconceitos e deturpações maliciosas e antifraternas. Só com esse objetivo bem limitado e conduzido com muita prudência e isenção poderia o educador se pronunciar. (LOBO, 2001a, p. 5)

Em todo caso, presumimos que nem tudo tenha se concretizado como práticas no que diz respeito às estratégias de permear a escola de moralidade, civismo e espiritualidade, com embasamento numa filosofia educacional espírita em elaboração. Percalços aconteceram no trajeto. Isso se pode deduzir de uma resposta de Ney Lobo dada a Dora Incontri a respeito da orientação pedagógica da escola anteriormente à sua gestão:

a escola não se pautava por nenhuma orientação pedagógica ou filosofia de educação. Todos os problemas eram resolvidos empírica e pragmaticamente. A improvisação regia todas as atividades. Era uma escola como outra qualquer, burocratizada e convencional. (LOBO, 2001a, p. 4)

Quer dizer, de acordo com a afirmação de Ney Lobo, apesar dos esforços empreendidos pelo GOF e pelo DFMC, as atividades eram realizadas sem planejamento e sem *orientação pedagógica ou filosófica*. Não obstante, as orientações existiam, e não tão convencionais assim pelo que vimos até aqui. Além disso, no final de 1966, a escola

---

<sup>150</sup> As Sessões de Trabalho substituíram as aulas convencionais durante a gestão de Ney Lobo, como veremos adiante, mas a ideia do estudo comparado (ou “paralelo”) das religiões remonta a um período anterior. No entanto, segundo o professor, *o Estudo Paralelo das religiões foi mandado suspender*, o que ele considerava como resultado do *estado de atraso cultural de alguns segmentos do movimento espírita do Brasil* (LOBO, 2001a, p. 8).

estava, de acordo com Ney Lobo (1966g, p. 1), prestes a alterar bastante o caminho (não convencional, diga-se) que vinha se esboçando no sentido daquelas estratégias.

Haviam sido encaminhados para a *Inspetoria Seccional de Curitiba* os currículos adotados pelo diretor de ensino para o próximo ano letivo, que, no entendimento do professor, poderiam pôr a perder todo o esforço empreendido até ali, na efetivação dos objetivos pedagógicos delineados pelo GOF e pelo DFMC. Assim ele se expressou, em carta ao diretor datada de 8 de novembro de 1966, na intenção de registrar oficialmente um parecer e não pecar por “omissão funcional”:

Compulsando o documento, de imediato ressalta a mudança total dos objetivos educacionais do INSTITUTO “LINS DE VASCONCELLOS” que, *de espiritualistas, são rebaixados ao terreno material da mera profissionalização*. Todo o trabalho de três anos de *pesquisas diuturnas e inofridas do Gabinete de Orientação Filosófica* perderam seus objetivos. A Formação Moral e Cívica, que tinha o caráter de centro de gravitação de todo o currículo, *conforme os postulados da CODIFICAÇÃO ESPÍRITA DE ALLAN KARDEC*, foi reduzida, numa viragem inopinada e surpreendente, a mera prática educativa subalterna e subsidiária. Nas terceiras e quartas séries ginasiais foi mesmo totalmente substituída por práticas manuais. A DOCTRINA ESPÍRITA está ausente. A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO para o curso Normal não teve tratamento definido e destacado como merecia. Enfim, tudo que se expos em inúmeras ocasiões *a visitantes e autoridades*, provocando entusiasmo e encômios, mas principalmente a esperança tão acarinhada de ver, a família espírita do Brasil, *a definição e aplicação de uma tão esperada FILOSOFIA ESPÍRITA DE EDUCAÇÃO*. Foram apenas sonhos e fantasias pedagógicas para impressionar visitantes. *Essa responsabilidade a mim me cabe*. Sinto, todavia, o pesar de ter envolvido nela as altas credenciais do Presidente da Federação Espírita do Paraná e da Comissão Administrativa, que, como eu, acreditavam que se pudesse penetrar tôdas as atividades do INSTITUTO das conclusões da DOCTRINA ESPÍRITA válidas para o campo pedagógico. (LOBO, 1966g, p. 1-2 – grifos nossos)

A crítica é semelhante à que já havia feito em janeiro, na carta ao senhor Ghignone (LOBO, 1966d). Todavia percebemos em sua fala alguns pontos importantes: 1) A filosofia em que se pautavam as estratégias pedagógicas do ILV era espiritualista, mais especificamente espírita, ainda que com aporte escolanovista; 2) o GOF funcionava não apenas como órgão consultor e emissor de pareceres, mas de fato como um centro de pesquisas pedagógicas; 3) a educação moral e cívica tinha naquela escola, em tese, um

escopo espiritualizante, com metodologias fundamentadas em ilações advindas das obras de Allan Kardec (não tanto um escopo emancipador na prática, visto a ritualização militar, mas em teoria coerente com a ética espírita, qual seja, a compreensão da fé por meio da razão e a prática da caridade, entendida como perdão das ofensas, indulgência para com as faltas alheias e benevolência para com todos – KARDEC, 1998b, p. 290), como se pode depreender da assertiva: *conforme os postulados da CODIFICAÇÃO ESPÍRITA DE ALLAN KARDEC* (e o principal postulado é a prática da caridade); 4) a escola gozava de prestígio social, já que recebia visitantes e autoridades (não somente políticas, mas também do movimento espírita e outros detentores de capital simbólico) em variadas ocasiões, e para os quais eram explanados os objetivos morais, cívicos e espiritualistas do seu currículo<sup>151</sup>; 5) é perceptível o quanto Ney Lobo atrelava a elaboração teórica da filosofia espírita da educação a uma validação prática desta; por fim 6) deixou transparecer que (possivelmente) todas as estratégias para se consumir uma educação legitimamente espírita no ILV partiam, principalmente, dele mesmo.

Em seguida, Ney Lobo salientava que tais medidas haviam sido tomadas sem a consulta aos *órgãos técnicos diretamente interessados*, ou seja, ao Gabinete e ao Departamento, ambos sob sua chefia. O professor provocador continuava:

E ainda, Sr. Diretor, o pretendido Congresso de Educação Espírita que a F.E.P. propôs oficialmente à F.E.B.<sup>152</sup>, pela iniciativa oportuna e responsável do seu Presidente, Sr. JOÃO GHIGNONE, em que situação ficará? Iremos apresentar aos outros confrades e educadores espíritas uma filosofia de educação que nós próprios já alijamos de nossos objetivos? Ora, os currículos fixados, por sua decisão singular, esvaziaram os próprios objetivos desse Congresso, e desautorizam o próprio Presidente da Federação Espírita do Paraná. (LOBO, 1966g, p. 2)

Prosseguia esclarecendo sobre o Regimento Interno do Gabinete e sua aprovação pelo diretor anterior, e lembrando que na presença do atual diretor<sup>153</sup> já havia exposto a visitantes *os objetivos, atribuições e responsabilidades do Gabinete* (p. 2), sem nenhuma censura, mas que vinha sentindo-se à margem de deliberações importantes, como a

<sup>151</sup> Ney Lobo exemplifica: *O Prof. [Samuel] Kermoian da UNESCO também veio tomar conhecimento da posição pedagógica do Colégio* (LOBO, 2001a, p. 8).

<sup>152</sup> Muito provavelmente, Ney Lobo fazia alusão ao *1º Encontro de Educadores Espíritas centro-sulino*, já citado, ocorrido em abril de 1968.

<sup>153</sup> O professor Milton Marques de Oliveira não era mais o diretor do ILV nesse período.

*complementação do Regimento Interno do Colégio e a fixação de todos os currículos para 1967* (p. 2). Esclarecia ainda quanto a alguns desentendimentos passados com o antigo diretor. Quase encerrando a missiva, deixava clara a importância do Gabinete e do Departamento como órgãos técnicos a serem ouvidos pelo Conselho Diretor e pela Comissão Administrativa, embasando-os na adoção de qualquer orientação para o trabalho, uma vez que tais órgãos foram implantados e mantidos com ônus financeiros para o INSTITUTO, justamente para colaborarem em questões tão complexas e de alta relevância (p. 3). Por fim, dava a entender que sua função ali poderia ser dispensada, uma vez que não estaria sendo aproveitada, provocando um gasto financeiro desnecessário.

Não era um pedido ou aceitação de demissão como das duas vezes anteriores, mas um pedido ou aceitação de dispensa daquelas funções remuneradas. Não encontramos registro do que sucedeu a esta carta. Sabemos, em virtude da correspondência do dia 10 de dezembro, citada anteriormente, que Ney Lobo continuou na escola lecionando. Outro registro que não dispusemos foi dos trâmites que o levaram, deste momento, à direção do ILV. Podemos, entretanto, sugerir que, em razão da sua importância à frente dos principais projetos pedagógicos da escola, do zelo (até mesmo apego) com que executava as suas funções e gerenciava/fiscalizava as práticas (se eram ou não coerentes com as estratégias), e ainda do apreço (ou reconhecimento) devotado pelo próprio presidente da Federação Espírita do Paraná<sup>154</sup>, o professor foi ascendido ao posto de comando dos rumos pedagógicos e administrativos daquele estabelecimento de ensino. Sem dúvida, Ney Lobo havia se tornado o mentor intelectual daquela escola.

No ano seguinte, 1967, o professor tornou-se o Diretor Geral do Instituto de Educação Lins de Vasconcellos (ou Colégio Lins de Vasconcellos). Nenhum dos diretores anteriores ficou tanto tempo no cargo quanto ele: sete anos. Com as rédeas em mãos, o novo diretor encetou novas ações, como analisaremos a seguir.

---

<sup>154</sup> Apreço recíproco, como percebemos nessa fala de Ney Lobo a Dora Incontri: *Destacamos por um dever de reconhecimento, o grande apoio e incentivo recebidos do então presidente da Federação, Sr. João Ghignone. O qual abriu o próprio bolso generoso para viabilizar financeiramente alguns projetos que lhe apresentávamos: um verdadeiro mecenas, como o foi Lins de Vasconcellos* (LOBO, 2001a, p. 8).

# Capítulo 4

## O Diretor Democrático

Sob a direção de Ney Lobo várias mudanças foram implementadas no ILV, num processo que não se deu de imediato, mas gradualmente, ao longo dos sete anos em que ocupou a liderança administrativa e pedagógica daquela instituição, e ainda dando continuidade ao que já se vinha construindo<sup>155</sup>.

Assim, enquanto se desmantelava e se aparelhava o ensino público, em que “o Regime amplifica e põe em prática a ideia de que ‘o mercado é o senhor absoluto da educação’” (GERMANO, 1990, p. 184), o ILV se erguia como uma das escolas de maior apreço social dentre as particulares da cidade de Curitiba (de acordo com as entrevistas realizadas), rivalizando com o Colégio Estadual do Paraná, até então um estabelecimento de alto prestígio<sup>156</sup>.

Tratava-se, no entanto, de uma escola voltada para uma classe mais abastada, como nos afirmou Aristéia Rau: *Jamais eu, pobre, eu que vinda de uma família de oito irmãos, poderia estudar lá (...) Quem estudava ali era a elite*<sup>157</sup> (2014). O que nos faz concordar

---

<sup>155</sup> Não dispusemos de tantas correspondências e documentos oficiais deste período (1967 – 1974) quanto do período anterior (1963 – 1966), portanto nossas análises somente poderão se basear nas fontes em mãos (a maior parte sem data) e nas entrevistas realizadas, sendo menos cronológicos os itens deste capítulo.

<sup>156</sup> Para uma melhor apreciação do *status* do Colégio Estadual do Paraná nesta época, indicamos o trabalho: LIMA, Suderli Oliveira. *Colégio Estadual do Paraná como Centro de Irradiação Cultural: uma análise de suas atividades complementares (décadas de 1960 e 1970)*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curitiba: UFPR, 2008.

<sup>157</sup> A respeito do seu sentimento em relação à escola em que estudou, um dos ex-alunos que entrevistamos recordou que *sentia que fazia parte de um experimento inovador para a época. Éramos considerados uma elite pelos demais amigos* (DE LUCA, 2014).

com Pierre Bourdieu, pelo menos tendo em vista este caso, ao salientar que o sistema escolar não contribuiria para a mobilidade social, mas seria “um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais” (2001a, p. 41), ou seja, os resultados positivos ou negativos daquela escola talvez tivessem maior relação com o capital cultural (muitas vezes em estreita ligação com o capital econômico) que as crianças traziam de suas famílias, do que com algum efeito produzido pela própria escola. Embora não tenhamos nos debruçado à análise dos resultados pedagógicos do ILV, entendemos que o Regime Civil-militar, ao priorizar a escola privada, validou a assertiva de Bourdieu. Assim, “apenas uma pequena parcela da população teve acesso aos mais elevados níveis de escolarização, enquanto significativa fração do povo não teve nem mesmo o acesso à escola” (ASSIS, 2012, p. 329).

De posse do poder estatal, no auge da repressão, já tendo ceifado a liberdade de expressão, os militares investiram nas reformas educacionais como uma necessidade em virtude da nova Constituição Federal, promulgada em 1967.

A Constituição de 1967 deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível. (p. 328)

Primeiro veio a reforma universitária, em 1968, em seguida as de 1º e 2º graus, a partir da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, sem as mesmas acaloradas discussões ocorridas em torno da LDB de 1961, sem pressão popular, ou de intelectuais, ou de movimentos em prol da educação (embora o tema da educação não tivesse sido de todo esvaziado das discussões acadêmicas e políticas), no auge do “milagre econômico” no governo Médici, sepultando 13 anos de debates a respeito da LDB e mais 10 de sua pretensa aplicação. A ideia era reprimir. O Decreto-Lei 477 de fevereiro de 1969, por exemplo, institucionalizava a violência ao prever a punição por expulsão de alunos e



demissão de professores e demais funcionários de universidades considerados subversivos, ou seja, em desacordo com as ideologias do Regime.

A nova legislação<sup>158</sup> aumentava o tempo de escolaridade obrigatória de quatro anos (o primário) para oito anos (unindo o primário com o ginásio, e recebendo a denominação de 1º grau) e generalizava no nível médio o ensino profissionalizante (o que antes era o ginásio mais o colégio, agora passava a abranger apenas o colégio, chamado de 2º grau)<sup>159</sup>. Também extinguiu o Exame de Admissão, uma prova que visava aferir os conhecimentos necessários para o estudante ingressar no ginásio (e que na prática, acabava excluindo da continuidade dos estudos uma parcela da população que concluía apenas o primário), uma vez que o 1º grau era agora um contínuo “com vistas, além da educação geral fundamental, à sondagem vocacional e iniciação para o trabalho” (ROMANELLI, 2003, p. 237-238). Já o 2º grau passou “a constituir-se, indiscriminadamente, de um nível de ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional” (p. 238). O aumento da escolarização, dizia-se, visava a democratização do ensino.

Mas para Rafaela Machado de Assis:

Nesse contexto, a propalada democratização assumia uma dimensão exclusivamente quantitativa e excluía a liberdade de participação política da população. O que se percebia era: o uso da repressão e da censura ao ensino; a introdução de disciplinas que defendiam a Ideologia de Segurança Nacional; o encerramento dos diretórios e grêmios estudantis e sua substituição pelos denominados “centros cívicos escolares”, que eram tutelados e submetidos às autoridades oficiais. (2012, p. 336)

<sup>158</sup> A lei de 1971 é uma reformulação da lei de 1961.

<sup>159</sup> As reformas do 2º grau, por exemplo, diminuíram drasticamente o caráter propedêutico do colegial, focando na profissionalização, que fracassou, dificultando ainda mais o acesso às universidades públicas por aqueles que já provinham de escolas públicas sucateadas, e incentivando a profusão dos cursinhos pré-vestibulares, que se ampliaram, oferecendo escolaridade do pré-escolar ao ensino superior. A ideia era, de fato, “acabar com os cursos clássico e científico, que só preparavam para vestibulares, tornando todo o colégio (o 2º ciclo do antigo 2º grau) profissionalizante” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 64), numa tentativa de “conter a procura de vagas nos cursos superiores” (p. 64), já que não havia interesse na expansão do ensino público universitário. Porém, o que ocorreu foi a completa desorganização do ensino de 2º grau nas escolas públicas, transformando o currículo “num amontoado de disciplinas, onde se misturam as concepções positivistas do CFE [Conselho Federal de Educação] com os penduricalhos dos interesses do momento, como a educação moral e cívica” (p. 70), esta que Ney Lobo deu grande importância, tornando-a a disciplina central da escola que geriu. O interessante é que se no início da década de 1960, várias organizações civis e intelectuais se movimentavam em favor da educação, dez anos depois o foco era a destituição do regime e a reestruturação completa da sociedade. Uma vez negligenciada até mesmo pela sociedade civil, as reformas educacionais seguiram os ideais militaristas e os interesses do mercado de trabalho.

Germano, no entanto, é mais assertivo quanto aos propósitos ideológicos do Estado:

Em síntese, a política educacional se desenvolveu em torno dos seguintes eixos: 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis. (...) [Mas] o Estado Militar e Ditatorial não consegue exercer o controle total e completo da educação. (...) 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do segundo grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita. (1990, p. 144)

Desse modo, ao longo do período da Ditadura Militar, o Estado repassou vultosas verbas para o capital privado, em razão das reformas educacionais que se efetivaram; em outras palavras, “os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular” (ASSIS, 2012, p. 328). Assim, essas mesmas reformas já não garantiram o financiamento da educação pública.

O próprio Instituto Lins de Vasconcellos recebeu dinheiro público. É o que se deduz das palavras de Ney Lobo ao dizer na carta mencionada no capítulo anterior: *ajudaram-nos com recursos públicos*<sup>160</sup>, *porque sabiam pelos projetos, que estávamos preparando jovens para a verdadeira democracia porvindoura* (2001a, p. 7). Mais que um projeto de educação democrática (incondizente com a ideologia do Regime – que se expressava na prática, não nos textos das leis<sup>161</sup>), talvez fosse a sua patente militar que lhe conferia capital simbólico suficiente para não ser importunado pelo Estado; talvez ainda o seu capital social lhe tenha aumentado a blindagem.

<sup>160</sup> Encontramos documentos legais (que citamos no capítulo 3) a respeito do repasse de verbas públicas para a construção da escola, em 1956, 1957, 1961 e 1963, mas não durante o Regime Civil-militar. Entretanto, a fala de Ney Lobo nos leva a crer que também neste período, a escola recebeu auxílio financeiro do Estado, talvez não apenas como subvenção como nos casos anteriores, mas também em forma de bolsas ou incentivos fiscais. Encontramos, porém, cartas de Ney Lobo contendo referências a recursos financeiros provenientes do governo estadual do Paraná, para a concretização da Sala-Ambiente de EMC no ILV. Essas cartas foram analisadas no capítulo anterior.

<sup>161</sup> Aliás, postula Pierre Bourdieu: “a melhor maneira de provar em que medida a realidade de uma sociedade ‘democrática’ está de acordo com seus ideais não consistiria em medir as chances de acesso aos instrumentos institucionalizados de ascensão social e de salvação cultural que ela concede aos indivíduos das diferentes classes sociais? Somos levados, então, a reconhecer a ‘rigidez’ extrema de uma ordem social que autoriza as classes sociais mais favorecidas a monopolizar a utilização da instituição escolar, detentora, como diz Max Weber, do monopólio da manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação cultural” (2001a, p. 64); ao repassar recursos públicos à escola privada, o Regime Civil-militar contribuiu para a manutenção da “rigidez” da ordem social, sob um discurso democrático.

Vale aqui uma citação que nos ajuda a compreender melhor essa relação entre Ney Lobo e o poder público:

O microcosmo social representado pelo campo militar é hierarquicamente dividido, porém não é estático; o tempo, os estudos e a experiência adquiridos no exercício da função, entre outros fatores, fornecem ao agente possibilidade de ascensão social, o que significa não apenas aumento de capital econômico, mas, principalmente, de capital simbólico dentro da instituição. Este é, na realidade, a razão de ser, o sentido da vida de um militar, a consagração do sacrifício supremo que significa a doação de sua vida pela pátria. As medalhas e outros signos que são ostentadas em uniformes de oficiais representam o reconhecimento por esse sacrifício, bem como as trocas de patentes por mérito (ao invés da promoção pelo tempo de serviço), que são vistas como reconhecimento e legitimação pela instituição e seus integrantes da importância daquele que ascende na carreira.

*Este capital simbólico age proporcionando benesses para o agente não apenas dentro da caserna como também na sociedade civil, onde a autoridade militar é reconhecida e o indivíduo portador de uma farda é olhado com admiração e respeito, em especial pelas camadas com menor capital cultural e econômico*<sup>162</sup>. (ATÁSSIO, 2015, p. 27 – grifos nossos)

Ou seja, as benesses recebidas pelo ILV durante o Regime Civil-militar podem estar diretamente relacionadas ao capital simbólico ostentado pelo seu então diretor geral. Questionado sobre se houve oposições ao seu trabalho, o professor salientava que houve algumas oposições de espíritas, *decorrentes do atual estado de atraso cultural de alguns segmentos do movimento espírita do Brasil* (LOBO, 2001a, p. 8), mas que não teria sofrido oposição social ou política por parte do Estado; dizia ainda:

Fomos prestigiado e *auxiliado monetariamente* pelo Governador do Estado, visitado pelo Ministro da Educação e Secretário de Educação. O prefeito municipal comparecia anualmente para, pessoalmente, entregar ao prefeito-mirim as chaves simbólicas da cidade, etc. (p. 8 – grifos nossos)

Entretanto, as intenções de Ney Lobo, de acordo com seus textos e cartas, e independentemente do público atendido ou do apoio do Estado, eram de educação cívica, moral e espiritual, com vistas à democracia. Imerso no contexto sociopolítico do Regime

---

<sup>162</sup> Aline Atássio referencia PINTO, Louis. *L'armée, le contingent et les classes sociales*. ARSS, n. 3, p. 18-41, 1975.

Civil-militar, a experiência do ILV se nos apresenta como uma ilha democrática. Não sabemos, contudo, se a experiência alcançou os propósitos a que se arriscou, no que concerne à formação dos alunos, em todo caso, não é tema deste trabalho a análise dos frutos deixados pelo ILV, mas os itinerários de Ney Lobo quando ali atuou.

Portanto, imbuído de seus ideais, o diretor implantou, ao longo dos primeiros anos de sua gestão, uma Direção Colegiada mais ampla, de modo a “desindividualizar a direção do colégio”, “reduzir os riscos de erros e de omissões no processo de deliberações e de tomada de decisões superiores”, e ainda “elevar o grau de participação e de responsabilidade de um número maior de funcionários e de professores” (LOBO, 1972b, p. 86). Uma contradição com a rígida hierarquia militar experimentada numa instituição com características conservadoras e antidemocráticas, tal qual o Exército entre 1937 e 1964. Aliás, a hierarquia “é um dos princípios formadores do *habitus* coletivo da instituição [Forças Armadas] e estabelece as fronteiras entre os militares e os civis” (ATÁSSIO, 2015, p. 27). É plausível supor que Ney Lobo intentava um antídoto para os desentendimentos ocorridos nas gestões anteriores. Mas, apesar do discurso democrático e da contradição, não deixamos de notar a referência que fez à própria organização militar, para justificar a mudança na direção do ILV:

*Os Estados Maiores das organizações militares de há muito constituem-se numa resposta adequada a essas tendências [a de se constituir colegiados]. As congregações das Universidades e das Faculdades, da mesma forma se adaptaram às necessidades de coletivar a direção. O Diretor delas atua como um agente executivo das orientações recebidas das respectivas congregações. (1972b, p. 83 – grifo nosso)*

O diretor considerava os processos autocráticos “totalmente obsoletos” (p. 84; 2002e, v. 4, p. 95), mas a despeito de citar vários exemplos de colegiados, dizia se basear na própria doutrina espírita a fim de concretizar a sua proposta:

(...) para nós, espíritas, as tendências descentralizantes e democráticas da moderna empresa não trouxeram novidades nem provocaram surpresas. Graças ao espírito lúcido e visão verdadeiramente profética de Allan Kardec, podemos extrair os princípios de uma filosofia administrativa dos seus textos vindos até nós através de suas “OBRAS PÓSTUMAS”:

“A direção... tem que se tornar coletiva, primeiramente, porque um momento há de vir em que o seu peso excederá as forças de um homem e, em segundo lugar, porque maior garantia apresenta um conjunto de indivíduos, a cada um dos quais apenas um voto caiba e que nada podem sem o concurso mútuo, do

que um só indivíduo, capaz de abusar da sua autoridade e de querer que predominem as suas idéias pessoais... (...) a aprovação ou desaprovação, o consentimento ou a recusa, as decisões, em suma, de um corpo constituído, representando a opinião coletiva<sup>163</sup>, forçosamente terão uma autoridade que jamais teriam, se emanassem de um só indivíduo, que apenas representa uma opinião pessoal. (...)”<sup>164</sup>. (1972b, p. 84-85)

Já existia no Instituto uma espécie de compartilhamento dos encargos da Direção; havia um Conselho Diretor e de Ensino, por exemplo. Entretanto a Direção Colegiada estabelecida por Ney Lobo era mais extensa, constituída por seis Conselhos e 32 membros organizados da seguinte forma: 1) *Conselho Diretor*, órgão superior de decisões e recursos (três conselheiros – Diretor Geral, Diretor do Ensino e Diretor Administrativo); 2) *Conselho de Coordenadores*, órgão superior de coordenação de atividades (cinco conselheiros); 3) *Conselho de Ensino*, órgão técnico-pedagógico (oito conselheiros); 4) *Conselho Educacional*, órgão técnico-educativo (sete conselheiros); 5) *Conselho de Moral e Cívica*, órgão técnico-especial (cinco conselheiros); e 6) *Conselho Administrativo*, órgão técnico-administrativo (quatro conselheiros). Dizia: *Assim o fizemos em fidelidade à recomendação de Allan Kardec* (LOBO, 2001a, p. 11).

O Diretor Geral presidia todos os Conselhos e indicava um Conselheiro como Secretário. Os membros do Conselho Diretor eram nomeados pela Comissão Administrativa da FEP, enquanto os membros dos demais Conselhos técnicos eram nomeados pelo Conselho Diretor. Cabia aos conselhos deliberar e decidir por maioria de votos (em caso de empate, o diretor decidia), da seguinte forma: 1) Conselho Diretor – sobre o pessoal, as finanças, as obras, a legislação interna e o plano de uniformes; 2) Conselho de Coordenadores – sobre as atividades específicas de cada coordenação (cada um dos quatro conselhos técnicos tinha uma coordenação respectiva: Coordenação Pedagógica, Coordenação Educacional, Coordenação de Moral e Cívica, e Coordenação Administrativa); 3) Conselho de Ensino – sobre os professores e o ensino; 4) Conselho Educacional – sobre a orientação educacional, o controle de alunos e a assistência aos alunos; 5) Conselho de Moral e Cívica – sobre a formação moral e cívica, o ensino religioso e as publicações internas; 6) Conselho Administrativo – sobre as finanças, o

---

<sup>163</sup> Em sua elaboração teórica (na obra *Filosofia Espirita da Educação*), Ney Lobo coloca os órgãos colegiados como uma necessidade do princípio de cooperação (LOBO, 2002, v. 4, p. 138 e 207-238).

<sup>164</sup> Ney Lobo cita o que está (embora numa edição de sua época) em KARDEC, 2003, p. 343-344.

material, as obras e manutenções, as instalações, a alimentação e a administração do pessoal.

As decisões dos Conselhos constituíam Atos Oficiais da Direção (p. 88), mas o diretor poderia levar a decisão ao julgamento do Conselho Diretor quando esta não se harmonizasse com a filosofia educacional e administrativa do ILV, em desacordo com os regimentos e estatutos, ou interferissem na área de atuação da Comissão Administrativa da FEP ou de outros Conselhos, ou ainda pudessem comprometer a unidade de direção.

O Gabinete de Orientação Filosófica passou a ficar ligado diretamente ao Conselho Diretor, enquanto que o Departamento de Formação Moral e Cívica passou a fazer parte da Coordenação de Moral e Cívica. Os organogramas da Direção Colegiada e das quatro Coordenações podem ser vistos no Anexo 8, ao final desta tese.

Os Conselhos se reuniam ordinariamente um vez a cada semana (com excessão do Conselho de Coordenadores, que era eventualmente), ou extraordinariamente por convocação do diretor. Assim, o princípio da colegiabilidade se estendia a várias instâncias na escola: pelas reuniões do Conselho de Coordenadores, pelas reuniões pedagógicas “com a participação de todos os professores e orientadores educacionais e pedagógicos realizadas todas as semanas” (p. 89) e pela reunião de dois ou mais conselhos; assim como preparava os alunos para esse tipo de direção nas “empresas que irão encontrar no futuro” (p. 89) por meio dos trabalhos escolares em equipes. A *Cidade Mirim* e a *Assembleia de Representantes de Alunos* também funcionavam como uma extensão desse princípio, uma vez que os estudantes tinham relativa autonomia para gerir tais atividades, e no caso da Assembleia, instância legislativa e comissão de ética para os alunos do ginásio, suas decisões poderiam alterar inclusive algumas rotinas da escola. Também existia a *Associação de Pais e Mestres* e o *Conselho de Funcionários e Professores*. Assim, concordamos que “as sinceras convicções democráticas do Prof. Lobo transparecem concretamente na proposta pedagógica que geriu” (INCONTRI, 2001, p. 246).

## **4.1 Um projeto pedagógico de *escola ativa***

Ao assumir a direção, Ney Lobo se desfez das carteiras escolares, *foram vendidas todas* (LOBO, 2001a, p. 6) e adotou mesas e cadeiras para trabalhos em equipes, de modo

que “foram removidas das atividades docentes as formas e imagens do que se costuma chamar de ‘aula’, com as figuras da classe-auditório e do aluno-ouvinte e do professor-orador. Ou seja, foi substituída a verbalização docente pelo trabalho discente” (LOBO *apud* INCONTRI, 2001b, p. 247).

Um folder de divulgação<sup>165</sup> do Instituto que encontramos (pelas informações e imagens contidas, provavelmente de 1966 – ver Anexo 2) explicita que a escola mantinha um sistema educacional “único no Brasil”, orientado para a cidadania, com curso ginasial, científico e normal, em que o aluno não ouviria aulas, mas trabalharia em equipes, pesquisando, debatendo e julgando; há ainda o depoimento de um professor do *San Francisco State College* e outro do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda<sup>166</sup>, além de um breve histórico sobre os esforços daquela instituição para a formação moral e cívica de seus alunos. O folder traz fotografias de salas de aula que sugerem a já não existência de carteiras, substituídas por mesas e cadeiras para trabalhos em grupos, o que poderia acontecer ao menos em algumas salas (tudo indica que, desde o início, era assim a Sala-Ambiente de EMC). A fotografia, no entanto, é aqui um registro publicitário, então entendemos que quando Ney Lobo diz que substituiu as carteiras por mesas de estudo assim que assumiu a direção, ele o tenha feito para todo o resto da escola, presumimos.

Estava o novo diretor ainda imbuído de princípios escolanovistas<sup>167</sup>. O interessante será notar que, mesmo citando autores escolanovistas em seus textos e obras (particularmente em sua obra *Filosofia Espírita da Educação*), o professor encontrou

---

<sup>165</sup> Há um documento intitulado “Departamento de Relações Públicas”, de 17 de agosto de 1966, que relaciona em cinco artigos e duas páginas os objetivos do departamento, dentre estes estava a necessidade de aproximação com estabelecimentos de ensino espiritualistas de Curitiba, do Paraná, do Brasil e do Exterior, assim como a divulgação pela imprensa das atividades do ILV e a programação para a recepção de visitantes (ILV, 1966a). A análise completa desse documento, porém, escapa aos objetivos desta tese.

<sup>166</sup> Flávio Suplicy de Lacerda era paranaense da cidade de Lapa, foi reitor da UFPR na época em que Ney Lobo cursou Filosofia (e assinou o convite ao professor para lecionar num Curso de Verão da instituição), e Ministro da Educação por duas vezes, entre 15 de abril de 1964 e 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966, durante o governo do general Castelo Branco. Foi um dos responsáveis pelos acordos MEC-USAID.

<sup>167</sup> Tais quais o respeito ao desenvolvimento biológico, da psique e da personalidade, a promoção da autonomia moral e religiosa (não sectária) dos alunos, “a educação a serviço da cidadania” (PINTO, 1986, p. 59), a importância dada à ordem e à higiene escolar, a utilização de questionários e testes de aferição processuais, a aproximação da escola com as famílias dos alunos, o relevo dado às interações sociais entre os alunos, assim como à didática, às técnicas de ensino e ao planejamento pedagógico, a ênfase na colaboração discente, e o atendimento às necessidades individuais do educando, além de utilizar o termo “Escola Ativa” abertamente. “A denominação *escola ativa* foi lançada, em 1917, num escrito do educador suíço *Pierre Bovet*, como tradução no nome alemão ‘*Arbeitsschule*’, literalmente *escola do trabalho*, criado em 1911 pelo educador alemão *Jorge Kerschensteiner*” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 152-153). O termo Escola Ativa é comumente utilizado como sinônimo de Escola Nova, assim como de Escola Progressista; tem o sentido restrito de tratar a atividade como condição necessária para se atingir um fim educacional.

fundamentos e princípios espíritas para justificar as práticas que propunha. Por exemplo, para ele “o Espírito se manifesta pela sua atividade e jamais está inativo” (*apud* INCONTRI, 2001b, p. 246), uma assertiva derivada de várias menções a esse respeito em *O Livro dos Espíritos* de Allan Kardec, como: “(...) o Espírito jamais fica inativo” (1998b, p. 165, questão 401); e: “Sabei que o espírito não pode adquirir conhecimentos e se elevar senão através da atividade” (p. 324, questão 988). Esta última citação, inclusive, está logo no início do plano pedagógico de 1972 (LOBO, 1972a, p. 3), assim como: “(...) devem todos concorrer para o progresso, ajudando-se mutuamente” (KARDEC, 1998b, p. 257, questão 767), justificando o ensino mútuo.

Ainda a respeito das inspirações na Escola Nova, Ney Lobo transformou o ILV num laboratório de práticas pedagógicas, ampliou o tempo escolar, adequou o mobiliário destinado aos alunos, implantou serviços médico-escolares e de psicologia escolar, fomentou a organização detalhada dos programas de ensino, procurou promover o espírito crítico de seus alunos, baseou o ensino na experiência, na investigação e na cooperação discentes, deu ênfase à educação moral através da experiência prática do aluno, intentou a avaliação baseada na comparação do educando consigo mesmo em diferentes momentos, e buscou com tudo isso também desenvolver a espiritualidade das crianças e dos adolescentes.

De acordo com Herculano Pires,

o Prof. Ney Lobo *criava pioneiramente um centro de estudos pedagógicos, elaborava novas técnicas educativas e formulava métodos* que foram aprovados pela Secretaria de Educação do Estado, ao mesmo tempo em que publicava pelo jornal Mundo Espírita seus primeiros trabalhos de Filosofia Espírita da Educação. (2004, p. 19 – grifo nosso)

A respeito das técnicas elaboradas, ao menos no que concerne ao ensino de EMC<sup>168</sup>, já no seu primeiro ano como Diretor Geral, Ney Lobo enviou ao Departamento Nacional do Ensino do MEC (DNE) uma correspondência datada de 16 de julho de 1967, anexando os manuais que havia formulado e estavam em uso no Instituto: quatro volumes com o título “Técnicas Modernas de Educação Moral e Cívica” (esses manuais geraram os seus primeiros três livros publicados), e esclarecendo o conteúdo. A remessa fora encaminhada

---

<sup>168</sup> Não foram elaboradas técnicas apenas para esta disciplina, mas para toda a dinâmica pedagógica da escola, como se depreende do *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* de 1972.



a Celso Kelly, então Diretor Geral do DNE, que respondeu por telegrama em 28 de agosto, acusando e agradecendo “sensibilizado” o recebimento do “valioso” material (KELLY, 1967)<sup>169</sup>. Em um momento posterior, Ney Lobo enviou o material didático ao então Ministro da Educação, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho<sup>170</sup>. Não dispusemos da data dessa remessa nem do conteúdo, mas o ministro respondeu por telegrama em 29 de junho de 1970, também acusando o recebimento e agradecendo a atenção e a colaboração (PASSARINHO, 1970).

Portanto, ao longo dos primeiros quatro ou cinco anos da direção de Ney Lobo, foi gestado um plano pedagógico que incluía, dentre outras inovações, a substituição das aulas por Sessões de Trabalho, a criação de uma república infantil: a Cidade Mirim, a criação de um poder legislativo estudantil: a Assembleia de Representantes de Alunos, e a convergência de todas as disciplinas para os propósitos da EMC.

Este plano pedagógico de educação ativa, sob o título de *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”*, para o ano letivo de 1972<sup>171</sup>, envolvia nos processos educacionais alunos, professores, funcionários, pais e a administração escolar, e tinha como finalidade

---

<sup>169</sup> A orientação de enviar o material sobre o ensino de EMC ao DNE/MEC teria sido feita por Celso Kelly ao professor Ulysséa, amigo de Ney Lobo. Na época em que Ney Lobo remeteu o material que havia produzido, era Ministro da Educação Tarso de Moraes Dutra, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva. A respeito da participação de Celso Kelly, como de outros secretários e ministros, na importância dada à disciplina de Educação Moral e Cívica pelo Regime Civil-militar, ver LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A Normatização da Educação Moral e Cívica (1961-1993)*. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

<sup>170</sup> Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016) formou-se Aspirante a Oficial em março de 1943, turma “Tenente Alípio Serpa” (MISSA..., 1978), a mesma de Ney Lobo, ou seja, possivelmente se conheciam pessoalmente. Sua carreira política teve início logo após o Golpe de 1964 como Governador do Pará. Mais tarde foi Ministro do Trabalho do general Costa e Silva e, “como todos os ministros que integravam o Conselho de Segurança Nacional, Jarbas Passarinho foi signatário do AI-5” (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, s/a), em 13 de dezembro de 1968. Foi ainda Ministro da Educação (de 3 de novembro de 1969 a 15 de março de 1974) durante o governo do general Emilio Médici, sucedido pelo paranaense Ney Braga, no governo do general Ernesto Geisel. Quando no MEC, deu continuidade à reforma universitária e implementou a reforma do 1º e do 2º grau através da Lei 5.692/71.

<sup>171</sup> Em um trecho a respeito do aspecto metodológico, Ney Lobo afirma que o *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* fora instaurado em 1967 e vinha se desenvolvendo até aquele ano letivo (1972a, p. 45). Isto significa que o documento que tínhamos em mãos era uma versão para o ano de 1972, o que atesta que o plano (ao menos em alguns detalhes) não era o mesmo todos os anos, e que a escola continuou passando por mudanças durante a gestão de Ney Lobo. Em outro trecho do plano, afirma que aquele era um documento aberto, que incorporava vivências e experiências dos últimos quatro anos, e que se desenvolveria no futuro “na conformidade das normas indicadas pela prática efetiva dos mestres” (p. 39). Importa, no entanto, que o plano de 1972 traz diretrizes gerais que acreditamos estarem presentes nas outras versões, uma vez que o autor as manteve também em suas obras literárias posteriores. Além disso, parte do conteúdo desse plano está num Regimento Interno (sem data e sem assinatura) a que tivemos acesso (ILV, s/a g); o conteúdo desse regimento confirma a constância de muitos tópicos do plano em questão.

a formação do sentimento cívico, o desenvolvimento moral e a evolução espiritual<sup>172</sup>, por meio da expansão da autonomia e da autenticidade em atividades executadas pelos próprios discentes, mas sob a supervisão e o planejamento dos professores. E ainda que características como ordem e civilidade<sup>173</sup> estivessem presentes, denunciando não apenas o *habitus* do diretor, mas também a sintonia com o próprio contexto sócio-político, a minimização da hierarquia e a estimulação à liberdade individual eram pilares da filosofia educacional ali em construção.

O planejamento pedagógico redigido por Ney Lobo possui 94 páginas que tratam da Filosofia da Educação, espiritualista (percebemos a não utilização do termo espírita como uma intenção de se evitar um viés proselitista, confessional, mas também de modo a atrair uma clientela mais ampla); do Método Pedagógico, de ação ordenada e cooperativa; do Regime Escolar, de tempo integral; e do Sistema Educacional, orientado para a cidadania. Esses tópicos são “as quatro colunas” que compõem o plano.

Ney Lobo justifica o plano a partir das “Condições da Vida Moderna”, com foco na juventude, na família e na comunicação. A juventude estaria a mercê de atrativos “oferecidos pela sociedade e pela tecnologia para uma classe média cada vez mais extensa” (LOBO, 1972a, p. 1) – veja-se aí a clientela em foco –, sendo que os jovens precisariam buscar um equilíbrio sadio entre o dever e o prazer; assevera que as “condições da vida doméstica contemporânea” não têm facilitado o aproveitamento de oportunidades educativas em casa, tais quais o amor, o bom exemplo, a convivência constante e a autoridade natural, enquanto a família tem se demitido da sua missão de educar, “transferindo suas preocupações e cuidados com a prole para a Escola” (p. 2); salienta que “o grande desafio da educação do nosso tempo (...) está na RESTAURAÇÃO DA

---

<sup>172</sup> O logotipo da instituição trazia os dizeres “Evolução pela Educação” (Anexo 1). Com esta frase Ney Lobo continuou assinando suas correspondências até o seu falecimento. Encontramos a lápis no plano pedagógico uma inscrição do professor: “Somente uma Filosofia de Educação reencarnacionista poderá adotar o lema ‘Evolução pela Educação’” (LOBO, 1972a, p. 4). Acreditamos tratar-se de uma paráfrase da alcunha dada pelo então Ministro da Educação, o coronel Jarbas Passarinho, à Lei 5.692/71: “A Revolução pela Educação”. Quer dizer, talvez Ney Lobo não concordasse tanto com a ideia de “revolução” dos militares. Aliás, em suas obras (principalmente na obra não publicada *Filosofia Política Espírita*) ele deixa de forma clara e patente a sua predileção pela evolução (ou pelas reformas graduais, íntimas e institucionais) em detrimento da revolução.

<sup>173</sup> Aline Atássio coloca como características dos militares (e essas foram características que percebemos na descrição que os nossos entrevistados fizeram de Ney Lobo): disciplina, ordem, obediência, seriedade, profissionalismo, competência, boa apresentação pessoal, valores morais; em contraposição às características dos civis, na visão militar: displicência, desordem, desrespeito, falta de seriedade, falta de profissionalismo, incompetência, má apresentação pessoal (desleixo), ausência de valores morais (ATÁSSIO, 2015, p. 30). Essas características de Ney Lobo se adequavam, outrossim, à moral espírita.

FUNÇÃO PEDAGÓGICA DOS LARES”, mas que enquanto isso não acontecia, caberia à escola “deter a diátese<sup>174</sup> intensiva e extensiva do organismo social” (p. 2); por fim, quanto ao problema da comunicação, diz que “não se nega o valor informativo e mesmo recreativo dos meios de comunicação de massa”, mas “os seus aspectos negativos ainda preponderam” (p. 2), visto que esses meios não estavam ainda “postos a serviço da educação, ou pelo menos, de não comprometê-la” (p. 3).

Propõe como resposta “técnico-pedagógica” aos fatores negativos apresentados, um plano educacional com os objetivos de: 1) “INCLINAR os jovens ao cumprimento de seus deveres escolares”; 2) “COMPLEMENTAR a atuação educativa da Família”; e 3) “NEUTRALIZAR o ‘processus’ de massificação conduzido pelos meios de comunicação, pela oferta de uma didática ativa que desperte as mentes juvenis do torpor provocado por esses mesmos meios” (p. 3).

A explicação da Filosofia Espiritualista neste plano se resume a citações das obras de Kardec e à explicação do logotipo do Instituto, criado por Ney Lobo, que ilustra e sintetiza, segundo o professor, a educação espírita (ver Anexo 1). Não há uma sistematização como se deu, anos mais tarde, na obra *Filosofia Espírita da Educação*, no entanto todo este *Plano Pedagógico* é um esboço do que veio compor aquela obra.

A partir dessa explicação, o plano se divide em três partes. Na primeira, tem-se a fundamentação, os objetivos e o desenvolvimento do que Ney Lobo chamou de “Método Pedagógico Tridimensional”<sup>175</sup>, cujas três dimensões seriam: a *atividade* dos educandos, a *cooperação* entre os educandos e a *ordenação* das atividades dos educandos. Na segunda parte, tem-se o delineamento da estrutura e organização espacial e temporal do projeto, bem como a organização do currículo e do corpo de professores. Na terceira parte, está a “Organização do Ano Letivo e Avaliação da Aprendizagem” de forma detalhada.

Sobre a metodologia adotada, o plano traz citações de *O Livro dos Espíritos* a respeito da atividade e da coopeção, mas também salienta fundamentar-se em Adolphe Ferrière (com os procedimentos ativos), Roger Cousinet (com os trabalhos em equipe) e Henry Morrison (com as fases didáticas), compondo assim as citadas três dimensões do método. Dessa forma, os objetivos do método são: 1) “Substituir a PASSIVIDADE do

---

<sup>174</sup> Entendida aqui como uma disposição moral mórbida.

<sup>175</sup> Esta metodologia já vinha sendo aplicada e aprimorada há quatro anos, segundo Ney Lobo, desde 1967, ou mesmo antes, acreditamos, de acordo com o panfleto que citamos anteriormente.

aluno pela ATIVIDADE dele para desenvolver a sua INTELIGÊNCIA”; 2) “Substituir o ISOLAMENTO individual do educando pela COOPERAÇÃO com seus colegas de modo a desenvolver sua PERSONALIDADE”; 3) “Substituir a INDIFERENÇA do jovem, ante os trabalhos escolares, pelo JULGAMENTO constante através do DEBATE com seus companheiros” para desenvolver “o CARÁTER” (p. 6)<sup>176</sup>.

Ney Lobo passa, então, a conceitualizar detalhadamente cada uma das dimensões aludidas, explicando, inclusive, o que viria a ser a “escola ativa” e a “pedagogia ativa”, esclarecendo, com ênfase, o papel do professor:

- Atua intensamente sobre o educando, evitando omitir-se na indiferença.
- Orienta o educando através de estímulos e motivação apropriada, para os objetivos que tem em vista.
- Respeita a iniciativa do aluno para que resolva os problemas que ele mesmo pode e deve apresentar.
- Evita de mandar prestar atenção ou estudar; antes desperta a atenção e estabelece tarefas ou problemas que exigem o estudo e a atenção.
- Monta problemas que mobilizam o dinamismo interno e obrigam o aprofundamento das questões. (p. 11)

No que concerne à atividade, Ney Lobo salienta que escolheu, dentre vários autores<sup>177</sup>, o nome de Ferrière “para representar todos os grandes pedagogos que propugnaram pela Escola Ativa, como dimensão dominante da Escola Nova”<sup>178</sup> (p. 12), e pontua que a atividade visa estimular o desenvolvimento físico e mental, bem como ativar e aflorar as aptidões naturais.

Já para a cooperação, faz menção a Jean Piaget e Pierre Bovet, além de Cousinet, considerado pelo professor como “o grande metodizador dos Trabalhos em Equipe (...) Por isso aqui introduzimos o seu nome como inspirador dos trabalhos socializados” (p.

---

<sup>176</sup> Este esquema exposto nos objetivos do método, Ney Lobo modificou em sua obra *Filosofia Espírita da Educação*, como analisaremos no próximo capítulo.

<sup>177</sup> Outros autores citados foram Bacon, Locke, Kerschensteiner, Dewey e Claparède.

<sup>178</sup> Há uma anotação a lápis no canto superior direito da página 25 do *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* para 1972, onde tem início o item 5.2, intitulado *O Problema do Método Único*; está escrito com a caligrafia de Ney Lobo: Vide “*Didática da Escola Nova*” Aguayo – pag. 67 *Metodos Universais de Ensino*. Trata-se de um dos manuais didáticos do pedagogo cubano Alfredo Miguel Aguayo, publicado pela Companhia Editora Nacional de São Paulo, cuja primeira edição brasileira é de 1935 (outras edições são de 1941 e 1959; o original *Didáctica de la Escuela Nueva* é de 1932).

17), e disserta sobre porque considera a cooperação como o melhor procedimento de formação moral, de desenvolvimento psicológico e intelectual, e de interação social.

Quanto à ordenação, a entende como um conjunto de etapas de uma atividade, ou mais precisamente “o modo de dispor as atividades didáticas, tanto discentes como docentes, segundo uma estudada, deliberada e adequada seqüência, cujo conjunto constituiria um determinado método”, e a considerava como a “espinha dorsal de toda a nossa Metodologia” (p. 24); confronta Comenius, Herbart e Morrison, quanto à questão do método, e faz um histórico do tema, explicando a escolha pelas ideias do último, “porque ele representa no século XX (...) a mais estruturada e fundamentada tentativa de restaurar o ensino por Fases didáticas racionalmente ordenadas” (p. 27). Ney Lobo salienta que não adotava toda a sistemática do autor, mas procurava incorporar o seu conceito de “Unidades Didáticas nas quais se devem desdobrar os programas ou matérias de cada disciplina” (p. 27).

A ênfase dada aos autores escolanovistas na estruturação deste plano pedagógico, bem como a sua concretização, nos leva a suscitar a hipótese, embora esta não seja central em nossa tese, de que o Colégio Lins de Vasconcellos, sob a direção de Ney Lobo, se configurou como um importante exemplo prático do pensamento escolanovista na história da educação brasileira (mas não sugerimos Ney Lobo como teórico dessa vertente). Há que se salientar, entretanto, que Ney Lobo parte de uma matriz ontológica espiritualista, precisamente espírita, ou seja, de cunho metafísico, e é a partir dessa matriz que se apropria dos discursos desses autores.

De fato, vale dizer, figurou no Estado do Paraná um importante intelectual atuante no Movimento pela Escola Nova, que foi Erasmo Pilloto, “liderança local e referência nacional do movimento no Estado” (VIEIRA, 2001, p. 62), cuja concepção formativa “se insere, no âmbito do movimento renovador, a partir de uma concepção espiritualista<sup>179</sup> do processo educativo, em termos teóricos”, contrastando “com o *ethos* cientificista que predominou entre os principais protagonistas do movimento em nível nacional” (p. 54). Assim, no Paraná, o movimento renovador surgiu no interior da Escola Normal de

---

<sup>179</sup> A respeito do pensamento espiritualista de Erasmo Pilloto, explica o historiador Carlos Eduardo Vieira: “Creio que chamar a atenção para essa dimensão de seu pensamento contribui para a compreensão da multiplicidade de idéias e de referências teóricas que compuseram o Movimento pela Escola Nova no Brasil. A literatura educacional e pedagógica, em geral, tende a eclipsar essa pluralidade de idéias em favor de uma compreensão homogeneizadora, que remete para um único endereço teórico, denominado genericamente pensamento escolanovista, um conjunto de intelectuais que produziram itinerários teóricos muito diversificados e, muitas vezes, contraditórios e irreconciliáveis entre si” (2001, p. 55).

Curitiba, com reflexos no Ginásio Paranaense, em escolas experimentais e em centros de cultura, nos fins da década de 1920 e início dos anos 1930, contando também com a atuação do já citado professor Dario Vellozo. Quer dizer, a influência de preceitos da Escola Nova se fez sentir desde o início da trajetória intelectual de Ney Lobo, por meio de seus professores no Ginásio Paranaense; ademais, quando se inclinou para a carreira docente ao final da década de 1950 e licenciou-se em Filosofia em meados da década de 1960, ainda era forte a influência das ideias de Erasmo Pilotto na formação de professores no Paraná, como afirma Vieira:

As suas idéias contrastavam com a crescente cientificização do campo educacional nas décadas de cinquenta e sessenta e, dessa forma, não repercutiram no debate pedagógico em âmbito nacional, ainda que, no plano estadual, tenham sido referência nos processos de formação de professores até a década de setenta do século passado. (2001, p. 68)

Desse modo, o contexto educacional paranaense, bastante marcado por ideais escolanovistas<sup>180</sup> no qual Ney Lobo estava inserido, se refletiu também na organização do ILV. No entanto, esta não foi a única influência na estrutura daquela escola.

#### **4.1.1 Tempo, espaço, currículo e valorização do professor**

Entendemos que seja importante explicitar resumidamente a respeito da organização pedagógica e espaço-temporal do Colégio Militar de Curitiba (CMC), visto que as práticas ali desenvolvidas, de acordo com nossas análises, serviram também de parâmetro inicial ao pensamento educacional do professor Ney Lobo, e que pode ser observado tanto antes quanto durante a sua gestão.

---

<sup>180</sup> Referências a respeito da influência de Erasmo Pilotto na educação paranaense, bem como de outros intelectuais do Estado e sobre o Movimento pela Escola Nova no Paraná, podem ser encontrados em: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (orgs). *História Intelectual e Educação – trajetórias, impressos e eventos*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015; e em VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). *Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

O major Ney Lobo havia assumido ali o cargo de Fiscal do Pessoal e Subdiretor de Instrução Prática<sup>181</sup> (ou Subcomandante<sup>182</sup>), de 1959 a 1964, tendo sob sua subordinação a Subdiretoria de Instrução Prática, os Oficiais Instrutores, o Chefe dos Serviços de Saúde e a Casa das Ordens, “a qual se incumbe dos trabalhos relativos à organização do boletim e à manutenção em dia dos elementos necessários à fiscalização do pessoal (escala de serviço, fichário dos extranumerário-diaristas)” (BRASIL, 1943, Art. 109). Neste posto, angariou experiência antes de atuar na chefia de departamentos e na direção do ILV.

O CMC deveria seguir um padrão de qualidade instituído pelo Exército, baseando-se na organização do Colégio Militar do Rio de Janeiro<sup>183</sup> (CMRJ), contando com laboratórios, salas-ambientes, instalações de projeção cinematográfica e de rádio recepção, biblioteca, filmoteca e sala de Literatura, além das salas administrativas e sala de professores; o terreno deveria ser amplo, com pátios e áreas para a prática de esportes e instrução militar. Neste sentido, O ILV tinha estrutura física semelhante: a escola era equipada com gabinetes administrativos e de professores, refeitório, armários para os alunos (normalmente não levavam o material para casa, de acordo com o depoimento de um ex-aluno), biblioteca<sup>184</sup>, sala de ciências, sala de audiovisual, campo de futebol, quadra poliesportiva, sala de judô, salas-ambientes (temáticas) e um amplo espaço para a Cidade Mirim, além de bosque, parque infantil e anfiteatro (chamado de “Salão Nobre”).

O corpo discente do CMC deveria ser organizado em cinco Companhias de Alunos, comandadas cada uma por um instrutor capitão da ativa, e contando com um auxiliar de instrutor (oficial subalterno) por companhia e dez monitores sargentos. Todos eles faziam

---

<sup>181</sup> O comando do CMC seguia o proposto pelos Art. 76 a 85 do Decreto 12.277 de 19 abril de 1943, constando da seguinte organização hierárquica: comandante (diretor de ensino) e estado-maior, sendo este último constituído de: subdiretor do ensino fundamental, fiscal do pessoal e subdiretor de instrução prática (auxiliar imediato do comandante com atribuições de subcomandante), fiscal administrativo, ajudante e secretário.

<sup>182</sup> Um documento a que tivemos acesso do Colégio Militar de Curitiba, o “Boletim Especial nº 8”, datado de 27 de novembro de 1959, e contendo instruções do Ministério da Guerra, estava assinado ao final por Ney Lobo, major responsável pelo subcomando: “Maj resp p/Sub-Cmdo” (CMC, 1959).

<sup>183</sup> O Decreto nº 12.277/43 aprovava o regulamento para o CMRJ e servia para os futuros colégios congêneres: o ensino seria seccionado em curso ginásial de quatro anos e curso científico de três anos, seguindo as mesmas orientações quanto às disciplinas sancionados com a “Reforma Capanema” (que propunha educação militar, educação religiosa, e educação moral e cívica), acrescidos de instruções práticas pré-militar, militar, educação física, esgrima e equitação, para os dois cursos. O Decreto é extenso e detalhista, regulamentando das instalações físicas aos horários e quantidade de aulas e de avaliações de cada disciplina.

<sup>184</sup> Contou-nos Aristéia Rau, amiga de Ney Lobo: *Para você ter uma ideia, todos esses livros dele [de Ney Lobo], esses quatro mil volumes, que não eram quatro mil talvez na época, mas era uma grande parte, estavam todos na biblioteca da Escola. Ele tinha doado. Ele tinha deixado lá para uso coletivo* (2014).

parte da Subdiretoria de Instrução Prática, orientada pelo Subcomandante, e as Companhias deveriam se organizar como grupos homogêneos, “responsáveis pela verificação de presença, pelo elogio ou punição dos alunos” (VIANNA, 2001, p. 38). A ideia de monitores e auxiliares discentes sob a orientação de docentes, das equipes de trabalho e das turmas homogêneas, Ney Lobo levou para o ILV.

No que diz respeito às práticas escolares do CMC, Gilberto de Souza Vianna destaca a existência de “ordens bem ensaiadas, como em uma liturgia” (2001, p. 41), e somente depois de todo um ritual militar protagonizados por alunos e professor para cada aula, esta teria início; ao final, o ritual era repetido. Como vimos nas instruções para o uso da Sala-Ambiente de EMC, Ney Lobo também implementou ritos no ILV.

O ensino no CMC era fundamentalmente magistrocêntrico e regido de acordo com o “Manual do Instrutor”, este detalhado por meio de fluxogramas, e a avaliação era meritocrática. Tudo controlado, desde a postura dos professores até o tempo de cada atividade (“religiosamente”<sup>185</sup>), dos conteúdos ensinados ao teor dos exames. A divisão do tempo disciplinar fazia parte do quadro geral de atividades, e abrangia minúcias dos atos previstos dos alunos (VIANNA, 2001, p. 50). Tudo muito semelhante à rotina dos quartéis. Ali, assim como as disciplinas curriculares e as instruções práticas, a hierarquia, o tempo e o espaço funcionavam como instrumentos de educação cívica e militar.

Esse detalhismo quanto às atividades escolares, os manuais, o controle do tempo, bem como a ideia de escola em tempo integral, Ney Lobo também conduziu para o ILV. Um exemplo: as Sessões de Trabalho deveriam seguir um “programa de distribuição de tempos” (LOBO, 1972a, p. 35) dividido em três fases: a primeira, de preparação, com duração de 25 minutos, a segunda, de trabalho individual, 40 minutos, e a terceira, de trabalho coletivo, 35 minutos, somando 100 minutos para cada sessão. No entanto, Ney Lobo esclarece no plano pedagógico que “os tempos de duração das Fases não são rígidos. O mestre dispõe dos 100 minutos e deles se utiliza como lhe aprouver desde que siga a Sequência Didática das 3 Fases” (p. 36).

A respeito da arquitetura do CMC, Vianna expõe que “o prédio foi planejado para que a fachada imponente ostentasse o nome do Colégio e seu brasão” (2001, p. 58) e que no terreno havia uma capela similar à Catedral de Brasília e à do Rio de Janeiro, além de

---

<sup>185</sup> Vale lembrar as similaridades entre as instituições militares e as organizações religiosas, mormente católico romanas, no que diz respeito aos rituais, à simbologia, à hierarquia e ao controle do tempo. Vide o *Ratio Studiorum* (CAMBI, 1999, p. 255-263)



praças e placas que faziam referência a vultos e datas históricos. No ILV, tinha-se também a ostentação do nome do Colégio na fachada e um busto de Allan Kardec logo na entrada, bem como a Casa da Oração, um centro ecumênico de orações implementado com a criação da Cidade Mirim, e a referência a personalidades históricas do Brasil, principalmente na Sala-Ambiente de EMC.

Havia também atividades sociais no CMC: festas de formaturas, bailes, desfiles cívicos, bandas de música, grêmio estudantil (sem conotação política), revista da escola, campeonatos esportivos, atividades culturais etc. Tal também se deu no ILV.

Em seus currículos, Ney Lobo informa ter realizado o Projeto da Organização Administrativa do CMC. Compreendemos que os cerca de cinco anos em que esteve naquele colégio militar serviram-lhe de balizamento para sua própria atuação docente e para a organização pedagógica e administrativa que implementou no ILV, embora com modificações advindas de outras experiências e da apropriação de ideais de autores escolanovistas e espíritas, gerando um projeto pedagógico *sui generis*.

Outra modificação efetuada pelo diretor no ILV foi o regime de tempo integral. De acordo com Ney Lobo:

Um regime integral mesmo. Não como procedem alguns colégios: o semi-internato disfarçado de regime integral; e no qual o turno da tarde é ocupado com os deveres escolares (que seriam a domicílio), ou trabalhos assistidos por bedéis despreparados; ou o tempo é ocupado com esportes, brincadeiras, ou atividades pouco educativas.

No modelo que idealizamos e implantamos, o turno da tarde era igual ao da manhã, e lotado com Sessões de Trabalho idênticas às da manhã, e regidas pelos mesmos professores.

O Colégio Lins de Vasconcellos, talvez tenha sido pioneiro em instituir o regime de tempo integral autêntico e não distorcido.

Esse regime escolar requereu a instalação de uma ampla cozinha e refeitório. Mas o almoço não era obrigatório. (2001a, p. 11)

Para implementar essa estrutura, Ney Lobo sugeriu o que denominou de “Fator ‘Dúplex’”, que consistia na duplicação das Salas de Trabalho (não as denominava “salas de aula”), das Sessões de Trabalho, da carga horária semanal, da jornada de trabalhos escolares e do número de professores que dirigiam as Sessões de Trabalho.

Tratava-se de “um conjunto de medidas MATERIAIS, ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS, DIDÁTICAS e PROFISSIONAIS DOCENTES que visavam” (LOBO, 1972a, p. 46): estabelecer melhores condições de “desenvolvimento intelectual, moral e físico dos alunos” (vemos aí a tríade pestalozziana: cabeça, coração e mãos, que também influenciou os intelectuais escolanovistas no Paraná); elevar o grau de motivação dos alunos; simplificar a administração escolar, adotando o regime integral para todos os alunos (antes do presente plano, esse regime era facultativo: havia o Regime Escolar de Tempo Integral, RETI, e o Regime Escolar de Tempo Médio, RETM, este último em que o aluno estava liberado das tardes de terça e quinta-feira – ILV, s/a j, p. 2); aumentar o vínculo dos professores através do regime docente de tempo integral (com salários proporcionais); diminuição dos tempos ociosos (nas aulas e entre as aulas); aumentar o tempo das Sessões de Trabalho de 50 para 100 minutos, para que as três fases ocorressem numa mesma sessão sem interrupção (dois tempos de 100 minutos pela manhã, com intervalo de 20 minutos entre eles, e dois à tarde, com igual intervalo<sup>186</sup> – o intervalo para o almoço era de 1h50 – ver os quadros de horários no Anexo 3); e evitar a dispersão da atenção dos alunos.

Além disso, propunha instalar novas Salas-Ambientes com áreas duplicadas (cada duas salas se transformariam em uma “pela derrubada da parede divisória” – ver Anexo 4), sob a responsabilidade de um professor e uma equipe de alunos, com bibliotecas especializadas próprias e “recursos materiais necessários às pesquisas e que facultem, ao mesmo tempo, a livre, cômoda e ordenada movimentação dos alunos dentro delas” (p. 46-47). As Salas-Ambientes duplicadas, de acordo com o plano pedagógico, deveriam seguir a seguinte composição (p. 50): mesas para equipes de cinco alunos, mesa e armário do professor, quadro negro geral, quadros negros móveis para equipes; sessão de livros (biblioteca de classe); sessão de equipamentos audiovisuais; sessão de meios auxiliares; sessão de notícias (painel com recortes); filtro de água; relógio de parede; Bandeira Nacional; galeria de retratos (cientistas, artistas, escritores)<sup>187</sup>. Cada sala receberia “o

---

<sup>186</sup> Essa informação é corroborada pelo depoimento que colhemos de dois ex-alunos do ILV. Um deles estudou na escola entre 1969 e 1975 e o outro, entre 1969 e 1974. Este último nos informou que houve uma mudança (não precisou quando) em que o tempo de 100 minutos passou para 70 minutos, de modo que passaram a ter três sessões pela manhã e três à tarde.

<sup>187</sup> De acordo com o depoimento de Dona Vitória: *A sala de Educação Moral e Cívica com os bustos dos militares fardados, pelo menos aparentemente, os bustos dos filósofos que mandou fazer, do Aristóteles, do Platão... Busto, busto! Feito em gesso! Busto grande eram dois. Tinha fotos. Tinha René Descartes, Rousseau... Quando ele fez a sala de Moral e Cívica, ele mandou aqueles bustos para lá, mas ele mandou fazer para cá, para ele também. Não para cá... não estávamos aqui [no endereço atual]... na biblioteca*

nome do vulto brasileiro que mais se destacou na disciplina considerada. O seu retrato ficará colocado em lugar de destaque” (p. 50).

Este Fator “Dúplex” deveria também incorporar o ensino de inglês pelo processo audiovisual num laboratório de línguas, a realização de excursões, a disponibilidade dos professores aos pais em todas as quartas à tarde, e a realização de tardes esportivas com programa pré-estabelecido (para as quartas à tarde e sábados). Essas tardes de quarta funcionavam como “uma pausa recreativa no meio da semana retemperando o ânimo para a nova jornada” e tornando “mais aceitável o Regime de Tempo Integral” (p. 54), podendo se prestar também a competições esportivas, treinamento da Fanfarra, cinema, educação sexual, dinâmicas de grupos e dispensas de alunos para consultas médicas, compras e aulas especiais externas de outros cursos.

O regime escolar de tempo integral ia das 7h30 às 17h, com almoço facultativo (“a preços módicos”) e serviço de transporte pela escola. Um dos materiais de divulgação que encontramos (um folder) salientava que os deveres escolares eram feitos no colégio sob orientação dos professores, além das atividades esportivas e recreativas. Esse regime era, de acordo com a propaganda: a resposta mais adequada ao “problema” das mães que trabalham fora do lar; a solução aos pais que chegavam cansados em casa e não precisariam se preocupar com os deveres escolares; a resposta técnico-pedagógica aos atrativos da vida moderna; além de permitir maior tempo de educação. Este folder exibia ainda alguns serviços especiais como gabinete médico, gabinete odontológico e médico psicólogo, inclusive com instalações e equipamentos próprios. Outro material se dedicava exclusivamente a explicar o regime integral, detalhando algumas atividades, e, além dos serviços especiais já citados, propagava também a barbearia e o parque infantil.

Não é difícil imaginar que para uma escola privada, embora sem fins lucrativos, mas com grandes despesas, o público alvo deveria deter capital econômico suficiente para arcar com a formação de seus filhos. Enquanto isso, nas escolas públicas, a carga horária era diminuída para que as vagas fossem ampliadas. Assim, de acordo com José Germano, “a ampliação de oferta de vagas nas escolas públicas, portanto, se revistiu [*sic*] de um caráter meramente quantitativo, através da diminuição da jornada escolar e do aumento de turnos que comprometeram a qualidade do ensino” (1990, p. 245).

---

*onde ele estava* [de uma residência anterior da família]. *Ele mandou fazer para ele, porque ele contratou particularmente esse escultor. E ele pagou do bolso dele* (2014).

O Ano Letivo seria composto por dois períodos: o Período Letivo Fundamental (180 dias letivos de março a novembro), dividido em seis Fases Letivas de cinco ou seis semanas cada, três no primeiro semestre (de março a junho) e três no segundo semestre (de agosto a novembro); e o Período Letivo Complementar (última semana de novembro e as três primeiras de dezembro), para os alunos reprovados no Período Fundamental<sup>188</sup>.

Por fim, o currículo no ILV para o ginásio era dividido em quatro áreas (o plano não fala do ensino primário, nem do colegial): Comunicação e Expressão (Língua Nacional, Educação Artística, Educação Física e Judô); Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e Programa de Saúde); Estudos Sociais (História, Geografia, OSPB – Organização Social e Política do Brasil –, EMC, Ensino Religioso e Cidebras – Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil, uma Sala-Ambiente criada por Ney Lobo); Sondagem de Aptidões e Iniciação ao Trabalho (Iniciação à Prática do Comércio e Excursões) (ver Anexo 3).

Quanto à remuneração docente, o plano previa o pagamento pela carga horária das Sessões de Trabalho<sup>189</sup> e horas-extras (de mesmo valor da hora-aula), relativas à preparação das Sessões de Trabalho (dentro do ILV), à elaboração dos planos didáticos (idem), às sessões de aperfeiçoamento profissional<sup>190</sup> (idem), às reuniões pedagógicas, às reuniões com pais de alunos e à administração da Sala-Ambiente sob suas responsabilidades. Isso para os professores do Núcleo Base de Professores Integrados,

---

<sup>188</sup> Há um documento intitulado “Organização do Ano Letivo, Avaliação da Aprendizagem, Sistema de Recuperação” cujo conteúdo difere em alguns pontos em relação ao plano para 1972. Os capítulos e artigos desse documento não estão numerados, o que sugere tratar-se de um esboço; a data provável talvez seja do segundo semestre de 1973 ou posterior, uma vez que faz referência a um parecer de 6 de julho de 1973. Por ser uma proposta que, se entrou em vigor, talvez o tenha sido após a saída de Ney Lobo, optamos por manter nossas análises sobre o ano letivo e as avaliações da aprendizagem em torno do plano para 1972.

<sup>189</sup> Algumas Sessões de Trabalho (em princípio para as disciplinas de Matemática e Português) deveriam ser dirigidas por duplas, um professor titular e outro assistente, “um ensaio de implantação do sistema ‘*team teaching*’”, sendo os assistentes “contratados entre estudantes das faculdades de filosofia cursando as últimas séries” (LOBO, 1972a, p. 57). Uma espécie de estágio, possivelmente remunerado.

<sup>190</sup> Este aperfeiçoamento deveria se realizar nas tardes de quarta-feira, com conteúdos voltados para a didática, a filosofia da educação e a psicologia do adolescente, dentre outros temas. Para isso seriam também “convidados conferencistas especializados em educação” (p. 58). Outra forma de orientação aos professores, além de intercâmbio de informações, crítica das atividades e acompanhamento e controle do *Plano Pedagógico*, eram as Reuniões Pedagógicas, “sob a direção do DIRETOR DO ENSINO e COORDENADORES (do ensino, do Corpo de Alunos e Orientador Educacional)” (p. 58), também reservadas para as tardes de quarta. Sobre o controle do *Plano*, existe um documento sem data, intitulado “Instruções Particulares para o Exercício da Função de Assessor de Planejamento, Avaliação e Recuperação (APLANAR)” (ILV, s/a d), que trata dos encargos desse assessor. Ele tinha como obrigação coordenar o Planejamento Pedagógico, orientar os executantes e controlar a execução, e estava subordinado ao Diretor do Ensino. Há também no documento informações a esse diretor. Neste documento, o planejamento de recuperação deve estabelecer formas de recuperação intelectual, moral e psíquica, ou seja, não apenas de rendimento. A análise completa de todo o texto pode figurar como trabalhos futuros.

“um conjunto ou equipe de professores integrados no contexto escolar em situação vivencial de seus objetivos, problemas e organização e acima de tudo do seu espírito” (p. 56). O valor seria o que fixava o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino mais um adicional relativo ao regime integral, além de um acréscimo de produtividade “como compensação pelos esforços extraordinários e invulgar dedicação ao ensino” (p. 57). Ao mesmo tempo em que “os salários e as condições de trabalho dos professores [da rede pública] sofreram um agudo processo de deterioração” (GERMANO, 1990, p. 245).

Há também uma orientação mais explícita aos professores no *Plano*:

O professor deverá, num esforço de auto-avaliação, alijar de seu contexto pessoal, os traços ou resíduos que tanto têm prejudicado a eficácia do ensino e que são:

- o excesso de verbalização
- a falta de assistência direta a cada aluno
- a omissão dos processos de motivação dos alunos para o trabalho
- o pouco interesse pela aprendizagem do aluno
- a tolerância de comportamento anti-escolares [*sic*] dos alunos
- a busca de prestígio e popularidade demagógicos
- o rigor disciplinar excessivo
- o alheamento [*sic*] às atividades dos educandos. (LOBO, 1972a, p. 58 – grifos nossos)

E propunha que o professor deveria “incorporar os verdadeiros princípios da DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM”: expondo, orientando, estimulando, ajudando, corrigindo, fiscalizando e exigindo, “em contacto direto com TODOS os alunos” (p. 59), de modo que para isso deveria cultivar as qualidades de liderança, conhecimento, habilidade, autoridade, confiança e presença.

Percebemos que Ney Lobo procurou garantir a execução do seu projeto pedagógico por meio de uma equipe de professores bem remunerada (portanto motivada, em tese), bem orientada, e dedicada ao ILV em tempo integral. Ao menos no plano. Além disso, as orientações dadas aos professores demonstram certa rotura em seu *habitus* militar, mormente no que diz respeito ao moralismo e ao autoritarismo (refletidos num possível “rigor disciplinar excessivo” que deveria ser evitado), substituídos no discurso por liderança e autoridade do professor, prezando pela autonomia e a liberdade dos alunos, já que estes deveriam ser motivados e não coagidos. É importante lembrar, porém, que o

*habitus* não determina todas as práticas e representações de um agente, e não é completamente estanque, pode modificar-se ao longo de uma trajetória e continuar se construindo, o que nos leva a refletir na incorporação também do *habitus* espírita<sup>191</sup> por parte de Ney Lobo, gerando um *habitus* mais pessoal que de um campo ou de outro exclusivamente, e lhe servindo como filtro para suas leituras e estudos, promovendo uma apropriação particular tanto do militarismo, quanto do escolanovismo e do espiritismo.

Vejamos, a seguir, como se dava o ensino, a avaliação e a disciplina, esta última na qual maior influência encontramos do *habitus* militar.

#### **4.1.2 Ensino, avaliação e disciplina**

Como mencionado, as aulas foram substituídas por Sessões de Trabalho, que ocorriam em Salas-Ambientes. Ney Lobo salienta que denomina de “trabalhos”, “os resultados da ATIVIDADE do Educando manifestados e materializados em documentos, projetos, maquetes, aparelhos, materiais didáticos, etc.” (1972a, p. 12), ou seja, qualquer produção intelectual ou material realizada metodicamente pelos alunos.

Esses trabalhos estavam caracterizados em dois tipos: Trabalhos Sistemáticos, precedidos de uma preparação e seguindo uma sequência de fases didáticas, subdivididos em Trabalho Individual (TI) e Trabalho Coletivo (TC); e os Trabalhos Assistemáticos, não fracionados em fases didáticas, independentes das Sessões de Trabalho, subdivididos em Trabalho Permanente (TP), Trabalho Externo (TEX) e Trabalho Especial (TES).

Os TIs deveriam ser realizados de maneira exclusivamente pessoal, sem ajuda ou comunicação com colegas, mas com pesquisa em fontes materiais e orientação individual do professor, e poderiam ser uma produção intelectual, um estudo dirigido, uma maquete, um experimento em laboratório, ou mesmo o julgamento moral de alguma situação ou ideia. Já os TCs eram executados em equipes e poderiam ser da mesma natureza dos TIs, por meio da compreensão do problema, da pesquisa, da teorização e da aplicação. “Apesar da responsabilidade ser coletiva a execução é, assim mesmo, individual” (p. 13), isto é, todos os alunos deveriam executar o mesmo trabalho ou parte dele, mantendo trocas de

---

<sup>191</sup> Poderíamos caracterizar o *habitus* espírita como: uma estima especial à cultura letrada, principalmente à ciência e à filosofia; a preocupação com a prática da caridade, entendida como benevolência, indulgência e perdão, muitas vezes pendente ao assistencialismo na prática; a tendência à infalibilização da obra de Allan Kardec (de um modo geral, não por parte de todos os espíritas); a compreensão da existência humana como parte de um extenso processo pedagógico efetivado ao longo de inúmeras reencarnações do espírito; a percepção da mediunidade como faculdade orgânica; e a crença cristã em Deus e na imortalidade da alma.

ideias, debates e consultas entre si ou em livros, cadernos, notas etc., de modo que “os alunos mais fortes” deveriam “cooperar com os mais fracos ou atrasados, o que não implica em fazer o que lhes cabe cumprir (ditando ou ensinando as soluções)” (p. 13). Para Ney Lobo, essa cooperação tinha a finalidade de infundir “valores éticos e altruístas na estrutura espiritual do educando, manifestada pelo espírito de solidariedade” (p. 22), asseverando mais tarde que *a cooperação é o vestibulo da fraternidade*<sup>192</sup> (2001a, p. 6), mas para isso, eram *condições Essenciais deste processo de trabalho: cooperação efetiva e reflexão* (p. 6), além disso, dever-se-ia evitar “com todo o empenho a marginalização de qualquer aluno em relação ao trabalho cooperativo dentro da equipe” (1972a, p. 31).

Enquanto isso, os professores deveriam prestar assistência por meio de orientações coletivas a cada equipe e estimulação à cooperação, sem responder perguntas diretamente. Os TIs eram uma preparação para os TCs, e estes poderiam ser uma recapitulação, um aprofundamento, consequências, conclusões, práticas, críticas, uma apreciação, confrontos, julgamento, esquema etc., daquele, tanto quanto possível em forma de problema (p. 14). Assim, TIs e TCs deveriam tratar do mesmo assunto em uma mesma Sessão de Trabalho de 100 minutos, constituindo “uma UNIDADE-TAREFA denominada TRABALHO”<sup>193</sup> (p. 14).

Já para os Trabalhos Assistemáticos, o plano propõe que os TPs deveriam requerer um tempo mais longo, de 15 a 60 dias, para serem elaborados, também orientados por um professor, na forma de álbuns de recortes de jornais, trabalhos comemorativos, pesquisas, projetos etc.; os TEXs se caracterizariam por visitas, excursões, entrevistas e pesquisas bimestrais; e os TESs seriam trabalhos desenvolvidos durante as Sessões de Trabalho (um a cada duas sessões sistemáticas), mas sem a sequência TI e TC, tais como seminários, painéis, simpósios, mesas redondas, dramatizações, discussões dirigidas, debates livres, sessões de cinema, entrevistas, diálogos, estudos livres etc. Caso sobrasse tempo nessas sessões especiais, ele deveria ser aproveitado “para orientações e acompanhamento da realização dos Projetos<sup>194</sup>” (p. 40), constantes no “Plano Anual de Projetos”.

---

<sup>192</sup> Em nota de rodapé a essa assertiva, Ney Lobo explica que *alguns mestres precipitadamente pensavam que havíamos oficializado a cola. Pelo contrário, estávamos sublimando o intercâmbio discente ao alto expoente da fraternidade, pela ajuda mútua moral e legítima* (2001a, p. 6 – nota).

<sup>193</sup> Encontramos em Lourenço Filho, na obra *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (uma das fontes de Ney Lobo), uma distinção entre “lição” (do tipo tradicional) e “unidade de trabalho”, enfatizando que a segunda segue um tipo de planejamento e de execução mais significativo para os alunos (1978, p. 220).

<sup>194</sup> O Anexo 5 do plano pedagógico se intitula “Instruções Reguladoras das Exposições de Trabalhos e Realizações de Projetos”, e explicita em três páginas os objetivos (desenvolver nos alunos a iniciativa, a

As “Equipes de Trabalho” para os TCs tinham algumas peculiaridades: eram permanentes, constituídas no primeiro semestre e podendo ser reconstituídas para o segundo semestre (apenas pequenas modificações poderiam ocorrer no meio de um semestre<sup>195</sup>, mas nunca durante uma fase letiva, somente entre elas), e compostas de cinco alunos (às vezes quatro ou seis) “sob o critério da homogeneidade, isto é, separando os meninos das meninas do que resultam equipes masculinas e equipes femininas” (p. 19). Para se montar as equipes, Ney Lobo estruturou um sistema próprio, que deveria ser conduzido pelo professor “orientador da classe”:

- a) Procede-se ao levantamento sociométrico da classe com a finalidade de destacar tantos líderes quantas sejam as equipes a constituir. Dever-se-á proceder separadamente para a subclasse das meninas e dos meninos. Esses líderes serão depois instituídos como COORDENADORES DOS TRABALHOS;
- b) Convocam-se os líderes para indicarem um colega, fora do conjunto de líderes, para participar da equipe, constituindo-lhe o NÚCLEO junto com o líder;
- c) Num terceiro turno, os demais alunos procuram incorporar-se a uma das equipes por afinidades naturais. Essa última fase deve durar no mínimo duas semanas, durante as quais os alunos podem mudar livremente de equipe; os NÚCLEOS, porém, não podem mudar;
- d) Ao termo desse período é anotada a composição das equipes e consideradas organizadas e permanentes;
- e) Uma vez constituídas as Equipes, serão nominadas de acordo com o onomástico dos seus PATRONOS CÍVICOS que passam a ser escolhidos mediante especial processo. (p. 20-21)

Desse modo, a “aula” do professor se restringia apenas à primeira fase didática das Sessões de Trabalho, com duração de 20 a 30 minutos, com o objetivo de preparar os alunos para os TIs (segunda fase) e TCs (terceira fase), podendo se caracterizar por exposições (com ou sem recursos audiovisuais), interrogatórios, leitura de textos

---

criatividade e a originalidade, maior compreensão dos conteúdos ministrados, além de transformar a produção dos projetos em material didático a ser utilizado posteriormente), os tipos de trabalhos, os requisitos dos trabalhos (criatividade, originalidade, reprodutibilidade e funcionalidade), o planejamento anual dos projetos, além de explicar sobre as exposições (permanentes, periódicas e eventuais), como se daria a coordenação dos projetos (a cargo da Professora Assistente para Atividades Especiais) e sobre os prêmios e financiamentos (com direito a solenidade).

<sup>195</sup> Caso uma equipe apresentasse desajustes profundos entre os membros, não podendo ser resolvidos por pequenas alterações, o professor orientador, assessorado pelo “Serviço de Orientação Educacional”, deveria proceder com dinâmicas de grupo.



(individualmente ou não), demonstrações, ou mesmo uma explanação por parte de uma das equipes. Este momento, no entanto, deveria se pautar pelo isolamento e pela receptividade dos alunos, “sem se comunicarem entre si” (p. 29), mas também pela motivação exercida pelo professor, de modo a fazer o aluno “querer aprender”. Portanto, era papel do professor tornar as Sessões de Trabalho informais, atraentes e variadas, sem perder o controle da classe e dedicando-se exclusivamente aos alunos (p. 33)<sup>196</sup>.

Assim sendo, “as salas apresentarão aquelas condições de uma verdadeira oficina de trabalho: alguns grupos redigindo, outros debatendo, outros pesquisando, procurando materiais ou consultando o professor” (p. 33). De acordo com Ney Lobo, *foi coibida toda e qualquer aula ou seus disfarces e simulacros (...) Apagando a imagem da classe-auditório e do aluno-ouvinte. E erradicação quase total da verbalização* (2001a, p. 5).

Um dos ex-alunos que entrevistamos nos disse: *Sentávamos em mesas de cinco alunos. O professor fazia uso de quadro negro. O que mais tínhamos eram trabalhos em equipe. Alguns individuais, mas poucos* (DE LUCA, 2014). Outro ex-aluno confirmou: *Nas aulas predominavam trabalhos cooperativos em equipes, mas haviam trabalhos individuais, e que cada equipe tinha seu representante e seu auxiliar* (MUNHOZ, 2014).

Anteriormente ao plano pedagógico para 1972, essas Sessões de Trabalho já haviam sido experimentadas nas disciplinas de Desenho, Inglês e OSPB, “com plena viabilidade de rendimento de acordo com os relatórios verbais dessas cadeiras” (LOBO, 1972a, p. 35). O plano atual, no entanto, as generalizava para todas as disciplinas. Ou seja, primeiro Ney Lobo testou a sua ideia, a validou, para depois fazer uma proposição mais ampla, testar novamente, e só mais tarde sistematizá-la.

A respeito das avaliações, cada uma das seis Fases Letivas do Período Fundamental se encerraria com uma Verificação Escrita (VE), em dia estabelecido pelo professor, com duração de 50 minutos, portanto meia Sessão de Trabalho, de modo que de 1,5 a 2,5 Sessões de Trabalho “imediatamente anteriores à Sessão de Verificação” (p. 61) seriam

---

<sup>196</sup> Em seu planejamento, o professor deveria montar as Sessões de Trabalho a partir do TC, passando pelo TI e depois a preparação, em ordem inversa à da execução pelos alunos (LOBO, 1972a, p. 36). Vemos aí a importância dada aos trabalhos em equipes.

dedicadas ao estudo livre por parte dos alunos ou estudo supervisionado, mas de modo a “tornar o educando independente do professor”<sup>197</sup> (p. 41).

Além das VEs, existiam também as Verificações Surpresas (VS), uma ou duas sem aviso prévio, ao longo de cada fase, com o objetivo de valorizar os TIs. A ideia era também manter um constante grau de expectativa nos alunos, de modo a que se empenhassem em seus trabalhos individuais, já que estes é que serviriam de parâmetro para tais avaliações.

Após explicitar as fórmulas matemáticas utilizadas para o cálculo das Notas Parciais de cada fase, o plano pedagógico segue explicando que os TCs de cada equipe, embora elaborados em colaboração mútua, eram executados, como dito, individualmente; ao final, o professor escolhia um TC de um aluno da equipe e lhe atribuía uma nota, tomando-se esta a nota da equipe. Ney Lobo considera esse um artifício, um motivo impulsor da cooperação (p. 22). O Grau do Trabalho (GT) para cada aluno seria a média aritmética entre a nota do seu TI e a nota do TC de sua equipe. Entretanto, se o GT fosse abaixo de cinco, ficaria o aluno apenas com a nota do TI. Ney Lobo justifica:

1º - por princípio de justiça distributiva, porque o aluno não terá dado a sua contribuição mínima para poder se beneficiar dos resultados dos esforços do seu grupo;

2º - por razões práticas, para evitar que o educando se exima do esforço pessoal confiado na diligência dos companheiros. (LOBO, 1972a, p. 64)

Assim, a Nota Parcial (NP) de cada fase consistiria na média aritmética entre os GTs, as VSs e a VE. Porém se a VE fosse menor do que cinco, esta seria a sua NP. Esse procedimento seria a forma de garantir a convergência entre o que o aluno sabia e o que ele tinha feito. Para Ney Lobo, essa forma de quantificação das avaliações constituía “um forte argumento a ser apresentado ao aluno de que não basta FAZER; terá ainda, e principalmente, de SABER” (p. 64).

Os alunos reprovados deveriam se inscrever no Período Complementar, cuja programação consistia na alternância de Sessões de Trabalho e Estudo Livre, finalizado com uma Prova Escrita. O plano dá ainda outros detalhes para este período e explica como

---

<sup>197</sup> Esta citação está entre aspas no texto de Ney Lobo, e embora não esteja referenciada, é provavelmente proveniente da obra *Educação e Metodologia* de Imídeo Nérici, uma vez que tal obra é mencionada pouco antes da citação.

deveriam ocorrer os Exames de 2ª Época. Explica ainda os trâmites para os Exames de Admissão à 1ª Série Ginásial, mesmo após a abolição desses exames pela Lei 5.692/71.

Ney Lobo afirma que *foram realmente erradicadas todas as provas periódicas e as finais. A avaliação era diária (...). Todos os Trabalhos realizados pelos alunos durante o ano letivo eram avaliados* (2001a, p. 10), e complementa expondo um modelo de avaliação que, se implementado, teria sido mais uma inovação daquela instituição:

Antes de deixarmos a direção, tínhamos idealizado um modelo de *heteroavaliação da auto-superação do educando*, pelo qual o educador avaliaria o educando, não o comparando com os demais (como se procede tradicionalmente<sup>198</sup>), mas *comparando o aluno com ele mesmo em duas épocas diferentes (auto-superação)*. Esse modelo teve como inspiração o texto de (EE – III, p. 10<sup>199</sup>): “O homem não (deve) procurar elevar-se acima do homem, mas acima de si mesmo, aperfeiçoando-se”. (p. 10 – grifos no original)

Além das avaliações de aprendizagem, caberia à Coordenação do Ensino aplicar Testes de Controle curtos e por amostragem (cinco alunos por série e por disciplina), cujas notas não seriam computadas para os alunos. Presumimos que se tratasse de uma forma de aferição dos processos de ensino-aprendizagem por parte da Direção Colegiada, ou seja, independente das aferições realizadas pelos professores.

No que concerne à disciplina, fazamos novamente uma comparação com o CMC. Lá, a disciplina era basicamente punitiva, e as punições se aplicavam cotidianamente aos menores deslizes, constando desde pequenos castigos a privações do lazer, com o intuito de corrigir o aluno ou reduzir seus desvios. Além das punições, havia também as recompensas, no sentido de gerar uma hierarquia qualitativa entre os estudantes. Já no ILV, o regime disciplinar era também austero, embora não houvesse tanta rigidez. Um dos ex-alunos afirmou que Ney Lobo *era muito enérgico, nunca sorria, e quando sorria tinha uma certa malícia em seu sorriso, tipo: “Te peguei”*; sobre a relação que mantinha com os alunos, disse que *a relação naquela época era muito severa e ele aplicava essa ideia de respeito muito bem, todos tinham medo e respeito por ele* (MUNHOZ, 2014). O

---

<sup>198</sup> Vale esclarecer que a ideia de educação tradicional para Ney Lobo é aquela mesma conceituada pela Escola Nova: simplicidade, análise e progressividade dos conteúdos, formalismo didático, memorização, autoridade (ou autoritarismo) docente, castigos e recompensas, emulação da atividade etc. (SAVIANI, 2004, p. 26-27).

<sup>199</sup> Refere-se a *O Evangelho Segundo o Espiritismo* de Allan Kardec, capítulo III, item 10 (KARDEC, 1998a, p. 57).

outro ex-aluno recordou que o diretor era *severo*, mas justificou: *note que passei por lá no regime militar do país e ele era como um general. Impunha-se e os alunos tinham medo e respeito. Todos os professores respeitavam muito o diretor* (DE LUCA, 2014).

No plano pedagógico para 1972, não constam orientações disciplinares explícitas, a não ser as que dizem respeito ao trabalho docente e à execução das Sessões de Trabalho. No entanto, encontramos alguns documentos que regulavam essa matéria.

O “Termo de Responsabilidade do Aluno” dirigido aos estudantes de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série traz informações sobre a apresentação pessoal, a disciplina, as proibições, a frequência e o regime escolar. O termo, que era entregue aos alunos, é da década de 1970, mas o teor sugere ser anterior ao plano para 1972 (ou seja, é de 1970 ou 1971).

Consta, então, que os alunos, para entrarem no colégio, deveriam se apresentar com uniformes completos, limpos e bem passados, sapatos bem engraxados, cabelos penteados (ILV, s/a j, p. 1). Para os alunos com mau comportamento, estavam previstas sanções disciplinares seguindo a seguinte ordem: repreensão verbal; repreensão escrita; Dinâmica de Recuperação Educacional (DIRE); Trabalho Escrito de Recuperação Educacional (TERE); afastamento; interdição de um a oito dias; transferência; e por fim, cancelamento da matrícula. O ILV se responsabilizava de forma quase militar:

No resguardo da ordem e da disciplina que asseguram ambiente de trabalho proveitoso e bom rendimento escolar, avoca a Direção o direito de orientar, aconselhar, advertir e punir. SEM INTERFERÊNCIAS dos pais ou responsáveis a não ser quando solicitado. (p. 2)

Era também proibido fumar no interior da escola (assim como fora dela, se estivesse uniformizado), mascar chicletes (idem), levar para a escola brinquedos, rádios, gravadores, ferramentas ou outros objetos “a juízo da Direção”. O aluno deveria frequentar pelo menos 75% das Sessões de Trabalho, inclusive em Educação Física; as faltas à Hora Cívica seriam computadas na disciplina de EMC; e o aluno somente poderia retirar-se durante o dia letivo sob autorização escrita ou telefônica do responsável. O termo ainda fala dos regimes escolares (tempo integral e tempo médio), salientando que para os alunos das 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries, haveria “visitas às empresas com objetivos educacionais (sondagem de aptidão) de frequência obrigatória”, enquanto que para as 7<sup>as</sup> e 8<sup>as</sup> séries seria “instaurada a iniciação para o trabalho” (p. 2).

Por fim, o termo torna os alunos “responsáveis PECUNIÁRIA E DISCIPLINARMENTE pelos danos causados em qualquer objeto, equipamento, mobiliário etc., do Colégio” (p. 3), assim como por manter completa a sua coleção de materiais escolares.

Outro documento, esse intitulado “Instruções Reguladoras do Exercício da Função de Coordenador do Corpo de Alunos” (ILV, s/a e), anterior a 1971 (pelo conteúdo), traz mais informações acerca do regime disciplinar instaurado no colégio (aparentemente dizia respeito apenas aos alunos do ginásio). Tal coordenador teria como funções gerais: o controle dos alunos; a disciplina escolar; as ligações e colaborações (contatos internos e externos, entendimentos, recursos de motivação e consultas entre “todos os agentes educativos” – p. 6, bem como a organização da Associação de Pais e Mestres, sendo dela o secretário); os Serviços Especiais (Orientação Médico-Educacional, Assistência Odontológica, Pequenos Socorros<sup>200</sup>, Transporte de Alunos e Segurança de Pertences<sup>201</sup>); e as Atividades Especiais (Grêmio Estudantil “Allan Kardec”, Fanfarras Escolares, recreação e atividades sociais, competições esportivas e Jornal Mural). Vamos nos ater, em nossas análises, particularmente às duas primeiras funções.

O controle dos alunos se efetivaria através de: orientação aos inspetores e fiscalização; formaturas comuns<sup>202</sup>; trânsito das turmas (em coluna, com “relativo silêncio e ordem”, sem “correrias, atropelos e vozerio” – p. 2), controle dos portões; dispensa dos alunos; bem como controle de assiduidade, pontualidade e frequência dos alunos (“os alunos que chegam atrasados [*sic*] ao Colégio deverão ser encaminhados à sala de espera e registrado o atraso em caderno especial” – p. 3).

A disciplina escolar se dizia preventiva, e se daria mediante todas as atividades da Coordenação do Corpo de Alunos, acrescidos de: recompensas e punições; apresentação pessoal dos alunos; e formas de tratamento. Dessa maneira, os professores, inspetores e outros funcionários deveriam encaminhar ao coordenador os alunos que tivessem

---

<sup>200</sup> Não podemos deixar de notar a relação entre higiene, saúde e educação, também preceitos da Escola Nova.

<sup>201</sup> Com uma abordagem skinneriana, o documento propõe: “Para estimular e reconhecer o mérito dos alunos aqueles que acharem objetos e entregarem à COORDENAÇÃO DO CORPO DE ALUNOS deverão ser elogiados” (ILV, s/a e, p. 11).

<sup>202</sup> Formação dos alunos em horários específicos anteriormente ao início de atividades e para o embarque à saída. No documento, temos ainda a seguinte orientação: “Essas FORMATURAS devem também ser aproveitadas, quando oportuno, para alguns minutos de práticas de ordem unida, tendo em vista futuros desfiles do Colégio” (ILV, s/a e, p. 2).

transgredidos as normas disciplinares. Este então deveria decidir cada caso partindo do seguinte protocolo:

- (1).Informar-se de todas as circunstâncias que envolveram a ocorrência;
- (2).Ouvir testemunhas;
- (3).Ouvir o Professor orientador da classe a que pertence o aluno;
- (4).Consultar a Orientação Educacional;
- (5).Auscultar a opinião dos pais no caso de transgressão grave ou reincidência contumaz em pequenos ilícitos disciplinares. (p. 4)

Feito isso, o coordenador decidiria entre: aconselhar e orientar, preferencialmente; encaminhar à Orientação Educacional, no caso de suspeita “de que o domínio das causas do comportamento anti-social [*sic*] escape ao domínio da vontade do educando por condicionamento doméstico, psíquico, social ou mesmo orgânico” (p. 4); ou punir, como último recurso. Neste caso, seguiria a seguinte ordem (um tanto diferente da que vimos para o “Termo de Responsabilidade do Aluno”): repreensão verbal; repreensão escrita; suspensão de até dois dias; suspensão de três a oito dias; suspensão de nove a 15 dias; desligamento do colégio; e expulsão. As três últimas punições dependiam de aprovação do diretor. Havia ainda sanções especiais como: suspensão do uso do transporte do colégio, cancelamento de assinatura do transporte, e suspensão das atividades esportivas e judô. Todas as ocorrências devidamente registradas.

Não havia apenas punições, mas ainda recompensas, justificadas da seguinte forma:

Tendo em vista o Princípio do Reforço do comportamento desejável, (SKINNER) tôdas as manifestações positivas dos alunos devem ser destacadas através do elogio por escrito e lido para todo o Corpo de Alunos por ocasião da Hora Cívica. Nesse sentido, os professôres, inspetores, etc. devem ser lembrados para participarem ao COORDENADOR as manifestações que merecerem êsse louvor. (p. 5)

Intencionava-se estudar um “Sistema de Estímulos” às boas ações dos alunos. E essa foi uma das poucas referências tecnicistas (portanto, contraditórias ante a pretensão

de uma gestão democrática), junto com a citação do psicólogo estadunidense Burrhus Frederic Skinner<sup>203</sup>, que encontramos nos documentos normativos da escola.

Aliás, vale destacar a influência dos Estados Unidos muitas vezes aludida nesse contexto do Regime Civil-militar; esta se deu não apenas nos campos político e econômico sob uma ideologia anticomunista já desde o fim da Segunda Guerra, mas também no campo educacional. Desde os fins da década de 1950, vários acordos foram feitos entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), compreendendo desde o ensino primário à pós-graduação. Mas os acordos realizados a partir de 1964 deram uma feição mais tecnicista à educação brasileira, “peritos norte-americanos se instalaram no MEC; milhares de brasileiros – notadamente técnicos de nível superior – foram treinados nos EUA” (GERMANO, 1990, p. 177). Tecnologias educacionais passaram a ser impostas, até mesmo o uso de satélites. Ocorre que os intelectuais interessados pelas reformas educacionais eram, em boa parte, aqueles mesmos reprimidos pelo governo, e este então acabou precisando buscar subsídios intelectuais na agência norte-americana. Os acordos cobriam, inclusive, “o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 32).

O que transparece é uma visão utilitarista, presente inclusive nas leis da reforma educacional, que visaram relacionar, de maneira direta, a escola e o mercado de trabalho, subordinando todo o sistema educacional às necessidades prementes do modo de produção capitalista. Daí os acordos com a USAID por um lado, na tentativa de “modernizar” a educação no sentido tecnicista e profissionalizante, e de outro lado, a tentativa de adequação ideológica através de disciplinas como EMC e OSPB. No fim, os objetivos eram majoritariamente econômicos e políticos, pouco pedagógicos, visando meramente o crescimento da economia, com base na disponibilidade de mão de obra.

Mas apesar da alusão a Skinner, a proposta de Ney Lobo não pode se encaixar numa perspectiva tecnicista, em sua generalidade. A orientação do diretor estava mais alinhada ao escolanovismo, e propunha que a disciplina fosse diretiva, preventiva e corretiva, e o coordenador estaria responsável pela disciplina nos pátios, corredores, escadas e outras dependências, além de, “discretamente” verificar as condições de disciplina e higiene das

---

<sup>203</sup> Skinner foi um dos expoentes da escola psicológica do comportamentalismo (behaviorismo), e descreveu como respondem os organismos vivos em vista dos estímulos ambientais, como uma forma de condicionamento, ao qual conceituou como Condicionamento Operante.

Salas de Trabalho. Mas havia também uma recomendação com características, em tese, democráticas: “É de todo recomendável que o COORDENADOR e DIRETOR mantenham o DIÁLOGO com duas turmas por semana a fim de auscultarem as suas reivindicações, insatisfações e sugestões” (ILV, s/a e, p. 5). Ou seja, partia-se do pressuposto de que a indisciplina poderia ser prevenida a partir do tratamento de suas possíveis causas.

Caberia também ao coordenador zelar pela apresentação pessoal dos alunos (calçados, uniformes, cabelos, higiene etc.), orientando, chamando a atenção e procedendo com a revista e correção dos uniformes. A boa apresentação pessoal faz parte do *habitus* militar, como lembra Atássio (2015, p. 30). Nesse ponto não havia sanções claras, mas havia reforço positivo (que pode também ser interpretado como discriminação), como “destacar à frente nas formaturas os alunos de melhor apresentação pessoal, por série ou por turma” (ILV, s/a e, p. 6).

Quanto às formas de tratamento, todos os professores e funcionários deveriam ser tratados por “senhor”, ao mesmo tempo em que os alunos deveriam “ser tratados com todo o respeito devido a sua dignificação como pessoa humana em evolução e em processo de crescimento físico, moral, intelectual e espiritual” (p. 6). No entanto, deveria ser evitada “qualquer forma de tratamento dos alunos protecionista, piegas ou ingênuo” (p. 6). Não nos escapou, porém, a existência de certa rigidez militar, ou mesmo religiosa:

Quando na presença do COORDENADOR ou do DIRETOR para serem ouvidos ou orientados *formalmente* os alunos deverão manter atitude de respeito e de comedimento nos gestos. Para isso deverão permanecer com as mãos cruzadas nas costas. Quando em grupos deverão postar-se “linha em uma fileira” para serem ouvidos ou orientados. (p. 6 – grifo no original)

As orientações de *mãos cruzadas nas costas* e *postar-se “linha em uma fileira”* são claramente militares. Percebemos, assim, que embora Ney Lobo desse prioridade aos princípios escolanovistas quanto ao ensino e à avaliação, a disciplina tinha influência comportamentalista, particularmente skinneriana, com rigores militares. O diretor mudou de ideia no decorrer dos anos. A Dora Incontri informou que antes de sair do ILV, estavam sendo estudadas outras propostas a serem implantadas a respeito da disciplina escolar:

Estavam para ser abolidos todos os castigos e todas as recompensas (prêmios, louvores, menções honrosas, etc.). O dever deveria ser



cumprido unicamente pelo dever mesmo: “Tu deves” (o imperativo categórico de Kant).

(...)

Os castigos estavam para ser substituídos pelo *princípio disciplinar espírita da REPARAÇÃO das faltas cometidas* (ofensas, danos, prejuízos, indisciplina, etc.). Vide seu fundamento doutrinário em (“Céu e Inferno” [*O Céu e o Inferno*, de Allan Kardec], cap. VII, [item] 17, nota 1, p. 3), e em (Cap. V, [item] 8 de “O Evangelho Segundo o Espiritismo” [também de Kardec]). (2001a, p. 10 – grifo no original)

Em nota de rodapé ao *imperativo categórico de Kant*, Ney Lobo demonstra a mudança de convicção: *Vide a obra “Punidos pelas Recompensas” de Alfie Kohn (ed. Atlas/SP – 1998). É uma demonstração inegável da nocividade das recompensas, prêmio, elogios e de outras formas de suborno na educação e nas empresas (p. 10 – nota).* Essa mudança se mostra claramente em suas obras.

Até estes parágrafos, quase todos os documentos por nós analisados diziam respeito ao curso ginásial<sup>204</sup>, uma vez que foi onde Ney Lobo atuou predominantemente enquanto professor, e ao qual deu maior atenção enquanto diretor, haja vista que a disciplina de Educação Moral e Cívica, centro de todo o processo pedagógico do ILV, era lecionada para as séries de 5ª a 8ª. Entretanto, destacamos neste capítulo a sua iniciativa pedagógica que talvez tenha se configurado como a maior contribuição à visibilidade daquela escola (tanto que foi a única instância que lhe sobrou): a Cidade Mirim, uma mini república infantil concreta, com finalidades de educação cívica e moral, exclusiva dos alunos do curso primário, pré-primário e jardim de infância. É o que analisaremos a seguir.

### 4.1.3 A Cidade Mirim

Em vista dos princípios aplicados na Cidade Mirim, inaugurada em maio de 1970<sup>205</sup>, Dora Incontri conclui que Ney Lobo estava “plenamente inserido na tradição rousseauiana e pestalozziana” (2001, p. 246). Aliás, o filósofo faz menção várias vezes aos dois educadores suíços em suas obras. Portanto, cabe dizer que a ideia de repúblicas infantis ou de municípios escolares não é original de Ney Lobo, remonta até mesmo a

<sup>204</sup> Encontramos alguns poucos documentos que se referiam ao curso primário e ao curso normal, mas cujas análises não seriam proveitosas a esta tese.

<sup>205</sup> Na inauguração, nem todas as instalações definitivas da Cidade Mirim estavam completas; em outubro de 1971, por exemplo, a Câmara de Vereadores ainda estava em construção.

Johann Heinrich Pestalozzi, nos séculos XVIII e XIX. O pedagogo português António Sérgio de Sousa Júnior já publicava em 1915 a obra intitulada *Educação Cívica* em que disserta a respeito do *self-government*, dos objetivos e princípios dos municípios escolares, bem como de suas organizações e disciplinas, por meio dos exemplos que encontrou em vários países, explicando que, para o aluno, a doutrina moral e a educação cívica são ineficazes “se a escola lhe não fornece condições para genuínos actos sociais, semelhantes às que depois, adulto, encontrará” (SÉRGIO, 1984, p. 40). Não encontramos referências de Ney Lobo a esta obra, mas ela atesta a anterioridade da ideia, assim como semelhanças com os propósitos do diretor do ILV. Aliás, o próprio Ney Lobo afirmou, como assinalamos no capítulo anterior, que Lins de Vasconcellos já havia sugerido algo análogo em 1918, ou seja, escolas funcionando como repúblicas infantis.

De acordo com o acervo fotográfico a que tivemos acesso (Anexo 5), bem como as descrições dadas por Ney Lobo (2003, p. 459-460) e em documentos da escola (ILV, 1972a), podemos dizer que a Cidade Mirim era constituída por cerca de uma dezena de edificações em miniatura construídas em madeira<sup>206</sup> (na sua maior parte), seguindo variados estilos arquitetônicos, sendo cada unidade erguida em dimensões proporcionais à estatura de crianças de seis a onze anos de idade. Havia uma pequena piscina num canto da cidadezinha, “como elemento subsidiário de decoração e de recreação” (ILV, 1972a, p. 1), e o espaço era todo pavimentado, havendo ainda uma extensão gramada e cercada envolvendo parte da piscina e separando a minicidade de outras dependências da escola.

Importante deixarmos claro que a Cidade Mirim não era o todo do curso primário, mas parte das estratégias pedagógicas do curso. Dito isso, devemos compreender que os alunos tinham suas atividades típicas do primário em Salas de Trabalho, enquanto que a minicidade seguia uma orientação especial, de caráter mais lúdico e vivencial. As “Instruções Reguladoras das Operações da ‘Cidade Mirim’”<sup>207</sup> diziam que a cidadezinha “constitui um instrumento didático com funcionalidade educacional tendo por objetivo geral a antecipação em nível pedagógico e orientado de algumas vivências e experiências limitadas da vida de uma pequena comunidade urbana” (p. 1).

---

<sup>206</sup> A Cidade Mirim atual, do Colégio Opet, é feita em alvenaria, em estilo diferente da minicidade anterior, disposta em outro local do terreno do colégio e com outra configuração e regras.

<sup>207</sup> Encontramos três versões desse documento, com pequenas divergências entre eles. Um deles trazia ao lado do título a inscrição “Circ. 1/72” e noutro estava escrito “Lei Orgânica” abaixo do título. Preferimos analisar a Circular 1/72, visto ser o documento mais extenso e completo dentre os três. Entretanto, citaremos os outros dois em alguns pontos de divergência.

De acordo com as instruções, tinha-se ainda como objetivos operacionais aos alunos: proporcionar experiências de gestão e utilização de empresas comerciais; estimular o espírito de iniciativa, previdência e controle; oferecer vivências que levassem em consideração as responsabilidades em dirigir e organizar algo de interesse coletivo; e “fazer os educandos viverem, de certo modo e em grau restrito, os percalços, emoções e dificuldades no exercício de funções delegadas e confiadas pela comunidade” (p. 1).

Para cumprir tais objetivos, os alunos gerenciavam as pequenas casas, distribuídas e numeradas da seguinte forma: Casa da Oração Mirim, nº 92; Prefeitura Mirim, nº 93; Fedato Sports Mirim (casa comercial), nº 94; Livraria Ghignone Mirim (comércio), nº 95; Administração e Câmara de Vereadores Mirim, nº 96; Prosdocimo Mirim (também comércio), nº 97; Mazer Mirim, nº 98 (comércio); e Banco Bradesco<sup>208</sup> Mirim, nº 99<sup>209</sup>.

Essas miniunidades comerciais foram construídas com o patrocínio de comerciantes de Curitiba, representando suas casas comerciais, e operando no mesmo ramo. Dessa forma as lojas mirins eram arrendadas pelas empresas patrocinadoras, de modo que o dinheiro desse arrendamento se destinava à manutenção e melhoramento de toda a pequena cidade, assim como “ao reforço das operações comerciais” (p. 2). O lucro obtido nas transações comerciais de cada lojinha deveria ser aplicado na própria unidade, para a reposição dos estoques e manutenção da casa, ou como reforço do fundo do Banco Mirim (todas as casinhas comerciais deveriam ter contas próprias nesta agência), ou seja, não poderia ser apropriado pelos alunos que as gerenciavam.

Quanto à seleção dos alunos para atuar na área comercial, tal ocorria da seguinte maneira: a cada semana, a Professora Administradora (a mesma Orientadora-Executiva), juntamente com a Professora de Classe, escolhia, dentre os “alunos que mais se destacaram durante a semana” (p. 2), uma “diretoria” para cada unidade. Essa diretoria

---

<sup>208</sup> José Willington Germano lembra que “a Lei Nº 6.297, de iniciativa do Ministro da Educação General [paranaense] Ney Braga, aprovada em 1975 pelo Congresso Nacional, (...) concedia incentivos fiscais às empresas que tivessem projetos de formação profissional, da qual um dos maiores beneficiários é a Fundação Bradesco (Banco Brasileiro de Descontos)” (GERMANO, 1990, p. 300). Talvez visando tais incentivos, o Bradesco investiu no ILV.

<sup>209</sup> Essa descrição está no documento de “Instruções” a que fizemos alusão, qual seja, o Ofício Circular 1/72. Nos outros dois documentos similares, as casas não estão numeradas. Em um deles, não há a Administração e Câmara de Vereadores Mirim, em seu lugar tem-se a Sede Provisória do Clube Mirim; possivelmente esse documento é anterior à construção da Câmara. No outro documento, a “Lei Orgânica”, não há o adjetivo “Mirim” para a Casa da Oração, nem consta a Administração e Câmara ou a Sede do Clube, o que sugere ser também anterior; as casas comerciais neste documento são “Foto-Boutique” Mirim, “Livraria Ghignone” Mirim, Farmácia Mirim, Casa “Fedato Esportes” Mirim, Casa de Brinquedos Mirim, Banco “Bradesco” Mirim.

era composta por um gerente, encarregado das transações bancárias e supervisão geral, um caixa, encarregado de receber o dinheiro das vendas e anotar o movimento diário, um balconista, encarregado de atender os demais alunos (clientes, supomos), e um vigilante, para manter a ordem fora e dentro da unidade, “usando para isso boné com o distintivo de VIGILANTE DA CIDADE MIRIM, cinturão e caderneta de anotações” (p. 2)<sup>210</sup>.

A Casa da Oração Mirim foi patrocinada pela FEP, e se tratava de um recanto de recolhimento espiritual (cristão, embora dito ecumênico e aconfessional), sem imagens ou objetos que remetesse a alguma religião específica, com exceção de uma bíblia ao centro sobre um pedestal. O espaço podia abrigar até 80 crianças sentadas, e todas as classes<sup>211</sup>, uma vez por dia (duas ou três classes ao mesmo tempo), ali se reuniam acompanhadas pelas respectivas professoras “para um momento de contacto com o Criador” (p. 3).

Um globo de luz azul, pendente do teto, no centro, servirá de ponto de convergência das linhas de atenção das crianças enquanto oram, ao mesmo tempo que trará às suas mentes um dos aspectos da Realidade Divina: a luz iluminando as almas. Trata-se de um suporte material, mas o menos material de todos – a luz – confinando com o imaterial para suprir a incapacidade infantil para a abstração e a concepção do Puro Espírito Divino. O Evangelho aí colocado em posição de realce, ao centro do octógono, sobre uma estante à disposição da professora para alguma leitura edificante sobre a vida e a mensagem do Divino Mestre. (ILV, 1972a, p. 3)

A direção dessa unidade cabia a um grupo de seis alunos<sup>212</sup>, assessorados por uma professora; eles deveriam atender outros colegas que ali aportassem para um silencioso recolhimento espiritual durante os recreios e intervalos, e assegurar a conservação e a higiene do recinto.

---

<sup>210</sup> No texto do outro documento similar, os alunos seriam designados pela Orientadora no primeiro semestre, dentre aqueles que revelassem capacidade espontânea para a função de direção, cursando a 3ª, 4ª e 5ª série primária (a 5ª série do primário correspondia ao Curso de Admissão ao Ginásio, destinado aos alunos que ainda não tinham idade para ingressar na 1ª série do ginásio, ou que foram reprovados no Exame de Admissão; com a Lei 5.692/71, essa classe deveria ter deixado de existir, ou seja, a lei não mudou imediatamente a estrutura seriada da escola); já no segundo semestre eles seriam eleitos por colegas, após campanha eleitoral, e seriam de todas as séries do primário. A diretoria anterior não poderia ser reeleita. Compunha a diretoria, neste documento, de um gerente, um auxiliar de manutenção, um auxiliar de comercialização e um auxiliar de registro, e deveriam escolher uma professora para lhes assessorar.

<sup>211</sup> No outro documento similar, englobava do jardim de infância à 5ª série primária.

<sup>212</sup> Apenas no documento subtítulado “Lei Orgânica”, há a sugestão de que fossem dois católicos, dois evangélicos e dois espíritas.

Outra unidade bastante peculiar era a agência bancária mirim. Composta por um gerente, um caixa, um vigilante e os correntistas<sup>213</sup>, o Banco Mirim era, de fato, uma miniagência do Bradesco na qual os alunos correntistas tinham suas próprias contas individuais, e que emitia para estes um talão de cheques (ver Anexo 7) para operações financeiras unicamente dentro do ILV.

As operações dessa agência seguiam as seguintes normas: a Professora Orientadora dirigia um ofício “aos pais dos alunos para instituírem para seus filhos o regime de mesadas e solicitando que essas sejam depositadas no Banco Mirim” (ILV, 1972a, p. 4); feito o depósito, o correntista recebia o talão de cheques, para pagar despesas na Cantina Escolar e nas casas comerciais da Cidade Mirim, e lhe era aberta uma ficha de movimento no Banco Mirim. Dessa forma, os alunos seriam instruídos a respeito do “valor”, estrutura geral e funcionamento das organizações bancárias, do uso de cheques, bem como das responsabilidades e sanções individuais advindas, e do “valor moral” da mesada, assim como “o melhor modo de utilizá-la” (p. 4)<sup>214</sup>.

A instituição das mesadas é também um atestado da classe social majoritariamente atendida pelo colégio, detentora de maior capital econômico, haja vista que talvez não fosse produtora tal prescrição a famílias com menor capital econômico. No entanto, essa instituição era vital para o bom funcionamento de toda a Cidade Mirim, como podemos depreender da Circular 2/72, intitulada “Regime de Mesada aos Alunos”:

Dentro do programa de Educação Moral e Cívica, previmos a aplicação de uma técnica que denominamos “Educação Econômica”.

Somente com a colaboração dos pais podemos aplicá-la e atingir os seus objetivos. (...)

Ora, um dos processos mais educativos no trato da economia pessoal é o da instituição do *REGIME DE MESADA*. Ele conduz o jovem aos hábitos de PREVISÃO, EQUILÍBRIO [entre despesas e receitas] e POUPANÇA [para imprevistos]. O outro regime, no qual os pais atendem aos pedidos de dinheiro quase constantes dos filhos, além de

<sup>213</sup> Nos outros dois documentos similares, a Diretoria do Banco seria composta por um gerente, um auxiliar de manutenção, um auxiliar de registros e dois auxiliares para operarem as contas correntes e os empréstimos.

<sup>214</sup> Nos documentos similares, apenas os alunos da 3ª série em diante poderiam utilizar o banco, já os da 2ª série o utilizariam experimentalmente. Outra norma dizia que após o encerramento das operações do dia (depois do segundo recreio), o dinheiro e os cheques deveriam ser guardados num cofre no gabinete do Coordenador do Curso Primário, enquanto não houvesse um cofre seguro no próprio banco. No documento subintitulado “Lei Orgânica”, mais uma norma era a de que o Banco Mirim abriria uma conta real no Banco Bradesco e os saques nesta conta seriam realizados pela orientadora, com assinatura também do diretor.

irregular, imediatista e improvisado é nocivo e deseducativo porque induz os espíritos imaturos a atenderem seus gastos pessoais mediante pedidos e expedientes, sem nenhuma previsão ou método. Os hábitos indesejáveis assim adquiridos na juventude, tendem a se fixar nos ulteriores estágios de desenvolvimento mental.

Por isso rogamos a VV.SS. como pais conscientes e amorosos, interessados acima de tudo na formação moral dos filhos, que adotem, se já não o fizeram, o *REGIME DE MESADA*, em substituição ao outro regime. É óbvio que o “quantum”, isto é, a importância a fixar por mês, ficará ao inteiro critério dos pais, de acordo com as possibilidades de cada um e com o grau de liberalidade que ache razoável. (ILV, 1972b, p. 1 – grifos no original)

Para Ney Lobo, a “educação econômica” era uma técnica de educação moral, ou seja, visava relacionar finanças individuais com implicações morais<sup>215</sup>. Dessa forma, era recomendado: que a mesada fixada fosse depositada uma única vez por mês no Banco Bradesco Mirim; que o próprio aluno pudesse fazer os saques; que além da mesada não fosse “fornecido nenhum recurso pecuniário ao filho, principalmente se ele consumir a mesada prematuramente”, de modo a lhe servir de “salutar experiência”, para no futuro “dosar melhor seus gastos” (p. 2); e que “o maior ou menor valor da mesada ou sua liberação” não fosse “vinculado ao comportamento ou rendimento escolar”, uma vez que isso seria um “rebaixamento dos valores morais a níveis materiais inferiores” (p. 2), isto é, não deveria ser utilizada como recompensa ou punição. O valor da mesada e o limite de saque semanal era uma escolha dos pais, que poderiam inclusive não concordar com a participação de seus filhos das atividades do Banco Mirim (é possível, pois, que nem todos os alunos participassem das dinâmicas que envolviam o banco).

As instruções para o uso dos cheques foram dadas também pela Circular 3/72, em boa parte uma transcrição do livro didático para as séries ginasiais, *Estudo Dirigido de Português*, de Reinaldo Mathias Ferreira. Isso demonstra a estratégia de envolver diferentes disciplinas para os propósitos da EMC.

No que concerne à área política, a Prefeitura Mirim era a sede do governo, onde deveriam se reunir periodicamente o Prefeito e seus Secretários (de Finanças, de Obras e

---

<sup>215</sup> Ney Lobo contou durante o *1º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita*, em 2004, que inicialmente alguns alunos tentaram usar os cheques fora da escola, e outros emitiram cheques sem fundos dentro da Cidade Mirim (1º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA, 2004). Mas com o tempo e as intervenções pedagógicas, foram se adequando.

Manutenção, de Divulgação e Relações Públicas e de Segurança<sup>216</sup>), sendo que o Prefeito tinha autoridade para ordenar, orientar, fiscalizar e instruir todas as demais unidades, por meio dos gerentes de cada uma delas e de outros auxiliares, o que nos leva a imaginar que as casas comerciais funcionassem como “estatais”.

Já a Câmara de Vereadores Mirim era composta pelos Vereadores, que tinham a função de “apresentar, discutir e aprovar as leis que regem os destinos da Cidade, de acordo com seu REGIMENTO INTERNO” (ILV, 1972a, p. 4). Na mesma edificação da câmara, estava a Administração Geral da Cidade Mirim, ligada à Direção do Colégio, encarregada de dirigir, orientar e controlar as atividades da pequena república. Esta era a única repartição operada pelos adultos, e ainda assim muito mais como orientação às atividades das crianças<sup>217</sup>.

O Prefeito e o Vice-Prefeito eram eleitos pelo princípio majoritário, enquanto os vereadores (dois por turma), pelo princípio proporcional. Votavam os cidadãos eleitores da Cidade Mirim<sup>218</sup>. O cidadão, então, portaria a Carteira de Cidadão, que lhe dava o direito de utilizar todos os serviços da cidadezinha. Entretanto, de acordo com o “Código Eleitoral” (ILV, s/a b), nem todos os cidadãos eram eleitores. Para o serem, deveriam cursar entre a 2ª e a 5ª série primária e se alistar obrigatoriamente; feito o alistamento, recebiam o título de eleitor, estampado no verso da Carteira de Cidadão (ver Anexo 6).

Só poderiam se candidatar a Prefeito e Vice-Prefeito os alunos matriculados na 4ª e 5ª séries do primário, situados no um terço de alunos com maior rendimento escolar (ILV, 1971, p. 1), uma seleção meritocrática, portanto, e seria importante ao Prefeito (embora não como obrigatoriedade) ter algumas qualidades pessoais, como a capacidade de exercer autoridade, de respeitar os demais, de dedicar-se aos interesses públicos, e de

---

<sup>216</sup> Nos outros dois documentos similares à Circular 1/72, não há o secretário de segurança, mas há uma sugestão a lápis de “Secretário Comercial” no documento subintitulado “Lei Orgânica”. As denominações que utilizamos, porém, está no documento intitulado “Resoluções para o Exercício das Funções dos Governadores da Cidade Mirim” (ILV, 1971), de 31 de agosto de 1971.

<sup>217</sup> O Prefeito deveria ser receptivo às orientações da Professora Orientadora, mas poderia divergir delas, de modo que, idealmente, fosse capaz de ter iniciativas sem esperar pelas orientações, da mesma forma que deveria responder por suas decisões. Assim, se colocava em prática os princípios da receptividade, da autonomia, da iniciativa e da responsabilidade (ILV, 1971, p. 3)

<sup>218</sup> No documento de “Instruções Reguladoras das Operações da Cidade Mirim”, subintitulado “Lei Orgânica”, encontramos algumas exigências a lápis para ser cidadão: estar matriculado no jardim de infância, pré-primário ou primário; estar inscrito nos Serviços Especiais (o que já excluiria uma parcela de alunos – lembrando que tais serviços eram pagos à parte); e estar no gozo dos direitos de cidadania (visto que a cidadania poderia ser cassada).

assumir responsabilidades; para o Vice-Prefeito, lealdade ao Prefeito, capacidade de se expressar por escrito, e de “ordem para montar o arquivo de documentos” (p. 3).

O documento intitulado “Resoluções para o Exercício das Funções dos Governadores da Cidade Mirim” (ILV, 1971) traz também qualidades pessoais e atribuições específicas para cada Secretário. Alguns exemplos de atribuições: o Secretário de Finanças era o encarregado de receber os pedidos de recursos dos Gerentes e demais Secretários e elaborar os pareceres; o Secretário de Obras e Manutenção deveria verificar constantemente o estado material das instalações da cidade, bem como de providenciar obras necessárias; o Secretário de Divulgação e Relações Públicas era responsável por receber os visitantes e percorrer a Cidade Mirim com eles, explicando o seu funcionamento, assim como de divulgar assuntos, notícias e esclarecimentos, de classe em classe, ou em murais informativos, ou em rádios, jornais e mesmo TV; o Secretário de Segurança era encarregado de escalar vigilantes (dentre os colegas) e elaborar, junto ao Prefeito, o Código Disciplinar, a ser aprovado pelos demais alunos, e zelar pelo seu cumprimento.

Os mandatos tinham a duração de quatro meses letivos, sendo o primeiro de 15 de abril a 15 de setembro, e o segundo desta data a 15 de abril do ano seguinte<sup>219</sup>. De modo que o calendário eleitoral era estabelecido como na relação a seguir (Quadro 2):

---

<sup>219</sup> Para o mandato de 15 de setembro a 15 de abril do ano seguinte, só poderiam se candidatar aos cargos públicos os alunos cujos pais se comprometessem a rematriculá-los no ano seguinte (ILV, s/a b, p. 2).



<i>Fases Eleitorais</i>	<i>Épocas (Para dois mandatos)</i>	<i>Observação</i>
<b>Alistamento Eleitoral</b>	4ª semana de março	Culmina com a distribuição dos Títulos de Eleitores.
<b>Lista dos Elegíveis</b>	4ª semana de março 3ª semana de agosto	Concretiza-se com a fixação das Listas dos Elegíveis nas salas e outros locais e com o Registro dos Partidos.
<b>Convenções Partidárias</b>	4ª semana de abril	Termina com organização e publicação das Chapas e Listas de candidatos e Programas Políticos.
<b>Campanha Eleitoral</b>	2ª semana de abril 1ª semana de setembro <sup>220</sup>	No final, toda a preparação das eleições deve estar concluída.
<b>Eleições</b>	3ª semana de abril 2ª semana de setembro	Culmina com a apuração dos votos e publicação do resultado.
<b>Posse dos Eleitos</b>	3ª semana de abril 2ª semana de setembro	Ocorre em solenidade pública.

*Quadro 2 – Calendário Eleitoral da Cidade Mirim (ILV, s/a b, p. 3).*

Encontramos um questionário a ser respondido pelos alunos eleitores, com a finalidade de agrupar os estudantes em dois partidos existentes, o Partido Renovador e o Partido Liberal. O questionário (Anexo 6) visava localizar o aluno dentro de um restrito espectro político, a partir do qual ele poderia se filiar a um partido cuja ideologia fosse próxima à sua.

Durante a campanha eleitoral, ao longo de não mais que uma semana, os partidos tinham ampla liberdade para apresentar e defender seus respectivos programas políticos, assim como seus candidatos, dispendo para isso de horários específicos e acesso a todas as Salas de Trabalho, de todas as turmas, além de poderem colar cartazes de propaganda eleitoral e utilizar o sistema de auto-falantes da escola. Nesse período, caberia ao Prefeito e seus auxiliares preparar as cédulas eleitorais (adaptadas do modelo fixado pela Justiça Eleitoral na época), urnas, cabines de votação “indepassáveis”, listas de eleitores (com lugar para assinaturas) e composição das mesas/sessões eleitorais (duas ou três, com Presidente e Secretário nomeados pela Orientação, e representantes dos Partidos).

<sup>220</sup> Na tabela do documento está escrito “4ª semana de setembro”, mas o texto deixa claro que as campanhas antecederiam as eleições em uma semana, o que nos levou a compreender tratar-se de erro de datilografia.

O voto era obrigatório, secreto e direto, tudo seguindo o mesmo ritual de uma eleição comum. Cabia aos mesários a contagem dos votos, e à Orientação, a soma e a proclamação do resultado, registrado em ata específica.

Em sessão solene, eram empossados, na sede da Câmara, os Vereadores Mirins, lavrando-se a ata respectiva. Em seguida, na mesma sessão, era “eleita a mesa diretora da Câmara, constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Secretário da sede” (ILV, s/a b, p. 4). Em outra sessão solene, perante a Câmara, tomavam posse o Prefeito e o Vice. O novo chefe do Executivo, então, prestava o juramento oficial de bem servir a Cidade Mirim.

Posteriormente, em cerimônia pública, presentes todos os alunos do Colégio (Hora Cívica) o Prefeito, Vereadores e Secretários são apresentados pela Professora Orientadora da Cidade a todos os alunos. Nesta ocasião o Prefeito substituído entrega a chave simbólica ao seu sucessor. (p. 5)

Importante ressaltar que os Secretários eram livremente escolhidos pelo Prefeito, assim como demissíveis em qualquer época, e deveriam estar matriculados na 3ª, 4ª ou 5ª série, “situados na metade superior de suas respectivas turmas, por merecimento intelectual”, “terem comportamento satisfatório” (p. 5), com os direitos políticos preservados, inscritos em algum dos partidos, e assinantes dos Serviços Especiais. Era um modelo bastante meritocrático.

A cada cerimônia pública compareciam também o Prefeito da Cidade de Curitiba, os pais dos alunos e outros visitantes. Tratava-se de uma solenidade com alta carga simbólica, uma das várias formas que a escola tinha de projetar-se publicamente, além de uma demonstração ao Poder Público de um projeto pedagógico teoricamente em sintonia com o ideal de educação moral e cívica propagado pelo Regime Civil-militar. Analisando mais profundamente, entretanto, era mais que isso: tratava-se de uma vivência democrática, dentre outras atividades congêneres na escola, completamente incondizente com o período autoritário em que se inseria, podendo levar as crianças a uma compreensão crítica não somente do pleito eleitoral, mas sobretudo da administração pública e do campo político mais amplo (mas não necessariamente uma resistência à ideologia do regime), algo totalmente em dissonância com a pura verbalização doutrinante comum às disciplinas de EMC e OSPB.

Aparentemente, Ney Lobo não via contradição entre a suas propostas e práticas e as intenções do governo federal. Na entrevista por carta a Dora Incontri em fevereiro de 2001, quando ela o questionava a respeito de como se havia dado a educação cívica na escola sob sua direção, com incentivos ao espírito democrático, num período de ditadura e impossibilidade de participação política dos cidadãos, o velho professor asseverou que não teria havido uma ditadura propriamente dita, mas sim um governo autoritário, demonstrando ainda certa fidelidade ao lastro militar de sua trajetória, o respeito à hierarquia e o apreço pela ordem, mas também a desaprovação em relação ao autoritarismo do regime:

O governo autoritário estava originalmente destinado a vigorar por um certo período limitado para enfrentar grave emergência que visava a substituir um regime dito democrático por outro, socialista e marxista. E isto mediante sublevação disciplinar dos escalões inferiores das Forças Armadas. Essa insurreição foi abortada na undécima hora pelo movimento militar e cívico de 1964.

Nem os insurretos nem as Forças Armadas conseguiram o que almejavam. Os marxistas, porque foram vencidos militarmente; os militares, porque tinham por objetivo instaurar a democracia, e lograram o contrário, um governo autoritário que se perpetuou no poder: foram aprendizes de feiticeiro; não sabiam como esconjurar o sortilégio que desencadearam. E, no outro lado, os desatinados e mal-intencionados aprendizes desastrados de Lênin.

Feito esse intróito, vamos à resposta. A pergunta afirma que nós demos “muita ênfase à Educação Cívica, incentivando o espírito democrático”, o que é verdade. Mas quando afirma que “não havia possibilidade de participação política do cidadão brasileiro”, já não podemos dizer o mesmo. Havia eleições para as casas legislativas federal, estadual e municipal; havia partidos políticos, embora apenas dois pouco representativos. Os titulares do poder executivo eram eleitos, embora indiretamente, e com pouca ou nenhuma liberdade. Os três poderes políticos funcionavam, embora controlados pelo executivo. Havia leis elaboradas pelas casas legislativas, embora também proliferassem os decretos-leis do executivo, hoje lembrados, porque um pouco mais suaves do que as medidas provisórias de hoje. *Havia corrupção, mas exemplarmente punida*: o Governador do nosso estado foi praticamente expulso do poder de um dia para outro por corrupção no governo Médici. Hoje, os corruptos são conservados em banho-maria.

*Eis aí a imagem de um regime político autoritário, mas não ditadura.* O que caracteriza esta última é o despotismo, o poder autocrático, absoluto e ilimitado, sem constituição e sem leis. Tudo dependendo do arbítrio do ditador. (LOBO, 2001a, p. 6 – grifos nossos)

É perceptível que Ney Lobo fala de um ponto de vista forjado nos quartéis. Além disso, os casos de corrupção nem sempre eram publicados pela imprensa, reprimida que estava pela ditadura. O fato é que o Ato Institucional nº 1 (AI-1, de 9 de abril de 1964) e o AI-2 (de 27 de outubro de 1965) haviam deliberado que o presidente e o vice-presidente seriam eleitos por um colégio eleitoral, e o AI-3 (de 5 de fevereiro de 1966) definira que os governadores seriam eleitos indiretamente pela maioria absoluta das respectivas câmaras legislativas, e os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos governadores. Fica clara que a participação política do cidadão, no sentido de sua representatividade, estava bastante minguada. Já o AI-5 (de 13 de dezembro de 1968) ampliou ainda mais os poderes já superlativos do Executivo, reduzindo mais ainda, por suas características fortemente autoritárias, a participação popular na vida política do país, e aproximando o que poderia ser “apenas” autoritário de verdadeiramente ditatorial.

Aliás, quanto ao problema da caracterização do Regime Civil-militar como uma ditadura ou não, Germano também levanta a questão, alegando que alguns têm qualificado o Estado Brasileiro entre 1964 e 1985 como autoritário, enquanto outros o qualificam como ditatorial.

Assim, por exemplo, autores como Cardoso (1975) e O'Donnell (1987) o denominam como Estado Burocrático-Autoritário. De outra parte, vários outros o classificam como ditadura. Este é o caso de Fernandes (1975, 1979, 1982, 1986) que o considera como uma “ditadura de classe aberta e rígida”. Para Ianni (1986: 31), “o Estado burguês na América Latina manifesta-se de modo particularmente desenvolvido na ditadura militar”. Autores como Coutinho (1988), Cavagnari (1987) e Quartim de Moraes (1987) aceitam a tese da ditadura militar. Conforme este último, “o exemplo mais característico, nesse período, foi a caracterização da ditadura militar como ‘regime autoritário’ ou, mais simplesmente, como ‘o autoritarismo’. Por si só, substituir uma fórmula específica por uma qualificação genérica constitui um retrocesso teórico”. Para ele, “quase todos os regimes políticos de nossa história (...) merecem ser qualificados de autoritários: o império, a República oligárquica dita República Velha, o bonapartismo progressivo-regressivo de Getúlio Vargas e a ditadura militar. Sobre a República liberal de 1946-1964...” (1987:389).

Outros, ainda, admitem que a ditadura tenha se implantado, verdadeiramente, em 1968, a partir da decretação do AI-5. Esta é a perspectiva adotada por Cruz e Martins (1983: 36) para quem, “as oposições, que tanto tinham falado de ditadura, viam-se agora diante de uma Ditadura com D maiúsculo”. No mesmo rumo temos Weffort

(1984:16) quando escreve que, em 1968 “setores da direita militar preparavam mais um golpe de Estado, o Ato Institucional número 5, que haveria de transformar o regime autoritário em uma ditadura sangrenta”. (GERMANO, 1990, p. 11-12)

A perspectiva adotada por Germano, e com a qual concordamos, é a de que “o qualificativo autoritário – devido a sua generalidade – é insuficiente para caracterizar o Estado no Brasil pós-1964” (p. 12), e salienta que de fato, o Estado “se revestiu de um caráter ditatorial” (p. 12). Uma ditadura no sentido de um regime de governo que concentrou o poder nas mãos de alguns poucos que assumiram o Executivo, e cujas ações foram antidemocráticas e tecnocráticas, um “estado tecnocrático-civil-militar” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 10). Tratava-se de uma Ditadura Militar não autorizada pela constituição; de duração não fixada antecipadamente (GERMANO, 1990, p. 14-15); que em vários momentos se colocou acima da lei; vestiu-se de autoridade política inquestionável; impediu a representatividade das classes populares, seja no Legislativo, seja em instituições sociais; aniquilou as oposições políticas; e proibiu explícita e implicitamente qualquer tipo de contestação ao regime.

De qualquer forma, nem mesmo o regime via contradição ou mesmo ameaça por parte das iniciativas de Ney Lobo. Não sabemos se de forma espontânea ou a convite, em agosto de 1972, o ILV e a Cidade Mirim foram visitados pelo Deputado Federal catarinense Abel Ávila dos Santos, da Arena (partido da situação), que, após a visita, fez um pronunciamento na Câmara Federal a respeito de suas impressões:

Possui o Instituto uma cidade-Mirim com todas as características de uma verdadeira cidade. Há uma Prefeitura, com Prefeito eleito pelos alunos. Há uma Câmara Municipal, para onde os educandos enviam os seus representantes políticos (...). A cada dia 2 de maio são realizadas as convenções dos partidos políticos existentes, o Renovador e o Liberal. Nesta convenção anual os alunos fazem a escolha de seu partido e a sua inscrição partidária. É estabelecido o Programa Político do partido e fixado o Estatuto. São escolhidos os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e a Vereadores de cada partido. As eleições se realizam a cada 6 meses e os eleitos são a seguir empossados nos seus cargos (...). Aos jovens é proporcionada experiência pessoal na gestão e na utilização de pequenas empresas comerciais, estimulando o espírito de iniciativa, de providência e de controle dessas organizações, como também despertando as responsabilidades pessoais de cada um, na direção e organização do interesse coletivo (...). As construções existentes na cidade Mirim, num total de oito casas-miniaturas, são

feitas em dimensões proporcionais à estatura de crianças de nível primário (...). A casa da Oração Mirim constitui-se num recanto de recolhimento espiritual que pode abrigar cerca de 80 crianças, sendo ecumênica (...). (BRASIL, 1972, p. 2572-2573)

O Deputado Federal paranaense Luiz Losso (Arena) também se pronunciou a respeito, dois anos depois, em junho de 1974, quando Ney Lobo já não era mais o diretor:

O que mais nos chamou a atenção foi a cidade-mirim (...). Há a Prefeitura, com seu Prefeito; Vereadores, Secretaria etc. (...) Também, existe agência de banco, com emissão de cheques, com os respectivos descontos. Casas comerciais vendem produtos, livros, roupas, objetos etc. (BRASIL, 1974, p. 4638-4639)

A repercussão no meio espírita também ocorreu, ao menos naquele nicho de estudiosos dos problemas da educação. Herculano Pires se expressou a respeito da Cidade Mirim no editorial do primeiro número da *Revista Educação Espírita*, em dezembro de 1970, primeiro ano de funcionamento da pequena cidade, inclusive dando mais notícias do impacto daquela iniciativa pedagógica:

André Segal, um menino de 11 anos, tomou posse este ano na Prefeitura da Cidade Mirim do Instituto Lins de Vasconcelos [*sic*], de Curitiba. O prefeito da capital paranaense, Omar Sabbag<sup>221</sup>, estêve presente ao ato. Iniciava-se uma curiosa experiência educacional que representa mais uma contribuição espírita ao Ano Internacional da Educação. O Prof. Ney Lobo, diretor do Instituto, resolvera fazer um nôvo tipo de experiência pedagógica, semelhante ao dos ginásios vocacionais mas caracterizado por aspectos e finalidades diversos.

(...) Emprêsas, casas comerciais, livrarias e bancos de Curitiba ali se reproduzem em miniatura. (...) As crianças *aprendem fazendo* nas atividades diárias da Cidade Mirim, preparando-se efetivamente para a vida adulta. Meninos e Meninas formam a população liliputiana<sup>222</sup> dêsse reino micro-urbano criado pelo Prof. Ney Lobo, o Swift pedagógico do Paraná.

---

<sup>221</sup> Omar Sabbag era professor, e foi Prefeito de Curitiba entre 1967 e 1971, por indicação do então Governador do Paraná, Paulo Pimentel. Como mencionado, após o AI-3, os prefeitos das capitais e de grandes cidades passaram a ser nomeados pelo Governador; enquanto isso, eram eleitos democraticamente na Cidade Mirim.

<sup>222</sup> Lilliput é uma ilha fictícia no Oceano Índico, presente no romance *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift. Os lilliputianos, seus habitantes, eram seres humanóides de seis polegadas de altura.

O jornal *Mundo Espírita*, de Curitiba, reproduzindo curiosa reportagem da *Gazeta do Povo*<sup>223</sup>, da mesma capital, informa: “O método pedagógico está funcionando tão bem, que a direção do Instituto Lins de Vasconcelos já pensa em adotá-lo também no Ginásio.” O prefeito Omar Sabbag resolveu ajardinar a praça fronteira da Cidade Mirim e o Departamento de Trânsito mandou pintar faixas de segurança para os pedestres nas zonas de trânsito da Cidade Mirim. (...). (PIRES, 1970a, p. 19-20 – grifos no original)

Uma vez empossados, os eleitos tinham atribuições específicas. Assim, cabia ao Prefeito: administrar a cidade com o auxílio dos Secretários; nomear ou exonerar os dirigentes das casas comerciais<sup>224</sup>; punir quem fizesse mau uso das instalações da cidade, de acordo com o Código Disciplinar; presidir as reuniões dos dirigentes; representar a Cidade Mirim em eventos dentro e fora do ILV; propor ao diretor da escola a efetuação de obras necessárias à minicidade; e coordenar a elaboração da proposta orçamentária no início de sua gestão (ILV, 1971, p. 1-2). Era, portanto, o responsável pela administração geral da pequena república, da segurança, limpeza e manutenção de suas instalações, e das finanças, perante os seus eleitores, assim como perante a Direção do ILV. No final de sua gestão, o Prefeito deveria prestar conta por meio de um Relatório Geral, a ser lido durante a cerimônia de posse do seu sucessor.

Aos Vereadores cabia fazer proposições na forma de projetos de lei, emendas, indicações, requerimentos ou pareceres, discutir em plenário, votar e deliberar sobre tais proposições. Os projetos de lei aprovados na câmara eram encaminhados ao Prefeito, que poderia sancioná-los ou vetá-los, em parte ou totalmente. Enfim, o “Regimento Interno da Câmara de Vereadores da Cidade Mirim” (ILV, s/a h) é detalhista quanto ao funcionamento da pequena casa legislativa, muito semelhante ao de uma Assembleia Legislativa comum.

Herculano Pires havia mencionado, como vimos, a ideia de se estender a Cidade Mirim para os alunos do ginásio. Isso não aconteceu. Mas esses alunos mais velhos tinham outra forma de vivenciar atividades democráticas, por meio da Assembleia de Representantes de Alunos.

---

<sup>223</sup> No Capítulo 2, já havíamos citado a menção feita por Ney Lobo sobre a repercussão da Cidade Mirim na imprensa (LOBO, 2003, p. 475-476).

<sup>224</sup> O que difere um pouco do conteúdo da Circular 1/72, que diz que os gerentes eram escolhidos pela Professora Orientadora.

#### 4.1.4 A Assembleia de Representantes de Alunos

Outro dispositivo com viés democrático instaurado durante a gestão de Ney Lobo foi a Assembleia de Representantes de Alunos, exclusiva do ginásio. Não dispusemos de tantos documentos para a Assembleia como para a Cidade Mirim, mas tivemos em mãos a sua Constituição, datada de 23 de março de 1974. No entanto, a Assembleia já existia antes, visto termos analisado proposições anteriores a 1973, e no próprio texto da Constituição fazer-se menção ao “presente ano letivo de 1972” (ILV, 1974b, p. 7).

A Assembleia era constituída por cinco representantes de cada turma de 5ª a 8ª série do 1º grau (ou 1ª a 4ª série ginásial), eleitos pelos seus pares, “independentemente de comportamento, rendimento escolar, idade ou sexo” (p. 1), nos meses de março e agosto, para um mandato de quatro meses, podendo ser reeleitos, e tinha como objetivos: promover a participação dos alunos em assuntos do interesse discente; conscientizá-los a respeito dos problemas escolares que os envolviam; “corrigir distorções de que se possam ressentir certas soluções ou orientações da Direção do Colégio, em qualquer das áreas pedagógica, educacional ou administrativa, pela auscultação da opinião dos alunos” (p. 1); julgar colegas que tivessem cometidos faltas graves, ou com comportamentos inadequados; eleger e fiscalizar a Diretoria do Grêmio Estudantil; e realizar campanhas sociais e cívicas sobre comportamento e rendimento escolar.

Dirigia a Assembleia uma mesa composta por Presidente, Vice-Presidente e dois Secretários, sendo que os membros restantes compunham quatro Comissões Técnicas, respectivamente para assuntos pedagógicos, educacionais, administrativos e do Grêmio Estudantil, compostas, por sua vez, por Presidente, Secretário e Relator de Projetos.

Embora as solenidades da Cidade Mirim fossem a grande vitrine, a Assembleia também contava com solenidades. Ela era “instalada em Sessão Solene presidida pelo Diretor do Colégio e secretariada por uma Orientadora Educacional” (p. 2), na qual tomavam posse os representantes, era eleita a mesa diretora e compostas as comissões.

Durante o seu funcionamento, a Assembleia se processava por meio de sessões, que poderiam ser de cinco tipos: para resoluções, isto é, deliberações e decisões sobre matérias a serem transformadas em projetos; para esclarecimentos<sup>225</sup> solicitados de funcionários, professores ou da direção pelos representantes; para julgamento ou censura de faltas

---

<sup>225</sup> Essas sessões deveriam contar com o assessoramento de uma Orientadora Educacional.



graves ou para ajuizar recurso sobre alguma penalidade já imposta; para a eleição da Diretoria do Grêmio e para empossá-la; ou para homenagens solenes a pessoas ou instituições, públicas ou privadas.

A relação entre a Assembleia e a Direção do Colégio era semelhante àquela entre a Câmara de Vereadores Mirim e o Prefeito Mirim.

Ney Lobo esclarece que as decisões aprovadas na Assembleia eram submetidas à *sanção, ou veto, do diretor do colégio* (LOBO, 2001a, p. 12), sendo que o veto poderia ser derrubado por  $\frac{3}{4}$  dos membros da Assembléia, e conta que um veto seu *à abolição da gravata no uniforme foi derrubado e a gravata foi abolida* (p. 12)<sup>226</sup>.

## 4.2 O núcleo era a educação moral e cívica

Os dirigentes autoritários viam no campo educacional um instrumento de validação da hierarquia e das relações de força do Estado, utilizando o sistema escolar como meio difusor de violência simbólica e de consolidação de suas ideologias. Para Bourdieu:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (2011, p. 7)

Consciente ou inconscientemente, Ney Lobo fazia parte dessa instrumentalização ideológica, seja como subcomandante no Colégio Militar de Curitiba, seja como professor de Educação Moral e Cívica, seja como diretor do Instituto Lins de Vasconcellos. A

---

<sup>226</sup> Outro exemplo: encontramos um registro de “Ante-projeto de Resolução” da Assembleia, datado de 1973, submetido “à apreciação dos seus dignos Pares ouvido o Plenário”, com a proposição: “Artigo 1º - Fica a Direção do Instituto ‘Lins de Vasconcellos’, autorizada a permitir que os alunos das 8ªs (oitavas) séries, apresentem-se às aulas desobrigados do uso de certos e determinados agasalhos previstos no plano de uniformes do referido estabelecimento” (ILV, 1973). O anteprojeto tratava de uma medida que visava evitar “que os pais e/ou responsáveis pelos alunos das citadas séries” fossem “onerados em seus orçamentos domésticos, haja visto tratar-se do último ano letivo” (ILV, 1973), já que no ano seguinte, esses alunos se matriculariam em outra escola. Infelizmente, não temos conhecimento dos trâmites dessa proposição.

ideologia política do Regime Civil-militar se imiscuía na sociedade também através das disciplinas de EMC, OSPB e Problemas Brasileiros (no ensino superior); tais disciplinas, como “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” (p. 7), em sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional (que Ney Lobo acabou levando para dentro do ILV), objetivavam a formação moral e patriótica dos estudantes, como princípios de aceitação e apropriação da ideologia dominante: ideais acalentados desde antes da Revolução de 1930. E dessa forma, tais “‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (p. 7).

De certa forma, Ney Lobo estava convicto de que o sistema educacional precisava de reformas em favor do regime, mas também para a abertura democrática que deveria se dar, uma vez que não concordava com a perpetuação do autoritarismo desse mesmo regime. Ao ser questionado por Dora Incontri sobre se teria apoiado a intervenção militar naquela época, ele respondeu:

*Sim. Estava de acordo. Mas como um regime autoritário de emergência, transitório. Acordo esse que mantivemos até um certo tempo; e não mais depois: quando os ideais iniciais foram prejudicados e atropelados pela insegurança provocada pela subversão remanescente (seqüestros – assaltos a bancos – atentados e homicídios políticos).*

*Aquela emergência tinha por objetivo o de dar tempo à educação popular pela moral e cívica generalizada, que propiciasse o surgimento de uma nova geração com verdadeiro espírito democrático e que impedisse a que temos hoje.*

*Era preciso que os sistemas escolares se antecipassem, naquela época, na preparação da instauração (não dizemos restauração, porque nunca houve democracia autêntica a ser restaurada no Brasil, e nem mesmo nos dias atuais) de um regime verdadeiramente democrático, que viria a acontecer mais cedo ou mais tarde. Para que a nova geração surgida dessa preparação viesse, por sua vez, a gerir os poderes políticos com consciência e espírito público. Desgraçadamente, tal não se deu. Aquela geração, abandonada a si mesma pelo sistema de ensino, e envenenada pelos então “educadores” (?) com a peçonha ideológica, no cultivo do ódio contra tudo e contra todos, veio a ocupar mais tarde as posições de poder, pregando a luta (odiosa) de classes. E ainda vindo a exercer por sua vez, até hoje, esses poderes, na mais deslavada corrupção, no assalto aos dinheiros públicos, e no mais cínico*

nepotismo<sup>227</sup>. Você não acha que procurávamos fazer a nossa parte; como aquele passarinho tentando apagar o incêndio da floresta com algumas gotinhas de água? *E nunca fomos molestado pelos governos militares. Pelo contrário, ajudaram-nos com recursos públicos, porque sabiam pelos projetos, que estávamos preparando jovens para a verdadeira democracia porvindoura, embora, dentro dos estritos limites de apenas uma escola. O que você acha que aconteceria se um grande número de diretores de escola tivesse feito o mesmo? Por educarem aquela geração para a democracia e a cidadania, esses diretores e professores não seriam molestados ou perseguidos, da mesma forma como não fomos nós. Até, pelo contrário, como já externamos. Grande parte de diretores de escola e de professores omitiam-se de seu dever pedagógico e cívico de preparar a nova geração para o exercício de uma democracia verdadeira e futura. Como, aliás determinava o governo militar pelo decreto-lei a que já nos referimos<sup>228</sup>. A outra parte, ao revés do seu múnus educativo, subverteram o próprio instrumento da formação moral e democrática dos jovens que estavam sob sua tutela: uma feira livre de ódio ideológico que transformou o “zoon politicus” de Aristóteles numa besta fera de insaciável apetite de poder, de mando e de dinheiro, como até hoje. (LOBO, 2001a, p. 7-8 – grifos nossos)*

Ney Lobo não concordava com o marxismo, ao qual faz menção acima como *peçonha ideológica que prega a luta de classes* (como clarifica em suas obras<sup>229</sup>), e estava convicto da “boa vontade” inicial das Forças Armadas, nas quais se inclui ao utilizar o verbo “manter” na primeira pessoa do plural: *mantivemos*. Embora não tenhamos encontrado dados que nos permitissem dizer a data exata em que o então tenente-coronel passou à reserva remunerada, acreditamos, por esta declaração e pela data de seu aniversário ser posterior ao golpe, que Ney Lobo ainda fizesse parte da corporação durante os quatro primeiros meses do novo regime.

Em todo caso, a despeito das observações acima do professor, sua proposta pedagógica estava algo além do que preconizava o governo; apesar do seu *habitus* militar e aparente convivência com o regime (aliás, defendendo suas *ideias iniciais*, e justificando

---

<sup>227</sup> A entrevista é de 2001, então Ney Lobo não poderia estar se referindo ao governo do Partido dos Trabalhadores na esfera federal, representado muitas vezes como uma vitória dos ideais de esquerda, embora na prática não tenha assim se configurado. Provavelmente ele tenha se referido à proliferação dos partidos ditos de esquerda e a ascensão de seus filiados às casas legislativas nas três esferas, bem como no executivo nas esferas estadual e municipal.

<sup>228</sup> Ney Lobo se referia ao Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispunha sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades.

<sup>229</sup> *Estudos de Filosofia Social Espírita* (1992), *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais* (1994) e o livro não publicado *Filosofia Política Espírita*.

o autoritarismo em função da *insegurança provocada pela subversão remanescente*), contraditoriamente suas convicções democráticas e espiritualistas erigiram uma pedagogia pouco conforme à legitimação de um regime autoritário. Ele demonstra esse ideal ao mencionar a necessidade de educação moral e cívica *que propiciasse o surgimento de uma nova geração com verdadeiro espírito democrático*; mas principalmente ao dizer que *era preciso que os sistemas escolares se antecipassem, naquela época, na preparação da instauração de um regime verdadeiramente democrático*, ele acaba justificando o próprio projeto pedagógico da escola que geriu, salientando que por essa mesma razão, nunca fora *molestado pelos governos militares*.

Definitivamente, porém, era um regime autoritário, ou melhor, verdadeiramente ditatorial que havia se implantado pela força, não obstante as facilidades aludidas por Ney Lobo para tocar o seu projeto pedagógico. O que está claro nesse projeto, ademais, é que a iniciativa da Cidade Mirim e da Assembleia, bem como de quase todas as atividades pedagógicas do ILV, tinham por fim último a educação cívica, moral e espiritual dos alunos. Esse objetivo não se restringiu ao tempo em que Ney Lobo foi diretor, mas estava lá desde a abertura da escola. Não foi outro o motivo da criação de um departamento inteiramente voltado à matéria.

Portanto, se Ney Lobo declarou que não fora “molestado” pelo Regime Civil-militar (2001a, p. 7), temos aí (além do já aludido capital social e simbólico) mais uma dentre possíveis justificativas: desde o início, o projeto de permear o ensino no Instituto, com os princípios da moral e do civismo ia ao encontro, ao menos numa visão superficial, da ideologia que se implantava para a educação nacional, por aqueles que haviam recentemente surrupiado o poder, ou seja, os militares.

A educação cívica proposta pelos militares desde a década de 1930 constituía na “*inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições*” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 67), além de “*a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade*” (p. 69), ficando à educação moral a absorção de valores cristãos.

Particularmente após o golpe civil-militar, Germano esclarece que

ao lado de medidas repressivas, foi instituído, em todos os graus escolares, um ensino propagandístico da “*Ideologia da Segurança Nacional*” e dos feitos da “*Revolução*” de 1964, com vistas à obtenção de alguma forma de consenso e de legitimação. Tal ocorreu com a institucionalização da “*Educação Moral e Cívica*” e seu prolongamento para o ensino superior (inclusive a pós-

graduação), com a denominação de “Estudos de Problemas Brasileiros”, que, segundo estabelece o Decreto-Lei 869/69, assinado pela Junta Militar, tornaram-se disciplinas obrigatórias. Na realidade trata-se de uma reintrodução pois a cadeira de “Instrução Moral e Cívica” foi instituída em 1925, pela reforma Rocha Vaz, justamente como forma de combater o protesto estudantil contra o Governo de Artur Bernardes. Foi reforçada durante o Estado Novo e, com a Constituição de 1946, teve o seu caráter de obrigatoriedade revogado. (1990, p. 191)

O decreto a que Germano faz menção, promulgado no contexto do AI-5, tornava a disciplina de EMC obrigatória em todos os níveis e sistemas de ensino, e propunha, “apoiando-se nas tradições nacionais”:

- a) a *defesa do princípio democrático*, através da preservação do espírito religioso da dignidade da pessoa humana e do *amor à liberdade* com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do *sentimento de solidariedade humana*;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e os grandes vultos de sua história
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a *compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros* e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1969, Art. 2º – grifos nossos)

Além disso, procurava motivar, através de todas as atividades escolares, a formação da consciência cívica dos alunos, bem como o desenvolvimento de hábitos democráticos, de movimentos estudantis, e de estudos dos problemas brasileiros. Entretanto, o que Cunha e Góes analisam é que “as finalidades da educação moral e cívica representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina da segurança nacional, conforme era concebida pela Escola Superior de Guerra” (2002, p. 74). As práticas autoritárias do regime, no entanto, desmentiam os princípios expostos

no texto da lei (alguns destacamos na citação acima), e os esforços pedagógicos, em geral, não passavam de puramente doutrinantes. Como expõe a historiadora Vanessa Kern de Abreu:

Se confrontarmos o discurso militar com a realidade vivida pelos brasileiros durante a ditadura, pode-se perceber claramente a contradição que existia entre a democracia que se pregava e a política e o autoritarismo que se praticava. Ou seja, o convite à democracia funcionava como uma máscara ao regime, que se impunha de forma repressiva à sociedade como um todo, a partir do redimensionamento da escola dentro da doutrina moral e cívica. (2008, p. 70)

Analisando um texto elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), em 1970, Germano expõe que:

há necessidade de “levar o educando a compreender” que ao lado dos valores transitórios, “há os valores eternos, perenes, *permanentes*, imutáveis, verticais...” (p.156, Grifos do original). Entre os valores “imutáveis, imprescindíveis à vitalidade das instituições que integram a Pátria”, encontram-se: “Família, Escola, Justiça, Igrejas, forças armadas” (pp. 154-5). (...) Além disso, constituem os eixos fundamentais do projeto ideológico do Regime Militar para a “Educação Moral e Cívica” o combate à chamada subversão comunista, a difusão da ideia de “Brasil-potência” e a necessidade da existência de um Estado forte e poderoso, para contestar os seus inimigos internos e externos e promover o “desenvolvimento”. (1991, p. 192-193)

Mas se a instituição da obrigatoriedade da disciplina é de 12 de setembro de 1969 (data de publicação do decreto), com a clara intenção de se legitimar o Regime Civil-militar, no ILV ela já era parte do currículo desde sua inauguração em 1963, e foi se tomando o centro de toda a atividade pedagógica, culminando com a ascensão de Ney Lobo à direção em 1967, que foi quem de fato tornou o núcleo de todos os processos educacionais da escola. Dessa forma, durante os 11 anos em que esteve no colégio, Ney Lobo criou um Sistema de Formação Moral e Cívica, uma Sala-Ambiente de EMC, a Cidebras<sup>230</sup>, a Cidade Mirim, a Assembleia de Representantes de Alunos, o Regime Integral, bem como as Técnicas e os Manuais Didáticos de EMC. Ou seja, no caso do

---

<sup>230</sup> A Sala-Ambiente denominada Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil – Cidebras, tinha como objetivo *colocar os jovens a par dos grandes eventos e projetos do desenvolvimento nacional fortalecendo assim o sentimento de confiança da juventude brasileira no futuro da Pátria* (LOBO, s/a i, p. 1). Aqui vemos a ideologia do “Brasil Potência” concretizada. Existe um documento do ILV de cinco páginas a respeito dos objetivos e da organização da Cidebras (ILV, s/a a).

ILV, o Decreto-Lei 869 de 1969 veio apenas corroborar com o que já vinha ocorrendo naquela escola, e dar sustentação legal às iniciativas posteriores.

O decreto também criava a CNMC, a qual caberia, dentre outras atribuições, assessorar o ministro na aprovação de livros didáticos para a disciplina (BRASIL, 1969, Art. 6º). Antecipando-se à lei, foi que Ney Lobo enviou a já referida carta ao MEC, endereçada a Celso Kelly em 16 de julho de 1967, na qual explicava suas ações no ILV:

encaminho-lhe os dois manuais, já completos, de “TÉCNICAS MODERNAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA”, tomo I (1a. série ginásial) e tomo II (2a. série ginásial). Acompanham duas coletâneas de técnicas para 3a. e 4a. séries.

Esclareço que a Educação Moral e Cívica na 1a. e 2a. série, no sistema que estruturamos, constitui prática educativa; nas 3a. e 4a. séries concorre como prática de Organização Social e Política Brasileira.

(...)

Reconhecendo a sua provável carência de tempo para ler os manuais, permito-me sugerir-lhe a análise dos seguintes documentos:

Tomo II – Doc. 2 – Sistema de Formação Moral e Cívica – pg. 7 a 11

Doc. 3 – Regimento Interno do Departamento Moral e Cívica (só o preâmbulo – pg. 19).

Doc. 11 – Normas para uso dos manuais – relação completa das 28 técnicas – pgs. 38 e 39.

Como técnicas mais interessantes para sua análise indicamos as seguintes:

Técnica nº 11 – EDUCAÇÃO ECONÔMICA – Tomo I – pg. 80.

Técnica nº 7 – ELEIÇÕES POLÍTICAS SIMULADAS – pg. 151.

Informamos que todas as técnicas das quatro séries já vêm sendo aplicadas há dois anos proporcionando uma messe de experiências efetivamente valiosas.

No momento estamos concluindo a redação de uma técnica que conduza o adolescente brasileiro (4a. série ginásial) a um contacto não técnico mas factual com a CONSTITUIÇÃO DO BRASIL de 1967.

Finalmente, professor CELSO KELLY, o futuro dêste SISTEMA que tantos esforços e sacrifícios custou, passará, com esta remessa para a égide de sua esclarecida inteligência, espírito de consequência e invencível sentimento de amor a nossa Pátria que lhe são peculiares.

Se necessária a minha presença ai no MEC coloco-me desde já a sua inteira disposição para possíveis esclarecimentos ou mesmo para uma

exposição verbal ilustrada com quadros murais e “slides”. Ficaria satisfeito e agradecido se o senhor confirmasse por telegrama o recebimento dos materiais encaminhados. (LOBO, 1967a)

Não temos conhecimento do que sucedeu a essa missiva, mas sabemos que os manuais de Ney Lobo foram aprovados e publicados entre 1973 e 1974. Em todo caso, o objetivo da disciplina de Educação Moral e Cívica para o Regime Civil-militar era simplesmente o de “preencher o ‘vácuo ideológico’ deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas ‘insinuações materialistas e esquerdistas’”. A educação moral e cívica seria a maneira da escola suprir essa deficiência da educação familiar” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 72).

Mas enquanto as intenções do regime, a despeito do discurso, eram de desmobilizar e “integrar os estudantes no processo de desenvolvimento, porém, sem contestação” (GERMANO, 1991, P. 194), os propósitos de Ney Lobo se revestiam de um caráter realmente espiritualista e democrático, vide a liberdade dos alunos discordarem da direção do colégio e propor ações, por exemplo, baseando-se no conceito de livre-arbítrio do espírito. É perceptível que Ney Lobo estava de acordo com os ideais propagados pelo regime<sup>231</sup>, mormente no que tocava aos valores cristãos, e não fomentou contestações ao governo, mas divergia (conscientemente ou não) quanto aos objetivos finais reais. Além disso, enquanto o regime reduzia os conceitos de liberdade e democracia a desfiles cívicos e sentimentos patrióticos, Ney Lobo os tornava práticos<sup>232</sup>.

Salienta Bourdieu que “ao lado da norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas” (2004, p.96). Assim, entendemos que Ney Lobo havia se apropriado do discurso, mas não das intenções

---

<sup>231</sup> Questionado por Dora Incontri sobre sua iniciativa de educação cívica num contexto ditatorial, disse: *como poderíamos nós ter [sic] conciliado uma educação cívica e democrática num período autoritário, com profundas limitações da democracia? Realmente, estavam suspensas várias franquias desse regime. Porém, o governo pretendia revalidá-las através da educação das novas gerações (adolescentes e jovens de então), instaurando a Educação Moral e Cívica em todos os graus de ensino (...)*, e cita trechos do Art. 2º do Decreto-Lei 869/69 (“defesa do princípio democrático”, “amor à liberdade com responsabilidade”, “desenvolvimento de hábitos democráticos” etc.), finalizando: *Cremos que essas transcrições são suficientes para atender à pergunta formulada*. Mais de três décadas depois, Ney Lobo ainda mantinha a convicção na boa vontade dos militares de sua geração.

<sup>232</sup> Dentre os objetivos traçados para as ações do Departamento de Formação Moral e Cívica (anterior à inauguração da Sala-Ambiente de EMC em 1965, portanto anterior ao Decreto-Lei), está: “Reduzir, e, se possível, anular os preconceitos de natureza racial, social e religiosa, visando a boa convivência social dentro da mesma comunidade” (ILV, s/a c, p. 1). Entre os métodos: “Substituir assim as ‘regras morais’ das dissertações frias e indiferentes por ‘experiências morais’ vividas e reais” (p. 1). Assim também propunha a “criação de um ambiente de vida escolar sadio, baseado no equilíbrio entre liberdade e autoridade” e “instauração de um sistema disciplinar baseado em ‘Liberdade e responsabilidade’” (p. 1).



veladas, e o recolocado em bases de fato democráticas. Bourdieu também argumenta que “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo (...), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (2011, p. 11). Ou seja, Ney Lobo não parecia ver a obrigatoriedade da EMC como arbitrária, e não a expressou como ferramenta de doutrinação, mas como instrumento de educação espiritual.

Se por um lado, o diretor do ILV propagava e legitimava a ideologia dominante, de outro munia os alunos de criticidade por meio de uma concreta vivência democrática, não prevista no texto da lei. Ademais, percebemos que sua compreensão de moral e de civismo estava mais de acordo com aquela publicada por Herculano Pires<sup>233</sup>, quando propôs o “pioneirismo” das escolas espíritas brasileiras ao instituírem a EMC antes do Decreto-Lei 869/69 (fazendo menção, inclusive, ao ILV e a Ney Lobo), e ainda em consonância com a resolução da Unesco sobre o tema, que era a de se utilizar tal disciplina para a promoção de princípios éticos em prol da paz:

Não se trata, pois, de uma aplicação do Civismo em termos xenófobos, mas essencialmente éticos. Visa-se a restaurar nas novas gerações, ameaçadas pela onda de ceticismo que varreu o mundo após a última guerra mundial, a visão dos ideais humanos superiores, com base nos princípios morais e no amor da Pátria, na fidelidade às tradições nobres e às aspirações humanistas de cada povo. Não se compreende a Moral, no seu verdadeiro sentido, como Ética em ação no comportamento dos povos, sem os sentimentos cívicos que caracterizam e enobrecem as coletividades nacionais. (PIRES, 1970b, p. 31 – grifos no original)

De todo modo, o que fica claro com as análises feitas até aqui, é que Ney Lobo traduziu um discurso, que por parte do Regime Civil-militar era vazio e ludibriante, em ações concretas que, embora legitimassem esse mesmo discurso, não caía na superficialidade, e dedicou-se à efetivação de seus objetivos, quais sejam: a defesa e a vivência de princípios democráticos, a proteção da religiosidade, a promoção da liberdade com responsabilidade, a vivência de valores espirituais e éticos, o aprimoramento do caráter dos alunos, o preparo desses para o exercício de atividades cívicas futuras, e o culto da obediência à Lei. Ou seja, convicto da virtude daquela ideologia, Ney Lobo revestiu-a de fundamentos e princípios espíritas e a pôs em prática.

---

<sup>233</sup> Tal publicação é posterior às primeiras práticas desenvolvidas por Ney Lobo no ILV, e reflete em parte a visão deste.

### 4.3 A saída do Instituto Lins de Vasconcellos

Estamos cientes de que “em qualquer campo (...) há uma luta pelo monopólio da legitimidade” (BOURDIEU, 2004, p. 52). Não é diferente no campo educacional. Ney Lobo havia tomado a dianteira de um projeto pedagógico no mínimo inovador, alcançando destaque não apenas para a escola que dirigia, com elevado custo de manutenção, como para si mesmo (como nos informou Dona Vitória e Marcos Silva). Entretanto, ele não era o “dono” do ILV. Foram as divergências entre a FEP e Ney Lobo que levaram este último à demissão antes do segundo semestre de 1974.

Permanecemos como diretor e na escola até o ano de 1974. E nos afastamos, porque a mantenedora (Federação Espírita) desdobrou a direção geral que exercíamos em duas diretorias: a pedagógica e a administrativa. Cabendo à nossa pessoa tão somente a orientação pedagógica, mas totalmente subordinada ao diretor administrativo. O nosso plano pedagógico era tão amplo, profundo e revolucionário que implicava a unificação pedagógica com a administrativa, econômica e financeira. (LOBO, 2001a, p. 4)

As razões para esse desdobramento da Direção Geral não estão claras. O que encontramos na documentação que analisamos, restrita a alguns ofícios e cartas, foi a de que a desvinculação de Ney Lobo do controle financeiro e administrativo da instituição o teria levado a se desvincular também do projeto pedagógico que vinha gerindo.

Em 14 de abril de 1974, a FEP expediu o Ofício nº 43/74, assinado por João Ghignone, presidente da FEP, e dirigido a Ney Lobo, anexo ao qual encaminhava a Portaria nº 1/74 do Conselho Diretor para conhecimento e cumprimento. A portaria dispensava os atuais membros da Comissão Administrativa e nomeava o senhor Honório Melo como representante do Conselho Diretor da FEP junto ao ILV, conferindo-lhe ainda as atribuições de administrar o patrimônio do Instituto, superintender a movimentação, admissão e demissão de pessoal, responsabilizar-se por todo o movimento financeiro da instituição, além de outras atribuições econômicas, inclusive assinando como tesoureiro do ILV os cheques para o pagamento de despesas. Tudo isso antes cabia ao Diretor Geral. Para o cumprimento da portaria, Honório Melo estava “autorizado a dispor de todo o pessoal necessário, lotado no Instituto Lins de Vasconcelos [*sic*]” (GHIGNONE, 1974d, p. 2); claramente com poderes superiores à posição em que ficaria Ney Lobo.

A mudança implementada pela FEP não foi bem recebida por alguns funcionários e professores, bem como pelo próprio diretor do ILV. Um manuscrito de nove páginas, de 17 de abril, do Conselho de Funcionários e Professores, mas com caligrafia e estilo de Ney Lobo, tecia várias considerações desfavoráveis ao intento da federação (LOBO, 1974a). O documento, entretanto, pareceu-nos um rascunho de algum ofício, circular ou carta que não tivemos acesso; sua importância, portanto, se dá mais pelo conteúdo que pela sua possível emissão. De início, dizia que o Conselho de Funcionários e Professores havia se reunido em Assembleia Geral e resolvido aprovar a redação do documento, que seria encaminhando ao presidente da FEP, após aprovação pelo Conselho Diretor do ILV. As considerações, em resumo, eram as seguintes:

- desde março de 1973, “vimos, os servidores desta casa de ensino, sentindo uma atmosfera crescente [de] intranqüilidade” (p. 1) e insegurança;
- as causas dessa intranquilidade e insegurança nas decisões da Direção, cuja autoridade estava cada vez menor, residiam “no modo de atuar do Presidente da Comissão Administrativa, Dr. Wálter do Amaral” (p. 1);
- o presidente da CA vinha há um tempo sondando a possibilidade de demitir o diretor do ILV; “soubemos, com grande decepção e desalento, que diretores da Federação, teriam, segundo o Dr. Wálter, cogitado do fechamento do nosso querido Instituto ‘Lins de Vasconcellos’” (p. 2), por não verem nele objetivos espirituais, apenas despesas<sup>234</sup>;
- não havia apoio de ordem moral e espiritual, orientações “superiores”, sustentação de ânimo ou incentivo às iniciativas do ILV por parte da CA;
- os funcionários não foram “satisfatoriamente esclarecidos” (p. 4) sobre o congelamento de seus salários desde maio de 1973 a janeiro de 1974<sup>235</sup>;

---

<sup>234</sup> Como vimos ao final do capítulo 2, essas foram as mesmas justificativas para o arrendamento do colégio em 1998. Isso quer dizer que 24 anos antes, já havia a possibilidade de tal deliberação, quando a escola funcionava havia pouco mais de 11 anos. Ou seja, é plausível supor que ao longo desses anos (quem sabe desde o princípio) a FEP tivesse mantido em aberto a possibilidade de se desfazer do ILV, e talvez não o tivesse feito em vista do prestígio do colégio na cidade. A dificuldade que encontramos em obter documentos sobre a escola (embora tenhamos conseguido alguns por e-mail) na sede da federativa, somada ao conteúdo das cartas e outros documentos do acervo de Ney Lobo, nos leva a supor que o prestígio social do ILV, na cidade de Curitiba e fora dela, não existia nas mesmas proporções dentro da FEP. No site da federação, por exemplo, quase não há informações sobre a escola.

<sup>235</sup> Ao que o texto leva a entender, havia críticas e “comentários” quanto aos salários pagos pelo ILV, provavelmente acima da média.

- “todo este longo processo de corrosão culminou na Portaria nº 1 de 14 do corrente mês a qual DESTITUI o nosso Diretor e esvazia as atribuições do Conselho Diretor (...)” (p. 4);
- “esse golpe de misericórdia – a Portaria – representa uma tentativa de DESMORALIZAÇÃO do Diretor, do Conselho Diretor e de todos nós chefes de seção e de serviços” (p. 5), sendo que dois membros de tal conselho eram também membros da diretoria da FEP e não haviam sido, segundo os mesmos, convocados para nenhuma reunião a esse respeito, nem consultados ou ouvidos;
- entendiam a portaria como um atestado de desconfiança, que nomeava não um representante da FEP junto ao ILV, mas um interventor, “e intervenção só deve ser aplicada onde houver irregularidade, desídia administrativa, desonestidade e imoralidade” (p. 5), considerando a portaria como “algo parecido com um ATO INSTITUCIONAL” (p. 6), que não somente diminuía e rebaixava, mas demitia o Diretor Geral;
- o representante nomeado, devido às atribuições deferidas, assumiria, na verdade, as funções de direção da escola, mas “sem estar credenciado com os títulos profissionais competentes exigidos por Lei” (p. 6), sendo que, “o Diretor demitido”, Ney Lobo, estaria “credenciado junto às autoridades do ensino, federais e estaduais e respectivos Conselhos de Educação para se responsabilizar pelo cumprimento das leis do ensino no âmbito deste Colégio” (p. 6), o que teria dificuldades em realizar sem as atribuições que a portaria agora lhe tirava;
- por fim, o Regimento Interno vigente, “aprovado pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, define as responsabilidades, atribuições e poderes do Diretor e SÓ OUTRO REGIMENTO poderá revogar o anterior” (p. 7), depois de aprovado pelo mesmo Conselho Estadual.

Expostas essas considerações, os signatários do texto resolviam: solidarizar-se com o Diretor Geral e demais membros do Conselho Diretor do ILV, e colocar seus cargos à disposição do presidente da FEP por se julgarem sem condições de continuar cumprindo seus deveres.

Ao fim do documento constavam os nomes de Nelson Destéfani (Coordenador Administrativo, Tesoureiro, Chefe do Pessoal e membro do Conselho Diretor), professor

Ney Paulo de Meira Albach (Professor de OSPB e EMC e membro do Conselho Diretor), professora Teresa Galvani Mello (Coordenadora do Curso Primário, Orientadora da Cidade Mirim e membro do Conselho Diretor), professora Vânia Ávila Cardoso (Coordenadora do Corpo de Alunos, Orientadora Educacional e Orientadora Pedagógica), professor Cidalea Leite (Encarregada do Controle de Alunos e Orientadora Educacional), professora Neide Querolin Sampaio (Orientadora Pedagógica do Curso Primário), professora Elenita Santos (Secretária), Dr. Leri Ribas (Médico), Dr. Mário Roderjan (Dentista), Dra. Josefa Bozzi (Chefe do Serviço de Alimentação) e professora Águeda Vasconcellos (Coordenadora do Ensino Preparatório), além do próprio professor Ney Lobo (“Ex-Diretor”, Coordenador Pedagógico e Coordenador Educacional).

É plausível que o documento tenha sido posteriormente datilografado e enviado à FEP, uma vez que seu presidente emitiu novo ofício (nº 66/74) em 29 de abril de 1974, de certa forma admitindo que o seu representante assumiria realmente um cargo de direção, e procurando explicar a decisão da FEP que, até ali, não consistia na demissão de Ney Lobo, mas numa “divisão de tarefas”:

Tendo havido errônea interpretação à Portaria nº 1/74, em que esta presidência divide as atribuições de direção desse Instituto em direção administrativa e direção pedagógica, vimos esclarecer o que segue:

1 – A direção desta Federação, através de seu Conselho Diretor, continua prestigiando ao prezado confrade [Ney Lobo], em o quem, reconhece condições pessoais de virtudes e capacidade técnica para a direção pedagógica desse Instituto;

(...)

5 – Este Conselho, por isso, não tem razões para reformular a portaria mencionada, mas, ao contrário, faz cessar os efeitos de outras determinações anteriores que com ela colidam ou disponham de maneira contrária.

Assim sendo, esta Presidência dará posse ao confrade Honório Melo, nas funções de que foi investido pela Portaria nº 1/74, no dia 30 do corrente, às 10 horas, solicitando ao prezado confrade que, na oportunidade, reúna o Conselho Diretor desse Instituto. (GHIGNONE, 1974b)

O coronel, entretanto, não se dava por vencido. Buscou consultar-se com o próprio MEC, enviando ao Ministério um documento intitulado “Consulta sobre Divisão de Encargos de Direção de Estabelecimento de Ensino de 1º Grau”, datado de 6 de maio

(LOBO, 1974d). Na consulta, estabeleceu três pontos para a argumentação: 1) se poderia uma entidade mantenedora de estabelecimento particular de ensino dividir a direção em administrativa e pedagógica; 2) se alguém não credenciado pela lei e não habilitado profissionalmente (ou seja, não professor licenciado e sem registro de diretor) poderia assumir a direção administrativa de um estabelecimento particular de ensino de 1º grau; e 3) se a mantenedora poderia alterar o Regimento Interno, para efeitos imediatos, mediante uma portaria.

O parecer de Ney Lobo para os três pontos era negativo, e ao longo de cinco páginas datilografadas fundamentou-se na legislação, em princípios de administração de empresas e no (seu) “bom senso” para sustentar seus argumentos. Anexo ao documento enviou trechos da Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), das Leis nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (LDB) e nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, do Parecer nº 270/1962 do Conselho Federal de Educação (CFE) a respeito do Registro de Diretor, do Parecer nº 93/1962, também do CFE, sobre a caracterização de Diretor Qualificado, e da Portaria do MEC nº 960 de 29 de novembro de 1954.

A resposta veio por telegrama. Para o primeiro ponto, os argumentos de Ney Lobo baseados na Lei Orgânica não se aplicariam, visto seus princípios terem se tornado inaplicáveis após a LDB e sua reforma, sendo que estas não tratavam do assunto; caso o Estatuto e o Regimento da instituição, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, permitissem a bifurcação da atividade de direção, não haveria irregularidade, desde que existisse a figura do Diretor Geral. Quanto ao segundo ponto, Ney Lobo teria razão em sua argumentação. Para o terceiro ponto, no entanto, os pareceres utilizados por Ney Lobo eram anteriores a 1964 e diziam respeito ao ensino superior, não podendo ser aplicados ao 1º grau; novamente, o caso caberia ao Estatuto e ao Regimento. Por fim, salientava-se que as questões formuladas não poderiam deixar de ser objetos de pronunciamento do MEC; neste caso, seria necessária uma audiência com o Departamento de Ensino Fundamental, além de uma consultoria jurídica e ao CFE, como última instância. Presumimos que a resposta talvez não contentasse o consulente.

Ao que tudo indica, não houve negociação. E Ney Lobo, que assumiria a Direção Pedagógica, por algum motivo que nos escapa, foi demitido. “O Conselho Diretor da Federação Espírita do Paraná, resolveu dispensar os seus préstimos, como Diretor do Instituto Lins de Vasconcelos [*sic*]” (GHIGNONE, 1974c), dizia o Ofício nº 78/74 de 30 de maio de 1974, que também propunha que Ney Lobo estava dispensado do

comparecimento ao expediente durante o aviso prévio, a iniciar-se no dia 31. Diferentemente do aviso prévio de anos antes, este não teve volta.

A diretoria da Associação de Pais e Mestres (APM) também se interessou pelo caso, e designou um Grupo de Trabalho (GT) que se reuniu no dia 7 de junho para “tão somente se situar do problema” (APM, 1974). No documento lavrado pelo GT, assinado por Antenor Vieira Barradas, com data de 14 de junho<sup>236</sup>, os membros da APM se diziam preocupados com que seus filhos sofressem “as consequências [sic] de um ato inoportuno” (APM, 1974). Para a Associação, já que a FEP pretendia realizar uma mudança na direção, o deveria ter feito em dezembro de 1973, e não “em plena atividade escolar”<sup>237</sup> (1974). Após se reunirem com a Diretoria da FEP, com assessores da administração do ILV, com Ney Lobo, e com outras pessoas, concluíam que deveriam assim proceder:

1 – Convidar a Diretoria da Federação Espírita do Paraná, para uma reunião com todos os seus membros;

2 – Nessa reunião informar à Federação Espírita do Paraná, que a APM, após ouvir, inquirir e dialogar com as pessoas acima mencionadas, resolveu pedir:

2.1 – A revogação da Portaria 1/74 de 14/05 [na realidade, de 14/04], cujos termos gerou todo o problema;

2.2 – A revogação da portaria 2/74 de /05 [não havia a data], nomeando e empossando o prof. Walter Amaral no cargo de Diretor do Colégio;

2.3 – Designar o prof. Ney Paulo Albach, substituto do prof. Ney Lobo, durante o período de férias deste<sup>238</sup>;

2.4 – Resolver dentro de trinta dias, a situação funcional do professor Ney Lobo;

2.5 – Constituir uma comissão composta de pelo menos 2 membros da Federação Espírita do Paraná, do Colégio e da APM, escolhidos pelas

---

<sup>236</sup> Datilografada, a data era “14/05/1974”, entretanto estava corrigido a caneta por cima do numeral “5”, perfazendo um “6”. Em vista do conteúdo do texto e sabendo a data da demissão efetiva de Ney Lobo (30 de maio), é bastante plausível que o texto seja mesmo de junho. Sobre a data da reunião, o texto diz “dia 7 último” (APM, 1974), possivelmente 7 de junho.

<sup>237</sup> Coincidentemente, o arrendamento do ILV em 1998 ocorreu também no meio do ano letivo. O que sugere que as tomadas de decisões dentro da FEP a respeito do ILV, tanto no episódio da divisão da direção geral em 1974, quanto do arrendamento em 1998, talvez não tenham obedecido a um planejamento mais detido.

<sup>238</sup> Provavelmente Ney Lobo não mais compareceu ao expediente. Não estava de férias, mas cumprindo aviso prévio.

respectivas entidades, para elaborar o novo Regimento Interno do ILV, o qual deverá dar nova estrutura funcional ao mesmo. (APM, 1974)

Não sabemos até que ponto o clamor da APM foi acatado. Importa que as portarias não foram revogadas, Ney Lobo estava definitivamente demitido e Walter do Amaral, primeiro diretor daquela instituição, assumia novamente o cargo, dessa vez como Diretor Pedagógico, em parceria com o Diretor Administrativo, Honório Melo.

Ney Lobo chegou a redigir uma carta de motivos (“Nossos Motivos”) de três páginas, em que elencou várias de suas contribuições ao colégio, “uma constelação de instrumentos de alta funcionalidade didática para constituir um SISTEMA DE FORMAÇÃO MORAL E CÍVICA” (LOBO, s/a i), desde 1963 até sua saída, vaticinando ao final:

Tal virada tão inopinada e violenta na organização da direção do Colégio (...) vem interromper singularíssima experiência pedagógica na área de Formação Moral e Cívica pelos seguintes motivos:

- a) pelo sentido desrespeitoso à pessoa humana, pelo que representa de desconfiança à pessoa do Diretor e aos membros do Conselho Diretor.
- b) a equipe de professores que vinha conduzindo o projeto não se sente mais em condições morais para permanecer no Colégio.
- c) a falta de autoridade funcional em face de não disporem mais dos meios materiais e em pessoal para manterem o Sistema de Formação Moral e Cívica.
- d) a condução de uma experiência no campo da Moral e Cívica pressupõe acima de tudo de condições morais, idealismo, entusiasmo, sem esquecer o calor humano que deve envolver os professores. (s/a i)

Para Pierre Bourdieu, os intelectuais são

uma fração dominada da classe dominante. Dominantes – enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse do capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural – (...), dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. (2004. p. 174-175)

Ney Lobo estava, pois, submetido ao arbítrio dos detentores do capital econômico, munidos do poder tanto de admitir quanto de dispensar. Sua formação docente ou sua graduação militar, ou seja, seu capital cultural e capital simbólico, bem como suas



contribuições filosóficas e didáticas, não foram suficientes para a sua manutenção numa instituição que somente “causava despesas” (LOBO, 1974a) à Federação Espírita do Paraná.

Da mesma forma, o ILV, como entidade no campo de produção cultural, se enquadrava numa “posição dominada no campo do poder” (BOURDIEU, 2004, p. 174). E ainda que as causas reais da demissão de Ney Lobo não pudessem ser solucionadas com base na documentação que tivemos em mãos, não temos dúvidas de que, por análise dessa mesma documentação, a questão econômica teve grande peso. Talvez Ney Lobo tivesse instituído despesas pecuniárias além da quota que a FEP desejasse, exigindo desta uma tomada de decisão que pudesse manter o viés pedagógico que o então diretor era capaz de gerenciar, mas com a administração financeira de um outro ator.

Incapaz de manter-se na posição de poder em que se encontrava (um poder flutuante, diga-se), dominado por quem detinha capital econômico e poder simbólico suficiente, Ney Lobo foi, enfim, desligado do Colégio Lins de Vasconcellos.

Questionado por Dora Incontri sobre sua herança que teria permanecido no colégio nos anos subsequentes à sua saída, Ney Lobo respondeu:

Restou apenas a Cidade-Mirim. A sala-ambiente de Educação Moral e Cívica foi desmantelada e transformada em sala de dança. Porque era uma homenagem aos valores da história do Brasil e aos símbolos nacionais.

Todo o sistema pedagógico desmoronou em mãos inábeis dirigidas por mentes burocratizadas. (LOBO, 2001a, p. 8)

As práticas pedagógicas perpetradas ali, porém, assim como um princípio de sistematização filosófica, no *Plano Pedagógico* que analisamos, se constituíram na pedra angular a partir da qual Ney Lobo ergueu sua filosofia educacional, a qual analisaremos com maior acuidade no próximo capítulo.

# Capítulo 5

## A Filosofia Espírita da Educação

Se no capítulo 3 havíamos analisado a relação do movimento espírita brasileiro com a educação na década de 1960, a fim de compreendermos melhor o contexto em que se inseria o Instituto Lins de Vasconcellos, analisaremos brevemente no primeiro item deste capítulo as relações mais gerais, históricas, teóricas e práticas, entre o espiritismo e a educação, com a finalidade de explicitar a base histórico-filosófica sobre a qual Ney Lobo ergueu a sua filosofia educacional. E se no capítulo 4 analisamos o seu ensaio pedagógico, compreenderemos melhor neste capítulo a sua sistematização.

### 5.1 Relações históricas entre espiritismo e educação

François Laplantine e Marion Aubrée afirmam que “a educação está no centro do espiritismo”<sup>239</sup> (1990, p. 79) e enfatizam: “a educação é para os kardecistas o vetor principal de melhoria espiritual e, em consequência, social”<sup>240</sup> (p. 140). Para Ney Lobo, a filosofia espírita “instaurou um sistema moral”, a ética espírita, e como “toda ética efetiva-se pela educação”, estaria comprovado “o vínculo indestrutível ético-pedagógico” (2002d, v. 1, p. 52) entre o espiritismo e a educação, e argumenta que “todos os sistemas filosóficos culminaram em filosofias de educação resolúveis em pedagogias conseqüentes [*sic*]” (p. 53), afirmando ainda ser “inadmissível que a Filosofia Espírita seja a única a

---

<sup>239</sup> Livre tradução do original: “*L’éducation est au centre du spiritisme.*”

<sup>240</sup> Livre tradução do original: “*l’éducation est pour les kardecistes le vecteur principal de l’amélioration spirituelle et, en conséquence, sociale.*”

não produzir uma metodologia educacional. Seria uma exceção desconcertante” (2002e, v. 4, p. 19).

Historicamente, essa relação entre espiritismo e educação remonta à própria trajetória intelectual do professor Hippolyte Leon Denizard Rivail (que assumiu mais tarde o pseudônimo de Allan Kardec), antes de iniciar as investigações que culminaram na doutrina espírita, e prossegue após o falecimento do líder espírita em 1869. Sua esposa, Amélie Boudet, era também professora. Além disso, vários espíritas se mobilizaram por reformas educacionais na França, defendendo a educação laica, obrigatória e gratuita. Esses espíritas acabaram tendo bastante influência nas reformas educacionais francesas ao final do século XIX. Como explicitam Aubrée e Laplantine:

A Liga parisiense de Ensino é fundada por seis militantes laicos: Jean Mace, Camille Flammarion, Emmanuel Vauchez, Alexandre Delanne, Pierre-Gaëtan Leymarie e André Vautier. Ora, exceto Jean Mace, todos são espíritas<sup>241</sup>, e a própria associação tem sua sede no domicílio de Leymarie, o sucessor de Kardec (...). Assim, os pioneiros do que vai se tornar em 1881 a Liga Francesa de Ensino são em maioria espíritas que, com a sua doutrina, lutam pela instrução gratuita, laica e obrigatória.

Os discípulos de Kardec criam na mesma época as Sociedades de Instrução, isto é, bibliotecas de instrutores buscando integrar à Educação nacional um programa de “ensino moral” fundado sobre o “espiritualismo científico”. Em 1903, Léon Denis escreve uma carta a Combes, então presidente do Conselho, a fim de chamar sua atenção para a contribuição a seus olhos capital do espiritismo ao ensino laico da República. (1990, p. 75)<sup>242</sup>

Ocorre que aos 19 anos, Rivail, que havia estudado no Instituto de Yverdon, na Suíça, por cerca de uma década, sob a tutela do educador suíço Johann Heinrich

---

<sup>241</sup> Notamos a representação exposta pelos pesquisadores franceses dos espíritas como laicos, não como religiosos.

<sup>242</sup> Livre tradução do original: “*La Ligue parisienne de l’Enseignement est fondée par six militants laïcs: Jean Macé, Camille Flammarion, Emmanuel Vauchez, Alexandre Delanne, Pieer-Gaëtan Leymarie et André Vautier. Or, hormis Jean Macé, tous sont spirites, et l’association ele-même a son siège au domicile de Leymarie, le successeur de Kardec (...). Ainsi les pionniers de ce qui va devenir en 1881 la Ligue française de l’Enseignement sont en majorité des spirites qui, avec la doctrine qui est la leur, luttent pour l’instruction gratuite, laïque et obligatoire. Les disciples de Kardec créent à la même époque des ‘Sociétés d’Instruction’ c’est-à-dire des bibliothèques d’instituteurs cherchant à intégrer dans l’Éducation nationale un programme ‘d’enseignement moral’ fondé sur le ‘spiritualisme scientifique’. En 1903, Léon Denis écrit une lettre à Combes, alors Président du Conseil, afin d’attirer son attention sur la contribution à ses yeux capitale du spiritisme à l’enseignement laïc de la République.*”

Pestalozzi, já era diretor escolar, além de lecionar em escolas primárias e secundárias<sup>243</sup>. Sua primeira publicação foi intitulada *Curso Prático e Teórico de Aritmética, de acordo com o método de Pestalozzi*, de 1824. Foi ainda autor de outras cerca de 20 obras ligadas à educação. Destacamos duas delas: *Plano Proposto para a Melhoria da Educação Pública*, de 1828, no qual faz uma ampla argumentação sobre a necessidade de se mudar o sistema educacional francês; e *Discurso Pronunciado por Ocasão da Distribuição dos Prêmios de 14 de agosto de 1834*, no qual disserta bastante sobre a educação da criança e conclui dizendo ser a educação a obra de sua vida.

De um modo geral, as idéias desenvolvidas por Rivail estavam na linha pestalozziana, propondo inovações pedagógicas que iam além das modificações políticas, legislativas e administrativas. Sem dúvida, engajava-se em modificações de caráter político. Mas tratou também de promover e desenvolver mudanças pedagógicas e didáticas. Defendeu a idéia de uma educação integral, com o desenvolvimento simultâneo dos aspectos morais, intelectuais e físicos. Posicionou-se a favor da educação ativa, do respeito às fases do desenvolvimento da criança, da valorização da infância, da formação de professores. Sendo assim, a voz de Rivail parece estar mais de acordo com as novas vozes pedagógicas que ganhavam eco na França, ligadas ao ideário iluminista da Revolução Francesa, do que ao momento em que escreve, em que ainda imperava a velha mentalidade da fase da Restauração. (INCONTRI; GRZYBOWSKI, 2005, p. 12)

O professor Rivail deixa claro, nas publicações que destacamos, a intenção de que a Pedagogia fosse valorizada como ciência, com cursos de formação específica. Nesse campo, ele atuou por cerca de 30 anos como um discípulo de Pestalozzi e propagador de seus métodos na França (inclusive lecionando gratuitamente Química, Física, Astronomia e Fisiologia), mas quando o governo francês facilitou às ordens católicas certo controle

---

<sup>243</sup> Um importante estudo a respeito do professor Rivail e seu contexto histórico foi feito pelo sociólogo e historiador Anderson Claytom Ferreira Brettas em sua tese de doutorado, intitulada *Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec – um professor pestalozziano na França do tempo das Revoluções* (UFU), defendida em 2012. Neste trabalho, Anderson Brettas relaciona algumas das obras de Denizard Rivail (1804-1869) no campo educacional: *Curso prático e teórico de Aritmética, segundo o método de Pestalozzi, para uso dos professores e mães de família* (1824); *Plano proposto para melhoramento da Instrução Pública* (1828); *Qual o sistema de estudo mais consentâneo com as necessidades da época?* (1831); *Gramática Francesa Clássica* (1831); *Discurso pronunciado na distribuição de prêmios* (1834); *Manual dos exames para os títulos de capacidade* (1846); *Soluções racionais de questões e problemas de Aritmética e de Geometria* (1846); *Catecismo Gramatical da Língua Francesa* (1848); *Programa dos Cursos ordinários de Química, Física, Astronomia, Fisiologia* (1849); *Ditados normais dos exames da Municipalidade e da Sorbona* (1849); e *Ditados especiais sobre as dificuldades ortográficas* (1849).

sobre o sistema educacional público, Rivail, que defendia a educação laica, se afastou do campo, coincidindo com a época em que iniciou as pesquisas espíritas.

Ao elaborar os livros da sua fase espírita, Rivail imprimiu neles as suas inclinações pedagógicas. Assim, encontraremos em *O Livro dos Espíritos*, essa sua assertiva:

Quando essa arte [a educação] for conhecida, compreendida e praticada, o homem seguirá no mundo hábitos de *ordem e previdência* para si mesmo e para os seus, *de respeito pelo que é respeitável*, hábitos que lhe permitirão atravessar de maneira menos penosa os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que somente uma educação *bem compreendida* pode curar. Nisso está o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos. (KARDEC, 1998b, p. 238 – grifos no original)<sup>244</sup>

Em seu “resumo teórico a respeito do móvel das ações humanas”, afirma que cabe à educação o combate às más tendências do espírito encarnado, desde que se o faça baseando-se num estudo profundo da natureza moral do ser humano, asseverando que “pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento pela higiene” (p. 285), distinguindo, portanto, a educação moral da instrução intelectual. É, pois, à educação moral que Kardec dá ênfase, não apenas em *O Livro dos Espíritos*, mas em todas as suas obras. Por fim, encontramos em *Obras Póstumas* o seguinte: “Será pela educação, mais ainda do que pela instrução, que se transformará a Humanidade” (2003, p 371).

Entretanto, a obra de Kardec não é exatamente um tratado pedagógico. A educação está ali nas entrelinhas, ou às vezes de forma mais evidente, como nas citações que fizemos, porém não há uma proposta de educação formal espírita explícita nessas obras. Essa proposta nasceu no Brasil, ou seja, a Pedagogia Espírita propriamente dita, embora

---

<sup>244</sup> Outro trecho bastante demonstrativo: “Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e não obstante o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. (...) Uma vez conhecidas as causas o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por partes, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numerosas, mas não é impossível de resto, não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, pela educação. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer homens de bem. A educação, se for bem compreendida, será a chave do progresso moral, quando se conhecer a arte de manejar a arte dos caracteres como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireita-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer muito trato, muita experiência e uma profunda observação” (KARDEC, 1998b, p. 299).

não tenhamos tido aqui a primeira escola espírita do mundo, é uma construção histórica do movimento espírita brasileiro. Essa é a tese defendida por Dora Incontri (2001).

Desde o início do século XX até os dias atuais, os espíritas produziram experiências isoladas no campo educacional, colégios “construídos e mantidos por pessoas abnegadas que acreditavam na educação religiosa da criança e do adolescente como ponto de partida para a formação de uma sociedade melhor, mais justa, mais feliz” (COSTA, 2009, p. 221-222). A maior parte dessas iniciativas, senão todas, não teve longa duração. Até porque, o projeto de uma pedagogia espírita nunca foi uma proposta da FEB, por exemplo, como liderança majoritariamente reconhecida do movimento espírita brasileiro, e que poderia fomentá-lo<sup>245</sup>. O que ocorreu e ainda ocorre é que “cada espírita realizou a experiência pedagógica que quis, de acordo com suas próprias ideias, com os recursos financeiros de que dispunha, mobilizando ou não a comunidade em busca de ajuda” (p. 148).

Alessandro Bigheto explica que

há duas tendências no movimento espírita brasileiro, uma enraizada na tradição francesa de Kardec, que vem de uma vertente mais progressista e se alinha com as posições socialistas, e uma outra mais popular praticada pela maior parte dos centros que tem como principal característica conservadorismo social e político. Realizam inúmeras obras sociais assistencialistas. Os assistencialistas também praticaram obras educacionais. Essa linha é criticada pelos espíritas do outro grupo, pois além de apresentar traços muito conservadores, guardam muitas heranças do catolicismo. Dentro dessa corrente há as escolas que são assumidamente confessionais e há aquelas que, até certo ponto, se inspiraram nas propostas de vanguarda, defendendo uma pluralidade. Na vertente mais crítica é que os educadores como Eurípedes Barsanulfo, Anália Franco, Herculano Pires se encaixam. Essas contradições demonstram uma rica dialética do movimento espírita. (2006, p. 129 – nota)

E Dora Incontri salienta:

É claro que a dialética não nos aconselha a enxergar os fatos de forma maniqueísta e as contradições fazem parte da natureza das coisas. Os assistencialistas também praticam educação. Às vezes não exatamente

---

<sup>245</sup> No prefácio à obra *Filosofia Espírita da Educação*, de Ney Lobo, o então presidente da FEB, Francisco Thiesen, diz que a instituição é “sensível à Causa da Educação em seu mais amplo sentido”, ou seja, não se restringiria à educação escolar, ou à formulação de uma pedagogia, mas à “Causa da Educação” em maiúsculas, “em seu mais amplo sentido”, a educação do espírito, uma causa também de todo grupo, casa ou centro espírita. Para além dessas assertivas, não houve incentivo à construção de escolas espíritas.

da maneira como gostariam os que estão mais à esquerda do movimento. Mas, às vezes, também se inspirando propriamente nestes. E estes, por outro lado, nem sempre conseguiram levar à praxis aquilo que idealizaram. (s/a, p. 5)

Ou seja, há diferentes interpretações, dentro do movimento espírita, a respeito da necessidade das escolas espíritas; e em caso positivo, de quais princípios deveriam nortear essa escola, e quais práticas legitimariam uma pedagogia propriamente espírita. Em todo caso, para que uma proposta pedagógica pudesse ser considerada eminentemente espírita, deveria, obviamente, se fundamentar nos preceitos dessa doutrina, além de se diferir de outras pedagogias ou filosofias educacionais, nos fundamentos e na práxis.

Quando nos referimos à experiência pedagógica espírita, estamos delimitando as escolas ou práticas educacionais que apresentem um ou mais elementos constantes da Pedagogia Espírita, ou seja, algum diferencial significativo da educação tradicional e que esse diferencial tenha sido produto do Espiritismo. Pode uma escola não alcançar a prática integral de todos os princípios pedagógicos espíritas. Mas não basta uma escola autodenominar-se espírita, para se inserir no quadro desta Pedagogia. Nesse sentido, a primeira escola espírita do mundo, com o nome de *Spiritualist Progressive Lyceum* foi a fundada, em 1863, por Andrew Jackson Davis, médium americano, considerado o profeta do Espiritismo. Acreditava ele que cada criança é um ser espiritual único. As classes eram pequenas, não seriadas por idade, e as aulas eram dadas com método socrático. (...). Também tem-se notícia de uma escola espírita argentina, Colegio La Fraternidad, fundada em 1880 por Rosa e Antonio Ugarte, cujas atividades se desdobraram até o início do século XX. Informa Cesar Bogo que por este colégio passaram 1500 alunos e que seu declínio se deu com a morte da fundadora. Entretanto, segundo esta fonte, parece que o método de ensino era o tradicional, inclusive com distribuição de prêmios e medalhas, muito ao contrário do que praticava Eurípedes [Barsanulfo]. Se este colégio apresentou alguma novidade pedagógica, coisa que não pudemos sabê-lo, ele é a segunda escola espírita do mundo. Se não apresentou, então a segunda escola espírita do mundo foi a de Eurípedes [o Colégio Allan Kardec, em Sacramento-MG]. (INCONTRI, 2001b, p. 211 – nota)

Vale a pena relacionar determinados detalhes a respeito do Colégio Allan Kardec em Sacramento-MG, haja vista que alguns de seus aspectos pedagógicos foram também colocados em prática no Instituto Lins de Vasconcellos, embora neste com uma disciplina mais rígida e em consonância com o contexto sociopolítico já analisado nos capítulos anteriores (discrepâncias em função do pensamento filosófico, político e social de Ney

Lobo). Ademais, “segundo os teóricos da Pedagogia espírita, entre eles Ney Lobo e Dora Incontri, o Colégio Allan Kardec apresenta em suas práticas os princípios básicos da Pedagogia espírita, embora não explicitados como tal” (BIGHETO, 2006, p. 126). De acordo com Dora Incontri, a experiência do professor Eurípedes Barsanulfo “permanece até hoje não superada pela sua originalidade e pela pujança com que se manifestam os elementos mais significativos da Pedagogia Espírita” (2001, p. 211).

Eurípedes fundou e dirigiu a primeira escola espírita do Brasil, o Colégio Allan Kardec (CAK), de 1907 a 1918, após a experiência de fundar e dirigir o Liceu Sacramentano, a partir de 1902 (em ambas, ainda atuou lecionando). Este foi extinto para o surgimento daquele. Eurípedes foi “líder de mudanças educacionais em sua região, político, professor, jornalista, além de um homem de ação pedagógica”<sup>246</sup> (BIGHETO, 2006, p. 131).

O CAK tinha uma proposta pedagógica bastante discordante em relação ao contexto educacional de Minas Gerais no início do século XX. Naquela época, o controle do tempo e do espaço, a disciplina e a ordem eram primordiais nas atividades docentes e discentes. Para isso a direção da escola precisava a todo momento vigiar, enquanto o professor precisava adestrar, e o aluno, obedecer. A palmatória ainda era instrumento pedagógico, assim como os prêmios e as honrarias aos alunos destacados.

Eurípedes segue uma outra linha de procedimentos, a ordem e a disciplina não eram condições essenciais no cotidiano do seu colégio. As relações entre Eurípedes, os professores e os alunos não eram tão rígidas e hierarquizadas. (...) Eurípedes queria construir uma escola com mais liberdade, autonomia, diálogo e afeto. Nesse sentido os alunos e os professores não eram observados e vigiados sem cessar. Nunca assumiu o papel de fiscalizador e de controlador. Eurípedes era o diretor do colégio, mas não encontramos nenhum relato que mostre Eurípedes como um diretor autoritário, ao contrário, os testemunhos apresentam o colégio com clima mais igualitário e menos hierárquico. (...) Ele encontrava a solução para as tensões, discussões, críticas, discordâncias e conflitos no diálogo franco e aberto. (BIGHETO, 2006, p. 119)

---

<sup>246</sup> A dissertação de mestrado de Alessandro Bigheto, intitulada *Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República* (Unicamp), de 2006, analisa detalhadamente a trajetória de Eurípedes e o CAK. A dissertação foi publicada como livro em 2006, intitulado *Eurípedes Barsanulfo, um educador de vanguarda na Primeira República*. Outra dissertação a respeito do CAK foi defendida por Anderson Brettas, intitulada *Eurípedes Barsanulfo e o Colégio Allan Kardec – Capítulos de História da Educação e a Gênese do Espiritismo nas Terras do Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918)* (UFU), também de 2006.



O colégio possuía classes mistas (meninos e meninas juntos na mesma sala de aula) e não havia castigos ou recompensas. Os professores dialogavam com todas as crianças e adolescente sobre quaisquer questões que as envolvessem, diminuindo as distâncias hierárquicas (assim também era o relacionamento do diretor com os professores). A avaliação era contínua, nas quais se desenvolviam a argumentação lógica, a racionalidade e a estética, por meio ainda de debates semanais entre os alunos. No final do ano, eram feitos os exames gerais, para os quais pais e amigos eram convidados a participar, quando se promovia uma discussão ampla com os alunos sobre os temas estudados durante o ano inteiro. A arte era um dos focos educacionais de Eurípedes, principalmente o teatro, em que acreditava que o aluno poderia melhor se conhecer e se deixar conhecer.

A educação era ativa: para aulas de ciências havia dissecação de animais; para aulas de astronomia, a observação dos astros; para o desenvolvimento da inteligência, eram realizados exercícios de racionalidade, observação da natureza e reflexão crítica; para desenvolver a alma, a prática da fraternidade, da solidariedade e da oração; para desenvolver o corpo, faziam-se ginásticas diárias, exercícios respiratórios e aulas-passeio, nas quais se desenvolviam muitos outros conteúdos ao ar livre (INCONTRI, 2001b, p. 217). Além disso, não existiam tempos cronometrados para as aulas e o currículo não era seriado. Também não havia notas, mas conceitos, que não tinham a função de aprovação ou reprovação, eram os professores que decidiam quando um aluno poderia avançar, às vezes antes da avaliação final. Eurípedes se baseava na tríade pestalozziana de se educar a cabeça, o coração e as mãos, ou em outras palavras, o desenvolvimento simultâneo do intelecto, da moral e do físico. A escola era privada (funcionava como uma cooperativa), mas gratuita, e todos os professores eram voluntários.

Eurípedes transformou o interior da escola. Partiu de um novo conceito de criança, redefiniu os conteúdos, modificou o papel do professor, instaurou novos processos de ensino-aprendizagem, novos tempos e espaços pedagógicos, ou seja, uma nova organização e cultura escolar estavam no centro da sua proposta educacional. (...) [Assim,] procurou construir uma escola mais adaptada às necessidades das crianças e mais realista. (BIGHETO, 2006, p. 104)

No colégio, as aulas de espiritismo eram facultativas, mas haviam estudos comparados de religiões. Dessa forma, “Eurípedes procurou construir uma prática educativa plural, integrando ciência, filosofia e religião à moda de Kardec” (p. 129).

Como se pode observar, há semelhanças com o que Ney Lobo desenvolveu no ILV, como a proposta de educação ativa, o estudo de religiões sem caráter confessional, o aspecto democrático da vivência discente, a avaliação contínua, e a diminuição da hierarquia nas relações docentes. No entanto, no ILV ainda se manteve a rigidez dos tempos escolares, a seriação do currículo e a formalidade das relações, ao menos nas normas.

Depois de Eurípedes existiram, ao longo das décadas, outras experiências pedagógicas espíritas de destaque, como as de Anália Franco e Tomás Novelino, e novas teorizações sobre o tema, como as de Pedro de Camargo (Vinícius) e Herculano Pires, de modo que entre 16 e 18 de janeiro de 1949, a USE realizou o *I Congresso Educacional Espírita Paulista*, possivelmente o primeiro do gênero no país. Nesse congresso, Herculano já propunha a sistematização de uma educação escolar espírita, e como resultado da conferência, foi criado o Instituto Espírita de Educação, vinculado ao Departamento de Educação da USE.

Nas duas décadas que se seguiram, como vimos no capítulo 3, os intelectuais espíritas defenderam, em geral, a escola pública laica, mas mantiveram as iniciativas particulares de escolarização, algumas confessionais, outras não, baseando-se na doutrina espírita. É fato, porém, que “o ensino proselitista não é aceito pela maior parte das escolas espíritas, que assumem uma postura de respeito às diferenças religiosas, na maioria das escolas espíritas não há aulas de espiritismo, como em outros colégios confessionais” (BIGHETO, 2006, p. 71-72 – nota).

Até então, pelo que pudemos pesquisar, havia um esforço de sistematização de uma pedagogia espírita em duas frentes: no Gabinete de Orientação Filosófica do ILV, a partir de 1963, e nas publicações da revista *Educação Espírita*, de iniciativa de Herculano Pires, a partir de 1970. Ao que tudo indica, o termo “Pedagogia Espírita” é de autoria de Herculano, e se popularizou principalmente após a publicação da obra póstuma *Pedagogia Espírita*, de 1985, uma coletânea de artigos seus publicados na revista. Nesta época, Ney Lobo havia finalizado o livro *Filosofia Espírita da Educação* (com várias referências a artigos publicados naquela revista), e procurava uma editora para publicá-lo, como descrito no capítulo 2, vindo a realizar o ensejo pela editora da FEB em 1989.

Para Herculano Pires, o surgimento da Pedagogia Espírita era algo natural e propunha a sua especificidade em comparação com outras vertentes educacionais:

A tarefa da Educação Espírita é a formação de um homem novo. A Educação Clássica greco-romana formou o cidadão, o homem vinculado à cidade e suas leis, servidor do Império; a Educação Medieval formou o cristão, o homem submisso a Cristo e sujeito à Igreja, à autoridade desta e aos regulamentos eclesiásticos; a Educação Renascentista formou o gentil-homem, o sujeito às etiquetas e normas sociais, apegado à cultura mundana; a Educação Moderna formou o homem esclarecido, amante das Ciências e das Artes, cético em matéria religiosa, vagamente deísta em fase de transição para o materialismo; a Educação Nova formou o homem psicológico do nosso tempo, ansioso por se libertar das angústias e traumas psíquicos do passado, substituindo o confessionário pelo consultório psiquiátrico e psicanalítico, reduzindo a religião a mera convenção pragmática. (PIRES, 2004, p. 73)

Embora o livro *Pedagogia Espírita* possa ser considerado um marco teórico inicial do movimento da educação espírita (FUCKNER, 2009, p. 81), não temos ali uma sistematização, mas um esforço de justificação filosófica e religiosa da proposta, levando em consideração as práticas já existentes desde o início do século XX. O marco de sistematização desse alvitre, no entanto, se dá, de fato, com Ney Lobo, com o acréscimo de uma experimentação prática anterior. Antes e após, outros autores também relacionaram educação e espiritismo de maneira menos acadêmica, dentre esses, Vinícius e Walter Oliveira Alves. Marcus Alberto De Mario é outro autor que teorizou sobre o tema, tendo inclusive trocado correspondências com Ney Lobo<sup>247</sup> na década de 1990 e início dos anos 2000, algumas das quais tivemos acesso. Para ele, “a Escola Espírita forma o caráter através da Filosofia Espírita da Educação, não ensina Espiritismo, que é tarefa do Centro Espírita” (1999, p. 22), e acrescenta que a filosofia espírita da educação é “muito rica, profunda e única quanto a fornecer parâmetros para a educação integral do ser, desde que o posiciona como Espírito imortal” (p. 62).

Para a pesquisadora Celma Laurinda Freitas Costa,

De Mario pretende que a obra *Filosofia Espírita da Educação e Suas Consequências Pedagógicas e Administrativas*, de Ney Lobo, seja o manual básico que daria sustentação a um projeto de Pedagogia Espírita para todo o Brasil – à semelhança do *Ratio Studiorum* da Pedagogia Jesuíta. (2009, p. 213)

---

<sup>247</sup> A introdução da obra *Visão Espírita da Educação*, de Marcus De Mario (1999), é de Ney Lobo.

Com Dora Incontri temos a organização dos elementos necessários à consolidação histórica da Pedagogia Espírita, ainda que de elaboração aberta e progressiva. Em 2001, ela defendeu a tese de doutorado intitulada *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*<sup>248</sup>, efusivamente comemorada por Ney Lobo, que a considerava um “cavalo de Tróia” a semear outros trabalhos acadêmicos semelhantes a partir dali, como pudemos perceber através de algumas correspondências entre ele e a autora. Desde Sócrates e Platão, passando por Comenius, Rousseau e Pestalozzi, como precursores e pressupostos teóricos, e depois por seis educadores espíritas brasileiros (Eurípedes Barsanulfo, Anália Franco, Tomás Novelino, Vinícius, Herculano Pires e Ney Lobo), como continuadores e teorizadores, ela delinea e analisa os ascendentes da educação espírita no Brasil, propondo ao final um modelo prático.

Celma Costa considera, no entanto, que

A Pedagogia Espírita é declaradamente de cunho religioso, ou seja, trata-se da educação confessional, que já foi dominante no meio educacional, do qual se viu alijada nos últimos séculos, mediante a intervenção do Estado, que consignou a ideia em forma de lei. (p. 197)

Não obstante, Dora Incontri, Alessandro Bigheto e Marcus De Mario consideram que a escola espírita não tem a obrigação de ensinar espiritismo, o que afasta a ideia de escola confessional, mas não pode deixar de abarcar, em sua práxis, a religiosidade como fundamento epistemológico. Já Ney Lobo, em suas obras, abre brechas para a existência (e mesmo necessidade) da escola espírita confessional, como analisaremos mais adiante.

Nessa construção histórica, a posição de Ney Lobo é bem clara para Dora Incontri:

se Eurípedes nos deu o modelo de educador espírita, atuando na prática, se Anália aplicou os princípios espíritas num projeto pedagógico de alcance social e se Novelino resumiu essas heranças, ante Ney Lobo desfrontamo-nos pela primeira vez com alguém que praticou e teorizou e, portanto, sistematizou princípios e propôs um método. Nessa sistematização, reconhece-se claramente a essência da Pedagogia Espírita, mas também aparece o contexto sociopolítico em que foi inserida e a própria subjetividade do autor. Personalidade pragmática, embebida nos valores cívicos da mentalidade militar, sua experiência teve aspectos sui-generis. (2001, p. 245)

---

<sup>248</sup> Publicada como livro em 2004: *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes*.

Tomando aqui o conceito de geração de intelectuais, proposto pelo historiador francês Jean-François Sirinelli<sup>249</sup>, podemos sugerir pelo menos quatro gerações de intelectuais espíritas que propuseram uma educação baseada no espiritismo: numa primeira geração, temos como expoentes Eurípedes Barsanulfo e Anália Franco, cujo marco foi a fundação do Colégio Allan Kardec em 1907; uma segunda geração teria como representantes Vinícius e o Casal Tomaz e Aparecida Novelino (talvez também Herculano Pires), sendo o marco o *I Congresso Educacional Espírita Paulista*, em 1949; a terceira geração seria representada por Herculano Pires, Humberto Mariotti e outros, tendo como marcos a inauguração do Instituto Lins de Vasconcellos em 1963 e a *Revista Educação Espírita* em 1970. Ney Lobo e Ulysséa seriam dessa geração, embora a produção intelectual do primeiro tenha sido posterior, talvez um desdobramento tardio dos ideais dessa geração; sua produção é, pois, concomitante à publicação da obra *Pedagogia Espírita*, de Herculano, e constitui uma síntese desses ideais. Uma quarta geração pode ser representada por Dora Incontri e Alessandro Bigheto, cujo marco seria a tese de doutorado da primeira, ensejando a criação da *Associação Brasileira de Pedagogia Espírita*, bem como de outras associações semelhantes, além da organização de cursos e congressos sobre a temática.

Dito isso, analisemos a seguir o pensamento educacional de Ney Lobo.

## 5.2 O pensamento educacional de Ney Lobo

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. (BOURDIEU, 2004. p.176)<sup>250</sup>

A partir das publicações de Ney Lobo, uma vez que este foi o primeiro a sistematizá-la sob uma denominação específica, podemos sugerir que existe de fato uma

<sup>249</sup> Uma geração se configura a partir de um marco ou evento fundador. Este marco e as ideias dos intelectuais envolvidos e que conviveram em determinado período é que dão coerência à geração. Os intelectuais de uma mesma geração constroem, assim, uma memória comum.

<sup>250</sup> Ao escrever este trecho, Bourdieu estava associando os intelectuais aos interesses de autolegitimação e de defesa dos interesses das classes dominantes, mas utilizamos a citação no sentido de corroborar com a ideia de que Ney Lobo trouxe ao explícito o que não estava devidamente formulado.

filosofia educacional propriamente espírita. Se alguns autores dissertaram sobre as relações entre o espiritismo e a educação, restringindo-se mais a uma educação moral generalista, Ney Lobo se propõe a resolver o problema da educação precisamente escolar, por meio de um trabalho analítico e minucioso, trazendo ao estado explícito e objetivo, a formulação de uma proposta pedagógica abrangente, ou seja, que envolve desde a natureza do educando e consequente formulação dos objetivos educacionais, ao estabelecimento de novas bases didático-pedagógicas e de administração escolar.

Na obra *Filosofia Espírita da Educação* (FEE<sup>251</sup>), ele esmiúça de tal maneira a produção de Allan Kardec em busca de subsídios doutrinários para o seu intento, que seu trabalho se assemelha a uma exegese educacional espírita. É como se ele precisasse a todo o tempo referenciar suas ideias, de modo tanto a evitar o personalismo como a emprestar autoridade ao texto. Entretanto, por se referenciar também em autores escolanovistas, bem como de outras vertentes ideológicas, existe ainda um “quê” de ecletismo<sup>252</sup> na FEE, embora tenha a doutrina espírita como linha mestra a garantir a coerência de seu pensamento, dando certo grau de originalidade. Dessa coerência é que vem a síntese conceituada pelo autor como “Filosofia Espírita da Educação”, explícita e objetivada.

Ney Lobo explica que muitos fatores confluíram para essa síntese (2002d, v. 1, p. 34-36): o estado atual da educação em escolas espíritas, inadequado em sua visão, como fundamento causal; a sua intenção pessoal de colaborar para a melhoria desse estado, como fundamento motivador; várias obras de diversos autores sobre educação, como fundamento geral; os fatos educativos vividos por ele, como fundamento ontológico; várias obras específicas sobre filosofia da educação, como fundamento ordenador do seu pensamento; as obras de Allan Kardec, como fundamento supremo; suas próprias intuições intelectuais, como atividade mental criadora; e outras obras espíritas, como reforço subsidiário; tudo isso passando por sua própria reflexão crítica, que ele chamou

---

<sup>251</sup> Quando nos referirmos à FEE, estaremos tratando da obra específica de Ney Lobo, de sua sistematização, e não de uma filosofia educacional espírita genérica ou universal.

<sup>252</sup> Ney Lobo afirma ter utilizado os seguintes métodos racionais para a composição da obra (explicando cada um deles): método dedutivo, método indutivo, método analógico e método eclético, considerando que este último talvez tenha sido o mais frequente (LOBO, 2002d, v. 1, p. 62). Mas em artigo para a revista *Reformador* da FEB, intitulado *O correto e justo entendimento da obra “Filosofia Espírita da Educação”*, Ney Lobo afirma o seguinte: “A filosofia de educação, projetada de si mesma pela Doutrina [espírita], não é a reprodução, ou mesmo a semelhança, de alguma outra filosofia de educação já criada e conhecida, numa manifestação mimética e servil. Nem, tampouco, se contamina de uma composição eclética e inconsistente de várias outras. (...) É trabalho absolutamente original. É uma filosofia de educação distinta de todas as demais já existentes. É assim, pela simples razão de ter tido por base filosofia também original: a Filosofia Espírita inviscerada em toda a Codificação kardeciana. Não se ressentir, por isso, o posicionamento educacional espírita, de nenhuma crise de identidade” (LOBO, 1991e, p. 32).

de atividade mental exploradora, através de um roteiro dedutivo como método específico. O produto final, em sua apreciação, seria uma orientação superior à educação espírita.

Primeiramente, portanto, dos textos de Kardec, Ney Lobo extrai argumentos para sustentar, segundo ele próprio, a existência natural da filosofia espírita. Em seguida, partindo desse pressuposto e por argumentação dedutiva, chega à conclusão de que é possível sistematizar uma filosofia educacional espírita. Assim, os fundamentos e os princípios da FEE estão alicerçados, em primeiro lugar, nas obras kardecianas.

Mas os cinco volumes da obra não se caracterizam como de leitura fluida. O texto é muitas vezes interrompido por diagramas sintéticos desenhados pelo próprio autor<sup>253</sup>, e se estrutura na forma de tópicos temáticos, que são desenvolvidos a partir da análise de diversos autores dos campos da filosofia, da sociologia e da educação, além de citações de trechos das obras de Kardec. Ele se justifica:

Não estranhe o estudioso desta obra encontrar um razoável número de diagramas, em se tratando de obra filosófica. A Filosofia prima pelas idéias abstratas insuscetíveis de concretização gráfica. As representações gráficas são mais freqüentes nas ciências. No entanto, os tratados de Lógica estão comumente eivados de diagramas. Certos filósofos, por concessão aos reclamos da didática, têm recorrido a eles, embora com muita parcimônia. Por exemplo, NICOLAU DE CUSA (1401-1464) em “De Docta Ignorantia” usou das formas geométricas para apreensão dos princípios divinos. PLATÃO imaginou o *mito da caverna* para explicar a oposição entre o mundo sensível e o “mundus intelligibilis”, o das idéias perfeitas. Chamamos essa imagem platônica de verdadeiro *diagrama mental*. Também DESCARTES expressou algumas poucas idéias figurativamente (“Princípios de Filosofia”). (LOBO, 2002d, v. 1, p. 38 – grifos do autor)

Talvez por conta do seu conteúdo muito específico (uma obra pedagógica, filosófica e espírita) e do estilo literário do autor, o seu processo de publicação tenha levado cerca de seis anos entre idas e vindas. Como explanado no capítulo 2, a FEE foi escrita entre junho de 1981 e dezembro de 1984, como resultado dos estudos realizados no Gabinete de Orientação Filosófica do Instituto Lins de Vasconcellos, acrescidos de

---

<sup>253</sup> Vale lembrar o quanto os manuais militares são também recheados de diagramas e tópicos temáticos. Todavia temos a impressão de que Ney Lobo pensava primeiro por diagramas e tópicos, por imagens, imaginava os argumentos sintética e graficamente e somente depois os expandia textualmente. Observamos que em escritos futuros Ney Lobo deu grande ênfase ao papel da imaginação na construção do conhecimento (vide LOBO, Ney. *A Espiritualidade da Inteligência Humana*. Brasília: Editora Auta de Souza, 2008).

análises das práticas pedagógicas experimentadas naquela escola, sob uma interpretação particular do espiritismo, e de pesquisas autônomas implementadas pelo autor, tendo sua primeira edição sido publicada pela Federação Espírita Brasileira em 1989. Ney Lobo primeiramente experimentou e criou hipóteses, e somente depois teorizou e sistematizou.

Sobre a origem da obra, ele diz em carta à editora Edicel:

Esta obra deita suas raízes mais profundas no período em que exercemos o magistério em colégio espírita por onze anos (de 1963 a 1974), sete dos quais como diretor. No exercício efetivo dessa função e na constância da reflexão sobre os fatos educativos, na frágua do dia a dia, foi-se consolidando a idéia da indispensabilidade de uma diretriz filosófica superior e espírita. Não sabíamos para que ensinávamos. Mesmo que intuíssemos os fins educativos espíritas, desconheceríamos os caminhos que a eles conduziriam. Por isso, partimos para a organização do GABINETE DE ORIENTAÇÃO FILOSÓFICA (...). Dávamos o primeiro passo. Era uma idéia pioneiríssima, cintilante e sedutora. Idealizamos uma cúpula doutrinária, o Gabinete, como dossel da Filosofia Espírita a cobrir todo o edifício pedagógico. Antevimo-lo como almenara a guiar os educadores desgarrados, os perplexos e os sem-rumo. Era o que pretendíamos. Tínhamos o Gabinete, mas faltava a doutrina pedagógico-espírita. Carência essa que se nos tornou, desde então, obsessiva na direção do ignoto... Não eram delírios albergados no nosso trato mental, sim esperanças consistentes que não desmaiavam mas desatavam-se, prosperavam e estendiam fronteiras com o desconhecido a cujo tropismo não seria lícito resistir.

(...)

No Gabinete de Orientação Filosófica, redigimos os primeiros estudos sobre educação espírita. Escolhemos, como de primeira urgência, a área da disciplina escolar. Realmente, defrontávamo-nos com árdios problemas na manutenção da ordem escolar. Limitávamo-nos a aplicar os sediosos e cansados processos de contenção e controle. Todavia, intuíamos que a Doutrina Espírita inspiraria outros recursos bem diferentes. Esses trabalhos foram publicados em jornal espírita [jornal *Mundo Espírita*] nos anos de 1966 e 1967. (LOBO, 1986a)<sup>254</sup>

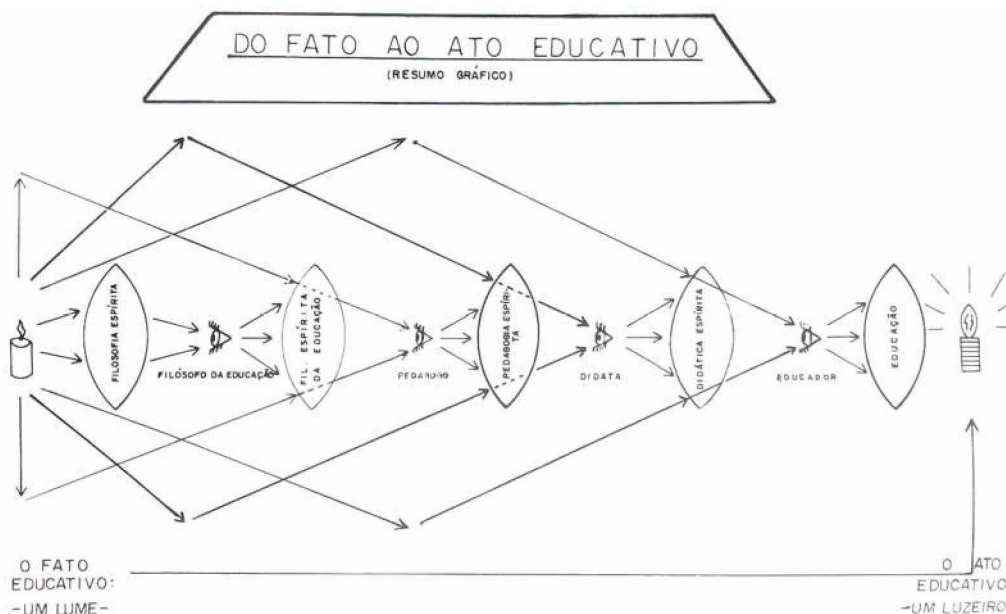
O primeiro volume abre com duas homenagens: uma ao professor Pestalozzi (a quem faz menções ao longo de toda a obra) e outra ao professor Rivail. Após propor a existência da filosofia espírita e a possibilidade de uma filosofia espírita da educação, como uma especialização daquela direcionada ao campo educacional, Ney Lobo formula

---

<sup>254</sup> O mesmo texto está publicado na FEE (LOBO, 2002d, v. 1, p. 29-30).



a seguinte cadeia imaginária (ilustrada na Figura 9) de quatro instâncias, para a geração de um ato educativo que possa ser classificado como espírita:



**Figura 9** – Diagrama representando a progressão do fato educativo, espontâneo, ao ato educativo, intencional. Fonte: LOBO, 2002d, v. 1, p. 86.

1ª Instância: Tem-se o *fato educativo*, ou seja, o fenômeno real de educação, que pode ser numa sala de aula, num ambiente doméstico, ou numa aldeia; ele é “evidente, primitivo, empírico, espontâneo e natural” (p. 71), “é feito assim”, é o concreto. Através da lente da *Filosofia Espírita*, (“vejo o mundo assim”, este é o ideal), o filósofo da educação, por reflexão crítica, extrai princípios e valores, que resultam na formulação de uma *Filosofia Espírita da Educação*: “deveria ser feito assim”, este é o objetivo.

A Filosofia Espírita da Educação resultante terá, nesse posicionamento do pensador espírita, a seguinte conceituação: Um corpo de doutrina não estático mas progressivo, composto de princípios, ideais formativos e padrões humanos, obtido pela reflexão indireta e crítica sobre o fato educativo, através da Filosofia Espírita e por meio da razão humana e da revelação espírita, que possa orientar todo o processo educativo no sentido dos fins educacionais propostos. (p. 75)

2ª Instância: Então, através da lente da *Filosofia Espírita da Educação*, o pedagogo vê o *fato educativo* e extrai conhecimentos e teorias que, juntamente com o influxo complementar de ciências auxiliares, tais como “Psicologia Educacional, Sociologia

Educacional, Biologia Educacional e Administração Escolar Espíritas<sup>255</sup>” (p. 76), o subsidiam na formulação da *Pedagogia Espírita*, a “fazer como deveria ser feito”, isto é, as normas e as metas. Esta pedagogia se torna uma nova lente.

(...) Pedagogia Espírita: um sistema de princípios normativos, conhecimentos educacionais e teorias pedagógicas obtido pela reflexão indireta e crítica sobre o fato educativo, através da Filosofia Espírita da Educação e por meio da razão humana e das *ciências pedagógicas auxiliares espíritas*, que possa dar sentido objetivo e prático àquela filosofia. (p. 76)

3ª Instância: Através da lente dessa pedagogia, o didata, vendo um dos elementos do *fato educativo*, a aprendizagem, extrai procedimentos, métodos e técnicas, e formula a *Didática Espírita*, ou “como fazer o que deveria ser feito”, são as ferramentas. Este é um momento que o autor considera como sendo de transição do teórico para o prático.

(...) Didática Espírita: um bem coordenado conjunto de procedimentos, normas operativas, métodos e técnicas educacionais e de ensino, captado pela observação (processo) indireta e crítica da aprendizagem através da Pedagogia Espírita, por intermédio da observação (função) aliada à pesquisa, imaginação criadora e invenção e que possa pôr em prática as teorias e diretrizes pedagógicas espíritas. (p. 82)

4ª Instância: este momento se dá quando o educador observa o *fato educacional* (novamente o aspecto da aprendizagem) através da lente da didática, dá “fundamento espiritual à arte de ensinar” (p. 82) e parte para a ação, para a *Educação Espírita*, “fazendo como deveria ser feito”. Eis a atitude pedagógica gerando o *ato educativo*, ou “atos programados, motivados, elaborados, dirigidos e fundamentados” (p. 83 – grifo do autor).

Ao final, Ney Lobo faz uma crítica ao pensamento de Herculano Pires, que chegou à ideia de uma pedagogia espírita, segundo o autor, diretamente a partir da filosofia espírita, sem interpor-lhe uma filosofia espírita da educação.

Em resumo, portanto, do *fato educativo* que “está aí”, chega-se ao *ato educativo* que “foi posto aí”, passando pelas quatro instâncias acima. O cerne da obra, no entanto, é a sistematização da filosofia espírita da educação propriamente dita, ou seja, concentra-se na 1ª Instância. Ney Lobo, assim, não procura formular uma pedagogia ou uma didática

---

<sup>255</sup> Aliar a pedagógica à psicologia, à sociologia e à biologia são princípios da Escola Nova.

espírita, mas uma filosofia educacional, que se caracteriza pela fatoração do fato educativo em sete fatores, os quais o autor entendeu como primordiais. Vejamos:

### 5.2.1 Os Fatores do Fato Educativo

Os fatores elencados por Ney Lobo são os seguintes: 1) o *educando*; 2) o *educador*; 3) os *fins* da educação; 4) a *disciplina*; 5) o *currículo*; 6) o *método* e 7) a *instituição escolar*. Ao longo dos volumes 1 ao 4, os sete fatores vão sendo analisados sob a ótica de outras teorias (entre filosofias, epistemologias etc.) com extensões pedagógicas, as quais Ney Lobo considerou como sendo as mais representativas<sup>256</sup>. Cada solução apresentada por uma dessas teorias a cada problema levantado para cada fator, Ney Lobo a submete a uma crítica espírita, e elabora soluções próprias; em seguida, formula consequências pedagógicas para cada solução apresentada. O quinto volume se dedica a estudos complementares<sup>257</sup> dentro do tema, a apêndices, e ao encerramento da obra.

Dessa forma,

o autor levantou 25 problemas de Educação Espírita; cada problema seguido de 7 a 8 soluções (em média) [de fato, 5 a 6 soluções em média], incluindo a solução espírita, perfazendo um total de 137 soluções. As soluções espíritas, profundas, são compostas por 154 conclusões espíritas; essas 154 conclusões ordenam-se a 164 consequências pedagógicas e administrativas. (DE MARIO, 1999, p. 57)<sup>258</sup>

Reproduzimos a seguir um quadro sintético dessas relações (Quadro 3):

---

<sup>256</sup> Entre Lourenço Filho (*Introdução ao Estudo da Escola Nova*), William F. Cunningham (*Introdução à Educação*), George Kneller (*Introdução à Filosofia da Educação*), Howard Ozmon (*Filosofia da Educação*), Dumerval Trigueiro Mendes (*Filosofia da Educação Brasileira*), Amaral Fontoura (*Filosofia da Educação*) e Theobaldo Miranda Santos (*Noções de Filosofia da Educação*), Ney Lobo optou por escolher dez posições teóricas sobre educação desse último autor, acrescentando mais algumas. Esses posicionamentos teóricos foram os seguintes (para citar alguns): o naturalismo, o supernaturalismo, o humanismo, o culturalismo, o idealismo, o nacionalismo, o socialismo, o pragmatismo, o individualismo, o existencialismo, o realismo cristão, o empirismo gnosiológico, o inatismo, o interacionismo, e o relativismo teleológico, dentre outros.

<sup>257</sup> Pela profundidade desses estudos complementares, seria interessante trabalhos futuros de análise apenas do volume cinco da obra *Filosofia Espírita da Educação* de Ney Lobo.

<sup>258</sup> Essa relação numérica se encontra originalmente em LOBO, 1991e, p. 33.

<i>Fatores</i>	<i>Problemas</i>	<i>Soluções diversas</i>	<i>Conclusões espíritas</i>	<i>Consequências pedagógicas espíritas</i>
<b>Educando</b>	6	31	42	34
<b>Educador</b>	3	19	25	26
<b>Fins</b>	2	14	6	18
<b>Disciplina</b>	4	17	30	17
<b>Currículo</b>	2	15	14	24
<b>Método</b>	4	20	22	26
<b>Instituição</b>	4	21	15	19
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>137</b>	<b>154</b>	<b>164</b>

*Quadro 3 – Quadro sintético de problemas, soluções, conclusões e consequências levantados por Ney Lobo para cada fator do fato educativo (LOBO, 1991e, p. 33).*

Ney Lobo aprecia detalhadamente cada um dos sete fatores, transformando-os em categorias a serem analisadas sob a ótica da filosofia espírita. A partir das críticas feitas às outras teorias, ele elenca lacunas que pretende preencher buscando subsídios tanto na obra kardeciana (principalmente), quanto em textos de outros autores que dissertaram sobre as relações entre espiritismo e educação, como Herculano Pires, Humberto Mariotti, Maria de Lourdes Anhaia Ferraz e Floriano Moinho Peres, por exemplo.

A seguir, passamos a descrever cada um desses fatores, de acordo com a conceituação de Ney Lobo. Para ele, a sequência em que os fatores são compreendidos importa bastante, isto é, a definição de educador depende da definição de educando; os fins dependem da definição da natureza do educando e do educador; e os demais fatores são os meios para se atingir o fim. Para Lourenço Filho em sua *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, a quem Ney Lobo recorre diversas vezes,

Se a educação como atividade intencional é assim um conjunto de ações exercidas sobre um ser, visando auxiliá-lo a atingir os fins a que esteja destinado, parece lógico supor que esses fins de algum modo estejam inscritos na natureza mesma desse ser. Mas uma dificuldade surge, a qual consiste em perguntar o que se deve entender por essa *natureza*. A matéria tem a sua maneira de ser; e a vida e a sociedade, e a cultura, igualmente, os seus modos de exprimir-se. Participando de cada um desses aspectos, o homem é aparentemente um ser múltiplo; e se, a cada um deles separarmos, extremando-os, só teremos motivos para contradição e desengano. (...).

(...) a natureza a admitir no homem como base da ação educativa deverá apoiar-se num modelo evolutivo de explicação, e modelo que ao

homem abranja como um todo. (...) Pelo estudo da criança, como ponto de partida para o conhecimento do educando em geral, ampliando depois para as demais fases de desenvolvimento. (1978, p. 37)

A natureza do educando proposta por Lourenço Filho será aquela mesma dos escolanovistas em geral: um ser biológico, psíquico e social. Ney Lobo procura ir além dessa definição, ajuntando o espiritual<sup>259</sup>, e dando a essa definição uma importância capital, salientando que os seis fatores seguintes poderiam não existir em algumas situações ou épocas, o que não ocorreria com o primeiro fator, o educando, este “cuja presença nunca foi questionada” (LOBO, 2002d, v. 1 p. 94), de maneira que o desenvolvimento dos demais fatores parte da assertiva de Herculano Pires ao afirmar que “o educando é um reencarnado” (PIRES, 2004, p. 153 – grifo nosso). Na realidade, “trata-se, em primeira mão, de definir a natureza essencial do homem. É o ‘prius’ conferido à Antropologia Filosófica Espírita” (LOBO, 2002d, v. 1 p. 97).

Desse modo, Ney Lobo explicita que o *educando* é, essencialmente, um espírito criado por Deus, dotado de racionalidade, liberdade, moralidade, sociabilidade, plasticidade (o que o torna educável) e imortalidade; é um transeunte pluriexistencial, um peregrino reencarnado nesta terra, em determinado grau educativo, ainda imperfeito, mas caminhando da perfectibilidade para a perfeição, o qual, pela educação já conquistada – “patrimônio anímico” (p. 133) intelectual e moral que o torna irrepetível (p. 97) – e a conquistar, em reencarnações sucessivas e progressivas, atingirá, pelo seu próprio esforço (principalmente) e dos seus educadores (secundariamente), o estado final de Puro Espírito, ou seja, de totalmente educado (p. 132-133). O pensamento de Ney Lobo é, obviamente, evolucionista, algo intrínseco ao espiritismo.

Quando encarnado, o espírito passa por fases de maturação (nesse momento, biológica, psíquica e social – a maturação espiritual abrange um período mais longo que uma única vida<sup>260</sup>), e Ney Lobo salienta que “a maturação orgânica é a condição para que

---

<sup>259</sup> Lourenço Filho, por exemplo, após apresentar as contribuições da Biologia às bases técnicas da Escola Nova, e antes de apresentar as contribuições dos Estudos Sociais, explica as contribuições da Psicologia, salientando que a partir do estudo da infância, “a psicologia deixou de ser um conjunto de doutrinas arbitrárias para tornar-se um ramo objetivo de estudos. No domínio filosófico, continuaria a existir uma *filosofia do espírito*, de possível interesse aos estudos da educação, mas já em outro plano, que não o da aplicação técnica, ou fundamentação de modos de fazer” (1978, p. 59). Embora Ney Lobo se fundamente no escolanovismo quanto aos modos de fazer, como vimos no capítulo 4 e também veremos neste capítulo, ele ainda se apoia numa “filosofia do espírito” para justificar técnicas de ensino, como também já explicitamos no capítulo anterior e analisaremos mais adiante.

<sup>260</sup> Apoiando-se na escala espírita de Kardec, Ney Lobo propõe que o espírito passa, ao largo de milênios, pela infância, adolescência e juventude espirituais até atingir de forma permanente e final a maturidade

a educação tenha eficácia. Antes da maturação, para determinada aprendizagem, ela não se processa” (p. 215), “é a maturação que cadencia o desenvolvimento do Espírito e se manifesta sob a forma de gradação que limita (programa) a educabilidade” (p. 225). Ou seja, embora o espírito possua potencialidades morais e intelectuais em latência e em desenvolvimento, está limitado pelo seu instrumento de manifestação: o corpo físico.

Abrangendo ainda aspectos psíquicos e sociais, não só biológicos, esse processo de amadurecimento vai desde um período heterônomo, o qual chamou de “Estágio da Graça Educativa” (p. 248), do nascimento ao fim da adolescência, até um período autônomo, o qual denominou “Estágio da Abertura do Espírito” (p. 249), da juventude até o fim da vida física. Há entre esses dois estágios, um período de transição, por volta dos 15 aos 20 anos de idade, que Ney Lobo chamou de *idade axial*, uma “*idade crítica* para a Pedagogia e, particularmente, para a Psicologia Educacional Espírita” (p. 245 – grifo do autor).

O termo, embora já exista em outras análises históricas, como em Karl Jaspers (filósofo existencialista e psiquiatra alemão – 1883-1969), que a define como um período histórico situado entre os séculos VIII e II antes de Cristo, em que a humanidade teria atingido seu auge intelectual e sentimental (em função do avanço da Filosofia na Grécia, na China e na Índia), Ney Lobo o trata de outra maneira, guardando alguma relação. Trata-se do período de despertamento do espírito (não em geral como em Jaspers, mas em particular, do indivíduo), “uma faixa de transição da adolescência para a juventude, (...) [que] nem sempre tem uma posição fixa. Varia de indivíduo para indivíduo, de

---

(“psicogênese espiritual” – LOBO, 2002d, v. 1, p. 272), da mesma forma em que quando encarnado, numa escala de tempo muito menor, passa pelas mesmas fases (“psicogênese vital” – p. 272), acrescidas da velhice e da morte; essas duas últimas fases não existem para a vida ampla do espírito (p. 261-262). A humanidade terrena estaria, para ele, numa média global, na adolescência espiritual (p. 269), ou talvez numa pré-adolescência (2002e, v. 3, p. 39). Além disso, a ideia de maturação espiritual é exposta pelo filósofo da seguinte forma: “Realmente, a criança só aprende alguma coisa quando está madura para isso. A Doutrina Espírita sanciona. Mas, interpreta diferentemente esta maturação. Maturação mental, para o pensador espírita, não é como a do fruto, espontânea, um natural desenvolvimento interno, como um simples crescimento. ‘Ao contrário’, a resposta da Doutrina é diferente. Maturação é o aperfeiçoamento a duras penas conquistado pelo Espírito, sofridamente, combativamente. Ádua e porfiada luta do Espírito contra suas tendências inferiores, na profilaxia do egoísmo, do orgulho, das paixões materiais. Maturação espontânea não se atreve a Doutrina admitir senão ao organismo físico” (2002d, v. 1, p. 234). E acrescenta que “a maturação psíquica não é espontânea e sim provocada pelo próprio Espírito em seu afã de aperfeiçoamento” (p. 239). Essa fase de maturação espiritual, ou simplesmente idade espiritual, seria definida “por duas componentes, *inteligência e moralidade* em proporções diversas e variáveis de um Espírito para outro e, mesmo num mesmo Espírito, em períodos sucessivos” (2002e, v. 3, p. 38). Mas “como determinar o nível espiritual de cada educando? Ainda não dispomos de respostas cientificamente fundamentadas em testes confiáveis. Atualmente, podemos estimar apenas por manifestações do Espírito encarnado devidamente inserido em grupos sociais, intensificando e multiplicando o relacionamento e os contactos individuais com os demais educandos, mestres e funcionários, etc., porque ‘a vida social é a pedra de toque das boas ou más qualidades’ (CI – 1ª, III, 8 [KARDEC, 1997, p. 23])” (LOBO, 2002e, v. 3, p. 77-78).

encarnação para encarnação” (p. 245), em que, segundo o espiritismo, o espírito reencarnado retoma a sua verdadeira natureza (aquela que exteriorizava antes de encarnar) e inicia o fechamento do estágio da graça educativa, abrindo-se à incorporação de novas perfeições e aprimoramento daquelas já conquistadas. Ney Lobo não cita Karl Jaspers neste momento (e, portanto, não deixa o leitor perceber de onde retirou o termo “idade axial”, que acreditamos ter tomado emprestado do filósofo alemão), mas dialoga com Jean Piaget e autores escolanovistas como René Hubert, Roger Cousinet, Stanley Hall e Lourenço Filho, além de André Luiz (psicografado pelo médium mineiro Francisco Cândido Xavier), sem abrir mão de Kardec.

Antes da idade axial, o educador exerce maior influência sobre o educando, uma vez que este se encontra mais plástico; daí o termo “graça educativa”:

Esse *Estágio da Graça* assim o é pelo amortecimento de alguns instintos; pelo bloqueio e contenção dos maus pendores, sem janelas para o exterior; pelo repouso em que se acha o Espírito reencarnado e, principalmente, pela condição de latência da *auto-hereditariedade* [herança intelectual e moral do próprio passado em vidas anteriores, que se manifesta como tendências, intuições, valores e comportamento] e do seu efeito mais indesejável de *limitação da educabilidade* (...). (LOBO, 2002d, v. 1, p. 248)

Este é o primeiro estágio, quando o educando está “recapitulando” e atualizando seus potenciais, qualidades e defeitos, permanecendo mais plástico ao efeito de uma educação externa. Após a idade axial, tem-se o segundo estágio, quando se inicia o período de autoeducação<sup>261</sup>, e a heteroeducação se vê limitada, uma vez que o agente principal da educação passa a ser o educando, que se abre para o mundo, daí o termo “abertura do espírito”. Durante a transição, ou seja, no período da idade axial, o espírito continua a recapitulação de sua personalidade a partir do ponto em que estava antes de nascer, ao mesmo tempo em que se abre para novas conquistas intelectuais e morais; trata-se de um período de mudanças e conflitos<sup>262</sup>.

<sup>261</sup> “Essa auto-educação, dentro da Doutrina, não elimina a polaridade educador-educando” (LOBO, 2002e, v. 2, p. 156), de acordo com Ney Lobo.

<sup>262</sup> “O Espírito, ao reencarnar, não somente é envolvido pelo ambiente sócio-cultural [*sic*] em que renasce, mas traz, ainda, por acréscimo, a cultura da encarnação pregressa. Essa última, porém, se manifesta tão-somente pelos seus traços estruturais [arquetípicos] e não por conteúdos (...). Compõem, assim, as duas culturas uma sinergia, se idênticas, ou certa complementaridade, se diferentes mas harmônicas, e, ainda, o conflito, se opostas” (LOBO, 2002d, v. 1, p. 103).

Quanto ao conceito de *educador*, este é também um espírito reencarnado, revelador de aspectos culturais e sociais, conhecimentos científicos e valores morais que o educando não apreenderia por si só; além disso, é também um restaurador da cultura inata já trazida pelos educandos (como propõe Platão), seu patrimônio anímico, chamado por Ney Lobo de “virtualidades relativas”, que seriam as qualidades já conquistadas em vidas anteriores, em contraposição às “virtualidades absolutas”, potencialidades e virtudes ainda não desenvolvidas pelo espírito. Ele explica:

Podemos distinguir dois tipos de virtualidades: as *absolutas* e as *relativas*. As *absolutas* são as que ainda, em nenhuma encarnação, foram realizadas; as *relativas* são as que já foram realizadas em anteriores encarnações, mas que, na presente, aguardam, em latência, o desenvolvimento orgânico para se manifestar. (p. 244)

O educador é também um médium pedagógico, cidadão de dois mundos (a pátria terrena e a pátria espiritual, ou seja, uma pátria bidimensional – 2002e, v. 2, p. 51 – lembrando Santo Agostinho), utilizando de sua intuição para perceber as potencialidades e necessidades de cada educando individualmente, e identificar “o fundo autêntico dos seus educandos” (p. 55); é delegado por espíritos superiores na orientação das futuras gerações, detendo graves responsabilidades sociais; por isso deve ser compromissado com a nação e a sociedade, e possuir fortes valores cívicos. Embora possa parecer que Ney Lobo retome aqui as ideias cívicas militares, ele dá uma noção mais ampla ao termo “nação”, compreendendo a ideia de pátria bidimensional.

NAÇÃO é a TRANSCENDENTALIDADE espírito-moral e histórico-evolutiva de um conjunto significativo e substancial de seres espirituais afíns, encarnados e desencarnados, solidários entre si, na constância da comunhão de idéias, pendores, sentimentos e responsabilidades quanto a culpas, méritos e compromissos do passado, que se estendem ao longo das existências (reencarnações) desses seres, abarcando os dois planos de vida estreitamente vinculados e em permanente interação e transposição de um plano para outro, através dos tempos, até alcançarem certo grau evolutivo superior. (p. 148)<sup>263</sup>

---

<sup>263</sup> O terceiro apêndice, intitulado “Fundamento Transcendental-Espírita de Nação”, contido no quinto volume da FEE é dedicado a um esboço de justificativa para a educação cívica, e procura dar uma visão transcendente dos pontos de vista histórico, espiritual, evolutivo e moral de nação ou pátria (LOBO, 2002e, v. 5, p. 271-279).



Ney Lobo dá outro sentido ao sentimento de nacionalismo, considerando, inclusive, o Estado como “apenas um instrumento transitório das coletividades espirituais encarnadas” (p. 148), e não como um fim em si mesmo, uma vez que a essência do espírito “é a inteligência e não a nacionalidade” (2002d, v. 1, p. 107). Esta não seria essencial, mas acidental, embora importante, por isso o educador “não pode ficar indiferente ao Estado, à pátria e à sua nação” (2002e, v. 2, p. 44), uma vez que “responde pelos seus educandos perante a sociedade civil e a sociedade dos Espíritos” (p. 45).

O educador é ainda o agente principal da educação durante o estágio da graça educativa, e depois auxiliar, durante o estágio de abertura do espírito. Ao longo do período da idade axial, esses dois papéis se alternam.

Temos, no entanto, utilizado o termo educador como sinônimo de profissional da educação, ou seja, de professor, e Ney Lobo também o utiliza nesse sentido, mas incluindo os orientadores educacionais (v. 4, p. 216). Porém, enquanto o conceitua, deixa claro que, para ele, “educador não é apenas o profissional da educação” (v. 2, p. 66), amplia esse conceito, inclusive, ao “extra-humano” (meio físico, a natureza, etc. – p. 67), e diz ainda que “se a educação se confinasse apenas ao mister desses profissionais, a Humanidade ainda estaria no início da Idade Média. Talvez, nem chegasse até esse período. Durante muito tempo não houve esse tipo de educador profissional” (p. 65).

Contudo, sua conceituação se aplica, do ponto de vista escolar, preferencialmente ao campo profissional. Já para além da escola, adota uma conceituação transcendente: “todos somos, de algum modo e num certo grau, educadores”<sup>264</sup> (p. 75) e educandos, pois “o Espírito, qualquer que seja o seu grau de seu adiantamento, sua situação como reencarnado, ou na erraticidade [no mundo espiritual], está sempre colocado entre um superior que o guia e aperfeiçoa e um inferior perante o qual tem deveres iguais a cumprir” (KARDEC, 1998b, p. 292).

Com relação à *finalidade da educação*, Ney Lobo primeiramente discute se a educação tem realmente metas a serem alcançadas, se é ou não teleológica, e conclui que

---

<sup>264</sup> A visão da educação como solução de todos os problemas humanos fica evidente na assertiva a seguir: “A educação, dentre as atividades humanas, é da mais alta responsabilidade pessoal. É, também, dos atos do homem, o que mais pode decidir da felicidade ou da desdita do próximo. É *o motor* ‘sine qua...’ do progresso humano. Se assim é, cumpre que a TODOS sejam ministrados pelo menos alguns rudimentos sobre educação e pedagogia, essa pedagogia universal e espiritual” (LOBO, 2002e, v. 2, p. 75).

sim, há metas a serem alcançadas pela educação espírita. Neste sentido aponta que os demais fatores subsequentes precisam se subordinar aos fins.

A educação, portanto, teria para Ney Lobo três finalidades: 1) um *fim individual*, caracterizado pelo desenvolvimento da espiritualidade no educando, salientando que “o *ser cívico* é necessário e indispensável como fim intermediário; [mas] como ideal último é acanhado. A educação espírita visa à formação do *ser espiritual* como ideal humano” (2002e, v. 2, p. 149 – grifos do autor); 2) um *fim social*, assinalado pela construção de uma sociedade regenerada, governada por uma aristocracia intelecto-moral<sup>265</sup>, salientando “que o *fim social* é mais uma conseqüência do que causa do *fim individual*” (p. 201)<sup>266</sup>; e 3) um *fim supremo*, o espírito puro e sua definitiva identificação de pensamentos e sentimentos com Deus<sup>267</sup>.

Para Ney Lobo, “a Doutrina dos Espíritos é profundamente teísta” (p. 155), e esse Deus, “além de *transcendente*, não é nulificante do sujeito, o Espírito humano. Pelo contrário, o termo da evolução e da educação, o puro Espírito, conquista o máximo da individualidade” (p. 159 – grifo do autor). Esse fim supremo acaba por aventar um entrosamento entre o indivíduo (finalidade das filosofias humanistas) e Deus (finalidade das filosofias teocêntricas), o que faz com que Ney Lobo proponha: “Acreditamos, por isso, que o rosto autêntico da Doutrina Espírita reflita um *antropocentrismo* religioso e, ao mesmo tempo, um *teocentrismo* humanista” (p. 161 – grifo do autor). O que caracteriza uma singularidade de sua proposta pedagógica: em sua visão, ela é humanista e religiosa, antropocêntrica e teocêntrica.

A respeito da *disciplina*, Ney Lobo estabelece o alijamento de qualquer tipo de penalidade coercitiva e intimidativa, considerando-as imorais (v. 3, p. 75), evocando, para justificar este princípio, o nome de Pestalozzi; abole também as recompensas baseadas na comparação entre alunos, uma vez que “o sistema de recompensas está histórica e ideologicamente mais vinculado às sociedades e pedagogias autoritárias do que às

---

<sup>265</sup> Ney Lobo se baseia na assertiva de Allan Kardec, em *Obras Póstumas*, a respeito de uma futura aristocracia com alto desenvolvimento intelectual e moral, que se responsabilizaria por dirigir as nações (KARDEC, 2003, p. 237-239). Para Kardec, assim como para Ney Lobo, esta aristocracia não se caracterizaria por uma elite opressora, embora evidentemente uma elite política, mas baseada numa autoridade conquistada por esforço de evolução espiritual, e não outorgada.

<sup>266</sup> O fim social da educação espírita foi o que deu ensejo, de acordo com nossas análises, à elaboração, por Ney Lobo, de uma filosofia social espírita e de uma filosofia política espírita.

<sup>267</sup> Por adotar uma visão reencarnacionista, este fim supremo não visa ser atingido em uma ou poucas existências, mas ao final da jornada do espírito, após inúmeras reencarnações. Ou seja, a educação espírita proposta por Ney Lobo transcende o tempo de vida de uma pessoa e é contínua e progressiva.

democráticas” (p. 79), e para isso se apoia em Sartre, Heidegger, Jaspers, Garaudy, Marcuse e Popper (dentre outros), salientando que o que deve importar é a autossuperação do educando.

Buscando aporte no espiritismo, Ney Lobo entende que abolir recompensas evitaria situações favoráveis ao desenvolvimento do orgulho e do egoísmo, já que para ele “a causa mais profunda da indisciplina é também o egoísmo e o orgulho” (p. 103), como ainda favoreceria o sentimento de humildade. Por fim, estabelece o princípio da reparação como resposta à extinção dos castigos, ou seja, os estudantes indisciplinados deveriam reparar o mal causado por suas indisciplinas; mas procura diferenciar indisciplina de espontaneidade: “Não estamos é claro, referindo-nos àquelas manifestações que alguns capitulam impropriamente como indisciplina, mas que nada mais são do que produtos da espontaneidade da criança e do adolescente, de sua rebeldia natural (...)” (p. 93).

Este princípio visa o estabelecimento da responsabilidade discente, ao mesmo tempo em que fomenta a autodisciplina, característica, segundo Ney Lobo, do estágio de abertura do espírito, após a idade axial. O filósofo, portanto, se alinha ao existencialismo no que toca à responsabilidade pessoal, mas se afasta quanto à transcendência dessa responsabilidade e quanto à concepção essencialista do espírito humano. Com o princípio da reparação, visa-se ainda reduzir o estágio da graça educativa, antecipando a autoeducação; além disso, esse princípio estaria de acordo com um dos pontos essenciais da lei de reencarnação, qual seja, a possibilidade de nova chance de correção e acerto, o que a punição por si só não abarcaria. Vale notar que boa parte do que Ney Lobo propõe em relação à ineficácia da punição, podemos encontrar também (e anteriormente) em Lourenço Filho (1978, p. 158).

Entretanto, Ney Lobo não revoga as sanções quando necessárias, desde que não sejam humilhantes, degradantes, coercitivas (pela força) ou intimidativas, e conduzam ao arrependimento e à reparação, visando sempre a autocorreção, contando com a proporcionalidade entre a falta e a reparação ou a sanção, e com a ação do professor baseada na autoridade com brandura (LOBO, 2002e, v. 3, p. 73-78 e 91), a exemplo de Pestalozzi (p. 76). Para o filósofo, “só se justifica a penalização para a correção do educando infrator”, mas “corrigir para aperfeiçoar, para promover a evolução do Espírito” (p. 37).

Ou seja, a finalidade da disciplina deve estar alinhada à finalidade da educação espírita, neste caso ao fim individual imediato: o desenvolvimento da espiritualidade do

educando. Em todo caso, o sistema disciplinar espírita deve levar em consideração, para Ney Lobo, os graus de responsabilidade específica de cada educando, conjugando sua idade física com sua idade espiritual (p. 45). Entendemos, por essa proposta, que se deva levar em consideração a maturação do educando (biológica, psíquica, social e espiritual). Enfim:

O castigo [entendido como sanções aplicadas com brandura] só deve ser aplicado quando o educando infrator estiver em condições de reconhecer a sua culpa [em outros momentos utiliza o termo “responsabilidade” ao invés de “culpa”]. Tal condição mental deve chegar até a aceitação das reparações devidas. Assim, o desejo de correção é fundamental para o efeito pedagógico do corretivo, o qual, desse modo, se reveste de eminentíssimo valor espiritual. (p. 52)

No que concerne ao equilíbrio entre a liberdade do educando e a autoridade do docente, ambas necessárias, Ney Lobo novamente se fundamenta na natureza espiritual do educando e no conceito de idade axial:

Esse equilíbrio absoluto só se pode efetuar nas imediações da *idade axial* (...). Antes desse ponto, o que corresponde mais à natureza do reencarnante do educando é a predominância da autoridade do mestre para o afloramento das *virtualidades relativas* (...). Depois da *idade axial*, a autoridade deve ir progressivamente recuando em favor do avanço da liberdade do educando para a atualização das *virtualidades absolutas*. (p. 87 – grifos do autor)

O *currículo*, Ney Lobo considera como sendo “a categoria pedagógica que mais define o posicionamento filosófico dos sistemas educacionais” (p. 112). De forma bastante ampla, ele considera que “a vida é o currículo” (p. 118), ponderando, contudo, a existência de um currículo genérico-espiritual, abrangente, determinante, cósmico e composto, que visa diretamente os fins da educação expostos anteriormente, e outro técnico-específico, confinado, determinado e componente do anterior, que “responde ao aspecto formal e estrutural” (p. 129) das atividades escolares, indiretamente no sentido de “aproximar os educandos dos fins espíritas de educação” (p. 145). E no sentido de não cair no imediatismo, “o filósofo espírita deve substituir o critério do *útil material* pelo da ‘eficácia espiritual’” (p. 131), integrando os dois tipos de currículo (p. 151). Em suma:

Currículo, para a Educação Espírita, é toda a atividade (no amplíssimo sentido), dirigida ou não, do Espírito – encarnado ou não – que, possuindo o poder de aperfeiçoá-lo, aproxima-o do ideal humano: A

*Aristocrata Intelecto-Moral em evolução para o puro Espírito.* (p. 119  
– grifos do autor)

Esse currículo, do ponto de vista escolar<sup>268</sup>, deve ser integralizante, ou seja, progressivamente integral<sup>269</sup>; espiritualizante, isto é, focado na educação do espírito, “incluindo a formação religiosa, moral, espiritual e dos sentimentos”<sup>270</sup> (p. 146); deve ser antropocêntrico, e ainda que a formação religiosa aponte para Deus, deve ser dirigida, juntamente com a educação moral e dos sentimentos, ao ser humano; precisa ser integrado e “monárquico”, de modo a que todas as disciplinas se integrem entre si, mas sob o comando de uma disciplina centralizadora<sup>271</sup> chamada “Educação do Espírito”, visando, portanto, aquela primeira finalidade individual imediata, o desenvolvimento da espiritualidade do educando; será ativo, englobando trabalhos intelectuais, físicos e técnicos, incluindo até mesmo a oração como atividade; individualizado, quer dizer, garantidor do progresso de cada aluno individualmente, respeitando suas idiossincrasias, desde que sejam agrupados em classes homogêneas de acordo com a evolução (ou idade,

---

<sup>268</sup> “Alguns autores não fazem distinção entre conteúdo e currículo. Outros os distinguem. Estamos nesta segunda posição. A nós nos parece que currículo responde ao aspecto formal e estrutural; conteúdo atende ao aspecto material. É a matéria-prima a ser coordenada em disciplinas ou atividades. Por sua vez, as disciplinas coordenadas num todo que atenda as experiências pedagógicas e didáticas formam o currículo” (LOBO, 2002e, v. 3, p. 129).

<sup>269</sup> Progressivamente no sentido de aproximação sucessiva em muitas vidas. “A formação integral, embora um objetivo simpático e desejável, não representa um fim educacional que deva ser estabelecido com prioridade absoluta pela Filosofia Espírita da Educação, ou que deve ser perseguido obsessivamente pela Pedagogia e Didática Espíritas. O filósofo e o educador espíritas não se impacientam com a integralidade da educação. E por uma razão muito simples: a amplíssima perspectiva da vida do Espírito, facultada pela doutrina, representa a permanente e extensiva oportunidade para esse objetivo no decurso de numerosas e sucessivas encarnações. Aliás, *o vislumbre da possibilidade da formação integral é até privativa da Filosofia Espírita da Educação.* Formação integral, completa – física, intelectual, profissional, científica, econômica, sexual, cívica, estética, moral, espiritual e religiosa – numa única existência, é uma ficção e um mito pedagógicos” (LOBO, 2002e, v. 2, p. 176 – grifo nosso). Essa posição difere do pensamento de Dora Incontri, por exemplo, que propõe exatamente a educação integral: “Cada existência na Terra lhe serve para progredir em qualidades morais e intelectuais. Mas o equilíbrio entre a moralidade e a inteligência, entre a capacidade de produção estética, a racionalidade e os sentimentos elevados é essencial para o seu desenvolvimento harmonioso. Por isso, a educação deve ser integral, no sentido de garantir um balanceamento útil entre as diferentes potencialidades do ser” (2001, p. 293). Na prática, entretanto, as propostas são semelhantes: visam o desenvolvimento harmônico do ser humano, mas não o completo desenvolvimento espiritual, haja vista ser este impossível numa única vida, de acordo com a doutrina espírita. Dentro dessa linha de pensamento, de desenvolvimento das potencialidades humanas, Ney Lobo propõe, inclusive, a educação dos sentidos e da sensibilidade (LOBO, 2002d, v. 1, p. 276).

<sup>270</sup> Ao analisar os fundamentos da didática montessoriana, Lourenço Filho diz que Montessori “não esquece, como também não a esquecem outros partidários da escola nova, a educação religiosa”, e faz uma citação: “Se a educação religiosa nasceu com a civilização, suas raízes devem encontrar-se na natureza humana” (1978, p. 185). Parece-nos que Ney Lobo segue o mesmo raciocínio, sustentando-se ainda em Kardec.

<sup>271</sup> Quanto ao núcleo curricular, a proposta é de centralizá-lo “em fatores, conteúdos e atividades ligados diretamente a Deus e ao Espírito” (LOBO, 2002e, v. 3, p. 133), em que a formação religiosa se destaca.

ou nível) espiritual média<sup>272</sup> dos alunos; e com timbre nacional, ou seja, dando ênfase à cultura do país onde se encontra a escola. Quanto a esse último aspecto, ele explica que

face ao caráter nitidamente espiritual que a Filosofia Espírita encara a nação, como a *transcendentalidade histórico-espiritual-moral-evolutiva* de uma coletividade de espíritos, algumas disciplinas deverão revestir-se do matiz nacional relativo à nacionalidade desses Espíritos. (p. 150 – grifo do autor)

E entende “a Educação Cívica, como uma forma de Educação Moral, já que a nação é uma *comunidade moral* como via KERSCHENSTEINER” (p. 150), expoente do escolanovismo alemão e também discípulo de Pestalozzi (vide as escolas do trabalho – *arbeitsschule*). No entanto, cabe esclarecer que as leis morais contidas em *O Livro dos Espíritos* e esmiuçadas principalmente em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* e em *O Céu e o Inferno* são a ponte que une o filosófico e o religioso na doutrina espírita, ou melhor, não apenas a ponte, mas também o cerne e o envoltório. São essas leis morais que dão as diretrizes para se alcançar as virtudes que caracterizariam o “homem de bem”, chamado por Ney Lobo de “aristocrata intelecto-moral”. Dessa forma, o filósofo submete a educação cívica ao aval das leis morais anunciadas por Kardec, ou em suas palavras: “toda a formação cívica é coadjuvante da formação moral” (p. 165).

E se o currículo deve estar lastreado nas leis morais, deve ainda estar em sintonia com o sistema disciplinar proposto, caracterizado não apenas pela autoridade docente (este que deve também ser virtuoso), mas, do mesmo modo, pela liberdade discente, uma vez que será em liberdade que os estudantes poderão desenvolver suas virtudes. Celma Costa explica que

no Espiritismo, a virtude é resultado do livre-arbítrio e da apreensão das leis morais, que levam ao bem e à felicidade, que o homem conquista pelo seu esforço. Assim, tanto em Aristóteles quanto em Kardec, a virtude tem um caráter comportamental e educativo. (2009, p. 143)

Quanto ao *método* aplicado numa escola espírita, ele precisa estar de acordo com a natureza do educando (um espírito reencarnado), com a finalidade da educação (toda espiritual) e com a natureza das disciplinas (espiritualizadas), e deve ser garantido pelo

---

<sup>272</sup> “É verdade que o aluno médio é uma abstração. Só deparamos na educação com seres concretos, individuais. O prescrito acima, portanto, é uma concessão de ordem pragmática” (LOBO, 2002e, v. 3, p. 150 – nota).

sistema disciplinar (espiritualizante). Assim, Ney Lobo dá ênfase ao princípio da atividade como “a fonte da qual fluem todos os outros princípios metodológicos da educação espírita” (LOBO, 2002e, v. 4, p. 43), e busca, tanto em autores escolanovistas (como Adolphe Ferrière, Roger Cousinet, Edouard Claparède, Paul Foulquié, Lorenzo Luzuriaga e Lourenço Filho), quanto em Kardec, subsídios para justificar sua proposição, expondo que a passividade discente seria uma “forma moribunda de educar” (p. 35).

Consideramos que a ideia de atividade em Ney Lobo é tanto ontológica quanto técnica, isto é, parte da natureza íntima do educando fundamentada no espiritismo, qual seja, um espírito imortal sempre ativo e em evolução ascendente, mas é também uma condição necessária para se atingir os fins educacionais propostos. E nesse sentido, a atividade é direcionada e controlada para se alcançar finalidades pedagógicas previamente definidas, de acordo com um planejamento específico, portanto ela precisa ser fomentada (LOBO, 2002d, v. 1, p. 274).

Em linhas gerais, a atividade deve substituir a passividade, com a finalidade de desenvolver a inteligência do educando; e exemplifica com o que ocorreu no ILV: “o banimento das aulas, substituídas por *Sessões de Trabalho*” (2002e, v. 4, p. 139 – grifo do autor). Explicita ainda que o método deve garantir a cooperação (incluindo a organização escolar como um todo) em substituição ao individualismo, para que se desenvolva o sentimento de fraternidade; e a individualização dos processos pedagógicos em substituição à coletivização, de modo que se possa desenvolver a personalidade do educando, respeitando sua individualidade e procurando atender às diferenças de aptidões, o que Ney Lobo considerava ser possível apenas num regime escolar de tempo integral (p. 138-139).

O autor chamou o seu método de “Método de Ação Cooperativa e Individualizada” (p. 124-126), considerando-o como “tridimensional”. Essas dimensões são a ação, a cooperação e a individualização<sup>273</sup>. Como vimos no capítulo anterior, a tríade utilizada no ILV era “ação, cooperação e ordenação”, a qual Ney Lobo modificou em sua sistematização posterior, ainda que tenha proposto práticas em que a ordenação dos processos (a disposição das atividades em fases) é uma necessidade (p. 133-135).

---

<sup>273</sup> Presumimos que Ney Lobo tenha se inspirado também nas escolas renovadas, principalmente as da Inglaterra, e nos princípios montessorianos de liberdade, atividade e individualidade, descritos por Lourenço Filho (1978, p. 157-159 e 181-183).

A avaliação, para ele, deveria basear-se na autossuperação do educando, deixando de ser um fim em si mesma, “para instituir-se em meio pedagógico de elevação das almas, além de dar sentido mais compreensível e funcional à solidariedade e à fraternidade” (p. 99). Aliás, os seis fatores até aqui analisados deveriam convergir para a fraternidade:

Observe-se que todo o conjunto da educação espírita, o conceito espírita do educando, a missão Capital do mestre espírita, os fins da educação, o currículo, a disciplina espírita e, agora, diretamente, o método, todos se conjugam em relação sinérgica com este objetivo: a fraternidade espontânea, real e efetiva entre os educandos. (p. 105)

Para o sétimo e último fator, a *instituição escolar espírita*, Ney Lobo primeiramente coloca em pauta a discussão sobre a necessidade da existência de escolas, elencando defensores da sociedade desescolarizada, como Ivan Illich e Everett Reimer, fazendo inclusive uma crítica velada a Paulo Freire, ao dizer que o educador pernambucano tentou substituir escolas primárias por “Círculos de Cultura” (p. 147) – talvez sua aversão a Paulo Freire, que se pode notar em escritos não publicados a que tivemos acesso, tenha mais relação com o posicionamento ideológico desse educador, de cunho marxista, que com sua pedagogia. Ney Lobo, no entanto, opta pela necessidade da existência de escolas.

Estabelece, então, que a escola espírita deva ser, em princípio, privada e gratuita<sup>274</sup>, no sentido de se conciliar a liberdade de ensino com o direito à educação (em sintonia com outros intelectuais espíritas, como já observamos). Diz que:

O lema *a educação é um direito* encontra no ensino público a sua explicitação e formalização concretas. Por outro lado, a escola particular detém a resposta correta, embora teórica, à *liberdade de ensino* e ao princípio de que cabe aos pais o direito de escolherem o tipo de educação que desejem proporcionar a seus filhos. Desde que disponham de recursos econômicos para isso, ponderam os partidários do ensino público, o que invalida esse direito para a maioria. (p. 151 – grifos do autor)

Nesse ponto, Ney Lobo não se encontra alinhado aos intelectuais espíritas que participaram dos embates em torno da primeira LDB, na década de 1960, por fazer uma

---

<sup>274</sup> A gratuidade poderia ser viabilizada por um “Sistema Integrado Empresa-Escola”. “Esse título pretende representar uma empresa comercial, industrial, ou mesmo agrícola, administrada por espíritas, proporcionando os suportes financeiros à escola espírita” (LOBO, 2002e, v. 4, p. 171). Ney Lobo cita exemplos desse tipo de parceria, entre eles o caso da Capemi, sustentadora financeira das obras do Lar Fabiano de Cristo. Percebemos aí o pensamento econômico liberal do filósofo, aliás também em conformidade com os princípios liberais escolanovistas (ver PINTO, 1986 e MONARCHA, 1989).



defesa clara de que a liberdade de ensino só é possível na rede privada. Por outro lado, concorda que a gratuidade seria a garantidora do direito à educação.

Além disso, a escola espírita, para Ney Lobo, precisa ser de tempo integral, em regime preferencialmente de internato (não semelhante às casernas, mas aos lares<sup>275</sup>), uma vez que no regime de externato, o educando ficaria sujeito a três influências geralmente desarmônicas e conflitivas entre si: “a da escola, a do lar e a da comunidade, (...) tacitamente concordantes na negligente indiferença educativa” (p. 182). Nesse regime de internato familiar “é inaceitável que mantenha a separação dos sexos” (p. 203). Percebemos aí uma mudança de postura ideológica de Ney Lobo, que no ILV separava, se não a turma, ao menos as equipes de trabalho por sexo.

Para tal, essa escola teria professores em dedicação exclusiva e residentes, formando um ambiente familiar estreitamente ligado aos lares dos alunos, numa espécie de comunidade escola-lar (que ele chamou de ESCOLAR). Este é o tópico da obra em que Ney Lobo mais faz referências a Pestalozzi, mas também a Paul Fouquié, Thomaz Arnold e Alexander Neill (fundador da escola de Summerhill, na Inglaterra). As comunidades-escolas, segundo o filósofo, seriam uma antecipação da finalidade imediata social da educação espírita.

Inspirado em Rousseau e seu *Emílio*, mas sem citá-lo, diz:

Estamos visando uma CIDADE-SATÉLITE, com suficiente autonomia e relativo isolamento, em grau adequado, para não ser engolfada pelas mazelas da cidade maior, mas sem isolar-se totalmente dela, pela contingência das necessidades econômicas, políticas e administrativas.

(...) Propomos um “*campus*” *colegial* (...).

Com esta solução da *comunidade-escola*, é possível conciliar a vida social tão indispensável ao progresso espiritual (...).

Essas *comunidades-escolas* seriam, pensamos nós, um reflexo de pequeníssima parcela da futura aristocracia intelecto-moral (...), *fim*

---

<sup>275</sup> Essa ideia de internato como lar e não como quartel, nós encontramos também em Lourenço Filho, analisando Cecil Reddie e a escola de Abbotsholme na Escócia: “(...) o internato criaria um ambiente próprio. Não o internato-caserna, mas o que copiasse tanto quanto possível a vida do lar” (1978, p. 160). No entanto, argumenta Ney Lobo, “se o regime educativo do internato embarçar a vida social dos educandos estará, ‘ipso facto’, exilado do domínio da educação espírita, por incoerência com o seu perfil doutrinário” (2002e, v. 4, p. 177). Ainda assim, objeta que com um regime de escassas horas (cerca de quatro horas diárias), “nas escolas de regime de externato não há convívio” (p. 187). A esperança de Ney Lobo era a de que no futuro (longínquo talvez), os lares e todas as demais instâncias sociais se tornassem educativos: “O sentido mais fiel da expressão moderna de *educação permanente* é o da ocupação pedagógica de todos os espaços da vida” (p. 190). Em todo caso, a importância dada à família como instituição educativa é patente em Ney Lobo (p. 251).

*imediate social* da Filosofia Espírita da Educação. (p. 194 – grifos do autor)

Essa escola deve ainda instituir a direção colegiada (a proposta é semelhante à posta em prática anteriormente no ILV), de modo a garantir a liberdade de ação, a diversidade de opiniões, um elevado grau de participação e responsabilidade dos docentes, a impregnação do espírito de comunidade e o autogoverno; estendendo o mesmo princípio para os discentes. “Sem liberdade, não pode haver responsabilidade: a coerção exila a culpa e esvazia o mérito” (p. 202).

Para Ney Lobo, a escola deve proporcionar práticas sociais eficazes a fim de desenvolver a sensibilidade dos educandos e a fraternidade, e para isso, deve ser uma cópia da vida espiritual<sup>276</sup>, antecipando uma sociedade ideal e sendo dela uma miniatura, “como o reconhecem os pedagogos da Escola Nova” (v. 3, p. 47). Concordando com Dewey, Claparède e Kerschensteiner, Ney Lobo compreende a escola como preparação para a vida social, “daí os sistemas educativos das *repúblicas*, do ‘*Self-government*’, da *autonomia escolar*, etc.” (p. 47 – grifos do autor), mas preparando os alunos não apenas para a vida social vigente, e sim para uma vida social aperfeiçoada<sup>277</sup>, acrescentando que “a vida social, através da Escola, garante a sua própria tendência para o nível espiritual superior. Por isso, a Escola representa o princípio motor de um veículo ascendente, a sociedade terrena, que conduz a Humanidade a graus superiores de vida” (2002d, v. 1, p. 61-62).

Ainda sobre a questão da gestão colegiada, afirma:

A colegialidade também deve ser estendida ao corpo de alunos: 1º – pela instauração da *Congregação de Alunos*, órgão legislativo para proposição de normas e apresentação de críticas, de alcance limitado a assuntos relacionados diretamente com a vida escolar e comunitária dos

<sup>276</sup> “Depois das obras básicas de Kardec, centenas de espíritas têm produzido, incessantemente, obras psicografadas nas quais os próprios Espíritos revelam como se dá sua evolução, como se dá a evolução do Espírito em geral – de todo e qualquer Espírito, desencarnado ou encarnado. Descrevem também, com detalhes, a vida nas diversas esferas extraterrestres onde vivem (cidades, colônias, escolas, hospitais, zonas umbralinas, etc.)” (COSTA, 2009, p. 127). É nessas obras que Ney Lobo se baseia para propor a ideia de uma vida social mais espiritualizada.

<sup>277</sup> “Compreenda-se, todavia, que essa miniatura deve ser idealizada, isto é irradiada dos princípios da vida social superior (dos Espíritos evoluídos). Sem esses princípios, a escola atuaria como fator de permanência das atuais condições inaceitáveis da sociedade. Seria uma força reacionária, estática, quando deveria ser altamente dinâmica” (LOBO, 2002e, v. 3, p. 47). O que Ney Lobo propõe é a existência de três instâncias sociais: “o *escolar* [abrangendo também a família e a comunidade religiosa], o *social* propriamente dito, e o *espiritual*” (p. 48 – grifo do autor), a primeira instância preparando para a segunda aperfeiçoada, e esta para a terceira.

alunos, isto é, o seu bem estar físico, social e moral; 2º – uma *cidade-miniatura*, governada exclusivamente por alunos (...); 3º – pelos próprios Trabalhos Coletivos ou TC's, realizados em equipe segundo a dimensão metodológica da cooperação (...). (v. 4, p. 214)

Assim como também deve haver uma “Congregação de Pais de Alunos”<sup>278</sup> (p. 235). Além disso,

Na escola espírita, todos os funcionários e artífices que nela trabalham são considerados como tendo encargos educativos a cumprir junto aos alunos nos seus contatos eventuais. Por outro lado, todos (diretores, professores, funcionários e trabalhadores) são considerados educandos, de conformidade com os princípios da doutrina espírita. Além disso, o diretor é instituído como educando nº 1, como o mais necessitado de educação (auto-educação), face aos seus encargos da mais alta responsabilidade. (LOBO *apud* INCONTRI, 2001b, p. 250)<sup>279</sup>

Por fim, Ney Lobo enuncia a sua compreensão do conceito de “Educação Espírita”. Para o filósofo, o termo tem três coordenadas: é autoeducação, é reeducação (pelo princípio da reencarnação) e é totalista (pela imortalidade da alma). Para essa última coordenada, ele alinha cinco pontos: todos os espíritos são educandos; todos os espíritos completarão a própria educação; todos os espíritos são educadores; a educação total implica no conhecimento de tudo; e tudo educa (2002e, v. 5, p. 218-219). Ney Lobo não cita a pansofia comeniana (o “tudo a todos totalmente” – *omnes omnia omnino*), mas a alarga e propõe peremptoriamente: “Educação é a evolução do Espírito para Deus” (p. 220). Disso resulta que a educação espírita teria um sentido cósmico (“Educação é toda ação e reação exercida ou sofrida pelo Espírito” – p. 220); um sentido terreno amplo (“Educação é a *auto-reeducação* do Espírito pela reencarnação” – p. 220); um sentido terreno restrito (“Educação Terrena é a influência intencional exercida por um Espírito reencarnado adulto sobre outro reencarnado” – p. 221); um sentido construtivo (educação é a resultante de todo esforço interno ou externo que promova “o preenchimento das lacunas de nossa estrutura espiritual no sentido da plenitude final que atualiza todas as potencialidades do Espírito” – p. 221); e um sentido hipostático (educação é a substancialização do espírito, em outras palavras, o autodesenvolvimento ativo do ser

<sup>278</sup> Ney Lobo propõe os seguintes órgãos colegiados: Conselho Diretor, Conselho Educacional, Conselho Pedagógico, Conselho Administrativo, Congregação de Professores, Congregação de Orientadores, Congregação de Funcionários, Congregação de Alunos, Congregação de Pais de Alunos. Além desses órgãos: a Cidade Mirim e a Comunidade-Escola-Lar (LOBO, 2002e, v. 4, p. 138).

<sup>279</sup> Entrevista concedida por Ney Lobo a Dora Incontri em fevereiro de 2001.

simples e ignorante criado por Deus até a sua plena identificação com a divindade – p. 221).

Os sete fatores, as três coordenadas e os cinco sentidos conceituam a educação de acordo com a filosofia educacional espírita proposta por Ney Lobo.

O filósofo, no entanto, deixa claro que o pensamento pedagógico que ele propõe “sofrerá profundas metamorfoses no desdobramento das idéias, no suceder dos tempos, até irromper no campo das realidades e possibilidades plenas” (p. 288), assim a sua sistematização não seria um “ponto final” sobre o tema, mas uma “interrogação”, “porque deixa mais problemas levantados do que solucionados” (p. 284) e uma “reticências”, “pela suspensão do juízo que se não consumou, que requer muita reflexão, muitas pesquisas no campo da Pedagogia Experimental Espírita” (p. 284). Algo que ele já havia anunciado logo no início da obra:

A Filosofia Espírita da Educação, como aliás a própria Doutrina que a gerou, é progressiva. Vai sofrendo as mutações do avanço das ciências pedagógicas, principalmente as espíritas, da Filosofia, da Religião, mas, acima de tudo, do progresso moral e espiritual do homem. (2002d, v. 1, p. 32)

Em complemento à sua formulação teórica, Ney Lobo, pragmático, não deixou de sugerir práticas educacionais coerentes com a teoria. Analisemos algumas a seguir.

### **5.2.2 Algumas práticas da educação espírita por Ney Lobo**

Ney Lobo sugere, para a prática educacional espírita, um recuo intencional da idade axial, através de um sistema educacional sistemático, no sentido de que o educando desenvolva autonomia e autenticidade o quanto antes, adentrando mais cedo no período de autoeducação. Ou seja, o que o filósofo propõe é que o educador estabeleça estratégias pedagógicas para que educando assuma o papel de agente principal no processo educacional, e neste ponto, deixa transparecer suas convicções democráticas e liberais, abafando parcialmente, ao menos na elaboração teórica, o seu *habitus* militar. Não chega a ser anti-hierárquico por completo, mas admite a insuficiência do educador quando o espírito já pode educar-se. Diz: “não pode o educador aviltar o mérito do seu discípulo coagindo ou forçando-o. Jamais deverá arrebatá-lo a liberdade do educando<sup>280</sup>: única,

---

<sup>280</sup> Não precisamos mais argumentar a sintonia de Ney Lobo com a Escola Nova.

integral, necessária e suficiente condição de sua intransferível responsabilidade pessoal” (2002e, v. 2, p. 50-51).

Entretanto, a redução da idade axial não consistiria em tratar a criança como o adulto que ela ainda não é. Fazendo uma crítica a essa visão e às suas consequências pedagógicas “funestas”, diz Ney Lobo:

Se o adulto era o modelo preestabelecido (o professor, o pai etc.), a escola toda tinha por centro de gravidade aquele modelo, e, na periferia, a criança girando em torno dele. Era o sistema *magistrocêntrico* de educação. A disciplina também se ressentiu dessa idéia: era preciso conformar a criança ao comportamento do adulto. A vara e a palmatória foram consideradas os instrumentos modeladores. O homem maduro age de conformidade com a lógica em maior ou menor grau. Logo, a aprendizagem, os métodos, a organização curricular, deveriam seguir caminhos lógicos, para desespero da criança. (2002d, v. 1, p. 257 – grifo do autor)

Em contrapartida, o espiritismo rejeita, para o autor, a ideia pedagógica de se “colocar a criança na órbita do sistema educativo; não absorve o ensino fundamentado na sequência lógica; não abriga o sistema disciplinar coercitivo e físico, vassalo do autoritarismo sem legitimidade” (p. 259), mas contribui para a visão da “criança como ser autônomo e não miniatura do adulto; e, daí, a criança no centro de todas as preocupações” (p. 260), sendo que a indisciplina seria algo natural aos infantes, “não requerendo castigos” (p. 260). É contraditório Ney Lobo sugerir que um sistema educacional espírita não se deva pautar pelo ensino fundamentado numa sequência lógica, e propor a ordenação como um princípio da educação espírita; como veremos adiante, ele mantém a recomendação de se trabalhar com TIs e TCs nos moldes do ILV.

Em todo caso, as práticas educacionais espíritas devem se revestir de características democráticas e libertárias. Mas para além dessa sugestão geral, Ney Lobo preconiza propostas mais objetivas para atingir os fins da educação, como o estabelecimento da educação física e da higiene, da educação cívica, da educação moral e religiosa, da cooperação entre os educandos, da responsabilização individual e da autoeducação, além de recomendar que a escola possua uma orientação filosófica clara, argumentando que seria ilusório “pretenderem o filósofo, o pedagogo, o educador e o administrador escolar que os fins educacionais, uma vez postos, tivessem o poder irresistível de atrair para si, por um tropismo misterioso, a ação e os esforços dos agentes da educação” (2002e, v. 2,

p. 218). Para que os fins sejam alcançados, impera a necessidade dessa orientação filosófica, “a ser facultada a todos os responsáveis pela educação numa escola” (p. 218), a partir de “um organismo dentro do contexto escolar exclusivamente voltado a infletir todas as ações na direção dos fins” (p. 218); esse organismo seria o Gabinete de Orientação Filosófica, e justifica: “A falta desse instrumento tem concorrido decisivamente para que os fins pedagógicos da escola permaneçam adormecidos, esquecidos e inférteis no fundo das gavetas dos educadores e diretores” (v. 4, p. 220).

Sob uma orientação filosófica e para garantir a efetividade das práticas previstas, o educador de uma escola espírita precisa ainda ter formação religiosa (espírita), moral e cívica, e educar para a responsabilidade, adotando um “sistema disciplinar progressivo” (v. 2, p. 56), no sentido da heteronomia do educando para a sua autonomia, de modo que a relação educador-educando se caracterize pela cooperação e pelo respeito mútuo, sentimento do bem e igualdade de direitos e deveres (p. 58). Além disso, precisa também ter formação pedagógica, especializar-se numa pós-graduação, realizar um curso de espiritismo comparado com outras religiões e um curso de extensão específico em educação espírita<sup>281</sup>, cabendo à escola dar-lhe uma “remuneração condigna” (v. 4, p. 215).

Ney Lobo elenca ainda as qualidades necessárias ao educador espírita de acordo com o quadro adaptado a seguir (Quadro 4):

---

<sup>281</sup> “O mestre espírita não pode ser formado pelos atuais padrões adotados pelas nossas faculdades de filosofia e escolas normais. (...) O educador espírita só pode sê-lo se receber uma formação especial pelo menos em curso de pós-graduação (...)” (LOBO, 2002d, v. 1, p. 222).

<i>Classificação</i>	<i>Qualidade Geral (aspecto subjetivo)</i>	<i>Intencionalidade Educacional (aspecto objetivo – transitivo)</i>
<b>Global</b>	Influência	Exercer uma influência intelectual, moral e espiritual benéfica no desenvolvimento do educando.
<b>Físicas</b>	1. Saúde	Resistência à fadiga no exercício do ofício docente.
	2. Sentidos	Em bom estado para ouvir, ver, observar, prestar atenção. Voz agradável e clara.
	3. Dignidade exterior	Apresentar o chamado <i>porte de mestre</i> como modelo de postura para os educandos.
<b>Intelectuais</b>	4. Intuição	Capacidade de intuir os valores e imperfeições da alma de cada educando.
	5. Cultura	Geral: muito sólida e abrangente. Específica ou pedagógica: saber muito bem o que vai ensinar.
<b>Morais</b>	6. Amor	Ao próximo e particularmente às crianças e jovens. Bondade para com os discípulos.
	7. Paciência	Para com a irreverência dos alunos. Suportar as desatenções. Repetição dos conselhos e explicações.
	8. Otimismo	Em relação ao poder da educação. Em relação à criança e ao adolescente.
	9. Juventude	Juventude de consciência ou mocidade de espírito no contato com os educandos.
	10. Idealismo	Ter um ideal de vida a ser atingido pela educação e para sobrepor-se às desilusões.
	11. Justiça	Imparcialidade no trato com os alunos.
	12. Bom humor	Semelhante ao dos jovens para melhor conviver com eles.
	13. Moral	Conduta digna e exemplar que possa servir de exemplo para os educandos.

**Quadro 4** – *Quadro das Qualidades do Educador (LOBO, 2002e, v. 2, p. 83).*

O filósofo resume o quadro acima em seis qualidades fundamentais: inteligência, moral, cultura, intuição, influência e mediunidade<sup>282</sup>.

Se faltar a *inteligência*, a moral e a cultura não são geradas. Se faltar a *moral*, o mestre fica desprovido de autoridade para educar. Não constitui um bom exemplo e não terá substância ética a induzir. Se não tiver *cultura* geral e específica, nem saberá o que vai ensinar e nem terá

<sup>282</sup> “O educador espírita do futuro deverá ser dotado de um tipo de mediunidade *objetiva*. Deverá ser ela *funcionalmente pedagógica* para capacitá-lo à identificação do fundo autêntico dos seus educandos” (LOBO, 2002e, v. 2, p. 55 – grifo do autor). Seria a aplicação da faculdade mediúnica especificamente no campo educacional, uma sugestão também de Humberto Mariotti (SIMONETTI, 1973, p. 73), ao propor o desenvolvimento da Psicologia Espírita da Educação.

capacidade técnica para educar. Se for carente do dom da *intuição*, não conhecerá o educando profundamente para prover suas necessidades anímicas. Seu esforço educativo tornar-se-á aleatório. Se for desprovido do poder de *influência*, não produzirá nenhum efeito benéfico no educando, não ilumina, não aquece, nada induz. Se carecer de *mediunidade*, não ligará os dois planos de vida, ou as duas gerações consecutivas; nem poderá transmitir de Espírito a Espírito, extrassensorialmente, valores educacionais. (2002e, v. 2, p. 94)

Somente com este tipo de profissional vocacionado<sup>283</sup>, no entendimento de Ney Lobo, as práticas escolares espíritas poderiam ter efeito, ou melhor, poder-se-ia falar em educação espírita propriamente: “Concluindo, faltando-lhe uma ou mais qualidades poderá educar precariamente, mas nunca será um *educador espírita*” (p. 94 – grifo do autor). A questão da mediunidade é algo bastante restritivo, ao nosso entendimento, para uma efetivação prática. Essa faculdade seria inata ou desenvolvida por esforço próprio? Não obtivemos resposta na obra de Ney Lobo, mas fica implícito que tal profissional se trataria de uma possibilidade futura (p. 55).

Em todo caso, seria esse o profissional a estabelecer o que Ney Lobo sugere como bastante necessário: as classes homogêneas paralelas. A ideia parece ser bastante inspirada em Jean-Ovide Decroly, embora o autor não o cite. Essas classes seriam homogêneas tanto do ponto de vista intelectual quanto moral, daí a necessidade da perspicácia do profissional de educação em conhecer profundamente os seus educandos e identificar pendores, a fim de agrupá-los convenientemente. Para Ney Lobo, as classes homogêneas facilitariam para o professor o ensino individualizado, assim como o controle disciplinar, do mesmo modo que facultariam aos alunos maior possibilidade de progresso. Sugere, então, que tais classes ocorram paralelamente umas às outras, mas que não se isolem umas das outras. Para isso recomenda o intercâmbio de alunos entre as turmas, de modo a garantir a cooperação<sup>284</sup>.

A expectativa do educador espírita, entretanto, deve ser limitada, isto é, não esperar do educando resultados imediatos (alguns não virão nesse tempo de vida!), por isso deve

---

<sup>283</sup> “Nem todos os candidatos ao magistério espírita poderão apresentar condições pessoais e virtualidades que viabilizem o desenvolvimento das qualidades docentes requeridas, principalmente para a *intuição profunda* e para a *mediunidade técnico-pedagógica*. Infere-se daí o imperativo da aplicação de testes vocacionais [ainda a serem criados por uma futura psicologia educacional espírita, segundo Ney Lobo] no processo seletivo dos candidatos” (LOBO, 2002e, v. 2, p. 95 – grifo do autor).

<sup>284</sup> A cooperação para Ney Lobo é também uma profilaxia pedagógica do orgulho e do egoísmo (LOBO, 2002d, v. 1, p. 224).



também ser sensível e ter exigências proporcionais ao que seus alunos podem de fato desenvolver, o que é ainda facilitado pela homogeneização das classes.

O sistema de avaliação (intelectual, disciplinar ou moral) não pode, numa escola espírita, se basear na heterossuperação, ou seja, determinar índices padronizados de superação, notas de corte, etc. Esse sistema deve ser fundamentado na autossuperação do educando, o que seria coerente com o ensino individualizado. No entanto, não podemos imaginar que esse ensino seja individualista ou particular. O método proposto é o de ação cooperativa e individualizada; é no meio social que o educando progride e é por esse meio que os educadores o conhecem melhor. “A Doutrina, como o socialismo e o pragmatismo pedagógicos, erige o meio social como fator absolutamente indispensável na dinâmica do progresso do Espírito encarnado” (LOBO, 2002d, v. 1, p. 29).

Nesse sentido, ainda que as classes sejam homogêneas, os alunos devem ser distribuídos em equipes de trabalho (de três a seis alunos), semelhantemente ao que fora proposto e praticado no ILV, inclusive a forma de constituição das equipes, por meio de testes sociométricos e sugestões do professor. Além disso, cada equipe da turma menos avançada escolheria um aluno da turma mais adiantada para líder, e cada equipe desta turma escolheria um aluno daquela para integrar-se ao grupo (2002e, v. 4, p. 102). Mas para a efetivação da cooperação, as salas de aula devem ser organizadas com mesas para trabalhos em grupos, sem carteiras enfileiradas, ou seja, como no ILV.

Outras propostas práticas também inspiradas na experiência anterior de Ney Lobo são: a instauração de salas-ambientes; a substituição das aulas pelas sessões de trabalho; e a ordenação dessas em três fases didáticas: a preparação, o trabalho individual (TI) e o trabalho coletivo (TC). A justificativa teórica e a orientação pragmática é exatamente a mesma constante no *Plano Pedagógico* de 1972, porém menos detalhada, incluindo os trabalhos assistemáticos (os permanentes, os externos e os especiais).

Ney Lobo insiste na importância da liberdade discente, mas entendemos que, contraditoriamente, essa liberdade é limitada pela impossibilidade de livre escolha do que estudar. Ocorre que o filósofo propõe que a escolha dos conteúdos para cada estudante individualmente seja “encargo técnico-espiritual da Orientação Educacional Espírita com os suportes da Psicologia Educacional correspondente, receitando a cada um os conteúdos mais adequados ao seu nível espiritual: carências, aptidões, etc.” (v. 3, p. 142), embora sugira também um sistema de opções, em que o estudante tenha tempo livre para, espontaneamente, porém tutorado, “procurar realizar pesquisas, aprofundar

conhecimentos em determinados assuntos, ou especializar-se em disciplinas de sua preferência pessoal, mas relacionadas com as disciplinas curriculares<sup>285</sup>” (v. 4, p. 85), e faz uma assertiva profilática: “a coerção como recurso metodológico desfiguraria a educação espírita fundamentada no livre-arbítrio do educando” (p. 115).

Como já mencionado, deve fazer parte das práticas de uma escola espírita, de acordo com Ney Lobo, a instauração de uma Congregação de Alunos (que no ILV era chamada de Assembleia de Representantes de Alunos) e de uma Cidade Mirim, como “instrumental da cooperação” (p. 103)<sup>286</sup>.

Na obra *Prática da Escola Espírita: a escola que educa*, Ney Lobo elenca uma série de práticas compatíveis com a sua formulação de uma filosofia educacional espírita, reafirmando ideias já expostas na FEE e anteriormente praticadas no ILV, porém detalhando-as ainda mais. O estudo desta obra, no entanto, não está contemplado nos propósitos dessa tese, embora possa figurar como trabalhos futuros.

Um ponto que gera atrito entre os teóricos da educação espírita, contudo, é o ensino religioso, que, de acordo com Ney Lobo, deve fazer parte das práticas de uma escola espírita. A ideia de educação religiosa não é exatamente o que causa embaraço, mas a forma e o conteúdo dessa prática. Trataremos melhor dessa questão no próximo item.

### 5.3 O núcleo é a educação da espiritualidade

Diferentemente do eixo norteador das práticas educacionais no ILV, isto é, a Educação Moral e Cívica, o núcleo agora é outro: trata-se da educação da espiritualidade do educando.

---

<sup>285</sup> Detalhista, Ney Lobo sugere inclusive disciplinas a constar no currículo, justificando-as, conceituando-as e expandindo seus sentidos “pedagógico-espiritualizantes”, com conteúdos oriundos do espiritismo: Física e Química; Matemática; Geografia Física, Geologia e Mineralogia; Cosmologia; Biologia; Sociologia; História; Educação Cívica; Educação Física e Esportes; Saúde e Higiene; Educação Sexual; Linguagem, Línguas e Literatura; Educação Artística; Filosofia; Lógica; Gnosiologia; História da Filosofia; Educação do Espírito (nesta disciplina entrariam os fatores: educação religiosa, educação espiritual, educação moral e educação do sentimento) (LOBO, 2002e, v. 3, p. 157-211).

<sup>286</sup> Ney Lobo propõe também a Casa da Boneca, “incluindo vivências cooperativas da vida doméstica futura, *para meninas*” (LOBO, 2002e, v. 4, p. 103 – grifo nosso), sem dar maiores detalhes além dessa frase. A Casa da Boneca também existiu no ILV, mas a sua proposição na FEE reflete o *habitus* conservador de Ney Lobo (assim como outras propostas, como a educação cívica, por exemplo), apesar de todas as demais ideias progressistas.

“Se o educando, em essência, é a sua alma, a preocupação fundamental de todo o sistema educativo deve centrar-se no Espírito dele” (LOBO, 2002d, v. 1, p. 140). Com isso em mente, a educação espírita, segundo Ney Lobo, deve permear o currículo, o método, o sistema disciplinar e toda a instituição escolar de motores que se dirijam diretamente à educação do espírito humano<sup>287</sup>. Para essa educação do espírito, Ney Lobo sugere a incorporação de “processos que auxiliem o educando a algumas intuições de seu passado anímico” (p. 140). Se apoia na maiêutica socrática e na teoria da reminiscência platônica, mas também nos esquemas mentais de assimilação piagetianos, e para esse último tópico, propõe que tais esquemas foram, em verdade, sendo preparados ao longo de várias encarnações. Mais: considera que a educação terrena é ainda uma preparação para a vida de espírito<sup>288</sup>, assim como a educação no plano espiritual é também uma preparação para a vida material, “são dois condutos recíprocos e consecutivos” (p. 176).

Esta é a visão da Filosofia Espírita da Educação. Qual o valor dela para o pedagogo e para o educador? Primeiro, eles saberão que o educando, mesmo uma criança, nos seus primeiros passos escolares, já foi mais ou menos trabalhada pela educação, na vida espiritual que antecedeu ao seu renascimento. Esses valores e conhecimentos que dormitam no âmago do perispírito (inconsciente) cumpre ao educador tentar identifica-los e reconhece-los, porque, de alguma forma velada, ou metamorfoseados em comportamentos, idéias, objetivos, tendências, intenções etc., eles sempre se apresentam. Segundo, levará em conta também o educador espírita que a formação do seu discípulo prosseguirá, mesmo além do termo da vida física. Quanto ao pedagogo espírita, em análise atenta, não mais poderá visualizar a educação por compartimentos estanques e descontínuos, limitada ao estágio berçotúmulo, como quem se dispusesse a compreender toda a história de uma nação estudando apenas um episódio; ou apreciar toda uma sinfonia

<sup>287</sup> Dentro da temática de educação do espírito, Ney Lobo propôs a educação das perfeições espirituais, compreendida como o desenvolvimento das oito virtudes que o filósofo considerou como as fundamentais, quais sejam, a caridade, a indulgência, a humildade, a esperança, a honestidade, a justiça, a lealdade e a veracidade. A seleção dessas virtudes não foi aleatória, pelo que pudemos pesquisar em seu acervo pessoal e de acordo com as entrevistas que realizamos com Marcos Silva, Alberto Rau e Aristéia Rau, mas desconhecemos o critério. Nesse sentido, Ney Lobo tentou publicar uma série de manuais de estudos e atividades para a “conquista” de cada uma delas. Seriam oito livretos. Conseguiu publicar quatro deles: *A Conquista da Esperança* (2009), *A Pedagogia da Conquista da Indulgência* (2010), *A Pedagogia da Conquista da Veracidade* (2011) e *A Pedagogia da Conquista da Caridade* (2012), agrupados na coletânea *Coleção Perfeições Espirituais*. O conteúdo dessas obras não visa exclusivamente o público espírita, mas cristão em geral, e as atividades propostas foram primeiramente experimentadas em grupos de crianças e adolescentes em cidades vizinhas, como mencionado no capítulo 2. Contudo, não haveria espaço nesta tese para um estudo mais aprofundado desta obra inacabada.

<sup>288</sup> Por isso a educação de adultos se revestiria dos mesmos princípios e finalidades da educação de crianças e adolescentes, mas teria foco “nas vivências das últimas fases da vida material: aprender a envelhecer, o valor da velhice, a preparação para o desencarne e aprender a morrer” (LOBO, 2002d, v. 1, p. 177).

ouvindo apenas um de seus acordes. Essa visão, não total, porém mais ampla, haverá de indicar adaptações da teoria e da prática da educação que, no momento, se torna difícil vislumbrar. (p. 176-177)

Como sugestão prática, alude à regressão de memória com fins pedagógicos, amparando-se em Herculano Pires e Maria de Lourdes Ferraz, como possibilidade metodológica de autoconhecimento por parte do aluno e de conhecimento por parte do professor. Mas ressalva:

À filosofia Espírita da Educação compete apenas acenar com essas possibilidades teóricas de uma metodologia futura. Cabe, porém, aos pedagogos e psicólogos espíritas inaugurar o estágio das pesquisas e experiências que visem a tornar operativas essas conclusões e possibilidades. (p. 142)

Assim, o processo educativo se revestiria de um duplo sentido: do consciente para o inconsciente (a aquisição de hábitos), sentido centrípeto, e do inconsciente para o consciente, sentido centrífugo (p. 143-144). Essa proposta visa alcançar a finalidade educativa aventada, qual seja, o desenvolvimento da espiritualidade do educando.

Esse fim, compreenda-se bem, não tem a conotação de meta, como alguma coisa que se conclui, que se consuma, (...). Não. É um fim dinâmico e não estático. Esse fim é, antes, um *vir-a-ser*, um *dever*, impulsionado e dinamizado pelo esforço contínuo do educador, para obter a mutação permanente do Espírito do discípulo, para que não estacione na linha do seu aperfeiçoamento. Qualquer mutação para melhor, por mais discreta que seja, representa o atingimento (impropriamente falando) desse fim. (2002e, v. 2, p. 200-201 – grifos do autor)

Dito isso, voltemos à controvérsia da educação religiosa levantada no item anterior.

Justamente para que a educação da espiritualidade do educando permaneça como núcleo de todo o processo pedagógico, Ney Lobo não abre mão da educação religiosa. E diferentemente do modo como procedeu no ILV, onde não havia aulas de espiritismo como componente curricular obrigatório, aqui a proposta é exatamente essa. Assim ele argumenta:

Se a Filosofia Espírita da Educação propicia a visão de Deus como pórtico e meta do Espírito do educando, integrado este na economia divina, deve, por isso mesmo, postular à Pedagogia Espírita a formação

religiosa dos alunos. Não se pode subtraí-los de sua dimensão religiosa. Desterrando Deus da área da educação, dificilmente o educando tomará consciência de sua origem divina e de seu fim último, balizas determinantes do seu extensíssimo roteiro formativo. (2002d, v. 1, p. 136)

Embora prescreva que essa formação não poderá ser convencional, dogmática e catequética, mas sim como um apelo à razão, a finalidade é a formação religiosa espírita, por meio do estudo dos fundamentos filosófico-religiosos do espiritismo (2002e, v. 3, p. 204-209). Esse objetivo está explícito neste trecho a seguir, sobre o sistema disciplinar:

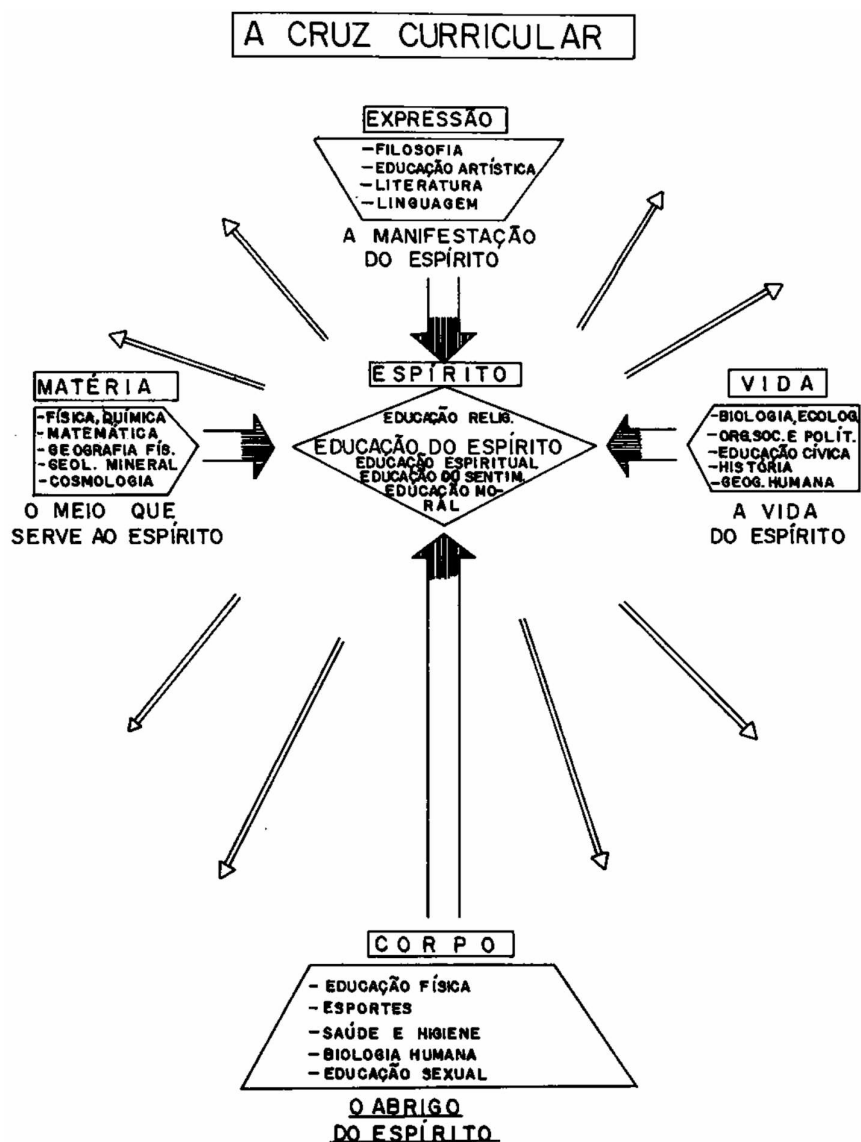
A escola espírita jamais poderá implantar este sistema disciplinar sem que seja instaurado o estudo da Codificação Kardeciana adaptada aos diversos níveis etários dos educandos. De outro modo, como levar os educandos a participar da elaboração do Estatuto Disciplinar Espírita? Como fazê-los vivenciar a autonomia escolar como a entende o Espiritismo? Como leva-los a participar das deliberações do Conselho Misto? Como conscientizá-los da “verdadeira lei de reabilitação moral dos Espíritos”, que é a reparação das faltas cometidas? Como leva-los a perdoar os ofensores, segundo a visão espírita das vidas sucessivas, das provas e da Lei do Retorno? O Estudo da Doutrina é, portanto, a verdadeira mola mestra que impulsiona todo o sistema disciplinar. (p. 57)

Que o educador estude o espiritismo, compreendemos que seja uma exigência plausível, uma vez que o profissional da educação deve estar imbuído da filosofia educacional à qual irá ancorar as suas práticas, mas no que diz respeito aos alunos, a obrigatoriedade desse estudo pode levar ao proselitismo, em nosso entendimento.

Para justificar o ensino do espiritismo nas escolas espíritas, Ney Lobo cita um trecho do editorial da quinta edição da revista *Educação Espírita*, de 1973 (v. 4, p. 55 – nota): “O ensino religioso é hoje obrigatório nas escolas. A escola espírita não tem motivos para não ensinar a religião espírita” (PIRES, 1973, p. 26). No entanto, deixa registrado que esta proposição é transitória e não encerra o assunto: “O que estamos propondo não resistirá a uma análise mais severa” (LOBO, 2002e, v. 4, p. 55).

Quanto à organização prática do currículo, ela deveria se amoldar ao que Ney Lobo chamou de “Cruz Curricular” (Figura 10), reunindo as disciplinas em cinco grupos: o da matéria, o da vida, o do corpo físico, o da expressão e, ao centro, como “coração do currículo” (v. 3, p. 153), o grupo do espírito. Os quatro primeiros grupos convergem para

o centro, com seus elementos formativos, em função dos fins da educação; e o centro os ilumina e espiritualiza os seus conteúdos (p. 156-157).



*Figura 10 – A Cruz Curricular. Fonte: LOBO, 2002e, v. 3, p. 155.*

Notemos a representação católica na simbologia impressa por Ney Lobo: a cruz. Isso nos atesta que, a despeito da criticidade do autor em relação ao religiosismo espírita brasileiro, que relegou o filosófico e o científico a segundo plano, ele mesmo não escapou de todo do *ethos* espírita desenvolvido em nosso país. O *habitus* religioso do antigo congregado mariano (como mencionamos no capítulo 1) se apresenta claramente nessa proposição de educação da espiritualidade.

Mas se podíamos até aqui supor que o estudo do espiritismo proposto por Ney Lobo seria direcionado apenas ao grupo de alunos espíritas, já não podemos presumir o mesmo quando a proposta é claramente confessional, de formação de espíritas:

se a instituição escolar é espírita só poderá ser classificada como confessional, isto é, definida no campo religioso e fazendo desse posicionamento a sua mais fundamental razão de ser.

(...)

O ensino religioso espírita é uma das mais profundas razões de ser da escola espírita. Toda a presente obra é a justificação desse ensino. A força docente do Espiritismo é destacada ao longo de toda a Codificação. (v. 4, p. 158-159)

E ainda: “a Educação Religiosa espírita deve constituir-se na espinha dorsal do sistema educativo” (p. 161), “a escola espírita é decisivamente religiosa” (p. 250), mas assevera que “o efeito condicionador, doutrinador, domesticador que as escolas realmente provocam, no caso da educação verdadeiramente espírita esse fator deverá ser bastante mitigado pelo constante apelo à razão dos educandos” (p. 250).

Esse pensamento não é unânime entre os teóricos da educação espírita. Dora Incontri e Alessandro Bigheto, por exemplo, ao proporem a escola espírita, sugerem o ensino inter-religioso. Aliás, não apenas para a escola espírita, pois entendem que não sendo proselitista, tal canal de diálogo não possuiria caracteres exclusivistas.

A divergência de ideias deu ensejo a um instrutivo debate entre Dora Incontri e Ney Lobo meses antes do 2º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita, em 2006. Por e-mail a jornalista e educadora procurou chegar a um denominador comum sobre o tema, mas o professor permaneceu inflexível. Ela argumentava:

O que está em dissintonia é quando torna imprescindível o ensino do espiritismo a todo corpo docente e discente da escola, (...).

(...)

A sua proposta necessariamente vai ferir consciências, porque não há nenhuma possibilidade nem a curto, nem a médio prazo, de termos uma escola (seja paga, seja gratuita) só para espíritas, que são ainda minoria. Ora, vamos fazer com as outras religiões o mesmo que elas sempre fizeram? E é muito melhor que tenhamos escolas espíritas freqüentadas por pessoas de diversas religiões – é muito mais enriquecedor e educativo. Todos aprendem a conviver fraternalmente, com respeito

uns aos outros. Não podemos nos fechar em guetos, em igrejinhas, temos de influenciar o mundo, vivendo no meio dele!

Um dos grandes trunfos da Pedagogia Espírita é justamente inaugurar um tipo de escola que nunca houve no mundo: uma escola de liberdade de pensamento, de debates de idéias, de pluralismo ideológico. O educando deve estudar todas as religiões, todas as filosofias, todas as posições científicas (mesmo as materialistas) e deve aprender a argumentar, a formar as próprias convicções. Isso não significa que a escola espírita deverá ser neutra – nenhuma educação é neutra. Ela deve se por a favor do espiritualismo, da espiritualidade, da moralidade – respeitando todas as formas que essas manifestações assumem. Isso está na idéia universalista de Kardec: de que o espiritismo seria um coadjuvante de todas as religiões, prestando-lhes o serviço de resgatar o espírito. (...)

(...)

Talvez o senhor esteja pensando: mas o simples fato de a escola se assumir espírita, e os professores estarem embebidos dos princípios espíritas e da pedagogia espírita já não é um constrangimento aos não-espíritas? Não, se vivermos o espiritismo como queria Kardec, ao contrário do que é vivido pela maioria igrejista do movimento espírita brasileiro (...) O espiritismo como queria Kardec é justamente aberto, sabe dialogar com a cultura contemporânea, sabe encontrar a verdade em toda parte – é universalista, livre e não-sectário. Ora, o movimento da Pedagogia Espírita, pelo qual temos trabalhado (o senhor e eu) no Brasil é justamente a vivência desse espiritismo de Kardec, do primado da razão, do equilíbrio, do sentimento elevado... A Pedagogia Espírita deve corrigir os rumos do movimento espírita, recolocando-o nos trilhos de Kardec, que era sobretudo educador. (INCONTRI; LOBO, 2006)

O professor aquiesceu em parte, mas retrucou:

Ora, podemos dar conhecimento (informação) a alunos não-espíritas em escola espírita, desde que pais e/ou alunos manifestem, no ato da matrícula, ou mesmo depois dela, a sua curiosidade ou desejo, de saber o que é Espiritismo. Realmente, um aluno não-espírita ao ser matriculado em escola que sabe ser espírita, há de ter pelo menos a avidez por saber do que se trata: o que é Espiritismo, o que é ser espírita, etc.

No entanto, essa manifestação em aceitar essa INFORMAÇÃO tem de ser bastante formal, em documento hábil e assinado por um dos pais e pelo aluno. Esse documento deve ainda conter por escrito o esclarecimento de que o aluno não-espírita não será submetido à DOUTRINAÇÃO ou CATEQUESE espíritas, explicadas essas o que



sejam. Mais ainda, o professor desta *classe especial de não-espíritas* tem de ser reciclado para esse mister, a fim de que não extrapole por inabilidade da informação para a doutrinação. Finalmente, a aceitação ou rejeição dessa opção livre dos pais não é condição para matrícula ou rejeição dela pela escola.

(...)

Todavia, confesso que não compartilho dessa última cláusula sobre ensino das religiões confessionais e institucionalizadas. Acolheria, sim, *um estudo sociológico e psicológico do fenômeno religioso*, mas voltado para o combate aos preconceitos sectários, no sentido de irmanação ecumênica de todos os crentes.

Enfim, não é admissível que um educando complete os 8 anos de uma escola espírita e ao sair dela nem saiba o que é Espiritismo. E note-se que o percentual de não-espíritas em escolas espíritas é muito elevado, entre 80 a 90%. No Colégio Lins de Vasconcellos do qual fui professor e diretor por 11 anos, o percentual de espíritas era de 5 a 8%. (INCONTRI; LOBO, 2006 – grifos nossos)

Ney Lobo não concordava que uma escola espírita ensinasse outras religiões além do espiritismo. Mais uma vez Dora Incontri retomou o tema:

Minha proposição é simples e clara:

A escola espírita ensinará o aluno a pensar, a discutir, a argumentar, a conhecer as diferentes posições filosóficas, religiosas, científicas, políticas... Então, em aulas de religiões comparadas ou de ensino inter-religioso (como aquele material que fiz com o Alessandro [Bigheto]<sup>289</sup>), o aluno deverá alargar seus horizontes culturais e estudar o fenômeno religioso, a ética dos grandes representantes das religiões, as diversas respostas que há sobre a vida, a morte, a existência. E todos – naturalmente – também conhecerão o espiritismo – mas cada um deve decidir por si que filosofia seguirá! Assim não é preciso separar espíritas e não espíritas e nem formalismos de assinatura de compromisso ou coisa que o valha! Assim, estaremos ensinando espiritismo, sem doutrinação, porque também estaremos ensinando outras propostas, respeitando a liberdade de crer! (INCONTRI; LOBO, 2006)

Irredutível, contra argumentou Ney Lobo:

---

<sup>289</sup> Refere-se à coletânea didática *Todos os Jeitos de Crer*, cuja primeira edição foi publicada em 2004, voltada a alunos das séries finais do ensino fundamental.

Lamento muito, muito mesmo, não poder compartilhar do seu posicionamento quanto ao ensino da Doutrina Espírita em Escola Espírita.

(...)

(...) A sua PROPOSIÇÃO revoga, ou desconsidera, o fator irrecusável, imperioso, da especificidade da Educação Espírita e, via de consequência, da Escola Espírita. Esse fator decorre inelutável e diretamente da própria matriz dessa educação e dessa escola, que é a inigualável Doutrina Espírita, cuja especificidade é absoluta e incomparável.

No entanto, “contraria sensu” (geral, consensual) na sua PROPOSIÇÃO, V apregoa “ensinar (os alunos) a pensar, a discutir, a argumentar, a conhecer as diferentes posições filosóficas, religiosas, científicas, políticas”.

Não seria um espectro cognitivo demasiadamente amplo, pansófico? Esse ideal de Comenius só é realizável no decurso de várias vidas sucessivas. (...) Por isso mesmo, na sua Proposição naufraga a especificidade da Educação Espírita. E, reconheçamos, estamos tratando, eu e V. do ensino do Espiritismo em Escola qualificada como ESPÍRITA. Se soçobrou a especificidade da Educação e da Escola Espíritas, essas também perdem sua razão de ser; por indiscernibilidade são iguais a todas as outras e indistintas (...) V. acrescenta: “Nessas aulas de religião comparadas, ou de ensino inter-religioso, o aluno alarga seus horizontes culturais e estuda o fenômeno religioso, a ética dos grandes representantes das religiões, as diversas respostas que há sobre a vida, a morte, a existência”. É uma proposta ambiciosa e admirável, mas numa escola genuinamente espírita, teria de ser iluminada pela concomitância predominante do ensino FORMATIVO da Doutrina Espírita para os ESPÍRITAS.

De outra forma. Mais uma vez, isso que V. propõe com tanto entusiasmo, seria comum a qualquer tipo de escola, pública ou privada, leiga ou confessional (...).

Se qualquer escola pode desenvolver esse programa, a lógica impõe. Não recua: essa escola jamais poderá ser qualificada como ESPÍRITA (...). Mas V. está cogitando de uma escola inespecífica, neutra, asséptica, indefinida confessional filosófica e pedagogicamente.

Uma panacéia pedagógica, que serve para qualquer tipo de escola, até para leigos e ateus, que pregam o ateísmo.

(...)

A solução proposta é excelente para o Ensino Inter-Religioso em escolas públicas (...).

(...) E V. aduz: “Todos (os alunos) também conhecerão naturalmente o Espiritismo, cada um decidindo por si que filosofia seguirá. Assim estaremos ensinando Espiritismo sem doutrinação, porque também estaremos ensinando outras propostas, respeitando a liberdade de crer. Aceito como INFORMAÇÃO, mas V. usa o verbo ENSINAR, que já porta um tónus formativo. E, por esse último caráter, julgo que introduzirá na mente dos alunos uma grande confusão e até descrença de todas as propostas que se anulam reciprocamente, entre si, devido ao teor ainda que fraco, de alguma FORMAÇÃO, meio submerso na conotação de ensinar. (INCONTRI; LOBO, 2006 – grifo nosso)

Para o filósofo, parte da especificidade da escola espírita está na formação do espírita, e aventa mais alguns pontos em sua contra argumentação, mas Dora Incontri também mantinha a sua posição:

Caríssimo professor Ney Lobo,

Vejo que nossa discussão se choca com dois medos: o meu medo é que a escola espírita se torne uma escola fanática, doutrinante, jesuítica. O seu medo é de que a escola espírita perca sua identidade!

Na minha proposição, não haverá uma escola inespecífica, porque os professores devem estar embebidos da proposta pedagógica espírita com todos os seus pressupostos – de que a criança é um ser reencarnado, (...) com todas as conseqüências práticas desses pressupostos... A escola espírita será diferente das outras, primeiro porque assumidamente espírita, adotando uma pedagogia inovadora embasada nos princípios da doutrina espírita, segundo: PORQUE PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA HUMANA, DEVE FAZER UMA ESCOLA QUE RESPEITE A LIBERDADE DE PENSAMENTO E NÃO DOCTRINE OS ALUNOS!!!!!!!

Outra questão, tenho trabalhado há muitos anos com crianças e adolescentes de todas as idades, e elas não fazem confusão nenhuma, aprendendo os princípios das várias religiões!!! Aliás, têm muito mais clareza e discernimento que os adultos!

Algo muito importante também é o seguinte: a PEDAGOGIA ESPÍRITA DEVE SERVIR PARA TODOS!! Não podemos fazer uma proposição pedagógica que só sirva para espíritas! É um contra-senso! Comenius era hussita e fez uma proposição pedagógica que servia para toda a humanidade; Pestalozzi também de origem protestante, idem! Maria Montessori, católica, o mesmo! Apenas Inácio de Loyola, inquisitorialmente, fez um projeto pedagógico cujo fim era conquistar (e reconquistar) adeptos para a Igreja Católica.

Não podemos ter a mesma atitude do passado! (INCONTRI; LOBO, 2006)

Ambos nunca chegaram a um acordo nesse ponto específico, embora concordassem em todos os outros, apenas com diferentes nomenclaturas.

Contraditoriamente, o professor Ney Lobo, apesar de aludir como necessário o princípio democrático para uma escola espírita, ao mesmo tempo em que coloca o ensino privado e gratuito como garantidor tanto da liberdade de ensino quanto do direito à educação, acaba por dificultar esse mesmo princípio democrático ao estabelecer a escola espírita como confessional, no sentido de preconizar o ensino obrigatório do espiritismo. Vale ressaltar que esse ensino seria obrigatório a determinados alunos mediante aceitação dos pais, mas apenas informativo para os demais, e outras religiões não seriam ensinadas a nenhum aluno, a não ser também em caráter informativo ou *como um estudo sociológico e psicológico do fenômeno religioso, (...) no sentido de irmanação ecumênica*. No ILV, como vimos, não havia ensino obrigatório de espiritismo, mas um estudo das religiões professadas pelos alunos, feito pelos próprios alunos, com caráter informativo, sem debates.

A certa altura de sua obra, Ney Lobo compreende que na atualidade, apenas o Estado poderia garantir a democratização do ensino, pois que “pelos seus recursos próprios pode expandir e popularizar a educação tornando positivo o princípio da igualdade de oportunidades” (2002e, v. 4, p. 157). Surge então um dilema:

Fica assim o pensador espírita entre duas idéias reciprocamente excludentes: democratização do ensino ou educação confessionalmente espírita. Só divisamos solução conciliatória num futuro ainda remoto quando as nações forem dirigidas por *aristocracias intelecto-morais*. (p. 157 – grifo do autor)

Abre-se uma brecha nessa contradição: se a escola espírita quiser ser democrática não poderá ser confessional, se o for agora, será exclusivista, mas poderia ser confessional (e aí está a brecha) no futuro divisado pela obra kardeciana, em que os princípios espíritas seriam aceitos por todos. Só então haveria conciliação.

Assumindo uma postura semelhante à de Rousseau, com o *Emílio* e o *Contrato Social*, para o qual a educação ideal só funcionaria numa sociedade ideal, e esta só seria possível após aquela<sup>290</sup>, é que Ney Lobo, neste período de sua trajetória intelectual,

---

<sup>290</sup> A política e a educação estão dialeticamente conjugadas na obra de Jean-Jacques Rousseau. É comum a crítica à sua obra *Emílio* de que o tipo de educação proposta ali seria elitista. Entretanto, a educação de Emílio somente se aplica a uma pequena elite, porque a sociedade é desigual. Não fosse assim, essa seria uma educação para todos. Não por acaso, ele propõe solucionar o problema da desigualdade por meio do

imediatamente após sistematizar uma filosofia educacional, propôs uma filosofia social e uma filosofia política espíritas, cujas primeiras pinceladas já se encontram na obra *Filosofia Espírita da Educação*. A análise do seu pensamento social e político, entretanto, escapa aos objetivos dessa tese, figurando como trabalhos futuros.

Enfim, até aqui pudemos, portanto, divisar o pensamento pedagógico do professor Ney Correia de Souza Lobo, elaborado sobre uma experimentação prática realizada no Instituto Lins de Vasconcellos, bem como fundamentado no espiritismo e em princípios escolanovistas, além de lastreado em sua formação militar e política.

---

Contrato Social. As obras *Emílio* e *Contrato Social* foram escritas e publicadas ao mesmo tempo, e nisso parece haver um propósito (Rousseau era um escritor perspicaz): educar o ser humano e educar a sociedade, formar um estado justo e indivíduos igualmente justos, demonstrar que há uma relação dialética entre a sociedade civil e os seres que a compõem. Há, por exemplo, no livro V do *Emílio*, um resumo do *Contrato Social*.

## Considerações Finais

Na Introdução desta tese, questionamos como Ney Lobo sistematizou uma filosofia espírita da educação e que caminhos tomou, ao longo de sua trajetória intelectual, para propor o projeto pedagógico do Instituto Lins de Vaconcellos, e para elaborar essa sistematização filosófica. Dessa forma, estabelecemos como objetivo geral deste trabalho a historicização da trajetória e a análise do pensamento pedagógico do professor Ney Correia de Souza Lobo.

No decorrer de cinco capítulos, acreditamos ter atingido o objetivo proposto, ao mesmo tempo em que procuramos responder àqueles questionamentos, munidos das categorias de *habitus*, campo e práticas, de Bourdieu, das categorias de intelectuais, gerações e sociabilidade, de Sirinelli, e das categorias de representações e apropriação, de Chartier. Com estes referenciais como pano de fundo, partindo da perspectiva da História Cultural, aguçamos nosso olhar sobre as fontes documentais e orais que tínhamos em mãos, sem deixarmos de recorrer a outros referenciais ao longo da pesquisa, no intuito de obter compreensões além das possíveis com as categorias mencionadas. Fizemos, assim, um trabalho interpretativo e analítico de montagem de um quebra-cabeças, por meio de um detalhado escrutínio das fontes. Ainda assim, muitos detalhes importantes dessa trajetória podem ter passado sem serem percebidos.

O nosso objeto de estudo, permeando todos os capítulos, foi, portanto, o intelectual Ney Lobo, de modo que procuramos compreender o seu pensamento pedagógico por meio tanto da análise de sua obra, quanto de sua trajetória. E nesse sentido, contextualizamos esse percurso com a história política, uma vez que, como um intelectual, Ney Lobo esteve inserido politicamente na sociedade, seja como oficial militar, seja por meio das negociações e situações que provocou ou a que foi colocado no

ILV, e que o levaram à direção do colégio, seja por suas publicações, nas quais expressa as suas orientações sociais e políticas, que juntamente com seu posicionamento religioso, sustentam e norteiam o seu pensamento pedagógico. No decorrer de sua trajetória, o intelectual Ney Lobo foi tanto receptor quando produtor de bens culturais; aliás, ele atuou em diferentes campos de produção cultural: foi professor, palestrante, articulista e escritor.

Uma característica interessante da personalidade de Ney Lobo é que, se em sua juventude, enquanto militar, pretendeu ir à guerra a fim de cumprir o que julgava ser o seu papel, assim como posteriormente pretendeu aperfeiçoar o Regimento de Infantaria em que serviu, como professor de Educação Moral e Cívica, mais adiante em sua trajetória, ele implementou uma sala-ambiente para esta disciplina no ILV, escreveu três livros sobre o tema, fê-la o centro de todo o processo pedagógico da escola e tornou-se diretor do colégio, implantando em parte o seu ideal pedagógico, e como filósofo, pôs-se a elaborar uma filosofia de educação, uma filosofia social e uma filosofia política. Da mesma forma, em outros campos em que atuou, procurou exercer suas funções com excelência. Esse perfeccionismo e esse detalhismo foram também notados nas idas e vindas de suas obras literárias em correspondências com as editoras. Enfim, fez parte de sua personalidade essa busca por perfeição, por excelência, como se nunca quisesse “estar sobrando”<sup>291</sup>, como se quisesse fazer a diferença onde quer que atuasse.

Mas como vimos no desenrolar dos capítulos, ele desenvolveu a maior parte do seu trabalho sem se ligar a nenhuma agremiação (talvez alguma ligação, embora mantendo-se autônomo, com a FEP e depois com a Campanha Auta de Sousa e com a Associação Brasileira de Pedagogia Espírita). Mesmo com relação às experimentações que citamos no capítulo 2, com crianças e adolescentes em cidades vizinhas, na qual manteve proximidade com os centros espíritas que lhe abriram as portas para tais estudos, sua ligação era diretamente com o trabalho que realizava e com os dirigentes das casas, sem nenhum outro vínculo mais estreito com essas instituições.

Proveniente de uma família de classe média alta, sua atuação enquanto intelectual engajado se deu, de fato, apenas após ter se iniciado na docência, mas carregando toda uma percepção de mundo forjada no Ginásio Paranaense, na Escola Militar do Realengo

---

<sup>291</sup> Expressão utilizada por Ney Lobo na correspondência ao amigo Maurício, citada no capítulo 1, quando diz que gostaria de estar na guerra na Europa (a II Guerra Mundial) ao invés de estar de férias com a família.

e em estudos autônomos, como analisado no capítulo 1. O seu interesse pela educação, por outro lado, se deu num período que coincide com a sua adesão ao espiritismo. Ao que parece, o encontro de Ney Lobo com a doutrina espírita pode ter gerado um ponto de inflexão em sua trajetória: decidido a fazer parte do Estado-Maior do Exército, mudou de ideia (talvez até por não ter conseguido atingir o intento) e voltou-se para o campo educacional, quando tinha pouco mais de trinta anos de idade. Esse interesse, no entanto, se revestiu de uma necessidade premente de aplicação dos fundamentos e princípios espíritas à educação escolar, e foi então que ele se propôs a experimentar, a teorizar e a divulgar suas formulações, seja na escola, em conferências, em livros, ou em artigos de jornais e revistas, no decurso do último meio século de sua vida, como explanado no capítulo 2. Seu mais fecundo campo de experimentação e teorização, porém, foi o Instituto de Educação Lins de Vasconcellos, entre 1963 e 1974, num contexto de efervescência dos debates sobre a educação nacional em todo o país, como ainda de discussões a respeito da educação em geral no movimento espírita brasileiro, além de compreender também o período de início, recrudescimento e gradual abertura do Regime Civil-militar e Ditatorial.

Uma vez dentro do ILV, a partir de 1963, Ney Lobo procurou dar vazão aos seus intentos, como vimos no capítulo 3. E até o fim de 1966, o coronel já havia sido, naquela escola, professor de Educação Moral e Cívica e de Filosofia, chefe do Gabinete de Orientação Filosófica, chefe do Departamento de Formação Moral e Cívica, membro do Conselho Diretor e de Ensino, e coordenador do Grupo de Estudos Espíritas (sobre parapsicologia), além de já haver publicado artigos sobre educação e espiritismo na revista *Mundo Espírita*, editada pela FEP. Foi quase demitido por duas vezes, entrou em choque várias vezes com a direção do Instituto, e contribuiu para a elaboração, instalação e manutenção de um projeto pedagógico centrado na educação moral e cívica, com alguma inspiração no Colégio Militar de Curitiba, e sob uma interpretação espírita.

Mais que isso, Ney Lobo deu identidade àquela escola, o que o levou, apesar dos choques mencionados (ou talvez em razão deles), ao cargo de diretor geral do colégio. Assim, analisamos no capítulo 4, que uma vez na direção, Ney Lobo imediatamente colocou em prática parte de seus ideais pedagógicos: instituiu a Direção Colegiada, vislumbrou (muito possivelmente inspirado em John Dewey), elaborou e concretizou a Cidade Mirim, estabeleceu a Assembleia de Alunos, modificou as práticas pedagógicas, de um modo geral, adotando preceitos da Escola Nova, principalmente a ideia de



atividade dicente, e fez com que tudo isso orbitasse em torno dos princípios da disciplina Educação Moral e Cívica, sem deixar de cobrir todo o projeto pedagógico com o manto dos princípios e fundamentos do espiritismo.

Pelas práticas escolares implementadas na instituição educacional dirigida por Ney Lobo, poderíamos classificá-la como um exemplo empírico dos ideais do movimento escolanovista no Brasil aplicados numa instituição privada<sup>292</sup> (ainda que o professor não tenha se alistado neste movimento, nem o propagado), mas com uma roupagem e alguns fundamentos e princípios inspirados na doutrina espírita. Nossa assertiva é, assim, conflitante com o posicionamento de outros intelectuais que concluíram que o movimento escolanovista no Brasil não atingiu os seus objetivos liberais ou não se efetivou como prática escolar, como Fátima Cunha Pinto (1986, p. 123)<sup>293</sup> e Carlos Monarcha (1989, p. 145)<sup>294</sup>, por exemplo, apesar de considerarem a influência do movimento renovador nas políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1930 (PINTO, 1986, p. 128-129; MONARCHA, 1989, p. 144; SAVIANI, 2004, p. 39-40). Aliás, exatamente no período em que Dermeval Saviani aponta o “esgotamento do modelo renovador” (2004, p. 40) e encerramento das experiências escolanovistas, isto é, na década de 1960, deu-se o início do ensaio pedagógico de Ney Lobo. Outra distinção do ILV foi ter sido um colégio privado que estimulava a vivência democrática em pleno período ditatorial, regido por um coronel da reserva, sendo este, por sua vez, favorável à intervenção militar de abril de 1964, mas contraditoriamente não adepto do autoritarismo do regime. A questão é que Ney Lobo leu o mundo através da ótica espírita e sua experiência se diferiu também por isso; acreditava estar colocando a lei em prática, resguardando os princípios nacionais da religiosidade, da democracia e da fraternidade.

Desse modo, o Colégio Lins de Vasconcellos tornou-se referência não apenas em Curitiba, mas também a nível nacional, como pudemos perceber pelos discursos

---

<sup>292</sup> Importante registrar que o movimento renovador no Brasil, cujo marco foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, “emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema educacional de educação pública. E esta me parece ser uma originalidade do caso brasileiro. Com efeito, na Europa (...) as iniciativas que integraram o Movimento da Escola Nova, via de regra, deram-se no âmbito das escolas privadas, ficando à margem do sistema público de ensino” (SAVIANI, 2004, p. 33-34).

<sup>293</sup> “(...) apesar dos renovadores proporem um liberalismo-democrático com forte tendência social, suas propostas esbarraram no projeto político do País. (...) Tal impasse, apesar de alguns êxitos registrados pela história, não permitiu à Escola Nova desenvolver seu projeto político” (PINTO, 1986, p. 123).

<sup>294</sup> “(...) o saber eclético e atualizado produzido pelos pioneiros [da Educação Nova] mal conseguiu arrancar a nossa inóspita formação cultural e política. Nega-se dessa maneira a dimensão praxica do escolanovismo” (MONARCHA, 1989, p. 145).

pronunciados por dois deputados federais no Congresso Nacional, em 1972 e 1974, e pela visibilidade da escola em artigos de jornais e revistas; e Ney Lobo tornou-se, por sua vez, também uma referência no campo educacional, ao menos entre os estudiosos da educação espírita, vindo a contribuir com a revista *Educação Espírita*, no início da década de 1970, sob a coordenação de Herculano Pires, uma forte liderança no campo educacional dentro do movimento espírita brasileiro.

Assim, a experiência de Ney Lobo no ILV nos demonstra que:

1. princípios escolanovistas foram em boa parte materializados ao menos nesta escola privada;
2. ali se procurou colocar em prática exatamente o que estava prescrito na lei para o ensino de EMC, como a defesa da democracia, por exemplo, para além das intenções escusas do Regime Civil-militar, de inculcação ideológica com vistas à sua própria legitimação;
3. mesmo apoiando o movimento civil-militar de 1964, foi contra o autoritarismo, ainda que não se rebelasse, nem fomentasse a crítica ao regime, e isso se mostrou na vivência democrática que proporcionou aos seus alunos, incentivando o pensamento crítico e a autonomia intelectual;
4. ainda que estimulando a democracia num período autoritário, nunca foi “molestado” pelo regime, uma vez que além de estar cumprindo com os dispositivos legais, dispunha de capital social suficiente para não apenas blindá-lo, como também favorecê-lo.

E finalmente, toda essa sua trajetória até a saída do ILV serviu-lhe de aporte para a sistematização de uma filosofia educacional fundamentada na apropriação que fez do espiritismo, a qual chamou de filosofia espírita da educação, e que analisamos no capítulo 5. Nessa sistematização, pudemos apreender boa parte do que se encontrava proposto no *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”*, um projeto que estava sendo experimentado no ILV desde 1967 e que vinha sofrendo modificações em vista dos resultados colhidos, ano a ano, de cada experimentação. O plano que analisamos seria implementado no ano de 1972, e ali encontramos esboços de sistematização do pensamento pedagógico de Ney Lobo, com profusas referências a autores escolanovistas. Já na obra *Filosofia Espírita da Educação* (FEE), compilada predominantemente entre 1981 e 1984, mas publicada em 1989, os fundamentos e princípios são essencialmente espíritas, consistindo a obra na

reunião de soluções filosóficas e metodológicas advindas do confronto da filosofia espírita com outras filosofias e epistemologias no campo da educação.

Assim, para a filosofia espírita da educação, Ney Lobo propôs, citando Herculano Pires, o educando como um reencarnado, e a partir daí subdividiu o fato educacional em sete fatores: o educando, o educador, os fins da educação, a disciplina, o currículo, o método e a instituição escolar. Em resumo:

1. O Educando, ou os educandos

são os Espíritos transeuntes, pluriexistenciais, nesta Terra peregrinos, ainda muito imperfeitos, em determinado grau educativo, em romagem da perfectibilidade para a perfeição, os quais, pela educação já conquistada e a conquistar, em reencarnações sucessivas e progressivas, atingirão, pelo seu próprio esforço e dos seus educadores, o estado final de puros Espíritos, isto é, de totalmente educados. (Lobo, 2002e, v. 5, p. 33)

2. O Educador é também um reencarnado, delegado pelos espíritos superiores ao cumprimento de uma missão pedagógica. Para Ney Lobo, está claro que o professor é um missionário, e essa é uma visão calcada tanto no *habitus* militar, quanto no *habitus* espírita.
3. A finalidade da educação espírita é o desenvolvimento da espiritualidade do educando (fim individual), a instauração de uma sociedade regenerada no mundo (fim social) e o reencontro remoto do indivíduo com Deus (fim supremo).
4. A disciplina deve ser baseada no princípio da reparação, com o banimento de qualquer forma de castigo ou recompensa.
5. O currículo deve se fundamentar na educação dos sentimentos e ser progressivamente integral, com as disciplinas interconectadas entre si, e procurando contemplar as diferenças individuais de cada aluno.
6. O método consiste na socialização das virtudes, por meio da ação, “porque o método se fundamenta na auto-atividade [*sic*] do educando” (Lobo, 2002e, v. 5, p.145), para desenvolver a inteligência; da cooperação, “porque essa ação se efetiva no âmbito das equipes de trabalho” (p.145), para desenvolver a fraternidade; e da individualização, “em razão do atendimento das diferenças

de aptidões e de níveis espirituais entre os alunos” (p.145), para desenvolver a personalidade. No que diz respeito a alguns métodos, acaba propondo uma continuidade espiritualizada do escolanovismo (v. 4, p. 118-119).

7. A instituição escolar deve prover educação de tempo integral e garantir a liberdade (docente e discente) e o autogoverno (também docente e discente).

Ao elaborar esses sete fatores, Ney Lobo deixa revelar, especialmente para os três últimos, a influência de sua experiência pedagógica no ILV, propondo práticas semelhantes às que havia posto em ação anteriormente, como, por exemplo, as Sessões de Trabalho organizadas em TIs e TCs (LOBO, 2002e, v. 4, p. 135), a organização de uma sociedade em miniatura a ser gerenciada pelos alunos (à guisa de educação cívica), tal qual a Cidade Mirim o foi, e o princípio da direção colegiada, no qual elenca pormenores de funcionamento muito semelhantes à estrutura administrativa do ILV durante sua gestão.

Pela amplitude e detalhismo de sua sistematização, poderíamos questionar se Ney Lobo teria desenvolvido não uma filosofia da educação, mas uma teoria da educação. Contudo, não nos propusemos a fazer esta diferenciação. Para Ney Lobo, concordando com John Dewey, “a Filosofia é a teoria da educação, e esta a sua prática deliberadamente empreendida” (DEWEY *apud* LOBO, 2002d, v. 1, p. 53<sup>295</sup>). Justificando-se, diz:

A posição do Prof. HERCULANO PIRES é a de atribuir abrangências diferentes em relação ao processo educativo. Enquanto para a Filosofia da Educação seria parcial, para a Pedagogia seria total: “A Teoria Geral da Educação (Pedagogia) distingue-se da Filosofia da Educação por abranger todos os aspectos do processo educacional e penetrar no próprio campo da prática.” (*In* “Educação Espírita” – nº 6, p. 65-66 – EDICEL Editora – São Paulo – 1974).

No nosso trabalho presente, consideramos a Filosofia da Educação como todo-abrangente, caindo sob suas vistas tudo que se relaciona com a educação. Por isso, incluímos na 2ª parte desta obra a filosofia de todos os *fatores da educação*, desentranhados do *fato educativo*: o educando, o educador, os fins da educação, [a disciplina,] o método de ensino, o currículo e a instituição escolar, todos passíveis de enfoque filosófico. (LOBO, 2002d, v. 1, p. 75 – nota)

---

<sup>295</sup> Não tivemos acesso à fonte primária.

Independentemente se se trata de uma teoria ou uma filosofia da educação, por conta da quantidade de interlocutores de várias perspectivas teóricas discrepantes, e às vezes antagônicas, Ney Lobo poderia ser ainda acusado de ecletismo (aliás, como vimos no capítulo 5, ele mesmo afirmou ter se utilizado com maior frequência do método eclético<sup>296</sup>). De fato, ele extrai dessas filosofias e teorias o que coaduna com o espiritismo. Mas a matriz teórica, ou a base ontológica de seu pensamento pedagógico, é espírita, e esta matriz é original na forma (e no conteúdo) de propor a imortalidade da alma, a reencarnação, a comunicabilidade entre os espíritos encarnados e desencarnados, e a evolução espiritual. Para Ney Lobo, as teorias que analisou estancam em algum ponto em que o espiritismo dá continuidade, o que ele deixa claro nos cinco volumes da FEE. Assim, embora todos os elementos de sua filosofia educacional não sejam originais, o modo como Ney Lobo encadeia as ideias e as coordena a uma síntese é original.

Em todo caso, a sua filosofia educacional está fundamentada numa concepção de ser humano e de sociedade que foi forjada ao longo de sua trajetória, na escola, na caserna e nos estudos autônomos, incluindo aí os estudos espíritas. Aliás, Ney Lobo faz uma apropriação do espiritismo à luz do seu *habitus*. Assim, alguns pontos que estão presentes no pensamento desse intelectual, e que elencamos ao longo dos cinco capítulos desse trabalho são: a disciplina, a ordem, a organização (o *habitus* militar, portanto), o autodidatismo, o pragmatismo (uma vez que procurou experimentar suas ideias na prática), e ao mesmo tempo o idealismo (já que assume os preceitos espíritas e as ilações de Allan Kardec como verdades inquestionáveis, além de pressupor a eficácia do método para atingir os objetivos elencados, mormente o “objetivo supremo” de união do ser humano com Deus, atingível apenas ao longo de inúmeras encarnações, e submetido o espírito, encarnado ou não, ao contínuo e progressivo processo pedagógico espírita).

Ainda na obra *Filosofia Espírita da Educação* encontramos os embriões da filosofia social espírita e da filosofia política espírita, que Ney Lobo veio a propor na sequência, escrevendo as obras *Estudos de Filosofia Social Espírita* (1992), *O Plano Social de Deus e as Classes Sociais segundo a Doutrina Espírita* (1994) e *Filosofia Política Espírita* (ainda não publicada). Os rudimentos dessas três obras de cunho social e político já se

---

<sup>296</sup> O ecletismo como método científico ou filosófico se caracteriza pela apropriação de diferentes argumentações e conjecturas provenientes de matrizes teóricas discrepantes (antagônicas ou não), no sentido de harmonizá-las e formar uma visão de mundo coesa, embora essa visão não se distinga como uma nova teoria ou um novo sistema filosófico. No caso de Ney Lobo, ele teria se apropriado daquilo que, em outras doutrinas, julgou como conciliáveis entre si e com sua visão espírita.

encontram, portanto, na sua elaboração pedagógica, e refletem as inclinações políticas do militar anticomunista, mas também as do educador religioso. De posse da análise de seus itinerários, um olhar sobre o título dessas quatro obras já nos leva a sugerir que Ney Lobo não apenas propôs uma filosofia de educação, uma filosofia social e uma filosofia política com base no espiritismo, mas possivelmente um projeto de sociedade a ser implementado por meio da educação especificamente espírita.

Desse modo, entendemos que a análise da trajetória intelectual de Ney Lobo, bem como o exame de sua obra basilar, a *Filosofia Espírita da Educação*, de maneira historicamente contextualizada, contribui para a historiografia da educação no Brasil. Ney Lobo foi um filósofo brasileiro que propôs uma filosofia educacional e a pôs em prática, ainda que numa única unidade escolar. Como “intelectual despertador” (SIRINELLI, 2003, p. 246), produziu bens culturais e exerceu influência em sua rede de sociabilidade e nas gerações seguintes de educadores espíritas, que passaram a também publicar ideias pedagógicas estabelecendo vínculos entre espiritismo e educação, alguns chegando a abrir escolas espíritas (como citamos na Introdução).

Mas as análises da experiência e da obra de Ney Lobo não se encerram com este trabalho. Desse modo, propomos como trabalhos futuros:

1. a investigação mais a fundo do Instituto e depois Colégio Lins de Vasconcellos, envolvendo sua equipe de professores e outros profissionais, as relações mais estreitas com a Federação Espírita do Paraná, o ponto de vista dos alunos egressos, assim como detalhes da cultura material escolar, num recorte temporal de 1963 a 1974, ou mais amplo, englobando anos antes do início de funcionamento da escola até os trâmites que levaram ao seu arrendamento em 1998;
2. a análise das obras sociológicas e políticas de Ney Lobo, visando compreender as relações entre educação, sociedade e política em seu pensamento, assim como de suas outras obras pedagógicas, tanto por uma linha historiográfica, quanto filosófica, ou ainda sociológica;
3. uma análise mais detida nos estudos complementares contidos no volume cinco da obra *Filosofia Espírita da Educação*;

4. um estudo historiográfico mais abrangente a respeito dos experimentos realizados por Ney Lobo nas cidades vizinhas a partir dos anos 2000 e que resultaram na *Coleção Perfeições Espirituais*;
5. uma análise mais acurada da revista *Educação Espírita*, e a influência de seus artigos na sistematização de Ney Lobo, uma vez que ele cita com frequência diversos artigos de vários autores da referida revista na obra *Filosofia Espírita da Educação*.

Podemos ainda concluir que o presente trabalho, centralizado em Ney Lobo, se caracteriza como uma pesquisa ampla, profunda e pioneira, ainda que sujeita a revisões. Esta tese se trata, portanto, do resultado da investigação sobre o processo de constituição do pensamento pedagógico deste intelectual, a partir de questionamentos sobre seus experimentos práticos e sua filosofia educacional, passando assim pela análise de sua trajetória intelectual e de sua obra basilar: *Filosofia Espírita da Educação*, detendo-se mais densamente no período mais fecundo de sua produção intelectual, de 1963, quando funda o ILV a 1989, quando publica a referida obra.

Por fim, em 2004, ouvindo presencialmente a fala de Ney Lobo naquele 1º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita, não tínhamos a menor consciência de todo o histórico que embasava o seu discurso, o qual só pudemos compreender ao longo da pesquisa empreendida para esta tese. Vimo-lo e ouvimo-lo novamente no 2º Congresso em 2006 e no 4º Congresso em 2010, mas ele também discursou no 3º Congresso, em 2008, do qual não pudemos participar. E por uma dessas inimaginadas consequências de uma pesquisa no decorrer de um percurso acadêmico, no 5º Congresso Brasileiro de Pedagogia Espírita, dez anos após aquele primeiro encontro, já em abril de 2014, na ausência do velho professor, fomos nós quem discursamos a respeito do Instituto Lins de Vasconcellos, da Cidade Mirim e do seu pensamento pedagógico, antes mesmo das análises que viemos a empreender sobre as fontes que pudemos levantar. E mesmo encerrando este trabalho, percebemos claramente que ainda há o que se estudar e analisar sobre o pensamento pedagógico, social e político de Ney Lobo e sobre sua experiência no “Colégio Lins”.

# Fontes e Bibliografia

## 1. Fontes manuscritas

LOBO, Ney. [carta] 24 jul. 1963a, Curitiba [para] DR. RHINE. Durham, Carolina do Norte, EUA. 2f. Sobre a instalação de um laboratório de parapsicologia no ILV.

\_\_\_\_\_. [carta] 24 mar. 1945, Curitiba [para] MAURÍCIO. Recife. 6f. Assuntos pessoais.

\_\_\_\_\_. [carta] 26 jul. 1963b, Curitiba [para] INSTITUTO Argentino de Parapsicologia. Buenos Aires, Argentina. 1f. Sobre a instalação de um laboratório de parapsicologia no ILV.

\_\_\_\_\_. [carta] 26 nov. 1986a, Curitiba [para] RIEDEL, Diaulas. São Paulo. 2f. A respeito da possível publicação da obra “Filosofia Espírita da Educação” pela editora Cultrix.

\_\_\_\_\_. [carta] 5 dez. 2002a, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.

\_\_\_\_\_. [carta] 6 jun. 1944, Recife [para] MAURÍCIO. Recife. 5f. Assuntos pessoais.

\_\_\_\_\_. [carta] abr. 2011, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 9f. A respeito das obras da “Coleção Perfeições Espirituais”.

\_\_\_\_\_. [carta], Curitiba [para] FERREIRA. 8f. Assuntos pessoais.

\_\_\_\_\_. [carta], s/a a, Recife [para] MAURÍCIO. Recife. 6f. Assuntos pessoais.

\_\_\_\_\_. [carta], s/a b, Curitiba [para] CORREA, Nympho. 1f. Sobre a obra “Prática da Escola Espírita”.

\_\_\_\_\_. [carta], s/a c, Curitiba [para] MIRANDA, José. 1f. Sobre a obra “Prática da Escola Espírita”.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Funcionários e Professores**. Curitiba, 17 abr. 1974a.

\_\_\_\_\_. **Curriculum Vitae**. Curitiba, s/a d.



- LOBO, Ney. **Entendimento com o Sr. Ghignone**. Curitiba, s/a e.  
 \_\_\_\_\_. **Minicurriculo**. Curitiba, 16 set. 1991.  
 \_\_\_\_\_. **Traços do Caráter do Prof. Milton Marques de Oliveira**. Curitiba, s/a f.
- OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. [carta] 8 jan. 2002, Taguatinga-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- RIBEIRO, Jorge Humberto; RIBEIRO, Marivoni de Ávila. [carta] 25 fev. 1997, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a devolução dos originais da obra “Filosofia Política Espírita”.

## 2. Fontes datilografadas

- APM. **Resumo do GT Designado pela Diretoria da A.P.M.** Curitiba, 14 maio 1974.
- ARAÚJO, Napoleão. [carta] 21 set. 1992a, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. Detalhes sobre o “I Simpósio Paranaense de Espiritismo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 22 jun. 1992b, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Convite para participação no “I Simpósio Paranaense de Espiritismo”.
- BARROS, Homero Batista de. **Portaria nº 26**. Curitiba: Universidade do Paraná, 7 fev. 1964.
- CARVALHO, Durval E. Pacheco. **Ofício DEC nº 80**. Curitiba: Universidade do Paraná, 17 fev. 1965.
- CMC. **Boletim Especial nº 8**. Curitiba, 1959.
- DELAY, Maria Carolina [carta] 28 abr. 1965, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Convite da Secretaria de Educação do Estado para participação no “Encontro de Professores”.
- DOMINGUES, Vera Maria; LEMANSKI, Elizabeth; ALBACH, Maria Thereza de Meira. **Ofício 61/86**. Curitiba, 19 mar. 1986.
- EDICEL, Editora Cultural Espírita Ltda. [carta] 10 abr. 1986, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Solicitação de cópia do livro “Filosofia Espírita da Educação” para exame.
- \_\_\_\_\_. [carta] 13 mar. 1987, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Devolução dos originais do livro “Filosofia Espírita da Educação”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 28 out. 1970, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Convite à colaboração de Ney Lobo com a revista “Educação Espírita”.
- GHIGNONE, João. [carta] 15 set. 1966a, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Constituição do “Grupo de Estudos Espíritas”.
- \_\_\_\_\_. [documento] 15 set. 1966b, Curitiba. 1f. Constituição do “Grupo de Estudos Espíritas”.

- GHIGNONE, João. **Ofício 43/74**. Curitiba, 14 abr. 1974a.
- \_\_\_\_\_. **Ofício 66/74**. Curitiba, 29 abr. 1974b.
- \_\_\_\_\_. **Ofício 78/74**. Curitiba, 30 maio 1974c.
- \_\_\_\_\_. **Portaria 1/74**. Curitiba, 14 abr. 1974d.
- ILV. **Ante-projeto de Resolução**. Curitiba, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Ata Geral dos Exames de Admissão**. Curitiba, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Ata dos Resultados Finais**. Curitiba, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Banco Bradesco Mirim**. Curitiba, 13 fev. 1974a.
- \_\_\_\_\_. **Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil**. Curitiba, s/a a.
- \_\_\_\_\_. **Código Eleitoral**. Curitiba, s/a b.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da Assembléia de Alunos**. Curitiba, 23 mar. 1974b.
- \_\_\_\_\_. **Departamento de Formação Moral e Cívica**. Curitiba, s/a c.
- \_\_\_\_\_. **Departamento de Relações Públicas**. Curitiba, 17 ago. 1966a.
- \_\_\_\_\_. **Instruções para a Utilização da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica**. Curitiba, 3 maio 1966b.
- \_\_\_\_\_. **Instruções Particulares para o Exercício da Função de Assessor de Planejamento, Avaliação e Recuperação (APLANAR)**. Curitiba, s/a d.
- \_\_\_\_\_. **Instruções Reguladoras das Operações da “Cidade Mirim” – Circular 1/72**. Curitiba, 15 mar. 1972a.
- \_\_\_\_\_. **Instruções Reguladoras do Exercício da Função de Coordenador do Corpo de Alunos**. Curitiba, s/a e.
- \_\_\_\_\_. **Reestruturação da Direção do Instituto Lins de Vasconcellos**. Curitiba, s/a f.
- \_\_\_\_\_. **Regime de Mesada aos Alunos – Circular 2/72**. Curitiba, 1972b.
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno**. Curitiba, s/a g.
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno da Câmara de Vereadores da Cidade Mirim**. Curitiba, s/a h.
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno do Centro de Estudos Pedagógicos “Lins de Vasconcellos”**. Curitiba, s/a i.
- \_\_\_\_\_. **Resoluções para o Exercício das Funções dos Governadores da Cidade Mirim**. Curitiba, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Termo de Responsabilidade do Aluno**. Curitiba, s/a j.
- KELLY, Celso. [telegrama] 28 ago. 1967, Brasília [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Resposta à remessa de 4 volumes de “Técnicas Modernas de EMC”.
- LACERDA, Flávio Suplicy de. **Ofício DEC nº 24**. Curitiba: Universidade do Paraná, 17 jan. 1964.

- LOBO, Ney. [carta] 10 dez. 1966a, Curitiba [para] Diretor de Ensino. 2f. Sobre desconto de aula em folha de pagamento.
- \_\_\_\_\_. [carta] 10 jan. 1996a, Curitiba [para] RIBEIRO, Jorge Humberto. Sobradinho-DF. 2f. Conclusão da revisão da obra “Filosofia Política Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 13 dez. 1965a, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. Pedido de demissão.
- \_\_\_\_\_. [carta] 13 jan. 1966b, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. Sobre as portas fechadas que davam acesso ao Departamento de Formação Moral e Cívica.
- \_\_\_\_\_. [carta] 16 jul. 1967a, Curitiba [para] KELLY, Celso. Brasília. 1f. Remessa de 4 volumes de “Técnicas Modernas de EMC” ao diretor geral do DNE-MEC.
- \_\_\_\_\_. [carta] 17 set. 1991a, Curitiba [para] SOUZA, Juvanir Borges. Brasília. 1f. A respeito da disponibilização da obra “Filosofia Espírita da Educação” em livrarias de Curitiba.
- \_\_\_\_\_. [carta] 18 out. 1965b, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 3f. Reclamação de edital em que constava seu nome como não tendo registrado os graus obtidos pelos alunos em setembro e justificativas.
- \_\_\_\_\_. [carta] 19 fev. 1994a, Curitiba [para] SILVA, Maurício Roberto. Curitiba. 2f. A respeito da redação de uma biografia de Lins de Vasconcellos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 2 fev. 1966c, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. A respeito da importância da EMC.
- \_\_\_\_\_. [carta] 20 mar. 1986b, Curitiba [para] EDICEL, Editora Cultural Espírita Ltda. São Paulo. 9f. A respeito da possível publicação da obra “Filosofia Espírita da Educação” pela editora.
- \_\_\_\_\_. [carta] 20 mar. 1994b, Curitiba [para] SILVA, Maurício Roberto. Curitiba. 1f. Aceite para a redação da biografia de Lins de Vasconcellos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 21 fev. 1996b, Curitiba [para] PALHANO JR., Lamartine. Vitória. 2f. Sobre erros da editora na obra “Espiritismo e Educação” e sobre os direitos autorais.
- \_\_\_\_\_. [carta] 21 out. 1991b, Curitiba [para] NOGUEIRA, Antonio Nunes. Curitiba. 1f. Pedido de regularidade na publicação de artigos na “Gazeta do Povo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 21 set. 1992a, Curitiba [para] ARAÚJO, Napoleão. Curitiba. 3f. Sobre seu tema no “I Simpósio Paranaense de Espiritismo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 22 jan. 1966d, Curitiba [para] GHIGNONE, João. Curitiba. 4f. Explicação quanto ao pedido de providências quanto ao aviso prévio.
- \_\_\_\_\_. [carta] 22 jan. 1966e, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. Pedido de providências quanto ao aviso prévio.
- \_\_\_\_\_. [carta] 26 abr. 1992b, Curitiba [para] RIZZINI, Jorge. São Paulo. 1f. Solicitação de auxílio para os artigos na “Gazeta do Povo”.

- LOBO, Ney. [carta] 28 dez. 1992c, Curitiba [para] SOUZA, Juvanir Borges. Brasília. 1f. Solicitação de devolução dos originais da obra “O Plano Social de Deus e as Classes Sociais”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 30 jun. 1991c, Curitiba [para] SALAMA, Cáo Atanácios Petro. São Paulo. 3f. Resposta ao convite para participar do “Congresso Internacional de Espiritismo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 31 jul. 1996c, Curitiba [para] SILVA, Elizete Bahls Gomes da. Curitiba. 2f. Aceite do convite para colaborar na montagem do Regimento Interno do Colégio Lins de Vasconcellos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 31 out. 1993a, Curitiba [para] MELO, José Sousa. 3f. Respostas a questões a respeito de sua conversão ao Espiritismo.
- \_\_\_\_\_. [carta] 5 fev. 1942, Curitiba [para] MAURÍCIO. Recife. 3f. Assuntos pessoais.
- \_\_\_\_\_. [carta] 5 abr. 1993b, Curitiba [para] RIBEIRO, Jorge Humberto; RIBEIRO, Marivoni de Ávila. Sobradinho-DF. 1f. Envio dos originais dos livros “Filosofia Política Espírita” e “O Plano Social de Deus e as Classes Sociais”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 5 nov. 1965c, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. Pormenores sobre a inauguração da sala-ambiente de EMC.
- \_\_\_\_\_. [carta] 5 nov. 1997a, Curitiba [para] FONSECA, Cristina. Uberlândia-MG. 2f. A respeito de suas obras e seu ponto de vista sobre os romances mediúnicos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 8 fev. 1966f, Curitiba [para] OLIVEIRA, Milton Marques de. Curitiba. 1f. Sobre pareceres e projetos a respeito do Conselho de Ensino e do Ensino Religioso.
- \_\_\_\_\_. [carta] 8 nov. 1966g, Curitiba [para] Diretor Executivo de Ensino. 3f. Sobre mudança nos currículos para 1967 sem o seu parecer.
- \_\_\_\_\_. [carta] 9 maio 1995a, Curitiba [para] PALHANO JR., Lamartine. Vitória. 3f. Sobre desdobramentos temáticos da obra “Educação e Espiritismo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] dez. 1991d, Curitiba [para] WANTUIL, Zêus. Brasília. 2f. Solicitação de auxílio para os artigos na “Gazeta do Povo”.
- \_\_\_\_\_. [carta] fev. 2001a, Curitiba [para] INCONTRI, Dora. São Paulo. 9f. Entrevista concedida por carta – “Um Depoimento-Memória”.
- \_\_\_\_\_. **Consulta sobre Divisão de Encargos de Direção de Estabelecimento de Ensino de 1º Grau.** Curitiba, 6 maio 1974b
- \_\_\_\_\_. **Curriculum Vitae.** Curitiba, 14 jun. 1977.
- \_\_\_\_\_. **Curriculum Vitae.** Curitiba, s/a g.
- \_\_\_\_\_. **Departamento de Formação Moral e Cívica.** Curitiba, 6 abr. 1966h.
- \_\_\_\_\_. **Direitos Patrimoniais da Obra.** Rio de Janeiro, 28 mar. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Mini Currículo.** Curitiba, s/a h.
- \_\_\_\_\_. **Nossos Motivos.** Curitiba, s/a i.

- LOBO, Ney. **Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”**. Curitiba, 1972a.  
 \_\_\_\_\_. **Sistema de Formação Moral e Cívica**. Curitiba, s/a j.
- OLIVEIRA, Milton Marques de. [carta] 24 jan. 1966, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Aviso prévio.  
 \_\_\_\_\_. [carta] 14 nov. 1965, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Aviso prévio.  
 \_\_\_\_\_. **Portaria n° 37**. Curitiba: Instituto Lins de Vasconcellos, 29 nov. 1965b.
- PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. [telegrama] 29 jun. 1970, Brasília [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Resposta à remessa de material didático.
- PINTO, Adailce Maganha. [carta] 1º jun. 1987a, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. Solicitação para o envio da obra “Filosofia Espírita da Educação”.  
 \_\_\_\_\_. [carta] 23 jun. 1987b, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Resposta da editora Lake sobre uma possível publicação da obra “Filosofia Espírita da Educação”.
- PIRES, Maria Cristina. [carta] 2 jun. 1986, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. Resposta da editora sobre uma possível publicação da obra “Filosofia Espírita da Educação”.
- REIS, Daniel Borges dos; MARTINS, Francisco Alceu O.; KAFKA, Lúcio. **Ato n° 1/66**. Curitiba: Instituto Lins de Vasconcellos, 28 fev. 1966.
- RIBEIRO, Jorge Humberto. [carta] 10 dez. 1993a, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a publicação de obras de Ney Lobo.  
 \_\_\_\_\_. [carta] 25 maio 1993b, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a publicação de obras de Ney Lobo.
- RIZZINI, Jorge. [carta] 4 maio 1992, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. Atendimento à solicitação de auxílio para os artigos na “Gazeta do Povo”.
- SALAMA, Cáo Atanácios Petro [carta] 14 jun. 1991, São Paulo [para] LOBO, Ney. Curitiba. 3f. Convite para participar do “Congresso Internacional de Espiritismo”.
- SILVA, Maurício Roberto. [carta] 4 fev. 1994a, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Convite para escrever uma biografia de Arthur Lins de Vasconcellos Lopes.  
 \_\_\_\_\_. [carta] 7 nov. 1994b, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a possível publicação de três obras de Ney Lobo.  
 \_\_\_\_\_. [carta] 8 mar. 1994c, Curitiba [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a biografia de Arthur Lins de Vasconcellos Lopes.
- THIESEN, Francisco. [carta] 19 jun. 1987, Brasília [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Confirmação de recebimento dos originais da obra “Filosofia Espírita da Educação”.
- WANTUIL, Zêus. [carta] 3 jan. 1992, Brasília [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. Atendimento à solicitação de auxílio para os artigos na “Gazeta do Povo”.

### 3. Fontes impressas

- ARAÚJO, Napoleão de. **Carta Circular nº 021/98**. Curitiba, 24 ago. 1998.
- LOBO, Ney. [carta] 15 abr. 1998a, Curitiba [para] MIRANDA, José. Sobradinho-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 8 fev. 1995b, Curitiba [para] FREITAS, Alexandre Simão de. Recife-PE. 6f. A respeito das incursões do destinatário no campo da educação, dentre outros assuntos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 15 jan. 1999a, Curitiba [para] AUTA DE SOUZA, Editora. Taguatinga-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 18 jun. 1999b, Curitiba [para] RIBEIRO, Jorge Humberto. Sobradinho-DF. 2f. Detalhes para a publicação da obra “Filosofia Política Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 18 set. 2002b, Curitiba [para] RIZZINI, Jorge. São Paulo. 6f. A respeito da citação de seu nome na obra “J. Herculano Pires, o Apóstolo de Kardec”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 19 jun. 2000a, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 21 ago. 1996d, Curitiba [para] EDICEL, Editora Cultural Espírita Ltda. Sobradinho-DF. 2f. A respeito da publicação da obra “Filosofia Política Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 22 maio 2001b, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 29 ago. 1998b, Curitiba [para] MARIO, Marcus Alberto de. Rio de Janeiro. 4f. Sobre a Educação Espírita e o Colégio Lins de Vasconcellos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 29 jun. 2001c, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 3f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] 29 nov. 1998c, Curitiba [para] CONSELHO Federativo Estadual da Federação Espírita do Paraná. Curitiba. 5f. Sobre a extinção do Colégio Lins de Vasconcellos.
- \_\_\_\_\_. [carta] 4 ago. 1999c, Curitiba [para] AUTA DE SOUZA, Editora. Taguatinga-DF. 3f. Novos originais da obra “Prática da Escola Espírita” e detalhes sobre a edição.
- \_\_\_\_\_. [carta] 4 jul. 2001d, Curitiba [para] RIBEIRO, Jorge Humberto. Sobradinho-DF. 1f. Reenvio dos originais da obra “Filosofia Política Espírita” e sugestões para a edição.
- \_\_\_\_\_. [carta] 6 fev. 1997b, Curitiba [para] RIBEIRO, Jorge Humberto. Sobradinho-DF. 1f. Requerimento dos originais da obra “Filosofia Política Espírita”.

- LOBO, Ney. [carta] 6 jun. 2000b, Curitiba [para] OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. Taguatinga-DF. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. [carta] out. 2001e, Curitiba [para] MIRANDA, José. Sobradinho-DF. 2f. A respeito dos desentendimentos com o editor da obra “Prática da Escola Espírita”.
- \_\_\_\_\_. **Currículo**. 21 fev. 2000c.
- \_\_\_\_\_. **Currículo**. s/a k.
- \_\_\_\_\_. **Dados Biográficos**. s/a l.
- OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. [carta] 1 fev. 1999, Taguatinga-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- OLIVEIRA, João Rodarte Rosa de. [carta] 23 set. 1998, Taguatinga-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 2f. A respeito da obra “Prática da Escola Espírita”.
- RIBEIRO, Jorge Humberto. [carta] 7 nov. 2000, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Prova da capa da obra “Filosofia Política Espírita”.
- RIBEIRO, Jorge Humberto; RIBEIRO, Marivoni de Ávila. [carta] 17 mar. 1993, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a publicação de obras de Ney Lobo.
- RIBEIRO, Marivoni de Ávila. [carta] 8 ago. 2000, Sobradinho-DF [para] LOBO, Ney. Curitiba. 1f. Sobre a publicação da obra “Filosofia Política Espírita”.
- SILVA, Elizete Bahls Gomes da. [carta] 11 jun. 1998, Curitiba [para] ARAUJO, Napoleão de. Curitiba. 7f. Sobre o arrendamento do Colégio Lins de Vasconcellos.

#### 4. Fontes orais e por correspondência eletrônica

- DE LUCA, Renato. **Entrevista por e-mail**. 2014.
- LOBO, Vitória Andolfatto Albuquerque. **Entrevista narrativa oral**. Curitiba, 2014.
- INCONTRI, Dora; LOBO, Ney. **E-mails**. 2006.
- MENDONÇA, Eustáquio Reis. **Entrevista narrativa oral**. Curitiba, 2014.
- MUNHOZ, Fernando. **Entrevista por e-mail**. 2014
- RAU, Alberto. **Entrevista narrativa oral**. Curitiba, 2014.
- RAU, Aristéia Moraes. **Entrevista narrativa oral**. Curitiba, 2014.
- SILVA, Marcos. **Entrevista narrativa oral**. Curitiba, 2014.

## 5. Periódicos

ACADEMIAS e Escolas – Escola Militar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 13, 12 jan. 1939. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/50156](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/50156). Acesso em 23 abr. 2015.

AS PROMOÇÕES de Natal no Exército atingiram os quadros das armas de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e serviços. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 8, 25 e 26 dez. 1948. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/45038](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/45038). Acesso em 23 abr. 2015.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília-DF, 11 ago. 1972, Sessão I, p. 2572-2573.

\_\_\_\_\_. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília-DF, 22 jun. 1974, Sessão I, p. 4638-4639.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 10 ago. 1984, Seção 2, p. 4

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 11 fev. 1976, Seção 1, p. 88-89.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 13 dez. 1994, Seção 2, p. 189.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 14 dez. 1956a, Seção 2, p. 293-299.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 14 fev. 2003, Seção 2, p. 7.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 19 dez. 1958a, Seção 1, p. 18.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 26 nov. 1956b, Seção 1, p. 14.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 27 dez. 1963, Seção 1, p. 486.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 28 dez. 1948, Seção 1, p. 5.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 5 mar. 1959, Seção 1, p. 31.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 9 out. 1958b, Seção 1, p. 6.

BOLETIM da Diretoria do Pessoal da Ativa do Exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1959, 2º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/102477](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/102477). Acesso em 23 abr. 2015.

COLÉGIO Militar em Curitiba. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 dez. 1956a, 2º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/70517](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/70517). Acesso em 23 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1956b, 2º caderno, p. 11. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/70308](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/70308). Acesso em 23 abr. 2015.

CORREIO dos Estados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1957, 1º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/71404](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/71404). Acesso em 24 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1959, 1º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/101046](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/101046). Acesso em 23 abr. 2015.



- CORREIO MILITAR. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1963, 1º caderno, p. 10. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/36272](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/36272). Acesso em 23 abr. 2015.
- CURSOS de Verão terão início amanhã pela UP. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 5, 26 jan. 1964. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/24947](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/24947). Acesso em 30 abr. 2015.
- ESCOLA Militar do Realengo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 5 fev. 1939. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/50554](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/50554). Acesso em 23 abr. 2015.
- I CONVENÇÃO Espírita de Defesa da Escola Pública. **O Semanário**, São Paulo, 6 a 12 ago. 1960, ano V, nº 221, p. 10. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/149322/3204](http://memoria.bn.br/DocReader/149322/3204). Acesso em 30 mar. 2015.
- MITIA, Irmão. O Espírita e a Luta pela Escola Pública. *In*: **O Semanário**, São Paulo, 23 a 29 jan. 1960, ano V, nº 194, p. 10. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/149322/2881](http://memoria.bn.br/DocReader/149322/2881). Acesso em 18 mar. 2017.
- INAUGURADO o Colégio Militar de Curitiba. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 maio 1959, 2º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/106331](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/106331). Acesso em 24 abr. 2015.
- GONDIM o Melhor Dentre os Melhores. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 4, 31 ago. 1937. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/7744](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/7744). Acesso em 10 maio 2016.
- MAIS AMADORES Inscritos. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 4, 23 jun. 1937. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/7260](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/7260). Acesso em 10 maio 2016.
- MINISTÉRIO da Guerra. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 19 fev. 1949. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/45897](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/45897). Acesso em 23 abr. 2015.
- MISSA reúne a Turma Alípio Serpa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 20, 4 mar. 1978. Disponível em [memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\\_1978\\_00326.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1978_00326.pdf). Acesso em 20 fev. 2017.
- NOVO CONCURSO para admissão de professôres no magistério do Exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1959, 2º caderno, p. 4. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/103150](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/103150). Acesso em 25 abr. 2015.
- PINGUE-PONGUE. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 4, 13 ago. 1938a. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/9957](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/9957). Acesso em 10 maio 2016.
- \_\_\_\_\_. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 5, 20 ago. 1938b. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/10006](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/10006). Acesso em 10 maio 2016.
- \_\_\_\_\_. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 5, 13 set. 1938c. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/10166](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/10166). Acesso em 10 maio 2016.

- PINGUE-PONGUE. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 8, 6 set. 1938d. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/10125](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/10125). Acesso em 10 maio 2016.
- TORNEIO Pingue-ponguístico. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 4, 17 jun. 1937. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/171395/7220](http://memoria.bn.br/DocReader/171395/7220). Acesso em 10 maio 2016.
- TRÊS a um. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 abr. 1957, 1º caderno, p. 6. Disponível em [memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/74799](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/74799). Acesso em 24 abr. 2015.

## 6. Livros e artigos

- ABREU JR. Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. *In: Pro-Posições*. Campinas-SP: Unicamp, v. 16, n.1 (46), p. 145-164, jan./abr. 2005.
- ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2002.
- ARAUJO, Silvete Aparecida Crippa de. Colégio Lins de Vasconcellos: a Evolução pela Educação (1963 - 1998). *In: X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Curitiba: PUC-PR, 25 a 28 ago. 2014.
- ASSIS, Renata Machado de. A Educação Brasileira Durante o Período Militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. *In: Educação em Perspectiva*. Viçosa-MG: UFV, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.
- ATALA, Fuad. Correio da Manhã, 110 anos depois. *In: Observatório da Imprensa*, 14 jun. 2011. Disponível em [observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/correio-da-manha-110-anos-depois](http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/correio-da-manha-110-anos-depois). Acesso em 8 set. 2015.
- ATÁSSIO, Aline Prado. A Formação Profissional dos Militares e a Lógica da Distinção Hierárquica. *In: Saberes em Perspectiva*. Jequié-BA: UESB, v.5, n.11, p. 25–36, jan./abr. 2015.
- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. **La Table, le Livre et les Esprits: naissance, évolution et atualité du mouvement social spirite entre France et Brésil**. Paris: Jean-Claude Lattès, 1990.
- AVERBUG, André e GIAMBIAGI, Fabio. **A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e Consequências**. BNDES Texto para discussão n. 77, 2000. Disponível em [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf). Acesso em 12 maio 2015.
- BENTO, Cláudio Moreira. Getúlio Vargas e a Evolução da Doutrina do Exército (1930 – 45). *In: MORETTO, Fúlvia M. L. A Era Vargas*. Porto Alegre: Ediplat/CIPEL, 2004.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória – ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 3ª ed., Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001a.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre (coord.) *et al.* **A miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. O Capital Social. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de Educação**. 3ª ed., Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001b.
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Editora 70, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. *In*: **Revista de Sociologia e Política**. N. 26, p. 31-39, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Nei Amintas de Barros Braga**. CPDOC-FGV, s/a. Disponível em [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-amintas-de-barros-braga). Acesso em 10 out. 2016.
- BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. **Sob o lábaro fardado: o nacionalismo militar nas páginas da imprensa civil – O Semanário (1961 – 1964)**. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2006.
- BRITO, Leonardo. “O Semanário” – Um jornal que vale por um livro – Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, 2011.
- BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. *In*: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais, 04 fev. 2001. Disponível em [www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm). Acesso em 8 abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- CALDAS, Ana Carolina. Centro Popular de Cultura do Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política. *In*: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAPEMISA. **Nossa História**. Disponível em [capemisasocial.org.br/index.php/nossa-historia](http://capemisasocial.org.br/index.php/nossa-historia). Acesso em 6 maio 2015.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República: texto e contexto (1889 – 1930)**. 3ª ed., São Paulo: Difel, 1976a.

- CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O Estado Novo (1937 – 1945)**. São Paulo: Difel, 1976b.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. *In*: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs.) **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1997.
- CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *In*: **Estudos Históricos**. V. 7, n. 14, p. 231-240, Rio de Janeiro, 1994.
- CEIC. **Ildefonso Pereira Correia**. s/a. Disponível em [www.ceic.org.br/historico/ildefonso.php](http://www.ceic.org.br/historico/ildefonso.php). Acesso em 13 maio 2015.
- CERQUEIRA, Luiz Fernando. **Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 – Uma Sinopse**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, 2007.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *In*: **Estudos Avançados**. V. 5, n. 11, São Paulo: USP, jan./abr. 1991. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext). Acesso em 15 ago. 2013.
- COLOMBO, Cleusa Beraldi. **Ideias Sociais Espíritas**. São Paulo: Editora Comenius, 2014.
- CONNELLY, F. Michael; CLANDININ, D. Jean. Relatos de Experiencia e Investigación Narrativa. *In*: LARROSA, Jorge (et al). **Déjame que te Cuento – ensayos sobre narrative y educación**. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.
- CORDIOLLI, Marcos. **Gênesis de um idílio: a trajetória intelectual de Dario Vellozo (1890-1909)**. Curitiba: A Casa de Astérion, 2006.
- COUTINHO, Amélia; MOURA, Gisela; JUNQUEIRA, Eduardo. **Jarbas Gonçalves Passarinho**. CPDOC-FGV, s/a. Disponível em [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho). Acesso em 10 out. 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. *In*: **Educação e Pesquisa**. V. 38, n. 4, São Paulo: USP, out./dez. 2012. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000400005). Acesso em 23 ago. 2016.
- CUNHA, Luiz Antonio; GOÉS, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *In*: **Revista Educação**. V. 32, n. 2, p. 185-191, Porto Alegre, mai./ago. 2009.
- DE MARIO, Marcus Alberto. **Visão Espírita da Educação**. Matão-SP: Casa Editora O Clarim, 1999.

- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Lins de Vasconcellos**. s/a a. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=575](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=575). Acesso em 9 set. 2016.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ. **Sebastião Paraná de Sottomaior**. s/a b. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=579](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=579). Acesso em 7 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Semeando a Boa Nova por um Mundo Melhor: 110 anos (1902-2012)**. Curitiba: FEP, 2012.
- FERNANDES, José Carlos. Gazeta do Povo, 94 anos. In: **Jornal de Londrina**. 3 fev. 2013. Disponível em [www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1341761&tit=Gazeta-do-Povo-94-anos](http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1341761&tit=Gazeta-do-Povo-94-anos). Acesso em 8 set. 2015.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- FIES. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. 2013. Disponível em [www.faculdadeespirita.com.br/uploads/pdi.pdf](http://www.faculdadeespirita.com.br/uploads/pdi.pdf). Acesso em 07 maio 2015.
- GASKELL, George; BAUER, Martin W. Para uma Prestação de Contas Públicas: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GUIRALDELLI Jr, Paulo. **História da Educação**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780: propaganda, mito e realidade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- INCONTRI, Dora. **A Contribuição Espírita no Debate da Escola Pública no Brasil**. USP, Faculdade de Educação, s/a. Disponível em [www.espiritualidades.com.br/Artigos/i\\_autores/INCONTRI\\_Dora\\_tit\\_Contribuicao\\_espirita\\_no\\_debate\\_da\\_escola\\_publica\\_no\\_Brasil.htm](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/i_autores/INCONTRI_Dora_tit_Contribuicao_espirita_no_debate_da_escola_publica_no_Brasil.htm). Acesso em 19 ago. 2016.
- \_\_\_\_\_. A Crise do Saber e os Clássicos da Educação. In: **Revista Internacional d'Humanitats**, n. 6, 2003b. Disponível em [www.hottopos.com/rih6/dora2.htm](http://www.hottopos.com/rih6/dora2.htm). Acesso em 8 maio 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Educação Segundo o Espiritismo**. 5ª ed., Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Espiritismo e Educação. In: **Mirandum**, ano 8, n. 15, 2004a. Disponível em [www.hottopos.com/mirand15/espirit.htm](http://www.hottopos.com/mirand15/espirit.htm). Acesso em 08 maio 2012a.
- \_\_\_\_\_. O Espiritismo e a Universidade. In: **Opinião**, n. 109, Porto Alegre: CCEPA, 2004b. Disponível em [www.espiritnet.com.br/Opiniaio/Ano2004/opiniaio06.html](http://www.espiritnet.com.br/Opiniaio/Ano2004/opiniaio06.html). Acesso em 8 maio 2012b.

- INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. Socialismo e Espiritismo, aproximações dialéticas. *In: Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 16, p. 1-9, dez. 2004. Disponível em [www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art1\\_16.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art1_16.pdf). Acesso em 16 ago. 2016.
- INCONTRI, Dora; GRZYBOWSKI, Przemyslaw. **Kardec Educador, textos pedagógicos de Hippolyte Léon Denizard Rivail**. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2005.
- ISAIA, Artur Cesar. A Codificação Espírita, a Educação e o papel das Elites letradas. *In: 37ª Reunião Nacional da ANPED*, UFSC-Florianópolis, 4 a 8 out. 2015. Disponível em [37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Sess%C3%A3o-Especial-06.pdf](http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Sess%C3%A3o-Especial-06.pdf). Acesso em 16 ago. 2016.
- ISHIYAMA, Mary. Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior – um construtor da educação. *In: Mundo Espírita*, n. 1552, ano 81, Curitiba: FEP, nov. 2013. Disponível em [www.mundoespirita.com.br/?materia=sebastiao-parana-de-sa-sotto-maior-um-construtor-da-educacao](http://www.mundoespirita.com.br/?materia=sebastiao-parana-de-sa-sotto-maior-um-construtor-da-educacao). Acesso em 7 set. 2016.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. *In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. *In: Revista Brasileira de História da Educação*, nº 1, jan./jun. 2001.
- KARDEC, Allan. **A Gênese**. Tradução de Salvador Gentile, 13ª Ed., Araras-SP: IDE, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Céu e o Inferno**. Tradução de José Herculano Pires, 8ª ed., São Paulo: LAKE, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Tradução de José Herculano Pires, 52ª ed., São Paulo: LAKE, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **O Livro dos Espíritos**. Tradução de José Herculano Pires, 59ª ed., São Paulo: LAKE, 1998b.
- \_\_\_\_\_. **O Livro dos Médiuns**. Tradução de José Herculano Pires, 20ª ed., São Paulo: LAKE, 1998c.
- \_\_\_\_\_. **Obras Póstumas**. Tradução de Salvador Gentile, 14ª ed., Araras-SP: IDE, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos, ano I, 1858**. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. 2ª ed., v. 1, Rio de Janeiro: FEB, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos, ano VII, 1864**. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. 2ª ed., v. 7, Rio de Janeiro: FEB, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos, ano XII, 1869**. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. 2ª ed., v. 12, Rio de Janeiro: FEB, 2005c.

- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã**. s/a. Disponível em [cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf). Acesso em 8 set. 2015.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Leitura da Fotografia. *In: Revista Estudos Feministas*. Ano 2, 2º semestre, p. 130-141, 1994.
- LEWGOY, Bernardo. Representações de ciência e religião no espiritismo kardecista, antigas e novas configurações. *In: Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: PUCRS, v. 6, n. 2, p. 151-167, jul./dez. 2006. Disponível em [www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144005/000595806.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/144005/000595806.pdf?sequence=1). Acesso em 22 nov. 2016.
- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A Campanha em Defesa da Escola Pública: a mobilização social no debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *In: IV Congresso Internacional de História*. Maringá-PR: UEM, 9 a 11 set. 2009. Disponível em [www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/659.pdf](http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/659.pdf). Acesso em 26 ago. 2016.
- LOBO, Ney. **Cadernos Temáticos de Estudos Espíritas do Professor Ney Lobo**. Caderno nº 1: Apologias – Em defesa da Doutrina Espírita, Curitiba: TIMES NEW ROMAN, 2002c.
- \_\_\_\_\_. **Educação Moral e Cívica – 5ª série**. São Paulo: Formar, 1974c.
- \_\_\_\_\_. **Espiritismo e Educação**. Vitória: FESPE, 1995c.
- \_\_\_\_\_. **Estudos de Filosofia Social Espírita**. 2ª ed., Brasília: FEB, 1996.
- \_\_\_\_\_. Filosofia da Direção Colegiada. *In: Revista Educação Espírita*. Rio de São Paulo: Edicel, n. 2, ano II, p. 57-64, jul./set. 1972b.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia Espírita da Educação e suas conseqüências pedagógicas e administrativas**. 3ª ed., v. 1, Brasília: FEB, 2002d.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia Espírita da Educação e suas conseqüências pedagógicas e administrativas**. 2ª ed., v. 2 a 5, Brasília: FEB, 2002e.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia Política Espírita**. s/a m. (inédita)
- \_\_\_\_\_. **Lins de Vasconcellos, o Diplomata da Unificação e o Paladino do Estado Leigo**. Curitiba: FEP, 1997c.
- \_\_\_\_\_. O correto e justo entendimento da obra “Filosofia Espírita da Educação”. *In: Revista Reformador*. Rio de Janeiro: FEB, jul. 1991e, ano 109, nº 1.948, p. 31-35.
- \_\_\_\_\_. **O Plano Social de Deus e as Classes Sociais Segundo a Doutrina Espírita**. Sobradinho-DF: Edicel, 1994c
- \_\_\_\_\_. **Prática da Escola Espírita: a escola que educa**. Brasília: Editora Auta de Souza, 2003.

- LOUREIRO, Felipe P. Desenvolvimentismo às avessas: o processo de desindustrialização brasileiro sob a égide neoliberal (1990-1999). *In: Revista de Economia Política e História Econômica*. P. 33-62, 08 jul. 2007. Disponível em [sites.google.com/site/rephe01/rephe08textofelipe.pdf?attredirects=0](https://sites.google.com/site/rephe01/rephe08textofelipe.pdf?attredirects=0). Acesso em 12 maio 2015.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 12ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- MAIA, Tatyana de Amaral. A Imprensa como Arena de Ação Política: debates e intrigas nas disputas pela educação nacional (1958-1964). *In: Revista do Mestrado de História*. Vassouras-RJ: USS, v. 12, n. 2, p. 73-98, jul./dez. 2010. Disponível em [www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n22010/pdf/004A\\_imprensa\\_como\\_arena.pdf](http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n22010/pdf/004A_imprensa_como_arena.pdf). Acesso em 29 ago. 2016.
- MARACH, Caroline Baron. Revista A Escola e seu Projeto Educacional e Civilizacional (1906-1910). *In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (orgs.). História Intelectual e Educação*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.
- MARIOTTI, Humberto; RAMOS, Clóvis. **Herculano Pires: filósofo e poeta**. Trad. Wilson Garcia e Heloísa Pires. São Paulo: Correio Fraternal, 1984.
- MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Florestan Fernandes e a Questão Educacional Brasileira (1959-1961): as contribuições à campanha em defesa do ensino público. *In: X Jornada HISTEDBR: “História da Educação: Intelectuais, Memória e Política”*. Vitória da Conquista-BA: UESB, 26 a 29 jul. 2011. Disponível em [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/trabalhos.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/trabalhos.html). Acesso em 23 ago. 2016.
- MELO, Honório. **Federação Espírita do Paraná - 77 anos**. Curitiba: FEP, 1979. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=2088](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=2088). Acesso em 7 set. 2016.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. *In: Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro-RJ: CPDOC-FGV, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONARCHA, Carlos. **A Reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da Modernidade Brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. *In: Revista Mosaico*, nº 3, p. 21-39, ano II, Rio de Janeiro: PPHPBC-FGV, 06 jul. 2010. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62786/61921>. Acesso em 01 mar. 2017.
- NEGRÃO, Marco Antonio. Escola Profissional Maria Ruth Junqueira – 53 ANOS. *In: Mundo Espírita*, n. 1553, ano 81, Curitiba: FEP, dez. 2013. Disponível em [www.mundoespirita.com.br/?materia=escola-profissional-maria-ruth-junqueira-53-anos](http://www.mundoespirita.com.br/?materia=escola-profissional-maria-ruth-junqueira-53-anos). Acesso em 7 set. 2016.



- NETTO, Jozé Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na Primeira república. *In*: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs.) **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1997.
- OLIVEIRA, Ricardo da Costa de. Notas Sobre a Política Paranaense no Período de 1930 a 1945. *In*: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, nº 9, p. 47-56, 1997.
- PAIVA, Aylton Guido Coimbra. **Espiritismo e Política**. Santos-SP: DICESP, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Espiritismo e Política: contribuições para uma evolução do ser e da sociedade**. Brasília: FEB, 2014.
- PASQUINI, Adriana Salvaterra. O Debate Político e Ideológico entre Escola Pública e Escola Privada na Tramitação da Lei De Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61 Mediado pela Igreja Católica nas Páginas d'O *Jornal de Maringá*. *In*: **VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPEDESUL**. Londrina: UEL, 18 a 21 jul. 2010. Disponível em [www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia\\_da\\_Educacao/Trabalho/07\\_54\\_36\\_O\\_DEBATE\\_POLITICO\\_E\\_IDEOLOGICO\\_ENTRE\\_ESCOLA\\_PUBLICA\\_E\\_ESCOLA\\_PRIVADA\\_NA\\_TRAMITACAO.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Historia_da_Educacao/Trabalho/07_54_36_O_DEBATE_POLITICO_E_IDEOLOGICO_ENTRE_ESCOLA_PUBLICA_E_ESCOLA_PRIVADA_NA_TRAMITACAO.PDF). Acesso em 29 ago. 2016.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. *In*: **Revista FAEEBA**. V. 23, p. 223-235, 2014.
- PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. *In*: LE GOFF, Jaques (org.). **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo-SP: Martins Fontes, 1990.
- PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.
- PIRES, José Herculano. Contribuição Espírita para o Ano Internacional da Educação. *In*: **Revista Educação Espírita**. São Paulo: Edicel, n. 1, ano I, p. 8-21, dez. 1970a.
- \_\_\_\_\_. Editoriais. *In*: **Revista Educação Espírita**. São Paulo: Edicel, n. 5, ano III, p. 20-32, jul./dez. 1973.
- \_\_\_\_\_. Educação Moral e Cívica. *In*: **Revista Educação Espírita**. São Paulo: Edicel, n. 1, ano I, p. 30-35, dez. 1970b.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à Filosofia Espírita**. 3ª ed., São Paulo: FEESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia Espírita**. 10ª ed., São Paulo: Editora Paidéia, 2004.
- RAITANI, Francisco. O Espiritismo no Paraná. *In*: **Mundo Espírita**. ano 26, Curitiba: FEP, 18 abr. 1957. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=2095](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=2095). Acesso em 8 set. 2016.

- RENK, Valquiria Elita. Anos 20 - Identidades e Nacionalidade em Discussão no Paraná. *In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. Campinas: Unicamp-HISTEDBR, 30 jun. a 3 jul. 2009b. Disponível em [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html). Acesso em 19 mar. 2015.
- RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar no Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2001.
- RIZZINI, Jorge. **Herculano Pires, o apóstolo de Kardec**. São Paulo: Editora Paideia, 2001.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. Discriminação e intolerância: os indesejáveis na seleção dos oficiais do Exército Brasileiro (1937-1946). *In: Antíteses*. Londrina-PR: UEL, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em [www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1864/1641](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1864/1641). Acesso em 16 abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Escola Militar do Realengo: de espaço da modernização profissional a espaço de desigualdade social e discriminação**. XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920**. 3ª ed., São Paulo: Memórias, 2010.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 28ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.
- \_\_\_\_\_. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. *In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984.
- SÉRGIO, António. **Educação Cívica**. 3ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *In: Revista Brasileira de Educação*. nº 20, p. 60-70, Rio de Janeiro, maio/ago. 2002. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000200005&script=sci_arttext). Acesso em 12 ago. 2016.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **A Filosofia Contemporânea no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Fábio Luiz da. **Espiritismo: história e poder (1938-1949)**. Londrina: Eduel, 2005.
- SIMONETTI, J. Amaral (PIRES, José Herculano). Educação e Religião. *In: Revista Educação Espírita*. São Paulo: Edicel, n. 2, ano II, p. 57-64, jul./set. 1972.

- SIMONETTI, J. Amaral (PIRES, José Herculano). Psicologia Espírita da Educação. *In: Revista Educação Espírita*. São Paulo: Edicel, n. 5, ano III, p. 68-75, jul./dez. 1973.
- SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. E-book.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais. *In: RÉMOND, René (org.). Por uma História Política*. 2ª ed., tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. Sem Mocinhos nem Bandidos. *In: Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sabin, n. 90, ano IX, p. 48-53, mar. 2013. Disponível em [www.academia.edu/8584324/Entrevista com Jean-François Sirinelli](http://www.academia.edu/8584324/Entrevista_com_Jean-François_Sirinelli). Acesso em 15 mar. 2017.
- SOUZA, Rosa de Fátima. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: Edusp, Curitiba: Orion, 2003.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. *In: Revista Brasileira de História*. V. 32, nº 63, p. 281-299, São Paulo, ANPUH, 2012. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882012000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100013). Acesso em 23 abr. 2015.
- TOURINHO, Plínio. Depoimento. *In: Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. 2ª ed., Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.
- VASCONCELLOS, Lins de. Manoel José da Costa e Cunha. *In: Mundo Espírita*. ano 20, Rio de Janeiro, 15 dez. 1951. Disponível em [www.feparana.com.br/topico/?topico=550](http://www.feparana.com.br/topico/?topico=550). Acesso em 29 nov. 2016.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. *In: Educar*. N.18, p. 53-73, Curitiba, 2001. Disponível em [www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf). Acesso em 6 out. 2016.
- ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa**. *Biblios*, Rio Grande, 22 (1): 31-45, 2008. Disponível em [www.brapi.ufpr.br/download.php?dd0=10317](http://www.brapi.ufpr.br/download.php?dd0=10317). Acesso em 12 mar. 2015.

## 7. Teses, dissertações e monografias acadêmicas

- ABREU, Vanessa Kern. **A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969-1993)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Uberlândia: UFU, 2008.

- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 700 f. Tese (Doutorado em História) – Brasília: UnB, 2009.
- BIGHETO, Alessandro César. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na primeira república**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campinas: Unicamp, 2006.
- BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. **Eurípedes Barsanulfo e o Collégio Allan Kardec – Capítulos de História da Educação e a Gênese do Espiritismo nas Terras do Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918)**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Uberlândia: UFU, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec – um professor pestalozziano na França do tempo das Revoluções**. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Uberlândia: UFU, 2012.
- CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 - 1953**. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Curitiba: UFPR, 2007.
- CARDOSO, Rogério Ribeiro. **Filosofia Espírita da Educação na Formação de Educadores: desafios e contribuições**. 97 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Uberlândia: UFU, 2006.
- COSTA, Celma Laurinda Freitas. **A Noção de Ciência e Educação no Espiritismo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiânia: UCG, 2009.
- FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As Origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Brasília: UnB, 2008.
- FUCKNER, Cleusa Maria. **Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)**. 329 f. Tese (Doutorado em Educação) – Curitiba: UFPR, 2009.
- GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva-Mate**. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis: UFSC, 2013.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985**. 461 f. Tese (Doutorado em Educação) – Campinas: Unicamp, 1990.
- INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita: um Projeto Brasileiro e suas Raízes Histórico-Filosóficas**. 340 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – São Paulo: USP, 2001b.
- MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos Ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do Vale do Rio Negro**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Canoinhas-SC: UnC, 2008.
- MIGUEL, Sinuê Neckel. **Movimento Universitário Espírita (MUE): religião e política no espiritismo brasileiro (1967-1974)**. 343 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campinas-SP: Unicamp, 2012.

- NASS, Sirlei de Fátima. **Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaense (1943-1951)**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curitiba: UFPR, 2005.
- OLIVEIRA, Marisa Correia de. **Estudo da Erva Mate no Paraná: 1939-1967**. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curitiba: UFPR, 1974.
- OLIVEIRA, Ricardo da Costa de. **O Silêncio das Genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. 495 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Campinas-SP: Unicamp, 2000.
- RENK, Valquiria Elita. **Aprendi Falar Português na Escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Curitiba: UFPR, 2009a.
- RENSHAW, J. Parke. **A Sociological Analysis of Spiritism in Brazil**. 240 f. Tese (Ph.D. em Sociologia) – Gainesville-FL: University of Florida, 1969.
- RIBEIRO, Patricia da Silva. **Em Luto e Luta: construindo a memória da FEB**. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2013.
- RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra e Chagas. **“Tirando do Crime e Dando Oportunidade”: estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis, SC**. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Florianópolis: UFSC, 2011.
- ROLÃO, Rodolpho da Cruz. **O Novo Paradigma Científico e sua Contribuição para a Percepção Sistêmica da Realidade**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Florianópolis: UFSC, 2001.
- SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e Poder: o Exército e a construção da Nação (1930-1937)**. 167 f. Tese (Doutorado em História) – Assis-SP: Unesp, 2005.
- SILVA, Creusa Ribeiro da. **Práticas Educativas no Movimento Espírita: um estudo sobre a casa da vovozinha**. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – João Pessoa: UFPB, 2006.
- TENÓRIO, Nivaldo Corrêa. **Curricularização da Moral e do Civismo no Ensino Médio no Estado do Paraná (1961-1971)**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campo Grande: UFMS, 2009.
- VIANNA, Gilberto de Souza. **“O Sabre e o Livro” – trajetórias históricas do Colégio Militar de Curitiba**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curitiba: UFPR, 2001.

## 8. Decretos e Leis

- BRASIL. **Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924**. Aprova o regulamento para a Escola Militar.

BRASIL. **Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Reforma o ensino secundário e superior.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928.** Sobre o ensino militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966.** Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 18.713, de 25 de abril de 1929.** Aprova o Regulamento da Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.395, de 8 de novembro de 1930a.** Concede anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no país.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.526, de 24 de dezembro de 1930b.** Dispõe sobre a aplicação do § 3º do art. 1º do decreto número 19.395, de 8 de novembro de 1930.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.551, de 31 de dezembro de 1930c.** Dá providências sobre ex-alunos da Escola Militar anistiados.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril 1931a.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 20.898, de 31 de dezembro de 1931b.** Altera os arts. 53 e 127 do regulamento da Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 22.704, de 11 de maio de 1933a.** Altera o Regulamento da Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 23.126, de 21 de agosto de 1933b.** Lei do ensino militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 23.994, de 13 de março de 1934a.** Aprova o Regulamento da Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 24.068, de 29 de março de 1934b.** Aprova a Lei de Promoções.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 192, de 20 de junho de 1935a.** Suspende a execução do regulamento aprovado pelo decreto n.º 23.994, de 13 de março de 1934.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.729, de 22 de junho de 1937a.** Aprova instruções para matrícula na Escola Militar para o ano de 1938.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.833, de 24 de julho de 1937b.** Altera o Regulamento do Estado Maior do Exército, criando a Inspetoria Geral do Ensino do Exército.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 103 de 23 de dezembro de 1937c.** Regula o exercício do magistério no Exército.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 307, de 26 de fevereiro de 1938a.** Regula as condições de matrícula, no corrente ano, na Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 387, de 22 de abril de 1938b.** Regula matrícula na Escola Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina de EMC.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939a.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.735, de 3 de novembro de 1939b.** Regula o Ensino Militar no Exército.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.735, de 26 de fevereiro de 1942a.** Regula o Ensino Militar no Exército.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942b.** Lei Orgânica do Ensino Secundário.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.794, de 6 de outubro de 1942c.** Cria o 20º Regimento de Infantaria na 5ª Região Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 12.277, de 19 de abril de 1943.** Aprova um novo regulamento para o Colégio Militar.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 45.052, de 15 de dezembro de 1958.** Cria o Colégio Militar de Curitiba e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 38, de 4 de abril de 1935b.** Define crimes contra a ordem política e social.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PARANÁ. **Lei nº 119, de 4 de setembro de 1961.** Autoriza abertura de crédito especial.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.297, de 4 de setembro de 1957.** Autoriza abertura de crédito especial.

## 9. Vídeos

1º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA. DVD. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2004.

2º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA. **Escola da Ponte.** DVD. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2006a.

2º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA. **Pedagogia Espírita, Origens e Parentescos.** DVD. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2006b.

2º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA. **Práticas Pedagógicas** DVD. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2006c.

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA ESPÍRITA. **Um Projeto de Inclusão Integral, Ensinar Tudo a Todos.** DVD. 5 DVDs. Bragança Paulista-SP: Editora Comenius, 2008.

# Anexo 1

## Significado do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos

Tanto no *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* para o ano letivo de 1972 (LOBO, 1972a, p. 4a-4e), quanto no volume cinco da obra *Filosofia Espírita da Educação* (LOBO, 2002e, p. 245-251), Ney Lobo explica o significado do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos, que ele considerava como o símbolo da educação espírita.



**Figura 11** – Símbolo utilizado nas capas da obra *Filosofia Espírita da Educação*. Fonte: LOBO, 2002e, p. 247.



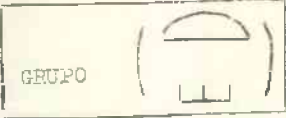
**Figura 12** – Logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 2002e, p. 251.

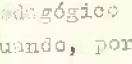



A seguir, as páginas do *Plano Pedagógico* a respeito do logotipo:

L a

S Í M B O L O  
DA EDUCAÇÃO ESPIRITA  
INTERPRETAÇÃO

1. **GRUPO** 


:- A palavra educação grafada hori-  
zontalmente (ED) pode simbolizar um  
pensamento pedagógico que vise objetivos terrenos, superficiais, materiais. Quando, porém, registrada verticalmente, (  ), ori-  
enta-nos para o ALTO, tende para o mundo transcendente do Espíri-  
to. Este o objetivo último da Educação Espirita: a própria alma  
humana numa perspectiva ampla, abrangendo a sua acta extra-terrena.  
Por isso dispuzemos o vocábulo "educação" com suas letras inici-  
ais E e D superpostas  e voltadas para cima.

*Alçada 2*

Fundamentação Doutrinária:

(L.E.Q.113): "Os espíritos puros per-  
correram todos os graus da escala e se despojaram de todas as im-  
purezas da matéria. Tendo alcançado a soma da perfeição do que é  
susceptível a criatura, não têm mais que sofrer provas, nem expia-  
ções. Não estando mais sujeitos à reencarnação em corpos perceí-  
veis, realizam a vida eterna no seio de Deus!"

(L.E.Q.967): "Somente os puros Espí-  
ritos gozam, é exato, da felicidade suprema..."

2. **E DEITADO** 

:- Significa que a Educação Espirita  
deve ter cunho eminentemente realista  
e um sólido fundamento na realidade terrena. Deve evitar as  
utopias pedagógicas e enraizar-se em bases concretas. Represen-  
ta, ainda, a necessidade da vida terrena e a encarnação em cor-  
pos materiais para poder progredir. O "E" horizontalizado simbo-  
liza, pois, o Espírito deitado sobre a carne mas voltado para o  
Alto, a sua vocação de progresso e o seu ideal de vida.

Fundamentação Doutrinária:

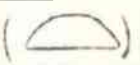
(L.E.Q.923): "O homem criterioso a  
fim de ser feliz, olha sempre para baixo e não para cima, e não  
ser para elevar sua alma ao infinito".

**Figura 13** – Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4a.

(O.P. p.30 ) : "Para alcançarmos - um objetivo todo espiritual temos que entrar em considerações de ordem material".

(G.XI,26) : "... a encarnação é uma condição inerente à inferioridade de Espírito e um meio de ele - progredir."

(C.I.III, 8) - " A encarnação é necessária ao duplo progresso moral e intelectual do Espírito : ao progresso intelectual, pela atividade obrigatória do trabalho, ao progresso moral, pela necessidade recíproca dos homens entre si. "A vida social é a pedra de toque das boas ou más qualidades."

3. D DEITADO 

: - A letra "D", disposta horizontalmente e cercada o conjunto, reveste aspectos da abóbada celeste, e, por isso, pode representar o céu, que, na tradição de todos os povos assume conotação escatológica simbolizando o destino final das almas puras. Desse modo, essa figura representa o objetivo da Educação Espírita: a construção de Puros Espíritos. A letra "D", deitada, representa, ainda, Deus como fin último objetivo do homem para o qual tendem todas as almas.

#### Fundamentação Doutrinária :

(L.E,Q.897 e) : "Nenhum egoísmo, porém, há em querer o homem melhorar-se, para se aproximar de Deus, pois que é o fim para o qual devem todos tender!"

(L.E,Q.1009) : "Gravitar para a unidade divina, eis o fim da humanidade."

(L.E,Q.116) : "Todos os espíritos se tornarão perfeitos."

(L.E,1015) : "..., por estas palavras quarto e quinto céus exprimem os espíritos diferentes graus de purificação; e, por conseguinte, de felicidade...".

(G.I,30) : "todas as almas têm o mesmo destino e alcançarão a mesma meta."

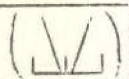
**Figura 14** – Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4b.

(C.I.III,1) - "A palavra "côu"... vem do latim "Coelum", formada do grego "coilos" côncavo, porque o céu parece uma imensa concavidade."




(C.VI,56) "... é a grande irradiação do Espírito divino que abrange a extensão dos céus e que permeia como tipo primitivo e final da perfeição espiritual."

(L.E, Intr., "in fine") : "... Tudo então se liga, tudo se enuncia, desde o alfa até o ômega..."

4. GRUPO



:- A letra V superposta à letra E compõem a abreviatura EV de EVOLUÇÃO.

Realmente, o conceito de evolução anímica penetra todo o processo de Educação Espírita. Pela Educação (  ) evoluímos (  ) na direção da meta (  ), o Puro Espírito Divino.



Fundamentação Doutrinária:

(L.E,Q.993): "...todo Espírito tem que progredir incessantemente... pois preciso é que todos progridam e atinjam a meta."

5. GRUPO



:- É a palavra "E" estilizada com suas três aspas. É portanto um E (Espírito)

"transformado". Essa metamorfose gráfica estabelece conexão com outro conceito de Educação Espírita : a reforma dos homens, a transformação íntima. O Espírito (  ), quando se volta para o Alto, se transforma (  ).

Fundamentação Doutrinária:


(L.E,Q.796) : "Só a educação poderá reformar os homens."

(O.P.p.363) : "O progresso geral é o resultante de todos os progressos individuais..."

(Emanuel) : "Não se ilude o Espiritismo com as reformas exteriores para concluir que a única renovação apreciável é a do homem íntimo".(1)

(1) "A Ganinho da Luz"

**Figura 15** – Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4c.

6. **GRUPO**  : Também notamos no símbolo o destaque de um cogumelo atômico estilizado. Pode induzir, por analogia, a idéia de uma "explosão espiritual", pelo desenvolvimento de todas as virtualidades do Espírito; educar é realmente explicitar as potencialidades da alma humana.

Fundamento Geral : SPRINGER: "Educar é ... desenvolver, de dentro para fora, toda a capacidade de receber e ferjar valores."


Fundamento Doutrinário :

(C.I.III,6) :- "Os Espíritos são - criados simples e ignorantes, mas dotados de aptidões para tudo conhecerem e para progredirem."

(E.E.XI,8) : "Os instintos são a - germinação e os cobriões de sentimento; trazem consigo o progresso, como a glândula encerra em si o carvalho."

(L.E.Q,764) :- "O senso moral existe no selvagem, nas como o espírito de perfume no germe da flor que ainda não desabrochou ... Em estado rudimentar ou latente , todas as faculdades existem no homem."

(L.E.Q,776) :- "Sendo perfectível e trazendo em si o germe do seu aperfeiçoamento, o homem não foi destinado a viver perpetuamente no estado de natureza."

7. **CONJUNTO**  :- É nítida a percepção de um pião - radopiando, tendo por base a letra "E" de Espírito e por quício o seu centro de gravidade. De fato, toda Educação Espírita deve ter por centro de gravidade o próprio Espírito, e todo o seu objetivo educacional é desenvolvê-lo fazendo-o evoluir. Currículos, disciplina escolar, administração, métodos, tudo deve ter por escopo a transformação da alma.

Fundamento Geral :

PLATÃO:- "O homem é a sua alma."

DE HÓVRE:- "A alma da educação é a educação da alma."

*Figura 16 – Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4d.*

-4 e

Fundamentos Doutrinários :

(L.E.Q,196a):- "Teu espírito é tudo; teu corpo é simples veste que apodrece."

(C.I.III,5):- "Sem o corpo o Espírito é : a vida, a inteligência."

8. Resumindo tudo, podemos sintetizar a interpretação do símbolo da Educação Espírita, nos conceitos :

EDUCAÇÃO E EVOLUÇÃO do ESPÍRITO para DEUS

ou resumidamente :

EVOLUÇÃO pela EDUCAÇÃO

---

- Somente uma Filiação de Educação reencarnacionista poderá adotar o lema "Evolução pela Educação".

**Figura 17** – Explicação do logotipo do Colégio Lins de Vasconcellos. Fonte: LOBO, 1972a, p. 4e.

## Anexo 2

### Materiais de Divulgação

Abaixo, três materiais de divulgação do Instituto Lins de Vasconcellos.



*Figura 18 – Panfletos e folders de divulgação. Fonte: acervo de Ney Lobo.*

A seguir, os três materiais em detalhes:



## INSTITUTO "LINS DE VASCONCELLOS"

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ



**"EVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO"  
OFERECE**

**OS SEUS SERVIÇOS ESCOLARES ÀS  
FAMÍLIAS DO PARANÁ  
REGIME ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL  
DAS 7:30 AS 17 HORAS CONTINUAMENTE**

**CURSOS**

- MATERNAL
- JARDIM
- PRE-PRIMÁRIO

**PRIMÁRIO  
GINÁSIO**

AVENIDA NILO PECANHA, Nº 1552  
BAIRRO DO BOM RETIRO - CURITIBA  
TEL. | 34-4412  
| 32-7731

## SISTEMA DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

**SALA-AMBIENTE**



Uma sala de aula de alta funcionalidade didática. Pela ambientação motivadora constitui-se num verdadeiro templo de ensino.

**SALA-AMBIENTE**



Nesta recinto são desenvolvidas técnicas de educação moral e cívica.

**HORA CÍVICA**



No início do dia lê-se o hino cívico. Reunião de todos, alunos, professores e funcionários numa reafirmação de propósito perante o Bandeira do Brasil.

### CIDADE MIRIM

CIDADE MIRIM



Uma concepção em um projeto educacional de alto nível, aliado a uma gestão administrativa e financeira eficiente e comercial.

### BASQUETE

BASQUETE



Nas partidas especiais o espírito esportivo e a alternância indissociável entre atividades intelectuais e físicas.

### FUTEBOL

FUTEBOL



Das tardes da semana dedicadas aos esportes.

### CENA DAS ELEIÇÕES

CENA DAS ELEIÇÕES



Eleição do Prefeito, Senador e Vereador em Cidade Mirim. As eleições são precedidas das convenções das partidas.

### CLUBE DE XADREZ

CLUBE DE XADREZ



Um espaço para meditação e desenvolvimento mental através do "Jogo dos Reis" e "Rei dos Jogos".

### ASSEMBLÉIA DE ALUNOS

ASSEMBLÉIA DE ALUNOS



Um verdadeiro parlamento de alunos. Debatem, promovem, demarcam, organizam, discutem, criticam, julgam e também uma vivência do processo legislativo.

### CIDADE MIRIM

CIDADE MIRIM



Aqui o aluno aprende em prática o funcionamento de uma empresa, como gerente, chefe ou diretor de banco, etc.

### CASA DA BONECA

CASA DA BONECA



Aqui as meninas brincam com as suas bonecas, no enfermaria, no cozinha, no quarto de dormir, etc.

Figura 19 – Frente de folder de divulgação do início da década de 1970. Fonte: acervo de Ney Lobo.

**CIDEBRAS** CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

**OBJETIVOS:**

SAGUÃO DA CIDEBRAS



Colocar os jovens a par dos grandes eventos e projetos no sentido do desenvolvimento nacional nos setores económico, social e político.

**SALA-AMBIENTE DA CIDEBRAS**



Fortalecer o sentimento de confiança da juventude brasileira no futuro do País.



Permitir aos jovens uma tomada de consciência realista mais confiante dos grandes problemas da nacionalidade.

## REGIME ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL

**MANHA**

AS 7,30 HS



DAS 7,30 ÀS 17,00  
CONTINUAMENTE  
10 HORAS DE ATIVIDADES  
DIARIAS

**TARDE**

AS 17,00 HS



**A HORA CÍVICA - INÍCIO DAS ATIVIDADES**



**ALMOÇO NO COLEGIO**



**EMBARQUE DE RETORNO PARA CASA**



**O QUE SIGNIFICA O REGIME ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL:**

19) PERMANÊNCIA NA ESCOLA - O Regime Escolar de Tempo Integral significa a permanência na escola durante o dia todo, manhã e tarde.

20) ENTRADA E SAÍDA - O aluno chega à escola às 7,30 da manhã e é libertado às 17,00 horas.

39) ALMOÇO NO COLEGIO - O Regime Integral ainda implica no almoço no Colégio, embora facultativo.

40) DEVERES ESCOLARES - No Regime Integral o aluno realiza todas as suas deveres escolares no próprio Colégio sob a orientação dos seus professores.

39) CONTACTO PERMANENTE - O Regime Escolar representa um contacto educativo permanente e extensivo com os seus educandos e não com períodos despreparados.

40) ESPORTES E RECREAÇÃO - O Regime Integral representa uma abertura da possibilidade do jovem praticar na própria escola as suas atividades esportivas e recreativas.

**O VALOR DO REGIME ESCOLAR DE TEMPO INTEGRAL:**

19) MÃES QUE TRABALHAM FORA - O Regime de Tempo Integral é o respatio mais adequado ao problema das mães que exercem profissão fora do lar e que, por isso, não podem dar assistência contínua aos seus filhos.

20) O DESGASTE COM OS FILHOS - Quando os pais chegam em casa, cansados das lidas e emoções cotidianas, não precisam preocupar-se com os deveres escolares dos seus filhos nem designar a autoridade em certos momentos.

39) OS ATRATIVOS DA VIDA MODERNA - O Regime de Tempo Integral constitui o respatio técnico-pedagógico à força de atração que os jovens encontram nos clubes, centros de recreação, clubes - resorts em quadras, etc.) que exercem os jovens do cumprimento de suas obrigações escolares.

40) EDUCAÇÃO OU DIVERSÃO - O Regime de Tempo Integral decide esta competição (deveres escolares e amargura da vida moderna) em favor da educação dos filhos.

39) MAIS EDUCAÇÃO - O Regime de Tempo Integral Proporciona a educação dos jovens. É patente a insuficiência de apenas 4 horas diárias de atividades escolares. As nações desenvolvidas mantêm regime de 8 horas de atividades diárias.

**SERVICOS ESPECIAIS** MED. PSICOLOGO

DENTISTA PEDIATRA

GAB. MEDICO



Atendimento médico diário a cargo de especialistas em pediatria.

**GAB. ODONTOLÓGICO**



Tratamento dentário profilático e de emergência.

**MÉDICO PSICÓLOGO**



Au contribuições do médico psicossomático na resolução dos problemas escolares.

Figura 20 – Verso de folder de divulgação do início da década de 1970. Fonte: acervo de Ney Lobo.





Figura 21 – Frente de folder de divulgação do final da década de 1960. Fonte: acervo de Ney Lobo.

**INSTITUTO "LINS DE VASCONCELLOS"**  
A FORMAÇÃO MORAL E CÍVICA



**CURSO NORMAL**  
PROFSSIONALIZADO

Para assegurar a sua formação de uma maneira que se ajuste com as necessidades da sociedade atual.

**CLASSES PRIMARIAS**  
para ensino das letras e profissões

**FÍSICA**  
QUÍMICA

laboratórios de

Para assegurar a sua formação de uma maneira que se ajuste com as necessidades da sociedade atual.

**INDICAÇÕES:**  
BARRIO DO BOM RETIRO  
AV. NÍLO PEÇANHA  
Tel. 4-7231

matriculas abertas para os cursos

**GINASIAL CIENTIFICO NORMAL**

**SISTEMA EDUCACIONAL ORIENTADO para a CIDADANIA**

ÚNICO NO BRASIL

**INDICAÇÕES:**  
BARRIO DO BOM RETIRO  
AV. NÍLO PEÇANHA  
Tel. 4-7231

matriculas abertas para os cursos

**GINASIAL CIENTIFICO NORMAL**

**INSTITUTO "LINS DE VASCONCELLOS" - LINE DE VASCONCELLOS**

com o objetivo de proporcionar aos alunos uma formação integral, física, intelectual e moral, através de um sistema educacional que se adapte às condições da realidade brasileira.

**1- Para TRABALHAR E RECONHECER**  
o valor do trabalho, através da prática de atividades físicas, culturais e sociais.

**2- Para TRABALHAR E RECONHECER**  
o valor do trabalho, através da prática de atividades físicas, culturais e sociais.

**3- Para TRABALHAR E RECONHECER**  
o valor do trabalho, através da prática de atividades físicas, culturais e sociais.

**4- Para TRABALHAR E RECONHECER**  
o valor do trabalho, através da prática de atividades físicas, culturais e sociais.

**nas ATIVIDADES FÍSICAS**  
as mesmas dimensões pedagógicas;

**ATIVIDADE COOPERATIVA**  
**ORDENADA**

para, além do físico, desenvolver também

**INTELIGENCIA E CARÁTER**



**ATIVIDADES FÍSICAS**  
as mesmas dimensões pedagógicas;

**ATIVIDADE COOPERATIVA**  
**ORDENADA**

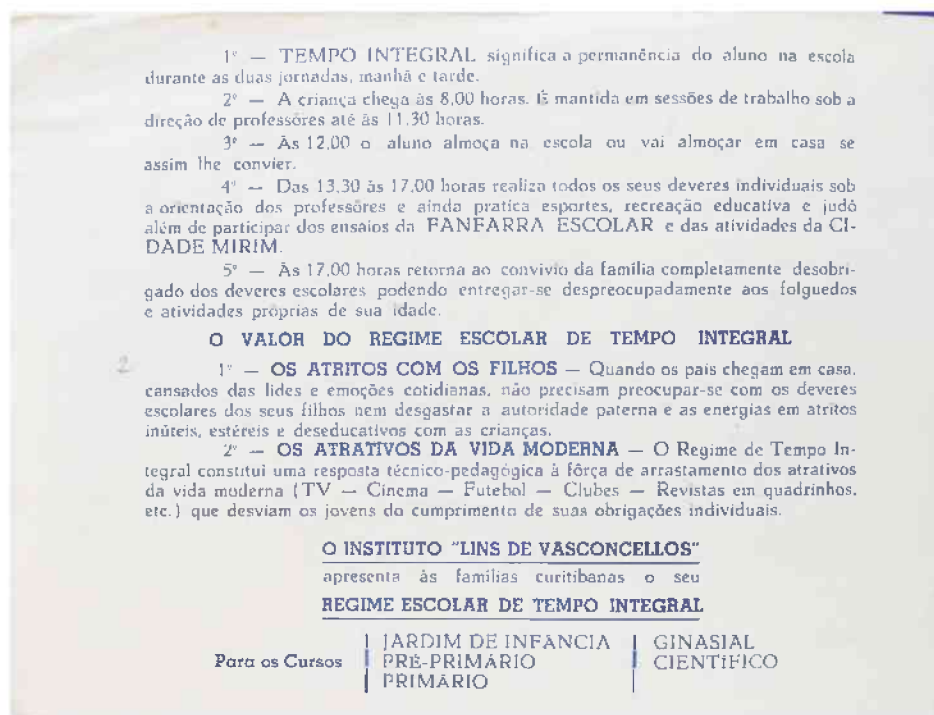
para, além do físico, desenvolver também

**INTELIGENCIA E CARÁTER**

Figura 22 – Verso de folder de divulgação do final da década de 1960. Fonte: acervo de Ney Lobo.

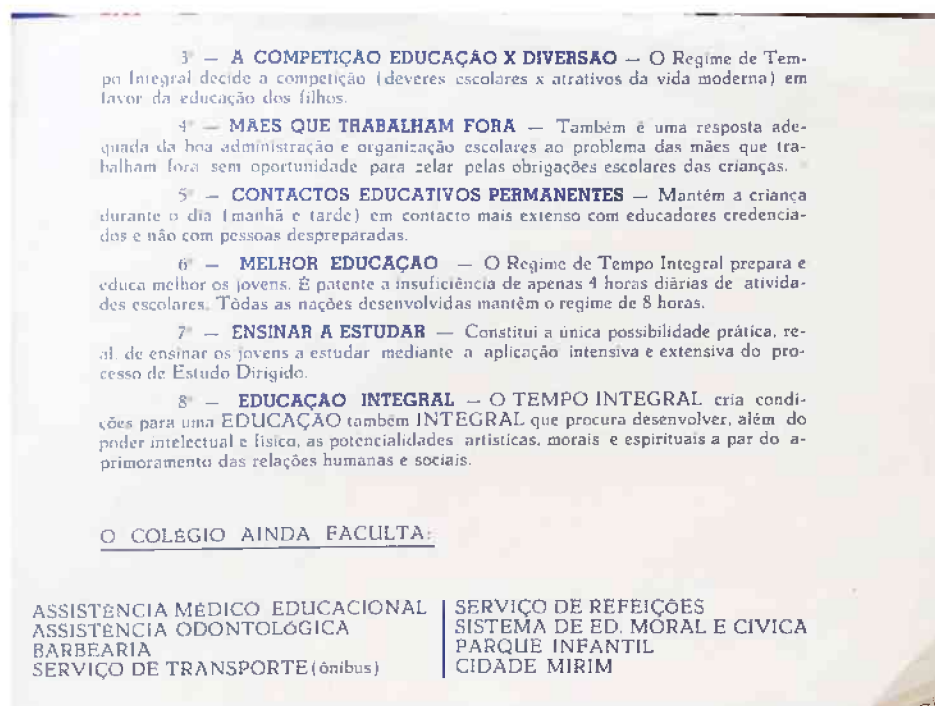


**Figura 23** – Capa de cartilha de explicação do regime de tempo integral.  
Fonte: acervo de Ney Lobo.



**Figura 24** — Primeira página de cartilha de explicação do regime de tempo integral. Fonte: acervo de Ney Lobo.





**Figura 25** – Segunda página de cartilha de explicação do regime de tempo integral. Fonte: acervo de Ney Lobo.

## Anexo 3

### Quadros de Horário e de Currículo

A seguir, alguns quadros de distribuição de tempos:

5.3.6. QUADRO DE PROGRAMA E DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS DAS  
SESSÕES DE TRABALHO

F A S E S	TAREFAS CONSECUTIVAS	DURAÇÃO (SUGESTÃO)
1ª PREPARAÇÃO	- Exposição do assunto (ou outro processo de Preparação)	25 minutos
2ª TRABALHO INDIVIDUAL (T.I.)	- Distribuição do Pedido do T.I. (p/p) - Orientação Inicial do TI (p/prof.) - Execução do T.I. (pelos alunos) - Recolhimento dos T.I. (pelo prof.) - Distribuição da S.P.do T.I. (p/prof.) - Estudo da Solução (pelos alunos) - Arquivamento da Solução (p/alunos)	40 minutos
3ª TRABALHO COLETIVO (T.C.)	- Distribuição do Pedido do T.C. (p/p) - Orientação Inicial do TC (p/prof.) - Execução do T.C. (pelos alunos) - Recolhimento dos T.C. (escolhido) (pelo prof.) - Distribuição da S.P.do T.C. (p/prof.) - Estudo da Solução (pelos alunos) - Arquivamento da Solução (p/alunos)	35 minutos
T O T A L	.....	...100 minutos

*Figura 26 – Quadro de Distribuição de tempos durante uma Sessão de Trabalho. Fonte: LOBO, 1972b, p. 35.*

### 3.3. CARGAS HORÁRIAS E CURRÍCULOS

#### 3.3.1. CÁLCULO

4 tempos x 4 dias (2ª, 3ª, 5ª e 6ª) = 16 Tempos Duplos  
 1 tempo x 1 dia ( 4ª feira ) = 1 Tempo Duplo  
 T O T A L ..... = 17 Tempos Duplos

#### 3.3.2. DISTRIBUIÇÃO

(Vide Quadro Curricular e de Cargas Horárias, adiante).  
5ª Série

ÁREA	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
1. Comunicação e Expressão	a) Língua Nacional b) Educação Artística c) Educação Física <u>Parte diversificada:</u> a) Judô	4 sessões(100') 2 sessões( 50') 2 sessões(100') 2 sessões( 50')
2. Ciências	a) Matemática e Ciências Físicas e Biológicas b) Programa de Saúde	4 sessões(100') 2 sessões( 50')
3. Estudos Sociais	a) História, Geografia e Organização Social e Política Brasileira <u>Parte diversificada:</u> a) Educação Moral e Cívica b) Ensino Religioso c) Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil	3 sessões(100') 2 sessões( 50') 2 sessões( 50') 1 sessão (100') (quinzenal)
4. Sondagem de aptidões e Iniciação ao Trabalho	a) Iniciação a Prática do Comércio b) Excursões	1 sessão (100') (quinzenal) 1 sessão (200')

*Figura 27 – Cálculo dos tempos de Sessão de Trabalho para cada dia da semana e quadro de distribuição de disciplinas por área e de carga horária semanal para a 5ª série. Fonte: LOBO, 1972b, p. 54.*

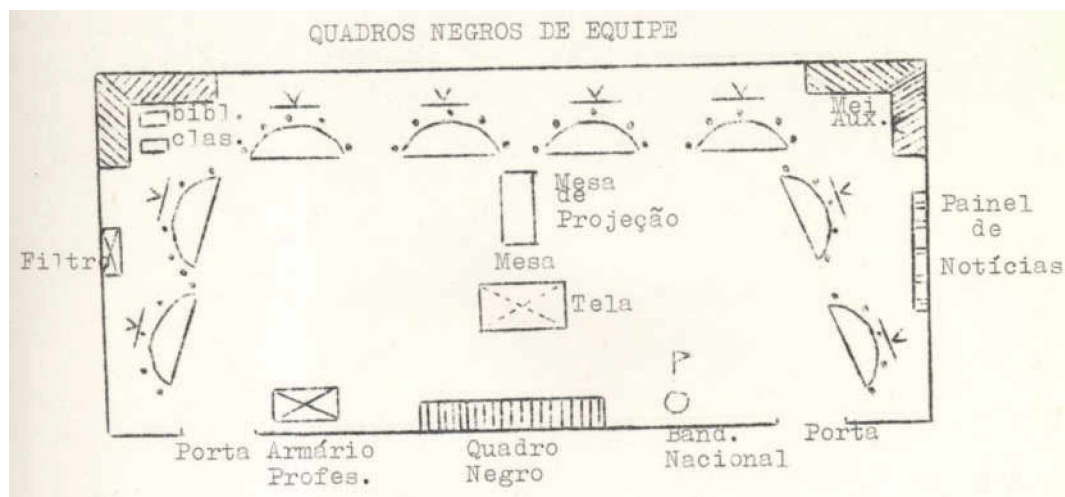
QUADRO CURRICULAR E DE CARGAS HORÁRIAS						
NAT. DAS DISC.	DISCIPLINAS	S E R I E			TOTAL	Nº DE PROFESSORES.
		2ª Gin. 3 tur.	3ª Gin. 3 tur.	4ª Gin. 2 tur.		
6 O B R I G A T O R I A	PORTUGUÊS	3	3	3	24	2
	MATEMÁTICA	3	3	3	24	2
	HISTÓRIA	2	2	1	14	2
	GEOGRAFIA	2	2	-	12	1
	IN.À CIÊNCIAS	1	1	-	6	1
	ED. MORAL	1	1	1	8	1
1 C O M P	O.S.P.B.	-	-	2	4	1
2 O P T	INGLÊS	2	2	2	16	1
	C.F. BIOLÓGICAS	-	-	2	4	1
PRAT. E D U C	TEATRO/E. ARTIST.	1	1	-	6	2
	CIEBRAS	1	1	2	10	2
	ED. FÍSICA/JUDÔ	3	3	3	24	6
T O T A I S		19TD	19TD	19 TD	--	22
POR TURMA		38hs	38hs	38 hs	152	--
POR SÉRIE		seman.	seman.	seman.		

*Figura 28 – Quadro de distribuição de cargas horárias semanais para cada disciplina da 2ª à 4ª série ginásial. Fonte: LOBO, 1972b, p. 55.*

## Anexo 4

### Croquis das Salas-Ambientes

Na Figura 30, temos um croqui das Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica. As salas-ambientes posteriores seguiram basicamente o mesmo modelo: uma sala ampliada pela união de duas salas anteriores, com mesas para estudos em grupos e mesa para o professor, como se vê na Figura 29 abaixo.



*Figura 29 – Croqui das Salas-Ambientes. Fonte: LOBO, 1972b, p. 50.*



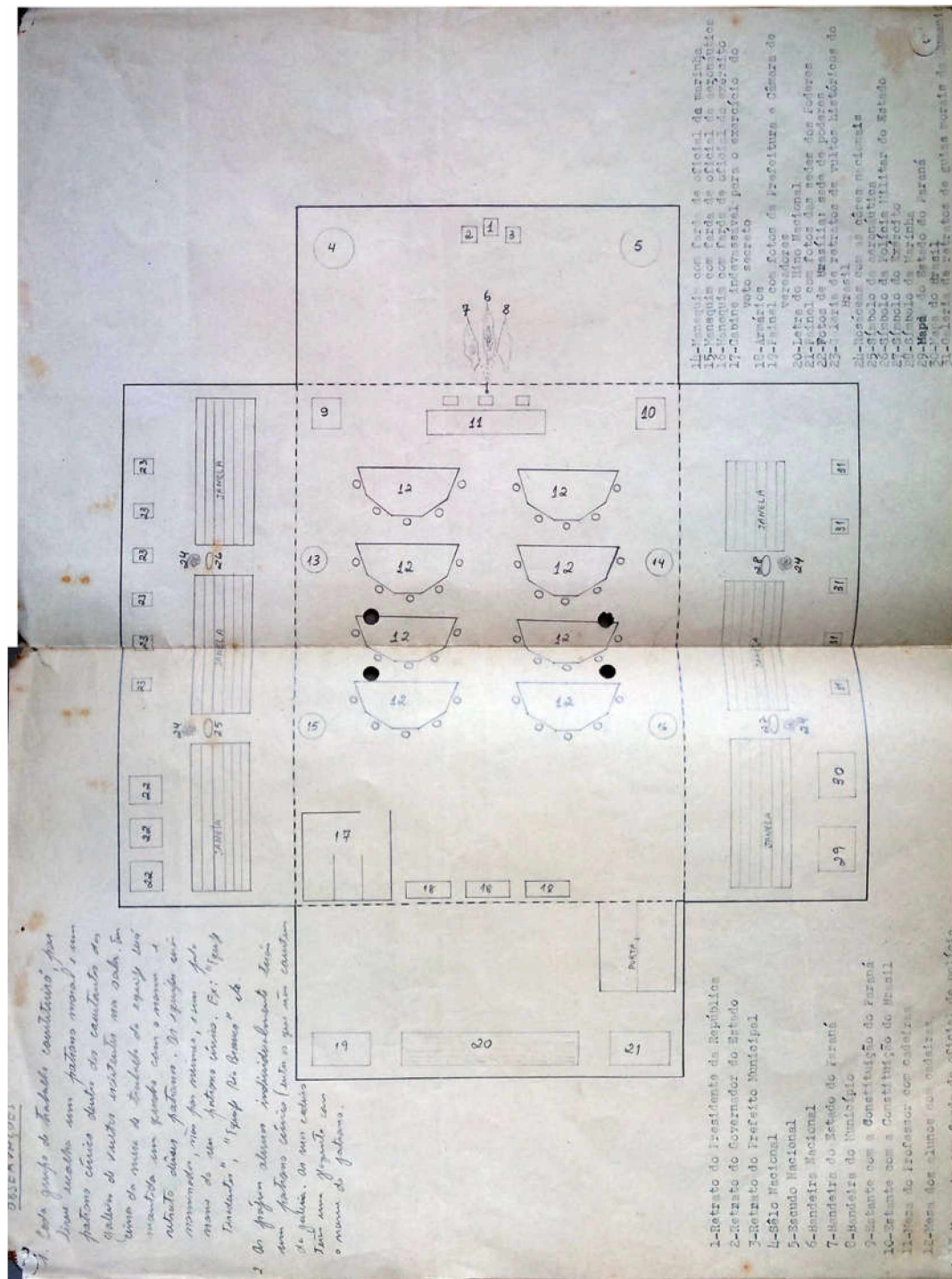


Figura 30 – Croqui da Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica. Fonte: acervo de Ney Lobo.

## Anexo 5

### Fotos do ILV e da Cidade Mirim

Abaixo, fotografias do Instituto Lins de Vasconcellos no início da década de 1970. As fotografias estavam no acervo de Ney Lobo e na prefeitura da Cidade Mirim no atual Colégio Opet. Algumas foram recoloridas digitalmente e as bordas foram cortadas.



*Figura 31 – Fachada do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973.  
Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



**Figura 32** – Entrada do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 33** – Vista da Cidade Mirim em dezembro de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.





**Figura 34** – Vista da Cidade Mirim em setembro de 1973. Da esquerda para a direita: a segunda construção é a Prefeitura Mirim; a última, em azul claro, é a Câmara de Vereadores Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 35** – Vista da Cidade Mirim em setembro de 1973. À esquerda, alunos à frente da Prefeitura Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 36** – Ney Lobo e alunos do ILV na Cidade Mirim em agosto de 1971. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 37** – Agência do Banco Mirim em maio de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.





*Figura 38 – Hora Cívica em frente ao lago da Cidade Mirim em setembro de 1971. Ao fundo se vê duas casas comerciais. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 39 – Alunos e professores em frente ao lago da Cidade Mirim em novembro de 1971. Ao fundo, a Câmara de Vereadores Mirim entre duas casas comerciais. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*

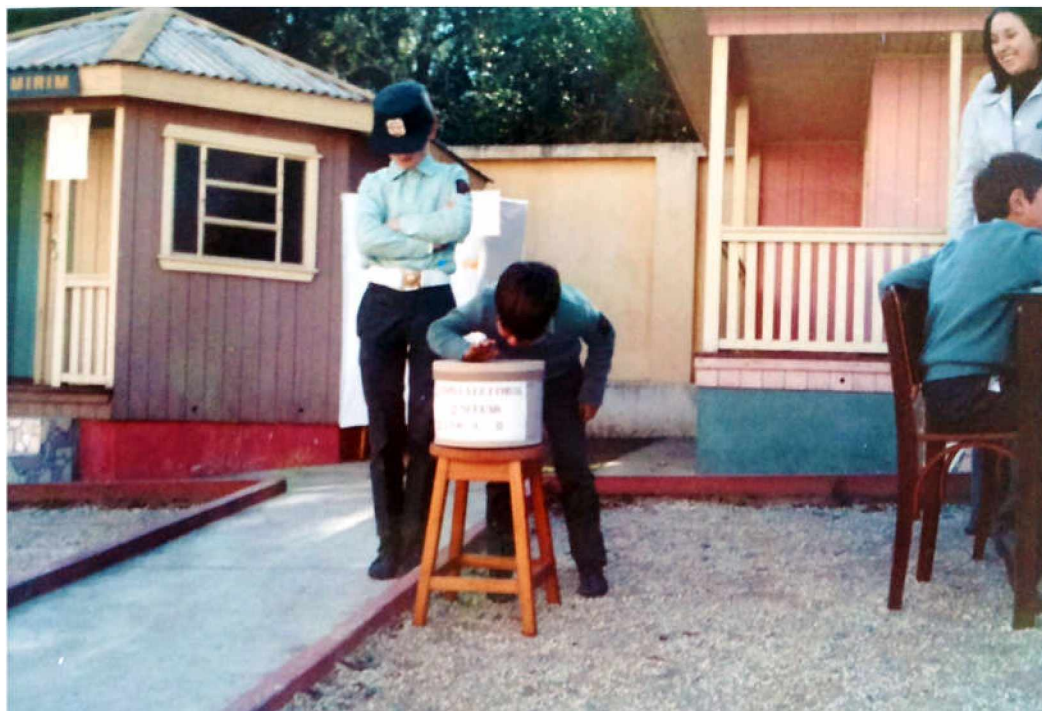


*Figura 40 – Interior da Câmara de Vereadores Mirim em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 41 – Interior da Casa da Oração Mirim em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*





**Figura 42** – Eleições na Cidade Mirim em agosto de 1971. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 43** – Vista do Prefeito e Secretários Mirins ao Prefeito de Curitiba em agosto de 1972. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.





*Figura 44 – Parque infantil do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 45 – Parque infantil do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



**Figura 46** – Refeitório do Instituto Lins de Vasconcellos em setembro de 1973.  
*Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



**Figura 47** – Assembleia de Representante de Alunos em setembro de 1973.  
*Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*





*Figura 48 – Sala-Ambiente da Cidebras em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 49 – Sala-Ambiente em setembro de 1973. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



**Figura 50** – Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica em setembro de 1973.  
 Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



**Figura 51** – Sala-Ambiente de Educação Moral e Cívica em setembro de 1973.  
 Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.

## **Anexo 6**

### **Questionário para Vinculação Partidária e Carteira de Cidadão**

Na próxima página, temos o questionário que os alunos eleitores deveriam responder para seu alistamento em um dos dois partidos políticos da Cidade Mirim: o Partido Renovador e o Partido Liberal. Em seguida, a cédula eleitoral com os candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito de cada partido (Partido Renovador – PR, e Partido Liberal – PL) e a Carteirinha de Cidadão.



FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ  
 INSTITUTO "LINS DE VASCONCELLOS"  
 CIDADE MIRIM

"REF.: ELEIÇÕES"

(QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO PELOS ALUNOS ELEITORES)

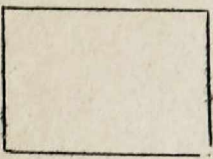
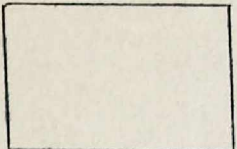



O passo inicial para a realização de uma eleição democrática é o agrupamento dos alunos em PARTIDOS para que se estabeleça um PROGRAMA POLÍTICO e seus ESTATUTOS.

Dentro das suas possibilidades de entender os objetivos pelos quais a "CIDADE MIRIM" foi idealizada, leia os princípios abaixo e coloque um -X- ao lado do PARTIDO de sua preferência.

P R I N C I P I O S

PARTIDOS	Nº 1.	Nº 2.	Nº 3.
<input type="checkbox"/> <u>PARTIDO</u> <u>RENOVADOR</u>	As atividades <u>POLÍTICAS</u> são as mais importantes e, por isso, devem prevalecer sobre as atividades <u>COMERCIAIS</u> e <u>ADMINISTRATIVAS</u> .	Os candidatos a <u>PREFEITO</u> , <u>VICE-PREFEITO</u> e <u>SECRETÁRIOS</u> devem ser escolhidos entre os alunos de melhor rendimento escolar e de bom comportamento.	Os <u>SECRETÁRIOS</u> serão de livre escolha do <u>PREFEITO</u> , isto é, não são eleitos.
<input type="checkbox"/> <u>PARTIDO</u> <u>LIBERAL</u>	As atividades <u>COMERCIAIS</u> e <u>ADMINISTRATIVAS</u> são as mais importantes, devendo por isso prevalecer sobre as atividades <u>POLÍTICAS</u> .	Qualquer aluno da 3ª série em diante deve ter o mesmo direito de se candidatar a <u>PREFEITO</u> , <u>VICE-PREFEITO</u> ou <u>SECRETÁRIOS</u> , mesmo que não tenha bom rendimento escolar ou bom comportamento.	Os <u>SECRETÁRIOS</u> serão eleitos junto com o <u>PREFEITO</u> e <u>VICE-PREFEITO</u> .
NOME DO ALUNO:	Nº:	SÉRIE:	SÉRIE:

Figura 52 – Questionário para filiação partidária na Cidade Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.

PARTIDO " RENOVADOR "	PARTIDO " LIBERAL "
<u>PARA PREFEITO</u> HEY SAFFI CHRYSOSTOMO  <u>P.R. VICE-PREFEITO</u> VANILIA V. RIVABEM	<u>PARA PREFEITO</u> MARLUS PASSIMATO  <u>PARA VICE-PREFEITO</u> LUIZ R.POLYDORO
	
	
 FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ INSTITUTO "LINS DE VASCONCELLOS" CIDADE MIRIM CARTEIRA DE CIDADÃO ALUNO: _____ TURMA: _____ Data de Nasc.: _____ N.º _____	TÍTULO ELEITORAL N.º DE INSCRIÇÃO: _____ SEÇÃO ELEITORAL: _____ ASSIN. DO ELEITOR: _____ DATA DE EXPEDIÇÃO: _____

*Figura 53 – Cédula eleitoral e Carteira de Cidadão da Cidade Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*







FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO PARANÁ  
INSTITUTO "LINS DE VASCONCELOS"

CIDADE MIRIM

Senhores pais e responsáveis!

Pedimos a sua atenção para o assunto  
que abaixo transcrevemos:

REF: BANCO BRADESCO MIRIM

Envio por intermédio do aluno:

\_\_\_\_\_  
NOME

\_\_\_\_\_  
SÉRIE e Nº

a importância de R\$. \_\_\_\_\_

( \_\_\_\_\_ )

para depósito em sua Conta Corrente  
no BANCO BRADESCO MIRIM, referente à  
mesada do mês de \_\_\_\_\_  
de 19\_\_ .

\_\_\_\_\_  
(ass, do responsável.)

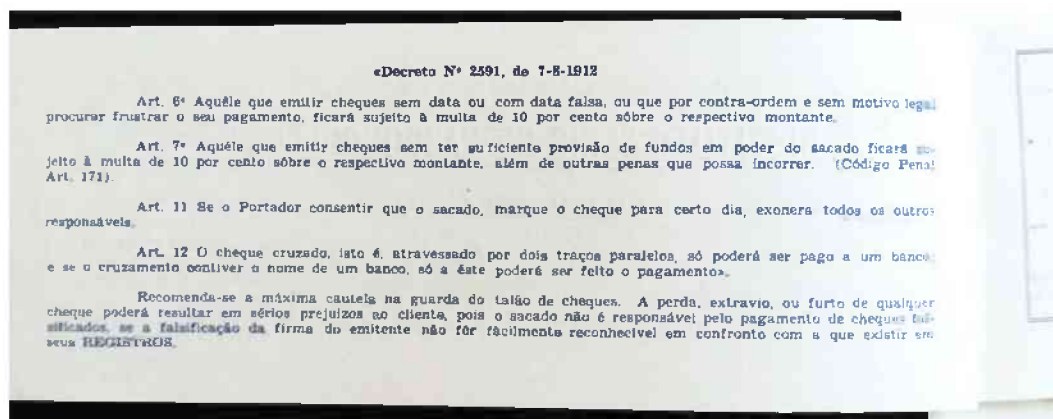
\_\_\_\_\_  
(data)

TP/

**Figura 56** – Ficha para envio da mesada. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.



*Figura 57 – Frente do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 58 – Verso da primeira página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 59 – Segunda folha do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*

**BANCO BRADESCO MIRIM**  
(PARA FINS PEDAGÓGICOS)

Este formulário de cheque é destituído de qualquer formalidade legal, não tendo portanto, qualquer valor jurídico, sendo seu uso simbólico e restrito ao interior do Instituto "Lins de Vasconcellos, para fins pedagógicos.

Nº DA CONTA

Nº DA CONTA

Cr\$

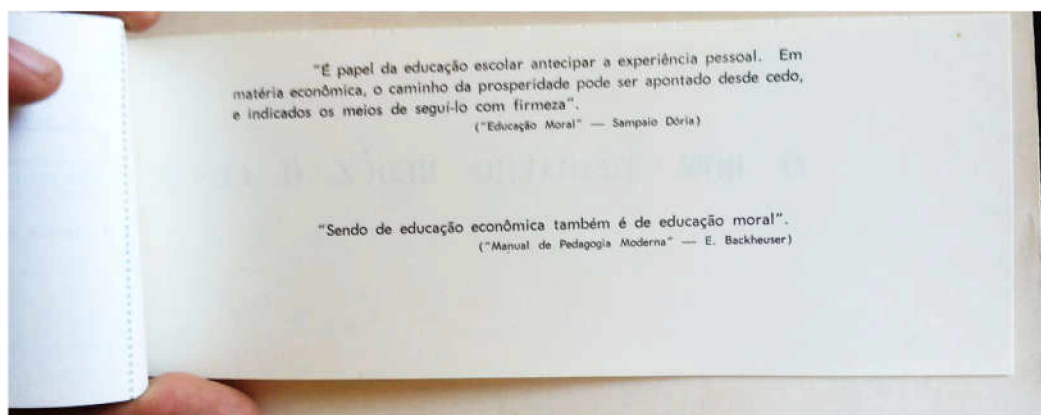
PAGUE POR ESTE CHEQUE À ORDEM DE

A QUANTIA DE

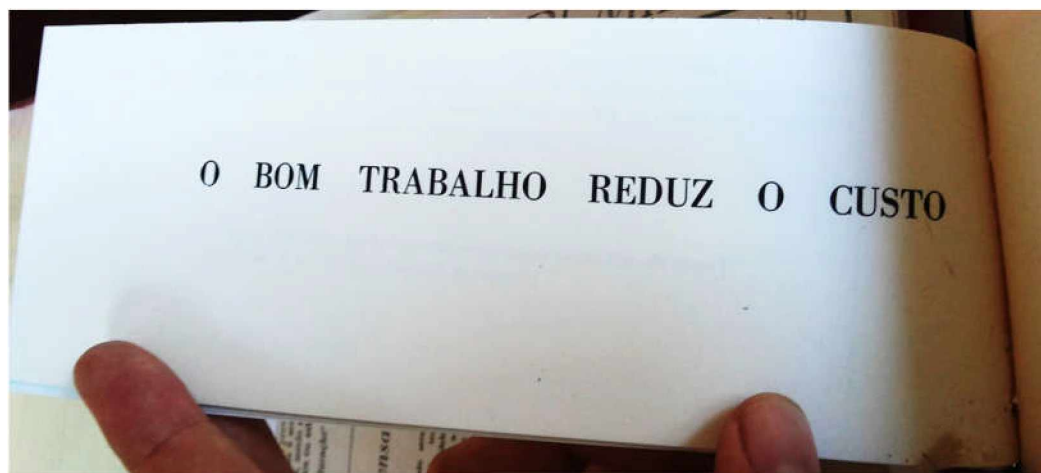
INSTITUTO LINS DE VASCONCELLOS, DE DE 19

(visto directoria do instituto) (ass. do emitente - aluno)

*Figura 60 – Folha de cheque do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*



*Figura 61 – Última página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*

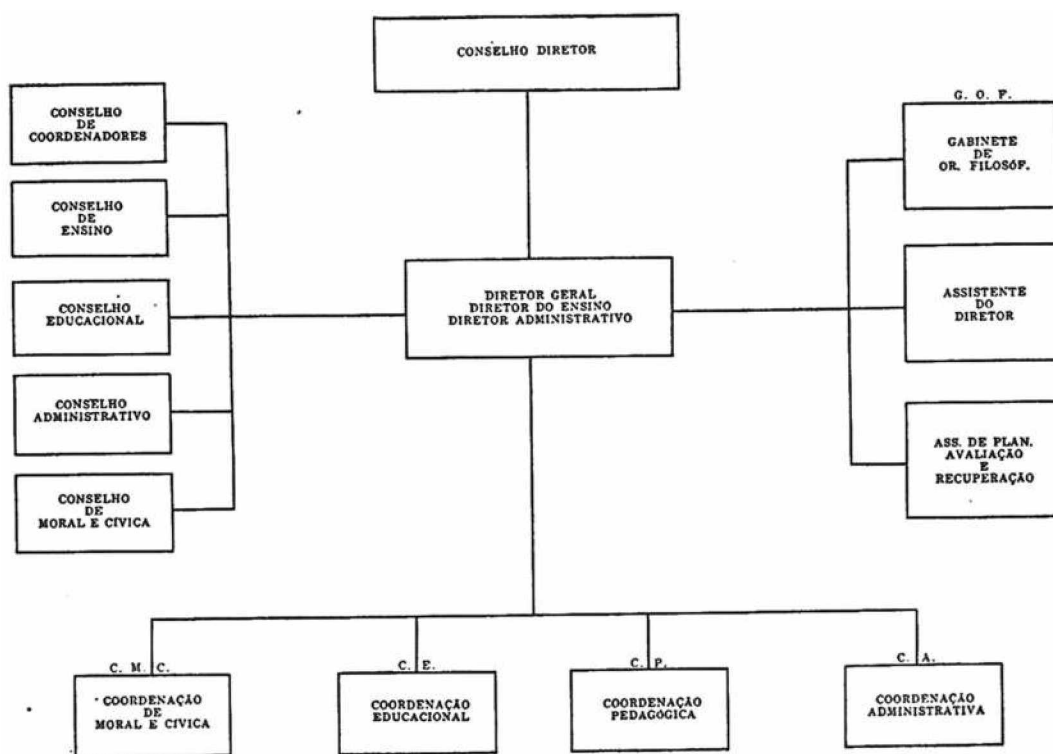


*Figura 62 – Verso da última página do talão de cheques do Banco Mirim. Fonte: acervo da prefeitura da atual Cidade Mirim – Colégio Opet.*

# Anexo 8

## Organogramas da Direção Colegiada

Abaixo, o organograma geral da Direção Colegiada do ILV:



*Figura 63 – Organograma da Direção Colegiada. Fonte: LOBO, 1972b, p. 93.*

As quatro Coordenações estavam organizadas como nos organogramas a seguir:

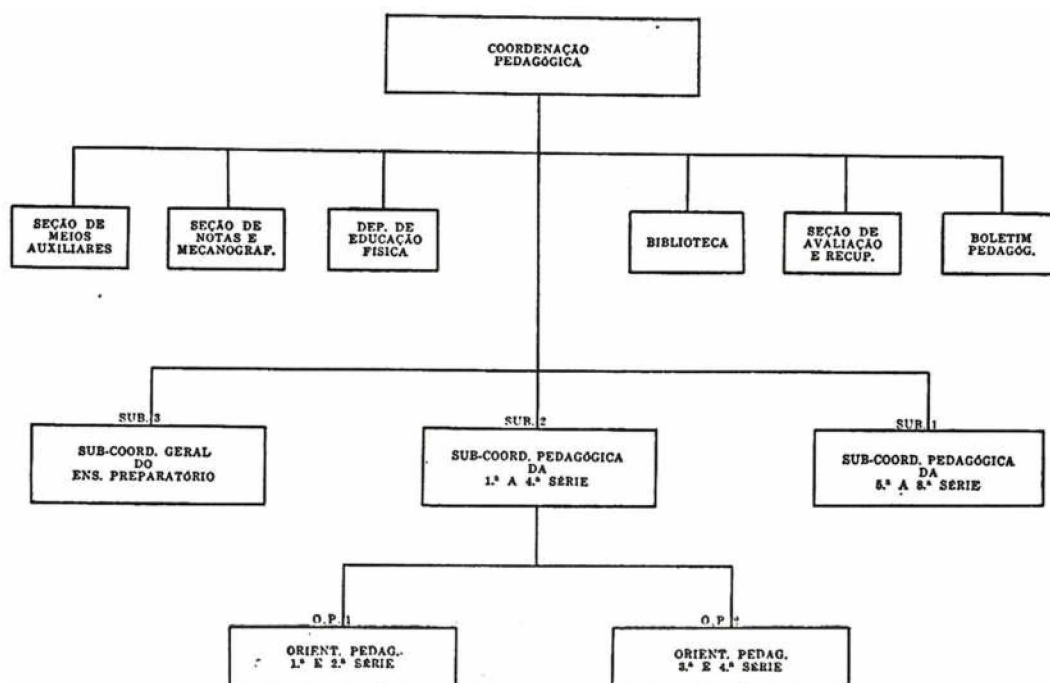


Figura 64 – Organograma da Coordenação Pedagógica. Fonte: LOBO, 1972b, p. 96.

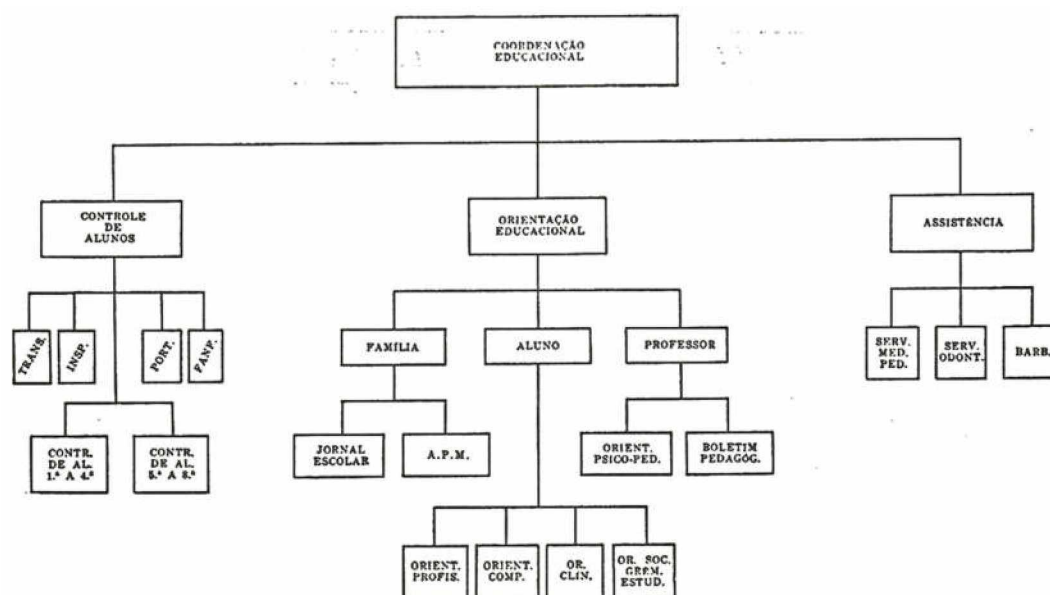
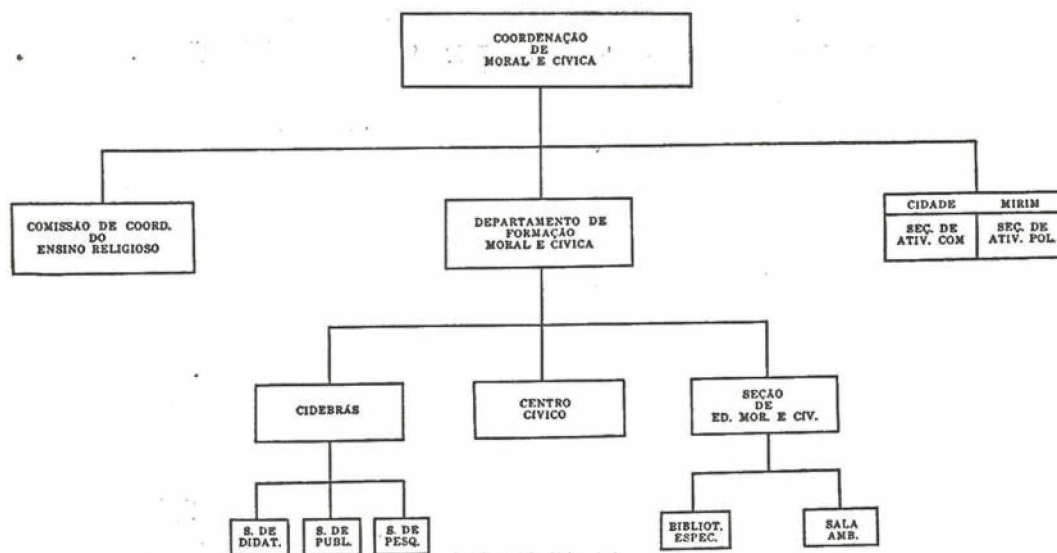
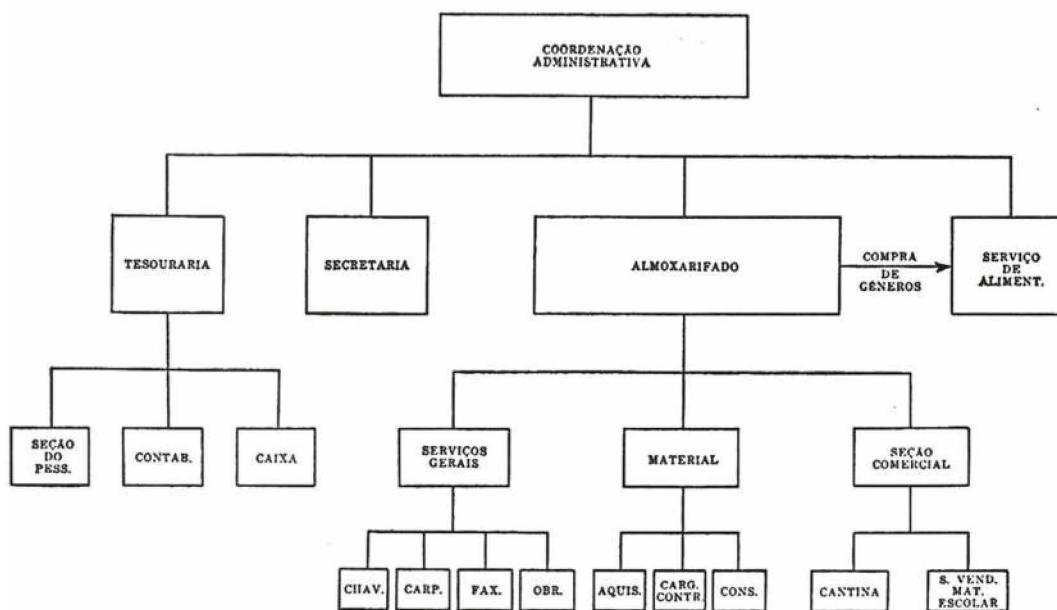


Figura 65 – Organograma da Coordenação Educacional. Fonte: LOBO, 1972b, p. 95.





*Figura 66* – Organograma da Coordenação de Moral e Cívica. Fonte: LOBO, 1972b, p. 94.



*Figura 67* – Organograma da Coordenação Administrativa. Fonte: LOBO, 1972b, p. 97.